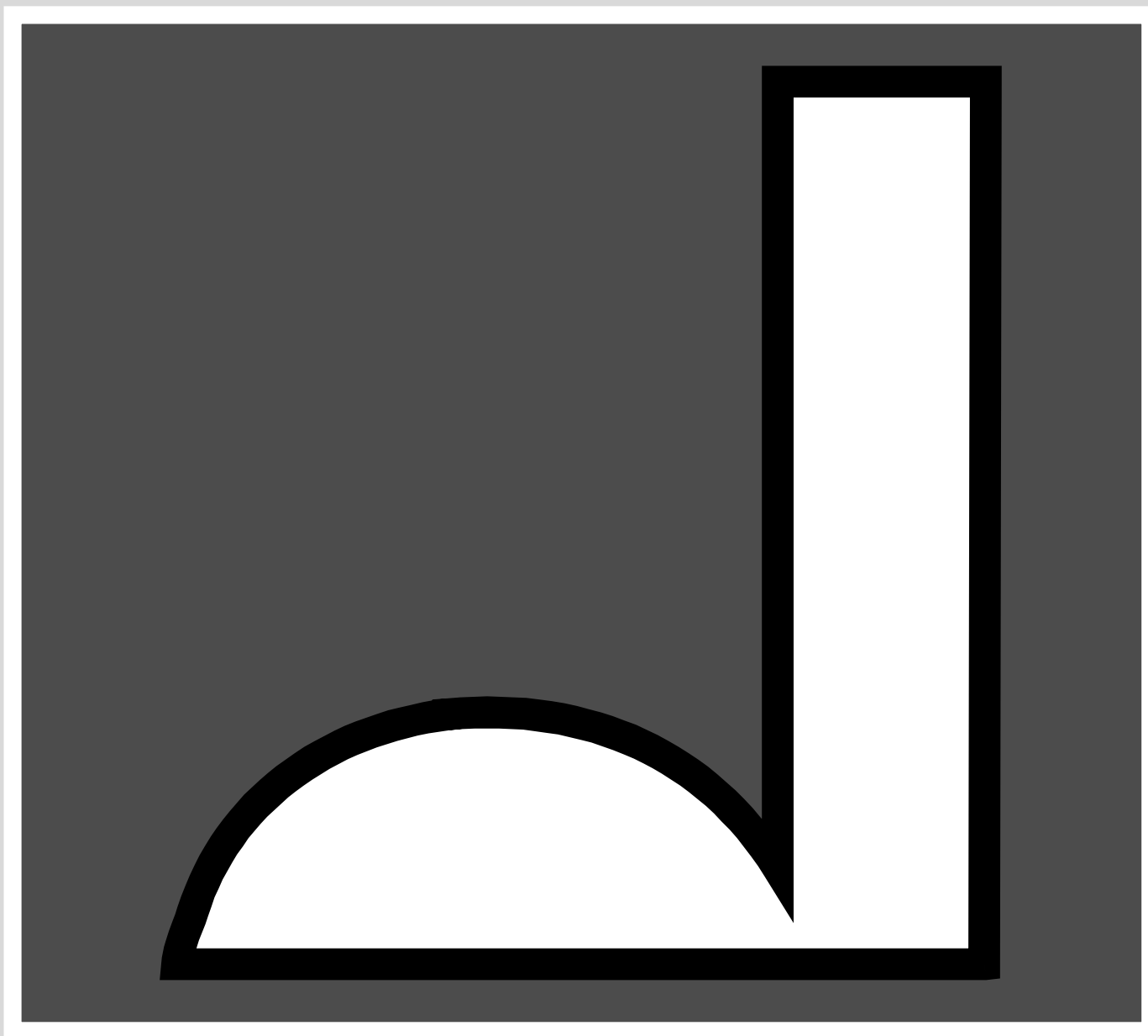




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 130 – QUINTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3) LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB LIDERANÇA DO PMDB – 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12 LÍDER Efraim Morais – PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL LÍDER – PFL – 17 José Agripino – PFL Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro LÍDER – PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias	LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT Vice-Líder Almeida Lima LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL Vice-Líder Aelton Freitas LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 543, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Tubá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de junho de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Sociedade Rádio Tubá Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 544, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Brasil Comunitário a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 786, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Brasil Comunitário a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 545, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Mar Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.942, de 1º de outubro de 2002, outorga permissão à Rádio FM Mar Azul Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapema, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 546, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 631, de 24 de outubro de 2001, que renova, a partir de 22 de dezembro de 1996, a permissão outorgada à Nassau Editora Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 547, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Machados FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machados, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 599, de 22 de abril de 2002, que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Rádio Machados FM a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machados, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 548, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente de Altaneira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altaneira, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.731, de 2 de setembro de 2002, que autoriza a Associação Beneficente de Altaneira a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altaneira, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 549, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Comunicação e Ação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 763, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Comunicação e Ação Social a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 550, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Gois de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Água Boa, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2002, que outorga concessão ao Sistema Gois de Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Água Boa, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 551, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nerópolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 161, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nerópolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 552, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Real – Cafelândia FM Ltda.– ME. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tanabi, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.081, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Real – Cafelândia FM Ltda.– ME. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tanabi, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 553, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 6, de 11 de janeiro de 2002, que renova, a partir de 20 de outubro de 1995, a permissão outorgada à Rádio Comunicação FM Stéreo Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 554, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Safira Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mamborê, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.480, de 2 de agosto de 2002, que outorga permissão à Safira Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mamborê, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 555, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2002, que outorga concessão ao Sistema Plug de Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vila Rica, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 556, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Gois de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de agosto de 2002, que outorga concessão ao Sistema Gois de Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 557, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ativa FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Eunápolis, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 281, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio Ativa FM Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Eunápolis, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 558, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Web Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arinos, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 643, de 24 de outubro de 2001, que outorga permissão à WEB Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arinos, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 559, DE 2004

Aprova o ato que autoriza o Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Mucambo – IRCM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mucambo, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 796, de 20 de maio de 2002, que autoriza o Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Mucambo-IRCM a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mucambo, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 560, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Centro de Cultura, Esporte e Assistência Social – ABCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 577, de 16 de abril de 2002, que autoriza a Associação Beneficente Centro de Cultura, Esporte e Assistência Social – ABCC a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 561, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Magui – Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 322, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Magui – Comunicação e Marketing Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 562, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Monsenhor Marcílio Genoni de Maracáí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracáí, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 508, de 2 de abril de 2002, que autoriza a Associação Monsenhor Marcílio Genoni de Maracáí a executar, a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracáí, Estado de São Paulo, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 563, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 397, de 19 de março de 2002, que autoriza a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Abreu a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 564, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Itapecerica da Serra – ACIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapecerica da Serra, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 600, de 22 de abril de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Itapecerica da Serra – ACIS a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapecerica da Serra, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 565, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alto Taquari Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de janeiro de 1997, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Alto Taquari Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 566, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de fevereiro de 1997, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Progresso Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 567, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Difusora Cultural Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Irati, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de novembro de 2001, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Difusora Cultural Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Irati, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 568, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 751, de 6 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas – FM a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 569, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Comunidade Renovada Santo Antônio da Pampulha – CRESAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 167, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Comunidade Renovada Santo Antônio da Pampulha – CRESAP a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 570, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação e Rádio FM Comunitária Tropical a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 452, de 22 de março de 2002, que autoriza a Associação e Rádio FM Comunitária Tropical a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Votorantim, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 571, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabirinha de Mantena, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.071, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Vale Verde Comunicações e Serviços Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabirinha de Mantena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 572, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade Caratinga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 26 de novembro de 2001, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Sociedade Caratinga Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 573, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Serra de São José para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.364, de 26 de julho de 2002, que outorga permissão à Fundação Cultural Serra de São José para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 574, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de São Mateus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de fevereiro de 1997, que renova, a partir de 13 de março de 1995, a concessão da Rádio Difusora de São Mateus Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 575, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Progresso de Juazeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de dezembro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 26 de agosto de 1996, a concessão da Rádio Progresso de Juazeiro Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 576, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Carajá de Anápolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de dezembro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Carajá de Anápolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Anápolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 577, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade de Itu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itu, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 179, de 19 de fevereiro de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de dezembro de 1994, a permissão outorgada à Rádio Cidade de Itu Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 578, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 727, de 10 de maio de 2002, que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 579, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 734, de 10 de maio de 2002, que outorga permissão à Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 580, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 445, de 22 de março de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Cidade de Radiodifusão a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Gerais, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 581, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Picuí, Estado da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 883, de 4 de junho de 2002, que autoriza a Associação Picuiense Artística e Cultural de Radiodifusão Comunitária a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Picuí, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 582, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Cultural Fortaleza a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 760, de 12 de dezembro de 2000, que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Cultural Fortaleza a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 18 de agosto de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 112ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE AGOSTO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofícios

Nº 183/2004, de 17 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Assuntos Econômicos. 26827

Nº 86/2004, de 18 do corrente, da Vice-Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria do Senado Federal, de substituição de membros para compor a Comissão Parlamentar Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 207, de 2004. 26827

Nº 672/2004, de 18 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. 26827

Nºs 677 e 678/2004, de 18 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 207 e 206, de 2004, respectivamente. 26827

Nº 115/2004, de 18 do corrente, da Vice-Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 207, de 2004. 26828

1.2.2 – Leitura de Projeto de Lei do Congresso Nacional

Projeto de Lei nº 47, de 2004-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$71.237.676,00 (setenta e um milhões, duzentos e trinta e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 142, de 2004-CN, nº 490/2004, na origem). *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria*. 26828

1.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. 26834

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 1.168, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do advogado e empresário Dr. Nazir Bucair, na cidade de Cuiabá/MT. 26835

Nº 1.169, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual e advogado emérito da Ordem dos Advogados de Mato Grosso, Dr. Sebastião de Oliveira. 26836

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 144, de 2004 (nº 491/2004, na origem), de 16 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial da segunda etapa do Projeto do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – VIGISUS II, a ser executado pela Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS, do Ministério da Saúde, e pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa. 26836

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Importância do agronegócio para o Estado de Pernambuco. 26836

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Questões que foram discutidas no último Congresso Nacional Intermodal de Transportadores de Cargas, realizado em Foz de Iguaçu. Importância da recomposição salarial do servidor público. 26839

SENADOR PAULO OCTÁVIO, como Líder – Importância do gás natural para o desenvolvimento do país. Encontro com a Ministra Dilma Rousseff a respeito da criação de uma ramificação do gasoduto Bolívia-Brasil para o Centro-Oeste. 26842

SENADOR EDUARDO AZEREDO, como Líder – Importância de programa de inclusão digital dos alunos da rede pública de ensino, desenvolvido pelo Estado de Minas Gerais. 26843

SENADOR *GERSON CAMATA* – Cumprimentos à Agência Nacional do Petróleo, à Petrobrás e ao Ministério das Minas e Energia pela realização de leilão para prospecção petrolífera no país..... 26844

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Polêmica em torno da regulamentação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual e da criação do Conselho Federal de Jornalismo. 26847

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Considerações a respeito do pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti. 26850

SENADOR *RODOLPHO TOURINHO* – Preocupação com as implicações decorrentes da aprovação do projeto que regulamenta o setor audiovisual. 26853

SENADOR *ALVARO DIAS* – Comentários a artigo da revista *IstoÉ* sobre o equívoco jornalístico que levou à cassação do ex-Deputado Ibsen Pinheiro. Preocupação com os sinais de autoritarismo demonstrados no governo Lula. 26856

SENADOR *LEONEL PAVAN*, como Líder – Aumento da carga tributária nacional. Comentários às afirmações proferidas pelo Presidente da República, em viagem realizada ao Gabão..... 26859

SENADOR *DEMÓSTENES TORRES* – Ausência de uma política nacional de combate à violência, bem como de uma proposta de solução para o caótico sistema penitenciário. Intenção do Ministério da Justiça em revogar a lei dos crimes hediondos. 26860

1.2.7 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 1.001/2004, de 18 do corrente, submetendo à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, a Medida Provisória nº 189, de 2004, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), para os fins que especifica..... 26862

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Inclusão da Medida Provisória nº 189, de 2004, na Ordem do Dia da próxima terça-feira, dia 24 de agosto do corrente, tendo em vista que a matéria passa a sobrestar imediatamente as deliberações legislativas do Senado Federal até que se ultime sua votação. 26862

1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Importância do papel das Forças Armadas na formação educacional do jovem brasileiro..... 26874

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Críticas à falta de repasses governamentais para a Santa Casa de Misericórdia de Manaus. 26875

SENADOR *EDUARDO AZEREDO* – Homagens de pesar pelo falecimento do ex-deputado Thales Ramalho..... 26875

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Importância de se envidar esforços para que a malária não se alastre de forma epidêmica. 26877

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Transcrição de artigo intitulado “TCU suspende parte do Primeiro Emprego”, publicada no jornal *Valor Econômico*, do dia 30 de julho do corrente. 26879

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Comentários à matéria “Uma cena triste”, publicada na revista *Veja*, do dia 4 do corrente..... 26880

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Aloizio Mercadante, proferido na sessão do dia 12 de agosto de 2004..... 26881

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 12-8-2004. 26883

4 – EMENDAS

Nºs 1 a 17, de 2004, apresentada ao Projeto de Lei nº 44, de 2004-CN (Mensagem nº 135, de 2004-CN – nº 455/2004, na origem)..... 26886

5 – TERMOS DE REUNIÕES

Referentes às Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 205 e 206, de 2004..... 26903

6 – ATAS DE COMISSÕES

Ata da 1ª Reunião de Instalação, da Comissão Mista Especial, criada mediante Requerimento nº 511, de 2004-SF, destinada a planejar e coordenar a execução da programação referente às comemorações do ano da mulher – 2004, instituído pela Lei nº 10.745, de 2003, realizada em 16 de junho de 2004..... 26905

Ata da 1ª Reunião de Instalação, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 12, de 2003-CN, “destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa fantástico, da rede globo de televisão”, realizada em 02 de dezembro de 2003..... 26906

Ata da 2ª Reunião, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 12, de 2003-CN, “destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa fantástico, da rede globo de televisão”, realizada em 16 de dezembro de 2003..... 26912

Ata da 1ª a 6ª, 8ª a 10ª Reuniões, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 12, de 2003-CN, “destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa fantástico, da rede globo de televisão”, realizadas em 03, 10, 24 e 31 de março, 15 e 16 de abril, 20 de junho, 8 e 28 de junho de 2004.....

26917

SENADO FEDERAL

7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 52ª LEGISLATURA
8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-
MANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR-
LAMENTAR**10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-**
CIDADÃ BERTHA LUTZ**CONGRESSO NACIONAL****13 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-**
GRESSO NACIONAL**14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-**
CIAL**15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN-**
TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)**16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE**
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 112ª Sessão não Deliberativa, em 18 de agosto de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: José Sarney, Eduardo Siqueira Campos,
Sérgio Zambiasi e da Sra. Serys Slhessarenko.*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 183/04-GLPSDB

Brasília, 17 de agosto de 2004

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Exª tenho a honra de indicar o Senador Antero Paes de Barros, para o cargo de Titular, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – A Presidência designa o Sr. Senador Antero Paes de Barros como titular para compor a Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 86/04

Brasília, 18 de agosto de 2004

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência os nomes dos Parlamentares indicados, em substituição, para integrar a Comissão Parlamentar Mista, destinada a analisar a Medida Provisória nº 207, de 2004, que altera disposições das Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 9.650, de 27 de maio de 1998.

PSDB		PFL	
TITULARES	SUPLENTE	TITULARES	SUPLENTE
Leonel Pavan	Arthur Virgílio	Paulo Octávio	José Agripino
Antero Paes de Barros	Eduardo Azeredo	Heráclito Fortes	Demóstenes Torres

Respeitosamente, – Senador **Eduardo Azeredo**,
Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

Ofício nº 672-L-PFL/04

Brasília, 18 de agosto de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado José Roberto Arruda para integrar, como membro suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Carlos Nader.

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

Ofício nº 677-L-PFL/2004

Brasília, 18 de agosto de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 207, de 13 de agosto de 2004, que “Altera disposições das Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 9.650, de 27 de maio de 1998”, em substituição aos anteriormente indicados.

Titulares:

Deputado José Roberto Arruda

Deputado Rodrigo Maia

Suplentes:

Deputado José Carlos Aleluia

Deputado Osório Adriano

Atenciosamente, – Deputado **José Carlos Aleluia**, Líder do PFL.

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1166 TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS									1.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
23 845	1166 0564	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA							1.000.000
23 845	1166 0564 0001	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - NACIONAL							1.000.000
			F	4	2	40	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	
1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRONEGOCIO									1.000.000
		ATIVIDADES							
20 572	1156 4676	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM BIOLOGIA AVANÇADA E SUAS APLICACOES NO AGRONEGOCIO							1.000.000
20 572	1156 4676 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM BIOLOGIA AVANÇADA E SUAS APLICACOES NO AGRONEGOCIO - NACIONAL							1.000.000
			F	3	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

MENSAGEM Nº 490

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$71.237.676,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 16 de agosto de 2004. – **José Alencar.**

EM 218/2004-MP

Brasília, 10 de agosto de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004), no valor global de R\$71.237.676,00 (setenta e uni milhões, duzentos e trinta e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais), em favor dos Ministérios da Educação e do Turismo.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente daqueles Órgãos às suas reais necessidades de execução, conforme demonstrado a seguir:

Discriminação	Suplementação	Origem dos recursos
- Ministério da Educação		
Brasil Escolarizado		
Sistema Nacional de Avaliação da Educação		
Básica - SAEB	70.237.676	
- Ministério do Turismo		
Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos		
Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística	1.000.000	
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		
Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e		
Sustentabilidade do Agronegócio		
Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Avançada e		
suas Aplicações no Agronegócio	-	
- Excesso de Arrecadação de Recursos Ordinários	-	
Total	71.237.676	

3. A suplementação proposta para o Ministério da Educação possibilitará a expansão gradativa do Sistema de Avaliação do Ensino Básico – SAEB, de maneira que sejam avaliados censitariamente os alunos de 4º e 5º séries do ensino fundamental, em todas as escolas da rede pública com mais de nove alunos, localizadas na zona urbana dos 5.560 municípios brasileiros.

4. No Ministério do Turismo, o reforço de dotação custeará projetos de infraestrutura turística visando a dar cumprimento às metas de trabalho estabelecidas no Plano Nacional de Turismo.

5. O crédito em questão decorre de solicitações formalizadas pelos Ministérios da Educação e do Turismo e será atendido à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários e anulação parcial de dotação orçamentária.

6. Ressalte-se que, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o cancelamento proposto não acarretará prejuízo à execução da sua programação, uma vez que foi decidido com base em projeções de suas possibilidades de dispêndio até o final do exercício.

7. O excesso de arrecadação da fonte de recurso envolvida neste crédito é demonstrado no quadro anexo, em atendimento ao disposto no art. 63, § 9º, da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004-LDO/2004).

8. Esclareço, a propósito do que determina o art. 63, § 11, da LDO/2004, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que:

a) o remanejamento ocorre entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização da programação suplementada;

b) as demais despesas serão atendidas com excesso de arrecadação de receitas primárias; e

c) em ambos os casos, sua execução está condicionada aos limites fixados pelo Decreto nº 4.992, de 18 de fevereiro de 2004, em observância ao disposto no art. 14 do referido Decreto.

9. O crédito será viabilizado mediante projeto de lei, a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional, estando em conformidade com o art. 43, § 1º incisos II e III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas às prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

10. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente. – **Guido Mantega.**

Aviso nº 960 – C. Civil.

Em 16 de agosto de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, relativa ao projeto de lei que “abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R\$71.237.676.00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.707, DE 30 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2004 e dá outras providências.

.....
Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual e encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, preferencialmente, na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro.

§ 1º Observado o disposto no **caput**, o prazo final para o encaminhamento dos referidos projetos é 15 de outubro de 2004.

§ 2º Os créditos a que se refere o **caput** serão encaminhados, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2004, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, exceto quando se destinarem:

I – às despesas com pessoal e encargos sociais, os quais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade;

II – ao serviço da dívida; ou

III – ao atendimento de despesas de precatórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor.

§ 3º A exigência de projeto de lei específico, a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo, não se aplica quando de atendimento de despesas de pre-

catórios e sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, de que trata o inciso III do mesmo parágrafo.

§ 4º O disposto no **caput** não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender a novas despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 8º, inciso III, alínea a, desta Lei.

§ 10. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

§ 11. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

.....
DECRETO Nº 4.992,
DE 18 DE FEVEREIRO DE 2004

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2004, e dá outras providências.
.....

Art. 14. Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa “Outras Despesas Correntes”, “Investimentos” e “Inversões Financeiras”, ressalvadas as exclusões de que trata o § 1º do art. 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DO. 3-6-1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DO. 3-6-1964)

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior: (Veto rejeitado no DO. 3-6-1964)

II – os provenientes de excesso de arrecadação: (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

IV – o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DO. 3-6-1964)

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DO 3-6-1964)

LEI Nº 10.837, DE 16 DE JANEIRO DE 2004

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2004.

ANEXO I

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
POR CATEGORIA ECONÔMICA E FONTE

ESPECIFICAÇÃO	RS 1,00 VALOR
1. RECEITAS DO TESOURO	598.227.386.017
1.1. RECEITAS CORRENTES	436.176.351.770
Receita Tributária	124.297.877.974
Receita de Contribuições	266.499.301.023
Receita Patrimonial	11.081.573.629
Receita Agropecuária	1.344.056
Receita Industrial	168.926.525
Receita de Serviços	20.801.181.659
Transferências Correntes	146.932.188
Outras Receitas Correntes	13.179.214.716
1.2. RECEITAS DE CAPITAL	162.051.034.247
Operações de Crédito Internas	84.528.882.096
Operações de Crédito Externas	34.263.329.657
Alienação de Bens	480.923.760
Amortização de Empréstimos	19.734.998.253
Transferências de Capital	8.235.192
Outras Receitas de Capital	23.034.665.289
2. RECEITAS DE OUTRAS FONTES DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL INDIRETA, INCLUSIVE FUNDOS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	10.818.606.029
2.1. RECEITAS CORRENTES	5.425.965.685
2.2. RECEITAS DE CAPITAL	5.392.640.344
SUBTOTAL	609.045.992.046
3. REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	860.041.414.290
3.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	815.858.957.928
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	815.858.957.928
3.2. OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	44.182.456.362
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	44.182.456.362
TOTAL	1.469.087.406.336

R\$ 1,00

Valores Correntes

Discriminação	Tesouro (A)	Outras Fontes (B)	Total (C) = (A+B)	%			
				(C)/(D)	(C)/(E)	(C)/(F)	(C)/(G)
CÂMARA DOS DEPUTADOS	2.185.392.244		2.185.392.244	0,41	0,37	0,35	0,15
SENADO FEDERAL	1.817.276.108		1.817.276.108	0,34	0,31	0,29	0,12
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	632.870.250		632.870.250	0,12	0,11	0,10	0,04
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	223.666.750		223.666.750	0,04	0,04	0,04	0,02
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	431.482.041		431.482.041	0,08	0,07	0,07	0,03
JUSTIÇA FEDERAL	4.601.032.232		4.601.032.232	0,87	0,79	0,75	0,31
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	185.492.998		185.492.998	0,03	0,03	0,03	0,01
JUSTIÇA ELEITORAL	2.311.983.045		2.311.983.045	0,44	0,40	0,37	0,16
JUSTIÇA DO TRABALHO	5.877.944.165		5.877.944.165	1,11	1,01	0,95	0,40
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	716.754.804		716.754.804	0,14	0,12	0,12	0,05
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	6.861.146.629	17.207.337	6.878.353.966	1,30	1,18	1,11	0,47
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	2.544.959.413	4.943.371.558	7.488.330.971	1,41	1,28	1,21	0,51
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.438.314.696	335.904.487	3.774.219.183	0,71	0,65	0,61	0,26
MINISTÉRIO DA FAZENDA	8.106.532.700	500.440.777	8.606.973.477	1,62	1,48	1,39	0,59
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	16.467.509.682	835.635.138	17.303.144.820	3,26	2,97	2,80	1,18
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	446.736.247	399.977.546	846.713.793	0,16	0,15	0,14	0,06
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	4.008.813.169	555.856	4.009.369.025	0,76	0,69	0,65	0,27
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	2.880.542.206	45.181.033	2.925.723.239	0,55	0,50	0,47	0,20
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	129.219.406.126	247.301.140	129.466.707.266	24,41	22,19	20,97	8,81
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	1.492.822.856		1.492.822.856	0,28	0,26	0,24	0,10
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	1.284.724.966	430.301	1.285.155.267	0,24	0,22	0,21	0,09
MINISTÉRIO DA SAÚDE	36.473.566.870	55.103.233	36.528.670.103	6,89	6,26	5,92	2,49
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (EXCLUSIVE O DISPOSTO NO ARTIGO 239 PARÁGRAFO I DA CONSTITUCIONAL)	21.067.614.555	390.974	21.068.005.529	3,97	3,61	3,41	1,43
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (EXCLUSIVE FUNDO DA MARINHA MERCANTE)	8.015.506.432	261.933.875	8.277.440.307	1,56	1,42	1,34	0,56
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	1.818.953.899	305.951.855	2.124.905.754	0,40	0,36	0,34	0,14
MINISTÉRIO DA CULTURA	460.341.330	4.114.552	464.455.882	0,09	0,08	0,08	0,03
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	1.415.763.464	101.755.881	1.517.519.345	0,29	0,26	0,25	0,10
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	5.170.423.920	7.035.542	5.177.459.462	0,98	0,89	0,84	0,35
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	1.511.351.267	9.658.941	1.521.010.208	0,29	0,26	0,25	0,10
MINISTÉRIO DO ESPORTE	358.201.298		358.201.298	0,07	0,06	0,06	0,02
MINISTÉRIO DA DEFESA	26.062.496.328	2.006.485.786	28.068.982.114	5,29	4,81	4,55	1,91
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (EXCLUSIVE FUNDOS CONSTITUCIONAIS)	2.073.017.802	60.141.009	2.133.158.811	0,40	0,37	0,35	0,15
MINISTÉRIO DO TURISMO	494.744.661	158.324	494.902.985	0,09	0,08	0,08	0,03
MINISTÉRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	8.188.856.031		8.188.856.031	1,54	1,40	1,33	0,56
MINISTÉRIO DAS CIDADES	2.490.937.083	77.240.250	2.568.177.333	0,48	0,44	0,42	0,17
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	183.712.501.795		183.712.501.795	34,63	31,49	29,76	12,51
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS (EXCLUSIVE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS)	20.565.074.054		20.565.074.054	3,88	3,52	3,33	1,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.656.773.000		4.656.773.000	0,88	0,80	0,75	0,32
SUBTOTAL (D)	520.271.527.116	10.215.975.395	530.487.502.511	100,00	90,92	85,94	36,11
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	52.988.506.942		52.988.506.942	0,00	9,08	8,58	3,61
SUBTOTAL (E)	573.260.034.058	10.215.975.395	583.476.009.453	0,00	100,00	94,53	39,72
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (FUNDOS CONSTITUCIONAIS)	3.267.664.012		3.267.664.012	0,00	0,00	0,53	0,22
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (CONFORME O DISPOSTO NO ARTIGO 239 PARÁGRAFO I DA CONSTITUIÇÃO	6.266.171.002		6.266.171.002	0,00	0,00	1,02	0,43
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES (FUNDO DA MARINHA MERCANTE)	301.754.731		301.754.731	0,00	0,00	0,05	0,02
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	23.352.510.182	602.630.634	23.955.140.816	0,00	0,00	3,88	1,63
SUBTOTAL (F)	606.448.133.985	10.818.606.029	617.266.740.014	0,00	0,00	100,00	42,02
REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL	851.820.666.322		851.820.666.322	0,00	0,00	0,00	57,98
TOTAL (G)	1.458.268.800.307	10.818.606.029	1.469.087.406.336	0,00	0,00	0,00	100,00

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001 – CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 23-8 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 31-8 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 5-9 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 15-9 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2004

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 29 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29.

§ 3º A entidade de prática desportiva formadora detentora do primeiro contrato de trabalho com o atleta por ela profissionalizado terá o direito de preferência para a primeira renovação deste contrato, cujo prazo não poderá ser superior a quatro anos.

.....(NR)

Art. 2º Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 29 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998:

Art. 29.

§ 8º Nenhum atleta poderá ter seus direitos federativos negociados com o exterior enquanto não for profissionalizado e atingir a maioridade. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O futebol, sem dúvida nenhuma, constitui-se no elemento formador da cultura e do espírito nacionais. Dentro desse contexto, é fundamental o aprimoramento dos instrumentos legais que regulamentam o funcionamento desta prática esportiva em nosso País, a fim de impedir que ocorra a desestruturação das instituições responsáveis pela formação dos atletas. É inadmissível que valores que despontam em nossos clubes sejam prematuramente compelidos a jogar fora do País, antes de darem a sua efetiva contribuição ao desenvolvimento nacional do esporte. Além do mais, muitas vezes, os atletas, ainda adolescentes, são induzidos por “empresários” a verdadeiras aventuras no exterior, onde desperdiçam seu talento prematuramente, antes de conseguir realizar todo o seu potencial.

Outra questão que deve ser enfrentada na reforma da legislação esportiva diz respeito ao prazo de vigência do primeiro contrato profissional do atleta. Ora, a legislação atual estabelece que este não poderá ser superior a dois anos. Entretanto, a fim de que as entidades de prática esportiva possam vir a ter retorno, e continuem a investir em novos talentos, é necessário que tal prazo seja ampliado, garantindo maior aproveitamento econômico do potencial do novo jogador. Assim, apresenta-se a proposta de ampliar este prazo para quatro anos.

Portanto, o presente projeto de lei visa a garantir melhores condições para que o futebol possa se desenvolver em nosso País em proveito de nossas associações esportivas.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2004.
– Senador **Demóstenes Torres**.

LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998

Regulamento Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

Vide texto atualizado

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO V

Da Prática Desportiva Profissional

Art. 29. A entidade de prática desportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com esse, a partir de dezesseis anos de idade, o primeiro contrato de trabalho profissional, cujo prazo não poderá ser superior a cinco anos. (*Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15-5-03*)

Parágrafo único. (VETADO)

§ 2º Para os efeitos do **caput** deste artigo, exige-se da entidade de prática desportiva formadora que comprove estar o atleta por ela registrado como não-profissional há, pelo menos, dois anos, sendo facultada a cessão deste direito a entidade de prática desportiva, de forma remunerada. *(Parágrafo incluído pela Lei nº 9.981, de 14-7-00)*

§ 3º A entidade de prática desportiva formadora detentora do primeiro contrato de trabalho com o atleta por ela profissionalizado terá o direito de preferência para a primeira renovação deste contrato, cujo prazo não poderá ser superior a dois anos. *(Redação dada pela Lei nº 10.672, de 15-5-03)*

§ 4º O atleta não profissional em formação, maior de quatorze e menor de vinte anos de idade, poderá receber auxílio financeiro da entidade de prática desportiva formadora, sob a forma de bolsa de aprendizagem livremente pactuada mediante contrato formal, sem que seja gerado vínculo empregatício entre as partes. *(Incluído pela Lei nº 10.672, de 15-5-03)*

§ 5º É assegurado o direito ao ressarcimento dos custos de formação de atleta não profissional menor de vinte anos de idade à entidade de prática de esporte formadora sempre que, sem a expressa anuência dessa, aquele participar de competição desportiva representando outra entidade de prática desportiva. *(Incluído pela Lei nº 10.672, de 15-5-03)*

§ 6º Os custos de formação serão ressarcidos pela entidade de prática desportiva usufruidora de atleta por ela não formado pelos seguintes valores: *(Incluído pela Lei nº 10.672, de 15-5-03)*

I – quinze vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezesseis e menor de dezessete anos de idade; *(Incluído pela Lei nº 10.672, de 15-5-03)*

II – vinte vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezessete e menor de dezoito anos de idade; *(Incluído pela Lei nº 10.672, de 15-5-03)*

III – vinte e cinco vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezoito e menor de dezenove anos de idade; *(Incluído pela Lei nº 10.672, de 15-5-03)*

IV – trinta vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezenove e menor de vinte anos de idade. *(Incluído pela Lei nº 10.672, de 15-5-03)*

§ 7º A entidade de prática desportiva formadora para fazer jus ao ressarcimento previsto neste artigo

deverá preencher os seguintes requisitos: *(Incluído pela Lei nº 10.672, de 15-5-03)*

I – cumprir a exigência constante do § 2º deste artigo; *(Incluído pela Lei nº 10.672, de 15-5-03)*

II – comprovar que efetivamente utilizou o atleta em formação em competições oficiais não profissionais; *(Incluído pela Lei nº 10.672, de 15-5-03)*

III – propiciar assistência médica, odontológica e psicológica, bem como contratação de seguro de vida e ajuda de custo para transporte; *(Incluído pela Lei nº 10.672, de 15-5-03)*

IV – manter instalações desportivas adequadas, sobretudo em matéria de alimentação, higiene, segurança e salubridade, além de corpo de profissionais especializados em formação técnico-desportiva; *(Incluído pela Lei nº 10.672, de 15-5-03)*

V – ajustar o tempo destinado à formação dos atletas aos horários do currículo escolar ou de curso profissionalizante, exigindo o satisfatório aproveitamento escolar. *(Incluído pela Lei nº 10.672, de 15-5-03)*

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e de Educação, cabendo à última decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – O projeto lido será publicado e despachado às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.168, DE 2004

Com fulcro no artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do advogado e empresário Dr. Nazir Bucair, aos 78 anos na cidade de Cuiabá, com apresentação formal de condolências à família.

Justificação

Vítima de problemas cardíacos faleceu em Cuiabá, na noite de 7-8-2004, aos 78 anos, o advogado e empresário Nazir Bucair, criador do “Sayonara”, a mais importante casa de espetáculos de Mato Grosso. O seu sepultamento foi na tarde seguinte, no Cemitério da Piedade.

Nas décadas de 70 e 80, Nazir Bucair trouxe a Cuiabá, centenas de artistas famosos, entre os quais Roberto Carlos (ainda jovem), Maysa, Jair Rodrigues, Ângela Maria, Orlando Silva, Beth Carvalho, Alcione, Agnaldo Rayol e Grande Otelo.

O nome desse histórico clube cuiabano não teve origem oriental, pois era a soma das sílabas SA (do irmão Samir), YO (do pai Yosef), NA (do seu nome) e RA (de Ramis, também seu irmão).

Em abril de 1969, no 250º aniversário de fundação de Cuiabá, Nazir Bucair trouxe de uma só vez 15 artistas, entre os quais Valdick Soriano, Sérgio Reis e Wanderléia.

O “Sayonara” encerrou suas atividades em 1980 e o seu prédio foi recentemente demolido para ser ali construído um condomínio residencial, mas ficou na história.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2004. – **Serys Shessarenko**, Senadora da República.

REQUERIMENTO Nº 1.169, DE 2004

Com fulcro no artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 14 de agosto do corrente, em Cuiabá, aos 89 anos, do ex-deputado estadual e advogado emérito da Ordem dos Advogados de Mato Grosso, Dr. Sebastião de Oliveira mais conhecido com Doutor Paraná, com apresentação formal de condolências à família, Assembléia Legislativa de Mato Grosso e a OAB/MT.

Justificação

O Doutor Paraná foi um dos mais ativos profissionais da advocacia mato-grossense e figura muito respeitada na comunidade de Mato Grosso, tendo dirigido a OAB/MT no período de 1971 a 1973.

Além disso teve destacada atividade política como Deputado Estadual e ao lado de seu filho o ex-Ministro da Reforma Agrária, ex-deputado estadual e federal, ex-prefeito de Cuiabá e ex-governador do Estado de Mato Grosso, Dr. Dante Martins de Oliveira.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2004. – **Serys Shessarenko**, Senadora da República.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 144, de 2004** (nº 491/2004, na origem), de 16 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor de até US\$ 100.000.000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, para financiamento parcial da segunda etapa do Projeto do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde – Vigisus II, a ser executado pela Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS, do Ministério da Saúde, e pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, primeiro orador inscrito.

S. Exª dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Sérgio Zambiasi, Srªs e Srs. Senadores, um dos pilares da economia pernambucana é a avicultura, com grande influência não somente nos negócios, sobretudo no chamado agronegócio, mas também nos aspectos sociais do Estado. Pernambuco é o maior produtor de ovos e de carne de aves do Norte e Nordeste do País, ocupando a quinta e oitava colocações, respectivamente, no nível nacional, com uma produção anual de 2,8 milhões de caixas de ovos, cada caixa com 360 unidades, como se sabe, e 200 mil toneladas de carne. A avicultura gera, no Estado, 94 mil empregos diretos e indiretos, daí a importância social do setor, e contribui com quase 2,5% do PIB estadual.

Entre os maiores insumos do setor avícola estão o milho, o farelo e o grão de soja, dos quais Pernambuco é grande importador. Além de sua ótima adequação ao uso na alimentação humana, excelente sucedâneo desses insumos é o sorgo granífero, cereal com alto nível energético, como dizem os especialistas, também conhecido por milho zaburro e egípciano, descrito na história por Plínio, o Velho, há quase 2000 anos, com sua credibilidade de historiador clássico. O semi-árido nordestino tem vocação atual para a produção do sorgo e Pernambuco, particularmente, possui tecnologia inovadora e eficiente, com mais de 100 municípios, no Agreste e Sertão, atendendo às condições básicas para a cultura dessa gramínea.

Durante o tempo em que governei o Estado de Pernambuco, uma missão técnico-administrativa chefiada pelo então Secretário da Agricultura Aloísio Sotero esteve na Índia para conhecer o manejo do sorgo, tanto o granífero quanto o forrageiro, pois nossas condições climáticas são adequadas à sua produção. A finalidade do projeto que iniciamos naquela época era de introduzir a cultura da gramínea em Pernambuco, utilizando-a não só na alimentação humana, mas também, poderia dizer, em rações balanceadas.

Uma das características do sorgo é sua alta estabilidade agrícola – algo em torno de uma safra perdida em cada 20 anos por motivos climáticos –, o que constitui um fator de motivação para a permanência do homem no campo, que era, na realidade, uma das metas de um Projeto que desenvolvi no semi-árido

pernambucano, intitulado Asa Branca, o pássaro que, como sabemos, volta quando a chuva chega e foi imortalizado na canção de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira. O Projeto Asa Branca visava criar condições para manter o homem em seu chão, e o sertanejo e o agrestino são seres essencialmente telúricos. Suas principais ações eram: a melhoria do desempenho da agricultura, da pecuária – sobretudo a de médio porte, como ovinos e caprinos – e, naturalmente, no campo da avicultura; exploração de novos cultivares, inclusive o sorgo; açudes e perenização de rios; estradas, inclusive vicinais, e comunicações. Levamos àquela época, inclusive, telefonia e sinais de televisão para todo o agreste e o sertão de Pernambuco; crédito e eletrificação rural; melhoria das condições gerais de educação, inclusive com a construção e reformas de escolas e também melhoria do nível do professorado; construção de casas populares; implantação de saneamento básico e postos de saúde. Além disso, duas preocupações nortearam, na época, as ações do governo: a produção de sementes climatizadas – e criamos, nesse sentido, uma empresa chamada Sememp (Sementes de Pernambuco S.A.) – e novos hábitos alimentares da população.

Pernambuco, além das condicionantes favoráveis, tem atualmente, sob a liderança do Governador Jarbas Vasconcelos, uma administração com visão estratégica e dinamismo empreendedor. Na sexta-feira passada, o Governador Jarbas Vasconcelos fez o lançamento oficial do Programa Sorgo Granífero, com base em um trabalho cooperativo e coordenado das Secretarias de Produção Rural e Reforma Agrária, chefiada competentemente pelo Dr. Gabriel Maciel, do Planejamento, cujo titular é o Deputado Estadual Raul Henri, também um político da nova geração, da Associação Avícola de Pernambuco e da Unimilho, com o apoio técnico da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária – IPA, que atua em articulação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, experiências recentes continuam a demonstrar o sucesso da iniciativa do cultivo do sorgo em solo pernambucano. O programa ora lançado prevê, com o engajamento de cinco mil produtores, distribuídos entre agricultores familiares, médios agricultores e produtores rurais que não dependem de crédito, o plantio, até 2005, de 50 mil hectares, com uma produtividade média de três toneladas por hectare. Faz parte do programa a mobilização de dezenas de equipes profissionais capacitadas à provisão, em todo o interior do Estado, de assistência técnica e extensão rural aos envolvidos nas atividades produtivas.

Obviamente, nos tempos em que se reclama cada vez mais uma agricultura e uma pecuária competitivas, é fundamental investir em ciência e tecnologia e também, por extensão, no crédito adequado. Mais do que isso, deve-se criar condições para que essas experiências sejam adequadamente disseminadas, para que o agricultor que nem sempre tem acesso à boa informação possa sentir-se mais seguro ao inovar plantando uma cultura que, muitas vezes, não conhece.

Segundo estimativa do já citado Secretário Gabriel Maciel: “o cultivo do sorgo granífero está direcionado para substituir 50% do milho na produção de rações e do composto alimentar das aves, destacando-se aí a diminuição de 25% do custo”.

É bom recordar que o Estado de Pernambuco não é um grande produtor de milho. Conseqüentemente o sorgo pode cumprir esse papel de substituir, como ração, sobretudo, para o desenvolvimento da agricultura.

Desejo, portanto, Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, enaltecer a iniciativa do Governo de meu Estado pelas ações do Governador Jarbas Vasconcelos, de seu parceiro e colaborador, o Vice-Governador José Mendonça Filho, e da diligente equipe da administração estadual.

Ao final, requeiro que sejam transcritos o excelente editorial “Sorgo granífero”, da edição de 16 de agosto de 2004 da **Folha de Pernambuco**, e a matéria do jornalista Roberto Cavalcanti “Safrá deverá crescer 1.250%”, publicada na edição de 13 de agosto de 2004 do **Diário de Pernambuco**, que exaltam a importância do Programa Sorgo Granífero.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso
1º e § 2º, do Regimento Interno.)*

Matérias referidas:

“Sorgo granífero”; e “Safrá deverá crescer 1.250%”.

Safrá deverá crescer 1.250%

Roberto Cavalcanti
Da equipe do **Diário**

A cultura do sorgo granífero conquistou o semi-árido pernambucano. Para a próxima safrá está sendo projetado um incremento de 1.250% na produção do grão. As estimativas são de que a colheita passe das 12 mil toneladas registradas em 2003/2004 para 150

mil toneladas em 2004/2005. Ao todo serão plantados 50 mil hectares em 110 municípios do Agreste e do Sertão. De acordo com a Secretaria de Produção Rural deverão ser beneficiados cerca de 5 mil pequenos e médios agricultores. Parte da atividade será financiada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) através da liberação de R\$28 milhões em crédito rural.

A área cultivada ganhará 42 mil novos hectares distribuídos entre municípios como Caruaru, Garanhuns, Araripina, Serra Talhada, Afogados da Ingazeira e Salgueiro. Segundo o diretor de Extensão Rural da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA), Gilberto Ramos, o produtor rural que plantar 10 hectares de sorgo terá um rendimento bruto de R\$8 mil em apenas quatro meses, tempo previsto entre o plantio e a colheita. A produtividade média por hectare é de 3 mil toneladas.

Principal substituto do milho na composição das rações avícolas, o sorgo granífero pernambucano acaba de ganhar um certificado de garantia de compra de 70% da produção. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ficará responsável pela aquisição de 40% do que for colhido e a Associação Avícola de Pernambuco (Avipe), por 30%. O preço mínimo assegurado para cada saca de 60 quilos é de R\$16,00, o que torna a cultura mais rentável do que qualquer outra plantada na região.

De acordo com o secretário de Produção Rural, Gabriel Maciel, a produção de sorgo no estado não atende nem 10% da demanda da avicultura local, o que abre uma ampla perspectiva de crescimento para a atividade em todo semi-árido.

Anualmente, os avicultores pernambucanos compram cerca de 600 mil toneladas de milho da Argentina, ficando refém dos preços praticados no mercado internacional. Constituindo 60% do preço da ração, o milho pode ser integralmente substituído pelo sorgo, reduzindo em até 20% os gastos com a alimentação das aves. As expectativas da Avipe são de que a produção pernambucana de sorgo ajude a reduzir em 30% a importação de milho.

Sorgo granífero

Merece registro a ação desenvolvida pelo Governo do Estado, por meio das Secretarias de Produção Rural e Reforma Agrária e de Planejamento (SEPLAN), em parceria com a Associação Avícola de Pernambuco (AVIPE) e Unimilho/Embrapa, para incentivar a produção do sorgo granífero usando tecnologia de ponta, gerando mais emprego e renda aos trabalhadores do campo e oferecendo melhores condições de competitividade aos produtores do setor avícola estadual.

Esta iniciativa integra em bom tempo os objetivos do Programa Sorgo Granífero de Pernambuco que, inclusive, garante um Certificado de Garantia de Compra de 70% da produção total, sendo 40% pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e outros 30% pela Avipe. Por sua vez, é bom lembrar que o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), liberará R\$28 milhões em Crédito Rural para ser aplicado no Programa Sorgo Granífero, que conforme estimativas iniciais deve alcançar até o final de 2005, uma área plantada de 50.000 hectares com produtividade média de 3.000 kg/há. e produção de 150.000 toneladas. Ressalte-se ainda a importância do Programa, quando serão beneficiados cerca de cinco mil produtores, englobando agricultores familiares com crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), médios agricultores que não tenham cadastro e ainda, produtor rural que não depende de crédito, ou seja, que tem recursos próprios. Outro fator relevante foi citado pelo secretário de Produção Rural e Reforma Agrária, Gabriel Maciel, destacando a qualidade de produção do sorgo granífero em comparação ao milho. “Enquanto o sorgo perde uma safra em 20 anos o milho tem uma boa a cada 10 anos. Isso representa mais estabilidade para o homem do campo”. Maciel ressalta ainda, o incentivo que vem sendo dado nos últimos anos pelo Governo do Estado ao setor da avicultura pernambucana no sentido de melhorar a competitividade com ênfase na produção local de sorgo granífero em substituição à importação de milho. Vale também registrar os dados estatísticos da Diretoria de Extensão Rural do IPA, na safra 2002/2003, quando foram plantados 5.000 hectares de sorgo na Região do Semi-Árido pernambucano com produção de 10.000 toneladas, e, em 2003/2004 foram 8.000ha, o que representa uma produção de 12.000 toneladas. E, segundo os cálculos levantados com o advento do Programa um produtor rural ou agricultor que plantar o sorgo granífero numa área de 24 hectares, por exemplo, terá lucro líquido de R\$12 mil num prazo máximo de quatro meses, o ciclo médio de produção. Segundo o Gabriel Maciel, o cultivo do sorgo granífero está direcionado para substituir em 50% o milho na produção de rações e de composto alimentar para aves, destacando-se aí, a diminuição em 25% do preço de custo, aproximadamente R\$40,00/tonelada. Desta forma, o sorgo é um cereal de qualidades semelhantes às do milho, sendo uma excelente fonte energética e de fácil adaptação ao clima quente do Nordeste, sendo produzido além de Pernambuco, no Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhes-

sarenko, inscrita para falar, na sequência, por cessão dos Senadores Marcelo Crivella e Edison Lobão.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de falar do compromisso que assumi no Congresso Nacional Intermodal de Transportadores de Cargas, realizado em Foz do Iguaçu, no dia 04 deste mês.

No evento foram discutidas todas as questões que tratam do transporte de cargas no Brasil, abrangendo desde a necessidade de se tratar da questão do transporte de cargas até uma discussão mais ampla acerca da proposta do Mercosul, da própria Alca, e até mesmo sobre a segurança em nossas estradas – da questão do roubo à necessidade de termos estradas em condições de trafegabilidade.

É claro que novamente veio à tona a questão dos recursos da Cide (Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico). Essa discussão é realmente importantíssima. Precisamos que esses recursos sejam usados para as finalidades para as quais essa arrecadação foi constituída. Repito que há muitas estradas federais em situação extremamente precária.

Concedo um aparte ao Senador Gerson Camata.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senadora Serys Slhessarenko, inicialmente lhe agradeço pelo aparte. Quero cumprimentá-la não só pela participação que V. Ex^a teve nesse encontro, mas também por trazer ao plenário, de uma maneira clara e bem colocada, o fato de que este Congresso precisa, quando votar a criação de fundos, acrescentar no texto disposições obrigatórias do uso do fundo para a finalidade por que foi efetivamente criado. E não estou me referindo a este Governo, mas também a períodos anteriores. Certamente V. Ex^a se lembra da criação da CPMF. O Ministro da Saúde de então – aliás, um ilustre Ministro – veio garantindo que, em quatro anos, estariam resolvidos todos os problemas da saúde no Brasil com a criação da CPMF. E nós, criticados por aumentarmos a carga tributária, explicávamos aos nossos eleitores que aquele tributo resolveria o problema da saúde; e o resolveria para aqueles que não tinham plano de saúde, os mais pobres, os menos favorecidos – naquela época a palavra “excluídos” ainda não estava em moda. Veja V. Ex^a que arrumamos uma ótima justificativa! E nunca se aplicou um centavo da CPMF para socorrer a saúde brasileira, que não melhorou. Houve também outros fundos. A Cide foi criada no final do Governo passado do mesmo jeito. Já havíamos criado um tributo para a recuperação de estradas e rodovias e até para a construção de novas rodovias, mas aquele

tributo entrou no bolo geral da Constituinte e foi para o caixa único da União. Dessa vez, então, afirmamos tratar-se de um tributo justo, um fundo justo, porque seria cobrado exatamente de quem usa o combustível e em benefício apenas de quem usa o combustível. Dissemos que a contribuição melhoraria as estradas e que faríamos grandes rodovias. Lembro inclusive que eu – acredito que fui eu, levado pelo Ministro dos Transportes de então – disse que, em cinco anos, teríamos a melhor rede rodoviária da América Latina. Paguei com a língua, pois piorou a rede. Novamente, então, o Governo joga aquele fundo que o Congresso cria por lei, com objetivo definido, para dentro do caixa único para fazer superávit. Então, a população não tem oportunidade de se servir ou de ser servida desses fundos que andamos criando a rodo. Portanto, V. Ex^a está cheia de razão. Ouvi declaração do novo Ministro dos Transportes de que, se tivesse metade da Cide durante cinco anos, as estradas brasileiras seriam as melhores rodovias do Hemisfério Sul – nem é mais da América Latina. Isso é uma lição para nós todos, do Parlamento da época e do Parlamento de hoje. Quando se cria um fundo, deve-se definir como crime de responsabilidade mexer em um centavo dele para objetivo diverso daquele para o qual foi criado. Essa era a intervenção que eu queria fazer, cumprimentando V. Ex^a por abrir essa cruzada em favor dos objetivos para os quais os fundos foram criados.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Não terei tempo hoje de tratar dessa questão com mais profundidade, mas assumi o compromisso de que, cada vez que viesse a esta tribuna, eu voltaria a falar no assunto. Falei durante um ano sobre a questão da Cide, por poucos minutos, cada vez que conseguia assumir a tribuna, e continuarei reivindicando, assim como também continuarei reivindicando da Câmara Federal que aprove – não disponho agora do número do projeto, porque não ia falar sobre esse tema, resolvi falar rapidamente – o projeto de lei que regulamenta as atividades do setor das transportadoras de carga. Trata-se de projeto de lei que tramita na Câmara e que esperamos seja aprovado, pois é de extrema importância para as transportadoras de cargas a regulamentação dessa situação.

Comunico também que estive, nos dias 5 e 6 deste mês, em Santiago do Chile. Compareci lá por indicação da Agendi, organização brasileira que trata da questão de gênero, que pagou todas as despesas. Participei de um encontro extremamente significativo entre Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Brasil, com a presença do representante do Estatuto de Roma, onde discutimos a questão da Corte Penal Internacional e a Justiça de Gênero, um tema muito importante.

Cada representante levou para seu país uma série de questões a serem encaminhadas, a fim de avançarmos na adequação de todos à Corte Penal Internacional. Para o Brasil, trouxemos algumas delas, principalmente, Sr. Presidente, no que se refere aos crimes de lesa-humanidade. A respeito do assunto, um vídeo deverá ser exibido aqui.

O nosso Governo, do Presidente Lula, já está dando os encaminhamentos necessários para a adequação do contexto brasileiro ao Estatuto de Roma, a fim de que sejam ajustados determinados aspectos da legislação, no que diz respeito a esses crimes de lesa-humanidade. Foi um encontro da Corte Penal Internacional, que avançou um pouco a tratar da justiça de gênero também.

Sr. Presidente, no tempo que me resta, desejo falar sobre o funcionalismo público, em especial, sobre os trabalhadores da educação pública de nível superior, isto é, das nossas universidades.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Lula vem promovendo uma importante e necessária reestruturação do serviço público federal, por meio da construção de uma política global, que envolve desde a questão salarial até a recomposição da força de trabalho, mediante a criação de novos cargos e realização de concursos, passando por pontos importantes como a reestruturação de carreiras, estratégias de avaliação e monitoramento do serviço, a estruturação do melhor desempenho institucional, entre outros aspectos, todos relevantes na consecução do objetivo principal que é a prestação de um bom serviço público, garantia fundamental da cidadania.

É importante lembrar que os Governos Collor e FHC, a partir de uma política calcada em um viés neoliberal, promoveram uma política de desmonte do serviço público, com expressiva redução no quadro dos servidores da Administração Pública Federal, além de deixarem, aqueles dois Presidentes, por quase dez anos, de conceder reajustes sistemáticos para o conjunto dos servidores.

E não se tratava de uma política que visasse a melhoria da prestação de serviço público federal, que buscasse eficiência e modernização, mas uma política de guerra contra o servidor, considerado o então culpado pelo déficit do Estado e que desconsiderava, ideologicamente, a necessidade de se garantir uma atuação estatal capaz de atender os direitos básicos do cidadão e de construir um modelo societário mais inclusivo e justo.

Sem fortalecer a burocracia estatal, os Governos passados criaram um enorme passivo social, seja pela má prestação do serviço público, seja pela situação de penúria da grande massa de servidores.

Sr. Presidente, os números são significativos: em 1995, quando assumiu Fernando Henrique Cardoso, o número de servidores ativos era de 567,7 mil servidores; em 2002, seu último ano, havia 459,4 mil servidores.

Dessa circunstância decorre a situação de gravíssimo déficit institucional verificado em áreas estratégicas de governo, tais como: universidades públicas, ministérios sociais, Receita Federal, carreiras jurídicas, fiscalização agropecuária e do trabalho, reforma agrária, proteção do patrimônio histórico, propriedade industrial, Polícia Federal, Instituto Nacional de Seguro Social, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, entre outros. Eu poderia aqui elencar uma série de outros dados, mas o tempo não me permite.

Sr. Presidente, diante desse quadro desolador encontrado pelo Governo Lula, este vem atuando na construção da referida política global de reestruturação do serviço público.

Destaco aqui o fato de que os servidores terão reajustes acima da inflação – em alguns casos bem acima –, o que comprova a intenção do Governo de cumprir com a promessa de recompor as perdas salariais provocadas nos Governos anteriores, recuperando, desse modo, o poder aquisitivo dos servidores públicos.

O Governo Lula tem buscado uma reestruturação do serviço público federal, garantindo reestruturações de carreiras e aumentos da remuneração em valores superiores aos da inflação e com recomposição do poder aquisitivo. As MPs 198 e 199, por exemplo, estabelecem os reajustes salariais de 2004 para as maiores categorias de servidores públicos federais após ampla negociação na Mesa Nacional de Negociação Permanente.

Vejam as categorias para as quais a negociação já ocorreu:

- Carreira da Seguridade Social – 191.072 servidores;
- Carreira do Seguro Social e Carreira Previdenciária (INSS) – 70.781 servidores;
- Plano de Classificação de Cargos (PCC) – 393.003 servidores;
- Docentes do ensino fundamental, médio e tecnológico, 22.528 servidores.

Isso totaliza 677.384 servidores abrangidos.

Eis, segundo o Governo, as principais bases dos reajustes:

- beneficiar setores do funcionalismo que sofreram maior reflexo da política de arrocho salarial e de redução do aparelho do Estado nos últimos anos;

- interromper a política adotada pelo Governo anterior (art. 3º da Lei nº 10.331, de 2001), que aprofundaria cada vez mais o fosso entre os maiores e os menores salários do funcionalismo federal;
- garantir o diálogo e os acordos firmados para o funcionalismo federal;
- beneficiar setores do funcionalismo federal que tiveram menor reajuste nos últimos anos;
- definir critérios de recomposição das tabelas salariais, tendo por parâmetro os últimos seis anos;
- dar início a um processo organizado de reestruturação das tabelas salariais, que se consolidará com a negociação de novos planos de carreira para os servidores.

Sr. Presidente, nesse contexto é que estamos vindo aqui, com preocupação, a situação dos nossos professores universitários, categoria à qual pertenço, com muita honra, e na qual construí toda a minha vida.

Em que pese o reconhecimento do esforço do Governo em reestruturar o setor do funcionalismo, tão fustigado nos Governos anteriores, algumas distorções ainda acontecem e os professores das universidades federais estão sendo vítimas delas, estão sendo prejudicados. Não foram, até o presente momento, atendidos em seus pleitos, em que pese os esforços da sua entidade sindical em negociar.

Contudo, o Governo precisa avançar em suas propostas, tendo em vista, notadamente, as concessões – que não são concessões, mas direitos – que tem feito a outras carreiras. Por exemplo, as carreiras jurídicas do Estado (advogados da União, procuradores fazendários e federais, defensores públicos da União, procuradores do Banco Central), as carreiras de auditoria fiscal da Previdência Social, de auditoria da Receita Federal, a carreira dos servidores do Tribunal de Contas da União, todas elas, merecidamente, tiveram aumentos significativos.

Para que esses aumentos fossem possíveis, o Governo, demonstrando o seu interesse em garantir que os servidores públicos finalmente sejam respeitados, enviou, neste ano, para o Congresso, proposta de ampliação do limite contido no item III.4 do Anexo VII da Lei Orçamentária de 2004 (Lei nº 10.837, de 2004).

As propostas, já aprovadas pelo Congresso Nacional, transformaram-se nas Leis nºs 10.905 e 10.906, ambas de julho de 2004, e aumentaram, respectivamente, em R\$800 milhões e em R\$2 bilhões os limites orçamentários para este ano para os aumentos dessas categorias citadas.

E agora, mais recentemente, o Governo tem sinalizado que vai enviar outra proposta de ampliação dos limites do já famoso Anexo VII da Lei Orçamentária, para atender aos servidores do Judiciário Federal,

tão bem defendidos pelo Ministro Nelson Jobim, e cuja reestruturação de carreira já tramita no Congresso, Sr. Presidente.

A proposta enviada pelo Ministro Jobim, que aumenta a gratificação devida aos servidores do Judiciário em 18%, já foi votada pela Câmara e brevemente o será pelo Senado, o que exigirá que o Governo envie proposta de dotação orçamentária no valor de R\$467 milhões em 2004.

Respeitamos os servidores do Judiciário e somos favoráveis a essa justa proposta. Ao aceitá-la, vê-se que o nosso Governo tem negociado e tem encontrado recursos para as diversas categorias. Portanto, não é possível que não encontre meios de atender a uma categoria fundamental, prioritária para o desenvolvimento do País e para a formação do povo brasileiro como a dos profissionais de educação de nossas universidades federais, que precisam ser ouvidos para terem suas reivindicações atendidas. Essa categoria, se não a mais pisoteada, a mais discriminada, tem seus salários completamente depauperados. Não tenho certeza, mas, entre os servidores públicos federais, talvez seja essa a categoria em pior situação.

Por isso, nosso apelo é no sentido de que a negociação com a Andes seja retomada, para que pela negociação se possa chegar a uma solução para essa demanda dos trabalhadores das universidades federais.

Os docentes do ensino superior merecem essa atenção e esse cuidado por parte do nosso Governo, do Governo do Presidente Lula. É uma gente combativa, que precisa ser respeitada. Nós, que militamos no Partido dos Trabalhadores, sabemos dessa combatividade. Sou professora, lectionei na Universidade Federal de Mato Grosso por 26 anos e sei da luta das universidades federais, do seu combate no processo de democratização do nosso País, da sua busca pela qualidade do ensino superior público. Todos nós que temos curso superior devemos isso às nossas universidades federais. Os nossos filhos, os nossos netos necessitam das universidades federais, que precisam ser valorizadas. Como disse, esses profissionais combativos precisam ser respeitados.

Sabemos que as grandes lutas por transformações vitais em nosso País foram forjadas nos quadros da universidade pública. Por isso, desta tribuna, manifestamos nossa solidariedade à luta da Andes – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Essa luta é por uma causa justa, a da necessidade de um reajuste merecido, não de aumento salarial. Ela trará o fim da discriminação contra essa categoria. Precisamos reabrir a negociação com a Andes, para que se resolva a questão dos trabalhadores de ensino das nossas universidades federais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, pela Liderança do PFL, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo apenas comunicar ao Senado Federal que o Governador Joaquim Roriz e eu estamos profundamente empenhados em que o Governo Federal traga para Brasília uma ramificação do gasoduto Brasil-Bolívia. E não só para Brasília, mas também para Goiás, Tocantins e todo o Centro-Oeste.

Apontado hoje como um dos energéticos de maior perspectiva de incremento, a ponto de ser designado freqüentemente como “o combustível do século XXI”, o gás natural praticamente não foi ainda implantado no Brasil, pois seu consumo representa apenas 5% da matriz energética nacional, o que evidencia nosso atraso. Apesar disso, cresce o uso desse produto como matéria-prima industrial, o que elevará esse índice para 10% a 12% nos próximos cinco anos, segundo as metas governamentais, em razão do amplo programa de massificação do uso do gás, que esperamos seja capitaneado pelo Governo brasileiro, o que levará o produto a quase todos os Estados da Federação.

Com reservas agora substanciais e rede de transporte adequada, as inquestionáveis vantagens econômicas e ambientais do gás natural serão oferecidas a termelétricas, indústrias, casas e veículos.

Nesse contexto, Brasília não poderia ficar de fora dessa inserção do País no mundo do consumo do gás natural, e a nossa Capital poderá contar em breve com essa possibilidade. No último dia 28 de julho, mantivemos um encontro com a Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, quando ficou acertado o início dos estudos para viabilizar a construção de uma ramificação do gasoduto Bolívia-Brasil para o Centro-Oeste.

A Ministra já determinou a constituição de um grupo de trabalho para executar a ramificação, que beneficiaria também os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, em um total de 1.769 quilômetros de tubulações.

Há pouco mais de um mês, em audiência no Palácio do Planalto, levamos também ao Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, a necessidade do apoio federal ao projeto. Depois disso, já houve uma reunião, no Ministério de Minas e Energia, com a Vice-Governadora Maria de Lourdes Abadia, os Governadores de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, de Goiás, Marconi

Perillo, do Piauí, Wellington Dias, e também do Maranhão, José Reinaldo Tavares, para acertar os detalhes finais da ramificação do gasoduto Bolívia-Brasil.

A expansão da infra-estrutura de transporte de gás natural no Brasil é uma necessidade para que possamos utilizar as reservas de gás natural existentes aqui e no cone sul do continente. A construção de ramal do gasoduto Bolívia-Brasil – Gasbol, até o DF está estimada em US\$670 milhões, hoje cerca de R\$2,1 bilhões. Os recursos para as obras de construção desse gasoduto de transporte viriam da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Trata-se de recursos constituídos com as provisões criadas pela Lei nº 10.438, de 2002, que existirão pelos próximos 25 anos.

Para 2004, a CDE já conta com R\$217,4 milhões para o início das obras de construção desses gasodutos de transporte de gás natural. Até 2008, são estimadas arrecadações da ordem de R\$1,94 bilhão, e pretendemos que as obras possam ser prontamente iniciadas, com elaboração dos projetos para a sua execução ainda neste ano.

É bom lembrar que, em abril deste ano, foi instalada em Goiânia a empresa Transportadora de Gás do Brasil Central – TGBC, que contará com capital público e privado, inclusive com a participação da Companhia Brasiliense de Gás – CEBGAS, e de suas congêneres de Goiás – Goiasgás, e de Mato Grosso do Sul – MS-GÁS. A CEBGAS é a concessionária de distribuição de gás do DF, controlada pela Companhia Energética de Brasília – CEB, que tem, entre seus sócios, a Petrobras Gás – Gaspetro. A TGBC será responsável pela execução dessa obra, que, depois de concluída, poderá transportar cerca de seis milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, para diversos usos e aplicações nos Estados de Mato Grosso do Sul, Goiás e no Distrito Federal.

O gás natural transportado para o Centro-Oeste será utilizado como combustível automotivo, que poderá ser usado tanto para fins industriais como para a área de transportes, comércio e residências. O gás é o melhor caminho para o País. Entre as vantagens do gás natural, estão o seu baixo impacto ambiental, a sua segurança operacional, a não necessidade de estocagem, o aumento da vida útil dos equipamentos e seu preço mais barato.

Com o gás natural em Brasília, vamos acelerar o crescimento econômico de todo o DF e teremos cidades menos poluídas e uma diminuição significativa nos gastos das famílias com combustível.

Essa é a boa notícia que tenho a honra de trazer às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores sobre essa grande possibilidade que Brasília está vislumbrando na área de abastecimento de gás natural, a par de ou-

tras possibilidades, como o trem de alta *performance* entre Brasília e Goiânia e a construção da Usina de Corumbá IV, capaz de solucionar o abastecimento de água nos próximos cem anos.

Pelo crescimento e pela posição estratégica de Brasília, tenho convicção de que a construção desse gasoduto é vital para a capital de todos os brasileiros.

Portanto, fica comunicado ao Senado Federal o apoio dos três Estados para que se comecem imediatamente, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, os estudos desse projeto que realmente mudará o nosso Centro-Oeste.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, o Sr. Sérgio Zambiasi, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem.) – Sr^a Presidente, solicito a minha inscrição pela Liderança da Minoria.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, por cinco minutos, pela Liderança da Minoria.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para registrar o artigo “Escolas públicas entram na rede”, publicado no jornal **Minas Gerais**, edição de 18 de agosto do corrente, que trata de um assunto que abordei muitas vezes nesta Casa: a inclusão digital dos alunos das redes públicas em todo o Brasil.

No caso específico de Minas Gerais, esse projeto levado a efeito pelo Governador Aécio Neves busca garantir o acesso à Internet a alunos, professores e comunidade. O Governo do Estado, com investimentos de R\$5,6 milhões, deu início à segunda fase do projeto Escolas em Rede, que atenderá 996 escolas da rede estadual de ensino até 2006, em 359 municípios. O objetivo é disponibilizar o acesso à Internet aos alunos, professores e comunidades envolvidas com as escolas.

Para esta etapa do projeto, o Governador está utilizando um sistema de parceria com a Telemar, com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, que doou os equipamentos, e com a Secretaria de Estado

da Educação, para a interligação de 25% das escolas estaduais, beneficiando 902 mil alunos.

A juventude que tem maior facilidade de acesso à Internet advém exatamente das classes com melhor situação financeira. As escolas particulares normalmente têm computadores disponíveis para os alunos utilizarem as modernas ferramentas eletrônicas de tecnologia da informação, especialmente a Internet. Entretanto, infelizmente, as crianças e os jovens das escolas públicas não têm esse mesmo acesso.

Fazemos, então, uma nova separação na sociedade: aqueles que têm acesso à tecnologia da informação e aqueles que não a têm; aqueles que podem utilizar a Internet e aqueles que não a podem utilizar. Em relação à telefonia celular, a maioria das cidades dispõem de telefonia celular e uma minoria não dispõe; isso ainda ocorre, apesar do grande avanço dessa tecnologia, que é nova. Afinal de contas, o telefone celular é utilizado há aproximadamente dez anos apenas. É muito importante avançarmos nessa questão de as escolas públicas entrarem na rede de transferência de dados, na Internet.

A Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais, Vanessa Guimarães, ressaltou que, caso o Governo Federal libere os recursos retidos no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust, poderemos atingir 100% das escolas mineiras.

O Fust é formado por 1% das contas de telefone que todos os brasileiros pagam. Esse 1% vai ficando no caixa do governo permanentemente. Já são mais de R\$3 bilhões, e não se usa um tostão desses recursos para informatizar as escolas públicas brasileiras.

Houve promessas e mais promessas no sentido de o governo finalmente fazer uma concorrência para a utilização desses recursos no projeto de inclusão digital. Mas isso não ocorre. O Presidente da República há pouco tempo, na África, falou outra vez de inclusão digital, mas nada ocorre. Ficamos sempre com as promessas sem execução, o que é, aliás, uma característica do PT no governo, que mudou muito desde a época em que era oposição, quando era muito crítico em relação à morosidade do governo e afirmava que tudo o que não ocorria era devido à falta de vontade política. Hoje os projetos andam mais devagar ainda. Não sei se, além de vontade política, faltam harmonia e preparo talvez, para poder levar à frente um projeto tão importante como o relativo à inclusão digital, que beneficiará os alunos que não têm acesso a computadores.

Sr^a Presidente, esse era o registro que queria fazer acerca do projeto que pretende ligar escolas públicas em rede em Minas Gerais, que deve ser seguido pelo Governo Federal. Na verdade, devia ocor-

rer o inverso: o Governo Federal devia estar dando o exemplo aos Estados. No caso, Minas Gerais está priorizando as escolas das cidades com menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que serão as primeiras beneficiadas.

Eu queria trazer a palavra de alerta mais uma vez e a palavra de cobrança, para que o Governo acorde e utilize os recursos do Fust. Dinheiro existe, mas não está sendo utilizado para fazer a inclusão digital dos alunos das escolas públicas brasileiras nessa área tão importante para o futuro da juventude brasileira.

Muito obrigado, Sr^a. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata, por permuta com o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o objetivo principal da minha fala nesta tarde é cumprimentar a Agência Nacional do Petróleo, a Petrobras e muito especialmente a Sr^a Dilma Rousseff, Ministra de Minas e Energia, pelo espetacular e estrondoso êxito alcançado no 6º leilão de licitações para produção e prospecção de petróleo da sexta rodada, realizado ontem e que continua hoje.

Esse leilão, que chegou a ser contestado injustamente em algumas áreas políticas e jurídicas – até em algumas áreas sindicais –, recebeu da Ministra uma posição firme em seu favor, uma vez que é previsto na legislação brasileira, e alcançou só no dia de ontem uma arrecadação superior a R\$450 milhões para a Agência Nacional do Petróleo. Tenho quase absoluta certeza de que, com os lances ocorridos hoje, ainda na sexta rodada, a arrecadação total poderá ultrapassar R\$1 bilhão, superior, portanto, à terceira rodada, que, naquela época, alcançou R\$600 milhões.

Enquanto nos regozijamos e cumprimentamos a Agência Nacional do Petróleo, a Sr^a Ministra Dilma Rousseff, de Minas e Energia, e a própria Petrobras pelo espetacular êxito desse leilão que se realizou parte ontem e parte hoje, temos a lamentar algumas posições retrógradas que, de vez em quando, contaminam setores políticos e até jurídicos do Brasil.

O Brasil obteve, pela Lei nº 9.478, de 1997, um espetacular avanço no processo de exploração não só de petróleo, mas de minerais. O avanço espetacular na produção de petróleo ocorreu nos últimos três, quatro anos, inclusive no ano passado. E tenho aqui que registrar que hoje, à frente da Petrobrás, está um ex-colega nosso, José Eduardo Dutra, que está mostrando ao Brasil ser um excelente administrador. Ele tornou a administração da Petrobras, aquilo que se

chamava de “caixa preta da Petrobras”, mais transparente, mais clara, mais meridiana, perceptível aos olhos de todos os que observam a economia petrolífera do Brasil. Temos que dizer que esse enorme avanço que a Petrobras obteve com uma gestão mais clara, mais transparente, quase se perde, por uma iniciativa que me pareceu extemporânea do Governador de Paraná. Ele não tinha nada que ver com o problema da sexta rodada de licitações dos blocos e foi à Justiça para tentar derrubar a Lei nº 9.478.

Ora, os poços de petróleo são, é claro, um bem da Nação brasileira, pertencem ao Estado brasileiro. O subsolo é do Governo brasileiro, portanto, do povo brasileiro. A lei, sábia, prevê que, para a exploração do petróleo, há que haver licitação pública, e a Agência Nacional do Petróleo é qualificada por lei para colocar em licitação, nos leilões, os blocos de exploração que estão disponíveis em determinado momento.

Eu não sei o que pessoas como o Governador do Paraná e uma Parlamentar do Espírito Santo querem. Elas propuseram até ao Presidente da República que descumprisse a lei. É até um atentado um Parlamentar que vota uma lei propor ao Presidente da República, que é o Executivo, que é o executor da lei, que a descumpra.

Ora, se a Agência Nacional do Petróleo tivesse poderes para doar áreas de exploração de petróleo, para doá-las à Petrobras ou à Eletrobrás, eu gostaria de ter uma para mim também. Certamente muitos brasileiros também quereriam ter uma área, até no fundo do quintal de sua casa, para ali poder explorar petróleo e outros minerais. A maneira correta, justa, constitucional, ética, legal, avançada é o contrário do pensamento retrógrado desses agentes políticos e do Judiciário, que tentavam propor ao Presidente da República o descumprimento da legislação.

Cumprimentei a Ministra Dilma Rousseff porque ela foi firme na sua posição: há uma lei, vamos cumprir a lei, vamos fazer executar a lei. Entretanto, essa vacilação, essa iniciativa e uma posição equivocada de um Ministro do Supremo Tribunal Federal ocasionaram prejuízos à sexta rodada de licitações, embora ela tenha sido até agora exitosa.

Observamos, por exemplo, que a Shell, que era uma das empresas que pretendiam participar ativamente do processo recuou nos últimos instantes. E o fez, acredito eu, temerosa de que decisões judiciais viessem a tornar proibitivos os investimentos que a empresa tem planejado para o Brasil. O Vice-Presidente da Shell, Sr. John Haney, segundo a imprensa registra hoje, evitou críticas, mas a empresa não deu lance algum nos leilões, embora estivesse inscrita na licitação. Haney afirmou que a liminar não alterou a

estratégia da empresa nos leilões e acrescentou que fatos como esses são normais num mercado em processo de abertura.

Entendo que o mercado brasileiro não está num processo de abertura. Ele já é aberto. E o fato de já estarmos na sexta rodada de licitações de blocos para exploração de petróleo prova que não estamos começando, estamos num caminho que tomou rumo e definições, embora, de vez em quando, ocorra no Brasil essa tendência para regredir, que é bem própria do nosso País, lamentavelmente.

O que é mais interessante e que temos que comemorar nesse fato é que a Petrobras, na verdade, foi a grande vencedora desses leilões. Eram 416 blocos oferecidos, 81 blocos foram leiloados ontem, e a Petrobras arrematou 61 blocos. Sozinha, ela ficou com 28, e, em consórcios, com 33. Os consórcios foram distribuídos de maneira muito interessante. Cito os que estão no Estado do Espírito Santo, por exemplo. Ela arrematou blocos associada com a Repsol espanhola e a YPF argentina, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales. Ficou, apenas ela, com mais uns 15 blocos no Estado, e acabou depois se associando a empresas estrangeiras nas quais tem maioria. Por exemplo, no Bloco 588, a Petrobras tem 40%, a EnCana Corporation tem 30% e a Kerr-McGee tem 30%. No Bloco 590, a Petrobras tem 60% e a Kerr-McGee Corporation tem 40%. E assim por diante. Ela está associada também a empresas portuguesas de exploração de petróleo, sendo que tem maioria. Enfim, ela está associada a empresas do Irã, de Portugal, da Argentina e da Espanha.

Aflorou nessa sexta rodada de licitações que se conclui hoje outro fator muito interessante. A Ministra Dilma Rousseff colocou de forma muito clara que essa licitação é fundamental e essencial para que o Brasil consiga a auto-suficiência de petróleo no ano de 2006.

Nós estamos acompanhando o que está acontecendo no mercado internacional do petróleo. Estamos vendo as incertezas provocadas ora por problemas no Iraque, ora por outros problemas políticos criados fora das fronteiras do Brasil, e que estão elevando o preço do petróleo a valores quase proibitivos. Isso fez a Petrobras vir a público dizer que se esses valores permanecerem por mais de sessenta dias tão elevados, ela terá que reajustar os preços dos combustíveis no mercado interno, provocando, sem dúvida, também influência do aumento dos combustíveis na própria inflação interna no Brasil.

Ora, a busca da auto-suficiência é fundamental e se torna mais premente neste momento. Conjura contra o País, trabalha contra o País – não é contra o Governo –, trabalha contra o Brasil todo aquele que

neste momento tenta impedir que o Brasil se torne auto-suficiente em petróleo. Há que suspeitar de certas atitudes. Há gente no Brasil que não quer que ele se torne auto-suficiente em petróleo. Há grandes empresas multinacionais que não querem isso. É claro, elas querem vender petróleo para o Brasil. Os grandes vendedores de petróleo – a Petrobras é uma grande compradora de petróleo – não querem que o Brasil atinja a auto-suficiência, querem que o Brasil continue comprando petróleo deles; algumas grandes empresas multinacionais também.

Os que nesta hora vestem a casaca de um falso nacionalismo e começam a entrar na Justiça e a propor manifestos contra os leilões previstos na legislação – aliás, forma única de se propor a exploração não só de petróleo mas também de outros minerais –, essas pessoas, esses indivíduos podem estar travestidos de nacionalistas, mas podem estar, ao tentar impedir a auto-suficiência em petróleo, objetivando favorecer grandes empresas multinacionais que vendem petróleo ao Brasil e que não desejam que o Brasil seja auto-suficiente em petróleo.

A Ministra Dilma Rousseff, numa carta que endereçou à Federação Única dos Petroleiros, foi muito clara e disse que a Lei nº 9.478 determina que as concessões de áreas para pesquisa e produção de petróleo sejam feitas por licitação. Essa é a maneira correta, ética, honesta, repito, de se propor um bem público à exploração de uma empresa privada – e a Petrobras é uma empresa privada embora com a maioria de ações públicas.

Outro ponto muito interessante que ela menciona é que não há descobertas comprovadas de petróleo ou gás nos blocos que estão sendo licitados na sexta rodada. Porque falsamente alguns desses agentes da vanguarda do atraso propuseram na imprensa que a Agência Nacional do Petróleo estaria leiloando áreas já onde o petróleo havia sido descoberto, bacias petrolíferas já com produção comprovada. Não é verdade disso. É claro que o que se propõe para exploração, para prospecção, para se descobrir petróleo é uma área em que não se sabe se tem. Por leilões anteriores, principalmente os leilões para prospecção no Espírito Santo, no litoral capixaba, sabemos que em 80% de sua área não sai petróleo. Há um enorme investimento que se perde, pois só em 20% se encontram poços de petróleo, e aliás com uma boa produção.

A Ministra foi clara: o Governo atual herdou dos governos anteriores, porque a Petrobras vem desde 1950, as condições para o Brasil manter quase a auto-suficiência. Se o Brasil começar a crescer mais, a busca da auto-suficiência vai sendo protelada porque o consumo de combustível vai aumentando.

É obrigação do Governo como ente que representa toda a sociedade brasileira a busca do bem-estar também na área energética, que é fundamental para todos nós, a busca da auto-suficiência de petróleo.

Há uns oito anos venho defendendo na Comissão de Minas e Energia, a nossa Comissão de Infra-Estrutura aqui no Senado, a busca da colocação em leilões dos chamados poços maduros. O que é um poço maduro? É um poço descoberto, furado, mas cuja produção de 200, 300 barris por dia, não é comercial para a empresa. Para a Petrobras não interessa, não é comercial, não compensa. E lacra-se aquele poço no qual foram investidos milhões de dólares. A Ministra agora está colocando em leilão esses poços.

Como é do conhecimento de todos, o Estado norte-americano do Texas tem dezoito mil pequenos produtores de petróleo que produzem menos de 6 barris por dia. Um pequeno produtor, na sua fazendinha, coloca um cavalo de pau e tira de 6 a 30 barris de petróleo por dia. Somando-se tudo isso, dá uma razoável produção.

A Ministra Dilma Rousseff teve esse entendimento extraordinário. No primeiro debate a que S. Ex^a compareceu eu iria propor-lhe isso. Quando comecei a fala, S. Ex^a já disse: um poço maduro. E realmente o poço maduro também entrou nesses leilões. Houve críticas, disseram que se colocaram mais de seis mil poços para leilão. Mas esqueceram-se que são poços maduros. Um pequeno empresário ou um pequeno proprietário que abriu um poço em sua fazenda, mas que está lacrado, maduro, entra na licitação e vai produzir petróleo: uns 10 a 15 barris por dia. Para a Petrobras é anticomercial, mas para ele, que mora ali, tendo um cavalo de pau e energia elétrica, é muito interessante que produza. Se se somarem todos esses poços maduros poderemos ter uma razoável produção de petróleo que depois será vendida para própria Petrobras, que irá refiná-lo.

A Ministra teve a percepção de que o petróleo não é só para as grandes empresas: Petrobras, Shell, Esso etc. E desse esforço que o Brasil faz para atingir a sua auto-suficiência podem participar pequenos empresários, pequenos empreendedores por meio da exploração dos poços maduros de gás e de petróleo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com muito prazer, ouço o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nobre Senador Gerson Camata, acompanho o pronunciamento de V. Ex^a desde o início, mas o que me chamou a atenção foi a maneira triunfante com que V. Ex^a se dirigiu ao Plenário, diante dessa vitória que o País teve

ontem com o leilão promovido pela ANP. E V. Ex^a subiu com ar de sheik do petróleo. E justifico: é a vitória do Espírito Santo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ah! Exatamente. Vou chegar lá. Quero agradecer a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Exatamente. Eu vi perfeitamente que sua vitória não é uma vitória pessoal, mas é uma vitória do Estado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Exatamente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Daí por que o seu discurso ganha uma dimensão esperada de um Senador como V. Ex^a, que tem marcado a sua longa carreira nesta Casa defendendo de maneira intransigente não só o seu País, mas de maneira muito especial o seu Estado. Portanto, esse ar triunfalista de sheik do petróleo que V. Ex^a emana nesta Casa contamina todos nós. Parabênz o Espírito Santo, que é um dos grandes beneficiados desse leilão de ontem, mas quero também parabenizar, de maneira muito especial, a ANP na pessoa do Embaixador Sebastião do Rego Barros, que é um diplomata brasileiro dos melhores da sua geração, que comandou esse processo, como também o Presidente da Petrobrás,...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Exato.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ...o ex-Senador José Eduardo Dutra, que por aqui passou deixando um pouco da sua experiência e, por que não dizer, faz muita falta nesta Casa nesse momento de carência de homens públicos com vocação política. A Ministra Dilma Vana Rousseff tem agido com cautela nessa questão que hoje preocupa o mundo inteiro. Nós estamos vendo a crise do petróleo fazendo com que o preço do barril atinja números nunca antes pensados e é preciso que o Brasil tenha cautela na condução dessa matéria. V. Ex^a depois abordou, com conhecimento de causa muito grande, o tema dos poços maduros. Nós temos essa questão no Brasil e em todo o mundo não só em relação ao petróleo, mas também em relação a outros minérios. E se esses poços maduros, no momento, não são prioridade porque não dão o lucro na mesma proporção que outros poços com potencial maior, eles, numa crise, servirão amanhã, com certeza, para a própria Petrobras, ou, neste momento, para estimular a iniciativa privada. Portanto, parabênz V. Ex^a e espero que tenha o mesmo êxito na questão que V. Ex^a abraça e dela não se afasta que é a briga da Nestlé com a Garoto, que tanto tem prejudicado o Espírito Santo. Parabéns!

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Nobre Senador, agradeço a V. Ex^a e atendendo à sua agradá-

vel provocação quero dizer que estava guardando para o final, mas vou citar agora a declaração do Diretor de Produção da Petrobras, Dr. Francisco Nepomuceno, que explicou que a estratégia da empresa para atingir a auto-suficiência é ir em direção ao Espírito Santo e que a Petrobras retomou as áreas que teve de devolver por causa do vencimento dos prazos de exploração. E disse o seguinte: “O Espírito Santo se tornou a nova província petrolífera do Brasil”. O que quer dizer que, dentro de alguns anos, nós iremos suplantar o glorioso Estado, nosso vizinho, do Rio de Janeiro e nos tornaremos, se Deus quiser, o maior produtor – a Petrobrás e a ANP também – de petróleo do Brasil.

O Governador Paulo Hartung ontem estava soltando foguetes da janela do Palácio do Governo, comemorando, porque ele está de olho nos *royalties*. Aliás, todos nós, o Brasil inteiro, mas acima de tudo, como patriotas, estamos de olho na auto-suficiência de petróleo.

O José Eduardo Dutra, logo que tomou posse na Petrobras, esteve aqui, e eu disse a ele: presidente, você é um homem de sorte, você é um homem de muita sorte porque a auto-suficiência de petróleo será atingida exatamente na sua administração.

Esse fato está a caminho, chegará no ano de 2006. Só o Espírito Santo, no ano que vem, passará a produzir 250 mil barris a mais, chegando à beira da auto-suficiência, com reserva de petróleo leve, o chamado petróleo *brand*, que a Petrobras hoje compra de fora – sendo obrigada a vender o petróleo pesado –, vamos chegar a uma produção, no Estado, de 200 mil barris de petróleo de primeiríssima qualidade.

Quero ainda colocar um pontinho a mais, se me permite o Sr. Presidente José Sarney, que acaba de chegar e cuja presença saúdo com muito prazer. Aqui no Congresso Nacional foi colocada uma posição errônea de que se as empresas multinacionais vencessem as licitações elas exportariam o petróleo. Dizem porque não conhecem a lei aprovada aqui em 1997. No entanto, a Ministra conhece a legislação porque em carta enviada aos petroleiros ela faz referência à lei dizendo: a produção advinda das novas descobertas é destinada, prioritariamente, ao abastecimento do mercado interno, gerando emprego e renda à população brasileira. Não poderia ser diferente, uma vez que a Lei 9.478, que regula a atividade de importação e exportação de petróleo, estabelece que “eventual exportação só poderá ocorrer após garantido o abastecimento interno”, com a autorização ainda da ANP. Ora, só pode exportar se atingir o mercado interno. Se tivermos auto-suficiência é bom exportar, vamos fazer mais divisas. Estamos fazendo já 30, 35 bilhões de dólares, vamos fazer 60 bilhões de dólares, vamos

decretar a nossa autonomia direta, sem precisar fazer esses enormes saldos de orçamento para cobrir dívidas com o FMI. Vamos fazer isso por meio do petróleo, tenho absoluta certeza.

Cumprimento o Governador Paulo Hartung, que sempre jogou pesado na direção de que o Espírito Santo era uma grande província petroleira, e também a ANP, como V. Ex^a fez, Senador Heráclito Fortes. Cumprimento ainda, acima de tudo, a Ministra Dilma Rousseff, que mostrou pulso, mostrou a que veio, mostrou que está ali para cumprir a lei e mostrou àqueles que queriam propor ao Presidente o descumprimento da legislação que o Presidente é o chefe do Poder Executivo; e levou o Presidente à posição certa de que a lei votada no Congresso é para ser cumprida; e que a maneira correta de se colocar um bem público à disposição do privado é por meio da licitação pública clara, transparente, como a que foi feita ontem, reconhecida pelo próprio Supremo Tribunal Federal, através da manifestação do Ministro Nelson Jobim.

Cumprimentos à Ministra e a todos aqueles, desde o Presidente da Petrobrás. Aliás, a Petrobras foi a grande vencedora da licitação, trazendo capitais para ajudar na auto-suficiência, trazendo tecnologias novas – se bem que a Petrobras já possui uma tecnologia de altíssima qualidade na exploração de camadas profundas do mar. Cumprimentos ao Estado do Espírito Santo, saudado pela Petrobras como a nova província petrolífera do Brasil e uma das mais importantes do mundo.

Tenho certeza de que, terminados esses leilões que se confirmam hoje, o petróleo vai cair um pouco no mercado internacional, dada a posição firme que a Ministra teve nessa hora de crise, mostrando que se cumpre a lei no Brasil com determinação e com a certeza de que estamos no caminho certo, impedindo que os retrógrados conseguissem dominar novamente esse setor tão importante da economia brasileira.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gerson Camata, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada fiz um pronunciamento a respeito de uma certa dificuldade que algumas personalidades na Oposição estão tendo face ao novo momento político e econômico do nosso País. E até para que não pairasse qual-

quer dúvida sobre a análise, usei uma frase da coluna da semana anterior do Deputado Delfim Neto: quando se perde o rumo e o discurso, realmente, às vezes, fica um pouco difícil trabalhar. E já brinquei também – está nos jornais –, que algumas pessoas na Oposição estão querendo fazer canja sem pé de galinha. Com pé de galinha já é difícil, sem pé de galinha fica mais difícil ainda.

Tivemos que ouvir, nos últimos dias, um discurso batendo numa tecla do autoritarismo, do autoritarismo e do autoritarismo... Junto com esse discurso do autoritarismo – inclusive é capa de uma das revistas nacionais do final de semana – vieram várias desinformação, de desvirtuamento e de declarações que não colaboram para o esclarecimento do que está posto em diversos assuntos que estão sendo apresentados, ou debatidos, ou encaminhados ao Congresso Nacional. Queria citar aqui três. Um deles é a questão dos jornalistas, do Conselho, projeto que só foi encaminhado ao Congresso Nacional por uma solicitação, um pedido, uma reivindicação antiga, de muitos anos, da Federação Nacional dos Jornalistas. E ainda vem como projeto, para que este Congresso, soberanamente, depois do debate, faça a apreciação, a alteração, a votação, a aprovação ou a rejeição. Portanto, taxaram uma iniciativa de encaminhar o projeto como algo autoritário. Foi grande o volume de declarações e a repercussão, inclusive quem leu o projeto, muitas vezes, não consegue identificar o viés de várias críticas com o que está escrito, posto no Conselho. De qualquer forma, dizer que é autoritário encaminhar um projeto para ser debatido, apreciado e votado no Congresso nos parece um pouco de exagero.

Na semana passada, veio também a público a proposta que estava sendo debatida no Governo de um decreto para facilitar o envio e a troca de informações de dados sigilosos entre os diversos órgãos do governo. Veio também uma saraivada de declarações, de questionamentos. O Governo agora quer quebrar sigilo por decreto, não quer respeitar. Assim, vai-se atrás, tentando descobrir qual é o motivo e por onde as coisas estão passando.

É interessante, porque essa flexibilização de sigilo, de alguma forma, já trouxe grandes benefícios, porque já vem acontecendo. Por exemplo, no ano passado – com isso, vem toda a questão da CPMI do Banestado –, o repasse do sigilo quebrado pela CPMI para a Receita Federal permitiu que a Receita autuassem em algumas centenas de milhões e pudesse ter arrecadação, fruto desse cruzamento dos dados. Existem outros membros aqui da CPMI que sabem que isso foi permitido.

Lembram-se da briga do CPMF: se a Receita poderia ter acesso aos dados da CPMF, exatamente para poder fiscalizar aqueles que têm grandes movimentações bancárias, mas não declaram Imposto de Renda e fazem sonegação? Foi uma briga para poder permitir que a Receita acessasse os dados da CPMF. Houve uma série de diz-que-diz-que, de conversas. Os sigilos que podem ser transferidos para fazer o cruzamento de outros crimes são os sigilos que estão sendo propostos, são os sigilos já quebrados por ordem judicial. Mas, de qualquer forma, isso ainda está em debate.

A outra questão – autoritarismo e tal – diz respeito à agência nacional para regular cinema e audiovisual. Presidente Sarney, estou cada vez mais indignada porque essa nem sequer ao Congresso chegou, é um pré-projeto que está em debate no Conselho Nacional de Cinema, com o *site* do Ministério da Cultura aberto para que todas as propostas, alterações e sugestões possam ser feitas. Só depois da deliberação do Conselho Nacional de Cinema e desse levantamento aberto pelo *site* do Ministério é que vem aqui para o Congresso Nacional, para que possamos debater, alterar, aprimorar e votar. Também foi apelidado de autoritário e de que seria dirigismo cultural. E lá vem um monte de viés de coisas! Ficamos tentando entender por onde está passando a lógica dos que, com falta de discurso e com perda de rumo, agora ficam querendo achar os pés de galinha para tentar fazer as canjas.

Eu não poderia deixar de tratar desses assuntos e queria me dedicar um pouco mais a esta questão do audiovisual, da absoluta necessidade de termos efetivamente a regulamentação da produção audiovisual no nosso País. Esse não é um assunto qualquer, de menor importância. Não nos venham distrair e tirar a atenção do que está por trás desse debate com essa questão de dirigismo. Houve jornalista que teve a ousadia de dizer que era um viés autoritário stalinista. Desta tribuna quero dizer que quem desviar o assunto do foco dessa questão do audiovisual é imperialista e está fazendo a defesa dos interesses que querem dominar corações e mentes pela comunicação.

Na segunda-feira, último dia do Festival Catarina, terceira edição do Festival do Documentário no Balneário Camboriú, participei de uma atividade, e fizemos um debate excelente sobre essa questão da Ancinav, sobre o que está por trás desse tema, a importância, os dados e as informações necessárias a serem colocadas.

O Senador Gerson Camata fez um belíssimo discurso a respeito do petróleo, parabenizando o resultado da atuação da Petrobras nessa licitação vitoriosa, toda a potencialidade e possibilidade que temos de alcançar

autonomia em termos desse combustível, provavelmente no próximo ano. O debate que fizemos no Balneário Camboriú seguiu exatamente essa lógica.

Presidente José Sarney, se na década de 50 a campanha “O Petróleo é Nosso” teve um papel fundamental como divisor de águas em termos da potencialidade de soberania nacional, neste início de século o tema, o assunto que faz a divisão de águas é a comunicação. Só quem tiver controle e só quem puder regulamentar e colocar a serviço dos interesses de seu país a comunicação terá condições de, efetivamente, disputar soberania.

No debate, dissemos que, da mesma forma que, na década de 50, foi fundamental e estratégica para o nosso País a campanha “O Petróleo é Nosso”, estamos agora numa situação em que devemos fazer a campanha “A Tela é Nossa”.

A tela já não é mais tela; ela é uma teia, uma rede, é TV, vídeo, computador, telefone, tudo interligado. Quem domina isso, quem tem o controle da veiculação do que passa por esses instrumentos de comunicação, efetivamente, têm ou não condição de dominar.

Quando falamos de tela, estamos falando do domínio das cabeças, da mente das pessoas, domínio do comércio porque, embutidos no filme americano, estão os valores, o *merchandising* de seus produtos, de sua moda, de suas opiniões, de sua visão de mundo. Obviamente, não temos condição de nos contrapor se esse debate não for colocado efetivamente para a sociedade brasileira.

Para exemplificar, lembro que, nas negociações do Nafta, do qual participam os Estados Unidos, o Canadá e o México, o Canadá não permitiu que questão cultural entrasse no acordo. Cultura é interesse nacional de soberania. De forma diferente, o México permitiu. O que aconteceu a esse país? Sua produção cultural anual, que era de aproximadamente 100 filmes ao ano, caiu para apenas 17 atualmente. Além disso, não tem onde exibir seus filmes, pois, para o cinema mexicano, não há salas disponíveis. O México, que tinha a autonomia do livro didático, passou a importá-los. Esse foi o resultado da inclusão desse tema no Nafta.

Quero ainda citar alguns dados que recebi do Congresso Brasileiro de Cinema. São informações que considero pertinentes para esse debate sobre a Ancinav, a Agência Reguladora do Audiovisual no nosso País.

Nelson Pereira dos Santos e Orlando Senna, em 21 de outubro de 2002, no Canecão, disseram:

Nas próximas décadas, as maiores atividades econômicas estarão relacionadas às indústrias cultural e de telecomunicações.

Das dez maiores indústrias francesas, seis são culturais.

Das dez maiores indústrias inglesas, cinco são culturais.

A maior receita dos Estados Unidos é a indústria bélica e, em seguida, vem a indústria audiovisual, que ocupa 80% do mercado de cinema no mundo. O audiovisual é a segunda, mesmo sem levar em conta sua capacidade de anunciar e vender produtos, inclusive as armas.

O país que não desenvolver o seu audiovisual estará fadado a importar não só mídias, mas produtos e comportamentos que incidirão direta e gravemente na economia.

O Presidente Lula fez uma declaração absolutamente pertinente para este momento: “O cinema brasileiro tem que ser acolhido no regaço do seu povo. À semelhança do Fome Zero, o povo brasileiro tem o direito de ver o seu cinema, nem que seja a custo zero”.

E o custo zero para o povo brasileiro acessar o cinema é exibição na televisão. Porque só a televisão alcança 41,5 milhões de domicílios no Brasil. Portanto, a melhor maneira de atingir a população brasileira com os nossos valores, com os nossos produtos, com o nosso interesse, com a nossa cultura é pela televisão.

E, por estranho que pareça, é exatamente o artigo que mexe na produção das TVs que está criando a maior polêmica no pré-projeto da Ancinav. Coincidência? Não acredito nesse tipo de coincidência.

Hoje, no Brasil, 80% do que é veiculado em cinema é de filmes americanos, mas, na TV, é 90%. Portanto, exatamente o instrumento, o veículo que poderia fazer com que o povo brasileiro acessasse a produção cultural brasileira é ainda mais restrito do que as salas de cinema. E não é porque não tenham audiência. Estão aqui os dados apurados pelos institutos de audiência do mês de outubro do ano passado:

O filme “Xuxa Requebra” teve 37 pontos no canal em que foi exibido. A audiência do outro canal foi de apenas 6 pontos.

“Eu, Tu e Eles” – aquele filme belíssimo – teve 27 pontos de audiência. O outro veículo teve apenas 14, no mesmo horário.

“Amores Possíveis” obteve 21 pontos, enquanto que o outro canal, 10.

Portanto, não é porque o povo brasileiro não gosta do cinema brasileiro, muito pelo contrário. Não é pela pouca qualidade do filme brasileiro, porque ele é reconhecido internacionalmente, ele tem respaldo, tem disputado prêmios de forma até discriminada porque, obviamente, quem domina mais de 80% do mercado

mundial, de produção cinematográfica, domina absolutamente esse mercado e também as premiações.

Eu quero ainda apresentar alguns dados extremamente graves: no Brasil, existe uma sala de cinema para cada 110 mil brasileiros. Essas salas de cinema estão concentradas em apenas 7% dos Municípios, e o filme brasileiro é veiculado em, no máximo, 1% apenas de nossas cidades. O mercado brasileiro de vídeo e DVD, significativo para o cinema americano, é quase inexistente para produções nacionais. O filme brasileiro, infelizmente, fica praticamente inédito. E os dados, os custos e a arrecadação são assustadores: nos Estados Unidos, o custo médio de um filme é de US\$50 milhões – qualquer filme lá tem, no mínimo, US\$30 milhões de investimento de divulgação em mídia, ou seja, há um custo médio de US\$50 milhões para fazer o filme mais US\$30 milhões, portanto são US\$80 milhões; no Brasil, a produção de um filme de qualidade custa algo em torno de, no máximo, R\$500 mil. Esse é o valor médio com produção aqui em nosso Brasil. E, para se ter uma idéia da arrecadação, o filme **Homem-Aranha** arrecadou US\$822 milhões! Então, estamos falando de domínio econômico, de domínio cultural, de soberania nacional, de uma situação que não pode ser debatida em hipótese alguma pelo viés – como alguns querem dar – de autoritarismo, de estalinismo, de dirigismo cultural, porque o que está em jogo neste debate é o equivalente, volto a dizer, ao debate da década de 50 sobre o petróleo. Na época, americanos assinaram o famoso Relatório Link, em que se afirmava não existir petróleo no Brasil. No entanto, vamos alcançar a soberania no setor no próximo ano.

Portanto, esse debate todo que estamos fazendo tem de ser sobre a lógica do interesse do nosso País, da nossa cultura, dos nossos produtos, do emprego dentro do Brasil, porque a indústria audiovisual emprega e tem um potencial de empregar muito mais se for valorizada, regulamentada, se houver percentuais obrigatórios de exibição, tanto na TV quanto nas salas de cinema, garantido, obviamente, o mercado produtor e o de veiculação.

Para terminar, Presidente José Sarney, registro aqui algo que pode indignar não só brasileiros, mas qualquer ser humano neste mundão de Deus. O Presidente Bush homenageou o presidente da MPAA – Motion Pictures American Association (Associação Americana de Produtores de Filmes), Sr. Jack Valenti, porque os Estados Unidos alcançaram a seguinte cifra: 85% de tudo o que é veiculado nos cinemas do mundo são filmes americanos. E, nessa homenagem, o Sr. Jack Valenti respondeu assim: “Presidente, não estou satisfeito; 85% é pouco; eu quero 100%”. Ou seja, não vão se conformar enquanto não dominarem

tudo e todos, e daí decorre o debate da Ancinav e da Frente Parlamentar em Defesa do Cinema Brasileiro, que o Senador Heráclito Fortes já assinou. E apelo para que todos que temos interesse na defesa da indústria cinematográfica nacional também assinemos. Essa é a resposta que podemos dar de imediato a esse debate, que tem que se transformar, sim, em uma grande campanha nacional, com o mote: “A tela é nossa”.

Muito obrigada, Presidente. Agradeço a gentileza da tolerância por alguns minutos que ultrapassei.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Pre-

sidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Já entreguei o documento do PSDB e peço a minha inscrição para falar em nome da Liderança do Partido, após a fala do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O requerimento de V. Ex^a está deferido.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, rogo a Deus que, neste instante, quando deve estar se iniciando no Haiti o jogo da nossa Seleção Brasileira, tudo corra bem. Que aquele país tenha a alegria que o seu povo deseja, sem que ali ocorra algum incidente grave, em um estádio sem nenhuma estrutura para o espetáculo que nós, brasileiros, com gesto patriótico, estamos oferecendo. Isso seria uma tristeza para todos nós.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero iniciar meu pronunciamento fazendo um elogio público e rasgado à Senadora Ideli Salvatti, esta heroína escalada para pautar a semana do Partido nas terças-feiras. Passam-lhe os assuntos mais difíceis de defesa, o osso. Daí por que a Senadora trouxe, evidentemente movida pelo subconsciente, a comparação de que canja de galinha sem pé não presta. Quero dizer à Senadora que adoro canja e detesto pé de galinha. Por questões de gosto, não acho que as duas tenham que andar sempre juntas e sinto-me muito bem com a canja sem os pés citados tantas vezes no pronunciamento por V. Ex^a.

Sr. Presidente, o PT é maldoso com sua Líder. Coloca-a aqui para fazer a defesa do impossível, o que ela tenta fazer de maneira esforçada e com brilho.

Senador José Sarney, Presidente desta Casa e ex-Presidente do País, o elogio que a Senadora faz hoje à Petrobras é dirigido aos governos que tentaram

abrir o mercado e, no passado, tiveram dificuldades porque o Partido dela não permitia. Ninguém foi mais contra a vitória que o Brasil teve ontem, por meio da Agência Nacional de Petróleo, do que o PT. Refiro-me à quebra do monopólio estatal da exploração do petróleo do Brasil. Essa vitória, que enaltece o País, aconteceu ontem apesar do seu Partido, que hoje traz para si os frutos dessa vitória, como se deste Governo fosse, e não um esforço de várias gerações. Por justiça, isso começou no Governo Getúlio Vargas, com o refrão aqui citado: “O petróleo é nosso”. Apesar de tudo, o Brasil vence.

Fiquei muito feliz com as comparações feitas pela Senadora com relação ao Nafta, porque isso me traz à mente a luta do PT contra a Alca. O PT usou, em alguns casos, a própria Igreja, hoje tão afastada do Partido, decepcionada em razão do não cumprimento das promessas feitas ao longo de vinte anos. Combata-se a Alca sem saber sequer o que ela era.

Aliás, Sr. Presidente, lembrei-me de uma figura fantástica que encantava o Brasil na década de 80, personificada por Jô Soares: um velho brasileiro exilado em Paris, que usava os primeiros sinais da comunicação telefônica mundial, ligava de um orelhão na Cidade Luz para seus conterrâneos brasileiros para saber das notícias, das agruras da ditadura brasileira, e dizia de lá: “Você não quer que eu volte!”

Isso tudo parece que começamos a reviver. O que vimos aqui, Sr. Presidente, é exatamente uma contradição de tudo que foi pregado ao longo desse tempo. O texto referente a essa Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual não será aprovado da maneira como está, porque, dentro do próprio Partido do Governo, há valores voltados para a cultura e para a coerência do seu passado, e estes não concordarão com esse texto.

O que assusta o Brasil é que a proposta tem origem no Ministério da Cultura, e o simples fato de um partido pensar em um texto dessa natureza já espanta e estarrece a todos. Modificá-lo é um dever de todos, mas o fato de originar-se no próprio Governo é que causa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a indignação da Nação, principalmente do setor cultural, que combateu a censura, dos jornais que tiveram seus editoriais e sua linha de ação censurados, transformando artigos em receita de bolo e em hinos de músicas brasileiras.

O que estarrece a Nação é que o texto do projeto que cria o Conselho de Jornalistas é de autoria exatamente do Palácio do Planalto e não da classe mais interessada, que é a dos próprios jornalistas. O que estarrece a Nação é a origem desses fatos, que

partem exatamente de quem combateu tais idéias durante anos e anos a fio.

Sr. Presidente, se o Governo quer ajudar o cinema brasileiro, dispõe de várias formas. Temos o Canal 42, Senadora Ideli Salvatti, chamado Canal Brasil, que é dedicado ao cinema brasileiro e que está ameaçado de ser fechado por falta de ajuda. Talvez aquele dinheiro que o Banco do Brasil liberou, de forma ilegal, para patrocinar *shows* do Partido, para a aquisição de sua sede, pudesse ter sido colocado à disposição desse Canal, que é uma defesa avançada do cinema brasileiro. Essa teria sido uma maneira clara, transparente e justa de ajudar a nossa cultura.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a, com toda a razão, demonstra indignação em relação a essa postura do Governo, que revela indiscutivelmente uma vocação autoritária, que deploramos. Recentemente, na sua viagem pelo mar do Caribe, o Presidente Lula acusou de covardes os jornalistas que não concordam com o Conselho. Creio que essa é uma revelação de despreparo. Um presidente da República, nem de brincadeira, pode denominar de covardes jornalistas que possuem um conceito inatacável. Não me reportarei a nomes, mas alguns dos que contestam com argumentos consistentes o modelo de Conselho que deseja o Presidente Lula prestaram extraordinários serviços à redemocratização do País. Há proprietários de veículos de comunicação que resistiram bravamente à ditadura. E não há como admitir isso, nem mesmo por brincadeira. Aliás, o Presidente não é eleito para brincar. O Presidente é eleito para governar. Em alguns momentos ele brinca e não governa, desgoverna – sobretudo quando não aceita a imposição da lei, especialmente da Lei Maior, a Constituição do País, e a afronta em muitas atitudes e procedimentos. Senador Heráclito Fortes, faço o aparte apenas para destacar a importância do pronunciamento de V. Ex^a, neste momento histórico em que há que se denunciar, sim, essa tentativa de se estabelecer um modelo autoritário de gestão no Brasil. V. Ex^a faz muito bem em comparecer à tribuna com essa missão. E faço este aparte a V. Ex^a para registrar também a minha indignação. Lamentavelmente, a luminosidade das praias do Caribe não significaram luminosidade de idéias para o Presidente da República.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a o aparte e quero registrar, até por dever de justiça, que foi em uma conversa que tivemos há poucos minutos no plenário que V. Ex^a me lembrou do comportamento do PT na luta pela quebra do monopólio do petróleo no Brasil.

V. Ex^a citou uma questão importante: a viagem do Caribe não deve ter feito tão bem ao Presidente. Só charuto, rum... São as belezas do Caribe, que devem ser contempladas por todos os que ali vão. No entanto, há uma diferença muito grande entre a brincadeira de um Chefe de Estado em uma roda de amigos ou na sua intimidade e o que é dito de maneira pública. Vejo, neste plenário, representando o PT, um homem de perfil democrático inarredável, que é o Senador Cristovam Buarque. Tenho certeza de que S. Ex^a ficou rubro com a brincadeira – ou declaração séria – do Presidente, quando disse ao seu colega da Costa Rica que foi ao Gabão aprender como se governa durante 37 anos. São palavras que não cabem.

Aliás, o Senador José Sarney, quando Presidente da República, defendia a liturgia do poder. Acreditava que o Presidente da República tinha que seguir a liturgia do poder e que dela não podia se afastar. E quero dizer que todos os presidentes que cumpriram essa liturgia no Brasil se deram bem. A liturgia do poder vai além do comportamento pessoal, é o respeito aos Poderes e principalmente ao próximo. Os presidentes da República que respeitaram o Congresso Nacional e que governaram com os olhos voltados para os outros dois Poderes saíram-se bem. Os que lhe viraram as costas pagaram o preço porque, em regime democrático, Sr. Presidente José Sarney, não há Poder mais forte do que o Legislativo brasileiro. E a história demonstra isso.

Sr. Presidente, falei de contradições do PT, entre o PT que pregava e o PT que governa, no exato dia em que os aposentados estão desesperados, à espera de uma decisão judicial sobre o que lhe era prometido ao longo dos anos, que era a não contribuição dos aposentados. Estão tendo que aguardar na Justiça o que lhes está sendo negado, mas que lhes foi prometido durante muitos anos.

Esse e outros fatos é que fazem com que a decepção tome conta dos brasileiros, embora, paralelamente a isso, se veja um avanço na economia, não como produto de um Governo que assumiu recentemente, mas como resultado do trabalho de vários governos que investiram na infra-estrutura, na agricultura, na renovação do nosso parque industrial. Agora, como na questão do petróleo, o atual Governo começa a colher os seus primeiros frutos. E é bom que isso aconteça. A democracia nos proporciona não o espetáculo de crescimento, como se quis dizer, mas o espetáculo de uma realidade deste velho gigante antes adormecido e que começa a despertar, depois do sacrifício de várias gerações.

Pagamos um preço alto, demos uma quota de sacrifício, é verdade, nos últimos oito anos, para que

pudéssemos, a partir de agora e nos próximos anos, nos anos futuros, colher esses frutos.

Razão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por que me solidarizo com a Senadora Ideli Salvatti. Muito ocupada, muitas tarefas pelos Ministérios, S. Ex^a não pôde ficar aqui, pacientemente, para ouvir o pronunciamento do seu colega. Governo é isso! Quem tem que estar no plenário é a Oposição. Ou então governista rejeitado, não é, Senador Cristovam? Os que estão no poder estão atrás da caneta, estão nos Ministérios, às vésperas das eleições com mais motivo ainda. Nós, não. Nós, da Oposição, e os rejeitados temos que amargar, de consciência tranqüila, com a certeza do dever cumprido, a solidão que o Governo nos impõe.

Parabéns, Senador Cristovam Buarque! V. Ex^a é voz isolada desse Governo no plenário. Imagine V. Ex^a se a Oposição de hoje fosse a Oposição irresponsável de ontem, que acusava sem provas, que atacava, que agredia – o Brasil assistindo, impassível, como estamos vendo aqui, sabendo que esta palavra repercute para o orador positiva ou negativamente Brasil afora, as galerias repletas de pessoas de idade.

Como pega mal ver o Governo não ter quem o defenda na tribuna! Onde estão os governistas? O que há, na realidade, é um sistema de rodízio. Não é obrigatório todos estarem aqui no mesmo dia, mas isso existe. E estão todos nos Ministérios, para liberar estradas, escolas. O Brasil inteiro sabe que o Governo hoje só atende aos que lhe dizem amém. Os governos anteriores faziam a mesma coisa? Sim, mas a Oposição combatia e prometeu mudanças. Que mudança que nada! Isso não existe!

Sr. Presidente José Sarney, acho que no Brasil há uma ideologia mais forte do que a da esquerda, a da direita e a do centro: a da caneta. Se você quer ver a verdadeira personalidade do cidadão, é só dar a ele a caneta cheia. Aí você vê nomeação sem concurso, vê a crueldade de negarem direitos aos trabalhadores, você vê obra sem licitação, você vê tudo igual ao que era antes. Não muda nada! Este é o Brasil!

Agora, querer nos convencer de que o projeto da Lei do Audiovisual é democrático é pensar que somos idiotas e loucos. Graças a Deus este é um País de pessoas atentas. E, felizmente, o “vazódromo” do Governo funcionou a tempo, porque esse texto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vazou ninguém sabe como, e, por meio da Internet, ficamos estarrecidos com as intenções de setores da cultura do Governo na calada da noite.

Mas quero, por dever de justiça, afirmar aqui que o Ministro da Cultura Gilberto Gil talvez fosse o menos informado do que acontecia ali, porque, pelo seu per-

fil e pela sua formação, tenho certeza de que jamais aceitaria aquilo.

Sr. Presidente, imagine que, por um milagre, o Henfil voltasse e visse os dias que perdeu acreditando nos que pregavam justiça e liberdade; e visse, exatamente na classe a que ele pertencia, a da atividade cultural, que foi a sua razão de ser, esse projeto de fazer inveja àqueles que, na ditadura passada, na época da guerra, prendiam e deportavam. Imagine se alguns que entraram nessa luta e nela acreditaram voltassem à Terra para ver quantas noites perdidas, quanto tempo perdido durante vinte anos acreditando que, quando a estrela subisse ao céu, ela traria bondade, fartura, progresso e não a frustração que toma conta de todos nós brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Senador Heráclito Fortes, o assunto que me traz a esta Casa, a esta tribuna, é o projeto da Ancinav, na área da cultura. Tenho certeza de que venho representando, neste momento, o pensamento da minha terra, da Bahia, que tem fortes ligações com a cultura. Tenho certeza de que a expressão da cultura brasileira tem lá na Bahia uma das suas maiores riquezas.

Essa riqueza da expressão da cultura nacional, como tantas outras, está no DNA do povo da Bahia. Não há como falar do meu Estado sem falar na sua cultura; não há como falar do cinema nacional sem falar de Glauber Rocha; não há como falar em Glauber se não falarmos da Bahia. E, com certeza, essa terá sido uma das razões pela qual o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva convidou para Ministro da Cultura o eminente baiano Gilberto Gil, com quem tenho uma velha amizade, desde os bancos de ginásio, e que merece o nosso respeito não apenas pelo esforço que vem desenvolvendo em prol da cultura nacional, mas também pela sua história, pelo que representa na música brasileira, pelo que representa na defesa dos nossos ideais democráticos.

Mas falo hoje desta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para criticar pontos que considero bastante preocupantes do texto do projeto de lei que cria a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, a Ancinav, que tem sido divulgado pela imprensa.

Fico bastante à vontade para trazer a minha crítica não só pela velha amizade que tenho ao Ministro, a que já me referi, mas, especialmente, pela forte ligação com as raízes da cultura do meu Estado.

A Bahia tem em seu Governo experiências modelares para estimular a expressão da cultura. O Senador Antonio Carlos Magalhães, desde a sua primeira administração, incluiu nos programas de governo os programas culturais, e existem experiências que continuam com o Governador Paulo Souto, para estimular a expressão da cultura.

Ainda quando fui Secretário de Fazenda, implementamos ações que, ao mesmo tempo, objetivavam, por um lado, fomentar a expressão da cultura e, por outro, permitir a inclusão cultural do nosso povo.

Essas ações ainda hoje têm prosseguimento, no atual Governo, com o Secretário...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Rodolpho Tourinho, peço licença a V. Ex^a para registrar que se encontra neste plenário, acompanhada do Deputado Federal Pastor Frankembergen, uma delegação da Comissão de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados do México. Essa Comissão é composta pelos Srs. Deputados Fermín Trujillo Fuentes, Juan Antonio Guajardo Alzadua, Jorge Leonel Sandoval, Irene Hermínia Blanco Becerra, Elpidio Tovar de La Cruz, Feliz Adrian Fuentes Villalobos, o Adido Naval da Embaixada do México Capitão-de-Guerra Angel Sarmento e pelo diplomata Sr. Marco Antonio, Secretário da Embaixada.

Agradecemos a visita e desejamos à Comissão de Deputados do México uma feliz passagem pelo Brasil.

Muito obrigado.

Continua com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Eu dizia que a Bahia tem experiências modelares nessa área de estímulo à expressão da cultura que continuam, ainda hoje, no Governo de Paulo Souto, visando alocar recursos para o desenvolvimento das artes plásticas, da música, da dança, do cinema, do teatro e de outras formas de expressão cultural.

São programas como o “FazCultura”, em que a Secretaria da Fazenda patrocina a produção cultural; um outro, “Sua Nota é um Show”, permite ao cidadão trocar notas fiscais por ingressos para *shows* patrocinados pela Secretaria da Fazenda. Há ainda o “Sua Nota é um Show de Solidariedade”, que tem o objetivo maior de levar recursos a instituições de caridade; um outro, o “Faz Universitário”, colaborando com a formação universitária; o apoio constante, há mais de 10 anos, ao Salão da Bahia, seguramente um dos mais importantes eventos de artes plásticas do País; o apoio ao Balé Folclórico da Bahia, um dos mais respeitados do mun-

do, entre tantas outras ações. Todas elas trouxeram à Secretaria da Fazenda da Bahia a respeitabilidade perante a classe artística e ao povo do meu Estado, e me credenciam hoje para vir a esta tribuna expressar as minhas preocupações com as linhas gerais do projeto de lei da Ancinav, Agência de Cinema.

Não resta dúvida de que o Estado deve ter um papel insubstituível no desenvolvimento cultural, cabendo a ele a responsabilidade de implementar políticas públicas que promovam a diversidade cultural, gerando assim empregos e inclusão social.

Mas, o projeto de lei da Ancinav soa como se finalmente questões relativas à produção, difusão e enriquecimento da produção audiovisual no Brasil caminhassem na firme direção de o Estado brasileiro reassumir o seu papel fundamental de mediador e indutor desse processo.

Soa como música para os ouvidos, mas o que se esconde nas entrelinhas é uma preocupante desafinação, para a qual chamo a atenção não apenas dos membros da Comissão de Educação, mas também dos integrantes da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, da qual faço parte e que tem também a participação entre outros do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante e de tantos outros Parlamentares preocupados com a questão da cultura no País.

A inclinação intervencionista ou autoritária do texto do anteprojeto de lei, que certamente não é da lavra do Ministro Gilberto Gil, tem sido tema de repulsa da sociedade brasileira. A Jornalista Miriam Leitão, por exemplo, em sucessivos artigos, entre os quais cito “Adeus Lênin”, na coluna “Panorama Econômico”, do **Correio da Bahia**, de 7 de agosto último (sobre o qual requeiro à Mesa que o insira nas Anais da Casa), tem alertado para o tom de dirigismo cultural e ela vem acompanhada de figuras expressivas da cultura do cinema nacional, como Arnaldo Jabor, Cacá Diegues e tantos outros que sofreram o doloroso aprendizado da conquista da liberdade de expressão do pensamento.

Por mais que conteste o tom das críticas que vem recebendo, apelo ao Ministro Gilberto Gil que pare e reflita sobre o clamor das vozes respeitáveis e preocupadas – às quais me somo – com um texto que está, sim, se reintroduzindo na legislação brasileira a marca do intervencionismo e que, ainda que não venha a ser usado por este Governo de forma autoritária (até porque não condiz com a biografia do Sr. Ministro), será deixado de herança para algum futuro governo que possa não ter a índole democrática.

Não bastassem as preocupações com os diversos dispositivos carregados das ameaças a que me referi, e que não cabe aqui detalhar, pois terão um fórum ade-

quado nas Comissões desta Casa, não posso deixar de ressaltar, mais uma vez, uma ação deste Governo, que resultará em aumento de carga tributária, desta vez por meio da taxação que recairá sobre o setor de produção cultural.

O anteprojeto de lei da Ancinav está criando a chamada “Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica e Audiovisual Brasileira”, que incidirá, entre outras fontes geradoras, na exploração comercial de obras cinematográficas e videofonográficas e na venda de ingressos ao consumidor em salas de cinema e locais de exibição de obras cinematográficas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a criação de taxas dessa natureza para o setor cultural terá a perversa consequência de aumentar ainda mais a “exclusão cultural”, exatamente no momento em que, por exemplo, o cinema nacional tem conseguido, a duras penas, reafirmar-se, inclusive, nos grandes centros internacionais, atraindo maiores bilheterias.

Hoje em dia, assistir a um filme no cinema pode ser considerado um divertimento para poucos, afinal os preços praticados nos ingressos, em especial nas grandes cidades, inviabiliza o acesso a essa forma de lazer à grande parte da população brasileira. Imaginar que o projeto do Governo tornará esses preços ainda mais elevados corresponde à elitização total desse tipo de entretenimento.

Além de penalizar a classe mais pobre, a nova taxação representa uma visível incongruência face os incentivos fiscais que são concedidos apropriadamente ao setor cinematográfico e que acabam sendo, de certa forma, retirados ou reduzidos.

Além de tudo isso, estão criando uma superestrutura burocrática para fiscalizar as atividades cinematográficas e audiovisuais. Pretende-se até passar para a tutela da Ancinav o que é recolhido de direitos autorais de músicas utilizadas pelas emissoras de televisão, que, em 2003, atingiu R\$100 milhões. Lamento, porque agora a cultura passará a conhecer o que é contingenciamento também de recursos. Os fundos, hoje, deveriam estar financiando o crescimento da produção científica no País, do crescimento da pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Vamos estender essa terrível forma de agir, própria não só deste Governo mas de outros passados também, que é o contingenciamento dos recursos que entram no Tesouro Nacional.

O **Estado de S. Paulo**, de 12 de agosto, denuncia que “Músicos estão em pé de guerra com ministério” por causa desse fato e também informa que “um dos primeiros impactos da nova Agência Nacional de Cinema e Audiovisual será a criação de 510 cargos públicos”. Então, para resumir, acho que criar tributos,

aumentar taxas para a população pagar, aumentar a despesa com pessoal e aumentar o número de funcionários públicos é tudo que este País não precisa nesse momento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para concluir meu pronunciamento, reafirmo meu apoio integral à cultura nacional, e como já afirmei pessoalmente ao meu amigo, o Ministro Gilberto Gil, entendo como de fundamental importância que o Ministério da Cultura receba maior destinação de verbas para investir em projetos que tenham a característica de construir a identidade nacional, geração de empregos e, em última análise, impulsionar o desenvolvimento da economia.

Entretanto, não é pelo caminho simplório e perverso da criação de taxações às produções culturais que esse objetivo será alcançado e, com certeza, não será com esse projeto de lei, eivado de ameaças às liberdades de pensamento, que a produção cultural brasileira continuará na sua trajetória crescente de sucesso.

Conclamo, finalmente, aos nobres Senadores, especialmente os integrantes da Frente Parlamentar de Defesa da Cultura, para dedicarmos especial atenção a esse projeto. Afirmo, desta tribuna, que, se ele vier a esta Casa na forma como tem sido divulgado pela imprensa, de minha parte receberá todo empenho pela sua rejeição. É preciso rediscuti-lo e revisá-lo nos aspectos mais duvidosos de toda a área cultural do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*DOCUMENTO A QUE SE RERERE O
SR. SENADOR RODOLPHO TOURINHO EM
SEU PRONUNCIAMENTO*

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Adeus, Lênin”.

**PANORAMA ECONÔMICO
Mirian Leitão**

Adeus, Lenin

Numa semana, duas ameaças: uma agência para controlar a produção cultural e um conselho para fiscalizar o jornalismo. A idéia da agência, que diante dos protestos foi recolhida ao estaleiro, nasceu na Casa Civil. No caso do jornalismo, a Federação Nacional dos Jornalistas propôs a criação de um conselho para a profissão, mas a exposição de motivos do ministro Ricardo Berzoini deixa clara a intenção controladora. Diz o ministro que não há hoje instituição para “fiscalizar e punir as condutas inadequadas dos jornalistas”.

O ministro está errado. O que nos pune, caso tenhamos condutas inadequadas, é o conjunto das leis brasileiras, o Judiciário brasileiro. Sobre o nosso trabalho, recai ainda o peso de uma lei do período ditatorial: a Lei de Imprensa.

No projeto para a criação da Ancinav – agência que controlará cinema, televisão, TV paga, rádio e outras empresas que atuam em audiovisual – o governo nem disfarça sua inclinação autoritária.

Artigo primeiro: “Compete à União organizar a exploração das atividades cinematográficas e audiovisuais. Parágrafo único. A organização inclui o planejamento, a regulação, a administração e a fiscalização das atividades cinematográficas e audiovisuais”. Esse início é revelador. O governo deve regular e fiscalizar. Isso está correto. Mas as tarefas de planejar e administrar cabem às empresas. Tudo neste governo é assim. Ele não se contenta em exercer as funções que estão destinadas ao Estado. Na cultura, como na economia, o mesmo DNA do autoritarismo, da centralização excessiva, de regras pouco claras, das perigosas ambiguidades aparece em cada iniciativa.

Há frases no texto que parecem singela, como a do artigo oitavo: “A liberdade será a regra. Parece estar confirmando as garantias constitucionais da república democrática que o Brasil escolheu ser, mas aí vem o fim da frase: “constituindo exceção as proibições, restrições e interferência do setor público”. Leia-se ao inverso e se verá o tamanho da ameaça: estão autorizadas, portanto as proibições, restrições e interferências.

O artigo todo é abusivo. No terceiro parágrafo, diz que “O proveito coletivo gerado pelo condicionamento (da intervenção estatal) deverá ser proporcional à privação que ele impuser”. Ou seja, é possível sacrificar a liberdade se isso for, na interpretação do governo, de proveito coletivo? Liberdade não tem porém. Liberdade não se condiciona a nenhum outro objetivo. Isso apredemos; dolorosamente.

A ANCINAV, Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, como foi proposta, terá o direito de interpretar as leis, decidir em casos omissos – e suas decisões são irrecorríveis. Admite apenas o recurso ao conselho diretor da própria Ancinav. Vai também “articular os vários elos da cadeia produtiva da indústria cinematográfica e audiovisual brasileira”, vai “fomentar” alguns produtos estrangeiros, expedir certificados, vai apreciar “os comportamentos suscetíveis de configurar violação das normas legais aplicáveis à exploração de atividades cinematográficas e audiovisuais, inclusive a produção, programação, distribuição, exibição, veiculação”. E é ela também que decidirá sobre os casos de defesa da concorrência, função da Secretaria de

Direito Econômico e do Cade. A lista das atribuições é tão interminável quanto inconstitucional.

E quem exercerá esse poder todo? Cinco pessoas. Ou melhor, três pessoas, porque o conselho diretor terá cinco diretores, mas decidirá por maioria simples. Esse triunvirato terá o direito de, no caso em que a divulgação “colocar em risco a segurança do país, violar segredo protegido ou a intimidade de alguém”, fazer reuniões secretas e manter seus registros em sigilo. A Ancinav terá também o direito de requerer qualquer informação “técnica, operacional, econômico-financeira e contábil” de qualquer empresa que atue no mercado.

E quem está submetido a ela? Todos os que se enquadrarem nesta estranha definição: “Conteúdo audiovisual é o produto da fixação ou transmissão de imagens, com ou sem som, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independentemente dos processos de captação, da tecnologia empregada, do suporte utilizado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão.

A poderosa Ancinav também tributa. Ela aumentou a taxa que recai sobre o setor por meio da “contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica e audiovisual brasileira” e dá uma lista enorme de fatos geradores sobre os quais recairá a taxa, a “Condecine”.

O pior momento da peça está nos artigos 42 e 43. No primeiro, diz que ela vai exigir das prestadoras de serviços no setor: “respeito aos valores éticos, sociais e morais da família”, sem dizer que tipo de manual de costumes vai consultar. No 43, ela se outorga o direito de dispor sobre “a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação”. Triste é ver o imenso Gilberto Gil aceitar um texto que ele não redigiu e que, em tantas notas, desafina com sua biografia.

Tudo no projeto lembra uma outra época, um outro mundo, cujos muros já desabaram há 15 anos, um mundo em que o poder central planejador decidia, julgava, condenava, organizava e administrava por obscuros e subjetivos conceitos, e transformava os produtores culturais em peças da máquina de propaganda estatal. O governo recolheu o texto e diz que vai refazê-lo. O melhor destino para este texto é o lixo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago à tribuna hoje o massacre. Tive a honra de conhecer Ibsen Pinheiro. Eu o tinha como um Parlamentar probo, competente e de grande futuro, tanto é que despontava

já como presidenciável do PMDB. É referência parlamentar num Parlamento desacreditado pela população do País. Para mim, foi grande a surpresa quando seu nome foi incluído entre aqueles indiciados pela CPI do Orçamento. Onze anos depois, um jornalista revela com todos os detalhes o grande equívoco que deu margem à grande injustiça.

É difícil, Senador Eduardo Siqueira Campos, descrever com todas as letras o drama vivido pela injustiça proclamada, a vergonha sentida e, como diz Ibsen Pinheiro, “vergonha sente quem tem vergonha e não quem pratica atos vergonhosos”, a dor sofrida por ele próprio e pela família, porque a consciência suja não dói. Diz Ibsen Pinheiro: “O que dói é exatamente a consciência limpa”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há escândalos. Há políticos corruptos, mas, lamentavelmente, há políticos injustiçados. E o que se revela é tremenda injustiça. Muitos dos Senadores conheceram de perto Ibsen Pinheiro e certamente, como eu, muitos ficaram surpresos com a inclusão de seu nome entre aqueles indiciados pela CPI do Orçamento.

Porém, o que me traz a esta tribuna não é apenas a solidariedade. O que me traz à tribuna não é o desejo de reivindicar da Câmara dos Deputados a revisão do ato da cassação do mandato de Ibsen Pinheiro, até porque não há ressarcimento compatível com o dano causado. Não há como recuperar prejuízo, pois os prejuízos sofridos são irrecuperáveis. Houve, sim, um linchamento político, um massacre de natureza moral. Não há como ressarcir Ibsen Pinheiro dos danos causados por essa injustiça. O que me traz à tribuna é, sobretudo, outra constatação. A solidariedade, sim, embora eu saiba, com a consciência tranqüila, que ele sequer necessite dela. O que me traz a esta tribuna é a indignação de ver o Sr. Waldomiro Diniz como responsável principal por esse equívoco.

No decorrer do debate sobre a instalação da CPI Waldomiro Diniz, ouviu-se, não uma única vez, mas muitas vezes, que não havia uma ligação tão estreita assim do Ministro José Dirceu com o Sr. Waldomiro Diniz, embora se comprovasse que a residência de Deputados do PT sempre foi residência do Sr. Waldomiro Diniz, um assessor de luxo do Partido dos Trabalhadores na Oposição.

Nessa CPI do Orçamento, o Sr. Waldomiro Diniz funcionou como assessor do PT, do então Deputado José Dirceu e, segundo a revista **IstoÉ**, também do então Deputado Aloizio Mercadante, Líder do Governo nesta Casa. Mas os porta-vozes do Governo insistiram em afirmar que não havia maior comprometimento da relação entre o PT e Waldomiro Diniz. Mais um retrato

da inverdade, mais uma constatação da dissimulação que condena o PT no Governo.

A revista **IstoÉ** revela textualmente:

Minutos depois, Waldomiro Diniz entrou na sucursal brasileira de **Veja**, (...) exibiu um sorriso triunfal e afirmou. “Pegamos Ibsen”, disse-me.

Com base nos documentos fornecidos, a revista **Veja** divulgou ter sido Ibsen Pinheiro responsável por transações que envolviam um milhão de dólares. A própria revista constatou depois que se tratava de apenas mil dólares e não um milhão de dólares. Mas o Sr. Waldomiro Diniz forjara documentos. Apresentara documentos, levando um jornalista a incidir num equívoco que custou, lamentavelmente, a trajetória política de um brilhante líder do Rio Grande do Sul, o Sr. Deputado Ibsen Pinheiro.

E o Sr. Waldomiro Diniz mereceu da parte do atual Governo proteção no momento da denúncia. Evitou-se, agredindo a Constituição, desrespeitando o direto da Minoria no Congresso Nacional, a instalação da CPI sobre Waldomiro Diniz, que certamente revelaria todas as mazelas por ele acumuladas antes e depois da posse do Presidente Lula na Presidência da República.

Aqui está o jornal de hoje:

CPI pede prisão de Waldomiro Diniz.

(...) O relatório da CPI da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro enquadra Waldomiro em oito crimes diferentes e solicita ao Ministério Público Estadual que o ex-assessor da Casa Civil seja investigado em três outros casos, nas supostas doações de campanha em 2002, em possíveis irregularidades na compra de uma casa por R\$290 mil e com relação à alegada contribuição de R\$8 mil que recebia da Fundação Parque de Alta Tecnologia de Petrópolis em complementação ao seu salário na Presidência da Loterj.

É esse cidadão, esse assessor de luxo do PT o principal responsável pelo equívoco deplorável cometido por um jornalista, que, como decorrência, proporcionou um equívoco coletivo da Câmara dos Deputados que levou à cassação, agora, segundo se revela injustamente, o Sr. Ibsen Pinheiro. De nada valeram os argumentos dos advogados do então Deputado.

Não teve importância alguma também a auditoria realizada pela Trevisan e Associados para esquadriñar todos os ingressos e todas as saídas das contas bancárias de Ibsen Pinheiro, comprovando a lisura de seus procedimentos. Isso não importou. O que importou, na verdade, foi a documentação forjada por Waldomiro Diniz utilizada para a cassação de um Deputado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, há comprovação de que a CPI Waldomiro Diniz certamente revelaria fatos inquestionavelmente graves e comprometedores da ação do atual Governo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nosso objetivo nesta tribuna é também destacar o despreço do Presidente Lula à lei, especialmente à Lei Maior, a Constituição. Despreço esse proclamado, mais uma vez, na edição de uma medida provisória, dessa feita, não só pela afronta à Constituição, mas também pelo objetivo da providência adotada.

Quer o Presidente, por meio de medida provisória, conferir **status** de Ministro ao Presidente do Banco Central. Há afronta à Constituição, porque não existe relevância e urgência nessa medida, pressupostos básicos indispensáveis para que se autorize o Presidente da República a editar medidas provisórias.

Essa afronta à Constituição se repete, é rotina: o Presidente da República revela seu despreço à lei. É preciso constatar sempre: a lei deve governar os governantes. Quando a lei não governa, os governantes des governam; quando a Constituição é afrontada pelo Presidente da República, a consequência imediata é o desgoverno do País.

O Presidente da República adota a medida provisória, afirmando a importância de se conferir ao Presidente do Banco Central **status** de Ministro, como se isso pudesse consistir em sentença judicial de absolvição por eventuais ilícitos praticados – evidentemente, essa é a razão dessa providência urgente do Presidente Lula, diante das denúncias, das acusações assacadas ao Presidente do Banco Central. E, embora na Oposição, não o estamos julgando, condenando-o de forma precipitada. Julga-o e o condena antecipadamente o Presidente da República, ao tentar protegê-lo, conferindo-lhe **status** de Ministro, a fim de fugir à Justiça comum, como se, julgado por ela, estivesse a correr o risco da condenação. Portanto, Senador Demóstenes Torres, quem o julga e o condena antecipadamente é o Presidente da República, ao editar a medida provisória.

O Senado Federal tem enorme responsabilidade na defesa da Constituição Federal e, no caso específico do Presidente do Banco Central, em exigir prestação de contas. Cabe, sim, ao Senado Federal convocar o Presidente do Banco Central a prestar contas de atos e atitudes, já que foi esta Casa a responsável por sua nomeação. Coube ao Presidente a escolha, mas ao Senado Federal a convalidação dela e, portanto, a consagração da nomeação do Presidente do Banco Central.

Esperamos que esta Casa, sem excluir, é claro, as providências já adotadas pelo PFL e pelo PSDB na

área do Poder Judiciário, faça valer sua prerrogativa de guardião da Constituição Federal, impedindo que mais essa agressão à Lei Maior do País seja conflagrada pelo Presidente da República, com o aval do Senado Federal.

Mas quero, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, referir-me também ao veto do Presidente da República a alguns artigos da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Talvez eu esteja equivocado, mas a impressão que ficou é que houvera um acordo entre Lideranças do Governo e da Oposição, para que essa lei pudesse ser aprovada no Congresso Nacional. Se houve o acordo, esse foi rompido, desrespeitado, ignorado pelo Presidente Lula.

O Presidente Lula vetou artigos fundamentais. Com o veto ao art. 100 da LDO, por exemplo, quer impedir o acesso irrestrito do Congresso Nacional às consultas aos sistemas que controlam a receita e os orçamentos públicos. E eis sua justificativa:

Os dados sigilosos poderiam comprometer a segurança do Estado, e a divulgação das informações podem perturbar, desnecessariamente, o ambiente político e econômico do País, sem nenhuma vantagem aparente para aqueles que farão o acompanhamento da execução orçamentária.

Isso é risível. É lamentável ter que rir de uma atitude do Presidente da República, principalmente pela pobreza da argumentação.

“Transparência zero”, esse deve ser o *slogan* do atual Governo. Nem mesmo o Congresso Nacional pode ter acesso às informações precisas da execução orçamentária.

Trata-se de um Governo incapaz de executar o Orçamento, que demonstra uma incompetência inédita em matéria de execução orçamentária. Ele não quer mesmo que o Congresso Nacional acompanhe a sua execução, e esta é a razão para tal: a sua incompetência.

O Congresso Nacional é responsável pela elaboração do Orçamento? É responsável por sua aprovação? Que Congresso é este que não pode investigar a aplicação dos recursos públicos? Que Congresso é este que não pode acompanhar sequer se o Poder Executivo respeita o Orçamento elaborado, votado e aprovado? Quer o Presidente Lula amesquinhar o Congresso? Quer reduzi-lo a uma Casa homologatória, sem força de investigar, propor e legislar?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sem sombra de dúvida, essa atitude do Presidente da República acompanha as demais de cunho autoritário. Não importa que a Liderança do PT venha a esta tribuna,

para falar em “canja de galinha” e fazer chacota com a expressão “autoritarismo”, tão em voga nos documentos e nos programas elaborados e discutidos pelo PT ao longo de mais de 20 anos.

O autoritarismo, agora, mudou de lado, e o PT perdeu o gosto pelo exercício da expressão. Não deseja ouvir, porque certamente não sabe como responder quando ouve. É um Governo que quer, sim, manipular a imprensa; calar a livre manifestação do pensamento cultural brasileiro; amordaçar os Procuradores; silenciar os servidores públicos; amesquinhar o Congresso Nacional. É um Governo que tem um projeto de poder, na esteira de uma estratégia autoritária que é visível a olhos nus, no Brasil em que vivemos hoje.

O veto do Presidente não foi apenas esse. O Presidente veta também os controles do Sistema de Acompanhamento Gerencial dos Contratos, do art. 19. E o Poder Executivo justificou que não teria estrutura para dar cumprimento: é preciso rir de novo. Mas é justo que, diante das dificuldades do povo brasileiro, o Senador venha à tribuna para rir dos argumentos utilizados pelo Presidente da República? Se o Governo não tem estrutura para acompanhar o gerenciamento dos contratos, que estrutura tem para administrar, executar programas, enfim, realizar investimentos produtivos que embalem o crescimento econômico do País? A única estrutura que tem o Governo é a do *marketing*? Se desligarmos a televisão, acaba o Governo então? Creio que é preciso perguntar se o Governo é absolutamente virtual, porque estrutura não há para detalhes que considero elementares para um governo que quer ser transparente, que quer aplicar corretamente os recursos públicos e que quer corresponder às expectativas do País.

O outro veto do Presidente que eu poderia ainda destacar diz respeito à aplicação dos recursos da Cide. Esse fica para uma outra oportunidade porque, em respeito ao tempo e ao pronunciamento do Senador Leonel Pavan, que falará a seguir, devo concluir, afirmando que é preciso, sim, olhar com muita atenção para o Palácio do Planalto para ver o que pulsa no coração deste Governo.

A mim, o Governo não engana mais. Há o pulsar de sentimentos autoritários, com a força de quem deseja manter-se no poder, algemando a sociedade, impondo a sua vontade e dirigindo a Nação na busca do seu destino de forma impositiva e autoritária. Não concordo com isso e certamente os brasileiros não concordam.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Dias, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Líder Leonel Pavan, do PSDB, a Presidência defere o solicitado pelo nobre Senador Rodolpho Tourinho com relação à transcrição para os Anais da Casa.

Tem a palavra V. Ex^a, nobre Senador Leonel Pavan, na condição de Líder.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nosso grande Líder Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos idos dos anos 70, durante o regime militar, o Presidente Médici gostava de ver que a economia nacional ia bem, mas o povo andava mal. Pois bem. O povo brasileiro continua amargando péssimas condições de vida, ao passo que a nossa situação econômica, ao contrário dos tempos do milagre econômico, encontra-se em profundo estado de deterioração, sufocada diante de draconianas restrições orçamentárias e acometida pelo vírus do gigantismo fiscal.

Pequenos espasmos de aquecimento à atividade industrial, como apurado no primeiro semestre deste ano, são alargados com pompa e ostentação pela máquina de propaganda petista como se representassem e pronunciassem a tábua de salvação de nossos gravíssimos problemas econômicos.

Não é possível, Sr. Presidente, crermos no aumento dos investimentos no setor produtivo de nossa economia enquanto a carga tributária brasileira bate sucessivos e desonrosos recordes. Enquanto mima os especuladores e os banqueiros com taxas de juros estratosféricas, destinando nada menos que 7,5% do PIB para tal fim, o Governo do PT regateia e arrocha os empreendedores privados, diminuindo a produção e o emprego em nosso País.

Quem poderia imaginar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Partido dos Trabalhadores, que até bem pouco tempo atrás agia como um baluarte da causa desenvolvimentista, quando alcançasse o poder entregaria facilmente, como vil meretriz, ao canto da sereia do monetarismo internacional?

Cadê a política industrial de que tanto falavam? Onde estão os 10 milhões de empregos prometidos no palanque pelo Presidente Lula da Silva? E a guinada da política econômica, quando será dada?

É claro que conceitos universais, como responsabilidade orçamentária e superávit fiscal – qualquer estudante calouro de economia sabe disso – são essenciais e fundamentais para uma boa aplicação da teoria macroeconômica. Mas o que estamos assistindo é uma exacerbação, por vezes acintosa, de tais princípios. Enquanto o superávit fiscal, no primeiro semestre, foi muito além do índice de 4,25% acorda-

do junto ao Fundo Monetário Internacional, somente uma pequena parte, ínfima mesmo, do Orçamento, destinada aos investimentos governamentais, foi, de fato, utilizada. Ou seja, tem-se pouco, e mesmo esse pouco não é aplicado.

Vamos dar realmente nome aos bois: isso é incompetência.

Vivemos em um País onde desgrazadamente indícios de crescimento econômico, mesmo que ainda leves e inconsistentes, são recebidos com receio pelas autoridades econômicas. Se em todo o mundo tal fato é visto como alvissareiro, para o nosso comitê de política monetária, o Copom, é motivo de calafrios e cautela, engatilhando e mirando a arma da taxa selic em nossas cabeças.

Crescer, assim como navegar, é preciso, mas parece que o PT não pensa dessa forma.

Fiz esse pronunciamento porque recebo todos os dias empresários, microempresários, *e-mails*, ofícios de pessoas que estão desesperadas em função do aumento das taxas e dos tributos, empurrado de goela abaixo pelo Governo do PT. E são inúmeras as reclamações das quais estamos recebendo.

Quero citar o *e-mail* que recebi de Sebastião Pereira, de Curitiba; ofícios que recebi de José da Silva, de Chapecó; de Antonio Duarte, de Florianópolis; de Pedro Tebalde, de São Miguel do Oeste; ofícios, enfim de vários lugares do País, pessoas que estão apavoradas em função desta política agressiva implantada pelo PT.

Deixo registrado aqui, para finalizar, um ofício que recebemos da Polícia Federal, em função do nosso apoio ao movimento dos candidatos aprovados no concurso público da Polícia Federal, bem como que o Governador Luiz Henrique disse que o dinheiro da BR-101 vai ser liberado para começar a obra dia 19 de agosto. Sou como São Tomé, quero ver para crer, porque este Governo tem prometido e não tem cumprido. Os recursos estão aí para serem liberados, e não está ocorrendo. Vou ver para crer.

Registro ainda que o Presidente Lula, lamentavelmente, diz que foi a uma viagem ao Gabão para aprender como um Presidente consegue ficar 37 anos no Poder e ainda se candidatar à reeleição. A Revista **Veja** diz o seguinte: Lula desfila em carro aberto, ao lado do ditador africano acusado de roubar milhões de dólares de seu País. Diz ainda que Omar Bongo, ditador de 68 anos, com quem desfilou em carro aberto, ao chegar ao poder, recebeu acusações de que houve morte e de que o mesmo desviou do Gabão recursos no total de US\$130 milhões. O Presidente Omar Bongo está há 37 anos no poder por meio de movimentos duros e cruéis contra o seu povo e contra a economia

do Gabão. Então, Lula não precisa aprender muito, porque ditador já é, mas esperamos que realmente não faça o que Omar Bongo fez ao destruir praticamente a economia do seu país e desviar milhares de recursos para suas contas próprias.

Lamentamos que um governo que se diz democrático e transparente vá ao Gabão aprender como ficar no poder por 37 anos. Esperamos que esses dois anos e pouco que faltam sejam suficientes, em razão da dor e da amargura que o povo brasileiro está sofrendo, pela forma ditatorial que o Governo PT implantou em nosso País.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, peço a palavra pela ordem para indagar de V. Ex^a, já que na semana passada a Câmara aprovou duas medidas provisórias, se há, sobre a mesa, medida provisória a ser lida. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Em resposta a V. Ex^a, nobre Senador Alvaro Dias, a Mesa acusa a chegada de uma medida provisória, cujo processado está sendo analisado. Será lida oportunamente. Há apenas uma delas. A outra deve estar a caminho desta Casa e, assim que chegar, terá o mesmo rito, sendo lida oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Demóstenes Torres, do PFL de Goiás. V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “o argumento da LulaPress é a empulhação” (Elio Gaspari).

As exceções constitucionais ao direito à liberdade durante o regime militar criaram no Brasil um tabu de que é ilegítimo o poder punitivo do Estado. A corrente de pensamento tem influenciado o legislador brasileiro, que, desde o fim do período, vem promovendo o desmonte da legislação penal. Especialmente dos anos 1990 para cá, os Governos de um modo geral adquiriram o hábito de justificar a própria inatividade na “falência do sistema”. A administração do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, além de manter a tradição inercial da União em relação à segurança pública, prepara o “formidável enterro” de qualquer esperança de se instituir uma política eficaz de proteção do Estado e da sociedade brasileira. Na semana passada, o Ministério da

Justiça emitiu a perigosa e inconseqüente intenção de revogar a Lei dos Crimes Hediondos. Nesta semana, já falou em elaborar estudos para iniciar as discussões. O certo é que, explícita ou tacitamente, a vontade do Governo Federal está lançada. Tenho certeza de que, desta feita, o Congresso Nacional não vai se portar como colaboracionista.

A revogação da Lei dos Crimes Hediondos vai sepultar o último instrumento que o Estado possui para manter segregado quem comete crime de alto potencial ofensivo. Os argumentos lançados pertencem à velha cantilena de que o diploma legal, 14 anos depois da sua edição, não conseguiu coibir a criminalidade. O Ministério da Justiça inclusive encomendou um estudo ao Ilanud – Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinqüente – para provar a assertiva com o carimbo internacional. O propósito de comprovar que a Lei dos Crimes Hediondos não cumpriu a finalidade de prevenir o delito é um pretexto que move o Governo a navegar em mares nunca dantes navegados. O objetivo é levar adiante a missão de extirpar, de qualquer maneira, os últimos freios da legislação penal e diluir no meio social o incômodo da “herança maldita” dos 308 mil presidiários que abarrotam o sistema penitenciário.

Sr. Presidente, como diversas vezes pude me pronunciar desta tribuna, o Governo Lula insiste em tráfegar no sentido proibido da construção de uma política de segurança pública para o Brasil porque não pretende investir no setor. A superlotação dos presídios, a promiscuidade administrativa, a fermentação de comandos criminosos e o irrisório índice de recuperação do sistema prisional deveriam ser aquele estímulo desafiador que uniria, como bem gosta o discurso presidencial, a sociedade e o Estado contra o crime. Ao contrário, os defeitos institucionais são transmitidos à opinião pública como um caos irresistível. Então, no receituário do Governo Lula só existe a porta de saída das cadeias para o problema penitenciário.

Durante as discussões da Subcomissão de Segurança Pública desta Casa, da qual sou o Relator, fui exaustivo ao prevenir o Senado de que era um sinal de regresso e que o País pagaria caro pelo fim do Exame Criminológico. À época, o Governo Federal, com apoio do Governo de São Paulo, lançou o mesmo argumento de que a perícia multidisciplinar também não funcionava e por isso deveria ser expurgada. Feita a vontade do Presidente, revogou-se o que se constituía no único instrumento de aferição das condições subjetivas do condenado para a obtenção do benefício da progressão da pena. Reflexo do baile: a evolução do regime fechado para o semi-aberto, que antes requeria laudo de especialistas na ciência forense, agora é automático,

tendo em vista o critério temporal e o atestado de bom comportamento expedido pelo diretor de um presídio. Conforme anunciei, e de acordo com reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo**, milhares de presos estão voltando ao convívio das ruas sem merecimento.

Eu gostaria de advertir que a tentação liberalizante em relação à Lei dos Crimes Hediondos tem a finalidade apenas de dar impulso definitivo ao rodízio de presos iniciado com o fim do Exame Criminológico. Na ocasião, o Senado conseguiu alterar a investida do Palácio do Planalto realizada por via de um pacote de medidas oriundas da Câmara dos Deputados e conseguiu melhorar a proposta com a aprovação do Regime Disciplinar de Segurança Máxima. Os Deputados mantiveram o texto inicial, derrubaram o do Senado e homologaram uma temeridade. Desta feita, logo depois que se encerrar o período eleitoral, o Governo Lula pretende passar o rolo compressor para que esta Casa divida a culpa do inconsequente livramento de matadores de aluguel, estupradores, latrocidias, seqüestradores, traficantes de droga e chefes de organizações criminosas. Eu gostaria de registrar a corajosa posição de antagonismo à idéia de condescendência com os autores de crimes graves expressa pelo ex-Presidente da Conamp – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público –, hoje Presidente da Associação do Ministério Público do Rio de Janeiro, Doutor Marfan Vieira Martins.

No delírio petista, a libertação da escória irrecurável condenada pela prática de crimes graves fará bem ao “projeto de desenvolvimento do País”, como quer o chefe do politburo, o Ministro-Chefe da Casa Civil. De acordo com a Doutrina Dircelista, ao aliviar a pressão do sistema prisional, o Governo estaria drenando uma fonte sistemática de más notícias e desgastes políticos. Ao Palácio do Planalto é plausível a desonra do sistema penal e a exposição da sociedade brasileira ao risco do incremento da criminalidade desde que a medida traga preservação aparente do **status** político do Governo. Trata-se de uma revisitação da lógica do Marechal Henri Pétain, que decidiu entregar a França aos nazistas para “manter a unidade francesa, uma unidade de dez séculos, dentro de um quadro de atividade construtiva da nova ordem européia”.

Sr. Presidente, neste ano, o Ministério da Justiça teve o desplante de investir no sistema prisional apenas 9,66% do Funpen – Fundo Penitenciário Nacional. Ao todo foram autorizados no Orçamento R\$202.179.835,00 e efetivamente executados R\$19.530.272,56. De acordo com o planejamento governamental, em quatro anos a administração do PT iria construir cinco presídios federais de segurança máxima, sendo que o primeiro seria inaugurado em maio deste ano. As penitenciá-

rias seriam capacitadas para receber condenados em Regime Disciplinar Diferenciado, a exemplo dos chefes do narcotráfico. O Governo Lula, só no último dia 13 deste mês, conseguiu concluir o processo licitatório do primeiro estabelecimento penal, a ser construído no Mato Grosso do Sul. Já em relação ao Fundo Nacional de Segurança Pública, a situação é sensivelmente pior. Neste ano, até a presente data, foram executados apenas 3,90% do Orçamento.

Os números do censo 2003 do Departamento Penitenciário Nacional demonstram os resultados práticos da teoria do abandono. Em 2003, os governadores recém-empossados tiveram de dar uma resposta às urnas que os elegeram e que elegeram também a segurança como o principal problema social. Houve um incremento do número de prisões e do cumprimento de mandados judiciais, com um resultado de 67.811 novos reclusos. Em flagrante descompasso com a demanda, a criação de novas vagas foi de 5%, ou pouco mais de 9 mil. Ou seja, o déficit do sistema cresceu 104%. Em vez de enfrentá-lo, o Governo Lula tergiversa pelo pior caminho, revogando o único escudo legal que, minimamente, ainda garante a sociedade.

No Ministério da Justiça predomina o pensamento de que o certo e prudente é afrouxar as leis penais para permitir maior liberação de presos e deixar que o sistema se acabe por falta de investimentos, já que não cumpre a finalidade de ressocializar o criminoso. E depois o petismo vem dizer que o sistema prisional está em colapso e que é preciso penas alternativas, quando a pressão está se elevando porque o Governo Federal prefere que a infra-estrutura carcerária se torne uma enxovia. Para a administração do PT, o combate à criminalidade por meio da repressão policial e penas rigorosas é um dispositivo autoritário e ilegítimo. Isso é beletrismo penal cumulado com má-fé. No Brasil, é fácil ser detido pelas autoridades policiais por um crime de menor potencial ofensivo, como um furto, mas definitivamente é muito raro alguém ficar preso. Sem se considerar a subnotificação dos registros criminais, que chega a três quintos das ocorrências, de acordo com o próprio Ilanud, apenas 5,2% dos delitos praticados resultam em condenação. E, ressaltados os poucos mais de dez crimes previstos na Lei dos Crimes Hediondos, só permanece preso quem tem uma folha corrida vintenária de reincidência.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tecnicamente, quem comete um crime cuja pena prevista não ultrapasse dois anos tem o benefício da transação penal e sequer é autuado em flagrante delito. O criminoso se compromete a pagar uma cesta básica e se livra solto. Quem é apenado em até quatro anos, reunidas as condições subjetivas, recebe medidas restritivas de direito, as

chamadas penas alternativas. Quem praticou um homicídio simples e foi condenado a 7 anos de prisão, por exemplo, também não fica preso, pois tem direito ao cumprimento inicial em regime semi-aberto. Neste País, para efetivamente cumprir a pena em regime fechado, é preciso chegar ao extremo de matar para roubar, traficar entorpecentes com habitualidade, seqüestrar alguém ou praticar ato de semelhante gravidade. São condutas de extremo grau de violência, que se tornaram comezinhas, mas que o Governo Federal entende que merecem menor reprovabilidade social, vez que estão abarrotando o sistema prisional e maculando a boa imagem do PT.

Sr. Presidente, faço questão de registrar a minha indignação com a capacidade que este Governo tem de gerar problemas e desconfortos ao País. Nos últimos 15 dias, movida por surtos autocráticos, a administração do PT vem promovendo a vilania no atacado. Em um dia quer encapuzar a liberdade de imprensa, noutro impor o dirigismo cultural. Na semana seguinte divulga um relatório com a finalidade espúria de arrostar o Poder Judiciário, enquanto o Presidente da República, em um misto de vulgaridade e inconveniência, chama os jornalistas de covardes e, sem nenhum propósito, afirma que foi ao Gabão para aprender a ser ditador. Agora, como escreveu Eça de Queirós, “tecendo e estendendo as malhas preciosas das amizades partidárias”, inopinadamente decide que é preciso conferir foro privilegiado ao Presidente do Banco Central, em uma manobra que tem todos os contornos de confissão antecipada de culpa do atual ocupante da cadeira, presente que o Sr. Meirelles, se consultado, com certeza, dispensaria. Em busca de poder absoluto, imagina que pode urdir todas as inconstitucionalidades e alterar a estabilidade jurídica do País. Para finalizar, valho-me das palavras do Senador Jefferson Peres, que em brilhante artigo publicado hoje no jornal **Folha de S.Paulo** assim resumiu a sua frustração com a situação política do Brasil: “Entendo que o PT tenha abandonado a utopia ideológica, uma vez que o projeto socialista desmoronou junto com o Muro de Berlim. Mas não entendo nem desculpo que tenha abjurado a utopia ética, configurada no compromisso de conciliar a política com a decência, especialmente no exercício do poder”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 1001

Brasília, 18 de agosto de 2004

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 189, de 2004, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 11-8-04, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Com referência à Medida Provisória nº 189, de 2004, a Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria pelo Congresso Nacional já se encontra esgotado. Uma vez recebida formalmente pelo Senado Federal, nesta data, a proposição passa a sobrestar imediatamente as demais Deliberações Legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui a matéria na pauta da Ordem do Dia da próxima terça-feira, dia 24 de agosto.

É a seguinte a Medida Provisória recebida:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 189, DE 2004

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta lei decorrem de anulação parcial da Reserva de Contingência, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGÃO : 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
UNIDADE : 53141 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1029 RESPOSTA AOS DESASTRES									32.000.000
		ATIVIDADES							
08 244	1029 6564	AUXILIO EMERGENCIAL FINANCEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							32.000.000
08 244	1029 6564 0001	AUXILIO EMERGENCIAL FINANCEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL							32.000.000
			S	3	2	90	0	100	32.000.000
TOTAL - FISCAL									C
TOTAL - SEGURIDADE									32.000.000
TOTAL - GERAL									32.000.000

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M D	I U	F T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									32.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							32.000.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL	F	9	0	99	0	100	32.000.000
TOTAL - FISCAL									32.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									32.000.000

Brasília, 31 de maio de 2004; 183º da Independência e 116º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

RECUSOR DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/3	TITULO/PRODUTO	CG	SN	PC	M	N	O	K	T	VALOR
Nº RESPOSTA AOS RELATÓRIOS												PLANO 000
			ATIVIDADES									
05 244	1029 644		ALUGUJO EMERGENCIAL FINANCEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)									32.000.000
05 244	1029 654 000		ALUGUJO EMERGENCIAL FINANCEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL									32.000.000
TOTAL - FISCAL												0
TOTAL - SEGURIDADE												32.000.000
TOTAL - GERAL												32.000.000

ORÇÃO : 9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA
UNIDADE : 9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO 2

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES SIM FU	GR PO D	MO D	LI C	TE	VALOR
9999 RESERVA DE CONTINGENCIA								32.000.000
OPERACOES ESPECIAIS								
99 999 9999 0998		RESERVA DE CONTINGENCIA						32.000.000
99 999 9999 0998 0100		RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL						32.000.000
TOTAL - FISCAL								32.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								32.000.000

MENSAGEM Nº 284

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 189, de 31 de maio de 2004, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$32.000.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 31 de maio de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 128/MP

Brasília, 31 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário no valor de R\$32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), em favor do Ministério da Integração Nacional.

2. O crédito tem por finalidade viabilizar o atendimento às populações vítimas da forte estiagem ocorrida recentemente nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul, mediante a concessão do Auxílio Emergencial Financeiro, instituído por Medida Provisória, destinado ao socorro e à assistência às famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos, atingidas por desastres, nos municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, reconhecidos pelo Governo Federal, por intermédio de portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional.

3. Ressalta-se que os recursos serão liberados por meio do Programa "Resposta aos Desastres" e os critérios e procedimentos para a concessão do benefício, cujo valor não poderá exceder R\$300,00 por família, serão fixados por um Comitê Gestor Interministerial coordenado pelo Ministério da Integração Nacional.

4. Por oportuno, esclareço que o desafio para a implantação de um conjunto de políticas que resolvam de maneira permanente os problemas de segurança alimentar e de combate à pobreza já foi iniciado, incluindo a articulação de diversos programas, como o Bolsa-Família e o Seguro-Safrá, além do conjunto de ações do Fome Zero. Porém, enquanto não é possível implementar adequadamente o conjunto de políticas mencionado, considera-se de fundamental importância o atendimento, em caráter emergencial, às famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos atingidas por tais intempéries.

5. O presente crédito está em conformidade com as disposições do art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição, e será viabilizado com recursos oriundos de cancelamento parcial da Reserva de Contingência.

6. A urgência e a relevância da matéria são justificadas pela falta de condições de sobrevivência da população atingida, frustração de safras, carência de alimentos, esgotamento das reservas hídricas, precariedade das habitações, dizimação dos rebanhos e outras graves consequências advindas da estiagem.

7. Nessas condições submeto à consideração de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provi-

sória, que visa a efetivar a abertura do referido crédito extraordinário.

Respeitosamente,

PS-GSE nº 1.001

Brasília, 18 de agosto de 2004

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 189, de 2004, do

Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 11-8-04, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), para os fins que especifica.", conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**,
Primeiro-Secretário.

MPV Nº 189

Publicação no DO	1º-6-2004
Emendas	até 7-6-2004 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	1º-6 a 14-6-2004 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	14-6-2004
Prazo na CD	de 15-6-2004 a 28-6-2004 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	28-6-2004
Prazo no SF	29-6-2004 a 12- 7- 2004 (42º dia) ****
Se modificado, devolução à CD	12-7-2004
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	13- 7-2004 a 2-8-2004 (43º ao 45º dia) ****
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	3-8-2004 (46º dia)
Prazo final no Congresso	17-8-2004 (60 dias) ****
Prazo prorrogado:	16-10-2004 ***

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 189, de 31 de maio de 2004**, que "*abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 32.000.000,00, para os fins que especifica*", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 18 de agosto de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 11 de agosto de 2004.



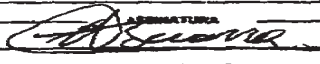
Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

MPV-189

00001

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS 189/2004	PÁGINA DE
TEXTO		
<u>Suplementar:</u> Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional Projeto: Ações de Defesa Civil no Estado do Paraná GND 4 : MD 40 Valor: R\$ 10.000.000 <u>Cancelar:</u> Órgão: 90000 – Reserva de Contingência Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0105 Projeto: Reserva de Contingência – Fiscal GND 9 : MD 99 Valor R\$: 10.000.000		
JUSTIFICAÇÃO		
Atender Projetos em Situação de Defesa Civil no Estado do Paraná		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF PARTIDO
	DEPUTADO EDUARDO SCIARRA	PR PFL
DATA	ASSINATURA	
02/08/04		

MPV-189

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

00002

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
189/2004PÁGINA
DE

TEXTO

Suplementar:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Projeto: Ações de Defesa Civil no Estado do Paraná

GND 4 ; MD 40

Valor: R\$5.000.000

Cancelar:

Órgão: 90000 – Reserva de Contingência

Funcional Programática: 99.999.0999.0998.0105

Projeto: Reserva de Contingência – Fiscal

GND 9 ; MD 99

Valor R\$: 5.000.000

JUSTIFICAÇÃO

Atender Projetos em Situação de Defesa Civil no Estado do Paraná

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DATA

ASSINATURA

**NOTA TÉCNICA Nº XXX – 2004 –
MEDIDA PROVISÓRIA**

Subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 189, de 31 de maio de 2004, quanto à adequação orçamentária e financeira.

I – Introdução

A presente Nota Técnica atende à determinação do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002-CN, que estabelece a elaboração, pelo órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o relator, de nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

Com base no art. 62 da Constituição Federal o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 189, de 31 de maio de 2004, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$32.000.000,00, para os fins que especifica”.

Conforme a Exposição de Motivos nº 128/MP, de 31 de maio de 2004, o crédito aberto tem por finalidade precípua o atendimento às despesas decorrentes da MP nº 190, de 31 de maio de 2004, que institui, no âmbito do Programa “Resposta aos Desastres” o Auxílio Emergencial Financeiro para atendimento à populações atingidas por desastres, incluída nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecidos pelo Governo Federal, por intermédio de portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional. A concessão do “Auxílio” fica condicionada ao cumprimento de normas e procedimentos estabelecidos pelo Comitê Gestor Interministerial, criado pela MP nº 190/2004, limitado ao valor de R\$300,00 por família, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários às dotações orçamentárias existente.

Os recursos alocados no referido crédito extraordinário destinam-se integralmente à nova ação, sendo utilizada como fonte de recursos os cancelamentos compensatórios oriundos da reserva de contingência.

No caso específico trata-se de atendimento às populações vitimadas pela forte estiagem ocorrida recentemente nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul, mediante o referido “Auxílio Emergencial Financeiro”.

II – Da adequação financeira e orçamentária

O § 3º do art. 167 da Constituição estabelece que “A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.”

A imprevisibilidade e urgência das dotações acrescidas é justificada, na EM nº 128/MP, de 31 de maio de 2004, pela falta de condições de sobrevivência da população vitimada pela estiagem, frustração de safras, carência de alimentos, esgotamento das reservas hídricas, precariedade das habitações, dizimação dos rebanhos e outras graves consequências decorrentes dessa calamidade.

Quanto ao cancelamento compensatório oferecido, cabe ressaltar que a programação da reserva de contingência contida na Lei Orçamentária é computada positivamente no cálculo do resultado primário fixado no Orçamento da União. Assim, a sua utilização em despesas não financeiras resultará, quanto a essa operação em particular, em diminuição do resultado primário implícito na Lei Orçamentária da União. Tal constatação, contudo, não representa prejuízo à obtenção do resultado primário fixado na LDO 2004, já que o Poder Executivo, não vista a natureza autorizativa das dotações orçamentárias, poderá promover as devidas compensações em outras despesas no transcorrer da execução orçamentária da Lei de Meios, tendo em vista, em especial, os expressivos resultados fiscais obtidos nos últimos meses de execução do Orçamento da União.

III – Conclusões

O cancelamento de recursos da Reserva de Contingência para utilização em despesas primárias, por seu turno, não constitui óbice para aprovação da referida Medida Provisória. Entretanto, o Poder Executivo deverá proceder ao devido acompanhamento da evolução das receitas e despesas públicas para compensar o impacto decorrente do crédito extraordinário sob análise, a fim de que a execução orçamentária cumpra rigorosamente a meta de resultado primário estipulada no artigo 15 e Anexo de Metas Fiscais da Lei nº 10.707, de 30 de junho de 2003 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004.

Brasília, 8 de junho de 2004. – **Marcelo de Rezende Macedo**, Consultor de Orçamentos e Fiscalização – **João Carlos Silvestre Fernandes**, Consultor de Orçamentos e Fiscalização/CD.

**PARECER DO RELATOR DESIGNADO
PELA MESA, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO
MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS
E FISCALIZAÇÃO, À MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 189, DE 2004, E EMENDAS**

O SR. VIGNATTI (PT – SC. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a medida provisória em apreciação pretende resolver problema que atingiu o Sul, bem como o Estado de Mato Grosso do Sul. Busca resolver o problema de famílias atingidas pela estiagem, famílias de menor renda, com a implantação de um programa que no Sul chamamos de Bolsa-Estiagem. Houve, neste sentido, amplo acordo entre as entidades do campo e o Governo Federal.

Relatório.

Com base no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição Federal, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 284, de 31 de maio de 2004, a Medida Provisória nº 189, de 31 de maio de 2004, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional no valor de 32 milhões de reais para os fins que especifica.

Conforme a Exposição de Motivos nº 128/MP, de 31 de maio de 2004, o crédito aberto tem por finalidade precípua o atendimento às despesas decorrentes da Medida Provisória nº 190, de 31 de maio de 2004, que institui, no âmbito do Programa Respostas aos Desastres, auxílio emergencial financeiro para atendimento a populações atingidas por desastres nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, assim reconhecidos pelo Governo Federal por intermédio de portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional.

A concessão do auxílio fica condicionada ao cumprimento de normas e procedimentos estabelecidos pelo Comitê Gestor Interministerial, criado pela Medida Provisória nº 190, de 2004, limitado ao valor de 300 reais por família, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários às dotações orçamentárias existentes.

Os recursos alocados no referido crédito extraordinário destinam-se integralmente à nova ação, e são utilizados como fontes de recursos os cancelamentos compensatórios oriundos da reserva de contingência.

No caso específico, trata-se de atendimento às populações vitimadas pela forte estiagem ocorrida recentemente nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul, mediante o referido auxílio emergencial financeiro.

À proposta foram apresentadas 2 emendas.

É o relatório.

Voto

Consoante o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002—CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, o parecer quanto à análise de créditos extraordinários abertos por medida provisória deve ser único e deve conter manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária, de mérito, e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

Do exame do crédito extraordinário verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância e urgência, tendo em vista a natureza da matéria.

Quanto à análise da adequação orçamentária e financeira, percebe-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2004 (Lei nº 10.707, de 30 de junho de 2003).

Quanto ao cancelamento compensatório oferecido, cabe ressaltar que a programação da reserva de contingência contida na Lei Orçamentária é computada positivamente no cálculo do resultado primário fixado no Orçamento da União. Assim, a sua utilização em despesas não financeiras resultará, quanto a essa operação em particular, em diminuição do resultado primário implícito na Lei Orçamentária da União.

Tal constatação, contudo, não representa prejuízo à obtenção do resultado primário fixado na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004, já que o Poder Executivo, haja vista a natureza autorizativa das dotações orçamentárias, poderá promover as devidas compensações em outras despesas no transcorrer da execução orçamentária da Lei de Meios, tendo em vista, em especial, os expressivos resultados fiscais obtidos nos últimos meses de execução do Orçamento da União.

A Exposição de Motivos nº 128, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que trata do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

No mérito, nota-se que o crédito extraordinário canaliza recursos para o atendimento de despesas de mais alta relevância e urgência, mediante concessão de auxílio financeiro a populações atingidas por forte estiagem ocorrida recentemente nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, gerando danosas consequências como frustração de safras, carência de alimentos, esgotamento

das reservas hídricas, precariedade das habitações, dizimação de rebanhos, entre outras, conforme descrito na Exposição de Motivos nº 128/MP.

No tocante às emendas apresentadas ao crédito extraordinário, nota-se que sua eventual aprovação, ao destinar recursos a investimentos na área de defesa civil, comprometeria a integridade do crédito adicional, prejudicando a eficácia do auxílio financeiro concedido às populações vitimadas. Ademais, as emendas oferecem como fonte de cancelamento programações em volume adicional ao crédito extraordinário proposto originalmente, o que contraria o disposto no inciso II do art. 29 da Resolução nº 1, de 2001-CN.

Por tal razão, devem ser consideradas inadmissíveis.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 189, de 2004, inadmitidas as emendas apresentadas.

Sr. Presidente, como comentário final, é importante ressaltar que esse relatório e essa medida provisória resultaram de debate que culminou em amplo acordo entre vários outros segmentos ligados à seca no Sul. É preciso dizer que as bancadas do sul de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul abriram mão de recursos de emendas coletivas para resolver a situação causada pelo granizo, que foi mal resolvida.

Quanto à situação gerada pela seca que atingiu a faixa que margeia o sul da Argentina, desde o Rio Grande do Sul até o Mato Grosso do Sul, houve negociação entre o Governo Federal e a sociedade, beneficiando milhares de famílias em situação de emergência. Existem nessa situação 65.898 famílias distribuídas no País, conforme levantamento dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional e do IBGE.

*PARECER ESCRITO ENCAMINHADO
À MESA*

PARECER Nº , DE 2004-CN

Parecer sobre a Medida Provisória nº 189, de 31 de maio de 2004, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$32.000.000,00, para os fins que especifica”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Cláudio Antonio Vignatti**

I – Relatório

Com base no art. 62, combinado com o § 3º, art. 167, da Constituição Federal, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 284, de 31 de maio de 2004 – PR,

a Medida Provisória nº 189, de 31 de maio de 2004, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$32.000.000,00, para os fins que especifica”.

Conforme a Exposição de Motivos nº 128/MP, de 31 de maio de 2004, o crédito aberto tem por finalidade precípua o atendimento às despesas decorrentes da MP nº 190, de 31 de maio de 2004, que institui, no âmbito do Programa “Resposta aos Desastres” o Auxílio Emergencial Financeiro para atendimento a populações atingidas por desastres, incluída nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecidos pelo Governo Federal, por intermédio de portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional. A concessão do “Auxílio” fica condicionada ao cumprimento de normas e procedimentos estabelecidos pelo Comitê Gestor Interministerial, criado pela MP nº 190/2004, limitado ao valor de R\$300,00 por família, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários às dotações orçamentárias existentes.

Os recursos alocados no referido crédito extraordinário destinam-se integralmente à nova ação, sendo utilizada como fonte de recursos os cancelamentos compensatórios oriundos da reserva de contingência.

No caso específico trata-se de atendimento às populações vitimadas pela forte estiagem ocorrida recentemente nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul, mediante o referido “Auxílio Emergencial e Financeiro.

Foram apresentadas 2 (duas) emendas ao crédito extraordinário sob análise.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Consoante o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, o Parecer quanto à análise de créditos extraordinários abertos por medida provisória deve ser único, contendo manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de adequação financeira e orçamentária, de mérito, e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º, art. 2º, daquele diploma legal.

Do exame do Crédito Extraordinário, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes à relevância e urgência, tendo em vista a natureza da matéria.

Quanto à análise da adequação orçamentária e financeira, percebe-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito

à sua compatibilidade com o Plano Plurianual e à sua conformidade com as disposições das Leis de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2004 (Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003).

Quanto ao cancelamento compensatório oferecido, cabe ressaltar que a programação da reserva de contingência contida na Lei Orçamentária é computada positivamente no cálculo do resultado primário fixado no Orçamento da União. Assim, a sua utilização em despesas não financeiras resultará, quanto a essa operação em particular, em diminuição do resultado primário implícito na Lei Orçamentária da União. Tal constatação, contudo, não representa prejuízo à obtenção do resultado primário fixado na LDO 2004, já que o Poder Executivo, haja vista a natureza autorizativa das dotações orçamentárias, poderá promover as devidas compensações em outras despesas no transcorrer da execução orçamentária da Lei de Meios, tendo em vista, em especial, os expressivos resultados fiscais obtidos nos últimos meses de execução do Orçamento da União.

A Exposição de Motivos nº 128/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN, que trata do envio de documentos expondo amotivação da edição da Medida Provisória

No mérito, nota-se que o crédito extraordinário canaliza recursos para o atendimento de despesas da mais alta relevância e urgência, mediante concessão de auxílio financeiro a populações atingidas por fone estiagem ocorrida recentemente em nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul, gerando danosas conseqüências, como frustração de safras, carência de alimentos, esgotamento das reservas hídricas, precariedade das habitações, dizimação de rebanhos entre outras, conforme descrito na Exposição de Motivos nº 128/MP antes referida.

No tocante às emendas apresentadas ao crédito extraordinário, nota-se que sua eventual aprovação, ao destinar recursos a investimentos na área de defesa civil comprometeria a integridade do crédito adicional, prejudicando a eficácia do auxílio financeiro concedido às populações vitimadas. Ademais, as emendas oferecem como fonte de cancelamento programações em volume adicional ao proposto originalmente pelo Crédito Extraordinário, o que contraria o disposto no art. 29, II, da Resolução nº 1-2001-CN. Por tal razão devem elas serem consideradas inadmitidas.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 189, de 2004 nos termos propostos pelo Poder Executivo, tendo por inadmitidas ambas as emendas apresentadas ao referido crédito extraordinário.

Sala das Sessões, – Deputado **Cláudio Antonio Vignatti**, Relator.

CÂMARA DOS DEPUTADOS SERVIÇO DE SINDESE LEGISLATIVA		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 189 de 2004		AÚT PODER F MSC		le		o	
Ementa: Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 32.000.000,00, para os fins que especifica.									
(Abrindo crédito extraordinário para conceder Auxílio Emergencial Financeiro às populações vítimas de estiagem nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul, por meio do Programa de "Resposta aos Desastres").									
ANDAMENTO									
1	MESA								
2	Despacho: Submeta-se ao Plenário.								
3	Prazos: para apresentação de emendas de 02.06.04 a 07.06.04; para tramitação na Comissão Mista de 01.06.04 a 14.06.04; na Câmara dos Deputados de 15.06.04 a 28.06.04 e no Senado Federal de 29.06.04 a 13.08.04; para retorno à Câmara dos Deputados (se houver) de 14.08.04 a 16.08.04; para sobrestar a pauta: a partir de 17.08.04; para tramitação no Congresso Nacional de 01.06.04 a 31.08.04; de prorrogação pelo Congresso Nacional de 01.09.04 a 30.10.04.								
4	PLENÁRIO								
5	Discussão em turno único.								
6	Retirado pelo autor, Dep José Carlos Aleluia (PFL-BA), o Requerimento que solicita a retirada de pauta desta MPV.								
7	Designação do Relator, Dep Vignatti (PT-SC), para proferir parecer pela CMPOPF a esta MPV e as 02 Emendas a ela apresentadas, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária desta MPV; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 e 2; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e rejeição das Emendas de nºs 1 e 2.								
8	Retirado pelo autor, Dep José Carlos Aleluia (PFL-BA), o Requerimento que solicita o adiamento da discussão desta MPV por duas sessões.								
9									
10									
11									
12									
13									
14									
15									
16									
17									
18									
19									
20									
21									
22									

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 189/04

(Verso da folha nº 1)

ANDAMENTO

1	PLENÁRIO
2	(Continuação da página anterior).
3	Em votação o Requerimento do Dep Alberto Goldman, na qualidade de Líder do PSDB, que solicita o adiamento da disc
4	desta MPV por uma sessão.
5	Encaminham a votação: Dep Alberto Goldman (PSDB-SP) e Dep Professor Luizinho (PT-SP).
6	Rejeição do Requerimento.
7	Retirado pelo Líder, Dep José Carlos Aleluia (PFL-BA), o Requerimento da Bancada do PFL que solicita a discussão
8	MPV por grupo de artigos.
9	Discutiram esta matéria: Dep Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Dep José Pimentel (PT-CE), Dep Alberto Gold
10	(PSDB-SP), Dep Luiz Sérgio (PT-RJ), Dep Ricardo Barros (PP-PR) e Dep Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP).
11	Encerrada a discussão.
12	Retirados pelo Vice-Líder, Dep Murilo Zauith (PFL-MS), os Requerimentos da Bancada do PFL, que solici
13	respectivamente, o adiamento da votação por duas sessões e a votação artigo por artigo.
14	Retirado pelo autor, Dep Alberto Goldman (PFL-SP), o Requerimento que solicita o adiamento da votação desta MPV por
15	sessão.
16	Votação preliminar em turno único.
17	Encaminham a votação: Dep Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), Dep Vignatti (PT-SC), Dep Alberto Goldm
18	(PSDB-SP) e Dep João Grandão (PT-MS).
19	Aprovação, em apreciação preliminar, do Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto
20	atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária,
21	termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
22	Aprovação, em apreciação preliminar, do Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião quanto a inadequaçã
23	financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 e 2, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
24	Em consequência fica prejudicada a apreciação, quanto ao mérito, das Emendas de nºs 1 e 2.
25	Votação, quanto ao mérito, em turno único.
26	Aprovação desta MPV.
27	Votação da Redação Final.
28	Aprovação desta Redação Final oferecida pelo Relator, Dep Vignatti (PT-SC).
29	A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado.
30	(MPV 189-A/04)
31	
32	
33	
34	

MESA

Remessa ao SF, através do Of PS-GSE/

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Os Srs. Senadores Mozarildo Cavalcanti, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Papaléo Paes, Antero Paes de Barros e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, ambos do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos conhecem o valor da educação. Sabemos igualmente que, de todos os benefícios que um País pode conceder a seus habitantes, nenhum se equipara a uma boa formação escolar.

Da mesma forma, não ignoramos a excessiva lentidão da melhoria dos índices educacionais brasileiros, nem quão deficiente é a formação, em muitos casos, oferecida.

Exatamente em razão das grandes dificuldades do Brasil em matéria educacional, cada instrumento de formação deve ser valorizado. Por isso, nosso País não pode negligenciar, como tem feito, o papel das Forças Armadas na formação de sua juventude.

Há quase noventa anos, Olavo Bilac iniciou sua campanha cívica em favor da implantação do serviço militar obrigatório em nosso País. A memória de sua peregrinação permanece, ainda, como um dos maiores exemplos de mobilização social de nossa história política.

Valendo-se de seu enorme prestígio – eleito que fora príncipe dos poetas brasileiros –, Bilac correu diversos Estados para defender a incorporação temporária obrigatória de todos os jovens às Forças Armadas brasileiras.

Não era o simples amor ao militarismo que movia aquele poeta em seu esforço: Olavo Bilac era, sobretudo, um grande patriota. Ao defender a universalização do serviço militar, compreendia o enorme poder educativo de tal medida e os benefícios que ela traria ao País como um todo.

De fato, ele percebeu as virtudes do treinamento militar para a formação cívica dos jovens incorporados e, igualmente, para sua escolarização. Em um Brasil cujos índices de analfabetismo eram impressionantes e no qual a educação formal era um privilégio, Bilac via as Forças Armadas como o melhor dos instrumentos de educação.

“Quero a escola dentro do quartel e o quartel dentro da escola”, escreveu ele. Ao ser integrado ao exército, o recruta, muitas vezes oriundo de família sem

recursos, receberia, além das primeiras letras, noções básicas de higiene corporal e de disciplina laboral.

O Exército também cumpriria a função de integração nacional e formação cidadã dos soldados, que, submetidos ao regime disciplinar da caserna, aprenderiam a respeitar e valorizar sua pátria, seus símbolos e seus ideais.

Tantos anos passados e tantas mudanças ocorridas na sociedade brasileira não invalidaram a pertinência das palavras de Olavo Bilac. Ainda hoje as Forças Armadas brasileiras exercem função de enorme importância cívica e educativa.

A prestação do serviço militar obrigatório continua sendo um momento oportuno para a educação dos jovens que não tenham tido a oportunidade de estudar adequadamente. Para diversos deles, constitui a possibilidade de aprendizado de uma profissão ou, mesmo, para os que têm vocação, a possibilidade concreta de uma carreira sólida, com perspectiva de ascensão social.

Ademais, as Forças Armadas mantêm-se como a mais relevante das escolas de civismo em atividade no Brasil. O respeito à pátria e a seus símbolos e a defesa nacional constituem a pedra angular da doutrina militar. Os rapazes e moças incorporados ao Exército, Marinha ou Força Aérea, independentemente de neles permanecerem pouco ou muito tempo, terão sido expostos a esse pensamento e aprenderão o valor de serem brasileiros.

A importância das Forças Armadas como veículos de educação e de formação da cidadania é ainda maior na região amazônica.

Nessa região, dominada por largos vazios demográficos, esparsamente urbanizada, com áreas de difícil acesso, a atuação das Forças Armadas é essencial como elemento de coesão e de integração social.

Efetivamente, a prestação do serviço militar constitui, para largas parcelas da população indígena e ribeirinha, a primeira oportunidade de transcender o âmbito puramente local ou familiar de suas relações e tomar conhecimento sistemático da realidade nacional. O novo soldado passa a conhecer melhor e a respeitar seu País, ao mesmo tempo em que aprende novos conhecimentos práticos, que o acompanharão por toda sua vida.

A função educacional das Forças Armadas pode ser plenamente verificada no âmbito do Projeto Calha Norte. Esse empreendimento interministerial de desenvolvimento social e econômico das regiões fronteiriças da Amazônia não pode ser concebido sem a participação efetiva das Armas em sua implantação.

Essa participação não ocorre apenas por meio da prestação do serviço militar obrigatório. Além do aprendizado que é ministrado aos recrutas durante seu período de prestação, as Forças Armadas oferecem suporte a outras atividades didáticas.

Nas áreas ermas da fronteira, a presença militar serve como ponto focal para o estabelecimento de núcleos de colonização, dependendo a infra-estrutura educacional, bem como a logística dos materiais escolares, estreitamente, da guarnição ali situada. Por exemplo, no interior dos quartéis se abre espaço para a acomodação de escolas infantis e de adultos, mesmo aqueles que não cumpriram o serviço militar.

Ao conferirem educação básica, profissional e cívica aos cidadãos dessas paragens isoladas, as instalações militares favorecem sua integração efetiva ao restante do País, quer material, quer moralmente. No exercício desse mister, a atuação das Forças Armadas manifesta, além de seu caráter humanitário, uma função geopolítica essencial, ao garantir a integridade de nosso território.

Não devemos ignorar a importância da atuação educativa das Forças Armadas. Dadas as necessidades imensas do Brasil e suas limitações financeiras, o alcance nacional das instituições militares e sua tradição de abnegação patriótica e de racionalidade administrativa são vitais para a construção da cidadania.

Gostaria de encerrar, Sr. Presidente, com as palavras de Olavo Bilac, proferidas aos ouvintes de ontem, mas que, reitero, não perderam a relevância em nossos dias:

O nosso sonho, o nosso desejo será isto, que espero, será uma realidade. O exército nacional será um laboratório de civismo, uma escola de humanidade, dentro do patriotismo; uma escola de energia social, começando por ser uma escola de energia nacional (...) queremos que dentro de cada quartel haja uma aula primária; e que ao lado de cada quartel haja uma aula profissional. Ao cabo do seu tempo de aprendizado cívico, cada homem será um homem completo, um cidadão (...).

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Santa Casa de Misericórdia de Manaus está parando. Isso é mau. Principalmente para as populações mais pobres da Capital do Amazonas e de muitos moradores do interior amazonense que procuram o hospital um dos poucos a que podem recorrer.

Leio no **Jornal do Amazonas** que, no último sábado, a Santa Casa de Manaus abriu suas portas com funcionamento mínimo com apenas 10% do seu efetivo.

O motivo da paralisação dos servidores do hospital chega a ser inacreditável: o Governo do Estado deve três meses de salários aos servidores. Por isso, no sábado, em sinal de protesto, funcionou na Santa Casa apenas a maternidade. Todas as demais unidades e atendimentos ambulatoriais foram suspensos.

Ao trazer o assunto a este Plenário, condeno a inércia do Governador Eduardo Braga e a incompreensão da Secretaria de Saúde do Amazonas, pela falta de sensibilidade na condução do assunto.

A Secretária de Saúde do Amazonas defende-se, explicando que o Estado está impedido por lei de continuar repassando recursos à Santa Casa. Ela lembra que a Emenda Constitucional n. 29 determina que os repasses de recursos só podem ocorrer com a comprovação de sua aplicação em serviços de assistência, o que, acrescenta, não estaria ocorrendo.

Vejam, Srs. Senadores, a quantas andamos. Em vez de exigir o cumprimento dessa obrigatoriedade, a Secretaria de Saúde acha mais cômodo cortar o repasse das verbas. E o povo que se dane!

Os servidores da Santa Casa não se conformam com o que está ocorrendo. Eles apontam o emprego em outros setores da verba de R\$199 milhões, repassada pelo Ministério da Saúde, para a implantação de uma nova unidade de terapia intensiva do hospital. O provedor da Santa Casa, Cláudio Pereira Machado, protestou contra essa irregularidade, observando que não é possível ficar sem esses recursos, vitais para o bom funcionamento do hospital.

Não sem um certo desespero, o provedor procura contornar o problema e já se propõe a encaminhar um novo convênio com a SUSAM. Além disso, acrescentou, vai dirigir apelo ao Ministro da Saúde, para que tudo se normalize e a Santa Casa possa retornar às atividades normais. É o que esperamos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo trazer hoje à tribuna desta Casa uma justa merecida homenagem do povo de Minas Gerais e, particularmente, dos homens públicos mineiros a uma insigne personalidade que, não nasceu em nossa terra, mas foi mineiro de coração e atitudes.

Falo do inesquecível Deputado Thales Ramalho, que faleceu domingo no Recife, pouco mais de um mês após completar 81 anos de idade. Thales, que nasceu na Paraíba, fez sua brilhante carreira política

em Pernambuco. Ele tinha consigo, naturalmente, as virtudes próprias dos melhores valores da gente e dos políticos do Nordeste. Contudo, posso dizer que, além de nordestino, Thales Ramalho foi também um grande político mineiro!

Quando o identifico tão intimamente a Minas Gerais é porque ele encarnou os valores mais prezados e praticados pela tradição política da minha terra. Thales Ramalho foi sempre ponderado, moderado, paciente, perseverante, convivente, amigo e respeitoso.

Assim, devo interpretar que devem ter sido estes predicados que levaram os Políticos Mineiros a lhe concederem a Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais.

Respeitoso com todos. Desde o próximo mais humilde ao mais poderoso. E com aqueles que tinham pensamento ou filiação político-partidária diferentes do seu!

Ou seja, Thales viveu como um comportamento pessoal o verdadeiro fundamento do regime democrático, que é a aceitação verdadeira das diferenças políticas!

Por isso, a ele coube a grandiosa e difícil missão de ajudar a articular junto a lideranças do regime militar a Anistia finalmente alcançada em 1979. Embora pertencesse ao MDB, então o partido da Oposição, ele fez do diálogo e da moderação o meio para se atingir o objetivo maior de pacificar o nosso País e de reconduzi-lo ao leito da normalidade democrática.

Como o próprio e ilustre parlamentar definia, “nem sempre, na luta política, é possível escolher o adversário”. Na época sombria da luta contra o Arbítrio, dizia, “os adversários eram os militares e pronto”. Esse era o dado da realidade que não se podia negar, mas também com o qual não podia conformar.

Com o espírito realista, prático e conseqüente que lhe era característico e que – repito – se identificam com a prática política mineira – Thales Ramalho mostrava que era possível se “escolher a forma de lutar”. E a exemplo dos outros expoentes da redemocratização, como Tancredo Neves e Ulisses Guimarães, propôs o caminho viável: “Nossa estratégia – pregava – era conversar”.

Foi isso o que fizeram incansavelmente ele e seus companheiros do MDB, entre os quais tenho o orgulho de lembrar também a figura de meu querido pai, então também deputado federal Renato Azeredo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aquele punhado de “mineiros” da Oposição não se furtava do diálogo. Pois já havia também os “mineiros” do Governo da época que igualmente buscavam a concórdia po-

lítica. Entre outros, destacaram-se no lado governista o Senador Petrônio Portela, o então Deputado Marco Maciel e o General Cordeiro de Farias.

Para que o Estado Democrático de Direito voltasse a vicejar após o violento retrocesso institucional sofrido em 1964 e ampliado com o AI-5, em 1968, o diálogo era realmente o único caminho possível.

E por ter acreditado a fundo nisso, Thales Ramalho pagou o preço de ser tomado como muito moderado e conciliador por emedebistas extremados. Afinal, a convicção do grande parlamentar era a de que se precisava “juntar a esquerda da direita com a direita da esquerda”.

Isso naturalmente não convinha aos radicais militares. Nem aos radicais que lutavam contra eles, muitos dos quais necessitavam da intensificação do confronto, iludidos de que poderiam implantar um regime revolucionário igualmente autoritário.

Para trilharem o caminho seguro e viável da redemocratização, as lideranças mais experientes e calejadas do MDB mantiveram a rota com mão firme no leme.

Enquanto Tancredo Neves se dedicava às articulações no Congresso e Ulisses Guimarães fazia sua memorável pregação cívica, inclusive como anticandidato a Presidente da República, Thales Ramalho fez como secretário-geral do partido o trabalho de formiguinha.

Levara e trazia mensagens e ações de negociação entre os oposicionistas e governistas moderados.

Nesse período em que ele comandou diretamente o fortalecimento organizacional do MDB nos Estados foi que, ainda jovem, acompanhei os reflexos de seu trabalho em Minas. Pois, lá meu pai era o secretário-geral do partido e ajudava Tancredo Neves, Jorge Ferraz e outros líderes mineiros da Oposição a desenvolver a luta que foi resultando em crescente vitórias eleitorais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, simultaneamente com o fortalecimento do MDB, Thales fez incursões audaciosas em favor da anistia. Agendou uma reunião secreta em 1975 com o General Golbery do Couto e Silva, na qual compareceu também Ulisses Guimarães.

No encontro, Thales foi além da idéia do regime militar de que se fizesse revisão de algumas cassações. Propôs que o diálogo tivesse por base a discussão da anistia!

Em 1979, o Governo militar acabou por apresentar suas propostas, já depois da entrada em cena da Missão Portela e da Emenda Constitucional nº 11,

aprovada em Setembro de 1978 e que entrou em vigor em 1º de Janeiro de 1979.

Essa emenda impediu ao Presidente da República cassar mandatos parlamentares, abriu caminho para o pluripartidarismo e restabeleceu o habeas corpus. O que certa vez, levou o hoje Senador Marco Maciel a qualificar a emenda como a preliminar jurídica da revogação do AI-5.

Foram muitas as conquistas de que participou Thales Ramalho. E elas ocorreram relativamente em pouco tempo, pois ele chegara à Câmara dos Deputado, eleito pela primeira vez, apenas em 1967.

Sua atuação tornou-se ainda mais significativa porque em grande parte do tempo ele exerceu a Política com sacrifício pessoal de ser obrigado a usar cadeia de rodas, em consequência de acidente de carro que sofreu em 1976. Foi dele a autoria da Emenda Constitucional nº 12, promulgada em outubro de 1978, que assegurava aos deficientes a melhoria de sua condição social.

Porém, nem isso foi obstáculo para que ele, além da anistia, prosseguisse na luta para avançar a redemocratização. Foi decisiva sua atuação com Tancredo Neves para fundar o Partido Popular e depois refundi-lo com o PMDB de Ulisses Guimarães.

Logo depois, ingressou no PDS (Partido Democrata Social), da base de sustentação do Governo Figueiredo, para dar nova contribuição: a busca entre os próprios governistas de apoio para eleger Tancredo Neves Presidente da República na eleição indireta de 1985.

Nesse ano, Thales largou a política, “mas não a cidadania”, como ele mesmo afirmou em frase rememorada pela jornalista Teresa Cruvinel por ocasião do aniversário de 80 anos do velho deputado pernambucano, comemorado no dia 07 de julho do ano passado.

Essa e outras lembranças e homenagens, como a que presto agora em nome de Minas Gerais, a Thales Ramalho são justificadas não só pelo homem que foi, mas pelas idéias políticas que ele representou!

Afinal, com seus correligionários e com o diálogo junto a seus adversários, Thales lutou durante muitos anos para que o País retomasse a normalidade democrática.

Essa sua lição precisa ser lembrada e refletida no momento em que surgem no horizonte político do Brasil algumas nuvens meio carregadas de sinais de autoritarismo.

Esperamos que elas sejam passageiras e logo se desfaçam. Para isso, o Governo precisa também relembrar as lições de Thales Ramalho!

Muito obrigado.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mesmo os céticos e os invariavelmente críticos haverão de admitir que nos últimos 50 anos, em linhas gerais, o Brasil experimentou considerável avanço em termos de saúde pública. Para isso, como diversas outras nações, soubemos aproveitar os impulsos que a pesquisa médica e o desenvolvimento científico-tecnológico vêm proporcionando à humanidade. Logo, superando também uma sucessão de políticas públicas erráticas e pífiás, conseguimos o virtual controle de uma série de moléstias que afligiam, com a superior indiferença que só a natureza pode dedicar aos dramas humanos, grandes contingentes de nossas populações.

Embora o IDH brasileiro — o inquietante Índice de Desenvolvimento Humano —, divulgado no início deste semestre, não seja motivo de entusiasmo ou enseje qualquer tipo de orgulho para os cidadãos, é forçoso reconhecer que temos alguns bem-sucedidos programas na área de assistência médica. Carentes da verdadeira universalização do atendimento médico-ambulatorial de qualidade, que permanece contaminado por precariedades antigas, há iniciativas brasileiras, como o combate à Aids, que se tornaram referências e, dado seu caráter modelar, inspiram políticas e procedimentos semelhantes em diversos outros países.

Coloco-me aqui como um experimentado profissional de saúde e digo que é evidente a constatação de que precisamos equacionar, enfrentar e superar inúmeros desafios, se pretendemos efetivamente promover a elevação consistente da qualidade de vida dos brasileiros. Tome-se, por emblemática, a malária, que já eleva o Brasil ao posto de campeão das Américas em número de casos registrados; e que concede, ainda, ao País um nada honroso terceiro lugar no mundo. É exatamente por isso, pelo expressivo alcance dessa doença no País, que devemos conhecê-la detalhadamente e estudá-la amiúde, a fim de que, com a implementação de políticas públicas pertinentes, possamos, se não erradicá-la, pelo menos estabelecer um controle mais estrito, reduzindo os danos que causa a milhares de pacientes.

Num primeiro momento, precisamos entender exatamente o que é a malária. Trata-se de uma doença infecciosa não-contagiosa, aguda ou crônica, causada por protozoários do gênero **Plasmodium**, sobretudo das espécies **vivax**, **falciparum** e **malariae**, com incidência espetacularmente alta na Amazônia. A transmissão ocorre por meio da picada da fêmea de mosquitos

do gênero **Anopheles**, sendo o **Anopheles darlingi** o principal vetor no País. A dinâmica de transmissão da malária obedece a uma lógica tão singela quanto deletéria: o mosquito infecta-se ao sugar o sangue de uma pessoa doente e, ao picar um indivíduo sadio, pode inocular a forma infectante do plasmódio.

A pesquisa revela que cada uma das espécies de protozoário implica características clínicas distintas para a enfermidade. Além da picada do mosquito, eventualmente a moléstia se transmite em virtude de outras situações que colocam o sangue de uma pessoa infectada em contato com o de uma sadia: por exemplo, o compartilhamento de seringas e a transfusão de sangue. Pode ocorrer, também, a transmissão da mãe para o feto, durante a gestação.

Embora seja possível a infecção de animais como aves e répteis, os tipos de malária contraídos pelos humanos não ocorrem em outras espécies. Isso apesar de evidências, ainda não comprovadas, de possível transmissão, sempre através do mosquito, de macacos para humanos.

As três espécies de **Plasmodium** — **vivax**, **falciparum** e **malariae** — atacam células do fígado e glóbulos vermelhos, as hemácias, destruídos ao serem utilizados para a reprodução do protozoário. No momento em que o mosquito pica o ser humano, introduz em sua corrente sanguínea, por meio da saliva, uma forma ativa do **Plasmodium**, denominada esporozoítas, que faz parte de uma de suas formas evolutivas. Ingressos na corrente sanguínea, os esporozoítas dirigem-se para o fígado, penetrando nas células hepáticas para a multiplicação e originando outra forma evolutiva chamada merozoítas. Uma parte dos merozoítas permanece no fígado e continua a se reproduzir em suas células, a outra cai novamente na corrente sanguínea e adentra as hemácias para seguir com o processo reprodutivo. As hemácias parasitadas também são destruídas e originam ora outros merozoítas, ora gametócitos, células precursoras dos gametas femininos e masculinos, do parasita.

Dentre os tipos de **Plasmodium** registrados no Brasil, o mais agressivo é o **falciparum**, com alto poder de multiplicação. Assim, invade e destrói mais hemácias que as duas outras espécies, causando um quadro anêmico mais imediato. Depois, os glóbulos vermelhos parasitados pelo **falciparum** sofrem alterações estruturais que os tornam mais adesivos entre si e às paredes dos vasos sanguíneos, gerando pequenos coágulos que podem resultar em problemas cardíacos, como trombozes e embolias.

Após a incubação do **Plasmodium falciparum**, aparece um quadro clínico variável, que inclui calafrios, febre alta (no início contínua e depois com frequência de três em três dias), dores de cabeça e musculares, taquicardia, aumento do baço e, por vezes, delírios. Existe, também, a possibilidade de se desenvolver a malária cerebral, responsável por cerca de 80% dos casos letais da doença. Além dos sintomas correntes, na malária cerebral aparece ligeira rigidez na nuca, perturbações sensoriais, desorientação, sonolência ou excitação, convulsões, vômitos e dores de cabeça, podendo o paciente chegar ao coma. Por vezes, o quadro da malária cerebral lembra o tétano, a meningite, a epilepsia e o alcoolismo, entre outras afecções de natureza neurológica.

A malária tem um período de incubação variável entre 12 e 30 dias. Após a exposição ao **Plasmodium**, e vencido o período de incubação, desencadeiam-se os chamados acessos de malária, gerando uma sintomatologia característica ampla e, eventualmente, enganosa.

Por seu turno, o **Plasmodium vivax**, ao contrário do **falciparum**, é causador de um tipo mais brando de malária, geralmente não letal, muito embora bastante complicada em termos terapêuticos. Como o **vivax** se instala por mais tempo no fígado do paciente, impõe respostas mais lentas à medicação. A incubação varia de 10 a 20 dias, mas o **vivax**, como já mencionei, em geral não é tão agressivo: o **falciparum** ataca entre 2% e 25% do total de hemácias, já o **vivax** não alcança mais que um por cento. Na fase inicial da doença provocada pelo **vivax**, os sintomas incluem mal-estar, dores de cabeça e febrícula, que pode evoluir para febre entre 39 e 40 graus, repetida a cada dois dias, com suor intenso e dores musculares.

O terceiro causador da malária, identificado como **Plasmodium malariae**, implica quadro clínico bastante similar ao gerado pelo **vivax**, que acabamos de ver. O que o distingue é a constância de febre baixa e a recorrência a cada três dias. A moléstia causada pelo **Plasmodium malariae** também pode gerar recaídas a longo prazo, com ressurgimento em até três ou quatro décadas.

Do ponto de vista histórico, sabemos que, já durante o século 18, as populações indígenas e ribeirinhas padeciam com a malária. Ironicamente, foi ao longo do denominado *Século das Luzes* europeu que a doença foi introduzida em nosso País, vinda da África, dentro do desordenado e inconseqüente processo de colonização promovido no Brasil.

Como se sabe, a malária é uma doença debilitante, que provoca febre e anemia, além de deixar o organismo bastante vulnerável a várias outras moléstias. Logo, reduz de forma sensível o rendimento no trabalho, ao mesmo tempo em que impõe o deslocamento dos pacientes para locais específicos, para diagnóstico. Em pessoas que sofram de insuficiência nutricional, a moléstia pode revelar-se mortal. Os pesquisadores mostram também que a malária, durante a gestação, pode ensejar má-formação fetal, retardo no desenvolvimento intra-uterino e, inclusive, abortos, sem contar as seqüelas permanentes na criança.

Atenção especial em qualquer política pública voltada para a malária deve ser dada à Região Norte, onde são verificados 99%, ou a quase totalidade, dos casos registrados no País. No Norte, a malária revela-se insaciável, com um quadro evolutivo verdadeiramente assustador: em 1985, portanto há menos de 20 anos, registravam-se 11 mil casos, no Amazonas; quinze anos depois, no ano 2000, alcançou a espantosa cifra de 96 mil casos, recuando no ano seguinte para ainda alarmantes 48 mil pessoas afetadas pela doença. Números mais recentes, felizmente, apontam redução no número de casos, o que não é garantia de que não possa eventualmente ocorrer uma recidiva de altas proporções.

Implementado no segundo semestre de 2002, o Programa Nacional de Controle da Malária tem a responsabilidade de combater eficazmente a disseminação da enfermidade. Por ocasião do lançamento do programa, a Funasa, Fundação Nacional de Saúde, estabelecia como meta a diminuição da incidência parasitária anual por malária em 25 %, já no ano de 2003. Nos exercícios seguintes, deve perseguir uma redução anual de 15 por cento. Além desse desempenho, que uma vez comprovado será feito extremamente auspicioso, a intenção da Funasa é eliminar a transmissão da malária em todas as áreas urbanas das capitais em um horizonte de mais dois anos, ou seja, até o final de 2006.

É certo que a malária não é um mal que aflige unicamente o Brasil. A Organização Mundial de Saúde revela que, na atualidade, a malária é a doença tropical e parasitária responsável pela geração de alguns dos mais graves problemas sociais e econômicos no mundo. É superada, em número de mortes, apenas pela Aids. Também denominada de paludismo, a malária é tida como problema de saúde pública em quase uma centena de países, nos quais perto de 2,4 bilhões de seres humanos — representando 40% da população global — convivem com os riscos de infecção. Embora

o Brasil desponte como um dos líderes das estatísticas mundiais sobre a incidência da malária, pelo menos em nosso território a mortalidade da doença é baixa e não alcança 0,1% do número total de enfermos.

A despeito de todos os esforços desenvolvidos em nosso País no combate à doença, é preciso também se adotar uma atitude mais firme e deliberada no sentido de trabalhar o diagnóstico e a terapia precoces. Passos concretos nessa direção asseguram a redução de óbitos e a contenção da doença. Ademais, terapias alternativas abrem novos horizontes para o tratamento. A etnobotânica é uma linha de trabalho viável e, aparentemente, bastante positiva, pois permite um melhor conhecimento do modo como as populações afetadas vêm buscando alternativas de tratamento, em mais de dois séculos de luta e sobrevivência. No momento, o Instituto de Medicina Tropical do Amazonas avalia a eficiência de extratos de plantas do Amazonas, em uma inteligente conciliação dos conhecimentos popular e científico.

A estratégia adquire ainda mais sentido quando se acena com o fato de os modos convencionais de combate à malária estarem na iminência de alcançarem seu limite. Pesquisadores e estudiosos na região Amazônica revelam que os mosquitos transmissores da doença, os já mencionados **Anopheles**, estão criando notória resistência a inseticidas. Além disso, o que é extremamente preocupante, a cloroquina, o mais tradicional remédio contra a malária, já não é eficaz contra algumas cepas do **Plasmodium falciparum**.

Enfim, se o Brasil deseja ser vitorioso no combate à malária em seu território, é imprescindível que não negligencie ou transija nas metas já fixadas nos programas oficiais em vigor. Também cabe ao Ministério da Saúde incentivar a busca de alternativas não ortodoxas, que eventualmente poderão conduzir a tratamentos mais eficazes. Não pode o Governo, tampouco, regatear recursos. Somente com ações convergentes, afirmativas e ousadas poderemos, no médio prazo, livrarmo-nos dos terríveis títulos de campeão americano e terceiro colocado mundial em números de casos registrados de malária.

Muito obrigado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “TCU suspende parte do Primeiro Emprego”, publicada no jornal **Valor Econômico** do dia 30 de julho do corrente.

A matéria mostra que o ministro Guilherme Palmeira, relator do processo no TCU, enumerou diversas

impropriedades nos convênios firmados pelo Ministério do Trabalho para a implementação do programa Primeiro Emprego. A conclusão do Tribunal é de que houve “preferência não justificada tecnicamente”.

Para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro, Sr. Presidente, que a matéria publicada no jornal **Valor Econômico** passe a integrar este pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, Inciso
I e § 2º, do Regimento Interno)*

Matéria referida:

**TCU suspende parte
do Primeiro Emprego
Juliano Basile
de Brasília**

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a suspensão da concessão de auxílio financeiro a 7 mil beneficiários do programa Primeiro Emprego. Os ministros do tribunal concluíram que houve “preferência não justificada tecnicamente” do Ministério do Trabalho pela ONG Ágora na implementação de ações do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE).

O TCU determinou ao Ministério que obtenha a restituição de valores eventualmente gastos a mais com a Ágora.

A ONG recebeu, desde o início do governo Lula, R\$ 7,5 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para treinar jovens para o programa. A restituição deverá ser feita “em montante superior ao previsto no projeto aprovado pelo ministério”. A Ágora está sendo inves-

tigada

pelo Ministério Público do Distrito Federal pelo suposto desvio de verbas do FAT. A ONG nega as acusações. O ministro Guilherme Palmeira,

relator do processo no TCU, enumerou diversas “impropriedades” nos convênios firmados pelo Ministério do Trabalho para a implementação do PNPE. Ele criticou a “supressão do Conselho Consultivo” do programa, a “ausência de critérios técnicos para a escolha das entidades encarregadas da execução das ações” e a “distribuição não eqüitativa dos recursos federais entre os consórcios sociais”. Palmeira concluiu pela suspensão de convênios e do pagamento de parte das bolsas do Primeiro Emprego, até a constituição de um Conselho Consultivo para a elaboração do programa. O TCU deu 15 dias para o secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho, Remígio Todeschini, explicar as supostas irregularidades do programa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “*Uma cena triste*”. Este é o título da matéria publicada na revista **Veja** do último dia 4 de agosto e que trata da recente visita do Presidente Lula à África.

A matéria mostra que o Presidente Lula, ao visitar a capital do Gabão, Libreville, desfilou em carro aberto ao lado do presidente Omar Bongo, que está no poder há cerca de 37 anos e é acusado de “surrupiar” milhões de dólares de seu país.

Não é com a retórica de que “o aprofundamento de nossas relações com a África, além de um dever moral, é uma necessidade estratégica” que o Brasil irá, como pretende o presidente, mudar a geografia comercial do mundo. O Presidente Lula deveria ter aproveitado a viagem à África para condenar os regimes autoritários existentes em países daquele continente, como o Sudão e o próprio Gabão.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que a matéria da revista **Veja** passe a integrar este pronunciamento. Com isso, os historiadores terão elementos para, futuramente avaliar a atuação do Governo Lula.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, Inciso
1 e § 2º, do Regimento Interno)*

Matéria referida:
“Uma cena triste”

Lula desfila em carro aberto ao lado de ditador africano acusado de roubar vários milhões de dólares de seu país.

A Oposição do Gabão – a parcela que sobrevive ao torniquete da ditadura, que fique bem claro – deve estar rogando praga contra o democrata Luiz Inácio Lula da Silva neste momento. Na semana passada, o presidente Lula, ao realizar seu terceiro passeio pela África, visitou a moderna Libreville, capital do Gabão e desfilou em carro aberto, um imponente Rolls-Royce cor prata, ao lado do presidente Omar Bongo. O passeio durou em torno de vinte minutos, foi aplaudido por cerca de 3.000 pessoas e não será olvidado por ninguém – nem pela oposição no Gabão, cuja existência por democracia ficará esplendidamente abafada; nem pelo governo do Gabão, que não cansará de gabar-se de ter atraído às suas gabarras um símbolo da resistência democrática; e, por fim nem pelos próprios brasileiros, parte dos quais torcerá para que o desvio terceiro-mundista da diplomacia Lula e Bongo, pelas ruas de Libreville, em passeio de vinte minutos: 3.000 pessoas brasileira não volte a submeter o Presidente ao constrangimento de desfilar de carro aberto ao lado de um ditador acusado de surrupiar milhões de dólares de seu país.

Omar Bongo, 68 anos, subiu ao poder com a morte do titular, em novembro de 1967 – e nunca mais desceu. É freqüentador das listas de suspeitos de grandes roubalheiras. Seu nome, naturalmente, sempre apareceu nas suspeitas por acidente. Num caso, o Senado dos Estados fazia uma investigação sobre lavagem de dinheiro e, ao examinar os registros do Citibank, encontrou três contas bancárias em nome do presidente do Gabão, com a garbosa movimentação de 130 milhões de dólares. Em outro, a Justiça da França apurava um escândalo que envolveu o Elf, então estatal francesa do petróleo, e descobriu que um dos diretores pagava uma propina anual a Bongo para que a empresa tivesse privilégios na exploração do produto no Gabão. A gabela totalizou quase 17 milhões de dólares. Desde 1991, a oposição gabonesa tem liberdade política, mas é tratada a gadanhadas. A Anistia Internacional informa que recentemente cinco oposicionistas passaram mais de um mês atrás das grades sob a acusação de insultar Omar Bongo.

Com sua inclinação terceiro-mundista, seu empenho em animar as chamadas relações Sul-Sul, a diplomacia brasileira resolveu mostrar-se generosa para com os irmãos africanos – recebendo, em troca, apoio à velha pretensão brasileira de obter uma

cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em São Tomé e Príncipe, um par de ilhas na África central, o Presidente Lula doou 650.000 dólares para que o governo retome os pagamentos do programa Bolsa-Escola e fez a distribuição gratuita de medicamentos a portadores do vírus da Aids. Em Cabo Verde, Lula assinou um acordo para aumentar o número de vôos entre o Brasil e a Ilha do Sal, encravada no meio do Oceano Atlântico, de onde grupos de sacoleiros costumam voar todas as semanas até o Brasil em busca de mercadorias vendáveis em seu país de origem. No Gabão, o Presidente Lula resolveu perdoar a dívida do país com o Brasil, calculada em 36 milhões de dólares.

Além da retórica segundo a qual o Brasil tem uma dívida histórica com a África negra por causa da escravidão, e uma eterna dívida de gratidão pela rica herança cultural, não se sabe exatamente o que a diplomacia pretende ao dar prioridade às nações africanas. “O aprofundamento de nossas relações com a África, além de um dever moral, é uma necessidade estratégica”, disse Lula num jantar de gala no Gabão. “São muitos os campos em que podemos estabelecer parcerias, no melhor espírito da cooperação Sul-Sul”. É, de novo, retórica. Claro que não será com o auxílio da África que o Itamaraty chegará perto do seu desiderato de mudar a geografia comercial do mundo. Considerando que o Brasil tem parcela inferior a 1% do comércio mundial e que, somada, a riqueza dos três países visitados por Lula na semana passada não chega a 8 bilhões de dólares – o equivalente ao PIB boliviano – as chances de que a aliança gabono-brasileira mude algo são pura gabolice.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 28 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 12 DE AGOSTO DE 2004, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, perguntaria à Mesa se, quando me convidou para falar como Líder, se referia ao Líder do Governo ou ao líder do campeonato, o Santos. Faço essa indagação depois do discurso do Senador Geraldo Mesquita Júnior. Talvez as duas coisas, e sinto-

me, como alvinegro, homenageado aqui nesses 100 anos de história.

Inicialmente, informo que o Governador Eduardo Braga telefonou-me e o Senador Arthur Virgílio posicionou-se, hoje, em plenário, pedindo uma negociação em relação à Lei de Informática. A Câmara fez um acordo, que o Governo sustenta com algumas inovações indispensáveis, especialmente o fato de ter sido dada uma anistia para empresas que não investiram em pesquisa e desenvolvimento, embora tenham recebido incentivos fiscais, o que não parece adequado, pois, o incentivo fiscal tem a contrapartida de investimento em pesquisa e desenvolvimento.

A proposta do Senado – segundo o acordado com os Deputados do setor com quem mantive contato – consiste em determinar um prazo para que investimentos que não ocorreram no passado venham a ocorrer agora. É sabido que investimentos em pesquisa e em desenvolvimento geram empregos qualificados, geram tecnologia, geram desenvolvimento...

O segundo problema é o dos tubos de televisão e monitores de vídeo. De fato, a evolução tecnológica cada vez diminui a distância entre a televisão e o micro-computador. A TV digital pretende integrar esses dois instrumentos, o que preocupa a Zona Franca, atingida por uma medida recente da Argentina em relação a esses equipamentos.

Pendente de uma solução, a proposta era a de fixar em até 19 polegadas e, acima disso, dar exclusividade à Zona Franca, que não resolveria o problema, porque em um ano não teríamos mais monitores de 17 ou 19 polegadas. A evolução tecnológica é tão rápida que os monitores terão mais de 20 polegadas e servirão como televisão e como vídeo.

A idéia de dar exclusividade à produção de monitor de vídeo seria um adicional à Zona Franca e não manter o que ela tem.

Vamos continuar dialogando. E proponho deixarmos essa votação para a última semana de agosto. Convidaremos o Governador Eduardo Braga para uma conversa com os parlamentares, a fim de que possamos construir com muita solidez essa passagem.

Não se concebe haver um desequilíbrio entre as diversas regiões do País. Deve-se preservar os investimentos que vigorarem em Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina. A Zona Franca tem que manter o seu vigor, por ser uma região que mais cresce no País. Não há nenhuma intenção de promover o desequilíbrio regional.

O Governo não pode retirar a urgência constitucional, porque é um comando constitucional da Emenda nº 42.

É obrigação do Executivo apresentar o projeto em sessenta dias, sob o regime de urgência. Portanto, a urgência tem que ser mantida. Mantida a urgência, há prejuízo para o restante da pauta.

O compromisso que assumo - mas não quanto ao mérito -, porque discutimos a matéria exaustivamente, tanto eu como o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Hélio Costa com os demais Senadores da Casa. Sugere-se votá-la no próximo esforço concentrado, qualquer que seja o resultado da negociação. Porém, deve-se convidar o Governador Eduardo Braga. Podemos ouvi-lo, bem como outros Estados que tenham interesse, para construir, se possível, um acordo.

Sr. Presidente, fiquei estarrecido! Imaginei que alguns Senadores iriam assomar à tribuna, hoje, para elogiar o empenho do Governo no combate à corrupção. Se não bastasse a Operação Gafanhoto, que desmontou um esquema em Rondônia e levou à cassação vários homens públicos, independentemente do partido e da origem - o que não nos preocupa -, houve a Operação Vampiro, que desmontou o esquema de corrupção que havia no Ministério da Saúde há anos e anos. Este Governo identificou, desmontou o esquema de corrupção prendendo todos os envolvidos. Se não bastassem esses exemplos, houve a Operação Anaconda, que atingiu a Polícia Federal e parte do sistema judiciário, que estava apodrecido, para dar dignidade à Justiça e à Polícia Federal. Houve também, em Manaus, a Operação Zaqueu, que colocou na cadeia uma rede de fiscais corruptos. Recentemente, a Operação Albator está prendendo secretários, ex-secretários, parlamentares e toda uma rede de corrupção que roubou o montante de R\$500 milhões de dinheiro público.

Portanto, imaginei que o Senador do Estado beneficiado por essas operações viria aqui saudar a firmeza do Governo, o apoio à ética e à transparência, viria dizer que lugar de corrupto é na cadeia. Mas não foi isso o que ocorreu. Ouço ataques ao PT. E não entendo! E a expressão do compromisso com a ética, com a transparência e com a firmeza encontra-se nessas operações que o Governo está patrocinando. Nunca se combateu, em tão pouco tempo, tanta corrupção, e tão antiga no País - porque são esquemas que já existem há muitos e muitos anos que estão sendo desbaratados agora.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo um apelo a esse Plenário, sobretudo à Oposição: observei que o Governo de São Paulo já tem a PPP; o Governo de Minas já a tem, e, ontem, o Governo do PSDB de Goiás criou a PPP. Três Governadores do PSDB já dispõem do instrumento da parceria público-privada. Parece tratar-se de um instrumento eficiente para esse Partido. Mato Grosso também já a utiliza.

Portanto, peço que a Oposição venha dialogar com o Governo. Havíamos marcado uma reunião para terça-feira, mas não foi possível realizá-la, porque havia outros problemas a serem tratados, para os quais demos preferência.

Quero fazer o convite de público: hoje, à tarde, a qualquer hora, em qualquer momento, estaremos abertos para sentar e começar a discutir o instrumento da PPP. Tínhamos decidido isso na reunião de Líderes.

O Senador Sérgio Guerra, inclusive, elencou sete pontos que entende serem o foco da negociação. Primeiro, faríamos uma reunião com representantes dos Partidos na Casa, iniciando-se a negociação.

A minha sugestão concreta é que negociemos, exaustivamente, até o final de agosto. Depois disso, poderíamos votar no período do esforço concentrado de setembro. A Lei de Responsabilidade Fiscal tem que ser rigorosamente respeitada, e temos propostas para adequar a Lei de Responsabilidade Fiscal à PPP. Por exemplo, além do fundo garantidor, que antecipa a receita e dá segurança, poderíamos colocar um limitador de comprometimento da receita líquida dos Municípios, dos Estados e da União. Esse seria um excelente instrumento de segurança, do ponto de vista da responsabilidade fiscal.

Concordo plenamente que a Lei de Licitações deve ser preservada na sua integralidade. Toda licitação do Estado deve seguir regras muito claras e democráticas, que evitem qualquer tipo de prejuízo. Portanto, a PPP deve ser um instrumento para políticas de serviços, de concessão de serviços, preservando-se a Lei de Licitações.

Com relação à preocupação com o pacto federativo, vamos encontrar uma solução.

Portanto, já temos propostas para resolver parte da agenda que foi estabelecida. Não há nenhuma precondição. Como dissemos, estamos abertos a discutir o mérito em profundidade.

A única demanda que fazemos é basicamente a de acelerar a negociação e ter a disposição de votar no esforço concentrado de setembro. Por quê? Porque é visível, para qualquer cidadão - e, neste ponto, concluo, Sr. Presidente -, que o País está crescendo 4,7% e está acelerando o ritmo de crescimento. Esse percentual é maior do que o de qualquer ano nos últimos nove anos. De 1995 para cá, essa é a maior taxa de crescimento do PIB.

A indústria está utilizando 84% da capacidade produtiva instalada. Ela precisa de investimentos. Os bens de capital estão crescendo 21%, demonstrando que há máquinas e equipamentos cujos investimentos resultam em nova capacidade produtiva.

O BNDES tem uma série de programas de financiamento e investimento que são indispensáveis a esse tratamento. Mas as importações de máquinas e equipamentos também estão crescendo. Precisamos, portanto, dar apoio a esse processo de investimento e de crescimento da indústria.

Mas o ponto de estrangulamento maior na sustentabilidade do crescimento do País, evidentemente, ocorre no setor de infra-estrutura. Os portos brasileiros estão muito lentos diante do aumento de 22% no volume de exportações. Faltam contêineres, devido à velocidade de embarque e desembarque.

Ora, um saldo comercial de US\$31 bilhões é o que dá estabilidade ao balanço de pagamentos do País. Para continuar nesse caminho é necessário o investimento em portos. Uma ferrovia Norte/Sul, por exemplo, mudaria o futuro do Piauí, do Maranhão, para onde a mancha da soja está subindo, e da Região Norte; essa é uma ferrovia que vai mudar toda a competitividade da economia da região e assegurar um volume de exportações que vai tirar do empobrecimento uma região que está submetida a essa condição. Essa é a prioridade do País.

Há dezenove anos, o Presidente Sarney propôs a Norte-Sul, e o Estado brasileiro não conseguiu viabilizar o projeto, dificuldade mantida nos governos precedentes. No nosso Governo, tampouco, tem os recursos necessários para investir nesse projeto. Só a parceria público-privada poderia resolver esse problema.

Os chineses, por exemplo, dispõem de um fundo de US\$4 bilhões para investir em ferrovias e portos, necessitando de uma moldura institucional, ou seja, a aprovação dessa legislação.

A nossa proposta é sentarmos para discutir, se possível ainda hoje, e até o final de agosto, quantas vezes se fizerem necessárias. Os Ministros da área econômica estão à disposição. Queremos construir um acordo na matéria da PPP, para podermos votá-la o mais breve possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

SENADOR: JOSÉ SARNEY

12-8-2004
quinta-feira

10:00 – Ordem do Dia

Plenário do Senado Federal

11:30 – Ministro Guido Mantega, Ministro de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, acompanhado do **Secretário João Bernardo de Azevedo Bringel**, Secretaria de Orçamento Federal Presidência do Senado Federal

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas

AO
PROJETO DE LEI
N.º 44/2004-CN
MENSAGEM
N.º 0135, de 2004 – CN
(Nº 00455/2004, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 1.543.013.461,00 (um bilhão, quinhentos e quarenta e três milhões, treze mil, quatrocentos e sessenta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

Índice de Emendas

PLN: 044/2004 EMENDA

Total por Parlamentar

BISMARCK MAIA

00007 a 00017

11

EDUARDO VALVERDE

00006

1

ROSE DE FREITAS

00001 a 00004

4

ZÉ GERARDO

00005

1

Total de Emendas: 17

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00001****PL 044/2004-CN**

Mensagem 0135/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN Nº 44/2004 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SENO PRESENTE PL - AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS PARA POPULAÇÃO
CARENTES NO ESTADO DOESPIRITO SANTO.

SUPLEMENTAÇÃO:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 55901

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 08.244.1093.1481.0572

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 30

VALOR R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 55901

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 08.845.1282.0573.0001

GND:4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 30

VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM A PRESENTE EMENDA, AUMENTAR O VALOR A SER
INVESTIDO EM AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS PARA A POPULAÇÃO
CARENTENOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES

PMDB

DATA

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00002****PL 044/2004-CN**

Mensagem 0135/2004

INSTRUÇÕES NO VERSOPROJETO DE LEI
PLN Nº 44/2004-CNPÁGINA
01 DE 01**TEXTO**

INCLUA-SE NO PRESENTE PLN - AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS PARA POPULAÇÃO CARENTE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

SUPLEMENTAÇÃO:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 55901

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.1093.1481.0572

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 55901

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.845.1282.0573.0001

GND:4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM A PRESENTE EMENDA, AUMENTAR O VALOR A SER INVESTIDO EM AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS PARA A POPULAÇÃO CARENTE NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

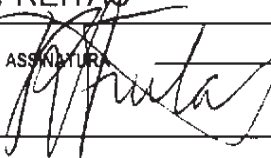
DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00003****PL 044/2004-CN**

Mensagem 0135/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN Nº 44/2004-CN

PÁGINA

. 01 DE 01

TEXTO

INCLUA - SE ONDE COUBER NO PRESENTE PLN - AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS PARA A POPULAÇÃO CARENTE NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.

SUPLEMENTAÇÃO:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 55901

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.244.1093.1481.0572

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 30

VALOR R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 55901

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.845.1282.0573.0001

GND:4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 30

VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM A PRESENTE EMENDA, AUMENTAR O VALOR A SER INVESTIDO EM AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS PARA A POPULAÇÃO CARENTE NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

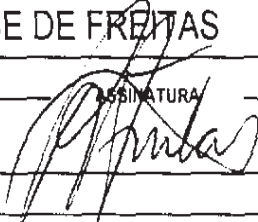
DEPUTADA ROSE DE FREITAS

ES

PMDB

DATA

ASSINATURA

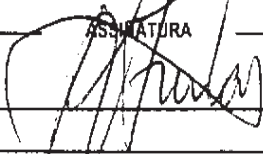


**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00004****PL 044/2004-CN**

Mensagem 0135/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN Nº 44/2004	PÁGINA 01 DE 01
TEXTO INCLUA - SE NO PRESENTE PLN - AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS PARA POPULAÇÃO CARENTES ,NOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - ES. SUPLEMENTAÇÃO: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 55901 FUNCIONAL PROGRAMATICA: 08.244.1093.1481.0572 GND: 4 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40 VALOR R\$ 1.500.000,00 CANCELAMENTO: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 55901 FUNCIONAL PROGRAMATICA: 08.845.1282.0573.0001 GND:4 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40 VALOR R\$ 1.500.000,00		

JUSTIFICAÇÃO
PRETENDE-SE COM A PRESENTE EMENDA, AUMENTAR O VALOR A SER INVESTIDO EM AÇÕES SOCIAIS E COMUNITÁRIAS PARA A POPULAÇÃO CARENTENOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADA ROSE DE FREITAS	UF ES	PARTIDO PMDB
DATA	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00005**

PL 044/2004-CN

Mensagem 0135/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

nº 44/2004

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

- Incluir no Projeto "Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Idosa", da programação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (Unidade 55901), o crédito de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na seguinte funcional programática:

- 08.243.0070.7972.0224 – Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes – Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes – Estado do Ceará.

Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 40 .

- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):

- 08.845.1282.0573.0001 – Pagamento de Benefício de Prestação Continuada a Pessoa Idosa – Loas – Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo atender os municípios de Canindé, Caucaia e Morrinhos, através da implementação de recursos financeiros para construção, ampliação e modernização de centros públicos de atendimento a crianças e adolescentes.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

13/08

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00006****PL 044/2004-CN**

Mensagem 0135/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI Nº 44	PÁGINA 1 DE 1

TEXTO

Emenda Aditiva:

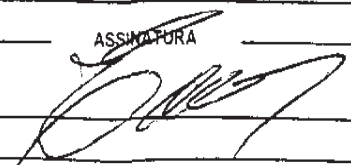
Adicionar ao Anexo I do PL nº 44 de 2004-CN, a Funcional Programática: 11.845.0107.0686.0001, "PAGAMENTO DE SEGURO-DESEMPREGO AO TRABALHADOR RESGATADO DE CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE TRABALHO ESCRAVO", no valor de R\$10.000.000, na UO 38901 – Fundo de Amparo ao Trabalhador, ESF. S, GND. 3, RP. 1, MOD. 90, IU. 0, FTE. 140..

Cancelamento:

No Anexo II, cancelar o valor de R\$10.000.000 da Funcional Programática nº 99.999.0999.998.0143, " RESERVA DE CONTINGÊNCIA – RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RECURSOS VINCULADOS AO FUNDO DE AMPARO DO TRABALHADOR", na Unidade Orçamentária 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus, ESF. S, GND. 9, RP.0, MOD. 99, IU. 0, FTE. 140.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda tem o objetivo de destinar recursos para atender em todo País , com seguro desemprego, a trabalhadores resgatados da condição análoga de trabalho escravo, possibilitando recursos que lhe permitam condições mínimas para integração social.

CODIGO 048	NOME DO PARLAMENTAR Dep EDUARDO VALVERDE	UF RO	PARTIDO PT
DATA 17/8/2004	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00007****PL 044/2004-CN**

Mensagem 0135/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 44/2004

01 DE 01

TEXTO

I – Suplementar:

Órgão: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: 38901 – Fundo de Amparo ao Trabalhador

Funcional Programática: 11.333.0101.4733.0001 – Qualificação de Trabalhadores
Beneficiários de Políticas de Inclusão Social – Nacional

GND 3

Fonte: 100

Valor: R\$ 3.000.000,00

II – Cancelar:

Órgão: 38000 – Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: 38901 – Fundo de Amparo ao Trabalhador

Funcional Programática: 11.845.0099.0581.0001 – Pagamento do benefício abono-
salarial – Nacional

GND 3

Fonte: 180

Valor: R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, o desenvolvimento de ações de qualificação social, profissional e ocupacional para trabalhadores com dificuldades de inserção no mercado de trabalho, nos municípios de Aquiraz, Palhano, Russas, Limoeiro do Norte, Aiuaba, Acopiara, Parambú, Ipú, Ipueiras, Tianguá, Camocim, Acaraú e Itarema, no estado do Ceará.

CÓDIGO

1239

NOME DO PARLAMENTAR

Bismarck Maia

UF

CE

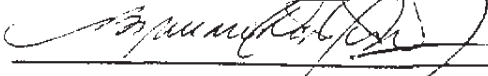
PARTIDO

PSDB

DATA

17/8/2004

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00008****PL 044/2004-CN**

Mensagem 0135/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 44/2004	PAGINA 01 DE 01

TEXTO

I – Suplementar:

Órgão: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: 38901 – Fundo de Amparo ao Trabalhador

Funcional Programática: 11.363.1311.5429.0001 – Profissionalização de trabalhadores na área de Enfermagem – PROFAE Nacional

GND 3

Fonte: 100

Valor: R\$ 2.000.000,00

II – Cancelar:

Órgão: 38000 – Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: 38901 – Fundo de Amparo ao Trabalhador

Funcional Programática: 11.845.0099.0581.0001 – Pagamento do benefício abono-salarial – Nacional

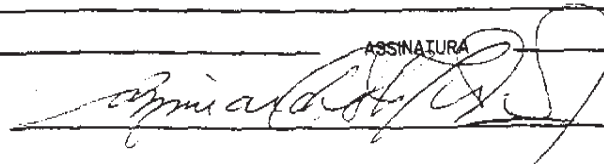
GND 3

Fonte: 180

Valor: R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para capacitação dos trabalhadores na área de Enfermagem, nos municípios do Estado do Ceará

CODIGO 1239	NOME DO PARLAMENTAR Bismarck Maia	UF CE	PARTIDO PSDB
DATA 17/8/2004	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 044/2004-CN

Mensagem 0135/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 44/2004

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

I – Suplementar:

Órgão: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: 38101 – Ministério do Trabalho e Emprego

Funcional Programática: 11.573.0068.4734.0001 – Apoio técnico à Escola do Futuro
Trabalhador Nacional

GND 3

Fonte: 100

Valor: R\$ 3.000.000,00

II – Cancelar:

Órgão: 38000 – Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: 38101 – Ministério do Trabalho e Emprego

Funcional Programática: 28.846.0909.0643.0001 – Complemento da atualização
monetária dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Lei
Complementar nº 110, de 2001) – Nacional

GND 3

Fonte: 184

Valor: R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para conscientização de crianças e adolescentes do estado do Ceará, sobre as noções básicas de cidadania com ênfase nos direitos sociais e trabalhistas, visando sensibilizá-los sobre os prejuízos do trabalho precoce e em condições de riscos para a saúde e segurança.

CODIGO

1239

NOME DO PARLAMENTAR

Bismarck Maia

UF

CE

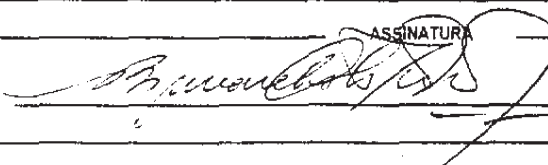
PARTIDO

PSDB

DATA

17/8/2004

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00010**

PL 044/2004-CN

Mensagem 0135/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 44/2004

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

I – Suplementar:

Órgão: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: 38101 – Ministério do Trabalho e Emprego

Funcional Programática: 11.334.1133.4739.0001 – Promoção do Consumo Ético e Justo
- Nacional

GND 4

Fonte: 140

Valor: R\$ 4.000.000,00

II – Cancelar:

Órgão: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: 38101 – Ministério do Trabalho e Emprego

Funcional Programática: 28.846.0909.0643.0001 – Complemento da atualização
monetária dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Lei
Complementar nº 110, de 2001) – Nacional

GND 3

Fonte: 184

Valor: R\$ 4.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, a instalação de terminais de comercialização de produtos e serviços da Economia Solidária, nos municípios de Aquiraz, Palhano, Russas, Limoeiro do Norte, Aiuaba, Acopiara, Parambú, Ipú, Ipueiras, Tianguá, Camocim, Acaraú e Itarema, no estado do Ceará.

CODIGO

1239

NOME DO PARLAMENTAR

Bismarck Maia

UF

CE

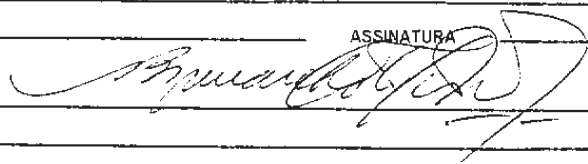
PARTIDO

PSDB

DATA

17/8/2004

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00011**

PL 044/2004-CN

Mensagem 0135/2004

PROJETO DE LEI

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN 44/2004

01 DE 01

TEXTO

I – Suplementar:

Órgão: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: 38101 – Ministério do Trabalho e Emprego

Funcional Programática: 11.334.1133.4737.0001 – Fomento a Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária – Nacional

GND 4

Fonte: 140

Valor: R\$ 2.500.000,00

II – Cancelar:

Órgão: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: 38101 – Ministério do Trabalho e Emprego

Funcional Programática: 28.846.0909.0643.0001 – Complemento da atualização monetária dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001) – Nacional

GND 3

Fonte: 184

Valor: R\$ 2.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, a construção de casas da economia solidária, nos municípios de Aquiraz, Palhano, Russas, Limoeiro do Norte, Aiuaba, Acopiara, Parambú, Ipú, Ipueiras, Tianguá, Camocim, Acaraú e Itarema, no estado do Ceará.

CÓDIGO

1239

NOME DO PARLAMENTAR

Bismarck Maia

UF

CE

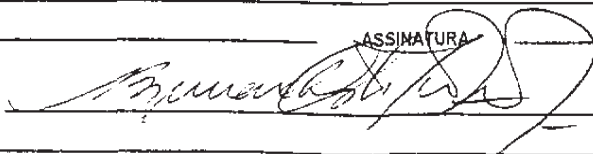
PARTIDO

PSDB

DATA

17/8/2004

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00012****PL 044/2004-CN**

Mensagem 0135/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 44/2004

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se:

Órgão: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego

Funcional Programática: 11.846.8007.0863.0001 - Apoio para organização e desenvolvimento de Cooperativas atuantes com Resíduos Sólidos - Nacional

GND 4

Fonte: 140

Valor: R\$ 5.000.000,00

Cancelamento:

Órgão: 38000 - Ministério do Trabalho e Emprego

Unidade: 38101 - Ministério do Trabalho e Emprego

Funcional Programática: 28.846.0909.0643.0001 - Complemento da atualização monetária dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001) - Nacional

GND 3

Fonte: 184

Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para incubação de cooperativas que trabalham com resíduos sólidos, nos municípios de Aquiraz, Palhano, Russas, Limoeiro do Norte, Aiuaba, Acopiara, Parambú, Ipú, Ipueiras, Tianguá, Camocim, Acaraú e Itarema, no estado do Ceará.

CÓDIGO

1239

NOME DO PARLAMENTAR

Bismarck Maia

UF

CE

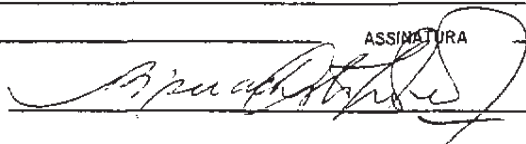
PARTIDO

PSDB

DATA

17/8/2004

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00013****PL 044/2004-CN**

Mensagem 0135/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 44/2004	PAGINA 01 DE 01

TEXTO

I – Suplementar:

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Unidade: 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social

Funcional Programática: 08.244.1331.7964.0001 – Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento ao Adulto em situação de vulnerabilidade Nacional

GND 4

Fonte: 100

Valor: R\$ 4.000.000,00

II – Cancelar:

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Unidade: 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social

Funcional Programática: 08.845.1282.0573.0001 – Pagamento de benefício de prestação continuada a pessoa idosa – LOAS – Nacional

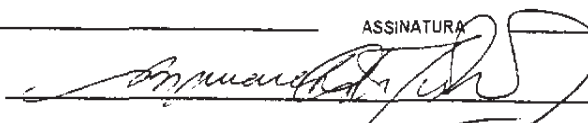
GND 3

Fonte: 351

Valor: R\$ 4.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção, ampliação e modernização de espaços públicos, tendo em vista o atendimento das demandas dos municípios do Estado do Ceará, quanto aos espaços de moradia e convivência comunitária, beneficiando assim, os adultos em estado de vulnerabilidade social.

CÓDIGO 1239	NOME DO PARLAMENTAR Bismarck Maia	UF CE	PARTIDO PSDB
DATA 17/8/2004	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00014**

PL 044/2004-CN

Mensagem 0135/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN 44/2004

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

I – Suplementar:

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Unidade: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

Funcional Programática: 08.242.0065.1426.0001 – Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência Nacional

GND 4

Fonte: 100

Valor: R\$ 5.000.000,00

II – Cancelar:

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Unidade: 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social

Funcional Programática: 08.845.1282.0573.0001 – Pagamento de benefício de prestação continuada a pessoa idosa – LOAS – Nacional

GND 3

Fonte: 351

Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção, ampliação e modernização de Centros de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência, nos municípios de Aquiraz, Palhano, Russas, Limoeiro do Norte, Aiuaba, Acopiara, Parambú, Ipú, Ipueiras, Tianguá, Camocim, Acaraú e Itarema, no estado do Ceará.

CÓDIGO

1239

NOME DO PARLAMENTAR

Bismarck Maia

UF

CE

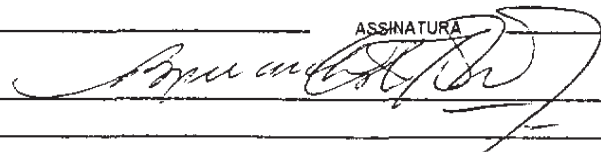
PARTIDO

PSDB

DATA

17/8/2004

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00015****PL 044/2004-CN**

Mensagem 0135/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN 44/2004PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

I – Suplementar:

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Unidade: 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social

Funcional Programática: 08.242.0065.2561.0023 – Serviço de Proteção
Socioassistencial a Pessoa Portadora de Deficiência – No Estado do Ceará

GND 3

Fonte: 100

Valor: R\$ 4.000.000,00

II – Cancelar:

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Unidade: 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social

Funcional Programática: 08.845.1282.0573.0001 – Pagamento de benefício de prestação
continuada a pessoa idosa – LOAS – Nacional

GND 3

Fonte: 351

Valor: R\$ 4.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para as ações de habilitação, reabilitação, estimulação precoce, apoio à família, cuidados no domicílio, estímulo à capacitação para o mercado de trabalho, proteção em casas-lares destinadas àqueles que se encontram em situação de abandono ou cujo ambiente familiar não lhes favoreçam condições de desenvolvimento.

CODIGO

1239

NOME DO PARLAMENTAR

Bismarck Maia

UF

CE

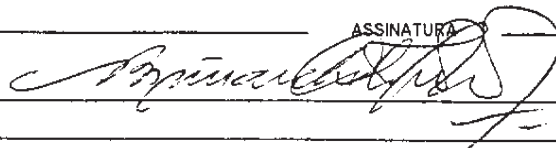
PARTIDO

PSDB

DATA

17/8/2004

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00016****PL 044/2004-CN**

Mensagem 0135/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 44/2004

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

I – Suplementar:

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Unidade: 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social

Funcional Programática: 08.243.0070.2558.0023 – Serviços de Proteção
Socioassistencial à Juventude No Estado do Ceará**GND 3**

Fonte: 100

Valor: R\$ 3.000.000,00

II – Cancelar:

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Unidade: 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social

Funcional Programática: 08.845.1282.0573.0001 – Pagamento de benefício de prestação
continuada a pessoa idosa – LOAS – Nacional**GND 3**

Fonte: 351

Valor: R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para atendimento a crianças e adolescentes, em condições de vulnerabilidade, em abrigos, proporcionando provisão de objetos pessoais, vestuário e alimentação, nos municípios de Aquiraz, Palhano, Russas, Limoeiro do Norte, Aiuaba, Acopiara, Parambú, Ipú, Ipueiras, Tianguá, Camocim, Acaraú e Itarema, no estado do Ceará.

CODIGO

1239

NOME DO PARLAMENTAR

Bismarck Maia

UF

CE

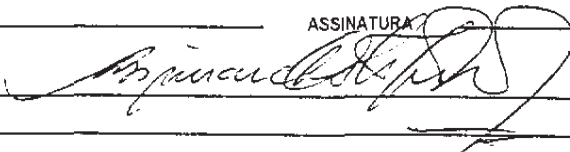
PARTIDO

PSDB

DATA

17/8/2004

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00017****PL 044/2004-CN**

Mensagem 0135/2004

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 44/2004

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

I – Suplementar:

Órgão: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Unidade: 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social

Funcional Programática: 08.243.0070.2556.0023 – Serviço de Proteção Socioassistencial à Infância e a Adolescência – No Estado do Ceará

GND 3

Fonte: 100

Valor: R\$ 5.000.000,00

II – Cancelar:

Órgão: 55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Unidade: 55901 – Fundo Nacional de Assistência Social

Funcional Programática: 08.845.1282.0573.0001 – Pagamento de benefício de prestação continuada a pessoa idosa – LOAS – Nacional

GND 3

Fonte: 351

Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para assegurar o acesso das crianças dos municípios de Aquiraz, Palhano, Russas, Limoeiro do Norte, Aiuaba, Acopiara, Parambú, Ipú, Ipueiras, Tianguá, Camocim, Acaraú e Itarema, no estado do Ceará, a serviços de atenção específica. O atendimento envolve jornada integral ou parcial nas modalidades de creches, pré-escolas, brinquedotecas, creches volantes e atendimento domiciliar e destina-se à família cuja renda per capita familiar seja inferior a 1/2 salário mínimo.

CODIGO

1239

NOME DO PARLAMENTAR

Bismarck Maia

UF

CE

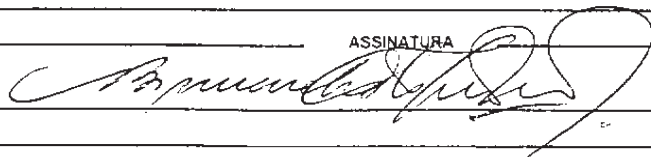
PARTIDO

PSDB

DATA

17/8/2004

ASSINATURA



SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezoito do mês de agosto de dois mil e quatro, quarta-feira, às dez horas, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da **Comissão Mista** destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória Nº 205, de 2004**, adotada em 06 de agosto de 2004 e publicada no dia 09 de agosto do mesmo ano, que **“Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995”**, com a presença do Senhor Deputado Jorge Pinheiro a reunião não foi realizada por falta de *quorum*.

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas, Senado Federal.

Sala das Comissões 18 de agosto de 2004


Sérgio da Fonseca Braga

Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia dezoito do mês de agosto de dois mil e quatro, quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos, na sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da **Comissão Mista** destinada a examinar e emitir parecer sobre a **MEDIDA PROVISÓRIA nº 206**, adotada em 6 de agosto de 2004 e publicada no dia 9 do mesmo mês e ano, que “Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais, institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO, e dá outras providências.”, com a presença do Senador Gerson Camata, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas (Senado Federal).

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2004.



Sérgio da Fonseca Braga

Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

**COMISSÃO MISTA ESPECIAL,
CRIADA MEDIANTE REQUERIMENTO
Nº 511, DE 2004-SF, “DESTINADA
A PLANEJAR E COORDENAR
A EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO
REFERENTE ÀS COMEMORAÇÕES
DO ANO DA MULHER – 2004, INSTITUÍDO
PELA LEI Nº 10.745, DE 2003”.**

**Ata da 1ª Reunião de Instalação, realizada em
16 de junho de 2004.**

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às dezesseis horas e dez minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência eventual do Senador Augusto Botelho e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Papaléo Paes, Serys Slhessarenko, Fátima Cleide e Lúcia Vânia, membros, reúnem-se a Comissão Especial “destinada a planejar e coordenar a execução da programação referente às comemorações pelo Ano da Mulher – 2004, instituído pela Lei nº 10.745, de 2003”. Havendo número regimental, o Presidente eventual declara aberta a reunião de Instalação da Comissão, procedendo a leitura da relação dos componentes que farão parte da Comissão Especial, consultando os parlamentares presentes se houve consenso para a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Após, a Presidência declara eleitos por aclamação Presidente a Senadora Serys Slhessarenko e Vice-Presidente o Senador Aelton Freitas, convidando-os a tomarem assento à mesa, que são empossados. A Senadora Serys Slhessarenko assume a direção dos trabalhos agradecendo a honra que lhe foi conferida e designa a Senadora Roseana Sarney para exercer a função de Relatora da Comissão. A seguir a Presidência teceu considerações gerais sobre às comemorações do ano da mulher. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, Irani Ribeiro dos Santos, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhora Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho) – Declaro aberta a reunião da Comissão Especial criada pelo Requerimento no 511, que passo a ler:

Requeiro, nos termos do art. 74, § 1º e demais disposições pertinentes do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma comissão especial temporária composta por um representante de cada um dos Partidos com representação no Senado Federal, destinada a planejar e coordenar a execução da programação referente às comemorações do Ano da Mulher em 2004, instituído pela Lei nº 10.745, de 2003.

O prazo de encerramento dos trabalhos da Comissão Temporária do Ano da Mulher será, no máximo dia, 31 de dezembro de 2004.

Assina o requerimento a Senadora Serys Slhessarenko.

O objetivo da reunião hoje é a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão, além da indicação do Relator. Eu deveria distribuir as cédulas de votação, mas, como só há uma chapa, sugiro que leiamos os nomes e os indiquemos por declamação.

A chapa está assim composta: Presidente, Senadora Serys Slhessarenko; Vice-Presidente, Senador Aelton Freitas; Relatora, Senadora Roseana Sarney.

Como só há uma chapa e todos estão de acordo com ela, se todos concordarem, poderemos proclamar por aclamação a Diretoria.

V. Exas concordam? (Pausa.)

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A chapa vencedora está assim constituída. – Presidente – Senadora **Serys Slhessarenko** – Vice-Presidente – Senador **Aelton Freitas** – Relatora – Senadora **Roseana Sarney**.

Convido a Senadora Serys Slhessarenko a tomar posse e a assumir a direção da Mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko) – Agradeço aos Senadores Augusto Botelho e Papaléo Paes, membros do Conselho da Mulher Cidadã Bertha Lutz, são os Senadores que mais participam das discussões, dos atos e das ações da questão de gênero, inclusive fazendo abertura de encontros, a exemplo do que ontem o fez – e de maneira brilhante – o Senador Papaléo Paes.

Precisamos dar ênfase a este tipo de coisa, porque o estabelecimento do ano de 2004 como o Ano Nacional da Mulher também teve seu projeto de origem de autoria de um homem na Câmara, o Deputado Maurício Rabello, e contando com Senadores como Augusto Botelho e Papaléo Paes, aqui presentes.

Nós, mulheres do Senado, da Câmara e do Brasil, ficamos animadas, pois sabemos que realmente há homens que acreditam na causa. A comissão temporária já estava instalada desde janeiro, mas era preciso que houvesse esta formalização no seio das Sr^{as} e dos Srs. Parlamentares.

Os titulares são os seguintes Senadores: Papaléo Paes, Serys Slhessarenko, Roseana Sarney e Augusto Botelho. O Senador Papaléo Paes foi indicado pelo PMDB para ser titular e o Bloco de Apoio ao Governo - PT, PSB, PTB -, a Senadora Serys Slhessarenko. O Bloco Parlamentar da Minoria – PFL, PSDB - indicou a Senadora Roseana Sarney; o PDT, o Senador Augusto

Botelho; e o PL, o Senador Aelton Freitas. Ainda falta o PPS indicar um Senador ou Senadora para titular.

Para Senadores suplentes, o PMDB indicou o Senador Ney Suassuna; o Bloco de Apoio ao Governo - PT, PSB, PTB -, a Senadora Fátima Cleide; o Bloco Parlamentar da Minoria - PFL, PSDB - indicou a Senadora Lúcia Vânia; e falta a suplência do PDT, PL e PPS.

Teríamos, a partir do requerimento que o Senador Augusto Botelho leu e que foi definido em 04 de maio de 2004, de nossa autoria, que submetê-lo à votação e aprovação, uma vez que havia a necessidade da instalação de forma institucional de algo que estava funcionando, existindo. Precisávamos oficializar regimentalmente esta comissão temporária do Ano da Mulher.

Portanto, aprovado o requerimento, está constituída a Comissão Temporária do Ano da Mulher.

Agradeço às Sr^{as} e Srs. Senadores que estiveram e estão aqui presentes. Aguardaremos o momento para definir a reunião em que definiremos um cronograma de trabalho.

Declaro encerrada a instalação da comissão temporária.

(Levanta-se a reunião às 18h16min)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2003-CN,
“DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES
COMETIDAS POR EMPRESAS DE SEGUROS,
REVENDEDORES DE AUTOMÓVEIS,
RECUPERADORAS DE VEÍCULOS E OFICINAS
DE DESMANCHE DE AUTOMÓVEIS,
EM RELAÇÃO AOS VEÍCULOS “SALVADOS”,
CONFORME DENÚNCIA DO PROGRAMA
FANTÁSTICO, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO”.**

**Ata da 1ª Reunião de Instalação, realizada em
02 de dezembro de 2003.**

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob Presidência do eventual Deputado Mussa Demes e ainda com as presenças do Senhores Senadores, Romeu Tuma, Demóstenes Torres, Eurides Camargo, Hélio Costa, Sérgio Cabral, Mozarildo Cavalcanti e Reginaldo Duarte e os Deputados, Mariângela Duarte, Mussa Demes Max Rosenmann, Takayama, Pastor Reinaldo Santos, Giacobbo, Robson Tuma, Carlos Alberto Leréia, Francisco Appio e Jovair Arantes Oliveira Filho e o Ex- Deputado Antonio Mozarek, reúne-se Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de

seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão”, o Presidente declara aberta a reunião de Instalação da Comissão, na qual deverão ser eleitos o Presidente e Vice- Presidente e, a seguir, a Presidência determina a distribuição das cédulas para votação e convida os Deputados Max Rosenman e Giacobbo para funcionarem como escrutinadores dos Votos. Realizada a eleição alguns parlamentares se manifestaram sobre assuntos correlatos ao tema da Comissão bem como assuntos relacionados com as reformas ministeriais. Procedida a apuração o número de votos coincidiu com o número de votantes e apresentou o seguinte resultado: para Presidente o Senador Romeu Tuma com quinze votos e para Vice-Presidente a Deputada Mariângela Duarte, também com quinze votos, sendo que apareceu também um voto em branco. A seguir, o Presidente empossou os dois eleitos. Ao assumir a Presidência o Senador Romeu Tuma agradeceu a confiança a ele depositada bem como a Deputada Mariângela, indicando para funcionar como Relator o Deputado Takayama que de pronto aceitou. Usaram da palavra o Deputado Mussa Demes, a Deputada Mariângela e o Deputado Takayama. Ainda, foram discutidas quais serão os procedimentos para o funcionamento da Comissão, ficando decidido que o cronograma de trabalho será discutido em reunião administrativa a ser realizada na próxima semana. Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, secretário da Comissão lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Havendo número, declaro instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 12, de 2003, do Congresso Nacional, destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis em relação aos veículos salvados, conforme denúncia do programa **Fantástico**, da Rede Globo de Televisão.

A pauta desta reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão, bem como a indicação de seu Relator.

Solicito à Secretaria que distribua as cédulas para votação, solicitando ainda aos Srs. Parlamentares que coloquem os seus votos na urna aqui presente.

Convido os parlamentares Max Rosenmann e Giacobbo para servirem como escrutinadores dos votos.

O SR. GIACOCO (PL – PR) – Sr. Presidente, se fizermos a eleição qual seria o número mínimo de deputados e Senadores votantes para que tenha validade e se temos esse quórum, sob pena de perdermos o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – 6 Deputados e 6 senadores. Temos **quorum** para votação na Câmara, mas não no Senado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – No Senado vamos segurar a reunião, os deputados terão que se retirar para que se complete o quórum.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Só estou com medo de perder o trabalho e a eleição seja invalidada.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Procede a questão de ordem. Podemos iniciar o processo de votação e interrompê-lo até examinarmos a possibilidade de haver ou não **quorum**.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sem apuração.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Sem apuração, claro.

Então, começaremos a votação agora e marcamos...

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Qual o prazo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Marcaremos um prazo para que não se estenda indefinidamente até as 18h30min para que se complete, quando, então, daremos por encerrado o processo e marcaremos uma nova reunião em virtude da falta de quórum, se isso vier, efetivamente, a acontecer.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Pela ordem, o Deputado Jovair Arantes.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – Sr. Presidente, a minha indagação refere-se ao fato já acontecido, a questão da instalação. Vamos partir do princípio de que deu quórum, temos a Comissão instalada com o nosso ilustre Senador Presidente, o Hidekazu Takayama, Relator, etc., já estamos encerrando o ano, faltam poucos dias para que estejamos apenas com a votação do orçamento nas duas Casas, e esta Comissão é mista. Eu gostaria de saber como é que funcionaria nesse período, se funcionaria, e qual seria a lógica de um funcionamento de uma instalação neste momento, sendo que o ano está para terminar. Esta é a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Deputado Jovair, vou deixar essa questão de ordem ser

respondida pelo Presidente na hora em que for efetivamente empossado, estou apenas presidindo a reunião com o objetivo específico de promover a eleição do Presidente, do vice-Presidente e a designação do Relator, se tivermos **quorum** para isso. Quando isso efetivamente acontecer, essa questão de ordem será levantada por V. Ex^a, tenho certeza, e o Senador que for eleito Presidente dará solução a essa questão por V. Ex^a formulada.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite, em primeiro lugar, parabéns a V. Ex^a pelos anos de mandato, pela experiência, penso que todos temos sempre muito a aprender com V. Ex^a, então, ficamos todos muito contemplados com a Presidência interina de V. Ex^a.

Pedi a palavra para elogiar o Deputado Romeu Tuma, no sentido de termos garantida uma visibilidade, para não se tornar uma CPI que vai ficar morrendo aqui pelos corredores. Penso que, pela importância e pelo tempo que temos na Casa, já o mês de dezembro entrado, deveríamos fazer um esforço, havendo **quorum**, para, de fato, elegermos um presidente e até o vice. Estou colocando aqui pelo PT, não por mim, porque os demais membros estão na comitiva do Presidente Lula em viagem ao exterior, estou defendendo aqui a posição que o partido me pediu. Como o vice não cria grande problema, aí sim, depois se segue o Regimento e se define a Relatoria, mas, pelo menos, daríamos a condição para que esta CPI funcionasse já elegendo o Presidente porque parece que, regimentalmente, até compete a ele a indicação do Relator. Então, eu pediria que, salvo engano, se não estou cometendo nenhum erro regimental, que V. Ex^a possa nos orientar, no sentido de podermos, para garantir a existência da CPI, dado estarmos já em dezembro, que eleger o Presidente e o vice e, aí, sim, debater e resolver a Relatoria.

Penso que todos ficaríamos muito satisfeitos em termos como Presidente o Senador Romeu Tuma, que é uma pessoa do **métier**, que vai nos ajudar muito. E a Vice-Presidência, como não há muito questionamento, estou apenas representando o partido dos trabalhadores aqui na Comissão Mista.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Obrigado a V. Ex^a, Deputada Mariângela Duarte.

Mas o Parlamentar é escravo do Regimento, há quórum na Câmara, é preciso que haja também de Senadores. E sei que o Senador Romeu Tuma, ao sair daqui, vai buscar os Senadores em número suficiente para que esse quórum se complete, por isso, estamos prorrogando os trabalhos até às 18h30min. Se isso acontecer, e tivermos o quórum para completar a vota-

ção, evidentemente que se proclamará o resultado da eleição, e o Presidente eleito, se for como se espera, o Senador Romeu Tuma, designará o Relator, estando o Presidente e o vice-Presidente eleitos.

Ouçõ com prazer o nobre Deputado Max Rosenmann.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Sr. Presidente, principalmente, peço atenção também do futuro Presidente que logo será eleito, Senador Romeu Tuma. Aqui, pelo nome desta Comissão, destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedoras de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis em relação aos veículos salvados, conforme denúncia do Programa **Fantástico**, da Rede Globo de Televisão.

Eu sugiro que seja criado um nome; quer dizer, mesmo que permaneça esse mesmo...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ela já está batizada como CPI do Desmanche.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Do Desmanche e Salvados, não é isso? V. Ex^a mesmo me falou que há uma parte correspondente a seguros. Assim, a minha sugestão é Do Desmanche e Salvados. Pode até permanecer esse nome todo, mas a simplificação para efeito de identificação...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Até De Desmanche só.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Acho que todo o grupo concorda com isso. Sendo assim, vou rubricar as cédulas.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Ouçõ o Deputado Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, queria consultar a Mesa se não deveria ser incluída a palavra “seguradora”, porque elas estão envolvidas com os carros salvados.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Concedo a palavra ao Sr. Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, é só para deixar registrado nos Anais que a constituição da Comissão e o que a ela se destina, que é a ementa da sua formação, não pode, em hipótese alguma, ser modificada neste plenário, porque ela é votada no plenário do Congresso Nacional. O que pode é todos os Parlamentares se referirem a ela, para ficar mais fácil, como CPI das Seguradoras, CPMI do Desmanche, do que quiserem. Mas essa nomenclatura foi aprovada no Congresso Nacional, no Requerimento de nº 12, de 2003. Isso não pode ser modificado.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Correto. Muito bem lembrado, Deputado Robson Tuma. Mas é exatamente o Senador Romeu Tuma que vai decidir isso evidentemente.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – Eu estou preocupado com a formação dessa Comissão. Depois que já votamos temos que assinar a lista. Não há um secretário para orientar isso? Desculpem-me pela minha imprudência em criticar a organização desta CPMI que está sendo montada agora. Depois de votada a CPMI, aparece uma lista para assinarmos. Parece-me que está faltando certa organização do ponto de vista funcional de parte desta Comissão que começa mal, começa desorganizada. Temos que ser organizados se quisermos obter resultados que possam ser, do ponto de vista social e nacional, importantes.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem. Para contraditar o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Concedo a palavra ao Deputado Robson Tuma, para contraditar.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, a Comissão é uma CPI mista. O Deputado está acostumado com a Câmara dos Deputados, onde, independentemente de uma lista de presença, há uma lista de processo de votação. Assim, na Câmara dos Deputados, assinamos a lista de presença e no momento que vamos votar assinamos outra lista. Nas comissões parlamentares mistas de inquérito não é esse o procedimento que se adota. O procedimento que se adota é o Parlamentar que assinou a lista de presença pode exercer o direito de voto. Desejo esclarecer ao Deputado que não há nenhuma tentativa de má-fé. Má-fé existe sim talvez de algumas estruturas do País que não tenham interesse na formação desta Comissão, para que se apure a vergonha que existe nesse sistema. Talvez seja isso. Mas não existe má-fé de nenhum Parlamentar desta Casa. Não apareceu nenhuma lista já assinada. O que existe é uma lista de presença. Quem assinar essa lista de presença pode exercer o direito de voto. Essa é a praxe do Congresso Nacional. É assim que é feito no Senado da República.

Peço desculpas ao Deputado. Talvez ele não entenda a diferença entre uma comissão da Câmara e uma comissão mista ou uma comissão do Senado. Essa a diferença. Não apareceu nenhuma lista assinada. Esta é a lista de presença, como é de praxe nesta Casa.

O SR. REINALDO SANTOS (PTB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – É sobre o mesmo assunto?

O SR. REINALDO SANTOS (PTB – RS) – É sobre o mesmo assunto.

O SR. JOVAIR ARANTES (PSDB – GO) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – O Deputado Jovair foi mencionado...

O SR. JOVAIR ARANTES (PSDB – GO) – Sr. Presidente, acho que o Deputado Robson Tuma está um tanto quanto nervoso.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Estou nervoso sim.

O SR. JOVAIR ARANTES (PSDB – GO) – Se você está nervoso guarde o seu nervo para você e para os seus problemas, não para a Comissão. Estamos discutindo, levantei uma questão de ordem...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. JOVAIR ARANTES (PSDB – GO) – V. Ex^a me respeite, escutei V. Ex^a falando.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – (fora do microfone – inaudível)

O SR. JOVAIR ARANTES (PSDB – GO) – Então, respeite, por favor. Você está nervoso. Sr. Presidente, queria que V. Ex^a me garantisse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Asseguro a palavra ao nobre Deputado Jovair Arantes.

O SR. JOVAIR ARANTES (PSDB – GO) – Acho que ele está dando uma de coronel e aqui não é lugar disso. Levantei uma questão de ordem absolutamente legítima.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Por isso perguntei se era sobre a matéria.

O SR. JOVAIR ARANTES (PSDB – GO) – É sobre a matéria. Cheguei e assinei a lista de presença, é a minha função, minha obrigação, estar aqui presente. Assinei e estou aguardando os acordos que foram feitos por indicações políticas, o que é normal nesta Casa. Participamos de todas as ações dessa forma, com entendimento político, com indicação partidária, a deputada foi indicada vice-presidente, o senador foi indicado presidente. Aliás, diga-se de passagem, um excelente presidente para este momento, o Takayama como relator, tudo bem. Começou o processo de votação. Depois que tínhamos votado, o deputado foi no microfone dizer que tinha uma lista para ser assinada, de votação, e eu disse, com a preocupação de zelo pela Comissão já de início, que essa lista deveria estar aposta no lugar de assinatura no momento da votação, e ele está nervoso, está achando que ninguém quer instalar ou vai instalar... Estou aqui cumprindo a minha função de parlamentar. Se ele está aqui defendendo um lado ou outro é problema dele.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Vamos ter muito tempo para discussões desse nível no correr dos trabalhos, mas devo dizer ao Deputado Jovair

Arantes que também concordo com o que ele falou. Eu também, na Câmara dos Deputados, quando há um processo de votação, há também uma lista para que a pessoa confirme não apenas a presença, mas o fato de haver votado. Mas lembro ao Deputado Jovair Arantes e peço a ele que concorde comigo, que todas as pessoas que se encaminharam para a urna levaram consigo o seu voto com rubrica do presidente da Comissão até o momento. Então, não vi ninguém que não estivesse presente ou que não fosse membro da Comissão se encaminhar para lá. Acho que realmente o nosso sistema, o sistema da Câmara, é mais apropriado e perfeito que o do Senado se realmente é assim que o Regimento Interno do Senado estabelece ou apenas a assinatura com lista de presença com a votação em seguida. Mas é um assunto de menor importância e acho que podemos encerrar por aqui e buscar obter o quorum necessário para a instalação da Comissão, que é o que mais nos interessa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu pediria...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Deputada Mariângela, por favor, o Senador Romeu Tuma pediu a palavra pela ordem antes da senhora. Queria ouvi-lo antes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, só queria explicar ao Deputado, acho que não deixa de ter razão. Os usos e costumes é que às vezes viciam a gente a determinadas providências que às vezes fazem falta na hora de explicar ou comprovar que a lisura existiu no procedimento. Acho que todos que aqui estão desejam a instalação da CPI, senão não teriam comparecido, porque a coisa mais fácil para se negar é a presença.

Na secretaria das comissões, o Naurides é antigo, sempre valeu a lista de presenças nas CPIs. Agora, nada impede que nas futuras votações ou nesta mesma, se quiserem, a gente coloque uma lista de votantes para juntar e conferir com a ata. Mesmo nas próprias comissões permanentes essa votação é feita mais ou menos com a lista de presenças. É que o Senado tem 81 e normalmente é um número que dá para ver de uma vez só. Como na Câmara tem quinhentos e pouco às vezes a gente não consegue nem lembrar o nome do companheiro. Peço ao Robson que tenha mais paciência quando participar desta Comissão. Como presidente e pai puxo a orelha dele para que tenha calma, para que a gente possa levar isso com toda a tranquilidade, eficácia e segurança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. REINALDO SANTOS (PTB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se o senhor quiser suspender para poder ir votar.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Não, eu vou aguardar aqui até às 18h30. Ouço a Deputada Mariângela Duarte.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria apenas citar o seguinte, apesar do tumulto inicial, até porque estamos num período difícil do Congresso, já aproximados do final do ano, acho que esse processo é o que importa a nós hoje. Houve um consenso, vamos eleger o Presidente, a vice, se Deus quiser, e depois encaminhamos. Vamos realizar um bom trabalho. Acho que isso é o principal. Às vezes, em certos momentos, até é uma coisa que é difícil, a nós compete fazer um excelente trabalho de investigação. Acho que temos que relevar as coisas que estão ocorrendo hoje embora acho que V. Ex^a tenha razão. Fiquei também confusa como é que faria valer a nossa presença hoje, até que me explicaram, fiquei tranquila, que a lista de presença é a lista dos votantes também.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – É o que todos desejamos e é o nosso dever também.

Passo a Presidência ao Pastor Reinaldo Santos enquanto vou votar no plenário da Câmara e volto em seguida. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Pastor Reinaldo) – Já havendo quórum para deliberação, declaro encerrada a votação.

Convido o Deputado Robson Tuma e o Deputado Reinaldo Santos para servirem de escrutinadores.

A lista de presença que deve coincidir, necessariamente, com a lista de votantes, apresenta o comparecimento de 10 Srs. Deputados e 6 Srs. Senadores.

Está iniciada a apuração.

(Procede-se à apuração)

Votaram: para Presidente – Sr. Senador Romeu Tuma – 15 votos, um voto em branco; para Primeiro Vice-Presidente, a Sr^a Deputada Mariângela Duarte – 15 votos, um voto em branco.

Declaro empossado como Presidente e Vice-Presidente desta Comissão, respectivamente, o Sr. Senador Romeu Tuma – a quem passo a Presidência da Comissão – e a Sr^a Deputada Mariângela Duarte, na condição de Vice-Presidente

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Preliminarmente, eu quero agradecer a confiança depositada neste Senador, à Sr^a Deputada Mariângela Duarte que, também, se encontra em Plenário para acompanhar a

votação e, provavelmente, também, eu faria o mesmo. Eu quero me dirigir um pouco ao Sr. Deputado Mussa Demes, quando, na confusão do início da reunião, assumiu a Presidência e colocou ordem e, tranquilamente, pode se cumprir o Regimento.

Nobre Deputado Mussa Demes, eu quero apenas dizer que eu sinto uma profunda angústia – eu estava lá na Presidência – nesse debate sobre a Reforma Tributária. E V. Ex^a, quando fez o seu Relatório, se tivesse tido um pouco mais de visão política, teria, talvez, dentro do possível discutido e aprovado – e nós teríamos, hoje, há mais de três anos resolvido, tranquilamente, uma série de problemas que afligem os municípios, os Estados e o próprio Governo Federal. Eu não sei até onde vai essa Reforma Tributária por todas as Emendas que estão sendo apresentadas, além das discussões que estão se realizando no Plenário. Então, eu acho que V. Ex^a sempre terá que ser homenageado pela iniciativa que teve, na sua Relatoria, quando designado para a Reforma Tributária de três anos atrás.

A não ser que algum dos Srs. Senadores ou Deputados queiram usar da palavra, eu agradeceria e perguntaria se V. Ex^{as} já querem marcar uma reunião de trabalho para nós traçarmos o andamento da CPMI ainda nesta semana. (Pausa)

Se houver concordância do Relator, o nobre Deputado Takayama, que foi indicado pelo PMDB – e um dos autores da CPMI, coletando as assinaturas na Câmara.

Os Srs. Parlamentares que aprovam a indicação, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está indicado, então, o Deputado.

Nobre Deputado, V. Ex^a tem a palavra, Deputado Mussa Demes.

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – Sr. Presidente, a designação do relator, como estabelece o Regimento, é de competência exclusiva de V. Ex^a e penso que V. Ex^a o faz muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas penso que aqui é democrático.

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – Sei disso. Mas, evidentemente, o grupo concorda porque resulta de entendimento entre as lideranças partidárias.

Agradeço a V. Ex^a as referências elogiosas a respeito do meu comportamento como relator da proposta de reforma tributária que fui durante o período de 1995 a 2002. Sei que essa não é a reforma com que todos sonhamos e tenho, como V. Ex^a, ainda uma série de restrições a vários dispositivos que estão ali contidos, mas tenho muita confiança em que o Senado da República deverá ainda estar à altura do seu papel e da sua missão e haverá de fazer, agora ou mais adiante, as correções necessárias que o Brasil tanto necessita

efetivamente, não apenas em relação aos governos estaduais, não apenas em relação ao Governo Federal, mas, especialmente, em relação ao segmento produtivo deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PASTOR REINALDO (PTB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PASTOR REINALDO (PTB – RS) – Meu caro Senador e Presidente, antes de mais nada, manifesto aqui a minha alegria de ter votado em V. Ex^a. Eu era seu admirador, lá do Rio Grande do Sul, mas não podia votar no senador e hoje votei. Então V. Ex^a tem a qualificação – já demonstrou isso em CPIs anteriores – e tenho absoluta certeza de que vamos realizar um trabalho que vai avançar bastante, pois sabemos que há conexões desses setores com o crime organizado.

Apenas pergunto a V. Ex^a se indicados que estão presidente, vice-presidente e relator e o recesso vai interromper as atividades, qual a programação que vamos cumprir efetivamente, meu caro Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queria dar uma informação. Como houve muito atraso na indicação dos nomes, pois havia uma CPI que eu tinha proposto para o Senado e depois o Presidente da Câmara me consultou se eu aceitaria fazer uma CPI mista, o que atrasou bastante, uma vez que foi necessário colher todas as assinaturas, fazer leitura durante sessão do Congresso. Então, estamos hoje já assinando um requerimento para que ela seja prorrogada até 15 de dezembro de 2004, porque há a certeza absoluta de que em todos os Estados há um crescimento muito grande de desmanches, inclusive V. Ex^a é da Subcomissão de roubo de cargas e sabe...

Deputada, V. Ex^a é Vice-Presidente e já foi proclamada aqui e V. Ex^a relator, então eu pediria...

Vamos coletar as assinaturas para que a CPI não se extinga automaticamente com o vencimento do prazo preliminarmente estabelecido. Assim, se houver recesso ela vai paralisar, mas isso não vai impedir que coletemos dados, façamos diligências, busquemos informações, embora sem decisão de Plenário, e não desistamos de buscar nas áreas da segurança pública as informações todas que possam carrear para um procedimento mais consistente da comissão.

Consulto a deputada se quer fazer uso da palavra. Já agradeço em seu nome.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Ah, que bom! Obrigada.

Mesmo assim fiz um esforço, Sr. Presidente, para votar, mas foi adiada a nossa votação porque chegamos atrasada. Mas não há problema. Fico muito satisfeita

de, em primeiro lugar, estar constituindo esta Comissão com V. Ex^a, com uma larga experiência, com o Deputado Hidekazu Takayama, com quem vimos tratando da questão há bastante tempo. Talvez esta deputada tenha entrado na comissão até peço esforço do próprio Deputado Takayama.

Portanto queria agradecer.

Estou aqui representando o Partido dos Trabalhadores. Temos o Deputado Paulo Pimenta e outros deputados que inclusive se encontram na comitiva do Presidente e por isso não se fazem presentes. No caso do Deputado Paulo Pimenta, que já presidiu uma comissão sobre esse assunto no Rio Grande do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vai falar árabe lá, não?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Isso. (Risos)

Então eu queria, de qualquer jeito, reconhecer que é muito auspicioso trabalhar com V. Ex^a e penso que todos temos muito a aprender e sobretudo quero agradecer à minha região, de Santos e do litoral de São Paulo.

O sindicato da categoria que solicitou essa apuração é extremamente organizado, muito competente. Quero parabenizá-los, porque organizaram todos os documentos que considero essenciais, para que esta CPMI possa se debruçar sobre eles, fazer uma análise isenta, criteriosa, muito séria.

Portanto, é uma honra poder trabalhar junto com V. Ex^a e com todos os membros desta comissão.

Quero agradecer a todos pela delicadeza de terem votado nesta deputada, representando o PT.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É uma honra para nós termos do lado alguém do PT, que vai nos garantir junto ao Presidente.

O relator também quer fazer uso da palavra.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB – PR) – Senador Romeu Tuma, Deputada Mariângela Duarte, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados presentes, membros da comissão e demais presentes, estou feliz, honrado, primeiro, por ter V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, à frente desta CPMI. V. Ex^a tem, ao longo desses anos, conquistado essa posição de honra, pela sua solidez, pela sua ponderação, pelo seu equilíbrio, acima de tudo, pela sua vida de dignidade, que, evidentemente, é razão de sucesso, de que esta CPMI será levada avante.

Já pudemos perceber, no preâmbulo da instalação desta comissão, forças e jogos de interesses. Porém, temos a certeza de que estaremos trabalhando junto com Deputados e Senadores que querem ver todas as situações elucidadas.

V. Ex^a sabe que batalhei muito para que esta comissão de inquérito fosse instalada na Câmara. Não foi possível, porque já havia várias CPIs instaladas e, pelo regulamento interno, apenas cinco poderiam ser estabelecidas. Acredito também na direção e na mão de Deus, quando V. Ex^a, também tendo esse mesmo equilíbrio, buscou fazer essa CPI pelo Senado, convergindo essas questões e os interesses para que pudéssemos apurar a fundo os problemas que estão acontecendo.

Agradecemos a V. Ex^a por atender a que esta fosse uma comissão mista, em que todos aqueles que têm interesse em que as irregularidades cometidas em um país como o nosso possam ser elucidadas, para que a nossa sociedade, para que o nosso maravilhoso País, o Brasil, não fique à mercê do jogo de interesses de alguns. Quando alguns setores ganham muito, Senador, é evidente que alguns estão perdendo muito.

E, ainda que não haja uma agência reguladora nessa área e que, talvez, no final desta CPI, até possamos pedir que haja uma agência ou um órgão que possa normatizar essa política de preços muito altos, ou então as seguradoras, que praticam uma política de preços que praticamente fecha as oficinas de lataria e pintura, acredito que, dentro desta CPMI, possamos fazer uma investigação mais aprofundada. Acreditamos que, com esse número de denúncias que tenho em mãos, possamos já iniciar o trabalho, debruçando-nos sobre esse material para que possamos fazer os devidos levantamentos.

Quero agradecer a V. Ex^a, porque a indicação da relatoria era sua. Quero agradecer a confiança que V. Ex^a deposita em mim. Tenha certeza, Senador, de que V. Ex^a e toda a sociedade, a Câmara e o Senado, não serão envergonhados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou encerrar a reunião...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, Deputado, desculpe-me.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Sr. Presidente, para fazer aquela indagação, pela ordem, que fiz ao Presidente Mussa. Ele disse que transferiria a V. Ex^a, no momento oportuno, e considero este um momento oportuno. Quero saber como será a sistemática doravante. Estamos em um final de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dei a informação, mas V. Ex^a não estava.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Não, eu estava votando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. Desculpe-me.

Vamos colher as assinaturas para prorrogação até dezembro de 2004. Durante o recesso, se houver convocação, pediremos para incorporar o trabalho da CPMI. Se não houver, cada um de nós poderá ir trabalhando nos seus Estados, para coletar material, e, de vez em quando, podemos nos reunir para tratar do assunto.

Não marcarei nova reunião, para que se organize a comissão, porque foi realmente tumultuado o nosso início, mas amanhã mandarei um aviso para cada um, para já estabelecermos uma data e decidirmos o cronograma de trabalho, com o indicativo de cada um dos Srs. Deputados e Senadores.

Agradeço muito a confiança e acho que temos que primeiramente buscar a responsabilidade criminal das quadrilhas que estão usando o sistema de seguro para lesar o público. Então, não temos, preliminarmente, nenhuma indicação de quem é o responsável. Vamos buscar, porque qualquer coisa que a gente tenha que realmente consignar tem de ser provada. Então, acho que o grande procedimento nosso é materializar tudo aquilo que se ouve falar. Só de ouvir falar não podemos realmente achar que vamos tomar qualquer medida que possa prejudicar às vezes um cidadão do bem. Acho que, instalada a Comissão, a partir desse momento, quem conseguir informações comece a carrear, requeitando as diligências que forem necessárias.

Muito obrigado e vamos à luta.

(Levanta-se a reunião às 18h e 35min.)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2003-CN,
“DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES
COMETIDAS POR EMPRESAS DE SEGUROS,
REVENDEDORES DE AUTOMÓVEIS,
RECUPERADORAS DE VEÍCULOS E OFICINAS
DE DESMANCHE DE AUTOMÓVEIS,
EM RELAÇÃO AOS VEÍCULOS “SALVADOS”,
CONFORME DENÚNCIA DO PROGRAMA
FANTÁSTICO, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO”.**

Ata da 2ª Reunião, realizada em 16 de dezembro de 2003.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três, às dezessete horas e trinta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob Presidência do Senador Romeu Tuma e ainda com as presenças do Senhor Senador Álvaro Dias e os Deputados Max Rosenmann, Takayama, Pastor Reinaldo Santos, Giacobbo, Devanir Ribeiro, Robério Nunes, João Campos, Herculano Anghinetti, Pastor Francisco Olímpio, Maria

Lúcia e Isaias Silvestre, reúne-se Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 12, de 2003-CN, “destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão”, A Presidência indaga ao plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, ficando dispensada a mesma que foi dada como aprovada. Inicialmente a Presidência concedeu a palavra ao senhor Relator que fez um breve relato sobre os trabalhos a serem desenvolvidos, ocasião que foi aparteado por outros parlamentares presentes que sugeriram que fosse dado um tempo durante o recesso parlamentar para que sejam trazidas sugestões para o andamento dos trabalhos para o próximo ano. Fizeram uso da palavra ainda os seguintes Deputados Jacobo, Devanir Ribeiro, Max Rosenmann, Isaias Silvestre. Ficou ainda deliberado que no início do próximo ano será realizada uma reunião de caráter administrativo para elaborar o calendário dos futuros trabalhos bem como votação de requerimentos, não havendo nada mais ser tratado foi encerrada a reunião, e para constar eu, Francisco Naurides Barros, Secretário, da CPMI lavrei a presente ata que ser será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Declaro aberta a 2ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que, através do Requerimento nº 12, de 2003, do Senado Federal, destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros e vendedores de automóveis, recupera de veículos e oficinas de desmanches de automóveis em relação aos veículos salvados, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão.

A pauta desta reunião destina-se à apresentação de sugestões para o trabalho da Comissão; elaboração para o calendário para o seu funcionamento e espaço aberto para outras discussões, sugestões e nomes de depoentes.

Indago aos Srs. Parlamentares sobre a necessidade de leitura da ata da reunião anterior ou podemos considerá-la aprovada.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO) – Sr. Presidente, gostaria que fosse acatada a não leitura da ata pelo fato de ela já ter sido distribuída a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a compreensão de V. Exª. Quero saber se todos têm a mesma opinião.

Concedo a palavra ao Deputado Takayama, Relator desta CPMI.

Esta CPMI foi pedida por mim há muito tempo. Foi aprovada pela Câmara, quando o Deputado Takayama procurou a mim e ao Presidente da Câmara sobre a possibilidade de fazermos uma mista. Houve um retardamento da remessa, tanto é que estávamos no último dia de instalação pelo Senado e ainda não tinha recebido os nomes dos Parlamentares que participariam desta CPMI. Assim, pedi a S. Exª, Deputado Takayama, que agilizasse na Câmara para que pudéssemos fazer uma CPI mista. Então, houve um atraso e caiu bem em cima de toda essa luta que o Senado tem para aprovar as PECs. Estamos, praticamente, além desse esforço tremendo, estamos com um estresse fora do comum. Peço desculpas, porque a minha providência foi requisitar à rede Globo às fitas que foram apresentadas, me parece, durante três programas do Fantástico, inclusive o último que falava sobre a instalação desta CPMI e que iriam acompanhar de perto. Sei que há várias informações obtidas pelo Deputado Takayama através de alguns setores que trabalham com seguro de veículos. Já fui procurado por alguns dirigentes de entidades que trabalham com seguros e querem conversar conosco. Provavelmente, nesta semana, não haverá tempo hábil para realizarmos outra sessão. Há a possibilidade, defendida em Plenário, de convocação extraordinária que abordará a PEC 77. Se a convocação ocorrer, pedirei ao Presidente José Sarney que inclua a CPMI. Do contrário, durante o recesso, tentaremos – na medida do possível – arrecadar o maior número de informações e de documentos para que, logo no início do ano, possamos deslanchar com mais vigor esta CPMI.

Passo a palavra ao nobre Relator, Deputado Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB – PR) – Sr. Presidente, muito obrigado. Primeiramente, quero agradecer aos Companheiros – ainda que a convocação tivesse sido para as 17 horas – entendendo e preocupado com o volume de atividades do Senador Romeu Tuma, Presidente desta Comissão, tomei a liberdade de lhe solicitar a prorrogação para as 18h, diante da preocupação de, na próxima semana, começar o recesso. Gostaríamos que tivesse, pelo menos, uma reunião para que determinássemos a seqüência ou a sugestão para que pudéssemos desenvolver um trabalho.

Sr. Presidente, a razão de estar me esforçando – já coletamos mais de 270 assinaturas para a prorrogação da CPMI para o próximo ano. O início das atividades vieram, pelo menos da minha parte, a busca na apuração das informações, de setores relacionados a seguradoras, no caso as oficinas reparadoras de veí-

culos, que hoje têm a sua representação pela Abrive, pela Sindirepa e também pela Sindifupe. Elas têm-se queixado, Sr. Senador e membros da Comissão, de que a política de preços praticada pelas seguradoras está inviabilizando as oficinas e provoca inclusive desdobramentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queria pedir um aparte ao senhor, porque o nosso objetivo é apurar o crime; agora, a ligação comercial, eu considero que não seria muita correto intervir num processo de negociações ou comercial. Agora, se há, dentro dessas oficinas, qualquer acerto para superfaturar é outra coisa. Agora, o relacionamento comercial, acho que deveríamos evitar entrar no mérito deste assunto.

O SR. GIACOCO (PL – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixe ele terminar, já passo para o senhor.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB – PR) – É isso que está provocando o desdobramento dos desmanches e também dos preços que fazem com que as empresas revendam os veículos e é esse desdobramento que tem provocado o crime, Senador. Então acredito que no levantamento que fizemos, ainda que o desdobramento venha exatamente dessa política de preço praticada e que gera exatamente o crime, seria interessante nós ouvirmos, como sugestão, o representante das reparadoras independentes de veículos, a Abrive, e também a Dr^a Bárbara Rosemberg e Alexandra Diana Reis, que são diretoras do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, porque é desse desdobramento, é dessa situação que se desdobra exatamente para a onda de crimes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse Departamento é do Governo?

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB – PR) – É do Governo. Eles pediram uma normatização do setor...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É do Ministério da Justiça?

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB – PR) – Da Justiça, mas a coisa está engavetada há quase cinco anos, e a política de preços praticada pelas seguradoras é que vem gerando desdobramentos, Sr. Presidente. Então o que detectamos é que para nós podermos sanar o problema tem que ir à raiz do problema, e a raiz está exatamente nesse problema das oficinas na política de preços praticada pelas seguradoras. As oficinas se obrigam a entrar nos desmanches, e os desdobramentos vamos entender ao ouvir esse segmento.

O SR. GIACOCO (PL – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que as propostas... Pela ordem? Desculpe-me, não estou enxergando o nome de V. Ex^a. Perdoe-me.

O SR. GIACOCO (PL – PR) – Deputado Giacobbo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É para ficar registrado.

O SR. GIACOCO (PL – PR) – É uma honra fazer parte como membro desta CPI, presidida por V. Ex^a e tendo Relator o Deputado Takaeme, Deputado do nosso Estado do Paraná. Eu, mesmo sendo Deputado de primeiro mandato, grata e felizmente, presidi a CPI da Serasa, e usamos, como até ordenamento de trabalho, Sr. Presidente, nas primeiras reuniões, na primeira e na segunda, que se montasse um cronograma de trabalho para não nos perdermos no curso dela, para que conseguíssemos apurar um cronograma de trabalho para que todos os membros pudessem trazer alguma coisa de concreto para dentro dela. Então eu gostaria que o Relator ou V. Ex^a apresentasse ou discutisse conosco um cronograma de trabalho. Acho que é muito cedo ainda para estarmos discutindo se a oficina, se a seguradora pratica o preço; acho que tudo isso vai acontecer no decorrer desta CPI, mas um cronograma de trabalho é de vital importância para que consigamos ter um ordenamento no trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Respondo para o senhor, primeiro vou ouvir o Deputado.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT – SP) – Sr. Presidente, quero fazer uma queixa com relação a nossa CPI porque estive aqui no dia que era para ser instalada – tivemos vários Deputados aqui –, e falaram que não ia ser naquele dia, ia ser no dia 2. E no dia 2 não pude estar aqui porque eu estava acompanhando, viajei com o Presidente da República para o Oriente Médio, e voltamos na quinta-feira passada. Também reconheço, é lógico, que o Senado hoje está atarefado. Como já passamos por essa fase lá na Câmara, agora é o Senado que está com esforço concentrado.

Concordo com o Sr. Presidente e com o nosso Relator na sua apresentação. Tenho medo de que possamos estar aqui para resolver o problema das empresas seguradoras, que vários já me procuraram. O problema é outro. Deveríamos ter um calendário para as denúncias, porque em São Paulo conhecemos desmanches de cor e salteado, tem avenidas só de desmanches, fáceis de serem localizadas.

Gostaria de deixar registrado que no dia que era para ser instalado, por motivos outros, não foi nos avisado que a sala estava fechada inclusive. Mas, daqui para frente, quero estar presente, pois é um tema que nos interessa muito, não do lado da seguradora, mas sim para baratear o seguro que está muito caro. Eles

dizem que não ganham, mas acho que está caro. No meu carro ninguém baixou o seguro, que cada vez aumenta mais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria de pedir desculpas ao senhor por aquele dia em que houve confusão e acabou sendo adiada. Fica justificada a sua ausência e, se o V. Ex^a desejar, a Ata registrará o seu protesto.

Como início deste pedido que foi meu e o Dr. Takayama tem um outro antes desta apuração. O meu eu partiria logo para o crime que foi denunciado pela TV quando os carros roubados são perdidos como sinistrados, são substituídos por carros roubados e toda a documentação em ordem passa um clone legalmente estruturado. Aí tem envolvimento de quadrilha e também da companhia de seguros. Acho que poderíamos entrar num cronograma inicial já para apurar o que está denunciado e praticamente efetivado como correto e não sei se a polícia partiu para o inquérito, porque não ouvi mais falar sobre isso.

No Rio de Janeiro e em São Paulo foram apresentados vários seguimentos com lojas grandes vendendo. Temos até que fazer diligências e não só intimar para vir aqui. O nosso colega delegado aqui sabe o que tem os desmanches e vendas de peças de carros usados. A companhia de seguro pode vender a peça, mas não pode vender o chassi numerado. Mas tem muita coisa que é carro roubado e as oficinas praticamente executam esse trabalho em meia hora.

Agora, a parte comercial de relacionamento tenho as minhas dificuldades de fazer com que haja acordo em pagar mais caro ou menos caro. Agora, o encaminhamento do preço que o seguro paga leva para o crime. Então, as oficinas podem estar praticando crime por querer cumprir o preço exigido, o que é um risco para as companhias que estão denunciando as seguradoras. Se para fazer o preço eu vou no desmanche e compro peça roubada, estarei praticando um crime.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Sr. Presidente, a reunião de hoje é inicial, num período final de Legislatura e certamente não poderemos concluir muita coisa. Mas, não deixaríamos de estabelecer princípios de comportamento.

Isso que o Deputado Giacobbo colocou de fazer uma proposta, um cronograma, fazendo eventuais diligências com cronograma de trabalho correto, certamente começaremos diligenciar e encontrar os pontos que motivaram a criação desta CPI. Porque se agora que foi criada a CPI formos por um outro caminho é claro que fugiremos do objetivo e perderemos a finalidade legal.

Agora, dentro da finalidade legal e não hoje não quero nominar as pessoas, mas quero adiantar que

conversei no Paraná com os diretores da Volvo e a Volvo por ser uma indústria com aspectos de um país como a Suécia, que tem uma conduta ética um pouco diferenciada da nossa América Latina, eles têm uma visão socialista da coisa e uma obrigação de que haja um comportamento social da empresa. Eles tomaram a liberdade, independente de lei, todos os carros que chegam a perda total da Volvo, todos os veículos da Volvo, caminhões, que são em número de 200 e poucos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem carro também.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – A própria Volvo tem um acordo com todas as seguradoras e ela adquire essa perda total, ela compra, dá baixa no Denatran.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em tese, a seguradora é que tinha que fazer.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Após adquirir, ela dá baixa, ela recicla porque ela entende que a reciclagem é uma questão ambiental, positiva, ela, fábrica, tem um departamento de reciclagem e vende essas peças recicladas a um valor infinitamente menor do que a peça original, dentro das próprias concessionárias. Quer dizer, aquilo que é reciclado pela fábrica é vendido pela própria cadeia de lojas. E com um detalhe: as peças que são relativas a fatores de segurança, amortecedores, coisas que são ligadas à segurança do veículo são destruídas. Aquilo que é de segurança é destruído sumariamente, aquilo que é possível reciclar, de visão puramente mecânica é revendido e eles devem ter até lucro. Não se trata somente de uma proposta saneadora, mas também até uma atividade comercial, absolutamente normal.

No momento oportuno, gostaria de trazer o diretor da Volvo que já se colocou à disposição de vir aqui explicar como eles executam para, que sabe, nós acharmos uma forma legal de fazer uma obrigação aos demais. Mas isso é uma questão a ser vista e quero colocar esse assunto nessa primeira reunião.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estive nos Estados Unidos numa loja da Sony, essas que existem fora da cidade. Lá, eles só vendem produtos reciclados e vem na caixa enorme o carimbo enorme: recicle. Quer dizer, vende o produto, a própria fábrica tem uma concessionária porque devolvem por qualquer defeito, eles reciclam e não volta ao mercado como produto normal. A idéia é boa.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Isso mostra que pelo menos que quem quiser fazer direito pode fazer direito, é só isso.

O SR. GIACOBBO (PL – PR) – Fui Presidente e concordo com tudo o que foi colocado, a brilhante idéia que o Deputado Marcos traz da indústria automobilís-

tica, da Volvo, especificamente. Mas acho que nessa primeira reunião, esse cronograma de trabalho é vital para que a gente possa se ordenar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O cronograma é a idéia natural das coisas. Como acho que hoje não vamos ter outra reunião, se os senhores pudessem sugerir, até sexta-feira, sem reunião, a gente trocar idéias e procurar fazer alguma coisa.

O SR. GIACOCO (PL – PR) – Ela vai ter que ter o começo, o meio e o final dela.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O começo ela tem o objetivo que foi o que foi denunciado como crime.

Deixaria os requerimentos de convocação para outra reunião, depois a gente estabelecer e não parti já para a convocação, senão ficará um vazio e a pessoa.... acertar o cronograma de trabalho.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Sr. Presidente, concordo com V. Ex^a e quero fazer uma sugestão. Eu, todos falam desta matéria, eu entrei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem uns recortes de jornais e vou mandar dar cópia para o sr.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Não sei se seria bom, se há tempo hábil para isso, que assistíssemos já que foram requisitadas as fitas e, baseado nisso, o relator ou os membros, a equipe poderia estabelecer um cronograma. Poderemos iniciar até mesmo pelas diligências porque tem um fato, o fato está lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode as unidades policiais que tomaram conhecimento, saber se abriram inquérito, irmos às lojas onde isso foi feito, para saber, porque não sei, infelizmente, há coisas que podem estar sendo acobertadas com a velocidade do tempo, não se falou mais nada.

O SR. ISAIAS SILVESTRE (PSB – MG) – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo por esta grande iniciativa desta CPI Mista.

Tenho, por exemplo, um caso, em Minas Gerais, de um cidadão que adquiriu um veículo e, logo após o pagamento, o acerto com a empresa, foi ao Detran fazer o registro e constatou que o veículo havia sido recuperado. O próprio Detran não instaurou nenhuma medida para que fosse apurado aquele crime. Foi sugerido a ele que voltasse à empresa para fazer um acerto. Notamos que tem uma...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse é uma boa testemunha.

O SR. ISAIAS SILVESTRE (PSB – MG) – E ele foi várias vezes. Depois que entrei no caso, a empresa resolveu logo o assunto. Mas, quer dizer, é uma prática que está...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Resolve-ram porque o senhor entreviu.

O SR. ISAIAS SILVESTRE (PSB – MG) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deve ser um intermediário de vários negócios.

O SR. ISAIAS SILVESTRE (PSB – MG) – Exatamente. Então, penso que a melhor forma, além dessas sugestões de como vamos agir nesta CPI, é não esquecermos as diligências, que são o grande ganho que vamos ter para agilizar a busca da verdade no local.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A busca da verdade no local é o que fortalece.

O SR. ISAIAS SILVESTRE (PSB – MG) – Exatamente. Porque temos documentos, provas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esta CPI tem dois delegados. E tem um monte de gente investigando.

Para encerrar, se V. Ex^{as} concordarem com a idéia, eu pediria muito que encaminhassem as sugestões, ainda, se possível, até sexta-feira, para me ajudar a fazer o cronograma.

O SR. GIACOCO (PL – PR) – Isso. Eu sugeriria que a Presidência, juntamente com o Relator fizesse um esboço desse cronograma e colocasse à apreciação do Plenário na próxima reunião para que possamos aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se V. Ex^a quer fazer uso da palavra, então.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB – PR) – Eu só estava esperando este sinal verde, que V. Ex^a como Presidente, normatizasse, vamos dizer, a linha de ação que deveremos ter.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu só diria que não vai ser desprezada essa sua lista, é só para nos posicionarmos.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB – PR) – Está certo. Porque vou aprovar também numa ocasião oportuna e na hora em que começarem a convergir as informações, vamos perceber que a questão do preço é que está provocando todo esse desdobramento. Então, só queremos que se normatize o setor, e acredito que, com isso, estaremos pela raiz resolvendo esse problema. A princípio, a minha idéia era juntar todas as provas para, depois, numa segunda etapa, partirmos para essas sindicâncias, porque são tantas as denúncias, Sr. Presidente, que acredito que, se coletarmos pelo menos alguns deles, já será o início para um forte trabalho desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu faria até um apelo. A nossa televisão está no ar? Para que quem tem alguma denúncia a fazer que nos procure pelo 0800, ou aos Deputados que aqui estão, para que

possamos consubstanciar e fazer as apurações. Todas as CPIs têm tido algum sucesso, quando alguém se dispõe a prestar informações, principalmente, quem participa de quadrilha, está arrependido, quer ajudar as autoridades, para nós, será de grande valia.

O SR. GIACOCO (PL – PR) – Comungo com a sua idéia e até o parabenizo. É interessante porque, agora, a nossa CPMI tem um **site** na Internet. Tenho experiência da nossa CPI da Serasa, porque várias pessoas mandam **e-mails**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na hora em que começar...

O SR. GIACOCO (PL – PR) – É interessante que se instale, isso é normal da Casa, para que possamos ter uma interação com a população.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou passar o número. Vê, para mim, o número do Disque Denúncia daqui, e, depois, vamos inaugurar o **site**.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – E é importante, Sr. Presidente, antes de encerrar que ficasse claro, principalmente para as pessoas que estão nos ouvindo, como disse V. Ex^a, que esta é uma CPI que foi constituída pelo Deputado Takayama, que colheu as assinaturas e construiu a aprovação, e é destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedoras de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação a veículos salvados, conforme denúncia do Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão.

Trata-se justamente das pessoas que compram carros que são dados como perda total. Essas pessoas adquirem esses carros e depois roubam carros semelhantes, da mesma cor, do mesmo ano, clonam o carro e acabam esquentando, através de outro...

É isso que a população tem que denunciar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Infelizmente, isso vai entrar nos desmanches, porque é para lá onde vão as peças roubadas, quando desmontam os carros. O carro roubado, colocado sob chassi, muitas das peças que ficaram no veículo anterior são vendidas para desmanche. Vamos ter que entrar nos desmanches também.

O SR. GIACOCO (PL – PR) – Para citar um exemplo, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, no meu município, Cascavel, estou averiguando o caso de um veículo que foi comprado em determinada loja, não era uma revenda autorizada, mas era uma loja de veículos. Era um veículo normal, com documentação. Quando ele foi fazer o seguro do veículo, a própria seguradora não o fez. Rejeitou o veículo porque ele tinha sofrido perda total. Há uma divergências entre as próprias seguradoras nesse caso. Aquela que deu perda total

devia ter cortado o chassi e recolhido o documento, mas não o fez. Vendeu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na transferência tinha que estar identificado.

Acho que poderíamos encerrar a reunião.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB – PR) – Quando teremos outra reunião, Sr. Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No primeiro dia depois do recesso nós reiniciaremos os trabalhos.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (PMDB – PR) – Se houver uma convocação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós convocaremos todos, faremos um memorando para cada um.

Agradeço a todos pela presença.

Peço desculpas pelo atraso.

Se não nos virmos mais, num bom natal e que o próximo ano seja promissor para todos nós.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h e 31min.)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2003-CN,
“DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES
COMETIDAS POR EMPRESAS DE SEGUROS,
REVENDEDORES DE AUTOMÓVEIS,
RECUPERADORAS DE VEÍCULOS E OFICINAS
DE DESMANCHE DE AUTOMÓVEIS,
EM RELAÇÃO AOS VEÍCULOS “SALVADOS”,
CONFORME DENÚNCIA DO PROGRAMA
FANTÁSTICO, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO”.**

Ata da 1ª Reunião, realizada em 03 de março de 2004.

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, às dezessete horas e trinta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob Presidência da Deputada Mariângela Duarte e ainda com as presenças do Senhor Senador Mozarildo Cavalcante e os Deputados Devanir Ribeiro, Robério Nunes, Max Rosenmann, Takayama, João Campos, Pastor Reinaldo Santos, Giacobbo, Pastor Francisco Olimpio, Robson Tuma, Francisco Appio e Isaias Silvestre, reúne-se Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 12, de 2003-CN, “destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão”. A Presidência indaga ao plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, ficando dispensada

a mesma que foi dada como aprovada. Inicialmente a Presidência solicitou que fosse exibida a fita com as reportagens da Rede Globo que foram objetos de reportagens para os programas Fantástico e Jornal Nacional e a seguir concedeu a palavra ao Relator que fez uma breve exposição sobre os trabalhos a serem desenvolvidos, ocasião que foi aparteado por outros parlamentares presentes que fizeram seus questionamentos e logo após o Deputado Robson Tuma requereu que fosse encerrada a reunião em razão de não haver quorum para deliberação de qualquer matéria, sendo encerrada a mesma e ficando marcada a próxima reunião para o dia 09 do mês de março e, não havendo nada mais a ser tratado foi encerrada a reunião, e para constar eu, Francisco Naurides Barros, Secretário, da CPMI lavrei a presente ata que será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 12, de 2003, destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedoras de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanches de automóveis em relação aos veículos salvados, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão.

Compete a esta Deputada explicar que, em se tratando de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, esta Comissão elegeu o Senador Romeu Tuma como seu Presidente. S. Ex^a se encontra incapacitado de deixar a sessão do plenário do Senado – já justificou sua ausência – em função da solicitação de Lideranças. Por essa razão, na condição de Vice-Presidente desta Comissão, estou assumindo interinamente a Presidência da reunião.

A Presidência informa que a presente reunião destina-se a tratar de assuntos administrativos e também, conforme pauta já distribuída a todos Senadores e Deputados, a exibição dos programas da Rede Globo sobre o tema. Parece-me que esse foi o grande foco nacional de denúncias a partir do qual se mobilizaram Senadores e Deputados.

Indago aos Srs. Parlamentares se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior cuja cópia já se encontra sobre a mesa.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Sr^a Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Solicitada regimentalmente a dispensa da leitura a Ata, faremos agora a exibição dos programas da Rede Globo.

Alguns Deputados estão solicitando cópia dos requerimentos. Comunico que ainda não é este o estágio em que nos encontramos. No entanto, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, tenho também a incumbência de passar ao Relator documentos e denúncias que me chegaram inclusive de um Deputado Estadual. Passo-os às mãos do Relator. Parece-me que a Comissão já detém esses documentos, mas estou me desincumbindo de uma correspondência que me chegou. Como é natural e do trâmite, passo-a às mãos dos Relator para que S. Ex^a possa avaliar o teor desses novos documentos.

Salvo entendimento melhor do Plenário, passaremos à exibição dos programas. V. Ex^{as} querem fazer pronunciamento antes da exibição da fita?

O SR. GIACOCO (PPS – PR) – Indago ao Relator qual a duração da fita.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Devem ser sete minutos.

O SR. GIACOCO (PPS – PR) – Creio que devemos nos pronunciar após a exibição.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Takayama.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Deputada Mariângela, nobres companheiros, primeiramente, agradeço o Senador Romeu Tuma e os Deputados que compõem a Comissão pela indicação do nosso nome para a Relatoria deste trabalho que, tenho certeza, será de fundamental importância. Digo isso, avaliando o número de denúncias e dossiês que têm chegado ao nosso gabinete. A Comissão irá incorporar mais essa denúncia que V. Ex^a está apresentando. Outras tantas estão chegando às nossas mãos, como denúncias do Estado do Tocantins, que nos assustam, assim como de outros lugares.

Passo à leitura dos fatos de novas denúncias. Essa vem do Rio de Janeiro.

Informo aos Deputados que outras reuniões não aconteceram porque, na verdade, o Senado está vivendo um momento bastante tumultuado, com uma agenda extremamente cheia, o que nos leva a lhe dar esse crédito e ter tolerância com relação ao nosso Presidente, Senador Romeu Tuma, que está envolvido em várias diligências e atividades naquela Casa. Portanto, as reuniões estão sendo paralelas, razão pela qual S. Ex^a encontra, neste início, um pouco de dificuldade.

Apresento a proposta de agenda que será distribuída aos companheiros para nortear os nossos trabalhos que com certeza nos tomarão um tempo muito extenso.

A primeira etapa seria constituída de diligências. Encaminharemos ofício ao Bacen solicitando informações sobre se investigou denúncias de fraudes e à Susep.

Começaremos as audiências conforme o cronograma. A primeira será, provavelmente, em São Paulo – estamos submetendo-a à apreciação dos companheiros; a segunda será no Rio de Janeiro, depois em Goiás, no Distrito Federal, no Paraná, em Pernambuco e em Minas Gerais.

O SR. GIACOCO (PPS – PR) – V. Ex^a não teria uma cópia para distribuir para nós?

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Ainda não, mas vamos providenciá-la.

A primeira audiência que pretendemos fazer será em São Paulo, mesmo porque as denúncias da Rede Globo foram embasadas em contravenções que ocorreram nos desmanches da capital daquele Estado e também no Rio de Janeiro.

Convidaríamos e intimaríamos para os depoimentos na capital: o Delegado-Chefe da 3^a Divcar; o Delegado-Chefe da 4^a Divcar; Ciro de tal, da Ideal Veículos, conforme matéria do Fantástico; o Sr. Jorge – não sabemos o sobrenome –, da Avenida Rio das Pedras – outro desmanche; Jean Francisco lote, porque algumas denúncias recaem sobre sua pessoa; Ângelo Coelho, Presidente da Sindifup de Santos, se não me engano; Geraldo Luiz Santos Mauro, Presidente da Abrive; o Presidente da Sindirepa; o Diretor do Diretran, José Francisco Leigo.

Em Santo André, José Claro dos Santos, que está preso no momento, a quem gostaríamos de ouvir.

Creio que isso seria uma sindicância em audiências que faremos em São Paulo. Convidaremos essas pessoas, a serem ouvidas *in loco*, cujos nomes estamos selecionando dentre milhares. Não é possível abranger todos os nomes. Deixamos em aberto para que os companheiros apresentem algum outro caso de sindicância que poderemos fazer nas audiências de São Paulo.

Em Guarulhos, Alex Pereira de Almeida, da CTV, e, em Santos, o Advogado Ênio Bianco e o Sr. Edson Batista, Promotor da Defesa do Consumidor, que falará sobre as seguradoras.

Conforme a sugestão de depoimentos das seguradoras de São Paulo, convidaremos o Diretor da Bradesco Previdência e Seguros, da Companhia Paulista de Seguros, da Real Seguradora, Vera Cruz Seguradora, Porto Seguro Companhia, Brasil Companhia Seguros Gerais, Finasa Seguradora, América Latina Companhia de Seguros, Wap Brasil e Sasse Companhia Nacional de Seguros.

Na audiência do Rio de Janeiro, convidaremos para depor: Rafik Louzada, Delegado da Delegacia de Roubos e Furtos; o Diretor do Detran Hugo Leão; Armínio da Silva Santana; Delegado da Delegacia de Furtos e Roubos de Automóveis e Delegado da Dele-

gacia de Furtos e Roubos de Cargas, cujos nomes a minha Assessoria divulgará.

Na terceira audiência, em Goiás, ouviremos o depoimento de Josuemar Vaz de Oliveira, da Delegacia Estadual de Furtos e Roubos.

No Distrito Federal, na quarta audiência, ouviremos o depoimento de Anderson Espíndola, da DRFV; no Paraná, o depoimento do Diretor do Detran, Amarildo Vasconcelos, Ailton Carvalho, Carlos Alberto e Ambrósio Finardo; na sexta audiência, em Pernambuco, o depoimento de Carlos Coutinho, do Banco Safra, de Cristiano Marcelo Lins da Silva, ex-Gerente da Rural Seguradora e, da Cidar, o Ricardo Luambo.

Para a sétima audiência, estaremos em Minas Gerais para ouvir, entre alguns depoimentos, fora aqueles que possivelmente aparecerão ao longo dessa reunião da Comissão, Marcelo Rodrigues do Nascimento, detido pela Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente...

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Questão de ordem.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – ...para encaminharmos a discussão e a apresentação de mais alguns nomes.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – O Sr. Relator, se entendemos bem, fez uma leitura pormenorizada de propostas de audiências públicas, uma sequência de nomes que teremos que discutir e deliberar.

Há três Deputados inscritos. Deputado Giacobbo.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Questão de ordem.

O SR. GIACOCO (PPS – PR) – Deputada Mariângela, sugiro que primeiro se exiba a reportagem do Fantástico. Depois poderemos ouvir os demais companheiros, para que alguns que ainda não tenham domínio do assunto...

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Eu havia proposto que fosse apresentada primeiro a fita. Nesse ínterim, três Deputados manifestaram interesse de se inscrever; foram inscritos regularmente. Apenas estou indagando se é oportuno que eles se manifestem nesse momento ou se acolheremos a primeira proposta, de assistirmos à fita da Rede Globo.

João Campos, Giacobbo e Max Rosenmann são os três Deputados inscritos.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Qual é o tempo de duração da fita?

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Sete minutos.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Então vamos assisti-la.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO) – Eu já havia me manifestado, Sr^a Presidente, no sentido de assistirmos primeiro à fita.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Solicito à parte técnica que proceda à exibição da fita de vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo)

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Muitos de nós já havíamos assistido ao programa, mas é importante trazer à CPI essas denúncias que todos vimos recebendo e, agora, passar a palavra aos Deputados por ordem de inscrição.

Se todos concordarem, os três Deputados inscritos farão a sua preleção e o Relator responderá. Creio que assim será mais dinâmico.

Todos concordam?

Então concedo a palavra ao Deputado João Campos, por favor.

O SR. JOÃO CAMPOS (PSDB – GO) – Sr^a Presidente, Sr. Relator, colegas, inicialmente cumprimento o Relator, Deputado Takayama, por ter elaborado uma programação de trabalho que deverá ser desenvolvida. Fez bem o Sr. Relator, porque esse é um problema sério, que ocorre em todos os estados da federação. Nós, membros desta Comissão, temos uma responsabilidade muito grande. Tenho absoluta convicção de que a sociedade brasileira tem muita esperança no trabalho que vamos desenvolver aqui.

Portanto, dentro dessa programação preliminar que o Sr. Relator definiu, precisamos priorizar essas diligências e audiências públicas nos estados, para conferir agilidade aos trabalhos da Comissão, porque, como mencionei, esse é um problema que está ocorrendo em todos os estados, com a convivência de empresários da área de seguros, de Detrans, portanto, de agentes públicos também, o que aflige toda a sociedade.

No meu Estado, mantive entendimentos com autoridades para fazer um levantamento minucioso para auxiliar os nossos trabalhos na Comissão. Como membro desta CPI, estou inteiramente à disposição principalmente do Sr. Relator, para que possamos produzir as provas, os indícios e todo o material necessário para chegar a bom termo.

É verdade que, além dos fatos concretos que levantaremos e muitos outros que chegaram ao Sr. Relator, esta Comissão terá também a possibilidade de sugerir algumas alterações legislativas que possam estabelecer, de forma clara e objetiva, procedimentos e responsabilidades. Observa-se que uma das falhas

que têm facilitado em muito esse engenho pernicioso é justamente a omissão da legislação.

Dessa forma, queria somente fazer esse registro e cumprimentar o Relator por esse programa preliminar dos trabalhos a serem desenvolvidos. Muito obrigado.

O SR. GIACOBBO (PPS – PR) – Sr^a Presidente, nobre Relator, também quero parabenizar a iniciativa do Deputado Takayama de realmente fazermos esta CPI, mas é muito importante que nós, Deputados e Senadores, tenhamos consciência que ela tem que ter começo, meio e fim.

Pela satisfatória experiência que tive em outras CPIs, acredito que o Relator, senão nesta, na próxima reunião, apresentaria aos companheiros, Deputados e Senadores, um cronograma de trabalho.

Salvo engano, o que o nobre Relator expressou anteriormente foi uma menção a audiências públicas em outros Estados, o que ocorreria, pelo meu entendimento, no início dos trabalhos. Então, seria pautado em audiências públicas? Essa é a pergunta que faço ao nobre Relator. Após a deliberação de requerimentos, traríamos aqui, em primeiro plano, as seguradoras e as oficinas para nos nortearmos, evitando fazer desta CPI uma salada de frutas sem começo, meio e final.

Estou à disposição do Relator, da Presidência e dos nobres Deputados e, com a experiência que temos, na vida privada, na área de automóveis, tenho a certeza absoluta de que vamos colaborar. Não só eu, mas todos os membros desta CPI para beneficiar quem mais precisa, que é a população brasileira, com a diminuição, depois da apuração, das taxas de seguros, da criminalidade, de roubos que acontecem por causa dessas práticas ilícitas no meio de automóveis. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Com a palavra o Sr. Max Rosenmann.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Sr^a Presidente, Sr. Relator, Srs. Membros da Comissão, considero muito importante a retomada que estamos fazendo nos trabalhos, porque houve uma interrupção causada pelo próprio calendário, após a constituição da Comissão. Devemos, agora, agilizá-la. Temos que fazê-la funcionar dentro de um prazo. É muito ruim quando participamos de uma CPI que caminha por temas ou entrevistas muito mais de interesse pessoal de alguns dos membros da Comissão do que do conjunto. Assim precisa-se de mais prazo, com prorrogações desnecessárias.

Entendo que a idéia apresentada pelo Relator de se iniciar apresentando um cronograma ou uma sistemática é muito importante e que é dentro desse

princípio que devemos nos nortear, dentro da sistematização de como fazemos e onde vamos atacar.

O Deputado Giacobbo e eu participamos juntos da Comissão da Serasa e tivemos, em pouco tempo, a capacidade de nos aprofundar nos assuntos pela sistemática, pela qualificação dos entrevistados, pela forma com que foi estabelecido. É mais ou menos isso que espero que façamos para aproveitar realmente o nosso tempo.

Trouxe uma colaboração no sentido de convidar um diretor da Volvo, que fica no meu Estado, o Paraná, porque é a única fábrica do Brasil que não permite a venda de veículos salvados da marca Volvo. A própria fábrica dá baixa em todos os carros Volvo, reaproveitando as peças reciclando-as, exceto as peças de segurança, como, por exemplo, amortecedores, para revendê-las nas próprias revendas como peças usadas a preços mais baixos; não é vendido na esquina. Então, há um papel social de combate à criminalidade por parte da fábrica, e não existe lei que obrigue a Volvo fazer isso.

Como é uma experiência positiva, deveríamos, o mais breve possível, aprovar esse requerimento para dar uma direção de aproveitamento de idéias boas. Creio que não será muito difícil identificar como combater a criminalidade, como disse aqui o colega, em questões de legislação. Há coisas que a própria lei facilita, facilita. Se bloquearmos essas situações, teremos realmente um resultado.

Recentemente, comprei um carro usado para um funcionário, a pedido dele, em uma área rural. Ele pediu que eu adquirisse, em Curitiba, um Volkswagen barato, um carro de R\$2 mil, R\$3 mil. O gabinete mandou comprar, e, apesar de nossos esforços para comprar um bom carro, em seguida o motor pifou. Verificamos a possibilidade de compra do motor novo ou reciclado, e a resposta dessas empresas foi a seguinte: a legislação mudou e hoje está complicado roubar carros desse tipo para vender o motor. Então, alguma coisa feita na lei prejudicou o comércio de motores, porque antigamente um motor de Volkswagen era trocado em cinco minutos. E tive que mandar consertar o motor, o que vai me custar uma pequena fortuna, quase o valor do carro.

Isso demonstra que, às vezes, quando a lei é bem feita, pode realmente proteger e acabar com a roubo-lheira. É nisso que nós estamos aqui para colaborar.

Espero que o meu pleito do convite ao Sr. Carlos Colgliari, Gerente de Relações Institucionais da Volvo, seja inserido em pauta o mais breve possível, de tal forma que possamos ouvir as suas opiniões.

Gostaria de lembrar que na reunião anterior havíamos sugerido, quanto ao nome da Comissão, que

fosse Comissão do Desmanche, não é? E foi aprovado. Não vejo necessidade de retirar essa explicação, mas pelo menos, entre parênteses, fazer uma forma simplificada.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Creio que seria Investigação dos Salvados.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Mas não é esse o nome já aprovado, e sim Comissão do Desmanche. Então, eu gostaria só que botasse, nas outras reuniões. E pedir que essa sistematização fosse feita e mandada, se possível, para nós analisarmos, assim como gostaria de ter uma cópia dessa fita, para que nós, que vamos trabalhar no assunto, tenhamos a possibilidade de, amanhã, quando recorrermos, em nossos Estados, ao apoio seja do Presidente do Detran ou de alguém, ter essa fita em mãos. Então, entregaria para todos os membros da Comissão, não só para mim, uma cópia dessa fita. Creio que vai ajudar a quem quiser trabalhar no assunto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Posteriormente também farei algumas intervenções, como Presidente da Mesa, mas vamos aguardar a sequência de Deputados inscritos.

O próximo é o Deputado Devanir Ribeiro, do PT de São Paulo. Se algum outro Deputado quiser se inscrever, seria necessário, para estabelecermos um limite de tempo, já que, na ausência de Senadores, não haverá quorum para deliberar. Salvo engano, não temos quorum para deliberação até agora. Estou controlando isso. Tem que haver uma quantidade de Senadores, porque é uma comissão mista. Isso atrasa os trabalhos porque teríamos coisas para deliberar e não poderemos. Sem querer interromper o Deputado Devanir, considero que pelo menos algumas coisas que não são complicadas, decorrentes da reunião de hoje...

Seria de bom tom que a Secretaria encaminhasse a cada Deputado e Senador que integra esta Comissão uma cópia da fita. Creio que a Mesa da Comissão pode deliberar nesse sentido.

Com relação a documentos, desde o início vários documentos já foram encaminhados. Eu mesma já o fiz. Seria interessante que a Secretaria providenciasse que cada membro integrante da Comissão recebesse o conjunto de documentos que já chegaram à Mesa e ao Relator.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Tem a palavra o Deputado Devanir, que já se inscreveu.

O SR. (Orador não identificado) – É só uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Pois não.

O SR. (Orador não identificado) – Se não há quorum para deliberar, também não há sentido estarmos aqui. Faremos o quê?

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Posso esclarecê-lo, Deputado.

O SR. (Orador não identificado) – O Senador não vem à reunião, tem que haver meio a meio, então não tem sentido estarmos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Só um minuto, Deputado. V. Ex^a está chegando agora, então vou dizer-lhe o que aconteceu.

Os Deputados aqui...

O SR. (Orador não identificado) – Estou chegando agora porque estava esperando os Senadores chegarem.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – É verdade, Deputado, todos nós temos muitos problemas.

Só queria dizer que houve um assentimento dos presentes. Inclusive saíram daqui, foram votar e voltaram.

Com a presença do Relator, o que decidimos? Sem necessidade de deliberação, tínhamos uma fita de vídeo do programa Fantástico, da Rede Globo, que seria exibida, porque deu origem a muitos dos procedimentos que resultaram na criação da CPI.

O Deputado Takayama, na condição de Relator, leu um pré-trabalho, ou seja, uma metodologia de trabalho definindo nomes, que terá que ser deliberada. Hoje não poderemos fazê-lo, mas S. Ex^a já apresentou uma síntese de encaminhamento do processo da CPI.

Então não houve deliberação, foi exibida a fita e Deputados presentes que querem se manifestar estão fazendo-o. Essa é a situação em que nos encontramos.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Pois não, Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr^a Presidente, ao verificar as presenças, notei, como V. Ex^a mesma disse, que não há quorum regimental para a Comissão funcionar neste momento. Portanto requieiro regimentalmente que V. Ex^a encerre esta reunião, porque, não havendo quorum, não há legalidade no trabalho que estamos realizando hoje. Poderemos marcar uma nova reunião para quarta-feira da próxima semana e obviamente todos nós teremos a liberdade de procurar o Relator para levar as sugestões que entendermos necessárias.

Conversei inclusive com o Assessor da Comissão e com o Relator, porque não adotaria essa posição sem antes conversar com os demais colegas. Acredito que essa seja uma posição unânime, então requieiro a V. Ex^a que encerre a presente reunião imediatamente, marcando outra para a próxima semana.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Retomando a palavra, vou encerrar. Creio que não vamos...

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Só um instante. Se encerrarmos, não será possível usar a palavra. Essa é a questão criada.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Creio que não há nada que nos impeça de debater.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Deputado, só um minuto. Deixe-me tentar conduzir. Estou na Vice-Presidência e assumindo a Presidência.

A questão é clara: a partir do momento em que dois Deputados questionaram regimentalmente, não podemos seguir com inscrições nem abrir novas inscrições. A reunião deve ser imediatamente encerrada, avisando a todos que até então houve uma concordância entre os que se encontravam presentes.

Solicito que a Mesa da CPI e a Secretaria procurem marcar data e horário melhores, senão vai parecer que estamos querendo fazer algo esvaziado.

O SR. (Orador não identificado) – Está havendo votação no Plenário da Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Parece que teimaram com o horário de cinco horas, mas os Senadores nunca podem estar presentes e os Deputados vêm e voltam.

Então queria apenas sugerir que encerremos esta reunião e não tentemos marcar novamente para as cinco horas da tarde.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h20min)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2003-CN
“DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES
COMETIDAS POR EMPRESAS DE SEGUROS,
REVENDEDORES DE AUTOMÓVEIS,
RECUPERADORAS DE VEÍCULOS E OFICINAS
DE DESMANCHE DE AUTOMÓVEIS,
EM RELAÇÃO AOS VEÍCULOS “SALVADOS”,
CONFORME DENÚNCIA DO PROGRAMA
FANTÁSTICO, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO”.**

Ata da 2ª Reunião, realizada em 10 de março de 2004.

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, às quinze horas e treze minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob Presidência do Senador Romeu Tuma, e os Deputados Devanir Ribeiro, Mariângela Duarte, Mussa Demes, Robério Nunes, Max Rosenmann, Takayama, Giacobbo, Robson Tuma e Maria Lúcia, reune-se Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 12, de 2003-CN, “destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão”. A Presidência indaga ao plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, ficando dispensada a mesma que foi dada como aprovada. A Presidência concedeu a palavra ao Relator que passou a apresentar um calendário de atividades para os trabalhos da Comissão, ficando acordado ainda que os dois primeiros depoentes seriam ouvidos no próximo dia 24 sendo eles o Dr. Hugo Leal Melo da Silva, Diretor do Detran do Rio de Janeiro e o Dr. José Francisco Leigo, Diretor do Detran de São Paulo. Foi apresentado uma relação com vários nomes para serem ouvidos em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais. Os requerimentos que deveriam serem apresentados ficaram sobrestados para serem apresentados para uma próxima reunião, e não havendo nada mais a ser tratado foi encerrada a reunião, e para constar eu, Francisco Naurides Barros, Secretário, da CPMI lavrei a presente ata que será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Boa tarde, senhores.

Daremos início à segunda reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 2, de 2003, destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos salvados, conforme denúncia do programa Fantástico da Rede Globo de Televisão.

A Presidência informa que a presente reunião destina-se à discussão de assuntos administrativos e de requerimentos e à apresentação do calendário para o primeiro semestre do corrente ano.

Indago aos senhores Parlamentares se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, realizada dia 3 do corrente, que foi distribuída aos presentes.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata já que todos já tem conhecimento da ata.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em votação.(Pausa)

Aprovada.

Com a palavra o Relator, Deputado Takayama para apresentação do calendário, bem como para discussão de requerimentos que ainda não podem ser aprovados por falta de **quorum**.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero saudar V. Ex^a e os demais companheiros que participam da CPI, a imprensa, enfim, todos os presentes.

Sr. Presidente, o cronograma de atividades para o ano 2004 será desenvolvido em três etapas. Primeiramente faremos as diligências e, depois, audiências em alguns Estados que gostaríamos de sugerir. Na fase de diligências, encaminharemos ofício ao Bacen solicitando informações no sentido da investigação das denúncias de fraude e também um ofício à Susep.

Na fase de audiências, de acordo com o cronograma que apresentaremos daqui a pouco, iniciaremos com audiências em São Paulo e depois faremos audiências no Rio de Janeiro, Goiás, no Distrito Federal, Paraná, Pernambuco e Minas Gerais, respectivamente.

Se V. Ex^a me permite, apresentaremos o calendário sugestivo para que possamos iniciar um organograma de trabalho. Uma vez sendo aprovado o calendário, já iniciaremos o trabalho nas próximas semanas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O calendário já foi distribuído?

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Sr. Presidente, todos já possuem as cópias.

O calendário para os trabalhos da CPMI para o primeiro trimestre do ano 2004 é o seguinte: no dia 17 de março, iniciaremos os trabalhos com uma audiência em Brasília, alterando um pouco a sugestão apresentada semana passada. A audiência seria nesta mesma sala, cujo primeiro convidado seria o Sr. Hugo Leal, Diretor do Detran do Rio de Janeiro, e o segundo, o Sr. José Francisco Leigo, Diretor do Detran de São Paulo.

Para a audiência do dia 24, em Brasília, convidaremos o Sr. Anderson Spíndola, Delegado da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos do Distrito Federal, e o Sr. Josué Mar Vaz de Oliveira, Delegado Estadual da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos do Estado de Goiás.

Sr. Presidente, para o mês de abril, nosso calendário prevê não somente a realização de audiências, mas principalmente diligências para posteriores

audiências. Nos dias 1º e 2 de abril – normalmente às quintas e sextas-feiras, podendo estender aos sábados – seriam feitas diligências no Estado de São Paulo, buscando confirmação das denúncias. Nos dias 15 e 16, após constatar a existência de irregularidades nas diligências, convidaríamos para a realização de audiências em São Paulo, de acordo com as denúncias e com os materiais que nos foi encaminhado, possivelmente na Assembléia Legislativa ou em local que V. Exª determinar como sugestão, o Delegado-Chefe da 3ª Divecar, o Delegado-Chefe da 4ª Divecar, o Sr. Ciro, vendedor da Ideal Veículos, que foi a pessoa filmada na reportagem do Fantástico; o Sr. Jorge, da Avenida Rio das Pedras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Exª falou o Jean Francisco Lote Quadrilha.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Ele foi, pelo menos, apresentado como chefe de quadrilha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está preso?

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Na ocasião, estava. Hoje, não sabemos.

Seria convidado o Sr. Ciro de tal, vendedor da Ideal; Sr. Jorge de tal – não temos o sobrenome –, da Avenida Rio das Pedras; e o Jean Francisco Lote, que seria possível chefe de uma quadrilha e que, na ocasião, estava preso, e não sabemos se ainda permanece.

Convidaríamos ainda o Sr. Ângelo, com ele o Presidente da Sindifupi, Sindicato da Indústria de Funilaria e Pintura de São Paulo, que também foi entrevistado na reportagem, trazendo uma série de denúncias, e o Sr. Geraldo Luiz Santo Mauro, Presidente da Abrive, agremiação que agrega inclusive a próprio Sindifupi e a Sindirepa. Seria o Presidente da Abrive, Associação Brasileira de Reparadores Independentes de Veículo, e também do Sindirepa, o Sindicato dos Reparadores de Veículos Automotores.

Além desses, convidaríamos o Sr. José Claro dos Santos, José Gaúcho, que hoje está preso em Santo André; o Sr. Alex Pereira de Almeida, da CTV Guarulhos; Sr. Ênio Bianco, advogado que conhece profundamente alguns problemas dentro da área; e ainda o Sr. Edson Batista, Promotor de Defesa do Consumidor; Sr. Mário Arnalt, proprietário da Arnalt Veículos.

Essa seria a pauta para o Estado de São Paulo das nossas diligências e dos nossos trabalhos para o mês de abril. Às diligências dos dias 1 e 2 poderão ainda ser acrescentados alguns nomes.

Nos dias 19 e 20 de abril, estaríamos em diligências no Rio de Janeiro; e, nos dias 29 e 30, iniciariamos as audiências no Rio de Janeiro, baseados nos nomes que citaremos e em outros que poderão surgir nas diligências dos dias 19 e 20. Dentre os nomes

que apareceram nas denúncias, o Sr. Rafik Louzada, Delegado da Delegacia de Furtos e Roubos do Rio de Janeiro; Sr. Armínio da Silva Santana Ruas, proprietário da Auto Frontin, cujo nome foi abordado na reportagem do Fantástico; e o Sr. Valmir José de Almeida, funcionário da Auto Frontin.

Encerrando a pauta do mês de abril, passamos à sugestão para o mês de maio. Nos dias 6 e 7 de maio, diligências no Estado do Paraná; nos dias 13 e 14, diligências nos Estados de Pernambuco e Paraíba; nos dias 20 e 21, iniciariamos as audiências no Paraná. Dentro do que temos, convidaríamos o Diretor do Detran do Estado do Paraná, Marcelo Almeida; o Sr. Amarildo Vasconcelos; o Sr. Ailton Carvalho; Sr. Carlos Alberto; Sr. Ambrósio Finardo; Sr. Evaldo Costers, dono de oficinas; Sr. Wilson Bil, se não me engano, Presidente da Sindirepa do Estado do Paraná e Vice-Presidente da Abrive Brasil; Sr. Ademir Chaves, dono de oficina; Sr. Maurício Bonachoci, também; e o Sr. Jefferson Radar, candidato a prefeito em uma das cidades, empresário cujo nome foi arrolado na questão dos desmanches. Nos dias 27 e...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jefferson Radar?

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Jefferson Radar, segundo consta nas denúncias, está envolvido também com diversos desmanches no Estado do Paraná. Acredito que seria interessante convidarmos esse senhor para que nos trouxesse, nessa audiência do Paraná, as explicações que precisamos para formalizar as nossas apurações.

Nos dias 27 e 28 do mês de maio ainda, teríamos audiências em Pernambuco, porque temos denúncias ali de contravenção e desmanche de veículos. Para estas, dentro do material vasto que já temos, convidaríamos o Sr. Carlos Coutinho, para dispor sobre as denúncias contra o Banco Safra, o Sr. Cristiano Marcelo Lins e Silva, ex-Gerente da Rural Seguradora, que também está envolvido em denúncias sobre fraude, o Sr. Ricardo Luambo, também com relação a denúncias sobre fraude, e o Sr. Gentil Barbosa, que é delegado da Delegacia de Defraudações do Estado de Pernambuco.

Finalizando este primeiro semestre, no mês de junho, teríamos diligências, nos dias 3 e 4, no Estado de Minas Gerais, e nos dias 17 e 18, em Belo Horizontes e, se necessário, em mais algumas cidades do Estado de Minas Gerais. Alguns nomes que já temos aqui dentro das denúncias que chegam em nossas mãos são: o Sr. Marcelo Rodrigues do Nascimento, preso na Delegacia de Roubo e Furto daquele Estado. Nos dias 24 e 25, as diligências serão no Estado de Goiás.

Seria essa a pauta do nosso cronograma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, tenho vários requerimentos para serem apresentados, que, obviamente, dentro da relação do cumprimento político que tivemos sempre nesta Casa, surpreendi-me com essa proposta do Relator, no sentido de que não teve nenhum tipo de entendimento político com os demais colegas, para que não haja nenhum tipo de atropelamento. Aqui estão alguns requerimentos que, ao contrário, gostaria de conversar com V. Ex^a, e os estarei apresentando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Deputado, desculpe interrompê-lo, mas gostaria de dar um esclarecimento. Essa aqui é uma proposta de diligência para ser apreciada pelos Senadores com base em denúncias já recebidas pela CPI, elencadas as mais importantes. Essa aqui é uma sugestão que pode ser alterada a qualquer tempo, com a anuência dos Srs. Deputados.

Sobre os requerimentos, como não temos nenhum, provavelmente não poderemos aprová-los agora, mas seria interessante encaminhá-los para que possam ser analisados e submetidos, na primeira oportunidade, à votação e à aprovação.

O SR. ROBSON TUMA (PFL-SP) – Talvez V. Ex^a não saiba, mas existe, agora, para que não haja nenhum tipo de atropelamento político, o compromisso dos Srs. Parlamentares de, antes de se pautarem alguns dos requerimentos, haver uma reunião anterior, a fim de que haja um entendimento político a respeito disso, o que não aconteceu.

Por isso, causou-me estranheza, até porque alguns Companheiros da Comissão não estão. Obviamente, acredito que, dentro ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Também estou tomando conhecimento dessas propostas agora. Não fui consultado em nenhum momento.

O SR. ROBSON TUMA (PFL-SP) – Acho perfeito, só que, aqui, deveríamos ter até um prazo para término desta Comissão. Existem outras Comissões Mistas pautadas pelo Congresso Nacional de extrema importância, que não serão criadas enquanto esta não for encerrada. Da forma como ficou, vamos ter um trabalho até final de junho, continuando obviamente até o próximo mês. Ela tem prazo indeterminado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Até 15 de dezembro.

O SR. ROBSON TUMA (PFL-SP) – Porém, tínhamos de fazer um trabalho, no sentido de não ficarmos aqui, pois ela pode ser prorrogada por mais três anos. Penso que não há necessidade de se fazer essa prorrogação, bem como, por exemplo, ficaríamos, de

acordo com isso, os próximos três meses, até junho, completamente ausentes de Brasília – ficaríamos em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Pernambuco...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado Robson Tuma, não é obrigatório que Deputados e Senadores façam diligência. Então, vamos decidir de que forma vão ser realizadas e se vão ser realizadas. São sugestões. V. Ex^a está apresentando contradições a que elas sejam realizadas.

O SR. ROBSON TUMA (PFL-SP) – Não, eu não estou. Só quero que elas sejam realizadas com o tempo correto, da forma correta. Eu, por exemplo, fui eleito para ficar em Brasília, não quero ficar dois meses viajando Rio, São Paulo, Pernambuco, enfim, então eu gostaria que o Relator e nós não aprovássemos nenhum requerimento hoje, que pudéssemos, posteriormente, ter uma reunião entre os membros da Comissão, está aqui o Deputado...

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Se V. Ex^a me permite, Deputado Robson Tuma, eu só queria dar um adendo: nem temos quórum para deliberar, isso aqui é apenas uma pauta de sugestão, e hoje, com a reunião com os companheiros aqui e nas outras, nós podemos ainda verificar o que deve ser excluído, para não travancar, para também não congestionar, e fazer, vamos dizer, uma seleção, para que possamos nos deter em alguns casos específicos...

O SR. ROBSON TUMA (PFL-SP) – Exato, senão nós vamos ficar com uma CPI policialista. Estou vendo aqui no calendário de V. Ex^a: por exemplo, nós convidamos o presidente da Federação das Seguradoras, o presidente da Federação dos Corretores de Seguro, o presidente da Associação ou o representante, que seja, da entidade de classe que representa as oficinas do Brasil...

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Deputado Robson Tuma, não estão colocados nomes dos dirigentes das seguradoras.

O SR. ROBSON TUMA (PFL-SP) – Não nomes, que seja o representante, o que for, eu também não sei...

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Nesta pauta que o Presidente tem não está não, Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA (PFL-SP) – Portanto, eu gostaria, então, que obviamente apresentasse...

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – O presidente do Sindirep e da Sindipup estão. Se os senhores tiverem alguma sugestão para que alguns deles não estejam presentes, nós eliminamos, que estamos aqui dialogando democraticamente.

O SR. ROBSON TUMA (PFL-SP) – Fica, então, aqui a sugestão de V. Ex^a, e pedi, já, a cópia dos re-

querimentos e gostaria, então, que nós pudéssemos apreciar e definir o calendário com tempo hábil, para podermos discutir com os Partidos, e que nós finalizássemos um calendário razoável na outra semana, obviamente, numa outra reunião, para que desse tempo de, obviamente, lermos todos os requerimentos apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu queria só explicar o seguinte: já estão fazendo algumas diligências. Pedi à Polícia Federal para fazer alguns levantamentos com base nas notícias que foram divulgadas na imprensa, com levantamentos e tudo isso. Talvez pudéssemos dar uma semana, inclusive, para isso – não na próxima – e na outra semana já fazermos uma reunião com algumas definições já de resultados para podermos discutir.

Com a palavra o Deputado.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, nosso Relator Hidekazu Takayama, estou com uma dúvida, até concordando em parte com o que o Deputado Robson Tuma tem falado: até o objeto de nossa CPI está meio devagar. Recebo um convite para vir: “CPMI dos Salvados” e aqui vejo: “CPMI do Desmanche”; depois vejo este outro: “CPI...”

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela foi estendida no pedido, ela foi incorporada, porque eram duas, então ela foi incorporada. Está valendo essa, que está na descrição da convocatória aqui. Então, ela é mais abrangente do que só “Salvados”. Se falarmos dos salvados, os salvados são os carros com perda total, sinistrados. Só que isso está ligado ao desmanche pela venda de peças, e as oficinas – que, muitas vezes, o segurado tem direito à reposição de peça nova – estão comprando no mercado secundário peça usada. Então, já passa a ser crime. Por isso é que há uma interligação entre todas essas fases apuratórias.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP) – Bom, então estamos estendidos. Eu queria só definir; então, se está definido...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Até agradeço V. Ex^a para que definamos e fique fixo, para não ficar o caso de se mandar um convite de um jeito e...

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP) – É só um minutinho. Também concordo. A CPI tem que ter começo, meio e fim. Se ficamos nisso até em dezembro ou podemos ser prorrogável por mais um ano ou dois anos, creio que a CPI sempre... Não que eu seja contra CPIs...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um organograma muito longo é difícil de ser cumprido.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP) – Ela se perde no tempo. Não é porque eu seja contra a CPI, mas a

CPI é um instrumento que tem que ser usado. Em um caso como esse, temos que analisar primeiro o que aconteceu e pensar numa sugestão para o futuro. Não adianta descobrirmos que até agora Fulano foi preso, faz-se o carnaval na imprensa, mas depois de um mês ocorre o mesmo. Como demos sugestões para as empresas automobilísticas, para as empresas de como ter um cuidado maior, como ter um reconhecimento desses veículos para que não possa ser montada uma carcaça sobre a outra ou ser clonado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para o senhor ter uma idéia, eu ainda não confirmei a informação, parece-me que a Mercedes-Benz compra os salvados, vão para ela.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP) – A Volvo e outras empresas também têm essa prática.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigar as empresas a ficarem com os salvados para dar o arquivo morte deles. Deveríamos aperfeiçoar essa idéia.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP) – Senador, o senhor tem mais experiência do que eu nesta área, sou um simples Deputado, não tenho queda para ser investigador nem policial.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas conhece bem.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP) – A experiência de V. Ex^a vale para isso.

Vi há poucos dias uma reportagem, que não tem nada a ver com salvado, batido ou roubado. Um senhor comprou um carro clonado, está há dois anos pagando esse carro, já provou onde está o outro carro, num depósito recolhido de um Detran em algum Estado do Brasil, não me recordo qual, parece que o Paraná. Ele está pagando as mensalidades, mas não consegue rodar com ele, porque ele não consegue provar que o carro clonado é o outro, não o dele. Como se procede nesse caso? Um proprietário pagou e comprou. Venho da indústria automobilística e sei que há outros meios de encontrar os números que identificam o veículo, sem ser no chassi e sem ser no motor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há.

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP) – Há vários lugares para identificar, mas a população não sabe disso e muitas vezes, num caso como esse. Só vi um, mas há vários carros clonados dessa forma. Esta CPI não tem alcance para isso, mas poderíamos pensar nisso, porque, ao salvar os salvados, ao limpar essa área, poderíamos encontrar também uma solução para resolver o problema.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O importante é procurarmos meios de melhorar o sistema de polícia científica, a perícia, que é quem vai imediatamente, só que a perícia demora talvez mais que o

inquérito. Dou o exemplo de uma vez, quando eu estava no início da Superintendência da Polícia Federal e havia bilhares de inquéritos. Pedi que mandassem uns delegados para fazermos um mutirão para limpar aquilo. Responderam-me que não adiantava, sem o perito não sai o inquérito. Precisávamos de perito, pois o delegado poderia pegar 20 ou 30 inquéritos, mas o perito tem que pegar um por um e fazer a perícia isoladamente. Falta a eficiência de alguns Estados, não de todos.

São Paulo tem uma boa perícia, que funciona dentro do Detran, mas o veículo fica deteriorando, porque ele não consegue retirar. Às vezes apreendem o carro, alguém tem que pagar para ir buscar o carro que é dele. É terrível, não é só pegar o salvado que troca e clona carro com outro roubado, mas as falcatrúas que estão ao redor de tudo isso, porque se alguém legaliza um carro salvado, provavelmente é mais fácil outro tipo de falcatrúas. Tudo isso surgirá ao longo das investigações.

V. Ex^a está com toda razão, é exaustivo fazer uma programação dessas. É uma idéia, mas a qualquer hora podemos modificar e ver o que é mais urgente. Se há um depoimento, pegam-se dois ou três ouvidos em seguida, ou uma acareação, deve-se interromper e intimar com rapidez. Não estou muito preocupado, desconsidero porque o senhor copiou dos filmes, mas isso não é uma exigência que deve ser seguida à risca. Na CPI não se segue à risca, a qualquer momento deve-se interromper, porque pode surgir um depoimento mais importante ou mais grave, uma denúncia grave. Se me permitir, eu diria para a televisão que temos o Disque Denúncia, que é o número 0800-612211. Quem souber de qualquer tipo de falcatrúas nesse campo, a CPI está à disposição para tomar providências.

Concedo a palavra à Sr^a Deputada.

Desculpe-me. V. S^a já terminou?

O SR. DEVANIR RIBEIRO (PT-SP) – Sr. Presidente, creio que poderia contribuir um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em seguida, V. S^a poderá responder a todos os questionamentos.

A SR^a MARIÂNGELA DUARTE (PT-SP) – Sr. Senador Romeu Tuma, Presidente desta CPMI; Sr. Deputado Takayama, Relator; colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, primeiramente, foi muito boa a mudança de horário, sugestão desta Deputada na última reunião, para que possamos dar eficácia aos trabalhos.

Concordo com a necessidade de um cronograma de ação, de um calendário de ações, senão a situação se complica. Dada a vastidão, a abrangência do assunto, poderemos nos perder. É preciso estabelecermos um

objetivo – por isso pedi a palavra –, que se deve basear nos problemas que já sofrem os consumidores.

Qual é a preocupação de dar uma resposta rápida? Por que eu estava preocupada com a elaboração de um calendário e com as diligências? Se, pelo menos, não buscássemos os culpados, poderíamos estancar o problema. Recebo relatos informando o que ocorre em relação ao prejuízo brutal dos consumidores.

Quero dizer que, na semana passada, foi confusa a nossa vinda. Precisamos sair imediatamente para votar, e ficou em cima da mesa – não aí – uma carta. Entreguei documentos ao Relator – como sempre tenho feito –, mas havia um ofício de um Deputado do Mato Grosso – se não me engano –, solicitando: “Se puder, encaminhar ao Relator.” Tive a certeza de que V. Ex^{as} o haviam encontrado. Não pude...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Creio que está até na relação.

A SR^a MARIÂNGELA DUARTE (PT-SP) – Caso não esteja na relação, posso solicitá-lo. Sabia que a Mesa encontraria o ofício.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso dependerá da urgência.

A SR^a MARIÂNGELA DUARTE (PT-SP) – Um Deputado Estadual denunciando... Mas o caso é escabroso.

Quero apenas ressaltar um ponto, seja qual for a metodologia, o encaminhamento da nossa ação, o nosso cronograma de ação. Creio que, ao pautarmos as nossas diligências, o que nos deve dirigir, salvo engano – por isso estou submetendo o assunto ao coletivo da CPI –, é o seguinte: como faremos para dar um estancamento ou um alívio ao consumidor que, nessa questão, me parece ser o mais prejudicado por não ter alternativa? Como não há local adequado para consertar o carro, o consumidor é conduzido a consertá-lo onde não deveria. Estou muito preocupada com essa situação, por se tratar de uma agressão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Presidente relacionado aqui, Sr. Geraldo Luiz Santo Mauro, esteve comigo e conversou sobre esse assunto. Não há uma dicotomia com as empresas de seguro. Porém, há a obrigatoriedade de o cidadão levar o carro para onde querem – não se pode escolher a oficina. Assim, os preços e impostos podem induzir a oficina a comprar no desmanche, o que representa um estímulo ao roubo de veículos.

Esse é um ponto crítico que precisamos analisar para impedirmos a continuidade dessa ação.

A SR^a MARIÂNGELA DUARTE (PT-SP) – Por isso, quis demonstrar a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa também é a minha preocupação. Falei com o Diretor do Departamento de Investigações sobre Crimes contra o Patrimônio de São Paulo, Dr. Godofredo, meu amigo, que disse: “Preciso realizar uma reunião com V. Ex^a, pois sei de fatos gravíssimos.” Cada um de nós, isoladamente, pode buscar essas informações, independentemente da convocação de uma reunião. Irei a São Paulo para que o Sr. Godofredo me forneça os dados. Quando for preciso ouvir o seu depoimento, falaremos com S. S^a para fazê-lo.

Busquemos as informações seguras que eles têm para começarmos os trabalhos. No meu ponto de vista, não julgo correto esperar o término das investigações da CPI para fazer as comunicações. Se ocorrer algum fato, basta comunicar, abrir o inquérito – sem interromper o andamento das atividades –, apresentar projetos e fazer o que for possível.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT-SP) – Sr. Presidente, permita-me interrompê-lo. Nós nos sentimos seguros com a Presidência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigada.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT-SP) – Fico muito feliz em vê-lo exercer essa função. Queria, se V. Ex^a me permitir, também dizer que temos que ter em mente que CPI é um instrumento importantíssimo, mas, muitas vezes, levantam-se suspeitas. Ressalto que não houve tititi, o que me desagrada. Esta Deputada, Vice-Presidente eleita soberamente pelos seus pares, tem um excelente relacionamento com o Deputado Takayama, pessoa que talvez tenha sido a mais empenhada de todas em prol desta CPI. Por isso, é o Relator por mérito. Estamos trabalhando nessa perspectiva. Inclusive, desde muito cedo, que passo às mãos do Relator todos os documentos que posso. Que fique claro o registro oficial da posição do Sr. Deputado. Senão, já se começa a fazer intriga dentro da CPI, o que é muito ruim. Será dirigida por V. Ex^a, patrimônio já reconhecido da vida nacional, uma CPI que vai representar o Congresso. Devemos, pois, ter um comportamento que garanta a respeitabilidade da CPI. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só há um detalhe, Deputada, quanto ao primeiro dia de reunião. Aqui tem de haver harmonia e esta é a minha intenção, para que não haja nenhuma dicotomia que possa prejudicar os trabalhos. O nosso objetivo maior é prestar serviço à sociedade e dance quem tiver que dançar. O importante é que o cidadão acredite no que está sendo feito e saiba que seus direitos estão sendo protegidos.

Antes de conceder a palavra ao Relator, vamos ouvir o Deputado.

O SR. (Orador não identificado) – Serei breve. Em primeiro lugar, também entendi o que temos sobre a mesa como sugestão do Relator calcada evidentemente no material que já reuniu e que estará sujeita à apreciação do Plenário.

Gostaria, todavia, que S. Ex^a incorporasse ao que já inseriu neste texto as proposições do Deputado Robson Tuma que serão encaminhadas a S. Ex^a formalmente, ainda que não possamos deliberar hoje, porque são também uma contribuição importante para o processo. Como não temos **quorum** para deliberação, isso já poderia ser analisado na próxima reunião. Naturalmente não será possível marcarmos a audiência para o dia 17 em Brasília, até porque, como há **quorum** para deliberação, não poderemos ouvir já na próxima semana o Sr. Hugo Leal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não sei se seria possível estudarmos uma forma de reunirmo-nos amanhã pela manhã, porque no Senado, a Ordem do Dia começa às 16h. Daqui a pouco, vão-nos ligar para acorrermos ao plenário. Quer dizer, ficaria interrompida na metade a discussão. Talvez se houver comum acordo, poderíamos marcar um horário pela manhã, pois também não há atividade intensa de Plenário, talvez comissões.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT-SP) – Quarta e quinta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, pode ser terça, pela manhã. Há tempo para todos chegarem. Como os Deputados têm a maioria, poderiam trazer-nos uma proposta mais segura. Peço à Secretaria que se encarregue de tirar cópia da proposta do Deputado Robson Tuma e enviá-la a V. Ex^{as} em uma outra relação que será anexada.

Após a fala do Deputado, encerrarei a reunião. Cada um fará um estudo mais aprofundado do tema.

Com relação à proposta do Deputado Robson Tuma, peço à Secretaria que envie cópias aos senhores em uma outra relação a ser anexada.

O SR. ROBSON TUMA (PFL-SP) – Quem tiver proposta a fazer até a próxima semana que a encaminhe ao Relator, que poderá fazer adaptações ao texto no prazo de 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Deputado para fazer um esclarecimento.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Teremos uma semana para conversarmos com os Deputados, tendo em vista uma pauta completa. Digamos que seja do interesse e da aprovação de todos dispormos na próxima semana de uma pauta definitiva daquilo que pretendemos fazer dentro do chamado cronograma,

que é o que realmente precisamos apresentar. Essa é a minha sugestão, a fim de iniciarmos o trabalho.

Entendo todas as indagações do Deputado Devanir Ribeiro.

Outra sugestão que está sendo feita aqui, Sr. Presidente, é quanto ao nome da CPI. Por estar um pouco longo, poderíamos colocar um nome de fantasia. Creio que o regulamento permite isso. Talvez poderíamos abreviar o nome da CPI por ser muito extenso pelo que foi sugerido por um dos Deputados na reunião passada que disse que estava aprovado, mas não o foi mesmo porque não tivemos uma reunião deliberativa por falta de **quorum** até o momento.

Uma das queixas, Senador Romeu Tuma, é a ausência dos Srs. Senadores. Sabemos do problema que está ocorrendo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu falei com ele para fazer uma carta para cada um dos Srs. Senadores e, provavelmente, estarão presentes na próxima.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Está havendo um desestímulo aos Deputados e alguns estão se queixando. O corredor é longo até a Câmara e tenho que estar ouvindo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se os Deputados decidirem, os Senadores terão que engolir.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estamos aqui é para diligenciar e trabalhar. Quem não vem não pode reclamar depois, mas lá fica um drama como a Ordem do Dia aqui. Quem está inscrito lá fica com problema.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Gostaria de, agradecendo a presença e a benevolência de V. Ex.^a, finalizar minha contribuição apresentando uma sugestão para que possamos, talvez, colocar um nome de fantasia na CPI apenas para abreviar seu tamanho porque com um nome muito comprido acaba-se confundindo. Quem sabe poderia ser chamada de a CPI dos desmanches e seguradoras de veículos automotores para a próxima semana fazermos uma apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O nome já foi definido pelo Plenário.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Está certo. Era apenas um nome de sugestão para...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está fixado e não se muda. Vamos até onde se puder chegar.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Finalizando, entendo que poderíamos ter uma reunião inter-

na, de trabalho, para que possamos elaborar a pauta definitiva e apresentar na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex.^a convoca uma reunião de trabalho privada entre os Srs. Deputados e Senadores que queiram apresentar sugestões em uma mesa redonda.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Podemos sugerir para a próxima terça-feira uma reunião interna para que, durante o dia...?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois, a população tomará conhecimento.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Sem ser esta, na próxima terça-feira, em torno de 14h, faríamos uma reunião interna para definir a pauta definitiva da nossa CPI para que tenhamos não somente um cronograma, mas também um organograma. Dia 23 ou 24. O meu gabinete encaminhará o horário definitivo aos nobres companheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares esperando que, na próxima reunião, possamos elaborar um cronograma mais objetivo sem deixar de informar que as diligências estão nas ruas, fazendo os levantamentos necessários com base nas denúncias apresentadas não só pela TV Globo, mas pelos outros órgãos de informação.

Acreditamos que, com isso, a Polícia Federal com a sua colaboração permanente com a CPI poderá nos enfocar algo mais real e mais palpável para podermos tomar as providências necessários.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h52min.)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2003-CN,
“DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES
COMETIDAS POR EMPRESAS DE SEGUROS,
REVENDEDORES DE AUTOMÓVEIS,
RECUPERADORAS DE VEÍCULOS E OFICINAS
DE DESMANCHE DE AUTOMÓVEIS,
EM RELAÇÃO AOS VEÍCULOS “SALVADOS”,
CONFORME DENÚNCIA DO PROGRAMA
FANTÁSTICO, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO”.**

Ata da 3ª Reunião, realizada em 24 de março de 2004.

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, às dez horas e vinte minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda a presença do Senador Jonas Pinheiro e os Deputados Devanir Ribeiro,

Mariângela Duarte, Mussa Demes, Robério Nunes, Max Rosenmann, Takayama, Giacobbo, Robson Tuma, Leonardo Alcântara, Francisco Appio e Isaías Silvestre, reúne-se Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 12, de 2003-CN, “destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão”. A Presidência indaga ao plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, ficando dispensada a mesma que foi dada como aprovada. A Presidência concedeu a palavra ao Doutor José Leigo, para sua exposição sobre o tema objeto desta CPMI, nesta reunião, para falar sobre o que acontece no Estado de São Paulo. Informando que esta a frente de Detran de São Paulo há cinco anos. O depoente foi questionado pela Presidência e pelo Deputados Robson Tuma, Mariângela Duarte, Giacobbo, Robério Nunes, Max Rosemann, Francisco Appio e Takayama, citou ainda legislação pertinente ao trânsito no Estado de São Paulo, (Lei nº 8520/93), fazendo ainda a entrega de documentos para serem analisados pela Comissão. A Presidência sugere convidar o Diretor do Inmetro para prestar esclarecimentos junto a Comissão o que foi apoiado pelos demais presentes e o Deputado Robério Nunes solicita que quando da vinda do Diretor do Inmetro o mesmo traga cópias dos contratos celebrados com as empresas tercerizadas. O Deputado Max Rosemann, requer que seja oficiado a às Secretarias de Segurança Pública dos Estados, para que as mesmas informe o número de vítimas e assaltos a carros roubados. A Presidência informa ainda que o Diretor do Detran do Rio de Janeiro enviou correspondência informando a impossibilidade de vir no dia de hoje restar seus esclarecimentos, ficando acordado que quando das audiências naquela cidade o mesmo será ouvido, e para constar eu, Francisco Naurides Barros, Secretário, da CPMI lavrei a presente ata que será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Srs e Srs. Senadores, Srs e Srs. Deputados, bom-dia.

Declaro aberta a 3ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 12, destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadores de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos salvados, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão.

Convidamos para colaborar com a CPMI o Sr. José Francisco Leigo, que aqui se encontra, Diretor do Detran de São Paulo. O Sr. José Francisco é um colega com quem trabalhei durante vários anos, conhece profundamente os problemas de trânsito – está no Detran há alguns anos, por mais de um Governo – e sempre respondeu à altura a missão que recebeu em confiança da Direção da Polícia Civil e do Governo do Estado.

Também convidamos o Sr. Hugo Leal Melo da Silva, Diretor do Detran do Rio de Janeiro, que nos mandou o seguinte ofício, que passo a ler:

“Srs. Senadores, honrado recebi o convite para proferir palestra sob o tema desmanche, que ocorre no Estado do Rio de Janeiro, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito presidida por V. Exª no Senado Federal, no próximo dia 24, às 11 horas.

Embora tenha todo o interesse no assunto, vislumbrando a real oportunidade de colaborar na apuração de irregularidades envolvendo veículos, lamento informar não ser possível o meu comparecimento devido a compromissos previamente agendados. Ocorre que, além de Presidente do Detran do Rio de Janeiro, acumulo a Presidência do Conselho Estadual de Trânsito – Cetran, Rio de Janeiro e, no dia 24, pela manhã, estarei dirigindo a reunião quinzenal com todos os conselheiros já convocados, não havendo possibilidade de cancelamento.

No entanto, coloco-me à disposição para aceitar o convite da CPMI em outra ocasião.”

Providenciaremos outro convite. Peço à assessoria que telefone para ele e combine nova data e hora, a fim de não termos o desconforto de não contar com a presença dele.

Indago se é necessária a leitura da Ata da última reunião.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Peço a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Todos os Srs. Senadores têm a Ata sobre a mesa e podem se informar sobre o que pode ou não acontecer.

Deputado Takayama, se V.Exª concordar, farei uma inversão, deixando o Dr. José Francisco proceder a uma exposição preliminar. Depois V. Exª fará os questionamentos que considerar convenientes.

O orador falará sobre o problema da fiscalização dos desmanches, sobre como conseguiram, no caso dos carros salvados, vender o chassi e obter a documentação para legalizar um carro roubado, por meio da clonagem, endossada pela documentação.

Concedo a palavra ao Sr. José Francisco Leigo

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Bom-dia. Sentimo-nos muito honrados por participar, junto com

os Srs. Senadores, desta reunião, para falar sobre o que acontece no Estado de São Paulo.

Estou no Detran de São Paulo há cinco anos. Chegando lá, em 1999, deparei-me com a introdução do novo Código, que passou a vigor em 1998. Esse Código, idealizado pelos Srs. Legisladores, trouxe inúmeras modificações e inovações. É um Código efetivamente moderno. Claro é que materializar tudo aquilo que o legislador pensou não é muito fácil, pois demanda um esforço muito grande no sentido de convencer não só as estruturas que vigiam, mas também a outros de que poderemos inovar, a fim de alcançar esse desiderato. Já alcançamos muito; a troca de placas, a nova carteira de habilitação com fotografia e uma série de outras coisas, tais como pontuação, são inovações que esse novo Código trouxe.

Dentro desse quadro, vamos centrar o tema em desmanches. Por que dos desmanches? Existia toda uma estrutura e o art. 330 do Código define:

“Art. 330 – Os estabelecimentos onde se executem reformas ou recuperações de veículos e os que comprem, vendem ou desmontem veículos, usados ou não, são obrigados a possuir livros de registro do seu movimento de entrada e saída, de uso de placas e experiência, conforme modelos aprovados.”

E elenca todos esses livros, porém não disse que o Detran teria obrigação de fazer essa fiscalização.

Certa feita, quando Corregedores do Detran, participamos de algumas fiscalizações nesses denominados desmanches e foram aplicadas penalidades por irregularidades.

Para nossa surpresa, essas irregularidades que foram apontadas não foram melhoradas nem essas multas foram recolhidas. Depois de mais de dez anos, essas multas voltaram para o Detran, agora com a informação de que elas tinham sido registradas na dívida ativa do estado para serem cobradas.

Daí os senhores vejam que não é bem o Detran que deveria fazer essa fiscalização. De qualquer forma, estamos atentos.

A regra era a seguinte: os veículos que foram declarados com perda total, para serem recuperados, deveriam ter um certificado de uma empresa credenciada pelo Denatran e fiscalizada pelo Inmetro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem uma perícia também?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Essa é a perícia. O que o Detran de São Paulo fez foi atender exatamente àquilo que estava estabelecido. Os órgãos fiscalizadores, que seriam o Denatran e o Inmetro, apresentariam um documento que permitiria que aquele carro que estava registrado no Detran com perda total

fosse recuperado, feita uma vistoria, ainda que rápida, pelo próprio Detran.

As coisas continuaram dessa forma, até que o Denatran resolveu que não mais teria essa responsabilidade de credenciar as empresas que eram fiscalizadas pelo Inmetro. Temos uma portaria conjunta, que é a Portaria nº 1, de 26.11.2002, em que o Inmetro e o Denatran acordam que somente o Inmetro é quem vai credenciar os órgãos para fazer essas inspeções e que o próprio Denatran não teria mais responsabilidade nesse sentido.

Com isso mudou aquilo que era tido como algo que pudesse ser mais fiscalizado. E eu trouxe este documento, vou passar ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia deixar conosco uma cópia?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Sem dúvida, eu trouxe essa portaria para deixar com o senhor. Temos hoje, e vou também deixar com o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso é só com São Paulo, os outros estados...

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Não, não, esse aqui é para o Brasil todo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para o Brasil todo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – É uma portaria conjunta do Denatran e do Inmetro em que se estabelecem essas normas. Então, vou passar ao Sr. Presidente, assim como um relatório...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou pedir cópia para todos os membros.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – ...de todos os órgãos credenciados no Brasil e, em especial, de São Paulo. Esses órgãos são os autorizados.

Houve questionamentos, em determinado momento, pelo Ministério Público, que dizia que o Detran de São Paulo deveria fazer a fiscalização desses órgãos, o que refutamos, porque não havia nem embasamento legal para que essa fiscalização fosse feita.

As coisas continuaram normalmente até que surgiu – talvez eu tenha passado alguma coisa – o problema do Fantástico...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se for necessário, temos o filme.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – ...que causou um clamor público. O Detran de São Paulo, de uma certa forma, tentou minimizar esse impacto. Editamos uma portaria, que foi comunicada ao Denatran, estabelecendo alguns requisitos segundo os quais no certificado daqueles veículos que em São Paulo fossem recuperados estariam inseridas duas palavras: recuperado e salvo.

Isso foi feito e, para nossa surpresa, houve uma queda de 50% quase que imediatamente naquela mesma semana de demanda. Havia, suponhamos, 100 veículos por dia pedindo esse tipo de registro, essa baixa, e as coisas mudaram, passando a ser 50, 40 por dia.

Procuramos saber o que estava acontecendo e tivemos a notícia de que os interessados não mais fariam isso em São Paulo, porquanto haveria no documento essas duas palavras, então procuravam outros Estados onde isso ainda não tinha sido implantado.

A vida continuou, e houve o caso de uma empresa que questionou o problema, porque tinha comprado vários carros de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Companhias de seguro?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – ...leiloeiros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Originários de companhias de seguro?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Originários de companhias de seguro que concordavam com a forma como o Detran tinha feito essa portaria, mas que estavam pedindo na Justiça que o Detran reconhecesse que os veículos adquiridos antes da portaria ainda gozavam dos efeitos do procedimento anterior. Então houve um questionamento na Justiça, a empresa é a Nova Arnault Veículos Ltda. que peticionou isso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É de São Paulo?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – De São Paulo.

Peticionou isso junto à 12ª Vara da Fazenda.

O juiz recepcionou esse pedido, não deu a liminar e pediu informações ao Detran, que as prestou. Vou deixar com o senhor as informações prestadas pelo Detran ao juiz, que ainda não sentenciou.

Com o passar do tempo, a nossa portaria estava vigendo, o Denatran estava sabendo. Viemos a Brasília e, numa reunião com os integrantes do Denatran, expusemos essa portaria. Não tenho certeza se foram dois Estados que copiaram essa portaria. Quanto a um deles, tenho certeza, que é Mato Grosso do Sul.

Algumas pessoas disseram que a portaria era muito boa, porque o usuário, aquele que compra o carro, saberia da condição do veículo, enquanto os negociantes de carros argumentam que essa informação abaixaria o preço.

Nessa portaria, cuja cópia vou passar ao senhor, está bem clara a preocupação com aquele que vai adquirir o veículo, que saberá que se trata de um salvado. Houve muita queixa de que pessoas que adquiriram esses veículos sem essa inserção procurariam as com-

panhias de seguros que não mais segurariam esses veículos. Companhia seguradora alguma faz seguro de salvados ou de recuperados.

Em seguida, houve o requerimento de um promotor da cidade de Americana, que questionou a legalidade da portaria. Prestamos todas as informações por intermédio do Ministério Público.

O Promotor Oriel da Rocha Queiroz, de Americana, questionou a validade da portaria, argumentando que o Diretor do Detran não teria amparo legal para estabelecer uma portaria, pois essa competência seria da esfera federal.

Porém entendemos – e a nossa portaria é bastante clara – que não ofendemos o que está definido na legislação federal, mas, diante do clamor que houve naquela ocasião, tentávamos, em São Paulo, proteger, de certa forma, o usuário ou consumidor.

Prestamos todas as informações, que estão aqui também, as quais passarei às suas mãos, para que os senhores tenham uma idéia do que aconteceu.

A partir dessa representação, o Ministério Público de São Paulo resolveu mover uma ação civil pública contra o Estado nos mesmos termos em que foi feita essa representação.

O Dr. Sílvio Antônio Marques requereu ao Juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública e, segundo os argumentos do Promotor, estaríamos usurpando alguma coisa. Diz ele em determinado momento que:

“Em suma, apesar da suposta intenção do Diretor do Detran de proteger os consumidores...”

Mas não se trata de suposta intenção de proteger; a intenção é objetiva.

Recebemos essa representação, prestamos as informações e, para nossa surpresa, depois o Ministério Público entrou com essa ação civil pública contra o Estado.

Nessa ação civil pública, o juiz, em seu despacho, diz o seguinte:

“Embora dentro dos limites da cognição sumária, a petição inicial é apoiada no basilar princípio da legalidade, o qual foi, em tese, quebrado pelo ato da autoridade pública [que seríamos nós], posto que, ao fazer uso da portaria capaz de ferir direito subjetivo, é sólido reconhecer-se que houve ilação no uso do aludido ato administrativo, o qual tem feição essencial direcionada a exprimir determinação geral ou especial vazada em lei autorizadora, hipótese incorrente, uma vez que a lei não autoriza que o delegado de trânsito possa criar norma jurídica federal.

Outrossim, ainda que se reconheça a razoabilidade da eventual vis que movimentou o ânimo do administrador público, ainda assim não há razão jurídica

capaz de permitir a sobrevivência do aludido mandamento normativo.

Assim sendo, em latente presença dos requisitos substantivos, concedo a liminar, a qual requerida no item “b” [que era a suspensão imediata da inserção de qualquer palavra nos certificados].

Feito isso, tomamos as cautelas devidas e suspendemos toda a inserção, o que está sendo feito.

A demanda aumentou, voltou ao que era. Posso afirmar a V. Ex^{as} que o Detran não insere mais nenhuma palavra, nem “recuperado” nem “salvado.” Porém, nos arquivos da Prodesp, estão inseridos todos os casos em que foram feitos os requerimentos. Esses carros são recuperados, salvados e documentados sem que se usem essas duas palavras.

Era mais ou menos isso que queria dizer a V. Ex^{as}. Nós, de São Paulo, não temos a pretensão nem a petulância de querer legislar, mas o clamor público naquela ocasião fez com que todos ficassem sem saber exatamente o que fazer, porque não havia qualquer legislação a respeito. Assim, tivemos que nos antecipar e fazer isso.

Existe essa liminar que não foi julgada. Passo a esta digna Comissão mais esse documento.

Com relação à fiscalização, ela não tem sido feita por motivos óbvios. Existe uma lei em São Paulo que designou o Deic para fazer essa fiscalização. Essa lei também está aqui. Se V. Ex^a quiser, posso passá-la às suas mãos. Trata-se a Lei nº 8.520, de 29 de dezembro de 1993, cujo Decreto nº 40.988, de 13 de julho de 1996, estabelece normas de fiscalização.

Vou ler um trechinho:

“No Município de São Paulo, as seguintes unidades:

a) perante a 2ª Delegacia da Divisão de Investigações sobre Crimes contra o Patrimônio, Depatri, os estabelecimentos que atuam no comércio de fundição de ouro, metais nobres, jóias e pedras;

b) perante a 3ª Delegacia de Polícia da Divisão e Investigações sobre Furtos, Roubos de Veículos de Carga, Devecar, do Departamento de Investigação de Crimes contra o Patrimônio, Depatri, os estabelecimentos de revenda de peças usadas de veículos automotores.”

Essa é a lei e esse é o decreto que normatiza essa atividade. Esse é mais um documento que passo às suas mãos.

Estou aqui à disposição de V. Ex^{as} para tentar, de certa forma, esclarecer o que acontece efetivamente em São Paulo.

Por ter São Paulo 50% da frota nacional, se os senhores entenderem que deva ser feita alguma coisa, estamos de braços abertos para receber e dar

andamento a qualquer sugestão, alguma lei, decreto, resolução do Denatran ou do Contran, para que possamos trabalhar com mais tranquilidade e também prestar um serviço melhor à população que reclama dessa condição.

Temos expectativa de que o juiz decida, e o que devemos fazer é cumprir a lei. Por enquanto é só. Estou aqui às suas ordens.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não sei se V. S^a poderia acrescentar como é o procedimento do seguro quando o carro sinistrado tem perda total, se há obrigação de fazer alguma comunicação ao Denatran, ao Detran.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Não, as comunicações de perda total ou perda de média monta são feitas pela Polícia Rodoviária, a polícia que atende o local. Ela é obrigada a comunicar ao órgão, que é o Detran.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o certificado de propriedade perde o seu valor?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Não. Registramos...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Só para esclarecer. Quem decreta a perda total é a seguradora, não é a autoridade policial, porque quem vai pagar é a seguradora. Muitas vezes, inclusive, há briga na Justiça porque o dono do carro, que faz o seguro, quer que haja perda total e a seguradora entende que não deve ser dada perda total. O senhor disse que a autoridade policial, seja ela rodoviária ou não, é quem decreta. Quem decreta não é o seguro?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Não, creio que estou me equivocando e talvez o senhor não esteja entendendo.

Nos casos de acidentes de trânsito, existe uma determinação de que a Polícia que for lá é que vai avaliar se aquele dano é de pequena, média ou grande monta e é obrigada a comunicar ao órgão executivo do Trânsito. Nós recebemos isso e registramos que aquele veículo tem grande, média ou pequena monta. A seguradora não faz esse tipo de comunicação ao Detran.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Teria obrigação de fazer.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Elas teriam a obrigação de fazer.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Então, eles dão perda total ao carro, mas não comunicam ao órgão responsável para dar baixa no carro. É isso?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Exatamente.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – É bom anotar isso, Relator, para inserir no relatório final a obrigação de se comunicar.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – A obrigação existe; o que não existe é a efetiva comunicação. Agora, o que recebemos são os casos que geram alguma polêmica. Houve um acidente na Rodovia Anchieta. O guarda rodoviário faz a avaliação e diz: esse veículo teve grande monta e comunica ao Detran. Simplesmente inserimos isso no extrato daquele veículo, porque ele não poderá mais ter documentação sem que nos apresente um laudo de uma dessas empresas que fazem vistoria. Apresentado o laudo, não vamos questionar se ele é válido ou não. Existe a obrigação do Detran, e nessas empresas estão expedindo certificados que não condizem com a verdade. Não nos cabe fazer esse tipo de fiscalização.

O SR. GIACOCO (PPS – PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Está aberto para fazer perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Primeiro, com a palavra o Relator. Em seguida, os inscritos.

O SR. GIACOCO (PPS – PR) – Por gentileza, para mantermos um cronograma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para manter a ordem aqui.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero agradecer nesta ocasião o Dr. José Francisco Leigo pela sua presença, que nos trouxe esclarecimentos na pauta de hoje a respeito de como funciona o Detran.

Se entendi direito, ao Detran não cabe fazer as investigações. Existem lacunas na legislação e o Detran não faz investigações, que dizer, não é obrigado a fazer. Perguntaria...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desculpe, mas não é investigação, e sim fiscalização.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A investigação é própria da polícia.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Nesse caso, então, ao Detran não cabe investigar absolutamente nada; não fiscaliza, mas poderia investigar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo que entendi, fizeram a fiscalização, autuaram, ninguém pagou a multa; dez anos depois voltou como inscrita na dívida pública, porque não deram cumprimento e não houve execução dessas multas. Não anularam as multas; apenas não tomaram conhecimento. Depois tem que haver força-tarefa com a Receita para fazer esse tipo de fiscalização.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Fora isso, houve a lei e o decreto que passei ao senhor que estabelece exatamente quem deve proceder a essas fiscalizações.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Só um aparte, se possível.

O Código Nacional de Trânsito é claríssimo: isso é competência. Aliás, puseram multa no cidadão de todas as qualidades. Ninguém precisa dizer que está desaparecido porque, na verdade, as multas de trânsito seriam exatamente para educação no trânsito, para sinalização viária e para aparelhamento dos órgãos de fiscalização.

Ora, se o Estado de São Paulo, em 1993, edita uma lei e passa para o DEIC, isso é competência federal. A lei parece-me flagrantemente inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele deixou aqui a cópia da lei.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Penso que ela tem que ser questionada com uma ADIN, porque a competência é federal pelo Código Nacional de Trânsito.

Obrigada pelo aparte.

O SR. TAKAYAMA – Na reportagem do Fantástico, do dia 10.08.03, o programa mostrou diversas irregularidades no comércio do Rio e de São Paulo. No programa seguinte, do dia 17, foi informado que a Polícia do Rio de Janeiro realizou investigação durante a semana, confirmando as denúncias uma a uma. Não só encontrou veículos adulterados como efetuou prisões como a do empresário Armínio da Silva Santana Ruas e do funcionário Valmir José de Almeida, apesar de ter sido noticiado que o Rio de Janeiro possui somente 18 lojas cadastradas de veículos salvados. O que me assusta é que em São Paulo, existem 340 e o Diretor do Departamento de Investigações Criminais de São Paulo informou ao programa que foi realizada operação policial e que não encontrou nenhuma irregularidade. É um absurdo!

Contudo, o empresário Mário Arnault, que V. S^a comunica aqui, da Nova Arnault Veículos, uma das duas lojas mostradas no primeiro programa, declarou que não recebeu nenhuma visita da polícia. Então isso nos assusta.

Pergunto: diante dessas informações, V. S^a tem conhecimento de alguma investigação nessas lojas de salvados feita pela polícia de São Paulo? Caberia, no caso – repito para ficar bem claro –, ao Detran auxiliar nessas investigações?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Estou trazendo a V. Ex^{as} um dispositivo de uma lei estadual e um decreto regulamentando essa lei em que se estabelece quem deve fazer esse tipo de fiscalização. Então, não

é o Detran de São Paulo que vai fazer esse tipo de fiscalização, mesmo porque estaríamos, assim, incidindo em alguma coisa que não seria legal para nós.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só para esclarecer essa questão.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A lei, que era do Governador Fleury à época, foi regulamentada pelo Governador Mário Covas, a que a senhora fez referência. Aqui designa quais são os órgãos competentes citados na lei e na regulamentação para registro e investigação.

Na capital, realmente é a 2ª Delegacia de Polícia, a Divisão de Investigações do Depatri, e no interior são as divisões de crimes contra patrimônio.

Aqui se estabelece como proceder. Era o Depatri, Departamento de Patrimônio, que realmente...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – São anteriores ao novo Código.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Código é de 1996.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O nosso intuito não é apenas a investigação até onde for possível, como também estancar um processo que é criminoso. Então teremos que analisar, primeiro, a compatibilização de leis. Pelo Código Nacional de Trânsito o Denatran e os Detrans são os responsáveis. Pelo o que eles cobram hoje de multa de todos nós, não haveria órgão da fiscalização que não estivesse aparelhado, se fosse cumprido o Código.

Então, é a primeira coisa que quero pedir, porque penso que é também papel da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas está tudo terceirizado, Deputada.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deve ter gente ganhando muito dinheiro, e o Estado praticamente...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Exatamente.

Com a experiência do nosso querido Senador Romeu Tuma, Presidente desta CPI, já discutimos que queremos também proposições para estancar o processo; um novo tempo, um novo momento.

A primeira sugestão que gostaria de fazer é que houvesse uma consulta pelo Senado e pela Câmara, a pedido da CPI, para saber se existe uma flagrante inconstitucionalidade. Se houvesse, proporíamos uma ADIN, porque me parece completamente inadequado em relação ao novo Código Nacional de Trânsito, que já não é tão novo. Mas essas leis precedem o novo Código.

Seria uma primeira sugestão para uma pauta propositiva, a fim de que mudemos também. Que não faça só a fiscalização, mas que se altere aquilo que não está sendo cumprido e deveria ser.

Obrigada.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Concluindo o pensamento da Maria Ângela, Dr. José Francisco, perguntaria se poderia, a equipe técnica e V. S^a, auxiliar na elaboração de uma legislação mais completa, porque, devido a essas lacunas, há dificuldades para que o crime organizado seja combatido.

Hoje, por exemplo, qual é o procedimento – gostaria de conhecer maiores detalhes – para a baixa de veículos acidentados com perda total, sejam segurados ou não? V. S^a diz que há veículos com perda pequena, média e de grande monta, que as seguradoras deveriam fazer essa comunicação, mas penso que deveria haver um mecanismo que as obrigue para que isso seja feito.

Pergunto: o Detran possui dados e controle desses veículos todos? O Detran exerce algum controle, por exemplo, sobre as lojas de salvados? Quem cadastra essas lojas?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Não é o Detran, porque essas lojas exercem um comércio natural e não perguntam ao Detran se podem ou não abrir.

Conforme o que estabelece o novo Código também, com todo respeito ao que a senhora falou, não se indica que o Detran deva fazer alguma coisa nesse sentido. Estamos à mingua de legislação que nos dê amparo legal; os órgãos maiores, Denatran ou Contran, deveriam nortear todo o sistema nacional de trânsito, abrangendo todo o Brasil.

Nesse caso do Fantástico, houve um clamor público. Se o Detran de São Paulo não se antecipasse para fazer alguma coisa, ficaríamos de braços cruzados. Fizemos alguma coisa, o primeiro juiz disse que não dava a liminar e tampouco a empresa que estava requerendo reconhecia a validade da nossa portaria, mas queria, tão-somente, que aquelas transações que havia feito, de compra de veículos registrados de companhias de seguro antes da portaria, não obedecessem às exigências da portaria.

Com relação à portaria, nós a fizemos e comunicamos com todos os itens ao Denatran. Viemos aqui em Brasília, explicamos que a situação era clamorosa e que era preciso fazer alguma coisa. Está aqui: explicamos ao Presidente do Denatran, Dr. Ailton Brasiliense Pires, os motivos pelos quais estávamos fazendo isso. No entanto, houve essa ação cível pública e nós suspendemos tudo.

Mencionei que o Detran tinha feito fiscalizações em várias lojas que vendem esse tipo de peças recu-

peradas, etc. Por acaso, voltou tudo isso agora, em 2004. São processos de 1992, 1989, 1991, de multas que foram submetidas ao resultado da fiscalização que o Detran fez; são todas essas aqui. Nenhuma delas foi paga e nenhuma loja dessa foi fechada.

Estamos à míngua de uma legislação que nos dê amparo legal para fazer alguma coisa. Há o art. 330 do novo Código e a Resolução nº 11, que estabelece critérios para a baixa de registro de veículos, bem como os prazos de sua efetivação, a Resolução nº 25, também do Denatran, dispõe sobre as modificações de veículos e dá outras providências. Aqui está elencada uma série de regras para que o Inmetro e essas empresas que fazem vistorias possam viver. Passo tudo isso para os senhores, se quiserem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputada Mariângela, só um esclarecimento. Talvez o Dr. Leigo possa me ajudar.

Tenho impressão de que a edição desses decretos não tem o objetivo de fiscalizar as empresas, mas de controlar a possibilidade de identificar furto e roubo de peças, porque o decreto estabelece tudo aquilo que pode ser desmontado, produto de roubo. Como cresceu muito o roubo de ouro nas ruas e o desmanche funcionava quase de imediato, onde se derretiam as jóias, começou-se a obrigar para a investigação. Então havia um controle, não para intervir no processo regular de fiscalização e de funcionamento da empresa.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Seria interessante a observação do Diretor do Detran de São Paulo, que falou reiteradas vezes sobre a míngua da legislação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos conversar com ele para ter sugestões, e já podemos encaminhar alguma coisa.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Dr. Leigo, a imprensa aqui presente está perguntando se é possível obter uma cópia da lei estadual e do decreto mencionados pelo Diretor. Podemos fornecer-lhe uma cópia?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Pode. Isso é público.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Então, a imprensa já pode ter acesso a ela.

Farei duas ou três perguntas, na sequência, para já eliminar a minha pauta.

Na reportagem do Fantástico, um vendedor Ciro de tal..., da Ideal Veículos de São Paulo, mostrou como são regularizados os documentos dos veículos roubados que são colocados sobre os chassis salvados. Ele disse o seguinte: “Basta levar o veículo reformado no órgão credenciado, a um custo de R\$80,00. Inclusive, a firma também é nossa”. E foi dito o nome da firma. É a CTZ de Guarulhos.

Não cabe ao Detran investigar, mas pergunto: diante dessa fraude – creio que todos nós devemos participar dessa situação para buscar uma solução; já que na vistoria dos veículos está havendo fraude, cabe a questão do Detran –, o Detran já participou de alguma orientação ou mudança no procedimento ou de uma investigação interna?

No programa seguinte do Fantástico, foi informado que a Polícia de São Paulo descobriu uma rede de despachantes e funcionários públicos que trabalhavam para a quadrilha do Jean Francisco Loti. Esta quadrilha, inclusive, assassinou o empresário Ovídio Rodrigues, de Jundiaí, ao roubar-lhe o carro para ser usado num “salvado” comprado pelo Jean, igual ao do executivo.

O Detran tem conhecimento dessas quadrilhas, muitas vezes inseridas, segundo ele, dentro do próprio órgão e investigou o envolvimento dos despachantes e desses funcionários com a quadrilha? Em São Paulo, os despachantes são cadastrados pelo Detran? Houve outras denúncias dessa natureza? Que medidas que o Detran tem adotado para coibir tais ilícitos?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Em primeiro lugar, os despachantes não são fiscalizados pelo Detran. Existe um órgão dentro da Secretaria de Segurança Pública, que é o Setor de Fiscalização de Despachantes, que está subordinado a um Departamento chamado Dird – Departamento de Investigação de Registros Diversos.

Com relação a documentos ou a atividades do despachante dentro do Detran, sempre tivemos o cuidado e estamos quase que todos os dias... Temos lá uma Divisão de Crimes de Trânsito em que, inúmeras vezes, aparecem despachantes para tentar registrar algum veículo que é irregular e nós o prendemos. Fazemos o inquérito e tomamos todas as providências de Polícia Judiciária.

Com relação às empresas, não questionamos se... Dentro dessa relação que eu dei ao Sr. Presidente, existem em São Paulo 13 empresas que foram credenciadas pelo Denatran e são fiscalizadas pelo Inmetro. Não temos capacidade de pôr em dúvida uma empresa que é fiscalizada pelo Inmetro, mesmo porque não temos como fazer alguma coisa. Comunicar? Comunicamos, mas as coisas fogem da esfera de vigilância do Detran de São Paulo.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Nesse caso específico que eu mencionei, da GTV e desses funcionários que trabalham dentro do Detran, nenhuma medida foi tomada por enquanto? Porque a denúncia foi feita.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – A denúncia foi feita, mas eu não recebi nada dessa denúncia,

nem de que funcionário se trata. Estamos acautelados, estamos atentos e eu posso lhe assegurar, com toda sinceridade que estamos no sexto ano de Detran, que é uma repartição complexa e difícil. Nosso Presidente sabe o que é o Detran, no entanto estamos lá. Por quê? Estamos tentando melhorar a imagem do Detran, tentando modernizá-lo, informatizá-lo e tenho certeza de que o senhor não tem ouvido falar mais em multas que sobem em São Paulo, quadrilhas de multas etc.

Temos atualmente o problema de inovação do Código, que estabeleceu a pontuação. Mas a inteligência do homem é algo fantástico. O que descobrimos?

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Principalmente do brasileiro, o poder de adaptação.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Exatamente. Ao declinar nomes de motoristas, inseriram nomes de pessoas que já estavam mortas. E nós levantamos tudo isso, tanto assim que agora o INSS vai nos franquear o cadastro dos mortos para que possamos inibir esse movimento.

Saiu no noticiário outro dia que o Detran de São Paulo ia obrigar que os motoristas com mais de oitenta e cinco anos se recadastrarem; não é nada disso. Simplesmente estamos inibindo todo o prontuário daquele que tenha mais de oitenta e cinco anos e que não tenha renovado a sua carteira de habilitação. Só isso. Para quê? Para que não seja inserida pontuação. Houve um caso concreto feito pelo Detran. Fomos à casa da pessoa e a esposa disse que o marido tinha morrido em tal data; como ele poderia ter multa? Verificamos que era do vizinho. É algo meio...

Cabe aos senhores, que são os legisladores, averiguar isso tudo para nos ajudar, a fim de que possamos cercar cada vez mais. Estamos fazendo levantamentos – e é fácil porque está tudo informatizado – dos casos em que havia essa fraude. São mais ou menos dezenove Siretrans cujas transações feitas para os condutores de fora são significativamente maiores do que as da cidade.

Então a imaginação para criar fraudes é muito grande. Nesse campo, existe todo um interesse econômico, e muito grande, diga-se de passagem. O que precisamos? Quando existe um veículo com perda total, esse carro não vai mais circular; ele vai ser compactado e acabou, morreu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deve-se emitir uma certidão de óbito.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Exatamente, mas isso não está previsto na legislação e nós não podemos fazê-lo. Tanto assim que se o Detran de São Paulo, por intermédio de seu Diretor, preocupado com algo mais, faz uma portaria... Houve agora uma liminar e tivemos que tirar isso do ar, então como ficamos? E

é flagrante que a demanda de interessados, por intermédio de despachantes, aporte ao Detran. Fugiram e agora voltaram novamente, depois da liminar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a disse que com a sua portaria caiu o número de pedidos de registro. Com a liminar dada pelo juiz a requerimento do Ministério Público, esse número voltou a crescer?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Voltou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não caberia uma boa investigação sobre esses pedidos novos?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Mas nós não temos o que fazer, estamos de mãos atadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se V. S^a mandasse uma relação para a CPI, nós poderíamos fazer diligências, acompanhados das autoridades policiais.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Se os senhores quiserem, nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queremos, sim. Seria interessante.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Mas são números muito grandes, porque temos que levantar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sua visão policial pode nos pinçar algumas coisas que são mais suspeitas, o que facilitaria. Assim, poderíamos diligenciar junto a essas empresas.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Mas o que seria interessante para os senhores? Nós levantarmos o veículo? Isso não vai resolver.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com relação ao carro salvo ou perdido, pela nossa experiência na Polícia, eles os querem só por causa da documentação e do número do chassi. O resto é para jogar fora, porque daí coloca-se um carro roubado em cima e está sendo usado. Não precisa nem constar que é salvo ou não, porque o sujeito compra. Provavelmente nenhuma informação é passada ao Detran para controlar a recuperação do veículo. Eles põem uma carcaça em cima, nova, de um carro roubado...

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Mas o Detran não registra nada sem que haja um certificado que é feito por poucas empresas. No Estado de São Paulo, são treze empresas que fazem isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se a companhia de seguro não repassar para o Denatran que foi sinistrado, que houve perda total e der baixa no veículo, ele repassa para o leiloeiro e vende com o certificado atual. Então, não existe registro novo. Fica prevalecendo um bloco que não é possível controlar.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Tenho aqui: divisão de registro e licenciamento, sinistrado e recu-

perado. Na vigência da portaria – na minha portaria –, eram procurados trinta veículos sinistrados por dia.

Durante a vigência da liminar suspendendo a portaria: quarenta e sete.

Então, a tendência sempre é aumentar, porque não mais está inserido esse...

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Estamos aqui, Sr. Presidente, tentando ajudar os órgãos e esperamos...

O SR. GIACOCO (PPS – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Parece que vai haver votação no plenário. Gostaria de fazer algumas perguntas, para sermos um pouco mais rápidos.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Creio que poderemos intercalar, Sr. Presidente, quando houver votação. O pessoal vai e volta.

Como Parlamentares, em resposta ao clamor da população, devemos buscar uma saída junto aos órgãos. E é por isso que estamos aqui.

Estamos trazendo diversas denúncias que não são nossas. Já estão abertamente mostradas pela reportagem. Assim, acreditamos que é nesse esforço conjunto que vamos encontrar a solução.

Mas ainda existe a questão dos leilões. Estive, nesta semana, camufladamente, num leilão no Paraná e percebi, por exemplo... Em São Paulo, são realizados, Sr. Presidente, pelo menos três leilões de veículos diariamente, onde são vendidos em média 700 carros sinistrados, oriundos das seguradoras.

Como sabe V. S^a, esses veículos só podem voltar a circular caso tenham sofrido danos de média monta para frente. E, conforme denúncia do programa do Fantástico, as seguradoras, para venderem em leilão os veículos que sofreram perda total, reclassificavam-nos para danos de média monta. O perito que acompanhou a reportagem ao leilão identificou diversos carros irrecuperáveis em oferta. Um deles era um pálio, um dos veículos recuperados, da Brasil Veículos, em que faltava até o motor.

Nessa questão dos leilões, o Detran fiscaliza também?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dá os certificados.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Só os certificados. Encerro aqui, na certeza de que V. S^a está desejoso de colaborar com sugestões para aperfeiçoarmos as normas e os procedimentos de controle da administração pública em relação aos veículos salvados.

Acredito nisso e espero que possamos, com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, colaborar com a formulação de uma legislação mais moderna para

mudar algumas questões, como V. Ex^a aborda, diante das dificuldades.

Há a fiscalização de leilões pelo Detran? E se não couber ao Detran essa fiscalização, que órgão deveria fazê-lo? E o que poderia ser feito, no entendimento de V. S^a, para punir essas irregularidades não somente na questão dos leilões, mas também em relação aos desmanches, para elaborarmos, diante desse diagnóstico, com um cardápio de ações nas quais poderá estar inserida a mudança da legislação, para que possamos dar maior segurança à população?

Desde já agradeço a paciência de V. S^a.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Tentarei responder a V. Ex^a rapidamente.

O Detran estabeleceu em uma portaria uma regulamentação para os leiloeiros. Mas estamos visando os leiloeiros de veículos que vão a leilão em razão de terem sido apreendidos no pátio do Detran ou nas Prefeituras. Não fazemos esse tipo de fiscalização, mesmo porque quando o leiloeiro oficial faz um leilão de ônibus e caminhões ele não nos pergunta se isso pode ser feito.

Por exemplo: se houver um acordo entre o leiloeiro e o proprietário de um carro salvo para que o primeiro não comunique o fato ao Detran, isso não ocorre. Creio que, de certa forma e com uma grandeza excepcional, temos de fechar isso tudo. Nós estabelecemos regras dos leilões que são feitos pelo Detran.

Na última vez fizemos um leilão de 6.500 veículos foi muito bom. Com esse número de veículos, não se ia nem para frente nem para trás no pátio. A grande maioria desses veículos estava há mais de oito anos no pátio à disposição da Justiça. Nessas circunstâncias, temos que pegar alguém mais insano e resolver o problema.

Fizemos um arrazoado, fomos à Justiça e explicamos que não queríamos ordem para fazer o leilão, mas que íamos fazê-lo e que estávamos comunicando. Fizemos esse leilão para limpar o pátio da Presidente Wilson, onde estavam esses 6.500 veículos. Alguém reclamou? Ninguém.

Às vezes o administrador tem que ser meio louquinho, porque árvores nascendo por dentro dos automóveis não resolvem nada.

Desculpem-me, às vezes sou um pouco prolixo.

Penso que deveria haver legislação aplicável aos veículos apreendidos por problema de polícia, estabelecendo prazo para seu leilão, já que para os veículos apreendidos por problemas administrativos o prazo é de noventa dias.

No decorrer do tempo, os veículos passam a ter menos valor. Se for feito um leilão, os veículos não valem nada, porque viraram sucatas.

É mais ou menos isso. Não sei se lhe respondi. Quero dizer a V. Ex^a que estou às suas ordens. O Detran é um órgão aberto e está bem moderno. Estamos carentes de algo que nos auxilie a tomar uma providência, e não apenas no que se refere às multas e à fiscalização que nada resolveu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra, o primeiro inscrito, Deputado Robson Tuma.

A Deputada Mariângela ficou na lista. S. Ex^a havia pedido prioridade, mas para não criar nenhum incidente...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Cedo meu lugar à Deputada.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Agradeço a gentileza dos meus colegas, do Senador e do Relator. Cumprimento o Dr. José Francisco Leigo, Diretor do Detran de São Paulo, meu Estado, que tem a responsabilidade de nos situar no caso.

Vou lhe perguntar algumas questões. Sinto-me no dever de colocá-las. Antes, quero fazer uma observação: a se dar crédito às estatísticas divulgadas **on-line** pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo – para haver propaganda, pois sabemos que o Secretário é provável candidato –, são números a serem averiguados. Mas é um dado oficial da Secretaria que temos que tomar como verdadeiro até prova em contrário.

A primeira questão é a seguinte: vale a pena investigar? É impressionante como as coisas acontecem neste País. Um empurra para o outro. A responsabilidade deixa como está, e as coisas vão piorando. Por exemplo, temos em mãos as estatísticas da Secretaria de Segurança Pública que provam que temos mesmo que perseguir essa rota. Diz o seguinte: “Cai o roubo de veículos em 2003”. O período é exatamente logo após a série de denúncias feita pelo Fantástico. Calculem como deverá cair, se Deus quiser, se nós realizarmos uma excelente investigação. Diz a estatística:

Caiu o roubo de veículos, em 2003.

No ano passado, a polícia registrou redução de 6,81% nos registros de roubo de veículos no Estado com relação a 2002. Na capital, houve queda de 6,54%, e, no interior, o número de veículos roubados caiu 0,21%.

Comparando-se o quarto trimestre de 2003 – vejamos que poder tem a comunicação da TV Globo e as várias denúncias feitas pelo Fantástico – com o mesmo período em 2002, ocorreu queda de 9% no roubo de veículos no Estado, 7%, na capital, 15%, na Grande São Paulo, e 5%, no interior.

Essa é a primeira observação que faço e que nos dá a dimensão bem clara da nossa responsabilidade.

Em segundo lugar, gostaria de lhe dirigir algumas questões. Além de respondê-las, eu gostaria que o senhor, depois – se for necessário, envio-lhe por meio da CPMI – nos envie sob forma escrita. Tenho hoje uma série de questões que vou apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputada...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Quero fazer, mas quero ter uma resposta fundamentada e documentada para que a inclua nos autos e a entregue ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deputada...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Primeiro, quanto veículos sinistrados...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputada, para facilitar, sugiro-lhe fazer todas as perguntas. Ele vai anotando e responderá o que puder. Depois, ele manda por escrito.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Corretíssimo. Essa é a via mais correta.

Eu gostaria de saber do senhor quantos veículos sinistrados com perda total têm seus registros cancelados pelo Detran São Paulo mensalmente. Se a fiscalização é feita, tem que haver, pelo menos, o controle. É lá o setor. Repito isto, que julgo da máxima importância.

O SR. FRANCISCO JOSÉ LEIGO – Permita-me...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Vou fazer a seqüência das três e, depois, o senhor responde.

Quantos veículos sinistrados com perda total têm seus registros cancelados pelo Detran São Paulo mensalmente?

Segunda: como é feita a fiscalização dos veículos sinistrados com perda total e que deveriam ter seus registros cancelados pelo Detran São Paulo – como o senhor disse que não fiscaliza, essa é uma questão que, mediante a sua resposta depois, encaminharemos para ver o que se faz.

Está muito rápido? Está conseguindo anotar?

Terceira: o senhor tem conhecimento do número de veículos vendidos em leilões em São Paulo? Há algum controle disso? Com constatações de perda total com documentos? Sabe qual a consequência desse comércio de sucatas com documentos, porque entra na área do Detran?

Então, gostaria de dizer que fiquei atenta às observações de V. S^a e me impressionou o número de vezes que o senhor apontou a lacuna de legislação para uma atuação mais eficiente do Detran. Salvo engano, temos muitas falhas em legislações, mas acho

que o problema não é esse, mas sim uma sobreposição de órgãos.

Posso falar disso com tranquilidade porque os políticos não gozam de boa reputação. No entanto, sabemos o esforço que muitos de nós fazemos aqui. Mas é inconcebível que um decreto, uma lei etc. ponha lá num órgão, como o Detran, que tem toda uma característica histórica. Esses órgãos não se comunicam, não interagem, um não quer saber do outro, não atuam com eficácia na defesa do Estado e do cidadão.

O senhor me desculpe. O Detran não tem uma boa história, para que não persiga, com os demais órgãos policiais, da segurança pública, um trabalho eficaz que não dependa de lei, mas da ação pública, dos órgãos. Da sua fala, o que mais me impressionou foi o fato de se escorarem na ausência de legislação. Sou capaz de apostar que o problema não é esse. No entanto, a responsabilidade fica passando de um lado para o outro.

Afinal, o que se deve fazer? No mínimo, fazer-se a interação entre os órgãos com responsabilidades afins, para que possamos ter um mínimo de segurança. Se começamos a ver que, no Brasil, as coisas não vão para a frente, um empurra a responsabilidade para o outro, e este empurra para a legislação.

Sinceramente, nós que vivemos em meio à legislação há tanto tempo, tenho as minhas dúvidas. Gostaria de sugerir que, quem sabe na próxima etapa, em que vamos ficar bastante tempo investigando, o senhor possa vir com a novidade de fazer uma discussão no aparelho de Estado – o senhor é chefe de um aparelho de Estado – que possa interagir, ter a interface, para que tenha uma ação contundente, mais concreta.

O Detran tem o controle, sim, dos registros, dos cadastros de veículos. Ora, para fazer isso de forma eficiente, ele não pode estar separado de quem fiscaliza. Até dirimirmos a dúvida legal, se há legislação, é outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria de dar uma sugestão, dentro dessa questão.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Leigo é um homem sério, trabalhador. Realmente, quando se fez a legislação, com a finalidade de se passar para o Departamento de Crimes contra o Patrimônio, o objetivo era investigar o crime, não a fase de impedir, que é preventiva. O Detran é preventivo.

Então, sugeriria ao Leigo, numa reunião de conselho, que o Departamento de Inteligência, criado há dois anos, interagisse com esses órgãos, porque ele tem essa função. Talvez ele possa fazer uma interação mais aproximada.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Essa é uma falha muito forte. Além dessa sugestão, que foi reforçada, há a postura bonita de um Senador, dizendo o seguinte: Qual o auxílio legal que vocês podem dar também? Quer dizer, se a lacuna é de legislação, qual a sugestão dos Senhores?

Quero concluir a minha intervenção, pois os meus Pares já tiveram muita tolerância, dizendo que estou encaminhando uma sequência de requerimentos e pedindo – porque acho que essas coisas têm que ser aprovadas pelo coletivo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Faremos uma reunião administrativa, só para analisar os requerimentos.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Não, não, tudo bem, mas eu só quero encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas V. Ex^a encaminha.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – ...oficialmente, enquanto ocorre a Comissão, no sentido seguinte: estou sugerindo como depoentes o Sr. Gilberto Nonaka, o Dr. Hamilton Plácido da Rosa – esses dois é essencial que venham depor – , Dr. Edson Correia Batista, Sr. Ângelo José Leite Cardoso Coelho e o Sr. Ênio Bianco. E ainda mais. Então, faça favor a Secretaria de encaminhar à relatoria, à Mesa, ao Presidente...

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Só para esclarecer, Sr. Presidente. Já fiz alguns requerimentos, assim como o Relator, com os mesmos nomes, que já estão incluídos na agenda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em seguida aos questionamentos...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Não tomei conhecimento do documento e não estou querendo atropelar ninguém.

Por último, antes que V. Ex^a me responda, requeiro junto à TV Câmara videoteipes dos depoimentos prestados na audiência pública realizada no dia 7 de agosto de 2004, no Plenário 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Dois mil e três.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT – SP) – Dois mil e três, tem razão.

Segundo: requerer... Acho que lhe encaminho isso, não preciso ocupar o tempo dos demais Deputados. Muito obrigada aos colegas, mas gostaríamos que as coisas fossem deliberadas aqui, inclusive o roteiro. Acho que o roteiro tem que ser deliberado aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tenha dúvida. O roteiro vai ser submetido a votação. Ninguém vai fazer diligência sem que haja um... Nem que haja necessidade de reunião secreta de algumas diligências que tenhamos de fazer de surpresa.

Com a palavra o Sr. Leigo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Em primeiro lugar, com todo o respeito que tenho...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a concorda que todos façam as perguntas?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Tudo bem, eu gostaria já de responder à nobre Deputada porque, da forma que S. Ex^a falou, dá a impressão de que a figura do diretor do Detran é decorativa e que não se faz absolutamente nada.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Não falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – S. Ex^a falou que...

(manifestações fora do microfone)

Dá licença, um pouquinho.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – V. Ex^a disse que eu sempre disse que a falta de legislação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com licença. Sem querer cortar, é possível interpretar, mas creio que o objetivo da Deputada é dizer que o senhor tem toda a vontade de fazer e se vê impedido pela legislação e os órgãos, que teriam obrigação de lhe passar as questões importantes que o Detran tinha que acompanhar, e não o fazem. Se entendi bem, foi isto: que o senhor tem toda a vontade...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT – SP) – Todos sabemos a história do Detran. Então, ele deve, assim como os políticos. Eu fiz até a comparação com a nossa identidade diante da população. Creio que ele nos deve maior eficiência. Não significa que vocês não façam um trabalho indispensável. Ao contrário. Por considerá-lo indispensável é que peço ao senhor que tenha mais, que traga uma nova proposta de interesse público. O senhor é chefe de um aparelho de Estado. Este aparelho deve funcionar com todos que tenham a interface e a responsabilidade. A eficácia será muito maior. E não ficar se escorando toda hora na desculpa de que o que existe é lacuna na lei. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é desculpa, Deputada. Creio que é isso que talvez...

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – É exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É porque a lei impede, a legislação é falha.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Digo para a senhora que nós estamos atentos e isso aqui é a prova do que está acontecendo. Se o diretor do Detran, ante o clamor público, um problema que surgiu em São Paulo e no Rio de Janeiro, editar uma portaria para que possa normatizar, essa portaria é fulminada pela Justiça. Como é que vamos fazer? Eu não posso... porque eles alegam aqui que tenho razão, só que nós... Eles dizem que não posso legislar ou fazer qualquer coisa sem a esfera federal. Muito bem. Digo para os senhores: em março, mandamos ao Presidente do Denatran essa portaria, dando conta de tudo que está acontecendo:

“De todo exposto, dada a relevância da matéria, tem no presente o intento de representar junto a esse órgão executivo máximo de trânsito [que é o Denatran], cuja postulação consiste da edição de norma resolutiva para prever, em caráter cogente, a inserção de mensagem informativa no campo de observação do CRV e do CRLV da expressão sinistro irrecuperado, assim como sua disponibilização na base de índice nacional”, que é controlada pelo Denatran.

Eu sou um dentro de uma estrutura que se chama sistema nacional de trânsito. O Detran de São Paulo é um degrau que está sujeito a normas do Denatran e do Contran. Nossa preocupação é muito grande. V. Ex^a diz que não fez nada; estamos procurando fazer de tudo, mas, no momento em que somos convidados a vir a esta Comissão...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O senhor deve corrigir, porque eu não disse que o senhor não fez nada. É a segunda vez.

O SR. GIACOBINO (PPS – PR) – Isso é paranóia, o senhor tem mania de perseguição.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Estou aqui com a maior boa vontade.

O SR. GIACOBINO (PPS – PR) – Só estou dizendo que o senhor está sempre na mesma tecla.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Se o senhor pensa isso, paciência, o que posso fazer?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Penso que devemos ter respeito mútuo. O delegado se dispôs, eu tinha cancelado a vinda de S. S^a para fazer em São Paulo e S. S^a disse que não, queria depor e ajudar, porque precisa de ajuda também. S. S^a disse aqui mais de dez vezes que tem as mãos amarradas pela própria legislação, que não previu nada disso. Hoje, teremos material com as sugestões que surgirem de S. S^a e do Denatran. É uma reação natural de quem quer fazer e não faz, querendo desabafar. Quando se diz que é mania de perseguição, é porque S. S^a está reagindo com sentimento íntimo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Não tenho absolutamente nenhuma mania de perseguição. Tenho 67 anos de idade, tenho 44 anos de Polícia, o Senador Romeu Tuma me conhece. Não tenho nenhuma mania de perseguição. Sou um homem claro e transparente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como policial, S. S^a é perseguidor. Temos que levar em conta que S. S^a é perseguidor, vai atrás do crime.

Vamos dar seqüência, com todo respeito a S. S^a e aos Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Lucio Giacobbo. É italiano?

O SR. GIACOBO (PPS – PR) – Italiano, graças a Deus, brasileiro.

Sr. Presidente, Relator, Deputado Takayama, nosso convidado, Dr. José Francisco Leigo.

Primeiramente, eu queria fazer, nobre Presidente e Ilm^o Sr. Relator, uma crítica construtiva ao calendário, como V. Ex^a chamou, das atividades. Penso que ele é inócuo. Por quê? Primeiramente, porque acredito que não se deva fazer um calendário já dizendo quais requerimentos serão apresentados, porque todas as pessoas que o senhor nominou aqui, para chegarem a vir a esta Comissão...

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Companheiro Giacobbo, essa é uma sugestão que apreciaremos ainda hoje.

O SR. GIACOBO (PPS – PR) – Isso já deveria ter sido apresentado no primeiro dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – S. Ex^a está apresentando hoje como primeiro dia.

O SR. GIACOBO (PPS – PR) – Mas, Sr. Presidente, a CPI tem que ter um começo, um meio e um final. Para que todos venham aqui, deve haver requerimentos aprovados no plenário. Não seria algo muito operante neste caso, é a sistemática disso. O calendário está bom, mas S. Ex^a deve colocar na primeira parte da CPI as atividades e os temas abordados, no meio dela as audiências nos Estados e diligências e, no término dela, a defesa das partes mencionadas.

Segundo, quero dizer ao...

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Se V. Ex^a me der um segundo, já entregarei na sua mão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já está.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Além dessa, há outra, conforme V. Ex^a solicita.

O SR. GIACOBO (PPS – PR) – Muito bem, nosso Relator.

Eu queria fazer uma pergunta ao Dr. José, se ele conhece o Decreto nº 1.305, de 9 de novembro de 1994, no art. 3º, que, se me permite, Sr. Presidente, vou ler:

“Compete ao órgão de trânsito, no âmbito de sua circunscrição, fiscalizar os estabelecimentos que executem leilões, reformas, recuperação, compra, venda ou desmanche de veículos, usados ou não, a fim de assegurar o fiel cumprimento do disposto nesse decreto, sem prejuízo das ações policiais de repressão às atividades delituosas.”

Então, salvo algum engano meu, creio que os órgãos de trânsito dos Estados podem realmente fiscalizar.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – O Código de Trânsito é de 1996. Tudo aquilo que existia o Código derogou. Esse decreto a que o senhor se referiu não tem mais valor nenhum. No final estabelece: “Ficam revogados os Decretos nºs... Qual é o número que o senhor falou?”

O SR. GIACOBO (PPS – PR) – Decreto nº 1.305.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Enquanto V. Ex^a procura, não sei se o companheiro já recebeu a metodologia do trabalho; fica nas suas mãos para que possamos inclusive hoje abordar isso.

O SR. GIACOBO (PPS – PR) – Deputado Takayama, indaguei ao nosso Secretário da Comissão, e ele me dizia, salvo engano dele e meu, que o decreto está em vigência ainda. Não sei se o código se sobrepõe ao decreto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É porque hoje, com a legislação em vigor, todas as leis ficam revogadas; tem que citar realmente as leis que são revogadas. Se não está citada, provavelmente ela está em vigência, mas eu pediria...

O SR. GIACOBO (PPS – PR) – Creio que ela está.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Não é um decreto?

O SR. GIACOBO (PPS – PR) – É um decreto que tem força de lei.

Vou continuar. O senhor não precisa responder agora. Solicito que o senhor faça um estudo e mande para a Comissão, porque será de grande valia para nós. Vou-lhe dar uma cópia e o senhor pode analisar.

Creio, nobre Presidente, Relator, que o foco da nossa CPI realmente são as atividades ilícitas em operações de salvados. O grande foco é a denúncia do Jornal Nacional.

Quero comungar com a Deputada que não se trata de falta de uma legislação eficaz. Não vejo o problema por este lado, porém muito mais pelo cumprimento do que já se existe em lei, através de uma fiscalização e um controle mais rigoroso. Principalmente quando o Governo criou a tal de “oficina de verificação veicular”, que o Inmetro cadastra, etc. E vejo realmente uma ino-

perância e uma incapacidade total. Foi criado em um órgão que não tem a atuação que deveria ter.

Nessa veiculação, o que acontece? O veículo sofre um acidente, a seguradora trata esse acidente de 70% do valor para arrumar esse carro, ele é dado como perda total, salvo se a seguradora quiser fazer uma caridade ao seu cliente e realmente dá o PT nele. Dando 70% do valor do veículo para sua verificação no próprio boletim de ocorrência, o policial que atende pode colocar se foi de pequena, média ou grande monta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A perícia que tem que dizer isso.

O SR. GIACOBINO (PPS – PR) – Na hora do acidente, o próprio policial sugere isso no Boletim de Ocorrência. Não tenho dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O importante é a perícia, teor do Inmetro ou da própria polícia que atende no local.

O SR. GIACOBINO (PPS – PR) – Mas quando ele está abatido, nobre Presidente, não acontece a perícia. É uma opinião do policial que atende que diz se houve uma grande monta, média ou pequena; ficamos na mão da autoridade local, que tenho certeza é coerente para dizer. Aí esse veículo passa a ser de uma seguradora. Para haver o pagamento, o cliente deve transferi-lo para a seguradora, em nome da seguradora. Se houver perda total, o Código do Denatran já estabelece que o carro deve ser retirado de circulação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – (Inaudível.)

O SR. GIACOBINO (PPS – PR) – Exatamente. Cortam-se os chassis e morre o veículo, o que me parece que não está ocorrendo. O veículo vai a leilão, onde é vendido para se fazer sua plotagem. E quem faz isso? Faz-se essa plotagem. V. S^a falou que há uma liminar, na Justiça do Estado, que não deixa colocar mais no documento – parece que é isso. E quem faz isso depois de toda essa plotagem?

Quando ocorre um acidente envolvendo um veículo, faz-se um boletim de ocorrência e bloqueia-se o carro no sistema. No Paraná, pelo menos, é assim. Para a pessoa desbloquear o veículo é obrigatória sua presença para arrumá-lo. Essa verificação veicular serve para a pessoa analisar se o veículo ficou bem arrumado e, posteriormente, desbloqueá-lo, efetuando o pagamento de uma taxa para o carro circular novamente, independentemente de ter havido perda total ou não. Por isso, creio que deve haver uma melhor qualidade no serviço dessa verificação veicular.

Por exemplo, no Paraná, há interesse das financeiras, dos bancos. Não sei se a situação é a mesma no Estado de São Paulo. A alienação ou o financiamento

de um veículo é feito pela Megadata. Não é mais preciso aquele certificado para desalienar. Tudo é feito via sistema. Sei disso porque, na CPI da Serasa, obtive a informação de que a Serasa executa esse trabalho. A alienação é feita pela Megadata. Se alguém quiser fazer o “chute” no documento, não alienar, nada interessa, porque o carro está alienado via sistema. Nesse sentido, a lei funciona. Nem a legislação permite isso. O Código trata deste assunto: se pode ser alienado via sistema, se é necessário o certificado daquele papel. Isso é eficiência.

Penso que a Comissão deve abordar esse foco. Daremos uma grande ajuda ao analisarmos essa verificação veicular: se ela está ocorrendo, se ela é cobrada e se o preço é livre. Sr. Presidente, se o verificador veicular quiser cobrar R\$300,00, poderá fazê-lo. Do contrário, não desbloqueia o documento. Portanto, é preciso haver eficiência nesse órgão. É fundamental existir uma ação em conjunto com o Detran para coibir essa prática de se colocar novamente em uso um veículo após sua perda total.

Esse é o meu esclarecimento. V. S^a já esclareceu as minhas perguntas, mas lhe peço que envie as respostas, por escrito, à Comissão. Quero dizer novamente ao nosso Relator: a Comissão deve focar a “Operação Salvados”. O que poderemos fazer para coibir essa prática de se colocar novamente em uso um veículo quando há perda total?

Agradeço a V. S^a a presença.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Esclareço a V. Ex^a que, em São Paulo, tal qual no Paraná, existe esse sistema de gravames, que não é invenção do Detran do Paraná nem do de São Paulo.

O SR. GIACOBINO (PPS – PR) – Não falei que era invenção.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Sou eu que estou dizendo. Essa é uma resolução do Contran, que nos autorizou a fazer esse tipo de transação. Presto esse esclarecimento para que V. Ex^{as} tenham idéia de como o processo funciona em São Paulo.

O SR. GIACOBINO (PPS – PR) – E é eficaz, não é Dr. José? 100%.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – É eficaz. Entretanto, talvez haja um problema, pois estão querendo tirar esse tipo de atividade, porque parece que há o interesse de que os contratos sejam registrados em cartório. Poderei explicar esse assunto depois.

O SR. GIACOBINO (PPS – PR) – Isso ocorreu no Paraná, mas, por meio de medida judicial, essa proposta foi derrubada. Antes, o cliente pagava R\$200,00 para fazer o cadastro, o financiamento, e mais R\$200,00 para registrar em cartório o contrato – para os cartórios ganharem dinheiro. Quer dizer, embutia-se tudo

no financiamento e ainda se pagavam juros sobre isso. No Paraná, existe. Isso foi uma determinação. A Justiça já derrubou.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Estamos no limiar de algo que poderá ocorrer. Queria dizer a V. Ex^{as} que isso funciona em São Paulo. O Estado possui a maior frota do Brasil, pois fazemos 150 mil inserções de veículos que foram financiados mensalmente e abaixamos aproximadamente cerca de 120 mil veículos. Isso dá um conforto muito grande para o usuário, porque hoje já conseguimos fazer com que a coisa seja toda eletrônica e não exista mais papel, que permitia exatamente a fraude de desalienação fraudulenta. Então, é fantástico que isso esteja funcionando perfeitamente, de acordo com a hierarquia do sistema de trânsito nacional.

Quando V. S^a fala sobre o que é, o que baixa, o que não baixa, está aqui a Resolução nº 25, de 21 de maio de 1998, que estabeleceu as normas por ocasião da ocorrência de trânsito:

Os jovens fiscalizadores deverão especificar no boletim de ocorrência de acidente de trânsito a situação do veículo envolvido em uma das seguintes categorias:

- 1) danos de pequena monta, quando o veículo sofrer danos que não afetem sua estrutura;
- 2) danos de média monta, quando o veículo sinistrado for afetado nos seus componentes mecânicos;
- 3) danos de grande monta ou perda total quando o veículo for enquadrado no inciso III.

Então, é a regra. Os órgãos fiscalizadores mandam para o Detran, mas, se não o fizerem, o Detran não ficará sabendo. Mas existe este controle, esta obrigação, que é a Resolução do Contran de nº 11, de 1998, e a que regulamentou, ou seja, a de 25 de 1998, instituída logo após a saída deste Código.

Então, temos todo o interesse em que as coisas saiam da melhor forma possível, tal qual o eminente Deputado está dizendo. Acabou o problema.

O SR. GIACOBO (PPS – PR) – Eu até citei como exemplo, Sr. Presidente, para que V. Ex^a verifique que este sistema megadata funciona 100%.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – V. S^a disse que o Inmetro faz a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^a está perguntando pela ordem? Há outro Parlamentar inscrito.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – É uma questão de ordem. Como o órgão faz essa fiscalização? O que eu sempre soube é que o Inmetro faria a fiscalização para saber se o breque funciona, se a lanterna funciona, mas não uma fiscalização no sentido dos

carros batidos, ou seja, dos carros acidentados. Como é feito esse sistema de fiscalização?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Hoje, o Inmetro, com a portaria conjunta do Denatran, credencia. Então, se V. Ex^a tiver uma empresa que atenda a todas aquelas exigências que o Inmetro pede, o Inmetro vai credenciar e V. Ex^a fará a fiscalização, tendo condições de emitir esse certificado. Emitido esse certificado, o Detran não pode, por exemplo, questioná-lo, porque o Inmetro está convalidando o ato.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – O Inmetro é que teria que fiscalizar se a empresa está agindo corretamente ou não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – S. S^a nos forneceu a lista de todos os credenciados.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Os credenciados no Brasil, em particular em São Paulo. No Estado de São Paulo, são somente 13.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Só por oportuno, gostaria que V. S^a confirmasse ou não a informação que recebi sobre a questão de que o Inmetro não fiscaliza chassi, agregado, mas só o funcionamento do veículo. Isso procede?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Creio que o Inmetro não fiscaliza nada. Se o Inmetro credencia, não é ele que vai fiscalizar. Quem tem que fiscalizar é a empresa.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Só repasse o dinheiro. O que está ruim é esta terceirização, que está causando-nos problema. Vamos trabalhar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputada, sugiro que se faça requerimento convocando o Inmetro a comparecer aqui.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – É claro. Vamos chamar o Inmetro! Ficou claro agora que temos que chamar o Inmetro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alguém tem que fazer um requerimento para convidar o Inmetro.

O SR. GIACOBO (PPS – PR) – Hoje, pleiteio ao Inmetro que a minha oficina mecânica seja cadastrada na minha cidade para fazer a verificação veicular.

O Inmetro pede uma série de coisas, como mecânico, aparelhagem etc e, passando por isso, o Inmetro me cadastra. Depois disso, o Inmetro não fiscaliza mais nada, nem a se a empresa está fazendo um bom trabalho. Nunca vi isso, salvo engano, e muito menos o Inmetro vai fiscalizar o carro.

Entendo que há uma grande lacuna para abrangermos na CPI. Que critério o Inmetro está utilizando para cadastrar essas empresas?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alguém faça o requerimento para convidarmos o Inmetro.

O SR. GIACOCO (PPS – PR) – A responsabilidade de cadastrar não é do Inmetro e, sim, do Detran. Parece-me que o Detran tem que falar sobre o cadastramento, se pronunciar ou não. No Paraná parece que é preciso.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Não, tanto que estou entregando ao Presidente uma portaria conjunta do Inmetro e do Denatran que estabelece todas essas regras. O Denatran passa a não credenciar mais; o Inmetro é que credencia e fiscaliza.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora a palavra é do Deputado...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, quando convidarmos o Inmetro seria bom que solicitássemos também que trouxesse a cópia do contrato social dessas empresas credenciadas, para verificarmos se não há ninguém se alguma fonte ligada ao Inmetro como laranja em alguma empresa nesse sentido. Com a facilidade que está havendo de o Inmetro contratar e não fiscalizar é possível que haja até uma empresa que seja terceirizada que tenha alguma ligação com alguém que seja do Inmetro. Então, seria necessário...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – É capaz de a terceirizada ter oficina...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode haver oficina vendendo o certificado se ela não é fiscalizada.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Sr. Deputado Max Rosenmann.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Sr. Presidente, pela qualidade das discussões até o presente momento, percebe-se nitidamente que esta CPI tem uma finalidade muito clara e que, presidida por V. Ex^a e relatada pelo Deputado Takayama, poderemos chegar a alguns denominadores, porque, de forma até meio leiga, usando seu sobrenome, estamos chegando a indícios muito nítidos de dificuldades e de estrangulamentos.

Levo muito em conta o que o Senador Romeu Tuma pensa a respeito de segurança. Vejo-o como um exemplo nesta Casa e deveríamos ficar felizes por tê-lo na Presidência dos trabalhos. Quando S. Ex^a se referiu muito bem a sua pessoa, para mim isso é o suficiente.

Não quero que, de forma alguma, V. Ex^a considere como uma provocação as minhas abordagens. A única coisa que gostaria é que centralizássemos na discussão o assunto. Foi o que tentei fazer.

Entendo que há determinadas situações em que, se não tomarmos cuidado, estaremos administrando a derrota com sabor de vitória e não estou aqui para isso. Ninguém está aqui para isso.

Ficou muito claro que o sentimento atual da Comissão é o de que não faltam leis. O que falta é uma integração e o senhor não veio aqui como vítima ou como acusado, e sim para colaborar. Portanto, não é réu; está aqui para nos dar uma colaboração e assim é que deve ser tratado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E é visto com simpatia.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Exatamente. Da mesma forma, aguardamos do senhor um retorno com sugestões futuras para que não fiquemos na situação de se dizer que não há leis quando não é esse o sentido que queremos.

Queremos a colaboração, até porque não acredito que o Detran seja proibido de fazer portarias. A Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo se tiver convencimento de alguma coisa, pode até criar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o juiz cassou.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Cassou, mas pode continuar tentando. Essas questões têm que ser esclarecidas. Por exemplo, descobrimos um novo bicho, o tal do Dirde, que é um departamento que cuida do registro de coisas que não sabemos, e só falta o etc. e tal. Departamento de Coisas Difusas e de Expansão.

Esse Dirde é outro órgão que, por ocasião ou da nossa ida a São Paulo ou aqui mesmo, deveríamos convocar para esclarecer se existe Dirde em outros Estados, como é essa história.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É um órgão importante da Polícia, que faz o registro de toda atividade administrativa externa.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Mas a finalidade desta comissão é acordar. Não queremos condenar o Dirde, mas que todos comecem a se sentir parte do processo. Se todos se sentirem parte do processo, as coisas começam a ter uma visão. Por exemplo: estou requerendo agora que a Comissão Mista solicite a todas as Secretarias de Segurança de todos os Estados brasileiros que nos informem o número e o nome dos assassinados ou feridos graves por ocasião de assaltos a carros roubados nos últimos doze meses. É só para termos uma idéia estatística das conseqüências físicas do cidadão comum que às vezes é assassinado ou ferido gravemente. Esse é um pedido que eu faço.

O outro, a pedido da própria Mesa, só para formalizar, estou requerendo que o Inmetro seja convo-

cado por esta Comissão para esclarecer dúvidas que surgirem.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Fiz o requerimento, que já está na Mesa, Deputado.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Se já existe, fica outro. Só quis colaborar com a Mesa, tanto que não sou autor intelectual da sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se V. Ex^{as} concordarem, deixaremos com o Relator para ele dar parecer em cada um e nós faremos uma administrativa na semana que vem para votar, porque há vários aqui.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – O Dr. Leigo falou várias vezes que a lei é falha, e ao mesmo tempo foi levantado por esta Comissão, por intermédio da Assessoria, que esse decreto, está vigendo. Se ele vigendo, não está sendo cumprido. Por isso precisamos que o senhor se pronuncie ou leve essa colaboração nossa, porque o Brasil é tão rico em leis que acaba não tendo...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Se V. Ex^a me permite um pequeno aparte, creio que teremos que recorrer ao cipoal de legislações para saber efetivamente quem fiscaliza o que, quem é responsável pelo quê. Porque se criam vários órgãos que depois terceirizam os serviços. Quer dizer, é impressionante a ineficácia do Estado e o gasto do Poder Público.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está se terceirizando demais.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Outra coisa que eu tenho certeza, Sr. Presidente, é que, no relatório final desta Comissão, vamos apresentar uma sugestão de legislação. Antecipadamente, pediria que V. Ex^a, como Senador, apresentasse, independente da eficácia, um projeto de sua autoria pelo Senado, que tem menos parlamentares. Poderia haver a primeira aprovação das sugestões pelo Senado e depois a Câmara completaria, porque a Câmara dos Deputados é muito lenta. Há projetos de lei que ficam dois, três, quatro anos, ao passo que o Senado pode dar um **start**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, sugiro que algumas teses que forem levantadas durante os trabalhos da Comissão não aguardem o relatório, que já fosse sendo feito...

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Mas que fosse feito por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem problema, porque projeto de lei da Comissão tem algum valor superior.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Mas não posso pedir que V. Ex^a apresente coisas em que não acredite.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E agora precisamos providenciar a permanência de um assessor jurídico, para acompanhar as dúvidas de legislação.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Para finalizar minha participação, ratifico as palavras do colega Giacobbo no que diz respeito a essa questão da pauta. Ele não chamou a atenção do Relator, não fez nenhum tipo de referência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – A única coisa que ele quis dizer é que quando se expõe a público, uma vez que todos os nossos atos são públicos, dá-se chance de o convocado tomar todas as iniciativas para ter um enfarte, ficar no hospital, dar jeito de não comparecer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eu até justificaria, porque esta CPI atrasou demais a sua instalação. Agora, podemos fazer uma reunião administrativa para aprovar os requerimentos. Se houver necessidade de alguma alteração, faremos.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Tenho sugestões, porque quero que haja alteração, por isso pediria que houvesse essa suspensão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, temos até a semana que vem. Na próxima reunião, vamos discutir isso.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Antecipo que, na primeira diligência de São Paulo – só para não perder tempo –, não tenho nada quanto a esse primeiro item do dia 6. Se quiserem fazer no dia 6 e todos estiverem de acordo... As minhas relações de contraditório são maiores em função de outras convocações. Então, para não atrapalhar o andamento, a do dia 6 poderia ficar pré-aprovada e daí, sim, poderíamos discutir de forma administrativa, cada qual com seu argumento, outras convocações feitas pelo Relator e trazer nossas contribuições. Também temos contribuições a serem feitas. Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. Pergunto se todos concordam com a sugestão do Deputado Max.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Só para ajudar o companheiro Max, quero informar que V. Ex^a não imagina minha corrida. Inclusive comentei com o Presidente que, antes de fazer a audiência com o Diretor do Detran, apresentaríamos isso. Mas foi comentado isso antes e tenho exatamente o pensamento que V. Ex^a expôs aqui. No entanto, estamos lutando contra o tempo, porque temos com um pequeno problema, Max: a partir de julho, teremos dificuldade de reunir parlamentares. Já estamos tendo dificuldades agora,

imagine no segundo semestre, quando vierem as eleições municipais.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Relator, dessas coisas poderemos tratar depois. O Deputado quer falar ainda e já começou a votação nominal na Câmara dos Deputados.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Então, só quero terminar. Dou-me por satisfeito. Só peço essa suspensão em termos das demais datas, além do dia 6.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, dia 6 está confirmado. Creio que está confirmado pela maioria aqui. Podem providenciar para o dia 6 a diligência.

O SR. FRANCISCO APPIO (PPB – RS) – Senador, meu caro Relator, meu ilustre convidado, Srs. Parlamentares, a respeito dos salvados, vou me permitir voltar à CPI não como membro e sim como testemunha, porque, dia 11 de dezembro, sofri um sinistro, um acidente com perda total, segundo a seguradora, que fez um grande esforço para dar perda total. Eu disse: não, mande arrumar porque eu preciso desse carro. E eles disseram: não, tem que dar perda total. Não consigo entender qual é o interesse da seguradora em dar perda total. Estamos há cem dias brigando. Eu querendo arrumar e eles querendo dar perda total. Creio que vou voltar aqui como testemunha.

Bem, meu caro, José Francisco, o senhor é leigo só no nome – creio que alguém já falou, não sou nem criativo nisso. Fico entusiasmado em ver uma pessoa que gosta do trânsito.

Lá no Rio Grande do Sul, Dr. José, fui o Parlamentar que trabalhou pela terceirização do Detran, tanto do treinamento quanto dos registros em cartórios, em toda essa atividade. E nos sentimos parcialmente compensados com o processo, porém 25% da frota gaúcha, hoje, circulam irregularmente, carros clonados. Por quê? Porque não há fiscalização. A Polícia Militar não fiscaliza. Se não houver fiscalização, o que acontecerá? O sujeito rouba um caminhão no Rio Grande do Sul, vai para o Paraguai, pode ser interceptado e, se tiver carteira de motorista e carteira de identidade, ele vai embora. Ele não precisa provar que é o dono do caminhão. Esse é um problema muito sério. Mas, sobre isso, vou entregar agora a V. S^a, ao término desta reunião, uma relação de 44 propostas pelas quais estamos nos batendo há muitos anos nessa área.

Antes de fazer a pergunta, eu queria também responder ao Deputado Max. Lá, no Rio Grande do Sul, há dez caminhoneiros cujos corpos jamais foram achados. Nos últimos 25 meses, houve 15 assassinados fora e dentro do Rio Grande do Sul. Os números são alarmantes. Em São Paulo, segundo uma esta-

tística confiável, um caminhão é assaltado a cada 10 minutos. Mas isso é outro departamento.

Pergunta, Dr. José Francisco: algum município de São Paulo pode estar fora do Renavam?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – De jeito nenhum, porque existe toda uma estrutura montada, que é o Denatran. E o Denatran tem um órgão chamado BIN, Base de Informações Nacional. O veículo é fabricado numa dessas montadoras e, antes de sair da fábrica, ele tem que ser pré-cadastrado na BIN.

O SR. FRANCISCO APPIO (PPB – RS) – Veículos novos?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Veículos novos. Os veículos importados, a mesma coisa. Os veículos de fabricação caseira, que também existem, da mesma forma devem ter esse pré-cadastro, que é o que gera o Renavam. Então nenhum município pode licenciar carro algum sem que ele esteja na base de informação nacional. O Renavam é primordial e deveria, talvez até, ser abastecido com mais informações, mas ele tem o cadastro sem o qual não se pode fazer nada.

O SR. FRANCISCO APPIO (PPB – RS) – Há controvérsias, mas vou lhe passar essas informações, porque sabemos que existem algumas falhas no Renavam; estamos atacando esse problema há bastante tempo.

Sr. Presidente, preciso sair, então farei a segunda pergunta: é possível que o roubo de um caminhão em São Paulo, na sexta-feira, no fim da tarde, só venha a ser registrado no Renavam na segunda-feira?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Em São Paulo se estabeleceu que as comunicações são **on-line**. Onde deve ser registrado o roubo desse caminhão? Não é no Detran, e sim numa delegacia. Essa delegacia já tem um banco de dados que manda a informação para o banco de dados do Detran.

O SR. FRANCISCO APPIO (PPB – RS) – Mas o Detran não trabalha aos sábados e domingos?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – O Detran tem um plantão funcionando aos sábados e domingos unicamente para atender a crimes de autoria desconhecida, atropelamentos ou ...

O SR. FRANCISCO APPIO (PPB – RS) – Então temos falhas, Dr. José Francisco. Um caminhão é roubado na sexta-feira e a informação só entra no Renavam na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixe-me explicar. O Detran faz o registro administrativo, porque a parte policial é imediatamente passada para a Cepol, para a Polícia Militar

O SR. FRANCISCO APPIO (PPB – RS) – Mas quem registra no Renavam?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No Renavam é o Detran

O SR. FRANCISCO APPIO (PPB – RS) – Mas o Detran não trabalha aos sábados e aos domingos?

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Não é o Detran que registra; ele cai direto no nosso banco de dados e lá fica registrado.

O SR. FRANCISCO APPIO (PPB – RS) – Mas a delegacia precisa do Detran para entrar no Renavam.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Não, senhor, de jeito nenhum. É o Cepol que repassa.

O SR. FRANCISCO APPIO (PPB – RS) – Desculpe.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Ficamos sozinhos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a boa vontade do Dr. Leigo, que se dispôs a vir aqui, prestar esclarecimentos, colaborar. Estamos trocando idéias e acredito que se vai começando a definir realmente a posição e os objetivos da CPMI.

Recebi – e depois vou conversar com S. S^a sobre esse assunto – denúncias, que já estão sendo apuradas por alguns órgãos, de apólices de seguro de veículo fictícias, de mais de bilhão de prejuízo. É algo assustador o que acontece nesse campo de seguros. Há quadrilhas agindo quase que com toda a liberdade. Teremos que aprofundar e buscar apoio da polícia, do Banco Central, que, pelo menos dos documentos que li, criou algumas dificuldades para prestar as informações solicitadas pelas autoridades que investigam as fraudes de seguro.

Penso que teremos que providenciar algumas legislações que dêem apoio ao mecanismo de fiscalização e prevenção, porque objetivamos que a população não sofra mais prejuízos e não seja a permanente vítima das quadrilhas que agem quase que impunemente.

O Detran tem um papel importante, mas precisa ter a força legal para cumprir os objetivos a que se dispõe o seu Diretor.

Agradeço a presença de todos e marcaremos outra reunião. Agora virá a Páscoa. Avisaremos a data da próxima reunião assim de que decidirmos. Faremos primeiro uma reunião administrativa na semana que vem para aprovação ou rejeição dos requerimentos.

Muito obrigado aos senhores, muito obrigado Dr. Leigo, por todo o carinho.

O SR. JOSÉ FRANCISCO LEIGO – Só nos deixa enaltecidos estar aqui para prestar essas informações. Ao mesmo tempo, queria homenageá-lo, entregando-lhe um Código de Trânsito anotado, impresso há pouco, e que está bem atualizado.

Essa é a nossa homenagem, do Detran de São Paulo, ao ilustre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h18min)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2003-CN,
“DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES
COMETIDAS POR EMPRESAS DE SEGUROS,
REVENDEDORES DE AUTOMÓVEIS,
RECUPERADORAS DE VEÍCULOS E OFICINAS
DE DESMANCHE DE AUTOMÓVEIS,
EM RELAÇÃO AOS VEÍCULOS “SALVADOS”,
CONFORME DENÚNCIA DO PROGRAMA
FANTÁSTICO, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO”.**

Ata da 4ª Reunião, realizada em 31 de março de 2004.

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, às dezessete horas e vinte minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda a presença do Senador Papaleo Paes e os Deputados Mussa Demes, Takayama, Giacobbo, Robson Tuma, Isaias Silvestre, Pastor Reinaldo Santos e Pastor Francisco Olimpio, reúne-se Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 12, de 2003-CN, “destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão”. A Presidência indaga ao plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior, ficando dispensada a mesma que foi dada como aprovada, foi levantada uma questão de ordem pelo Deputado Robson Tuma que mostrou a necessidade da reunião ser suspensa, em vista da mesma ser para aprovação de requerimentos e não haver quorum suficiente para sua realização e para constar eu, Francisco Naurides Barros, Secretário, da CPMI lavrei a presente ata que será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom-dia, senhores.

Gostaria, primeiramente, de agradecer os Deputados que aqui comparecem e o Sr. Relator, Takayama, para que seja dado um prosseguimento mais rigoroso à CPI.

Não há número suficiente.

Solicito à Secretaria informar quem foi o requerente da convocação de Armando Mariano, do Inmetro.

Ele falou comigo agora e disse que não haveria problema em vir, mas que há dois diretores específicos da área.

O SR. ROBSON TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, sou um dos autores do requerimento.

Sugiro que ele venha acompanhado dos diretores da área, que terão assento e poderão ajudá-lo a responder o que ele não souber.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eis o requerimento:

Requeremos, nos termos regimentais, seja convidado o Sr. Armando Mariano, Presidente do Inmetro, a prestar informações a esta Comissão, bem como que sejam disponibilizadas cópias dos contratos de terceirização dos serviços elaborados pelo Inmetro.

Em razão de o Inmetro ter terceirizado o serviço de elaboração de vistoria, está credenciando oficinas mediante uma diligência anual para verificar se estão funcionando, conforme informação que ele me deu.

Depois vou acrescentar os nomes dos dois diretores. Creio que há concordância dos senhores.

Estou pedindo o comparecimento de Ailton Brasiense Pires, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito – Denatran, porque o Diretor do Detran de São Paulo prestou informações sobre as suas dificuldades e considerei interessante ouvirmos considerações sobre o Código Nacional de Trânsito e a competência do Contran e do Denatran. Mas submeterei à votação quando houver número regimental.

Antes de encerrar a reunião, pergunto de algum dos Srs. Deputados pretende se manifestar.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – Sr. Presidente, estamos acrescentando à pauta a abertura de algumas diligências, iniciando-as em São Paulo, se não houver óbice, nos dias 5 e 6 de abril, junto com a Polícia Federal.

A princípio, Sr. Presidente, a diligência seria realizada nos dias 1 e 2, mas, por ser véspera de feriado, acreditamos que não haveria êxito e estamos tentando transferir para os dias 5 e 6, em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sem prejuízo da investigação preliminar que está sendo feita por autoridades competentes.

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – A audiência seria nos dias 15 e 16, quinta e sexta-feira, em São Paulo. Haverá um feriado prolongado a partir do dia 9, referente à Paixão de Cristo, Semana Santa, o que traria dificuldades para a realização do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está conforme a agenda inicial que foi aprovada em outra reunião.

O SR. ISAIAS SILVESTRE (PSB – MG) – Quantas diligências teremos nesse período inicial?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa está marcada e ocorrerá em São Paulo, mas há outras que aguardam aprovação. Serão em São Paulo, Minas...

O SR. TAKAYAMA (PSB – PR) – São Paulo, Minas, Rio, Paraná e se, eventualmente, algum outro estado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se algum outro Deputado indicar dados importantes de outros estados, discutiremos a proposta que, com certeza, será aprovada e faremos as diligências.

O SR. ISAIAS SILVESTRE (PSB – MG) – Acredito, Sr. Presidente, que esses quatro estados já dariam uma contribuição enorme.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São Paulo e Rio contam com a eficiência da TV Globo. São os dois estados para onde devemos correr primeiro para obter informações.

Não havendo número regimental, encerro a presente reunião, fazendo um apelo para que na próxima haja quorum, para darmos prosseguimento aos requerimentos que já somam uma boa quantidade conosco.

Muito obrigado aos senhores que compareceram.

(Levanta-se a reunião às 10h37min)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2003-CN,
“DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES
COMETIDAS POR EMPRESAS DE SEGUROS,
REVENDEDORES DE AUTOMÓVEIS,
RECUPERADORAS DE VEÍCULOS E OFICINAS
DE DESMANCHE DE AUTOMÓVEIS,
EM RELAÇÃO AOS VEÍCULOS “SALVADOS”,
CONFORME DENÚNCIA DO PROGRAMA
FANTÁSTICO, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO”.**

Ata da 5ª Reunião, realizada em 15 de abril de 2004.

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, às nove horas e quinze minutos, no Plenário Tiradentes da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, sob Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda as presenças dos Deputados Mariângela Duarte, Takayama, Robson Tuma e Cabo Júlio, reúne-se Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 12, de 2003-CN, “destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede

Globo de Televisão". A Presidência informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir as exposições dos senhores: Dr. Godofredo Bittencourt, (Diretor do Deic), Dr. Walter de Abreu, (Delegado da 3ª Delegacia-Patrimônio) Dr. Radion Arnaut, (Arnaut Veículos) Dr. Luiz Antonio Tonon (Ideal Veículos) e Dr. Edson Batista, (Ministério Público), pelo Delegado Walter de Abreu foi apresentada explanação por meio magnético sobre as atividades das delegacias especializadas que atua no desmanche de carros em São Paulo, o Diretor do Deic juntamente com uma equipe de Delegados presentes complementaram a exposição. Foi requerido ainda que seja solicitada a Assessoria Jurídica da CPMI, para que a mesma verifique toda a legislação pertinente a desmanche, salvados e do Detran, foi solicitada ainda que através do Diretor Geral da Polícia Civil de São Paulo seja fornecido a Comissão um levantamento dos compradores de veículos sinistrados, que seja solicitada a delegacia de Guarulhos cópia de inquérito sobre salvados e desmanches que tenham ocorrido naquela especializada; que solicitado ao CAD, cópia do processo nº 08012008224/98-38 e também foram demonstradas as diversas irregularidades cometidas no que diz respeito ao tema objeto desta Comissão, os depoentes foram questionados por todos os parlamentares presentes e não havendo nada mais a tratar a Presidência convoca reunião da Comissão para amanhã dia 16, às nove horas neste mesmo local e para constar eu, Francisco Naurides Barros, Secretário, da CPMI lavrei a presente ata que será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Declaro aberta a presente reunião, que se destina à audiência pública cuja pauta encontra-se distribuída aos Srs. Parlamentares.

Queria, primeiramente, agradecer ao Presidente da Assembléia Legislativa pela sessão do plenário e o apoio logístico que ofereceu à CPMI. Gostaria de indicar as presenças do Deputado Cabo Júlio e da Deputada Mariângela Duarte e do nosso Relator, Deputado Takayama. E deverão vir outros Deputados que confirmaram a presença.

Destaco a importância da sessão de hoje, em que aproveitaremos os conhecimentos do Departamento de Crimes Contra o Patrimônio e a ação positiva que esse Departamento tem realizado por meio da chefia do Dr. Godofredo Bittencourt e dos delegados que com ele trabalham, que, sem dúvida alguma, trarão a esta CPMI a luz do que realmente acontece no mercado de desmanches e também das clonagens de veículos. Dos carros sinistrados, são aproveitados a parte

documental e o chassi, e são colocados sobre eles veículos roubados, o que daria uma clonagem legal, pela documentação não destruída, nem com certidão de óbito, o que seria uma obrigação das empresas de seguro quando a perda é total.

Dr. Bittencourt, é um prazer em recebê-lo aqui. É uma honra para a CPMI ouvir os seus conhecimentos a respeito do assunto.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, Deputado.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Informaram-nos aqui que o Dr. Godofredo e o Dr. Valter falariam algo quase que em comum. Eu queria sugerir...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas já está combinado aqui que ele vai falar mais rápido...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas que venham os dois à mesa! E aí um completa o outro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele fará mais rápido a apresentação do que tem sido feito e falará qual é a delegacia especializada. Bem rápido, fará uma exposição de como funciona o setor especializado nessa área que estamos apurando. E, em seguida, o Dr. Valter fará uma exposição mais detalhada. E, assim, ganharemos tempo.

Concedo a palavra ao Dr. Bittencourt.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Bom dia!

Primeiramente, Senador Romeu Tuma, quero agradecer a oportunidade que V. Exª e os demais membros desta CPMI estão concedendo à Polícia Civil de São Paulo, que poderá, num momento tão importante, expor o que vem acontecendo no Estado com referência à desmanche e, ao mesmo tempo, a salvados.

Estou no DEIC, há mais de cinco anos – são quase seis anos – como diretor, no combate a esse tipo de criminalidade. Há muitos anos, tentamos brigar para algumas coisas serem mudadas, mas é meio difícil. E esta é, realmente, Senador, a primeira oportunidade que a gente tem para demonstrar o que está acontecendo e ser mais do que transparente. Vou não só dizer das dificuldades, como apresentar também proposta.

Tomarei a liberdade para começar falando sobre o motivo da abertura da CPI, que é o programa do Fantástico. Iniciaria, primeiro, permitindo-me reclamar do que fizeram com a minha pessoa no dia dessa reportagem, talvez por inabilidade ou por falta de conhecimento do repórter da Rede Globo, o qual não sabia naquele momento distinguir o que era desmanche e o que era salvado. São coisas muito distintas; são parecidas, porque é tudo amassado, mas são comércios completamente diferentes.

Quando ele me perguntava, numa viagem em que eu saía para representar a Polícia Civil na Argentina, no aeroporto de Cumbica – eu estava muito atrasado, e o repórter me pegou ainda correndo; atrasei para poder atendê-lo –, ele foi infeliz na exposição. Foi editada a matéria, Senador. Na hora em que ele editou, ele foi infeliz, penso eu, na maneira de explicar.

Ele perguntou para mim: “Sr. Delegado, o senhor está fazendo fiscalização?” Eu lhe disse: “Estamos fazendo fiscalização”. Quando eu falava isso, eu falava de desmanche; é minha responsabilidade, no meu Departamento, fazer o trabalho. Nós fiscalizamos o desmanche, há uma delegacia específica para isso. O Estado de São Paulo faz isso diariamente. Nas nossas viaturas, até consta a palavra “fiscalização”. Passar num desmanche, num lugar feio, cheio de coisa trombada, onde falam demais, e encontrar uma viatura da Polícia dá a impressão que está tomando dinheiro, Senador. V. Ex^a sabe disso. Então, pomos “fiscalização”; é função nossa estar ali fiscalizando.

E, quando ele falou, ele depois perguntou a uma outra pessoa de um comércio de salvados: “A Polícia faz fiscalização?” E o senhor lá disse: “Não, não faz, não tem motivo para fazer”. Estava certa aquela pessoa que falou isso. Eu realmente não faço fiscalização em salvado.

Então, pela primeira vez, Senador, em seis ou sete anos em que luto para mostrar o nosso departamento, fui colocado numa situação difícil. Tentei ligar depois para o repórter, não recebi informações dele, ele não falou mais comigo, eu não era mais importante para a matéria dali para frente. Acabou. E ele me cobrou: “Por que o senhor não está fazendo um trabalho grande aqui?” Falei: “É diferente do Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, não tem uma delegacia especializada”.

Então, no Rio de Janeiro, talvez seja uma matéria nova o que está acontecendo, lá estão-se fazendo algumas *blitze*. Então, lembro: nós já fazemos aqui diariamente. Só para se ter uma idéia, fechamos, durante quatro ou cinco anos, mais de mil e trezentos desmanches, ou seja, comércio, desmanches e lojas de peças em São Paulo, que vêm abrindo a todo dia, a todo momento.

Então eu queria-me desculpar, dar essa explicação e dizer ao que a denúncia do Fantástico virou um inquérito policial, em que o Sr. Jorge Luiz Paio é o denunciante – que o repórter fazia, que estaria vendendo um carro, isso e aquilo. Nós o localizamos na cidade de Campinas – o Dr. Delair era o delegado responsável –, nós o trouxemos e o ouvimos, instalamos inquérito. Eu trouxe para os senhores aqui a cópia todinha do inquérito, que ainda não terminou. E não terminou ainda, Senador, por quê? Primeiro, a Rede

Globo levou cinco ou seis meses para mandar para nós a fita e até hoje não mandou para nós o repórter para ser ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós temos cópia.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Mas é preciso que venha dela oficialmente. Também tenho uma cópia, mas eu preciso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a CPI pode mandar oficialmente.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Isso. Na realidade, chegando, estou mandando para teste, mas eu preciso do repórter para ser ouvido, esse repórter que se passou supostamente como vítima e que estaria comprando um carro. Não foi ainda identificado o nome dele pela Rede Globo, que não o apresentou para nós ainda para ser ouvido no inquérito. Acho que foi no mês de agosto ou outubro que começou a denúncia, e até hoje a Rede Globo não encaminhou o repórter. Ele deve ter muito a fazer, fica numa correria, mas vamos ainda ouvi-lo.

Mas o importante é que a polícia judiciária está acontecendo. Eu gostaria até que me trouxessem o inquérito, que trago para o senhor, Senador, que é o inquérito em andamento. O senhor vê o volume dele, que não terminou ainda. Precisamos ouvi-lo e apurar, para que se possa indiciar, pedir prisão ou fazer alguma coisa com referência à pessoa que ali se passou por vender carro roubado ou coisa assim.

Dando seqüência, o nosso Departamento tem uma divisão chamada Divecar, que é a responsável por essa matéria de fiscalização. Nessa divisão, tratamos de roubos de veículos, de roubos de cargas, de desmanches e de fraudes contra seguros. É uma divisão do nosso Departamento que apura tudo isso.

Desmanche, para nós, realmente é um peso muito grande. Por que é um peso muito grande? É uma facilitação de onde acontecesse o crime. De que maneira acontece a coisa? Existe um leilão público em que o leiloeiro, Senador – foi criada em 1932 a figura do leiloeiro oficial –, é federal. É ele o homem que legaliza toda essa situação. Se existe alguma coisa, é preciso haver a figura do leiloeiro, não só particular, como a seguradora. Em qualquer Estado que queira fazer um leilão, há a necessidade da figura do leiloeiro. É o homem que fiscaliza, que faz a parte pública.

O que vem acontecendo na realidade? Grande parte do leilão é composta de carros encaminhados pelas seguradoras, são sinistrados que vão para lá. O leilão não é fiscalizado oficialmente por ninguém. É um órgão federal.

Se há uma denúncia específica e pontual sobre alguma coisa, a Polícia local ou o Deic ou o Detran ou

qualquer Polícia que toma conhecimento de alguma denúncia específica vai lá verificar. Fora disso, é um ato oficial.

Não posso dizer que o leiloeiro é um desonesto, não posso dizer que o leiloeiro não é confiável. Concorde? E o leiloeiro tem a obrigação de checar todas as documentações. Seria o mesmo caso se fôssemos fiscalizar uma Cidetran que estaria a todo momento assinando uma carta de motorista errada. O delegado que assina é a autoridade competente para assinar aquilo a qualquer momento. E, se se tem desconfiança, instala-se uma sindicância. Vai lá e faz. O leiloeiro também ocupa um cargo oficial e faz seus atos de leilão baseado em lei.

Mas, no leilão dele, acontece um monte de coisa? Acontece. Ou seja, os carros que vão para leilão, muitas vezes, têm perda total, ou seja, os carros não são recuperados. Já houve casos – e já conversamos com os leiloeiros – em que a gente costuma dizer que se está fazendo leilão de uma churrasqueira. O senhores sabem o que é uma churrasqueira? Churrasqueira é um carro queimado; não sobrou nada, só tem o documento. E acabam fazendo, às vezes, de uma certa maneira... E quem compra aquilo faz uso daquilo como a lei lhe permite.

O desmancheiro compra naquelas condições e leva para o seu desmanche. E aí ele começa a vender as peças daquele carro. Por traz disso, o que pode acontecer... E já provamos que aconteceu, nobre Deputado, pois já fechamos mais de mil desmanches, já prendemos muita gente. Aproveita-se uma nota de um leiloeiro – e vamos demonstrar na sequência, com o Dr. Valter, as falhas do que vem acontecendo – em que está escrito assim: “Volkswagen branco da cor em que se encontra”. E dali ele dá sequência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sem descrição nenhuma?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Sem nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De motor? Nada?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Nada. Às vezes, quando tem, diz-se: motor raspado. O leiloeiro expede essa nota. Aí o delegado vai lá no desmanche e diz: “O senhor é dono disto aqui? É? Tudo bem. E este carro?” Ao que se diz: “Está aqui a nota da leiloeiro. Eu a recebi do leiloeiro”.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE – O leiloeiro é ligado a que órgão federal?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Se não me engano, é ligado à Junta Comercial. É uma profissão independente. Ele faz e não presta conta pra ninguém. Posso até estar falando besteira...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Há grandes leiloeiros em São Paulo e no Rio.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Exce-lentes. É o que estou dizendo: o leiloeiro faz o trabalho dele de leiloeiro. Concorde comigo? Não acontece o crime com o leiloeiro. Acontece o crime do leiloeiro para frente. Não tenho nada contra o leiloeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, Dr. Bittencourt, pode ter certeza de que os leiloeiros vão ser investigados também, até porque a sua dica é bem efetiva.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Vamos ser muito claros com V. Ex^a e com os Deputados e Senadores que estão aqui, vamos mostrar com a maior transparência o que acontece.

V. Ex^a é testemunha de que eu liguei e pedi para ser convocado para esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É verdade.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Todo mundo foge de CPMI, e eu pedi para vir aqui, porque fazemos a coisa séria, a coisa transparente, e queremos mostrar. Acreditamos que, desta CPMI para frente, vai sair alguma coisa verdadeira, com pé no chão. Estamos cansados, com todo o respeito, de ver outras CPMIs que “passam ventando como um barulho”, e o barulho você põe numa garrafa, mas não vira nada. Mas desmoraliza muita gente, prejudica muita gente. Fala-se um monte de coisas e besteiras, que já falaram por aí fora. Policiais já foram acusados e hoje não têm o mesmo palco e o direito de se defender, mas passaram vergonha em situações... E de outras carreiras por aí.

Mas nós não! Nós nos oferecemos para vir aqui, acreditando, primeiro, que V. Ex^a é um homem, com seus colegas, do qual não há o que se dizer. Então, quis vir aqui para dizer como é e me colocar à disposição para que a mim fosse perguntado tudo, para que possamos esclarecer, para que não comecem a dizer coisas que estão acontecendo, histórias de Papai Noel.

V. Ex^{as} têm o poder da mídia, são formadores de opinião. Um Deputado e um Senador numa CPMI falando é um peso.

Muito obrigado. Mais uma vez, agradeço a oportunidade que me deram de vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Confir-mo que o Dr. Bittencourt me ligou. Disse que estaria presidindo uma CPMI e que gostaria de vir com os seus colegas para explicarem corretamente o que vem acontecendo. Ele propôs que o Dr. José Francisco Leigo, Diretor do Detran, viesse junto com eles no dia de hoje, mas o Dr. Leigo esteve numa reunião do Cidetran ou do Denatran em Brasília e aproveitou para depor. A Deputada fez uma sequência de perguntas a

ele, e, por suas respostas, verificamos que a legislação engessa a ação da autoridade policial, principalmente a do Detran.

Essa é a parte que considero importante para a CPMI: quando da conclusão de seus trabalhos, dizer qual é a legislação que deve ser modificada para dar competência à autoridade para realizar ações concretas, a fim de não caracterizar omissão, pois é impossível que ele pratique essas ações estando engessado.

Cito como exemplo o que está ocorrendo no caso Waldomiro. A Polícia abriu inquérito, está investigando, e, de repente, o Juiz pede prazo e solicita várias diligências, inclusive quebra de sigilo à Polícia Federal, dá vistas ao Ministério Público, e este oferece a denúncia. Se o Juiz abre prazo para a defesa do acusado, engessa o inquérito, que não avança mais. Assim, o delegado não pode trabalhar numa investigação que é de interesse do Governo e de todo o povo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sr. Presidente, quero fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode falar, Deputado Cabo Júlio. V. Ex^a também é da Polícia?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sim. Em primeiro lugar, quero dizer da nossa consideração e do nosso respeito pela Polícia Civil. De longe, acompanhamos o trabalho de V. S^a.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de obter cópia da declaração que consta do inquérito denunciante. Sei que ainda não há conclusão, o inquérito ainda precisa ser concluído, mas eu gostaria que fosse extraída do inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Secretaria vai-se encarregar disso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Gostaria que fosse extraída do inquérito a declaração, a audição do denunciante.

Muito rapidamente, farei duas ou três perguntas, para que V. S^a responda se entender que, no decorrer da explanação do Dr. Valter, não serão abordadas. Quero entender algo. V. S^a falou do leilão. Entendemos que se recebem de bancos e seguradoras automóveis e vários objetos para leiloar. O leiloeiro faz o trabalho de vender. Pelo que entendi, o senhor estava dizendo o seguinte: quando um veículo – chamaremos o veículo de “pt”, perda total – vai a leilão, ele deve, em tese, ser vendido como algo que não pode mais ser reaproveitado. Quem compra compra a nota. Na realidade, compra a nota e o chassi.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – O documento.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O documento. Começa, então, um grande ciclo. Qual é o grande ciclo? De posse desse documento, dessa nota, posso

comprar em “algum lugar” algo parecido com o que consta da nota, voltando a fazer esse veículo chamado “pt” funcionar.

A primeira pergunta que faço é: a nossa legislação prevê ou não esse fato? Se não o prevê, faço ao Relator uma sugestão: que os veículos que forem a leilão com perda total não possam mais ser recuperados. Penso que assim quebraríamos o ciclo da recuperação, porque é possível comprar um veículo ao qual foi dada perda total com documento, roubar um carro igual e colocá-lo no lugar, ficando este legalizado, pelo menos em tese. Esta é a primeira pergunta que faço: a legislação permite isso? Onde há o engessamento que permita que fato como esse aconteça?

A segunda pergunta que quero fazer é a seguinte: quais são, no conhecimento de V. S^a, as maiores irregularidades no comércio de desmanche? A maior irregularidade é ligada ao desmanche, à oficina que desmancha? Quem é o bicho-papão da história: as seguradoras ou os leiloeiros? Essa é a ponta de linha que queremos puxar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Diga a cadeia.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Diga qual é a cadeia produtiva do crime nessa história. Também sei que, muitas vezes – trabalhei como policial alguns anos na rua –, há o golpe do seguro: pego o carro, ponho fogo nele, vendo-o em peças, desmancho, depois dou queixa de furto, vendi e ganhei vendendo a peça e também ganhei um novo carro. Então, quem é o bicho-papão nessa história?

São essas duas perguntas que, inicialmente, eu gostaria de fazer ao senhor.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Pois não, Deputado. Se V. Ex^a me permitir, antes de responder, vou dar só uma complementação, porque vou pedir que o Delegado Valter venha aqui.

Na nossa sequência, falamos de desmanche e de algumas coisas que acontecem. A outra figura chama-se salvado. Vou só explicar o que é salvado. Salvado é um veículo que também poderia até ir para o desmanche, para o leilão, mas, na verdade, é um veículo talvez com uma perda não tão grande.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Com avaria menor.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Com avaria menor ou até com avarias grandes, mas ele é muito caro, é um carro importado. Então, existe um pessoal de salvado que não fiscalizo. Aquele senhor falou a verdade – não sei se ele está aqui –, pois realmente não o fiscalizo. Não é competência do meu departamento fiscalizar. Eles compram veículos direto

das seguradoras e os põe para vender, ou seja, é uma loja de venda de veículos amassados.

Vamos considerar que passamos numa loja de carros chiques e que, em seguida, viemos aqui, e se dá a impressão de que estamos em Bagdá. É um carro todo amassado. Naquela loja de vidro bonito, há um monte de carro amassado, que também é vendido como outro carro. A origem dele é lícita. Ele comprou da seguradora. O carro está no nome – é isso, é aquilo –, tem registro. Mas o que vai acontecer com a loja dele para a frente é diferente. Ele vende carro lá por R\$36 mil – é o valor de um carro salvo –, e o sujeito compra. Aí o senhor pode olhar: será que esse carro recupera ou não, ou vão roubar um carro e colocar tudo aquilo em cima? É dali para a frente.

Já no desmanche é diferente. No desmanche, temos prova concreta e prisões, e serra nele, corta nele. O desmancheiro, muitas vezes, é bandido, é isso, é aquilo. E me desculpem os desmancheiros que são honestos.

Em São Paulo, hoje, temos mais ou menos 400 desmanches, dos quais mais ou menos 50 a 80 são licenciados na Junta como desmanche; o resto é dado como venda de peça usada, é um outro comércio.

O senhor não pode proibir a coisa mais antiga do mundo, e lembramos aí das viagens de compra e venda.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É o chama-do ferro-velho.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Não podemos proibir esse tipo de comércio.

Então, agora, consegui deixar o que são as duas figuras e a diferença entre elas.

Respondo a pergunta do senhor sobre o carro com perda total. Vamos começar lá atrás. Quem é que diz que ele é “pt”? A Polícia? Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O laudo da seguradora?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Laudo da seguradora? Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – O desmancheiro? Não. Quem diz? Ninguém diz. Sabiam que ninguém diz? Só quem pode dizer que o carro é um “pt” é o dono. Quem é o dono? É o senhor, que é o proprietário particular e que achou que ele não serve mais? Ou a dona é a seguradora que indenizou o senhor? É a seguradora. Então, pergunto para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A seguradora indeniza por perda total. Ela não reconhece nessa hora...

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Penso eu – e nunca investiguei administrativamente a seguradora,

porque não tenho motivo – que cabe a ela dizer o que é dela de perda total e o que não é perda total. Cabe a ela dizer se vai ou não ganhar mais dinheiro com o carro. Aí pergunto para o senhor: ganha mais dinheiro a seguradora na venda de um seguro ou na recuperação de veículos indenizados, salvados? Não sei.

Mas a lei permite que a seguradora faça isso, porque não existe em lugar nenhum alguém dizendo o que é isso ou aquilo. O carro salvo que ele vende está sendo vendido baseado na lei; a lei permite que ele faça isso. Para o senhor, é perdido, mas, para ele, não.

Fomos vender o carro para o Rockfeller. Ele disse: “Quero recuperar este fordinho aí”. Ele tem dinheiro, ele faz. É um direito que ele tem, e ele não está cometendo nenhuma irregularidade. O que é malcheiroso se dá dali para a frente ou se dá para outros que vão usar. E a Polícia tem que trabalhar na faixa do malcheiroso, o que é difícil, é muito difícil, porque o que é malcheiroso para mim ou para o senhor, que somos policial, não o é para a Deputado, por exemplo. Ela tem um amigo que gosta de recuperar carro e gosta de gastar dinheiro em carro. Ele quer recuperar aquele carro, e é um direito que a lei lhe dá.

Porém, quando o carro é detectado como perdido total, a lei ampara. Fica obrigado a se retirar dele o número do chassi, a se recolherem os documentos e a placa. É o que o Dr. Valter vai mostrar para a frente. Esse é um grande erro, pois se tira o RG do veículo.

Aí, no leilão, foi dito que ele era perda total. O leiloeiro diz: “É perda total. Acabou. Recolha o documento!” Não se entrega o documento para o desmancheiro. O documento vai para a seguradora, que vai dar baixa no Detran. E se levam dez, quinze ou vinte dias. E, nesses quinze ou vinte dias, o desmancheiro desonesto tem um documento oficial do leiloeiro, e ele pode roubar e receber carro durante quinze ou vinte dias. Acabou lá. Quando o delegado chega lá, ele fala assim: “Que carro é este aqui?” E se diz: “Esse carro é roubado”. Roubado o quê! O senhor está louco! Olha aqui: volkswagen branco, a quantidade em que se encontra; não há número, não há nada. Ele rouba trinta dias o modelo daquele carro. “Ó mocidade, está liberado o roubo de carro branco, e estou com uma notinha na mão”. E fica trinta, quarenta ou cinquenta dias com a notinha na mão.

A Polícia chega lá. A Polícia sabe que ele é bandido. Isso dá margem até para o policial ser desonesto, para outro, para fiscal, para isso, para aquilo. O senhor concorda comigo? A lei deixa uma falha, para que aconteça isso. Tem que ser mudado? Tem. Estamos gritando para que isso mude. Estamos gritando há muito tempo. É difícil.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Qual é a lei? O senhor pode me dizer?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Se V. Ex^a permitir, daqui a dois minutinhos, ele vai mostrar tudo.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O preceito é sempre o da lei. É impressionante. No depoimento de autoridade, o preceito é o da lei.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Mas é que autoridade só mexe com a lei, Deputada, não mexe com outra coisa. Vai me perdoar. Só falamos de lei. Ele é bacharel, eu sou bacharel. Se eu falar fora de lei, estou falando besteira. V. Ex^a pode falar tudo que quiser, porque não está falando como bacharel em Direito. Então, V. Ex^a pode falar de lei, de resultado, de conversa, de tratado, de amizade. Eu falo de lei. Mas vou mostrar para V. Ex^a a lei. Não vai ficar na história, não. Vai ficar na lei, mostrando o que é e propondo que V. Ex^a e outros mudem a lei. E, se não mudar a lei, isto aqui vai virar brincadeira; vamos continuar falando, e não vai virar nada. É por isso que me propus a vir aqui. Dá-me mais um tempinho, que vou mostrar para V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O grande objetivo da CPI é buscar a mudança da legislação, para que haja responsabilidade de quem a aplica e de quem foge dela.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Exatamente, Senador. É por isso que estamos aqui.

Há outra coisa: V. Ex^a me perguntou sobre as fraudes. Vou lhe mostrar. Isto aqui é um inquérito só sobre fraudes. Estes carros que V. Ex^as estão vendo aqui... É difícil explicar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É fraude de seguro?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – É fraude contra seguro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Contra o seguro?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Contra o seguro. Porque a seguradora, na realidade, é vítima dela própria no final da história.

Temos carros aqui, Deputado, em que houve perda total, dada pela seguradora. Acabou e tudo mais. Aí o cara foi ao leilão, arrematou e guardou o carro com ele. E ainda arranhou outra pessoa que tem um seguro em outro lugar, que precisava bater o carro e ganhar uma notinha. Então, ele vai lá, faz um Boletim de Ocorrência. Aquele carro que não anda mais, que está lá, bateu no dele, e aí a seguradora paga para aquele outro. Deu para V. Ex^a entender? Há carro de seguradora treinado só em enchente. Como é que ele é chamado?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Carro anfibio?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Não. É desse filme aí: Titanic. É o carro que chamamos de Titanic. Ele é encontrado alagado, afundado; aí é paga a perda total, e o cara guarda. Na próxima enchente do outro ano, ele entra de novo, vai para a vistoria e é assegurado por outra seguradora. As seguradoras acabam sendo, de uma certa maneira, vítimas delas mesmas no final da história todinha.

Consegui explicar mais ou menos. Agora, vou trazer o Dr. Valter, para que ele possa fazer a exposição, mostrando as leis que amparam o que estou dizendo e o que deve ser mudado, Senador.

O SR. RELATOR (Takayama) – Eu queria fazer uma pergunta, Senador Romeu Tuma.

Dr. Bittencourt, quero só ajudar a esclarecer. Sei e alguns Deputados sabem, mas há pessoas que não sabem por que o Deic não pode interferir na loja de salvado e só na loja de desmanche. Gostaria que o senhor trouxesse a razão.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – A razão é a seguinte: é uma delegacia específica de desmanche. Está escrita a palavra “desmanche”. O decreto criou a palavra “desmanche”. Quanto aos salvados, não é desmanche. Os salvados é uma loja de venda de veículo comum.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quem fiscaliza?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Quem teria que fiscalizar? Vamos dizer o seguinte...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A delegacia local.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – A Receita fiscaliza. Se houver alguma acusação pontual, o Detran vai verificar. Há livros lá, e a Receita passa e fiscaliza. É uma loja de carros igual às outras lojas, comum, não tem nada diferente. Só que é de carros amassados. O meu Departamento fiscaliza o desmanche, onde há o comércio de venda de peças usadas e o desmanche.

Eu pediria ao senhor: se pudessem acabar com a figura do desmanche, se fizessem diferente, ganharíamos nós todos. É difícil, é muito difícil. Que se faça uma lei de verdade, Deputado, uma lei que dê força, senão vamos “ficar enxugando gelo”.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixe-me só falar uma coisa, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem a palavra o Deputado Cabo Júlio.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Só quero dar uma explicação.

O SR. RELATOR (Takayama) – Deputado Cabo Júlio, é preciso acabar com o desmanche, mas, havendo ferro-velho, continua a mesma coisa.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Ferro-velho, sei lá! É outra coisa, não é? Ferro velho é...

O SR. RELATOR (Takayama) – É a mesma coisa.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Pode ser. Mas aí vai ser difícil, Deputado, porque, como eu disse, o comércio é a coisa mais antiga do mundo. Se o senhor me proibir de comercializar com o acusado, eles vão reclamar amanhã. O pessoal tem que ganhar dinheiro com alguma coisa. Num País deste em que há dificuldade de emprego, há gente vendendo imagem; outros estão vendendo história, fumaça. Só que tem que ser feito de tal maneira que seja bem fiscalizado, bem controlado. Não é verdade?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Só vou terminar. Dr. Godofredo, na realidade, a CPMI tem algumas finalidades, e aí vamos ser convergentes em alguns pontos e divergentes em outros.

A primeira divergência é: o problema é a brecha da lei. O grande problema da lei não é o legislador, é a brecha que se encontra na lei. Sabemos que o grande bandido se aproveita de todas as brechas que a lei permite. E a nossa grande finalidade aqui talvez seja, mais do que a de buscar essas denúncias, a de tampar essas brechas, para que não permitamos isso.

Então, a última pergunta é a seguinte: existe uma relação “promíscua” ou indevida entre seguradoras, desmanches, salvados e leiloeiros?

Na realidade, o senhor me disse, numa de suas falas, que a seguradora, no fim, sempre acaba perdendo. Nesse ciclo, quem é o grande bicho-papão? É o “desmancheiro”? É a seguradora? Como tampar isso? Essa é a última pergunta que faço ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por enquanto.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Por enquanto.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Dizer para o senhor que o senhor está vivo porque o senhor respira um ar e, ao mesmo tempo, desconsiderar a lei da gravidade? Eu não saberia o que seria o mais importante para o senhor continuar aqui. Está certo? Então, é muito complicado dizer para o senhor que, dentro desse ciclo, existe alguma coisa viciosa. Pode até existir e ser pontual.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixe-me mudar um pouquinho a pergunta: quem a brecha da lei beneficia mais nesse ciclo?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – As brechas da lei beneficiam a todos, porque estamos todos

no mesmo comércio: um está com o carro trombado, que ainda é só dele, e vai passar para o outro, e o que vai fazer essa passagem é o chamado leiloeiro. Então, as brechas servem a todos.

Mas temos a solução. O senhor vai ver a solução. Não estamos aqui para contar uma história que existe uma lei, que é isso e aquilo. Não levamos nada com a barriga para contar história de Papai Noel; pelo contrário, queremos realidade, queremos verdade, queremos que a criminalidade de São Paulo, Senador, abaixe.

Sinto-me muito honrado, pois, no meu Departamento, graças a Deus, baixamos o roubo a bancos, estamos baixando seqüestros e estamos encarando uma nova luta agora com os seqüestros relâmpagos. Estamos tentando fazer, mas tentando fazer com o pé no chão. Por isso, quis vir aqui. Os senhores têm a faca e o queijo na mão.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Estamos aqui para cortar o queijo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Deputada Mariângela quer fazer uma pergunta.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Tenho uma série de questões aqui. Primeiro, quero me inscrever ordenadamente. Ele fez a parte primeira da exposição. Vem um segundo auxiliar fazer uma segunda exposição.

Apenas quero fazer um reparo: está ficando habitual; é muito fácil dizer que o problema está na lei, porque aí a responsabilidade é nossa, é de todos nós que somos eleitos, que somos escolhidos pelo voto direto – não há escolha de outra forma; não é cargo de confiança, não é nada, pois somos escolhidos na urna pela população. O problema é nosso, o problema é a lei.

Quero dizer ao senhor que uma das coisas mais impressionantes no depoimento do Dr. José Francisco Leigo, Diretor do Denatran, nesta mesma CPMI, e que nos incomodou – ele nem aceitava –, foi exatamente isso. E ficou claro para nós, à medida que estão avançando os inquéritos, as oitivas de autoridades, que existe uma absoluta indiferença de cada pessoa que preside um órgão em relação aos demais. A interface é ignorada. Não se articula.

Então, eu só queria reparar isso. Vou pedir a instalação de uma CPI Mista do Congresso Nacional, não da Câmara, mas de Senadores e Deputados. Vamos pedir que a Assessoria Técnica da Casa... Gostaria que o Relator anotasse isso.

O SR. RELATOR (Takayama) – Estou anotando.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Vamos pedir que a Assessoria Técnica da Casa, imediatamente, antes do próximo depoimento, comece a

apontar o que na lei favorece tanto a criminalidade. Qual é a lacuna na lei que favorece tanto a criminalidade? As pessoas são mortas, existe um crime vultoso aí. O problema é a brecha na lei.

V. S^a vai me desculpar, mas não concordo com isso de jeito nenhum. Não somos Deputados Federais por acaso e nem caímos do céu. Cada um que chegou lá, pelo menos no Estado de São Paulo, teve, no mínimo, 95 mil votos. Assim, não se trata só da lei. A lei pode ser um pequeno detalhe. Existe uma ineficiência em relação ao crime.

Por exemplo, V. S^a deu muita ênfase aos desmanches, mas quase nenhuma aos salvados. O pessoal que atua nos desmanches é tão desqualificado que é fácil de ser pego, pois é a raia miúda. O difícil é pegar aqueles que têm ligações com aquelas seguradoras, conforme a denúncia que motivou esse tema. Não é Deputado que está fazendo a denúncia. Deputado conhece muito bem a lei.

Quero repetir para V. S^a a minha decepção com a falta de empenho na aplicabilidade da lei. Se a lei não presta, qualquer agente público tem a obrigação, inclusive, de acionar o Congresso Nacional, para que ela seja aprimorada, para o exercício do seu dever.

Sinceramente, continuo aqui – quero deixar isso bem claro, pois vamos até o fim com essa investigação. Ainda que sejamos poucos os interessados, primeiro, a nossa parte nós a faremos – não tenha dúvida disso –, como já a estamos fazendo. Em segundo lugar, esta CPMI não foi criada para fazer nenhum alarde, ao contrário. A questão que está sendo investigada é seria e implica mortes de pessoas, crimes vultosos para o cidadão. Quando se quer aplicar a lei, supre-se até a lacuna que possivelmente a lei possa ter.

Estou fazendo só um reparo inicial. Depois terei questões muito objetivas para fazer. Tenho uma série, quase uma lauda, de questões para V. S^a especificamente. Mas vou, disciplinadamente, aguardar a segunda parte da intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a quer dar alguma explicação?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Quero parabenizá-la pela sua preocupação, mas gostaria que não me comparasse com ninguém. Se eu não estivesse preocupado em apurar da maneira que V. Ex^a acha que os responsáveis por alguma coisa devem apurar, eu não me teria oferecido para vir aqui. Não conheço seguradora, salvados. Eu nem sabia quem era o senhor que falou. Já conversamos? Fui visitá-lo? Não o conheço, não sei.

Há quarenta anos, Deputada, que eu faço só isso. O Senador Tuma me conhece desde quando eu tinha cabelo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trabalhamos juntos.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – V. Ex^a vai encontrar alguém igual, mas melhor que eu não. Vou deixar isso bem claro.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Não estou dizendo isso...

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Mas eu faço questão de dizer isso para a senhora. V. Ex^a falou, e agora deixe-me falar do meu jeito.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Quero apenas fazer um reparo. V. S^a agora virou para o outro lado. Estou apenas dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a afiliação da Deputada...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Estou dizendo que é muito fácil, na frente de Senadores e Deputados, dizer que a questão é a lei. Se a lei tem brecha, eu atuo dentro. Só isso.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Está bom, Deputada. Está bem. Não é pessoal; é pela lei.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Por favor, o senhor está lidando com uma Deputada Federal, professora universitária. Portanto, não me passe um atestado de ignorância prévio, atestado que não possuo. Tenho bastante tempo de pós-graduação na Universidade de São Paulo. Eu pediria ao senhor, por favor, que se restringisse a responder, sem adjetivos, às questões formuladas.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Mas, quando V. Ex^a disse que está cansada de escutar autoridades que não levam tão a sério a lei, apesar de suas brechas, V. Ex^a disse isso para mim, que estou aqui depondo. Não sei qual é a sua formação superior. É bacharel em Direito? Não sei.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Isso não está em questão.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Tudo bem. Deixe-me apenas dizer que a lei foi feita para ser cumprida e não para ser discutida, Deputada. Não posso ser acima da lei, não posso simplesmente resolver... Estou gritando aos senhores para que me ajudem, para que façam leis mais completas, Deputada. Não me estou justificando atrás de lei, muito pelo contrário. Já fui processado 18 vezes, Deputada, por abusar da lei. Por eu achar que a lei não serve, Senador – e o senhor sabe bem disso –, a gente vai um pouquinho mais. É coisa de Polícia. A gente corre atrás e acaba tomando bronca depois.

O juiz, quando senta, fala: “O senhor não é bacharel? O senhor não sabia que não podia fazer? Por que fez?” Digo: “Porque fiquei indignado”. E a pior coisa que tem, Deputada, é tentar fazer e a coisa fugir pelo vão

dos dedos. Esses homens que estão sentados aqui são pais de família, policiais que estão lutando e que gritam comigo, porque a gente chega, e a coisa foge...

Vamos mostrar para a senhora onde a lei estanca o nosso trabalho, e queremos que isso mude. Tenha certeza de que com a mudança virão interessados aqui, Deputada, gritar contra nós, porque não querem que se faça isso ou aquilo, porque existe o interesse econômico. Mas tudo bem. Só quero mostrar que não estamos pegando a lei como se fosse uma maneira de dizer que “não faço isso porque a lei não permite”. Muito pelo contrário, estamos correndo atrás, tentando forçar, fazendo comparação. E, muitas vezes, juízes decidem por analogia, por isso e aquilo, forçando. Mas tem que mudar alguma coisa!

Vou dizer para a senhora que não a responsabilizo ou os Senadores por isso ou aquilo. Mudar uma lei é complicado. Não se muda uma lei da noite para o dia; isso não se faz. É normal que se esteja mudando.

Então, quero deixar bem claro para a senhora que não nos escondemos atrás de lei, em hipótese alguma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só queria fazer um esclarecimento em respeito à Deputada Mariângela Duarte, que é uma pessoa independente e séria e que se tem revoltado com algumas coisas, como todos nós e o senhor também – acredito nisso.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – É lógico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sei que há corporativismo na discussão de legislações. Mesmo eu tenho várias propostas que há quatro ou cinco anos não avançam, porque há interesse de Parlamentares em sustentar alguém que os ajudou na campanha. Não estou acusando Deputado nem Senador, mas existem interessados em que projetos não andem.

A CPI tem uma valoração, porque os projetos que saem da CPI não são individuais, são conclusões de relatório. Tem que haver preferência na discussão da modificação da legislação.

Por exemplo, na CPI dos Precatórios, em que conseguimos investigar e descobrir toda a trama feita durante as lavagens de dinheiro, e, hoje, depois de cinco ou seis anos, estão terminando alguns inquéritos, pela dificuldade da própria legislação. O Ministério Público agiu e não consegue passar alguns obstáculos.

Então, resalto a importância da CPI na apuração, na responsabilização daqueles que tenham trazido prejuízo à sociedade, seja seguradora, leiloeiro, “desmancheiros”, vendedores de salvados. Temos que descobrir essa cadeia, mas vamos tentar desobstruir os caminhos para a autoridade competente, porque,

se ela não fizer, ela será omissa por que não cumpriu a lei.

Concordo com o que a Deputada fala. É que, às vezes, falamos em grupo-tarefa, em que há uma participação direta de Receita, de Inmetro, de todos os órgãos, porque cada um tem uma parcela de responsabilidade. Se a Polícia não consegue resolver o problema, ela precisa se unir a outros órgãos, precisa dizer que o responsável do Inmetro, por exemplo, terá de auxiliá-la para verificar se o procedimento está correto ou não. Essa é a preocupação.

Há uma sobrecarga de trabalho da Polícia, que está saturada. Hoje estávamos falando que precisamos reunir os chefes de Polícia e ir para o Rio de Janeiro para discutir com as autoridades de lá, com os Delegados e os Policiais Militares, e verificar como se pode ajudar a melhorar a situação no Rio. Vai-se criando uma imagem de que a Segurança não tem capacidade de vencer a criminalidade.

A gente, que foi Polícia por 50 anos, fica chorando pelos cantos, numa angústia profunda. Duvido que aqui haja um delegado ou um policial militar que não esteja preocupado com o que está acontecendo no Rio. É um exemplo terrível. Quando a marginalidade cria corpo num Estado, tranqüilamente, nos dos outros Estados, o crime organizado cresce também e desafia a autoridade constituída.

Então, essa é a união que temos que formar. Entendi que foi isso o que a Deputada quis dizer. Precisamos começar a montar grupos tarefas, para agirmos diretamente, para sabermos quem é o responsável por salvados, por exemplo, e dizermos: “Se é o fulano, você irá comigo nessa hora”. É preciso exigir a presença do responsável.

O SR. RELATOR (Takayama) – Permita-me falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. RELATOR (Takayama) – Sr. Presidente, percebo que, na ânsia de procurarmos as soluções, os debates se tornam acalorados. Penso que isso é salutar, mas devemos usar essa mesma força na busca exatamente da solução.

Acredito que todos os delegados estão aqui. Estão aqui os representantes das seguradoras. Os representantes das lojas de salvados devem estar aqui; alguns serão ouvidos ainda na seqüência. Aqui também estão os Parlamentares. Estão também representados aqui os sindicatos – como a Sindirepa e a Sindifup – e demais órgãos.

Penso que esta CPMI foi criada, Deputada Mariângela Duarte, Dr. Bittencourt e Presidente Romeu Tuma, exatamente para buscarmos equacionar uma

solução, que acredito todos queremos. Assim querem os delegados, porque essas brechas acabam trazendo prejuízo aos seus trabalhos, e a sociedade no seu todo. Esse é o resultado final que queremos.

Acredito que estamos no caminho. Já ouvimos o Diretor do Detran. Já percebemos que basta uma má vontade no setor para criar toda uma cadeia de dificuldades.

Acredito que essas brechas que existem são em função até da dinâmica do mundo. O mundo muda. Quem poderia imaginar que hoje estaríamos vivenciando a questão da clonagem, que a legislação não contemplava? Quem poderia imaginar que a questão dos salvados poderia dar todo esse desdobramento?

Acredito que estamos caminhando para uma solução, que é o que todos queremos, o que toda a sociedade quer.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, segundo o Dr. Bittencourt, eles nos poderão ajudar a fechar essas brechas, para que possamos sair daqui com uma equação, um denominador comum, tendo a certeza de que temos subsídios para elaborar algumas mudanças.

Ao ouvirmos o Dr. Leigo – que de leigo não tem nada, pois é um experto na área do Detran –, acredito que sairemos com uma solução que satisfaça toda a população. Espero que todo esse calor da fala da Dr. Mariângela e do Dr. Bittencourt seja canalizado para a busca das soluções que todos queremos.

Já que o Dr. Bittencourt vai trazer aqui a solução para esse setor, dentro daquele universo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Solução, não acredito, mas sugestão sim.

O SR. RELATOR (Takayama) – Sugestão para solução.

O Dr. Bittencourt disse que fechou mil desmanches. Mas qual o universo dos desmanches?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Veja bem: eram quase 1,6 mil desmanches na época. Foram fechando...

Vou deixar bem claro, Deputada, que não posso fechar um desmanche. Fecho a parte que me compete. Mas sabe quem autoriza e libera o desmanche? É a Prefeitura. Não posso cassar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu ia perguntar exatamente isto: qual é a participação da Prefeitura?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – O alvará é da Prefeitura. Ele funciona sem nada meu. Deu para entender?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O senhor está dizendo, então, que a culpa é da Marta?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. A fiscalização é da Prefeitura. É responsável sim.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Não estou dizendo que a culpa é da Marta. A Marta nem pensava em ser prefeita, e eu já tinha esse problema.

Deu para entender? Não posso cassar o alvará. Mas comunicamos à Prefeitura, tudo mais. Mas, se eu passar por cima da lei e prender o alvará dele, vou ser processado.

Como V. Ex^a mesmo falou, Senador, vamos somar! Procuramos somar, estamos cansados de fazer operações conjuntas, mas chega uma hora em que todo mundo fica a ver navios. E a pior coisa para nós policiais é que, no final da história, ficamos parecendo meio sem força. Todo mundo tem medo, toca a sirene, mas não se prende ninguém. Não há coisa pior para nós que isso.

Quando começaram a seqüestrar famílias de gerentes de bancos em São Paulo, eu não era do Diretor do Deic, eu era divisionário. Comecei a pensar em como vencer isso. Não existe isso em faculdade. Em lugar nenhum, ensina-nos isso. Professor nenhum vai ensinar isso. No tempo do Dr. Tuma não existia seqüestro de família de gerente de banco. É uma modalidade nova.

Mas fiz Direito, Deputado, e passo 24 horas do meu dia sentado na minha sala pensando como delinqüente, para vencer o delinqüente. Aí bolamos, sentamos, conversamos e conseguimos combater isso. Hoje, graças a Deus, há um ou outro caso. A fórmula que juntos fizemos – reunimos os delegados para combater isso – deu certo. E é o que estamos tentando fazer com o senhor hoje aqui.

Quero deixar bem claro que não me quero esconder em hipótese alguma atrás de lei. Não vou modificar a lei. Vamos propor situações, para que se fortaleça o combate à situação, para que o bandido, o mal profissional, o mal “salvadeiro”, se pode ser chamado assim, seja preso, para que ele não mude de comércio, para que ele não faça isso, porque a lei vai deixá-lo numa situação difícil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado, Dr. Godofredo.

O Dr. Godofredo falou em seqüestro relâmpago. Já mandei estudar a mudança dos arts. 157 e 159, para agravar o seqüestro relâmpago, que não é um roubo comum. É um seqüestro perfeito. A pessoa fica num cativeiro ambulante, mas é um seqüestro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Eu era Líder da Bancada em 2001, e foi criada uma comissão de Deputados e Senadores para compilar todas as 165 propostas sobre segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Comissão Especial de Segurança.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E uma das propostas dizia respeito à questão do seqüestro relâmpago. A matéria já está tramitando – fruto daquele grupo de trabalho – na Câmara e está para ir para o Senado, a fim de qualificar aquilo.

A questão dos **rackers** também entrou. Não havia como indiciar penalmente um **racker** porque não havia legislação para isso. Então, isso foi votado na Câmara e está caminhando para o Senado, justamente para fecharmos a questão. Como se disse, a lei tem brechas, sim, porque o crime é dinâmico, e a lei não o é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O crime nos surpreende, e eles não são surpreendidos. Não podemos andar sempre a reboque do crime. Temos antecipar, para evitar para que ele aconteça.

Agradeço ao Dr. Bittencourt, que, se pudesse ficar um pouco mais aqui... Não sei como está o seu tempo.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Ficarei aqui, e o Dr. Valter ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Dr. Valter.

Fique à vontade, doutor. Penso que é preciso apagar a luz. O senhor poderia nos dar uma cópia?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Já está entregue.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Por favor, solicito que sejam encaminhadas à Comissão cópias das transparências, do disquete ou do CD-Rom. O matéria já está sendo distribuído. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Deputada já recebeu?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Já. Fico muito grata, Senador.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Sr. Presidente, Sr^a Vice-Presidente, Sr. Relator, Sr. Deputado, senhoras e senhores, bom dia!

Meu nome é Valter Sérgio de Abreu. Sou delegado de polícia do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado há 20 anos. Iniciei minha carreira como delegado lá e lá permaneço até hoje.

O objetivo desta apresentação, determinada pelo Dr. Bittencourt, é demonstrar a realidade acerca do furto e roubo de veículos, desmanche de salvados, onde trabalhei por mais de cinco anos. Eu poderia dar uma colaboração nesse sentido. É claro que esse trabalho foi formulado com a anuência e a colaboração dos meus colegas que atualmente trabalham na Divecar.

Os assuntos que pretendo abordar são noções de identificação veicular, muito superficialmente, o sistema Renavam, que foi implantado em 1991, fur-

tos, roubos, desmanches, adulterações e fraudes e sugestões de solução legislativa, o que, na verdade, é um dos detalhes de que precisamos para combater de forma adequada esse problema.

Todo veículo automotor possui um número que lhe é atribuído ainda durante a fabricação, via de regra gravado na prancha do chassi. Trata-se de um número composto por caracteres alfanuméricos, com 17 dígitos, conforme determinação da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, e cada um desses dígitos tem a sua significação. O primeiro dígito – por exemplo, o 9, no caso do Brasil – é o identificador da região geográfica mundial de produção. O número 9 mostra que se trata da América do Sul; a letra B, o segundo dígito, representa Brasil; a letra W, por exemplo, representa Volkswagen. Identifica-se, portanto, cada um dos detalhes de produção desse automóvel.

Por ser a primeira identificação de um automóvel, essa identificação é considerada como o número principal, por ser esse o número a que se vinculará a placa posterior e qualquer outra identificação que venha a ocorrer oficialmente.

O número do motor – tratando-se ele do principal mecanismo instalado no veículo, considerado por questões econômicas, até por questões práticas, porque sem ele não teria condições de funcionalidade – igualmente recebe uma numeração. Essa numeração identifica o motor desde a sua fabricação. E, no momento da montagem desse motor sobre a prancha daquele chassi, existe uma vinculação dos dois para fazer uma ligação, um *link* desses dois números.

Quanto a números identificatórios adicionais de fábrica, por determinação legal – são resoluções do Contran e outras determinações legais –, os veículos possuem numerações adicionais de identificação que normalmente reproduzem os oito últimos dígitos da numeração do chassi, ou seja, o ano de produção e o número de série propriamente dito.

Além disso, há também a placa policial, que é a mais visível identificação veicular, ligada diretamente à numeração do chassi, que é a primeira identificação, como eu havia dito anteriormente.

O sistema Renavam é o Sistema Nacional de Registro de Veículos Automotores, que foi inaugurado em 1991 e tem a finalidade de controle unificado de todos os veículos em circulação no País. O que é o número do Renavam? O número do Renavam é como se fosse o número de identidade de um automóvel. É vinculado ao número do chassi e ao número da placa e é a cédula de identidade emitida pelo Poder Público que identifica aquele veículo.

Antes de 1991, cada Estado da Federação possuía um bloco de números de código Renavam que

eram reservados para esses Estados. No caso de São Paulo, esse bloco ia de trinta e cinco milhões a cinquenta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil. E, com a implantação do Sistema, esse código passou a ser gerado por um único órgão federal, que gera essa numeração, independentemente do Estado ao qual está vinculado o automóvel.

A partir de 1991, o número do código Renavam passou a ser de qualquer veículo automotor acima de sessenta milhões, obrigatoriamente.

O Sistema Renavam funciona da seguinte maneira: o veículo é produzido, a fábrica informa à sede do Sistema Renavam acerca da produção, o Sistema Renavam gera um pré-cadastro com a numeração de chassi e a numeração de outros agregados importantes que a fábrica informa ao sistema. Evidentemente, não existe placa policial, até porque a fábrica não tem como instalar essa placa. Esse veículo é levado pelo adquirente até um órgão de trânsito, onde ele receberia, ainda não instalada, apenas designada a ele, uma placa policial. Essa placa é informada ao Sistema Renavam. Existe uma vinculação onde se gera o número do sistema.

É evidente que apenas pode existir o furto e roubo desmanchando alterações de fraudes relacionadas a veículos porque existe lucratividade. Essa lucratividade é relativa, dependendo da atuação do indivíduo, que ali está dedicado ao crime. É claro que isso não é oficial, mas há uma identificação nossa, pessoal: identificamos as pessoas que trabalham com isso como criminosos eventuais, que são os indivíduos que praticam o crime com a finalidade de fazer uso do veículo em determinados eventos e que, em seguida – esse evento, claro, pode se associar ao criminoso –, via de regra, abandonam esse carro, que é localizado.

O criminoso amador, que é o criminoso que age solitário, que não tem vinculação com qualquer quadrilha organizada e estabelecida, pratica o crime normalmente com a finalidade de financiar o consumo de substâncias entorpecentes. Normalmente abandona o veículo após depená-lo.

O criminoso que age por encomenda pratica o ilícito para servir aos propósitos de um proprietário de uma revenda de peças usadas ou desmanche, ou seja, é um furto ou um roubo encomendado para essa finalidade. É claro que ele encomenda os veículos de que necessita, muito provavelmente lastreado na procura do público ou até na documentação que ele já possui de carros salvados ou coisa que o valha.

E há as quadrilhas organizadas. Essas quadrilhas organizadas são associações de ladrões; de pinadores, que são os indivíduos especializados na adulteração do número de chassi; de papeleiros, que são os indi-

víduos especializados na confecção de documentos falsos; de plaqueiros, que são os indivíduos que providenciam placas falsas para os automóveis; de mulas, que são os indivíduos especialmente contratados para transportar os veículos; de receptadores intermediários, que fazem a ligação dessas pessoas com o receptador final; e do receptador final. Esse último, normalmente, está no comando da quadrilha. Ou seja, o carro vem até esse receptador, que tem ligação com o indivíduo que vai adulterar aquela numeração do chassi original de fábrica, que tem ligação com outro indivíduo, que vai providenciar uma documentação para esse automóvel, e que tem uma ligação com um outro indivíduo, que vai providenciar uma placa falsificada para esse automóvel. Isso viabiliza o quê? Que esse veículo volte à circulação.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Mas a adulteração dos chassi sempre é perceptível, não é?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Deputada, até os peritos criminais dizem que, quanto melhor for a adulteração, mais fácil a identificação. Nem sempre é perceptível ao homem do povo.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Está ótimo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sempre depende da perícia, não é?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Sempre depende da perícia ou de um grau de especialização do policial, que deve ser extremamente experiente.

Essas quadrilhas têm estrutura hierarquizada e empresarial. Normalmente, aqueles que compõem um compartimento da quadrilha não conhecem os componentes de outro compartimento.

Há um outro tipo de quadrilha. Na verdade, segundo informações que pude colher, embora não seja a minha experiência atual, esta é a quadrilha que está mais em voga atualmente: a dos veículos remontados. Por que essa quadrilha estaria mais em voga atualmente? Justamente pela implantação do Sistema Renavam.

Na quadrilha anterior, fazia-se um clone de um outro carro que estava em circulação. Ou seja, mandava-se esse carro para um outro Estado da Federação, e havia dois automóveis com a mesma placa, com a mesma numeração do chassi, rodando em dois Estados da Federação sem controle.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Só não podia transferir, não é?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Dependendo do Estado, Sr. Deputado, até era possível. Atualmente, com o sistema Renavam e com inserção da esmagadora maioria dos Estados no sistema, isso

se tornou impraticável, porque existe um controle só federal.

Então, hoje o que se tornou mais eficaz?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Placa cinza.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Exatamente, Deputado. Placa cinza.

Tornou-se mais eficaz hoje transformar o carro roubado, colocar as peças de um carro roubado em um carro que não é roubado e que é procedente de um acidente ou de coisa que o valha, que não pode mais rodar. Esses veículos normalmente vêm de onde? Vêm dos leilões? É claro que vêm dos leilões promovidos por seguradoras, mas também vêm das vendas diretas das pessoas físicas. Também vêm de leilões promovidos pelo Estado, pelas Prefeituras. Também vêm daí, de veículos apreendidos. Então, várias são as fontes disso. Havendo essa remontagem, o transplante dessas peças – carrocerias e outras peças – para o veículo de origem lícita, que foi comprado em leilão ou diretamente do seu proprietário, ele volta à circulação.

Vamos falar do destino dos veículos subtraídos. Segundo informações que pude colher, há cerca de 40% a 50% de recuperação no Estado de São Paulo atualmente, se eu não estiver equivocado.

Há outros veículos que são levados para desmanche, e, nesses, nós podemos incluir duas categorias: a primeira categoria está relacionada à fraude para recebimento de prêmio de seguro, em que as seguradoras são vítimas; e a segunda categoria se relaciona àquele carro roubado ou furtado realmente, que é levado ao desmanche para abastecimento das peças de reposição.

Há o remonte delituoso, que normalmente é feito por meio dos salvados. Há a adulteração, que é aquela que expliquei anteriormente. Esses dois métodos levam o veículo de volta à circulação. E há o comércio internacional. Para o comércio internacional, estamos falando em veículos de valor muitíssimo mais elevado.

Quanto a fraudes, penso que já acabei informando do que se trata. Vou informar só o segundo – por adulteração, penso que já deixei mais ou menos claro –, que é a raspagem da numeração do chassi, que é gravado em baixo relevo. Raspa-se, e punciona-se novamente. Isso é adulteração.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Para cada uma dessas especificações que o senhor está nomeando, há estatísticas?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Eu não teria estatística. Na verdade, Sr^a Deputada, são informações colhidas por empirismo, pelo dia-a-dia.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Está bem. Obrigada.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Há uma segunda forma de fraude. E, quando digo fraude, não me estou referindo a recebimento de seguro, mas sim de fraude para o carro voltar a rodar. A segunda forma é por implante. O que é implante? Esse número de chassi é gravado numa determinada área da prancha do chassi, é recortado, e ali é colocado um outro pedaço de metal, com numeração de chassi de veículo produto de compra ou coisa que o valha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É soldado?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Sim, é solda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Identifica-se facilmente isso?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Senador, é como eu disse: depende da técnica de quem faz. Normalmente, o homem mediano não identifica. Esse veículo é comprado em feira de automóvel com a maior facilidade. Algumas adulterações são capazes de enganar, inclusive, o policial treinado.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Isso é importante.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando as companhias de seguro analisam um veículo, há gente especializada para ver se houve ou não adulteração no veículo? Há pessoas das companhias de seguro que são competentes para fazer isso?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Sim. Evidentemente, não são peritos oficiais ou coisa que o valha, mas existem pessoas treinadas e contratadas pelas companhias de seguro para essa finalidade, o que não implica dizer, é claro – também não vou generalizar –, que não sejam corruptíveis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tenho dúvida sobre isto. Eu só queria saber até que grau vai a responsabilidade do conhecimento ou não da fraude.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Normalmente, existem pessoas especializadas e, inclusive, bastante aptas.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – É sempre o problema do Brasil em qualquer setor. O problema é a fiscalização, porque, se há um método eficaz de fiscalização e de controle, opera-se bem. E a grande dificuldade em qualquer setor da Receita – em qualquer um, como o INSS – é sempre a questão da fiscalização. Esse é um ponto que está ficando claro para nós, e vamos ter que nos debruçar para fechar o cerco não só na legislação.

Eu estava vendo uma lei que, se cumprida, obteremos um excelente resultado. Depois entrarei nessa questão.

Mas há algo que vai ficando claro para nós. Será mais fácil fecharmos a brecha na lei se sair uma legislação de uma CPI Mista do Congresso Nacional. Com a autoridade do Senador Romeu Tuma, isso será mais fácil. Mas o problema não é esse. O problema é como, na prática, faz-se uma ação integrada com todos os setores da interface para que se fale não só na normatização da lei, mas, sobretudo, na eficácia da fiscalização cotidiana, nem que seja para se colocar ali um selo holográfico. Algo tem que funcionar com a identificação desses desmontes.

Eles vão atrás. Eles são engenhosos. Brasileiro, infelizmente, é muito criativo para a criminalidade. Penso que ainda há falhas dos órgãos públicos.

Estavam me explicando a questão da seguradora. É verdade que, às vezes, detecta-se um carro com problema e aí é que não manda mesmo para o Poder Público. Não há nenhum interesse em mandar.

Então, só o interrompi para dizer que vai ficando claro que temos que aprimorar os instrumentos legais e de fiscalização.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E também criar os canais de comunicação, Sr^a Deputada.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – É claro e evidente.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Talvez, na verdade, seja essa a dificuldade. Não existe uma legislação que obrigue os órgãos a se comunicarem realmente. No caso da Polícia, precisamos de uma Polícia forte. Esses outros órgãos, então, têm que nos atender.

Vou tratar dos salvados e do crime, do remonte delituoso. O que é o salvado? Penso que já ficou claro que é um veículo que, no caso em tela...

O SR. RELATOR (Takayama) – Quero só fazer uma pergunta. Sr. Delegado.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Pois não.

O SR. RELATOR (Takayama) – O que seria uma Polícia forte? Isso implicaria em aumento de contingente, em aumento de técnicos? O salário é um problema de todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a legislação e a obrigatoriedade de os órgãos que detectam qualquer falha – companhia de seguro, Inmetro e todos os demais – comunicarem-na, imediatamente, à autoridade policial, sob pena de ser processado por omissão. Penso que é isso, não é doutor?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Sem dúvida.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Permita-me perturbar um pouquinho.

Não sei se em São Paulo acontece assim, mas, na grande maioria dos Estados, poderíamos começar a fazer com que esse ciclo criminoso não acontecesse, naquilo que chamamos de transferência de veículo. Não sei se em São Paulo funciona assim. Na grande maioria dos Estados, uma enorme parcela dos veículos que são transferidos não vai para o Detran fazer vistoria – é o despachante que tira o decalque ali, que vai ao vistoriador. Qual é o instrumento que temos para detectar se aquele carro é ou não adulterado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Até o prontuário do veículo é difícil chegar no outro Estado.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O pé-de-chinelo faz o chamado implante e corta em volta do número do chassi, e o vistoriador, quando passa o ácido, percebe isso. Mas tem aquele cara que corta quase meio metro pra lá e pra cá, e aí fica mais difícil. Mas ainda assim sabemos – lembro que, quando eu estava na Polícia, fiz alguns cursos nessa área – que há os números de segredo no carro, o que, em outros locais, não há mais. Antigamente, isso existia; fazia-se a comparação dos números de segredo. E, se não há isso, essa já é uma sugestão para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, na exposição, ele diz que há peças numeradas pela indústria na composição do veículo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sim, Senador, mas o problema é que posso ir lá e comprar um motor num ferro-velho com nota e legalizá-lo. Então, uma sugestão para o Relator é a de que volte a existir, como até há pouco tempo havia, o chamado número de segredo. O vistoriador pegava o chassi e o comparava, se tinha dúvida, ao número de segredo. Então, fica para o nosso Relator essa sugestão.

Mas acredito que talvez 50% dos nossos problemas seriam resolvidos se verdadeiramente cada carro transferido neste País passasse verdadeiramente pela vistoria do Detran. Repito: não sei como funciona aqui, mas, na grande maioria dos Estados, o despachante faz a transferência, o carro não vai ao Detran, e ninguém sabe como é que está aquele carro. Isso acontece aqui?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Lamento dizer que não tenho essa informação. Realmente não sei como é que está acontecendo isso aqui, até porque é feito pelo Detran.

De qualquer maneira, tenho que dar toda razão ao senhor, porque realmente trabalhei no foro de automóveis e tratava muito de carros de outros Estados.

Esses carros eram transferidos até com numeração de chassi marcada em sabonete, para depois tirar decalque.

Então, penso que a definição de salvado está mais ou menos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aumentou a venda de sabonete.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Bastante.

Penso que a definição de salvado já está bastante clara. É todo aquele veículo que ainda tem valor econômico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a inexistência de conceituação legal de perda total e de recuperação?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – É o seguinte, Sr. Senador: existe na legislação um conceito extremamente tênue do que é perda total. Na verdade, não são dados sequer parâmetros para que qualquer órgão policial ou pericial ou algo que o valha possa fiscalizar se aquele veículo realmente é perda total ou não. Essa é uma das maiores dificuldades. Na verdade, as seguradoras afirmam – e não estão totalmente erradas – que, com os meios tecnológicos de hoje, eventualmente quase todos os veículos são recuperáveis, e não há como dizer o contrário. No entanto, a relação econômica dessa recuperação é que deveria ser tratada.

Pensamos que essa inexistência de conceituação do que é perda total é que realmente nos afeta.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor está dizendo que é subjetivo isso?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Extremamente subjetivo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não sei se a Susep é competente pra isso, mas fui informado de que há uma resolução da Susep que determina que, quando o valor a ser gasto com a recuperação do carro ultrapassa 75%, esse seria um parâmetro. Seria esse parâmetro legal? Essa resolução é legal? São mais de 75% ou não? É uma resolução do seguro privado.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Franca-mente, eu nem conhecia essa resolução da Susep.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Penso que é uma resolução econômica.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Exato. É uma relação diferente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas ela é legal ou não é legal? Se ela fosse legal, esse seria um parâmetro. Qual é o parâmetro de perda total? É a partir de 75% do gasto com a recuperação?

O SR. RELATOR (Takayama) – Deputado Cabo Júlio, há alguma coisa cheirando mal nessa situação.

No transcorrer destas nossas audiências, vamos um senhor que queria recuperar o seu carro, e a seguradora disse que não, que deixasse como perda total mesmo. Então, alguma coisa precisa ser revista. Ouvimos também o Diretor do Detran dizer que existe baixa monta, média monta e alta monta. E quem dá o laudo é o policial que vai fazer a ocorrência. É facilmente...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, não. O policial não é autoridade para dar esse laudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só se houver crime, morte, acidente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Perda total não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perda total não. Só se houver acidente com vítima, o policial vai verificar o veículo.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Sr. Presidente, na realidade, existe uma preceituação legal. Foge-me agora qual é a legislação, mas o Dr. Márcio deve tê-la.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – É a de nº 25/98, a Resolução do Contran.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – É a Resolução do Contran nº 25/98, que preceitua que, toda vez em que houver um registro de um Boletim de Ocorrência de acidente de trânsito, o policial que o elabora deve mensurar o grau de avaria, o que é um absurdo! Primeiro, ele não tem capacitação técnica para isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para se ter uma idéia, meu irmão ia entrar numa garagem, e a porta fechou no teto. Então, ele foi à companhia de seguro do prédio e pediu duas vistorias. Uma revenda analisou e avaliou em R\$5 mil, porque disse tinha que trocar o teto; a outra disse que recuperava por R\$800,00. Foram estes os dois orçamentos: um de R\$5 mil e outro de R\$800,00. Como é que o policial na rua vai avaliar isso?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Na realidade, o policial coloca o dano aparente, sem entrar no mérito.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Passo, agora, a mostrar algumas fotos demonstrativas de leiões e vendas diretas.

Esse é um veículo que estava à venda como sinistrado e não como recuperável. Estava como sinistrado. A próxima foto ainda é dele. É um veículo Pajero.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o mesmo?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – É o mesmo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Que é isso!

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – É um veículo Pajero. Esse veículo foi vendido como sinistrado. Ele estava nessa condição e se tornou assim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi clonado ou recuperado?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Isso ainda está sendo apurado pela Delegacia do Dr. Albano, mas tudo indica... Estão averiguando a procedência das peças. Ou seja, esse veículo seria recuperável no conceito das seguradoras.

Esse é um outro veículo que está sendo vendido como sinistrado, não como perda total.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Dr. Valter, no caso do carro vermelho, por que é difícil identificar? O capô, o pára-lama e outras peças não são identificáveis. Não há numeração para se saber a origem daquelas peças, se foi comprada em algum lugar, se é produto de um carro roubado. Está certo? Então, fica difícil chegar a uma identificação.

O SR. RELATOR (Takayama) – A sugestão seria, então, marcar as...

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – É uma delas.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Só para completar, quero dizer que, hoje, no setor de motocicletas da Honda, cada revendedora da sua motocicleta está colocando uma identificação nas motos, a fábrica não põe. São vinte e cinco identificações a mais pela revendedora, como Cibrauto.

Isso está servindo para nós, que vamos investigar depois, como documento para identificar a origem. Não é oficial o que consta no documento, mas está lá o número e mais um emblema da revendedora. Isso vai nos ajudar a achar isso e a dificultar o comércio de peças de motocicleta.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixa-me fazer uma pergunta sobre esse carro. Esse carro foi dado perda total?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Não. Ele foi vendido como sinistrado, ou seja, com direito à documentação.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Com direito à recuperação, então?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Sim.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Se ele fosse um carro com perda total, ele constaria lá no seguro. Então, por mais que o cara conseguisse comprar outro veículo e montar, ele não conseguiria fazer um novo seguro.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Sem dúvida.

E veja: atualmente, as seguradoras estão providenciando que todos os veículos batidos e vendidos

dessa maneira sejam lançados nos extratos computadorizados do Detran como sinistrados, veículos sinistrados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para o salvado, não vai a documentação?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Não entendi, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O sinistrado tem direito à documentação?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Que é o salvado. Esse é o salvado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual a diferença de sinistrado e salvado?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Salvado é todo veículo que é recuperado e tem algum valor econômico.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É recuperável, não é?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Não. É recuperado de furto, recuperado de colisão, e tem algum valor econômico.

A conceituação de perda total e de sinistrado é que precisa ser feita, porque sinistrado é aquele que ainda é recuperável, e o que tem perda total, aquele que não o é.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas um carro desse aí é recuperável?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Depende do conceito. No meu ponto de vista,...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E onde a legislação define esse conceito?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Não define.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É isto que ele está pedindo: a conceituação do...

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Exatamente.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – No final, o senhor vai ver onde vamos fechar os vãos.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Vamos mostrar os furos, mas vamos mostrar também onde se fecha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está bonito esse carro.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Ficou bonito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As recuperadoras trabalharam bem.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Infelizmente, esse *slide* não ficou dos melhores.

O SR. RELATOR (Takayama) – Estou impressionado com o nível, com a qualidade técnica dos nossos

Martelinhos de Ouro e das empresas que recuperam veículos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa é a nota fiscal?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Não é daquele veículo. É uma nota fiscal de leilão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De leilão?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – De leilão.

O SR. RELATOR (Takayama) – É a nota expedida pelo leiloeiro?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – É. Bradesco Seguros, nesse caso. Bradesco Seguros é a do lado esquerdo, à direita do leilão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a Bradesco passando para o leiloeiro, e o leiloeiro, para o comprador.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Correto. Isso foi feito para demonstrar o seguinte, Srs. legisladores. Vejam que destaquei, à direita, o trecho dessa nota fiscal em que está escrito “motor raspado”. Então, vende-se um veículo com o motor raspado para voltar à circulação.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Compra-se qualquer motor e raspa.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – O “desmancheiro”, com essa nota fiscal, faz 150 ou mais motores, independentemente do prazo. A Polícia não tem como...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deveria ser proibido venda de qualquer produto raspado: arma, motor...

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – É a nossa idéia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem que proibir a venda! E ainda se declara que é motor raspado?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Ainda se legaliza a posse de um motor raspado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa é uma violência inacreditável. Eu não sabia disso.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Essa outra nota descreve os bens vendidos da seguinte maneira – ela não está visível: Volkswagen Gol, GM Monza, GM Cadete, Fiat 147 e Volkswagen Passat. Não é dada sequer a cor. Ou seja, um comprador inescrupuloso faz o que quer com isso.

Demonstrada essa situação, gostaríamos de esclarecer...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Isso é importante, Senador Romeu Tuma. Aquele carro ver-

melho... Parece-me que o outro delegado é que está apurando, não é?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Sim.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Esse carro foi dado pela seguradora como perda total. Em tese, se foi dada perda total, o carro não seria recuperável.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Sem dúvida.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não poderia ser recuperável. Ele deveria ser desmanchado, e deveria ser dada baixa na documentação. Tecnicamente, era o que deveria ser feito, não é?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Teoricamente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Teoricamente sim. Então, o que entendemos? A legislação teria que constar que não compensaria recuperar o veículo para o qual foi dada perda total.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Financeiramente, sem dúvida.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Financeiramente, isso não compensaria.

Então, apresento mais uma sugestão ao nosso Relator. Quanto aos veículos para os quais foi dada perda total, teríamos que definir o que é perda total, quem vai dar esse laudo. Tudo isso temos que definir. Qual é o órgão competente para dizer que houve perda total do veículo? Em segundo lugar, qual é o critério de perda total? Em terceiro lugar, o veículo para o qual for dada perda total não pode mais circular. Aí cortamos um punhado de coisas, porque é um absurdo um negócio desse.

O SR. RELATOR (Takayama) – Parece que existe uma legislação que determina que deve ser dada baixa ao carro com perda total. O problema é que não estão dando a baixa no Detran.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Se é assim, por que esse carro está recuperado?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Desculpe-me, Deputado. Não é apenas isso. Essa legislação também permite que o proprietário do veículo – seja a seguradora, seja a pessoa física ou seja o que o adquiriu em leilão ou em qualquer outro canto – refute a qualificação de perda total. Se ele apresentar um laudo que diga que aquele carro não sofreu perda total, ele passa a ser recuperável novamente.

As dificuldades que a Polícia enfrenta seriam as seguintes: a inexistência da definição de irrecuperabilidade, o que propicia a comercialização de veículos que poderão ser utilizados para fins criminosos; a ausência da perfeita descrição dos veículos vendidos em leilões nas notas fiscais emitidas; a gravação da numeração do chassi em baixo-relevo, viabilizando

sua raspagem e adulteração – se as montadoras gravassem a numeração do chassi em alto-relevo, isso dificultaria sobremaneira a atuação de, pelo menos, um dos dois tipos de quadrilha organizada ou até a inviabilizaria; a ausência da reprodução da numeração do chassi em várias peças dos automotores – a qual deve ser sempre feita em alto-relevo, para inviabilizar a adulteração.

Outra dificuldade é a disseminação de locais autorizados a realizar vistorias para verificação de cumprimento de exigências legais em automotores sinistrados e recuperados com custo reduzido. Há alguns anos, quando eu queria recuperar um automóvel, eu tinha que procurar o IPT ou o Ipem ou coisa que o valha, e esse laudo custava em torno de R\$2 mil a R\$3mil. Hoje, esse laudo custa de R\$60,00 a R\$100,00. Ou seja, qualquer um está comprando um laudo desse.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Esclareça-se que quem faz esse laudo é uma pessoa credenciada pelo Inmetro. Não compete ao Detran ou a nós, do Deic, nem a ninguém fiscalizar e, sim, ao Inmetro, por R\$60,00.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, deixe-me pegar uma vírgula aqui. Veja se é mais ou menos assim: aquela denúncia diz que “quem nos revela os detalhes é Ciro, vendedor da Ideal Veículos, aquela empresa de São Paulo que vimos no começo da reportagem”, e que, “segundo ele, basta levar o carro reformado, com as peças roubadas, para fazer uma vistoria em um órgão credenciado ao custo de R\$80,00”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São empresas privadas.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Isso. Diz o repórter: “Esse laudo não demora muito?” Fala o vendedor: “Na hora, você arrumou o carro e você leva o carro lá”. E o repórter diz: “Arrumo, mas o cara sempre implica com alguma coisa”. Aí o cara fala: “Não é assim, não. É R\$80,00 aqui, em Guarulhos. Inclusive, a firma é nossa também”.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Exato. Quem é o dono dessas empresas? Oficina mecânica, uma pessoa qualquer, credenciada pelo Inmetro. A pessoa vai lá, pessoa sem antecedentes criminais...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou chamar o Presidente do Inmetro aqui.

O SR. RELATOR (Takayama) – O Presidente do Inmetro já está convocado para participar de uma audiência pública.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Isso é um absurdo. Foi dito: “A firma é nossa também, entendeu? É do patrão a firma que faz laudo”.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – E é do patrão dele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando ele paga a carro, já vem com o laudo pronto.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Colocou-se a raposa para tomar conta da galinha.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Exatamente.

Ainda como dificuldade, há aquele detalhe de que o policial que faz o BO é que tem que definir o nível de dano – isso é um absurdo, e o policial não tem nem equipamento para isso – e a obrigatoriedade da retirada da numeração do chassi quando se dá baixa. O Dr. Bittencourt esclareceu que esse chassi deve permanecer no automóvel. Ele não deve ser retirado. É exatamente o contrário do que a legislação hoje prevê.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Hoje, tem que ser recortado, não é?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Hoje, tem que ser recortado. Mas, muito pelo contrário, deve ser mantido, porque perde a identidade, como disse o Senador Romeu Tuma. Do contrário, o Dr. Delair, que comanda a Delegacia de Desmanches, chega num desmanche, com qualquer nota fiscal, legitimando qualquer veículo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dá cobertura.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Exatamente.

Definimos alguns pontos que entendemos adequados como sugestões para que esses problemas sejam resolvidos: edição de uma lei para definir a condição de irrecuperabilidade, obrigatoriamente e de forma urgente; criação de órgãos estaduais de fiscalização e de vistoria de veículos envolvidos em acidentes ou de qualquer outra forma avariados, para que esses definam a gradação do dano sofrido e condições ou não de recuperabilidade – vamos tirar essa responsabilidade do policial que faz o BO.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Não há ninguém dizendo que o carro é “pt” ou não é, está certo? Seria criado um órgão responsável para dizer...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Devemos esclarecer que “pt” significa perda total. Podem fazer confusão.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Devemos também tornar possível a venda de todos os veículos vendidos como sucata apenas após prévia compactação e baixa. Ou seja, o veículo seria compactado e vendido apenas pelo metal que contém.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A peso?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Peso.

Deve-se também responsabilizar pecuniária e criminalmente os diretores e companhias seguradoras, leiloeiros e pessoas físicas, sem seguro facultativo, pela

ausência de baixa, quando obrigatória. A lei hoje diz quando a baixa é obrigatória. O que nos parece que precisa ser melhorado e aderido a essa lei é a definição de irrecuperabilidade, exclusivamente isso. A lei já diz quando é necessário dar baixa, mas não sanciona quando isso não acontece.

Outras sugestões são: obrigar as montadoras a gravar a numeração de chassi em alto-relevo, e não mais em baixo-relevo, para que se evite adulteração; tornar obrigatória a identificação pelas revendedoras autorizadas das peças chaves dos veículos, com o número do chassi e identificação da concessionária, que é o que o Dr. Bittencourt explicou e está sendo feito atualmente com as motocicletas – onde a montadora não coloca número, a concessionária o faz e identifica qual é a concessionária que está colocando aquela numeração; tornar obrigatória a vistoria, por órgãos de trânsito, de todos os veículos leiloados, sem exceção; e, finalmente, alterar o dispositivo legal que determina o recorte da numeração do chassi, no caso de baixa do veículo. Desse dispositivo legal não estou lembrado agora. Talvez, o Dr. Márcio tenha uma resolução que determine o recorte.

O SR. MÁRCIO – A própria Lei nº 8.722 e o Decreto nº 1.305 estabelecem a faixa de veículos...

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – É isso mesmo. O Decreto nº 1.305/94, que está mais à frente mencionado, preceitua que seja recortada a numeração do chassi, e entendemos que deve ser exatamente o contrário.

Essa é a legislação existente a respeito. Penso tê-la mencionado inteira. Basicamente era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado. Vamos voltar à Mesa para as perguntas.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Quero parabenizar o Delegado pela acuidade da exposição e pelos dados apresentados. Foi uma exposição muito didática.

Então, já tendo parabenizado o Delegado, que, durante vinte anos, trata do crime organizado, antes de fazer as outras questões, gostaria de saber quais as sugestões que o senhor tem em termos de interação dos órgãos. Há uma superveniência de órgãos. As sugestões referentes ao Legislativo já foram feitas, e iremos estudá-las e daremos pronta resposta. Mas eu gostaria de saber como é possível termos uma ação mais eficaz e menos dispersiva dos diversos órgãos. O Inmetro deveria fazer, mas não faz.

O que o senhor sugere, pela observação de 20 anos lidando com o crime, para que haja uma eficácia da fiscalização? Parece-me muito claro que, enquanto

há vários órgãos – um começa aqui, e o outro termina ali – e não há um comando geral das ações articuladas de todos os órgãos da interface, fica muito difícil. Como vamos otimizar a fiscalização? Essa é a minha primeira questão.

Muito obrigada.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Srª Deputada, entendo que deveriam obrigatoriamente participar, por exemplo, das fiscalizações realizadas pela delegacia de desmanches, que faz operações diárias, pessoas do ICMS, da Receita. E, em muitos casos, esse pessoal já participou, Srª Deputada. É que tornar isso diário muito provavelmente torna inviável para o ICMS nos acompanhar, em razão de suas outras atribuições.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dr. Valter, não poderia o Governo designar alguém para ficar adido à Delegacia da Receita para permanentemente acompanhar essas fiscalizações?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Penso que sim, Senador.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Já apresentamos um problema, e vamos nos organizar para combater o que está organizado: o crime. Já apresentamos um trabalho, inclusive, em Brasília, para a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Não adianta cada um de nós receitar um pedacinho. Se preciso de alguma coisa do Exército, tenho que conhecer alguém, para que o Exército me ajude. Em termos, Deputada, de combate de narcotráfico, a Força Aérea tem um satélite que roda. Se eu precisar descobrir um laboratório em Campos do Jordão, eles têm as informações. Então, devem-se juntar todos esses órgãos de informação num setor de inteligência. Está certo?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Eu queria fazer uma pergunta agora bem objetiva; se eu estiver errada, como eu não sou técnica, o senhor pode me corrigir, com toda a tranquilidade.

A primeira coisa é a seguinte: é difícil lidar com o marginal, porque, às vezes, não se sabe em qual barraco ele mora. Se ele morar em cobertura, então, não há fiscalização.

O que quero perguntar para o senhor, com toda a clareza, é o seguinte: as lojas de salvados – não só as de desmanche, não só os pequenos – têm endereço certo, alvará da Prefeitura, etc. O senhor não acha que se houvesse um trabalho policial – é crime contra o cidadão, contra a Receita, contra tudo, mas sobretudo contra o ser humano cidadão, mais do que contra a Receita –, elas não poderiam ser fiscalizadas? Então, a minha pergunta vai no seguinte sentido: se elas têm endereço, se se sabe onde elas estão, qual é o nível de investigação, de vistoria, feito pelo Deic? Ou o Deic

não tem essa responsabilidade? Em segundo lugar, investiga-se baseado em que lei?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Sr^a Deputada, a legislação atual não viabiliza ao Deic realizar esse tipo de trabalho. Se hoje o Deic, ou qualquer organismo policial operacional, tentar realizar esse trabalho de fiscalização, essas lojas de salvados poderão, a qualquer momento, entrar com remédios jurídicos que o inviabilizem.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Mas nada impede que, numa acusação pontual, possamos ir lá e investigarmos. Vamos dizer que um dos carros dos salvados, Deputada, é motivo de investigação por que foi um carro furtado. Aí vamos localizá-lo, vamos em cima.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Aí, sim, tudo bem. Essa é uma observação importante. Mas o que quero dizer é o seguinte: há muita dificuldade em que o cidadão brasileiro, descrente, batido por sucessivas crises, faça a denúncia. Hoje não querem fazer mais nem BO. O senhor sabe que acusam que há n problemas na feitura do BO, que o BO não adianta nada, aquilo tudo. O que estou perguntando é diferente.

Deveria haver um caráter preventivo. A ação tinha que ser preventiva. Se elas recebem uma, duas ou três visitas de quem, por lei, deve fiscalizar, penso que elas começam a entrar na norma, com o que se tem de lei. Elas têm endereço; não se tem que descobrir o esconderijo, pois está lá.

O senhor foi muito claro; tem sido muito boa sua exposição. A legislação atual não viabiliza ao Deic essa ação; se houver denúncia, aí sim. O que pergunto ao senhor é o seguinte: na sua visão, qual é o órgão legal que deve fiscalizar? O que o senhor sente, nessa área, em sua experiência policial? Não é para o senhor incriminar um outro órgão, não é isso que estou pedindo. Estou dizendo: quem o senhor sente que tem a obrigação maior de fiscalizar?

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Desculpe-me, mas talvez eu não tenha compreendido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quando há denúncia ou suspeita de crime.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o que a Deputada quer questionar é: de que forma o responsável pela fiscalização tem agido? Tem ele sido contumaz ou também se baseia naquelas fiscalizações anuais e não tem uma visão permanente do que ocorre nessas lojas de salvados? É isso, não é, Deputada?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – É isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixem-me tentar melhorar um pouquinho. A fiscalização, nesse caso, trabalha provocada por uma denúncia, ou existe uma ação fiscalizadora preventiva? É mais ou menos isso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Programada. Fiscalização programada.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Imagino que estão falando em termos policiais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De quem é o competente?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Vejam bem: sabemos que nesse circuito há crime. Todos nós sabemos disso. Qualquer cidadão, ainda mais o agente público – e agentes públicos são vocês, somos nós –, também peca por omissão. Assim, sabemos que nesse circuito há crime pesado, muito dinheiro e até mortes. Nós, agentes públicos, vamos fazer a parte da lei. Por que não temos a capacidade de fiscalizar, de vistoriar esses setores onde a incidência de crime foi sempre muito clara?

Se ficarmos esperando que a denúncia se formalize, podemos dificultar o processo. A Polícia pode perfeitamente me dizer o seguinte: “Olha, minha filha, já estou tão mal-aparelhada, que, para o corretivo, já estou tendo dificuldade, o que dirá para o preventivo!”

Pela experiência que os senhores têm, quem tem que fazer essa vistoria? É isso o que quero saber.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Deixa-me explicar. Vamos explicar rapidamente para a senhora, curto e grosso: não é o Deic o responsável em fiscalizar esse tipo de loja. É loja. Se se fiscalizar loja de salvado, não se vai encontrar nada, Deputada, porque a loja de salvado pega da seguradora e traz para a loja dela e monta. Ela está vendendo um documento originalmente legal. O que vai acontecer, Deputada, é investigarmos da loja para frente. Se eu tiver uma informação de que esses tipos de carros podem estar sendo vendidos para uma quadrilha, teremos a obrigação de investigar. Mas, quanto à fiscalização, eu vou chegar lá, e é como se fosse uma loja comum. Vão me apresentar todos os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É um comércio regular?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Regular. Ele me vai apresentar todas as notas que ele nem comprou em leilão. Se teve alguma coisa errada, é a seguradora que vendeu para ele errado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A seguradora vende direto?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Diretamente. Eles compram diretamente. Não há intermediário. Nem o leiloeiro sabe disso.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Ficou claro. Depois, a gente tira as conclusões. Temos que ser muito objetivos.

Qual é a relação do Deic com o Inmetro? Há uma relação? Pode fiscalizar? São só cordiais órgãos públicos?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Não. O Inmetro é um órgão independente. Não tem nada a ver com o Deic. É um órgão federal.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Sabemos que ele não tem nada a ver com o Deic. Mas estou falando dessa questão.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Pelo contrário, estamos hoje, Deputada, tentando fazer um convênio com a ANP, para que ela pague para nós os laudos de gasolina no Inmetro, para que a gente possa ser polícia forte. Não temos dinheiro para pagar os laudos de gasolina. O Inmetro é totalmente independente; quando preciso de algo ou solicito alguma coisa, ele vem, dentro da competência dele. Com o Inmetro, com o Ipem, fazemos operações conjuntas dentro daquilo que podemos fazer.

Veja bem o seguinte: a história está mal contada. O Inmetro está legalizando quem tenho que estar “espremendo”, vamos dizer assim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vigian-do.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Vigian-do. Isso está errado. Desculpe-me quem inventou esse negócio de dizer que o Inmetro é que tem que credenciar o cara que fiscaliza. Tem que existir um órgão de trânsito da polícia para saber se alguém está vistoriando algo errado e dizer que vai para a cadeia. Eu não posso falar nada para ele, porque quem o fiscaliza é o Inmetro. Vou lá, e ele entra com um abuso de autoridade sobre mim. É aí que estou dizendo que temos que dar uma torcida.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Agradeço. Eu tinha mais questões a fazer, mas todos temos que trabalhar em conjunto. Então, abro mão, para que o Relator e os demais membros possam fazer outros questionamentos. Agradeço aos dois expositores. Desculpem-me alguma inconveniência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está brilhante a conversa. Agora, estamos começando “a pegar o rabo do gato”, não é?

O nosso Relator está com a palavra.

O SR. RELATOR (Takayama) – Ouvimos o Dr. Bittencourt e o Dr. Valter. Agradeço à equipe pelo brilhantismo e pela técnica ao nos fornecer essas informações. Tenham certeza de que sairemos daqui bastante enriquecidos, porque nós, legisladores, estamos trabalhando em conjunto para oferecermos uma

legislação em que não haja brechas, a fim de que a Polícia e os demais órgãos possam trabalhar da maneira como desejam.

Percebemos que, nessa linha de pensamento, alguns desmanches são abertos, porque a prefeitura concede os alvarás. No entanto, esses alvarás não estariam condicionados a...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – A laudos?

O SR. RELATOR (Takayama) – Não estariam condicionados a uma autorização do Deic? Isso não seria necessário? Nesse caso, deveríamos abrir uma brecha.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode intervir no poder econômico.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Não entendi o que o V. Ex^a falou.

O SR. RELATOR (Takayama) – Existem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – S. Ex^a pergunta se, quando a prefeitura fornece um alvará, permitindo a abertura de um desmanche, não seria necessária a exigência de um laudo do Deic para abrir a empresa? Nesse caso, haveria uma intervenção no poder econômico.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Nesse caso, seria uma ingerência em poder público.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do poder público no poder econômico.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – A prefeitura dá o alvará, porque a empresa atende às exigências municipais. Então, ele passa no meu departamento de desmanche e recebe um alvará de funcionamento da 3ª Delegacia. Assim, passamos a fiscalizar o comércio dele. Quando ele comete um crime, eu o prendo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Existem os livros de registro, segundo sei.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Existem. E existe um alvará meu, do Deic. Quando ele comete um crime, eu o prendo e casso o meu alvará. Ofício para a prefeitura e informo: “O cara é bandido, e eu o prendi porque ele fez isso e tudo o mais”. A prefeitura deveria cassar e, muitas vezes, cassa o alvará desse cidadão.

O SR. RELATOR (Takayama) – Uma legislação federal também poderia ajudar nesse sentido.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Evidentemente.

O SR. RELATOR (Takayama) – Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Queria fazer apenas uma pergunta: para que dia ficou marcada a vinda do Diretor do Inmetro à Comissão?

O SR. RELATOR (Takayama) – Será em Brasília. Se for necessário, Sr. Presidente, poderemos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Também poderemos levar a Comissão para o Espírito Santo, se V. Ex^a precisar.

O SR. RELATOR (Takayama) – Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Minas Gerais.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – É bom ir com uma couraça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há uma data marcada? Assim que marcarmos a data, nós o avisaremos. Aliás, é preciso combinar para que ele esteja presente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Estaremos lá.

O SR. RELATOR (Takayama) – Farei a última pergunta. Nos últimos anos, houve o fechamento de desmanches por envolvimento em receptação. Eles podem voltar a funcionar, ou, uma vez fechados, não há mais possibilidade? Como seria o mecanismo? Queremos entender essa situação e obter todos os dados necessários para analisarmos o assunto.

O SR. VALTER SÉRGIO DE ABREU – Sr. Relator, teoricamente, na verdade, o crime é muito volátil. O que ocorre? Eles simplesmente abrem o desmanche com outro nome. Não é o que temos constatado atualmente, até porque o número de desmanche caiu vertiginosamente.

O SR. RELATOR (Takayama) – Muito obrigado, Dr. Bittencourt. Estou muito feliz com a vinda de V. S^a. Não houve uma convocação, mas, sim, um convite para a sua participação nesta Comissão.

Agradecemos a V. S^{as}, de coração, pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queria fazer um pedido, Godofredo. Primeiramente, agradeço ao Dr. Valter e aos outros colegas a presença e a voluntariedade de nos ajudar a esclarecer esse assunto.

Como irão depor na Comissão dois donos de revenda de salvados, não sei se alguém poderia acompanhar de perto a reunião para nos auxiliar. Não irei segurar V. S^{as}, porque sei que há muito trabalho pela frente.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Senador, mantereí algumas pessoas da minha equipe à disposição de V. Ex^a, caso queira qualquer consulta.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Seria interessante que o Delegado que está fazendo a apuração desses casos permanecesse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradecemos, desde já, se o delegado do inquérito do carro vermelho puder ficar na reunião.

Muito obrigado.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Suspenderei a reunião por dois minutos.

(A reunião foi suspensa às 12 horas e 20 minutos e recomeçou às 12 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está reaberta a reunião.

Deputada Mariângela, podemos reiniciar? V. Ex^a tem que ir a Santos hoje.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Estamos conversando aqui. Estamos decidindo fazer uma reunião em Santos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu estava falando com o pessoal de Santos para marcar uma audiência lá, onde, segundo ele, há mais de 400 casos. Se ele não estiver faltando com a verdade, existem mais de 400 casos.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Convido o Sr. Radion Arnaut, da Arnaut Veículos, a tomar assento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe por que foi convidado a vir aqui?

O SR. RADION ARNAUT – Sei, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor apareceu na denúncia do Fantástico como um dos comerciantes que vendia salvados para serem clonados, segundo a denúncia.

O SR. RADION ARNAUT – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria que o senhor fizesse uma preliminar explicando como funciona o seu comércio, quais suas ligações com a companhia de seguro, fazendo referência à ponderação do Dr. Godofredo de que a negociação é feita diretamente entre a loja e a seguradora, sem intermediação. Gostaríamos de saber se há laudo e perícia, como é feito. Depois disso, os Parlamentares farão questionamentos ao senhor.

O SR. RADION ARNAUT – Pois não. Respondendo às suas perguntas, Senador, registro que, depois da oitiva do Dr. Bittencourt e do Dr. Valter, realmente fica um pouco difícil fazer outras considerações, mesmo porque, sob a minha ótica, eles secaram o assunto de forma muito feliz e objetiva.

Simplesmente, algumas considerações eu me permitiria fazer nessa área que é o objetivo desta CPMI. Por exemplo, pinçando um caso de perda total

que foi objeto também de algumas considerações feitas aqui, a perda total, como no próprio termo se encerra, pressupõe perda em toda a sua plenitude, embora, na realidade, isso não proceda. Se alguém de companhia seguradora estiver aqui presente, poderá ratificar o que estou dizendo. Perda total é um termo técnico usado para se referir a veículos que sofreram perda, e, não raras vezes, nos documentos que as companhias seguradoras emitem, dizem: “Perda total recuperável”. Aonde isso nos conduz?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É nota fiscal?

O SR. RADION ARNAUT – Nota fiscal. Na nota fiscal, vem escrito. Aonde isso nos conduz? Conduz-nos àquilo que já foi dito aqui pelo Dr. Bittencourt.

O SR. RELATOR (Takayama) – Desculpe-me, mas todas as notas vêm com a expressão “perda total recuperável”?

O SR. RADION ARNAUT – Não, todas não, todas não. Algumas seguradoras colocam “perda total recuperável”. É orientação administração de uma determinada seguradora. Vamos pinçar uma qualquer, como, por exemplo, a Porto Seguro, que diz “perda total recuperável”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em que ele se baseou? Houve perícia?

O SR. RADION ARNAUT – Vamos voltar ao ponto em que eu disse que o Dr. Bittencourt foi muito feliz na explanação, pois tocou nesse assunto, embora *en passant*.

Digo e repito que o problema da perda total repousa, única e exclusivamente, em um subjetivismo não aferido nunca. Por exemplo, há diretores de companhias seguradoras que se referem a percentuais de 75%, de 50%, de 35%, traçando como parâmetro que seria a Coseg. Não é a Coseg. É a Fenaseg, Federação Nacional de Seguradoras; é ela que contempla esse tipo de coisa. Estava-se tributando responsabilidade a um outro órgão que também é da área de seguros, mas é a Fenaseg que diz isso. A Fenaseg diz que 75% são de perda total e que 50%... Aí eles criam uma série de terminologias, dentre elas, “perda total construtiva”, sem, contanto, dizer...

O SR. RELATOR (Takayama) – Desculpe-me, Sr. Arnaut. Quer dizer, então, que não existe uma legislação sobre a questão?

O SR. RADION ARNAUT – Não, não. Isso é a seguradora que diz. E isso é resultante, Senador, de um entendimento feito dentro da Fenaseg.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A Fenaseg é uma federação?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Fenaseg é a Federação das Seguradoras, que está convocada para depor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É um órgão privado?

O SR. RADION ARNAUT – Não entendi.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A Fenaseg é um órgão privado? É a Federação das Seguradoras?

O SR. RADION ARNAUT – Sim, é a Federação Nacional de Seguradoras.

As seguradores, por seu turno, em uma variação bastante alternada de direção para direção...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É uma companhia de seguro fixa?

O SR. RADION ARNAUT – Exatamente. Elas é que conceituam, de trás de uma mesa, se esse carro é isso, se esse carro é aquilo, se esse carro é perda, se esse carro não é perda. Excepcionalmente, vamos...

A coisa tem que ser um pouquinho mais extensa, mas vou me permitir se V. Ex.^a autorizar. O que acontece? Isso é levado aos leilões, e a Fenaseg diz que 11% dos veículos é que são segurados etc.

Gente, não vamos subestimar a inteligência dedutiva do cidadão comum. É claro que a pessoa vai colocar no seguro um veículo que tenha valor e não uma Brasília ano 1975, até porque eles não a aceitam. Então, o número de veículos segurados são de veículos relativamente novos. Esses são os veículos que interessam que sejam recuperados e que voltem a circular.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais pelo valor?

O SR. RADION ARNAUT – Mais pelo valor. Então, eles fazem isso.

Vou encurtar o caminho, para que possamos chegar ao objetivo desta CPMI. As companhias seguradoras, antes de dar perda total, todas elas, sem exceção, o que fazem? Para saber se o veículo dá perda total ou não, usando a terminologia deles, eles fazem um laudo pericial e, paralela e simultaneamente a esse laudo...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Eles quem?

O SR. RADION ARNAUT – As seguradoras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está falando sempre das companhias de seguro.

O SR. RADION ARNAUT – Elas fazem um laudo pericial, são preenchidas várias folhas com diferentes itens do veículo: porta, capô, lateral, tudo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Descrevem os danos?

O SR. RADION ARNAUT – Em todos aqueles itens que compõe o veículo, eles põem “avariado”, “avariado”, “avariado”, “avariado”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não descrevem o dano, mas dizem que está avariado.

O SR. RADION ARNAUT – Não. Mas, paralela e simultaneamente a esse trabalho, eles fotogram o veículo de todos os ângulos e, depois, concluem pela perda total. Ao concluírem pela perda total, é chamado o segurado, que é indenizado, e, por sub-rotação, o veículo passa a ser propriedade da companhia seguradora. Por diferentes maneiras, mas quase na totalidade, via diferentes leilões, o veículo é vendido.

Então, observa-se que quem estabeleceu se o veículo é ou não de perda total foram as seguradoras, e não há um braço sequer de algum órgão público que vá ratificar aquela conclusão feita pelas companhias seguradoras. Não existe um OK.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E, quando eles passam a ser proprietários do veículo, chamam uma loja, um comércio como o do senhor e oferecem o carro?

O SR. RADION ARNAUT – Isso pode acontecer, mas normalmente, volto a dizer, quase que na totalidade, esses veículos são escoados via leilões em São Paulo e em feiras nos Estados da Federação.

O SR. RELATOR (Takayama) – Faço só uma pergunta, Dr. Arnaut: quando o senhor compra esse veículo das seguradoras, o laudo acompanha?

O SR. RADION ARNAUT – Não, o laudo não acompanha.

O SR. RELATOR (Takayama) – A seguradora fica com eles?

O SR. RADION ARNAUT – Fica no processo; cada veículo tem um processo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um processo de indenização?

O SR. RADION ARNAUT – Senador Romeu Tuma, é um processo de indenização. Conclui pela perda total e indeniza... Então, o processo tem que ser feito, porque obviamente as companhias seguradoras é uma sociedade. Então, eles têm que ter tudo cadastrado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E, depois, a vítima pode tentar reavaliar na Justiça que não recebeu o corretivo.

O SR. RADION ARNAUT – Eventualmente, em perda total, eles pagam o preço total da...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles têm que arquivar todo o procedimento.

O SR. RADION ARNAUT – Todo o procedimento. Todo sinistro leva um número. Pelo número, eles levantam o processo, ainda que esteja no arquivo morto – se

estiver, está microfilmado. Então, pode passar anos que está lá microfilmado, eles levantam. Entendeu? Se houver alguém de companhia seguradora aqui, sabe que é assim que procede a coisa.

O SR. RELATOR (Takayama) – Aí vem a pergunta: o Detran não deveria receber esse documento da seguradora de que teria se dado... Exatamente. É porque ela não dá como perda total.

O SR. RADION ARNAUT – Aí é que vem a sugestão ao Presidente e ao Relator. Por quê? Se houvesse uma forma de obrigar as companhias seguradoras de enviar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A cópia do processo.

O SR. RADION ARNAUT – Exatamente. Quero só que me sejam encaminhadas fotos do veículo e o laudo pericial que precedeu a conceituação de perda total e a eventual indenização. A autoridade pública teria na mesa todos os dados do veículo e poderia concordar ou não com a perda total. A autoridade pública se reportaria a uma seguradora “x” e diria: “Vocês deram isso como perda total recuperável?. Isso não é perda total; isso é sucata. Isso eu não aceito”. E indefere simplesmente, sem sair da mesa.

Todas as companhias, Dr. Tuma, todas as companhias seguradoras têm esse procedimento prévio. Eles fazem um laudo pericial, fotografam, porque eles são obrigados a fazer isso, a ter esse tipo de comportamento. Mas até hoje ninguém falou isso. Estou dizendo aqui pela primeira vez para os senhores. Existe essa forma, gente. Eles têm tudo. É só o órgão público dizer: “Eu quero”. A partir de amanhã, as companhias seguradoras serão obrigadas a encaminhar, dada a perda total, ao órgão público “x” fotos do veículo e o laudo pericial que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que precedeu...

O SR. RADION ARNAUT – Que precedeu a...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A decisão de perda total.

O SR. RADION ARNAUT – Que precedeu a decisão de perda total e eventual indenização. Ter em mãos... Antes de o veículo chegar ao leiloeiro para ser leiloadado, a autoridade pública já sabe do que se trata e pode concordar ou não. Poderá dizer: “Não concordo. Isso não é perda total. Isso é sucata”. E sabemos que existem... Há órgãos dirigidos pelo próprio Dr. Bittencourt com pessoal altamente capacitado para, num simples olhar, verificar o que é ou o que não é. Eu, como advogado, pego um processo e digo que tem alguma coisa errada aqui, tem alguma coisa errada ali, só de olhar. É a tarimba. Está-se há tanto tempo trabalhando num determinado segmento da vida, que se aprende

uma série de coisas. Mas nada disso foi feito. A coisa vem transcorrendo anos e anos, resultando nisto: remontagem, furto de veículo para se colocar em cima daquele que já tem o documento e o chassi. E não se faz absolutamente nada. É tudo fácil. Está na frente de quem quer enxergar para pedir: “Os senhores me mandam aqui. Se não mandar, não podem leiloar”. Pronto. Esse é um aspecto.

O segundo aspecto é que, em outros países, mais especificamente nos Estados Unidos, parece-me – só não vou afirmar com absoluta convicção – que acontece o seguinte: existe esse tipo de comercialização, só que lá a pessoa física está impedida de comprar; só pode comprar a pessoa jurídica.

Vi os senhores falando aqui, há pouco, que existem concessionárias que, além de toda a identificação do veículo feita pela fábrica, existem concessionárias...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De moto. É bom que isso fique esclarecido.

O SR. RADION ARNAUT – De moto, inclusive. Existem concessionárias que fazem identificações, que fazem esse tipo de coisa.

Falávamos sobre...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre o comércio só com pessoas jurídicas.

O SR. RADION ARNAUT – Só com pessoas jurídicas. O que acontece? As companhias seguradoras, todas elas têm, como eu disse – este é um procedimento uniforme de todas elas –, em se tratando de pessoa jurídica, quando o veículo... Aí é que vem. A companhia seguradora, via leilão, vende para qualquer um. O que estou querendo dizer é o seguinte: se uma pessoa que tiver um documento frio for ao leilão e comprar o carro, a nota fiscal vai sair em nome daquele documento frio. É pessoa física. Vai sair em nome daquela pessoa. A seguradora vai emitir em nome daquela pessoa. Quando algum representante da seguradora estiver aqui, por gentileza, Senador, pergunte: “É isso mesmo que acontece?” É isso. É tão simples. Está transparente a coisa.

Na nossa organização, por orientação e determinação minha, não acontece isso. Perguntamos: quer comprar um carro? Que carro você vai comprar? Por favor, mostre a sua carteira de habilitação, a sua identidade”. Tiro xerox dos dois documentos: da habilitação e da identidade do camarada. Tiro foto do veículo de todos os ângulos, e ficam arquivadas essas fotos. Quando, por qualquer razão, alguma autoridade policial me pede, rapidamente, em questão de uma hora, tenho tudo em mãos e faço chegar tudo às mãos da autoridade que tem interesse no caso. Isso não é feito com a pessoa física, mas com a jurídica é feito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que o senhor acha que a Globo levou a sua empresa à televisão com a denúncia?

O SR. RADION ARNAUT – Ah bom! Agora sim. Aliás, é uma observação que fiz. Fiz duas observações. Fiz uma observação ao Deputado Takayama exatamente por isso. Explico por isso.

Ele me deu a honra, inclusive, da visita. Ele viu como é a nossa empresa, como fizemos nossa empresa. Realmente, é uma empresa de um bom aspecto, para não usar outros adjetivos. É de bom aspecto, não é?

O SR. RELATOR (Takayama) – De muito bom aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se ganha muito dinheiro, tem que ficar de bom aspecto.

O SR. RADION ARNAUT – E estamos na Marginal do Tietê, perto da ponte da Vila Guilherme. O senhor conhece São Paulo com a palma da mão. Não preciso dizer.

Então, o que eles fizeram? Eles fizeram uma pergunta para mim, uma pergunta capiciosa. A pergunta não foi muito honesta também. Não estou querendo parodiar o Dr. Bittencourt, mas fizeram isso comigo. Eles iniciaram a matéria dizendo “a máfia das seguradoras, a máfia das seguradoras, a máfia das seguradoras” e, como pano de fundo, colocaram a imagem da minha empresa, da nossa empresa. Desculpe-me, mal comparando...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é um dos maiores comerciantes de sinistrados e salvados?

O SR. RADION ARNAUT – Somos, somos sim. Mal comparando, eu diria, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor se especializou nesse comércio?

O SR. RADION ARNAUT – Exato. Por exemplo, corrupção junta parlamentares: eles pinçam um parlamentar e põem a foto dele. O coitado não tem nada com isso, nem sabe do que se trata.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu gostaria que o senhor fosse bem objetivo nas suas colocações...

O SR. RADION ARNAUT – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para a gente não ficar quem nem a Deputada...

O SR. RADION ARNAUT – Não, não. Estou falando o que fizeram. O senhor me fez uma pergunta, e estou respondendo. Eles fizeram isso. Por que apareci? Então, filmaram a nossa loja, fizeram algumas perguntas sobre veículos sinistrados, essas mesmas perguntas que estão sendo feitas aqui: esse carro é ou não recuperável? E transferiram para nós proprie-

tários o ônus da responsabilidade técnica de saber se o veículo é ou não recuperável.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Deixe-me fazer uma pergunta para o senhor: na sua empresa, que o senhor reconhece ser a maior de São Paulo...

O SR. RADION ARNAUT – Não, não. Eu não disse que é a maior, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na especialidade.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Mas o senhor deu a entender que é uma empresa e tanto. Até vou lá conhecê-la.

O SR. RADION ARNAUT – Muito obrigado.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Só quero perguntar uma coisa: o senhor não tem veículos com características criminosas lá?

O SR. RADION ARNAUT – O que são características criminosas?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Características criminosas significam o seguinte: um carro que tenha a aparência de legal e uma montagem que não é legal, tudo que estamos discutindo há muito tempo.

O SR. RADION ARNAUT – Ótimo, sim, claro. É pertinente.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Todos os seus carros estão nota 10?

O SR. RADION ARNAUT – Não, não. Então, vou responder sua pergunta. O carro, antes de ser dado perda total, sofre uma perícia da companhia seguradora para indenizar.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Já entendi, já anotei, está anotado.

O SR. RADION ARNAUT – Só depois, ele é comercializado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com licença.

O SR. RADION ARNAUT – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto à parte ilegal do sinistrado, o que a Deputada pergunta é se realmente não há possibilidade de clonagem de um veículo roubado em cima daquele que legalmente se recebeu da companhia de seguro.

O SR. RELATOR (Takayama) – E dentro da pergunta do Senador...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O senhor conhece bem o seu negócio e tem como avaliar o seu negócio.

O SR. RADION ARNAUT – Ah, perfeitamente.

O SR. RELATOR (Takayama) – Eu já completaria mais um pouco. Dentro da pergunta do Senador, quem adquire os seus veículos? O senhor tem idéia do tipo

de cliente que compra seus veículos? São só oficinas? Quem os adquire? Quantos veículos ele adquire?

O SR. RADION ARNAUT – O senhor quer saber o perfil do adquirente. De 70% a 80% são donos de oficina.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Mas o senhor não respondeu a pergunta que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está aí o furo da manteiga.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O senhor não respondeu a minha pergunta.

O SR. RADION ARNAUT – Por favor, repita-a, por gentileza.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – É a pergunta que o Senador até aprimorou.

O SR. RADION ARNAUT – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É sobre essa possibilidade de um veículo ser clonado amanhã. O senhor o recebe legalmente, mas, depois, pode haver o furto de um carro, o uso da documentação e a montagem de um carro zero.

O SR. RADION ARNAUT – Essa possibilidade de um veículo sair...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da sua loja.

O SR. RADION ARNAUT – A possibilidade de um veículo sair de um estabelecimento comercial é a mesma que há com os leilões. Eles vendem, as seguradoras vendem, a mesma seguradora vende ou diretamente para a pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em tese, o senhor passa a ser intermediário entre a companhia de seguro e as oficinas.

O SR. RADION ARNAUT – E o consumidor final. Exatamente isso.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Aí é que está a questão, aí está o x da questão.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Mas, na questão legal, o Dr. Arnaut tem uma oficina perfeitamente legal.

O SR. RADION ARNAUT – É claro que sim.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – O problema que vai acontecer, na minha avaliação, é que dali para frente que a coisa pode...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Deputada perguntou se ele conhece a clientela, e o senhor perguntou também se ele conhece a clientela e se é contumaz na compra desses veículos.

O SR. RADION ARNAUT – É, é contumaz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E se já houve algum procedimento policial por suspeita ou prática de crime de clonagem de veículo.

O SR. RADION ARNAUT – Aí foge da nossa alçada, porque não temos poder de polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, eu sei.

O SR. RELATOR (Takayama) – Mas, na sua experiência, como o senhor já disse, não é possível conhecer...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é sua obrigação saber, mas não tem o conhecimento...

O SR. RADION ARNAUT – Recentemente, Senador, a Polícia Civil de São Paulo pediu que fornecêssemos uma relação de notas fiscais daquilo que foi fornecido.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Dos compradores, não é?

O SR. RADION ARNAUT – Eles distribuíram... O Senador Tuma sabe muito bem que em São Paulo há oito seccionais. Então, o Decap dividiu entre as oito seccionais...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Decap é o Departamento de Polícia da Capital.

O SR. RADION ARNAUT – Exatamente. Obrigado.

Essas oito seccionais começaram a chamar todos os compradores de veículos: “Traga o seu veículo. O senhor comprou esse veículo assim?” Há a foto, as seguradoras têm as fotos, nós temos as fotos. E perguntavam: “Como o senhor restaurou esse veículo? Traga as notas disso. Quero saber como senhor restaurou”. Só não sei o resultado desse trabalho, mas foi encetado pela nossa Polícia em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois da denúncia?

O SR. RADION ARNAUT – Depois da denúncia.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Ah, sim, está tudo funcionando depois das denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem conhecimento dessas diligências das seccionais? (Pausa.)

Então, o senhor tem que pedir...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Senador Romeu Tuma, vamos pedir oficialmente que as encaminhe à CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos pedir que o Decap as encaminhe à CPMI.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – V. Ex^a acha que é possível? Ou se tem que dirigir direto ao Decap?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem que se dirigir diretamente ao Delegado-Geral de Polícia, o Dr. Desgualdo, que vai nos atender prontamente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quero dizer ao Dr. Arnaut que já participamos, e também o Senador, de algumas CPIs e CPMLs juntos. Pelo menos de nossa parte, deste grupo que aqui está, temos muito cuidado na hora de argüir um depoente, esteja ele na condição de testemunha, de convidado ou de convocado, justamente porque, quando a pessoa vem à CPI, é carimbado na sua testa, vamos dizer, um sinônimo de que veio por motivo de suspeição. Li aqui o termo de declaração do Sr. Eduardo, que é seu filho, não é?

O SR. RADION ARNAUT – Sim, é meu filho.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deve ser um dos sócios. A declaração é sobre o caso em si.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do carro vermelho?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sim, é do caso da Rede Globo. E o inquérito nasceu a partir da denúncia, não é isso?

O SR. RADION ARNAUT – Foi.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O inquérito é oriundo da denúncia. Li aqui e também procurei me informar a respeito da sua situação no mercado. E deixe-me abrir aspas, para não ser nem justo em excesso e nem injusto em excesso. Entenda o que vou falar. Não estou dizendo que o senhor é correto e nem que é incorreto; não estou dizendo isso. É claro que, pelo que percebemos, a empresa do senhor apresenta uma total idoneidade quanto a isso, até porque o senhor não monta os carros. O senhor compra um carro sinistrado e o vende sinistrado, para que, a partir daí, aquele que faz o desmanche o recupere. O senhor parece que vende o carro no estado em que o comprou. Não é isso?

O SR. RADION ARNAUT – Exato.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor seria o intermediário, não é?

O SR. RADION ARNAUT – Só que, Deputado, antes de vender o veículo...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Entendi.

O SR. RADION ARNAUT – Com todos os itens do veículo, fazemos o que chamamos lá – criamos um neologismo – de *check-list*. Aquilo que a seguradora faz – por isso é que volto a dizer da pessoa jurídica e da pessoa física – nós fazemos. Fazemos um *check-list* do veículo, apontando todos os itens em que o veículo está danificado. Além disso, o veículo é totalmente fotografado. Isso tudo está...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Consta no arquivo?

O SR. RADION ARNAUT – Isso tudo está arquivado, carro por carro, na minha empresa.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixe-me, então, entrar nessa pergunta.

Está aqui a transcrição da “denúncia” da Rede Globo. Há algo aqui que me chamou atenção. Talvez não seja ilegal, porque as resoluções e portarias são muita confusas. Essa legislação é muito confusa. Penso que um grande passo desta CPMI é tentar colocar em ordem essa legislação, que é – perdoem-me a expressão – uma bagunça generalizada. Não existe condensação, existe a subjetividade, em que cada um interpreta de um jeito. A Fenaseg interpreta de um jeito, a Susep, de outro. Nessa história, tudo não é problema de ninguém, e tudo que não é problema de ninguém é problema de todo mundo.

Aqui, quando o suposto comprador diz para a moça que quer comprar o carro, ela fala – e me deixa entender – que essa nota fiscal... E, quando sai do leilão, o veículo seria transferido para a sua empresa. É isso?

O SR. RADION ARNAUT – Não. Foi a Léa que falou isso. Mas ela não disse isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, deixe-me ler – quero entender: “Em São Paulo, na sede da Arnaut Veículos, somos atendidos pela vendedora Léa. Nossa equipe de reportagem finge interesse por um Golf prata ano 99 e também pergunta a sua origem. Entendi qual é a função do senhor. O senhor compra e, do jeito que comprou, vende. A minha pergunta é justamente referente à questão legal. Aí o repórter pergunta: Mas o documento sai como o quê? Sinistrado, batido, como é que sai? Léa diz: No documento não vai constar nada. Mas vai estar o documento em nome da seguradora, e o recibo de transferência, em nome da nossa loja.

O SR. RADION ARNAUT – Certo. E a nota fiscal, inclusive.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, o recibo sai da seguradora. O comprador que consta do recibo, pelo que eu entendi aqui, é a sua loja. Até aí tudo certo?

O SR. RADION ARNAUT – Esse é o procedimento correto. Esse é o usual.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não estou dizendo que é incorreto, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sai no nome da pessoa jurídica da sua loja?

O SR. RADION ARNAUT – No nome da pessoa jurídica, Senador.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não estou dizendo que é incorreto, não. Eu quero entender.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Deputado está fazendo o trânsito do carro e da documentação.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Estamos tentando fazer o caminho legal. Não estou dizendo que é ilegal.

O SR. RADION ARNAUT – Ah sim! É arrematado num leilão...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Isso. O senhor comprou...

O SR. RADION ARNAUT – Vamos admitir que foi comprado num leilão. Quando o leilão aliena um veículo, ele é de alguma seguradora. A seguradora, ao invés de emitir nota fiscal para o leiloeiro que não a emite, e nem é o caso, pois, sob a ótica fiscal, isso não cabe, pois o leiloeiro não tem CNPJ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o preposto.

O SR. RADION ARNAUT – Exatamente. É o preposto.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ele ganha comissão, 5%?

O SR. RADION ARNAUT – Isso. O que acontece? Depois, ele emite nota fiscal para o adquirente. O adquirente somos nós.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixe-me concluir, para o senhor não perder a linha de raciocínio.

Então, o senhor compra o carro da seguradora, via leilão, que é o intermediário da venda. Até aí, está tudo bem?

O SR. RADION ARNAUT – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Pelo que entendi, o documento e esse documento seria a nota fiscal da seguradora para a sua loja, para demonstrar a legalidade da transição sai da seguradora para, no caso, a Arnaut Veículos.

O SR. RADION ARNAUT – Exatamente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O recibo de transferência sai em nome de Arnaut Veículos?

O SR. RADION ARNAUT – Não, não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ela está falando isso aqui.

O SR. RADION ARNAUT – Não, sai em nome da seguradora. Ela falou seguradora.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vou ler aqui, para eu entender, porque quero entender justamente a transferência dos carros sinistrados.

O SR. RADION ARNAUT – Pois não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vou chegar à minha pergunta.

O SR. RADION ARNAUT – É o CRV, não é?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vamos lá: Mas vai estar o documento em nome da seguradora...

O SR. RADION ARNAUT – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – ...e o recibo de transferência, em nome da nossa loja.

O SR. RADION ARNAUT – Perfeito. Agora, eu explico.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) Então, a minha pergunta é a seguinte - pelo que o senhor está tentando explicar, eu estou tentando entender: sai a nota em nome da Arnaut Veículos...

O SR. RADION ARNAUT – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) Porém o recibo não sai em nome da Arnaut Veículos. É isso? O recibo sai em branco?

O SR. RADION ARNAUT – Eu explico. Não sai, não. Eu explico. No verso do CRV do seu carro, há ali um recibo. Se o senhor vender o seu carro para mim, o senhor preenche o recibo no verso do CRV do seu carro para mim, porque eu sou o adquirente do seu veículo. É o que as companhias seguradoras...

O que acontece? Foi facultado às companhias seguradoras – só não me lembro agora do dispositivo legal que facultou isso – que elas pudessem transferir os veículos para o nome delas, seguradoras, sem que para tanto fosse necessário atender as determinações legais de laudo veicular, perícia no Detran etc. Por quê? O cidadão tinha o carro dele objeto de um sinistro, recebia a indenização da seguradora; a seguradora vendia o veículo; o camarada restaurava o veículo e saía por aí tomando multa, e a multa ia toda para a casa do segurado. Aí foram pilhas e pilhas de processos de indenização contra as seguradoras. Houve naturalmente grita no Contran, e abriram essa “janela”, para usar uma expressão mais simples...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seria uma resolução do Contran?

O SR. RADION ARNAUT – Eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que é uma resolução?

O SR. RADION ARNAUT – Eu não sei se é uma resolução do Contran. É uma permissividade... Eu posso, inclusive, passar... Eu tenho isso. É provável até que algum colega aqui tenha essa...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É por aí. Estamos chegando lá.

O SR. RADION ARNAUT – Como o carro está no nome dela, seguradora – já foi transferido para o nome da seguradora –, no verso do CRV ela põe Arnaut Veículos Ltda. e aí nos passa o veículo junto com a nota fiscal.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Entendi. Está bom. O senhor tem na sua loja esse veículo que foi comprado da seguradora via leilão e tem como documentação a nota fiscal de compra e o CVRL...

O SR. RADION ARNAUT – O CRV.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O CRV. O senhor recebe o recibo transferindo para a sua loja?

O SR. RADION ARNAUT – No verso do CRV.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A minha pergunta é: quando o senhor vende esse veículo, pelo que entendo - e sou neófito nesse assunto –, esse recibo não pode se endossado.

O SR. RADION ARNAUT – Não. E nem é. Mas há permissibilidade...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Permita-me concluir, para eu ver se conseguimos chegar lá. Estamos aqui com algo complicado. Como a legislação é complicada, temos de nos ater a certos pontos, porque o bandido, o marginal se aproveita disso, dessa permissibilidade, como eu disse anteriormente.

A minha pergunta é: o senhor comprou, recebeu a nota fiscal e o CRV, e, no verso, no recibo, estava escrito “Arnaud Veículos, escritório da rua tal, pessoa jurídica, CNPJ tal”.

O SR. RADION ARNAUT – Exatamente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A minha pergunta é: antes de o senhor vender esse carro, o senhor o transfere para a sua empresa, o senhor assim fica com um novo CRV, com o recibo em branco, e aí preenche para quem comprou?

O SR. RADION ARNAUT – O dispositivo legal que contempla essa matéria, sob o enfoque que o Deputado está fazendo, não exige que eu faça isso. Ele simplesmente exige que eu emita uma nota fiscal, e, junto com a minha nota fiscal, eu mando também a nota fiscal da seguradora, que demonstra a legitimidade de eu poder estar vendendo aquilo que de direito e por ter adquirido é nosso. Eu transmito... Então, ambas as notas fiscais, a nota fiscal da companhia seguradora e a nota fiscal da nossa empresa, acompanham o veículo com o CRV. Aí, sim, junto ao Detran, ao nosso Detran...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Preenchido em nome da empresa do senhor?

O SR. RADION ARNAUT – Da nossa empresa. Então, é o que transfere legitimidade para que possamos fazer a venda do veículo. Ao chegarmos ao Detran, confrontando o elo dessa corrente, todos eles ficam sequenciais. Então, há nota fiscal da seguradora, nota fiscal nossa, o CRV transferindo do segurado para a seguradora e da seguradora para nós a titularidade. O nome já está apostilado no documento da seguradora, e é o que fecha o elo. Aí, sim, o Detran emite uma nova documentação depois de preenchidas todas aquelas formalidades...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, o senhor pula uma transferência?

O SR. RADION ARNAUT – Não. Paga. O Estado cobra.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O recibo não está em nome da sua empresa?

O SR. RADION ARNAUT – Está. Mas a nota fiscal supre isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, é isso que estou entendendo. Se é uma operação comum de venda, o senhor tem de transferir para a sua empresa; sai um CRV como proprietário daquele veículo à sua empresa, e aí há um novo recibo em branco em que o senhor vai preencher com o nome do novo comprador. Essa operação não é feita?

O SR. RADION ARNAUT – Não, não é, porque é permissivo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Essa nota fiscal da compra e a nota fiscal da venda do senhor substituem? O senhor tem um CRV dizendo qual a seguradora – Itaú Seguradora, Bradesco Seguradora –, o proprietário e o adquirente comprador, que é a Arnaut Veículos.

O SR. RADION ARNAUT – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Em tese, quando esse documento chegasse ao Detran deveria ser transferido para a Arnaut Veículos.

O SR. RADION ARNAUT – Deveria, não é? Mas a emissão da nossa nota fiscal...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A nota substitui essa transferência?

O SR. RADION ARNAUT – Supre. Não substitui, mas supre.

O SR. RELATOR (Takayama) – Parece-me que é uma prática.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O comprador que está no recibo é um, mas a nota fiscal está em nome de outro.

O SR. RELATOR (Takayama) – É uma prática de todas as lojas de venda de carro usado.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não estou dizendo que é ilegal. Em Minas, também é assim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As lojas de veículos, quando compram um veículo usado, são obrigadas a registrar o veículo na loja.

O SR. RADION ARNAUT – Exatamente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O recibo está em nome de um e é transferido para outro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Penso que é medida da própria Receita.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de saber o seguinte: qual o órgão que fiscaliza a atividade de sua loja?

O SR. RADION ARNAUT – É o Detran.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Detran e a Receita.

O SR. RADION ARNAUT – E a Receita. É claro.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Como é feita a fiscalização pelo Detran?

O SR. RADION ARNAUT – É instituído um livro. Todas as lojas que comercializam veículos têm que obrigatoriamente ter um livro de entrada e de saída da mercadoria. E esse livro pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Veículo novo ou usado?

O SR. RADION ARNAUT – Veículo novo ou usado.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT – Essa fiscalização que deveria ter sido feita pelo Detran foi feita pelo Decap. Mas competiria ao Detran fazê-la.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Decap está fazendo uma investigação, um inquérito. É outra coisa.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Espere um pouquinho senão ele não consegue responder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Responda à Deputada.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Estou muito preocupada. Todo mundo é um anjo, tudo é uma maravilha, e estamos metidos em uma enorme criminalidade. Quero perguntar, mas com aquele cuidado que o Deputado Cabo Júlio nos alerta. Temos que atuar com o máximo de civilidade. Todas as pessoas são corretas até que a Justiça prove o contrário. Não é o Deputado que vai provar nada. Precisamos saber quem fiscaliza lojas como a do senhor. Como o senhor tem um grande estabelecimento nessa área, talvez possa ter uma experiência e nos elucidar a respeito de quem fiscaliza e de como é feita a fiscalização. Isso me interessa muito.

O SR. RADION ARNAUT – A competência é do Detran. Temos esse livro. Todos os veículos que estão dentro de uma revenda de veículos têm que obrigatoriamente, por força de lei, ter esse livro. Ao entrar, o veículo tem que estar registrado. Ao sair o veículo, temos que dizer como saiu, para quem saiu.

A atribuição é do Detran, mas a autoridade policial é do Deic, é, por exemplo, do Dr. Bittencourt. É facultado à autoridade policial ir até lá e pedir o livro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde há suspeita...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Ele disse que não.

O SR. RADION ARNAUT – Pode.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Ele disse hoje, textualmente, que não.

O SR. RADION ARNAUT – Ele não fiscaliza. Quando é um caso pontual...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando há a suspeita e o procedimento policial.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Só quando há denúncia.

O SR. RADION ARNAUT – É o que o Senador está falando. Quando há uma suspeita...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na base da investigação ele tem que buscar informações.

O SR. RADION ARNAUT – Exatamente. Ele pode.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Espere um pouquinho.

O SR. RADION ARNAUT – A atribuição não é dele.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Só um minutinho, Sr. Arnaut. Está havendo aqui uma pequena confusão entre investigação e fiscalização.

O SR. RADION ARNAUT – Fiscalização é feita pelo Detran.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O Detran mencionou hoje que, na área do comércio, eles não podem fiscalizar, que eles só atuam...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Deic.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O Deic, desculpem-me. Só podem fazê-lo quando há uma denúncia formalizada.

O SR. RADION ARNAUT – Exatamente.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Volto a perguntar-lhe. Vamos ver se o senhor consegue responder a essa questão. Quem fiscaliza é o Detran?

O SR. RADION ARNAUT – Perfeito.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Como é feita essa fiscalização? Só pelo livro?

O SR. RADION ARNAUT – Pelo livro.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Quais são as características do automóvel? Todas aquelas que o senhor apontou que a seguradora poderia fazer com muita facilidade, o senhor também as faz? Como é isso?

O SR. RADION ARNAUT – Isso é administração interna. Faço porque entendo que deve ser feito.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Não há obrigatoriedade?

O SR. RADION ARNAUT – Nenhuma obrigatoriedade. Como também não existe obrigatoriedade de as companhias seguradoras – e havíamos falado no começo – reportarem-se a algum órgão público e dizer por que acham que é...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Farei a terceira pergunta: o senhor entende que há impedimento legal, ou existe alguma faculdade de lei, no sentido de que todos aqueles elementos identificadores de um carro pudessem ser anotados? Não é só o fato de quem chegou ou de quem é o proprietário. E vimos isso aqui, quando o Delegado deu uma aula

técnica sobre os instrumentos de identificação de um carro. O senhor tem conhecimento? Alguma vez lhe foi exigido? O senhor fez isso alguma vez? Ou isso é completamente fora do circuito?

O SR. RADION ARNAUT – Deputada, simplesmente passou. As explanações do Dr. Valter e do Dr. Bittencourt – sem querer ser repetitivo, mas volto a dizer – foram extremamente elucidativas.

Por exemplo – o Senador Romeu Tuma conhece muito bem –, existe uma faculdade que qualquer um pode fazer, que uma autoridade policial pode fazer, chamada carta-laudo. Isso não foi dito aqui. Carta-laudo a senhora pode pedir. Se a senhora tem um volkswagen, a senhora pede para a Volkswagen do Brasil, que eles lhe mandam uma carta-laudo. Mas se só sobrou o eixo traseiro ou a roda do meu carro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com os dados do veículo.

O SR. RADION ARNAUT – Tudo!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Inclusive, o número das peças. A ficha técnica é individual, é feita por veículo.

O SR. RADION ARNAUT – Exatamente. O senhor sabe, o senhor conhece.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Quem fiscaliza é o Detran.

O SR. RADION ARNAUT – Isso.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – E os fiscais do Detran vão lá, dão uma olhadinha no livro e vão embora, quando deveria haver a carta-laudo ou algo parecido? É a identificação do veículo.

Estamos tentando interromper uma cadeia criminosa. Salvo engano, hoje, na verdade, os órgãos legislam por meio de determinações, de portarias e até de circulares, talvez por causa de lacunas da lei. Mas, infelizmente, todos os órgãos públicos fazem legislação hoje por meio de resoluções, portarias etc. Estão legislando adoidado!

Gostaria de perguntar ao senhor o seguinte: o senhor me identificou quem fiscaliza.

O SR. RADION ARNAUT – Identifiquei.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Ainda não consegui, objetivamente, que o senhor me identificasse os critérios, o que exigem do senhor na fiscalização. Seja objetivo!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a forma de fiscalização? Quais são os dados que eles procuram?

O SR. RADION ARNAUT – Bem prática, bem prática. Os dados daquele veículo que está no pátio ou na loja têm que constar, obrigatória e necessariamente, dentro desse livro. Esse livro, antes de entrar em uso, é levado ao Detran. As páginas são numera-

das. É carimbado no Detran, é vistoriado pelo Detran. É feita uma abertura do livro. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É rubricado.

O SR. RADION ARNAUT – É rubricado, numerado. Exatamente.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Achei que o senhor foi muito eficaz e muito objetivo na sugestão de tudo o que a Fenaseg e as seguradoras podiam fazer. O que o senhor acha que impediriam os circuitos do crime?

O senhor pega o carro trombado e o vende assim. As seguradoras, conversando comigo, disseram-me que há uma diferença muito grande na questão de perda total. Por exemplo, se um carro for roubado, para o proprietário, é dada a perda total, e esse carro será recuperado e será usado. Então, nem toda perda total é impossibilitada de comercialização. Temos que entrar aí. Estou preocupada onde temos que entrar.

Primeiro, como é que categorizamos perda total? Perda total tem discriminação. Então, como é que impedimos? O que fazemos? Qual é a cortada no circuito aqui?

Em segundo lugar, quanto ao seu caso, o de comerciante, pela experiência que o senhor tem, pelo tamanho da sua empresa – é o mesmo conselho que o senhor deu para as seguradoras –, como podemos impedir que o comércio seja criminoso? O que o senhor acha disso, pela experiência que o senhor tem? Porque a sua é perfeita.

O SR. RADION ARNAUT – Vamos voltar. Muito obrigado. Procuro errar menos.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O senhor está dizendo, e estou acreditando. Até prova em contrário, a do senhor é perfeita, é um exemplo de correção. Então, quero saber...

O SR. RADION ARNAUT – Mas não há, Deputada, não há...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Eu vou lá visitá-la. Sou desconfiada por natureza, mas não há problema.

O SR. RADION ARNAUT – Mas vá mesmo. Já tive o prazer de receber o Deputado...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Iremos lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputada, faço uma sugestão: na sua visita, pegue seis fichas de carro e faça um rastreamento deles.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – É isso.

O SR. RADION ARNAUT – Pronto.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – E já levo um Delegado comigo.

O SR. RADION ARNAUT – Ótimo.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – De qualquer jeito, o que quero perguntar para o senhor é muito objetivo: quem fiscaliza é o Detran?

O SR. RADION ARNAUT – É.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Pois quero muito que o senhor me explique quais são os critérios e onde se aprimoram os critérios, pela experiência que o senhor tem.

O SR. RADION ARNAUT – De quê, Deputada?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O senhor será um cidadão, que não pensará no lucro, vai ajudar a cortar o circuito do crime.

O SR. RELATOR (Takayama) – Deputada Mariângela, quero aproveitar a sua pergunta, porque a minha pergunta também é pertinente. Dr. Arnaut, o senhor entrou com um mandado de segurança contra o Detran.

O SR. RADION ARNAUT – O de nº 1.183.

O SR. RELATOR (Takayama) – Foi impetrado pela Arnaut Veículos contra a Portaria do Detran que inseria no DUT a condição de salvado do veículo. Aí vem a pergunta: o que motivou esse mandado de segurança?

O SR. RADION ARNAUT – Houve dois mandados de segurança, um pelo Ministério Público, que parece que obteve sucesso. O meu não obteve sucesso. Pedi a concessão da liminar, que foi indeferida; o Juiz não a concedeu. Aí em seguida...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi o que o Dr. José Francisco Leigo escreveu aqui. Ele disse que era baseada numa portaria.

O SR. RADION ARNAUT – Não, porque o Diretor, o nosso Diretor, o Diretor de Trânsito do nosso Estado, do Detran, baixou uma portaria, e o Ministério Público entendia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Dr. Leigo?

O SR. RADION ARNAUT – Dr. Leigo, exato. O Ministério Público entendia que ele não tinha capacidade jurídica ou legitimidade jurídica para legislar sobre uma matéria que não era de competência dele e sim da competência do Legislativo, e ele julgou como se assim fosse. Por isso, o Juiz concedeu a liminar. Parece-me até que já foi revogada, se não me falha a memória.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Mas vai ao mérito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi revogada, não é?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – E pergunta qual foi a razão. Não é isso?

O SR. RADION ARNAUT – É exatamente isso.

O SR. RELATOR (Takayama) – É. Qual foi o motivo? Essa irresignação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desvalorizava a venda.

O SR. RADION ARNAUT – Claro, claro. Aliás, no próprio corpo do mandado de segurança que impetrei...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Não, mas quem fez a pergunta foi ele. Quero saber da minha, dos critérios.

O SR. RADION ARNAUT – No próprio corpo do mandado de segurança que impetrei, um dos itens que suportou a minha linha de convencimento era exatamente esse, porque o veículo sem restrição vale dez, o veículo com restrição vale trinta. Então, há uma depreciação imediata. Joaquim foi comprar um veículo, e, no campo “Observações” do CRV, constava “sinistrado/recuperado”. Ele diz: “Não quero esse carro”. O carro pode estar perfeitoinho...

O SR. RELATOR (Takayama) – Sem restrição, o veículo vale trinta e, com restrição, vale dez. É isso?

O SR. RADION ARNAUT – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o contrário do que o senhor falou.

O SR. RADION ARNAUT – Esse foi o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Econômico.

O SR. RADION ARNAUT – Econômico, claro, não só meu. Até pensei que, por isonomia, as companhias seguradoras também fossem impetrar o mandado de segurança. Não impetraram.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O que estamos fazendo que não ganhamos dinheiro, hein?

O SR. RELATOR (Takayama) – Posso fazer duas perguntas, Deputada Mariângela Duarte, e termino aqui?

Dr. Radion Arnaut, a Arnaut Veículos ou algum dos seus sócios, se houver, possuem participação em alguma empresa credenciada pelo Inmetro?

O SR. RADION ARNAUT – Não, não possuí.

O SR. RELATOR (Takayama) – Para a realização de vistorias em seguradora ou corretora ou empresa de desmanche?

O SR. RADION ARNAUT – Deputado, por acaso, não participamos, mas não vejo nada de mais nisso. Se eu pudesse, não veria nada de mais.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Qual a relação do senhor com a seguradora?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas aí eu vou discordar do senhor; eu vejo, sim.

O SR. RELATOR (Takayama) – Penso que aí cria dificuldades.

O SR. RADION ARNAUT – O senhor vê. Mas não temos. Aliás, Deputado, eu já senti que o senhor...

O SR. RELATOR (Takayama) – O senhor não tem, então?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Esse é um dos motivos por que nós vamos chamar aqui o Presidente do Inmetro, porque eu acho que é incompatível.

O SR. RELATOR (Takayama) – Eu acho que não pode. Da minha parte, eu acho que tem que colocar uma restrição que não dá, senão a parte interessada não põe.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Sr. Relator, há uma questão que é importante. O senhor tem alguma relação? O senhor é intermediário das seguradoras no seu negócio ou não?

O SR. RADION ARNAUT – Não.

O SR. RELATOR (Takayama) – Aí vem a última pergunta: existe algum servidor público prestando serviço ou assessoria como empregado na sua empresa, seja do Detran ou de algum outro lugar?

O SR. RADION ARNAUT – Não, não tem.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vistoriador?

O SR. RADION ARNAUT – Não, absoluta certeza, não tem.

O SR. RELATOR (Takayama) – Vistoriador nenhum?

O SR. RADION ARNAUT – Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando precisa de vistoria, eles comparecem à sua loja?

O SR. RADION ARNAUT – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ou o senhor leva o veículo?

O SR. RADION ARNAUT – Quem compra o veículo leva ao Inmetro, a essas lojas do Inmetro. São postos, não é, Dr. Tuma?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Então, é precisa ver o Inmetro; é essa a questão. Como é a comercialização de peças usadas? Como o senhor lida com peças?

O SR. RADION ARNAUT – Eu não lido com peças.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O senhor as compra de onde? Como é o seu comércio com peças?

O SR. RADION ARNAUT – Não lido com peças.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O senhor não lida com peças?

O SR. RADION ARNAUT – Não lido com peças; aliás, nem posso.

O SR. RELATOR (Takayama) – Dr^a Mariângela, desmanche é uma coisa, e salvado é outra.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Ele compra salvado e vende salvado.

O SR. RELATOR (Takayama) – Da minha parte, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputada, há mais alguma pergunta?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Só quero insistir nesta questão: há alguma sociedade comercial com o Inmetro? A gente tem informação; gostaria de saber. Ele alega que não tem.

O SR. RADION ARNAUT – Não temos. Afirmo que não temos.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Desculpe-me. O senhor afirma que não tem...

O SR. RADION ARNAUT – Exato.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – E diz que até não veria nenhum tipo de problema em ter.

O SR. RADION ARNAUT – É. Quer dizer, é uma análise minha, pessoal. É a minha ótica.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não seria antiético?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Quem são os compradores dos salvados, dos seus trombados?

O SR. RADION ARNAUT – Repetindo, uma vez mais: são donos de oficina.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Se tenta a oitenta por cento são donos de oficina?

O SR. RADION ARNAUT – Donos de oficina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não acha que seria antiético ter uma empresa que fizesse o preposto do Inmetro, pela forma do comércio que o senhor tem?

O SR. RADION ARNAUT – É uma opinião pessoal. Se o senhor me permitir, eu me coloco numa posição até meio constrangedora, porque...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não precisa responder; é uma questão de foro íntimo.

O SR. RADION ARNAUT – Eu respondo aquilo que, efetivamente, nós, da Arnaut Veículos, fazemos.

Mas, com toda sinceridade, Dr. Tuma, não vejo nenhuma ilegalidade, nenhuma imoralidade...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não estou falando sobre o problema da legalidade, estou falando sobre o problema ético.

O SR. RADION ARNAUT – Sinceramente, se o senhor me permitir, eu prefiro ficar devendo essa resposta para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por causa dos concorrentes?

O SR. RADION ARNAUT – Inclusive, há pessoas amigas, pelas quais tenho um carinho muito grande;

sei que são pessoas corretas. Não posso dizer, e é deselegante também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fica por nossa conta.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Muito obrigada.

O SR. RADION ARNAUT – Eu é que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto se há mais alguma coisa que o senhor gostaria de dizer, para que o senhor seja dispensado.

O SR. RADION ARNAUT – Muito obrigado. Espero ter contribuído. Se servi para contribuir alguma coisa...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Há uma pergunta da Deputada para a qual o senhor ficou devendo resposta. É claro que foram muitas as perguntas. Pelo que eu entendi, a Deputada disse o seguinte: há um ciclo criminoso.

O SR. RADION ARNAUT – Tem.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E entendo que o ciclo criminoso começa a partir do momento...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Da loja para frente, como disse o Delegado.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Começa da loja para fora, quando começa, então, a montagem do novo velho veículo.

O SR. RADION ARNAUT – Deputado, porque a gente não minimiza a coisa à sua partícula mínima? Vamos retroagir e vamos à fonte, que sabemos qual é. A Deputada disse. O Senador Romeu Tuma sabe há muito tempo qual é a fonte, porque é da área, milita, militou anos e anos. É um homem extremamente experiente, conhece tudo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Qual é a fonte?

O SR. RADION ARNAUT – E o senhor também a conhece.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Estou perguntando para o senhor: qual é a fonte?

O SR. RADION ARNAUT – A fonte são...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As companhias de seguro, como ele disse.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – As companhias de seguro. É isso?

O SR. RADION ARNAUT – As companhias seguradoras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fique tranqüilo aqui, que aqui estamos cuidando.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Ele veio prestar um depoimento, dar uma opinião, essa opinião fica registrada, tudo isso será investigado, e as pessoas podem colaborar – e penso que elas estão colaborando. Amanhã, haverá depoimento de preso.

Não precisamos ir além disso. Com calma, o senhor já deu o seu recado, e nós o entendemos. Quanto aos pontos conflitantes, a equipe, depois, sempre se reúne e os estuda. É isso. Vamos visitar a sua empresa, outras e quantas houver.

Inclusive, Senador, penso que temos que colocar o endereço da CPMI do Congresso para recebermos denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos dar o telefone.

O SR. RADION ARNAUT – Isso.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Estou dando o meu cartão, para que mandem denúncia e nos instruem. Estou pedindo que façamos uma reunião em Santos. Segundo consta, o negócio é muito grave não só em Santos, mas também no litoral de São Paulo. O pessoal concordou com isso, desde que eles tomem banho de mar no dia seguinte, o que podemos providenciar.

Quero dizer que já entendemos o recado. Concordemos ou não, é um depoimento. Depois, poderemos fazer uma análise mais criteriosa do que poderemos encaminhar, até para não perdermos nenhum depoimento.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A CPMI está ouvindo vários setores. Ouvimos a autoridade policial, que mostrou a sua visão e deu a sua contribuição para quebrar o ciclo. Ouvimos o senhor, que é dono de uma loja, a Arnaut Veículos, que vende o veículo no estado que é comprado. Vamos ouvir o preso. Enfim, vamos ouvir várias partes desse ciclo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para formar um mosaico depois.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Isso. Vamos ouvir as pessoas que representam as seguradoras, e cada uma dessas pessoas desse grupo dará a sua sugestão para quebrar o ciclo. É importante essa fala do senhor no que diz respeito à seguradora. Vamos saber o que seria interessante para quebrar esse ciclo, para depois montarmos esse quebra cabeça.

Gostaria de fazer um reparo, como policial que sou e Deputado que estou – é uma situação diferente, e me orgulho muito disso. Muito se falou aqui em Detran...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Até o ano passado, eu estava em situação igual; agora me obrigaram a aposentar.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ouvi falar muito de Detran e de Deic. A Polícia Civil, a Federal ou a Militar estão do nosso lado; estamos nadando na mesma maré. O que as Polícias não têm – e isso ocorre em qualquer parte do nosso País – é instrumento para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E respeito das autoridades competentes.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Isso. Por que o Deic ou o Detran ou seja lá quem for trabalha sob denúncia? Porque não tem a mínima condição de trabalhar na fiscalização, preventivamente. Essa é uma realidade. Então, pode ser que haja uma interpretação de que esses órgãos fazem parte desse ciclo? Quero dizer que não, muito pelo contrário. Os nossos órgãos, quando acionados, dentro da sua condição logística, fazem um trabalho muito bem feito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De forma correta e inteligente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, esse era o reparo que eu gostaria de fazer, como policial que sou – e me orgulho disso – no meu País. Faço o registro aqui do trabalho da Polícia Civil em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O telefone para denúncia é o de nº 0800622211. Gostaria que aqueles que foram vítimas de qualquer empresa ou dessa cadeia criminoso denunciasses à CPI. A ligação para o número 0800622211 é gratuita.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – É um número bem fácil. Vou repeti-lo também: 0800622211.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos fazer direitinho.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Vamos repetir com muito cuidado, com muita atenção, porque há muitas pessoas vítimas desse procedimento. O telefone é 0800612211. Portanto, é muito fácil o número, para que, no Congresso Nacional, possamos receber sugestões e questões.

Temos falado em Brasília – e é necessário que se fale no Estado de São Paulo isso, na sua Assembléia Legislativa – que a CPI tem também o caráter propositivo, porque quer cortar o ciclo da criminalidade e fazer a proposição para que isso não ocorra. Bastou iniciar a investigação para que os números já caíssem. Já há indicadores da Secretaria Nacional de Segurança e da Secretaria Estadual de Segurança, que nos dão essa prova.

Em primeiro lugar, você que conhece alguma coisa denuncie, faça sugestões, vá ajudando a cortar o círculo criminoso. Isso não é brincadeira. Em segundo lugar, estamos dispostos a ouvir quem quer que seja, em qualquer Estado do País. O que não é possível é ser conivente com esse tipo de coisa.

Hoje, temos aqui o prazer de contar com a presença de um Promotor Público da Região da Baixada Santista, de Santos, que nos está ajudando também. Um Vereador, o Banha, que é um Vereador muito experiente, inclusive, preside uma Comissão Especial de

Vereadores que investiga a mesma questão. Portanto, da base do Município, estão pessoas aqui, hoje, presidiendo a CPMI.

Uma CPI só pode dar certo se, em primeiro lugar, nenhum dos seus membros está buscando notoriedade – estão, sim, trabalhando com extremo rigor, sem nenhum tipo de holofote – e se, em segundo lugar, tivermos real a disposição de ouvir o maior número de pessoas possível, até aqueles que venham aqui dizer o que bem entendem. Isso é parte do jogo, e a nós competirá muita paciência para não desistirmos da investigação.

Muito obrigada. Era isso que eu queria dizer.

O SR. RELATOR (Takayama) – Só queria dizer, Deputada, que o volume de denúncias que está chegando é muito grande. É evidente que não podemos trazer tudo à pauta, porque isso não caberia em dez anos de trabalho. Então, estamos pontuando alguns mais acentuados, mas, se houver denúncias... Parece-me que está sendo passado ao vivo pela TV Câmara. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pela TV Senado e pela TV Assembléia Legislativa.

O SR. RELATOR (Takayama) – Porque estou recebendo ligações do Paraná, do interior, dizendo que nos estão ouvindo. Seria bom enfatizar aqui, mais uma vez, o número do telefone.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Senado mandou uma equipe, com a repórter Solange, para acompanhar todo o tempo a CPMI.

O SR. RELATOR (Takayama) – E parece que hoje está chegando mais um volume enorme de denúncia. É evidente que queremos pontuar, por meio de exemplos, aquilo que podemos trazer, um denominador comum, em que possamos equacionar os pontos nevrálgicos das brechas na legislação. Acredito que com isso temos bastantes subsídios. Eu só queria repetir o número do telefone pela TV Senado: 0800612211.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O Relator pode dar uma contribuição aqui, porque há pessoas que não têm acompanhado de Brasília. Há um pessoal aqui que já vem acompanhando sistematicamente. Já está nas mãos do Relator um volume considerável de denúncias. Há, por exemplo, Deputados Estaduais que foram lesados e que têm todo o circuito do crime. É muito interessante isso. Senador – pela sua experiência, recorro a V. Ex^a -, o Relator já tem um número muito expressivo e muito considerável de denúncias. Seria bom que o Relator falasse um pouco sobre isso.

O SR. RELATOR (Takayama) – É evidente que estamos lutando contra o tempo. No segundo semestre, serão realizadas as eleições municipais, e sabemos

que teremos dificuldade na questão de quórum em muitos setores. Já temos tido a dificuldade de contarmos com a presença dos demais Senadores. E quero agradecer aos Deputados que, de forma maciça, têm presenciado a CPMI. Não faço nenhuma crítica aos Senadores, pois sabemos que o volume de atividade, hoje, no Senado é intenso.

O volume de denúncias que temos é muito grande. Estamos tentando sintetizar algumas denúncias que são semelhantes a outras. Então, o propósito é pegar apenas uma delas para que não tenhamos que repetir o mesmo assunto para trazer a mesma equação. Então, queremos, com essas denúncias, trazer uma pauta daquilo que a sociedade nos cobra: que é uma legislação mais segura, para que essas brechas sejam sanadas, Deputada Mariângela.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Convido o Dr. Luiz Antônio Tonon, da empresa Ideal.

Por favor, o seu nome é Edson Batista?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não. Luiz Antônio Tonon.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está aqui. Desculpa. Luiz Antonio Tonon, da Ideal Veículos, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é o proprietário ou o representante?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Sócio-proprietário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sócio-proprietário. Ela se localiza onde?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Em Guarulhos, na rodovia Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe por que foi convidado a vir aqui?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Sei, sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pela denúncia do programa Fantástico, incluindo sua empresa na comercialização ilícita de veículos sinistrados.

Eu pediria que o senhor pudesse fazer uma exposição preliminar, e, depois, os Deputados fariam as perguntas.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Quanto à classificação de perca total (sic), como o Radion já tinha dito antes, assim como o Dr. Bittencourt e o Dr. Valter, não tenho nada a acrescentar. Quanto à legalidade do comércio, é lícita. Eu pratico aquele ato de comércio de compra e venda de veículos, como se fosse um carro inteiro um carro sinistrado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só compra e vende para oficinas ou vende para particulares?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Eu compro e vendo tanto para oficinas como para um particular que quiser comprar o carro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O índice maior de compra é de oficinas ou de...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Na sua maioria, oficinas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sempre as mesmas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Olha, muda-se um pouco. Tem mês que umas comprem, outras não, e assim funciona.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Normalmente é o mesmo círculo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – O mesmo círculo. E tenho isso como um cadastro, que, se for preciso apresentar, não há problema algum. Tenho a dizer também que, antes da matéria que saiu no Fantástico, fomos visitados por uma fiscalização da Receita. Após a denúncia, fui de espontâneo no Depatri, apresentei-me na 3ª Divecar, com o Dr. Delair, e deixei a firma à disposição para qualquer vistoria que fosse preciso, mas, logo na sequência, foi instaurado inquérito por Guarulhos e foi vistoriado pelo Gaeco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Gaeco esteve lá?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – O Gaeco esteve lá juntamente com a Ciretran de Guarulhos e a seccional de Guarulhos, e fizeram uma vistoria geral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe como anda o inquérito lá?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não sei. Não posso lhe informar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe, doutor? (Pausa.)

Vou pedir cópia do inquérito.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Foi passado a eles uma relação de aproximadamente uns 200 a 300 carros, onde convocaram todos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Compradores?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – De compradores. Onde convocaram os compradores para que trouxessem os veículos, para ver se realmente foi arrematado licitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não sabe o resultado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não sei o resultado ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá na seccional de Guarulhos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Seccional de Guarulhos.

O SR. RELATOR (Takayama) – O Ciro é funcionário...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos ver se ele tem mais alguma coisa a dizer, para explicar sobre a diligência da TV Globo lá.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – O que deixou um pouco marcante foram as denúncias da Globo, porque ela colocou ou editou... Não posso dizer que ela tenha editado a fita, mas, pelo que foi entrevistado... O repórter da Globo foi lá três vezes. Após a reportagem do Fantástico escondida, houve alguns repórteres do Fantástico, e eu quis explicar a eles a nossa atividade, o ramo de vender o perca total (sic) recuperável ou a sucata. Os repórteres não davam a oportunidade de você se explicar o que é uma coisa e o que é outra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando eles fizeram a reportagem oculta, o que resultou? Com quem eles falaram? Chegaram a falar com o senhor mesmo ou com um funcionário?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não, pegaram um vendedor, o Ciro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O Ciro trabalha com o senhor há muito tempo?

O SR. RELATOR (Takayama) – Antes de entrar com a sua pergunta, a empresa Ideal compra só de seguradoras. Há um convênio?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não. Eu tenho um contrato com seguradoras.

O SR. RELATOR (Takayama) – Quais seguradoras?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – São três seguradoras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quais são?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – São a Royal & Sun Alliance, a Liberty Paulista, e a AGF Brasil Seguros. Eu acredito, ajudando nesse trabalho dos senhores, que essas seguradoras que vendem em contrato... Se hoje os senhores pedirem uma relação de carros para elas, para quem elas venderam os carros... Porque há inúmeros carros de perca total (sic) de todas as seguradoras. Essas três vão dizer: "Bom, eu vendi cem carros para a empresa..."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sem leilão ou direto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não, direto. Venda direta, estipulada com um percentual sobre as avarias. Ela saberá dizer de que forma e para quem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O valor do carro é calculado pelo contrato?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Sobre um percentual. Pelo contrato. Eu tenho aqui. Se V. Ex^a, depois, precisar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou pedir, depois, uma cópia para o senhor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Então, ela vai ter como fornecer ao Estado para quem ela vendeu e de que forma ela vendeu. Ao invés daquela companhia de seguro, será mais difícil aquela que vende em leilão trezentos carros por dia ela fornecer trezentos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que são trezentos carros por dia, em leilão?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Doutor, eu vendo 120 carros por mês. Na minha frente, vendem-se trezentos por dia, duzentos por dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Outra empresa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Uma outra empresa de leilão.

O SR. RELATOR (Takayama) – O senhor tem uma idéia hoje de quantas empresas... Temos uma idéia, pelo delegado do Deic, de que havia em torno de 1,6 mil lojas de desmanche. Elas caíram para umas 400 ou 600. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quatrocentas.

O SR. RELATOR (Takayama) – Quatrocentas.

Evidentemente, o senhor não tem a obrigação de responder, mas o senhor tem uma idéia de quantas oficinas são?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lojas de venda de sinistrados, que é a especialidade dele.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – A loja de desmanche não pode ser comparada ao vendedor de automóvel, que seria o veículo sinistrado. Hoje, vamos falar em número de vendas de veículos sinistrados em torno, na grande São Paulo, de umas oito, que trabalham assim...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com companhias de seguro.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Com companhias de seguro.

O SR. RELATOR (Takayama) – Na grande São Paulo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Na grande São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Incluindo Guarulhos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – O restante, 2%... Na grande São Paulo, incluindo Guarulhos. Acredito que de 4% a 5% hoje são vendidos em contrato, de todos os veículos sinistrados; o resto é vendido em leilão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O depoente anterior disse que compra em leilão.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Ele compra de leilão. Ele tem a loja, mas ele compra de leilão. Hoje,

contrato são algumas empresas – em torno de quatro, cinco empresas – que trabalham...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tem algum outro tipo de ligação com as seguradoras? Ou é somente a parte comercial? Ou são sócios e têm algum interesse nisso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não, não. Única e exclusivamente comercial.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Algum membro das seguradoras faz parte...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Nada, nada. É só compra e venda.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A empresa do senhor funciona em Guarulhos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Em Guarulhos.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quem é Alex Pereira de Almeida?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Alex Pereira de Almeida é um grande amigo meu.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ele é o dono da CTV?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – É o dono da CTV.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor conhece os detalhes da denúncia, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Conheço, conheço sim.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Esse Ciro trabalha com o senhor há quanto tempo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – O Ciro está em torno de uns dois anos e meio, por aí, a três anos.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Diz assim: “Quem nos revela os detalhes é Ciro, vendedor da Ideal Veículos, aquela empresa de São Paulo que vimos no começo da reportagem. Segundo ele, basta levar o carro reformado com as peças roubadas, para fazer uma vistoria no órgão credenciado a um custo de R\$80,00”.

Custa R\$80,00 a vistoria na CTV?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Olha, cada centro de inspeção tem um valor estipulado.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor manda sempre para a CTV, ou há outras para as quais o senhor manda?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Eu não faço o laudo veicular. Quem faz é o cliente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É o cliente. Mas o Ciro indica para ir lá?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Todos os vendedores de todas as empresas indicam, tanto lá, como na Linces, como na Cata, que são outros organismos de inspeção.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Aqui, ele está indicando mesmo, porque ele diz assim... O repórter pergunta: “Esse laudo não demora muito não?” E o Ciro diz: “Na hora. Você arrumou o carro, você leva o carro lá”. Aí o repórter pergunta: “Arruma, mas o cara sempre implica com alguma coisa”. E o Ciro responde: “Não é assim, não. É R\$80,00 aqui, em Guarulhos. Inclusive, a firma é nossa também. Entendeu? É do patrão a firma que faz o laudo”.

O que o senhor acha que ele diz dizer com isso, quando ele fala que “a firma é nossa também” e que “é do patrão a firma que faz o laudo”?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Puro argumento de venda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Inmetro não credenciou alguma empresa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não tenho, eu nem meu sócio, não temos nenhuma ligação com nenhum organismo de inspeção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o que o Ciro indicava?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A CTV.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – A CTV é de um grande amigo. Ele está até presente aqui. Caso for preciso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele vai depor amanhã.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Está bem.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vamos lá. Vou voltar à minha pergunta. O Ciro respondeu: “É R\$80,00 aqui, em Guarulhos. Inclusive, a firma é nossa também. Entendeu? É do patrão a firma que faz o laudo”.

A firma que, segundo o vendedor, que é o Ciro, faz o laudo pericial para legalizar o carro roubado é a CTV, em Guarulhos, Grande São Paulo. Ela consta do *site* do Inmetro como órgão credenciado para vistorias e tem como responsável o Sr. Alex Pereira de Almeida, que é um grande amigo do senhor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Que o Ciro indicou para ir lá.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Isso, isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – “Estou preocupado com o documento, o DUT, lá. Não vai ter nada escrito?” Aí o Ciro o responde: “Não. Vai sair Ideal”. E o repórter pergunta: “Ideal é uma loja?” E o Ciro responde: “Uma loja”. O repórter diz: “Mas não diz que foi perda total”. O Ciro responde: “Não, não, senão ninguém comprava carro aqui”.

Então, o senhor está afirmando que, quando o Ciro disse que a CTV, pagando R\$80,00, não terá problema nenhum, então, eles não vão, em tese, fazer o laudo decentemente, porque não vai ter problema ne-

nhum? E o fato de afirmar que “a empresa também é nossa” é pura argumentação de venda?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – É pura argumentação de venda. Veja bem a ignorância do repórter e do Ciro, porque o credenciamento do Inmetro nada mais é... Ele faz é inspeção veicular. Na parte de documentação, é o Detran que faz a vistoria. Ele só vai dar...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas esse tipo de carro que o senhor comprou da seguradora não tem problema de documentação, mas sim de inspeção veicular mesmo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – De inspeção veicular e de segurança.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sim.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Está certo. Mas qual o crime...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas ele diz que não há problema nenhum. O cara sempre implica com alguma coisa. É normal nessa inspeção veicular ficar voltando outra vez?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não sei. É lógico que é normal. Se o carro não estiver aprovado, ele vai ter que voltar. É só o Inmetro fazer uma vistoria nos órgãos que são credenciados a ele, que eles vão constatar por eles se existe...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, a firma não é do senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não é minha.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, o Ciro está mentindo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Está mentindo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor afirma e reafirma...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Que nem eu nem meu sócio temos participação.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor reafirma que a palavra do Ciro na reportagem é uma mentira?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – É mentirosa.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, se ele confirmar isso amanhã aqui... Primeiro, vou perguntar para ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, permita-me dizer que até acho que o Ciro deu um argumento, mas a expressão “um grande amigo” denota que é praticamente um sujeito que fará tudo o que ele pedir. Se é funcionário ou se não é funcionário independente, porque o Ciro manda por que sabe da ligação forte de amizade.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Mas é fácil...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Um momento.

Faço uma pergunta a V. Ex^a, Sr. Presidente: qual a condição em que o Ciro vai depor aqui amanhã? Ele depõe como o quê?

O SR. RELATOR (Takayama) – Não está chamado.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não? Então, quero...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Podemos chamar o Ciro se for preciso fazer uma acareação.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Na condição de testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria à Secretaria que providenciasse...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vamos ouvir o Sr. Ciro em que condição?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há uma declaração, e, nessa própria declaração, podemos providenciar o convite ao Sr. Ciro para ele prestar depoimento como testemunha.

É a declaração da Ideal Veículos, assinada pelo Sr. Luiz Antônio, de 6 de abril: “Declaramos para os devidos fins que o Sr. Ciro Délia Júnior, portador da carteira de trabalho...” É isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é registrado, então?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Ele é registrado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deu o número da carteira de trabalho. E continua: “...expedida em 10/07/94, é funcionário desta empresa desde 6 de julho de 2001”.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Desde 2001, há três anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está há três anos lá, exercendo a função de Auxiliar-Geral Administrativo. Então, não é um idiota, senão ele não estava mais empregado.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vou voltar à minha pergunta. Vou pegar as notas taquigráficas e colocá-las ao meu lado, amanhã, quando formos ouvir o Ciro.

O senhor não tem ligação comercial, mas sim de amizade com a CTV. É isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Exato.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor não tem nenhum vínculo comercial com ela?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Nenhum.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A não ser o de amizade que o senhor tem com o Sr. Alex Pereira de Almeida?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Com o Alex. Há 15 anos.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Amanhã, o Ciro virá depor aqui. E vamos mostrar essa reportagem em que ele diz – se for o caso, a gente traz até a fita, para que ele veja – que “a firma é nossa também”. O senhor reafirma que ele está mentindo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Está mentindo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, se amanhã eu perguntar a ele se o que ele disse é verdade e se ele falar que é mentira, o que vai valer? Valerá o que está escrito aqui ou o que ele falar aqui?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Vale a pura realidade: que eu não sou o dono da CTV. Posso até dar uma sugestão aos doutores: é só pegar todos os laudos que foram feitos na CTV e confrontar quais são os da Ideal e quais não são. É só pedir ao Inmetro, que o Inmetro fornece essa relação.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Deixe-me fazer umas perguntas ao senhor. Posso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria à Secretaria que solicitasse para essa pessoa, amanhã, quando vier depor, trazer cópia do contrato social da empresa.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Correto.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – E todas as últimas mudanças contratuais na Junta Comercial, nos últimos 10 anos.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Muito bem. Senador, posso dirigir as perguntas ao depoente?

O SR. RELATOR (Takayama) – Penso que até poderia trazer o da Ideal Veículos e o da CTV.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – O da Ideal já tenho aqui. Se os senhores precisarem, posso deixar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos pedir sim.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Houve alguma mudança contratual, nos últimos 10 anos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não, mas, na Ideal teve sim: saiu a irmã do meu sócio, e ficou só com o meu sócio e para mim. E não tenho participação também e nenhuma ligação com...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O Alex Pereira nunca foi sócio do senhor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Nunca foi meu sócio.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor nunca foi sócio dele também, na CTV?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Então, agora, já formalizo essas questões a ele. Acho que é uma questão muito pertinente.

O SR. RELATOR (Takayama) – O que estamos percebendo aqui é que temos que dar um basta nisso aí. Não pode haver essas vistorias que o Inmetro... Isso já está cheirando contravenção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É responsabilidade do Inmetro.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – É verdade. Queria fazer algumas perguntas. Se o senhor puder respondê-las, agradeço.

A sua loja recebeu algum tipo de fiscalização após o programa do Fantástico?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Recebeu.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Quantas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Ela foi fiscalizada pelo inquérito instaurado pela Seccional de Guarulhos, acompanhado do Gaeco.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Quantas vezes?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Eles fizeram, após a denúncia, e está correndo o inquérito ainda para fazerem as apurações, juntamente com a Ciretran de Guarulhos, a Seccional e o grupo do Gaeco.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Então, foi uma única vez?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Eles estão fiscalizando ainda.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Então, não seria interessante, Sr. Relator – se V. Ex^a concordar, Sr. Presidente –, solicitarmos, ao término, a cópia da fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já pedi a cópia do inquérito policial.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – E da fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Segundo ele nos informou, todos os 200 ou 300 compradores estão sendo intimados para levar o carro e saber se foi recuperado. Estão fazendo um rastreamento dos veículos.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Exatamente. Mas, então, é importante que a CPI tenha esse contato, para, terminado o inquérito, pelo menos, ou antes, o que puder, termos o levantamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Secretaria vai providenciar.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Em segundo lugar, o senhor quer sugerir alguma coisa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não, se preciso for, posso fornecer aos senhores uma relação de todos os cálculos feitos até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Queremos os da Polícia, porque já estão sendo rastreados os veículos.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Por que já há uma avaliação legal.

Farei uma série de perguntas. Se o senhor quiser que eu fale mais devagar, avise-me. Que tipo de fiscalização acontece pelo Detran em sua loja? Já fiz essa pergunta ao senhor que o antecedeu, o Sr. Arnaut. Que tipo de fiscalização acontece pelo Detran em sua loja? Ela já havia sido fiscalizada alguma vez, antes dos acontecimentos denunciados? Qual a irregularidade, se há critérios? Como se dá essa fiscalização pelo Detran, que é o órgão responsável pela fiscalização?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Eles vão, como o Sr. Arnaut falou, olham pelo livro de entrada e saída e vêem se todos os carros estão registrados devidamente.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Há identidade? Por exemplo, há uma identidade dos autos; os carros têm uma identidade. Por exemplo, nessa fiscalização do Detran, se o senhor tiver, na sua loja, carros com chassis adulterados, com alguma coisa adulterada, há condições de isso ser registrado, ser fiscalizado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Vou registrar o número do veículo que veio no carro e no documento. Eu comprei o carro juntamente com a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputada, faço um esclarecimento: o negócio dele é diferente do do Arnaut. O Arnaut compra por leilão, e ele tem um contrato com três empresas de seguros, com fornecimento direto. Então, ele registra...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Mas, de qualquer jeito, ele é fiscalizado pelo Detran.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Também eles vão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que a Deputada pergunta, é se no livro está escrito veículo tal, chassi tal, se ele vai conferir, se ele confere o carro.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Se vai conferir carro por carro?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não, eles conferem no livro nota fiscal, número de chassi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas alguma vez foram verificar o carro?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Qual é a regularidade?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Uma vez a cada seis meses.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E vende 150 carros por mês; em seis meses, são 900.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Eu gostaria que o senhor repetisse para nós de onde provêm os veículos que são comercializados. Eles vêm direto das seguradoras?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Eu compro direto de seguradoras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre o contrato, ele vai nos dar conta depois.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Isso é importante. Era isso que eu ia perguntar agora. Eu ia pedir o contrato.

Ainda pergunto: qual o percentual médio em relação ao valor de mercado desses veículos salvados que é comercializado? Qual é o valor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Em torno de 55% a 60%.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Se formos lá agora, vamos verificar que todos os veículos que o senhor tem constam no livro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Todos estão registrados, todos estão com nota fiscal.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Todos estão no livro? Todos os que estão lá dentro estão no livro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Mesmo porque a companhia de seguro...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então o senhor compra só da seguradora?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – É. Mesmo porque a companhia de seguro não pode dar saída sem emitir nota fiscal.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O senhor acredita que todos os veículos comercializados na sua loja têm realmente conserto?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Olha, na minha concepção, acredito que na maioria eu vendo para que seja consertada, mas existem aquelas pessoas de má-fé que façam alguma coisa ilícita.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Como é que o senhor tem controle disso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Porque aqueles que eu vejo que não têm condições de uso mesmo, que é impossibilitado de arrumar, a companhia, ela própria mesma, já dá baixa no carro; ela já me vende como sucateado.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Que tipo de peça é utilizada na reparação desses veículos?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor vende peças?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não, não vendo peças.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E como o senhor compra um carro totalmente perdido?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Com a baixa da sucata. E revendo ele como sucata, sem documento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse é um negócio meio irregular. Para que eles comprem um carro sucateado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Para revender peças.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Para desmanchar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Para desmanchar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É para o desmanche, então, que o senhor vende? Já não é mais para oficina?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Já é para desmanche. Eu vendo para desmanche a sucata.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – E qual o controle das peças que o senhor vende?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Eu não vendo peças. Só vendo o bem salvado como sucata.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E, na nota fiscal, consta como sucata?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Consta sucata de um gol vermelho, chassi tal, com todas as características.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixa-me fazer uma pergunta para o senhor: quando compra esse veículo da seguradora, o senhor tem que registrar no seu livro. Ok?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Correto.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Essa nota fiscal da seguradora para o senhor é emitida quando o senhor compra ou quando o senhor vende o veículo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Quando eu compro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quando o senhor compra?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não é quando o senhor vende?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quando o senhor vende, o senhor emite uma outra nota fiscal?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Uma nota fiscal minha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a nota de venda.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Nota de venda. O senhor tem algum tipo de relação comercial com as seguradoras ou só essa que o senhor denunciou?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Relação comercial.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Não tem nenhuma sociedade?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Nenhuma.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – E com o Inmetro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele fez a pergunta porque o funcionário dele, o Ciro,... A senhora estava aqui, não é?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Quais são os principais compradores da sua loja?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Donos de oficinas.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – É a mesma resposta anterior.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, deixa-me voltar à resposta do senhor. Se formos verificar a sua contabilidade, dificilmente vamos ver, creio eu, que o senhor vende o carro na mesma data em que entra, não é? Ou é comum isto: o carro entra, e o senhor o vende no mesmo dia? É comum isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não, tem carro que demora quatro ou cinco meses...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, não vamos encontrar nota fiscal de entrada com a mesma data da nota fiscal de saída? Vamos encontrar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não entendi a pergunta.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Nota fiscal de entrada, quando o senhor comprou da seguradora, com a mesma data de nota fiscal de venda, de saída.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Possivelmente sim, porque, se o carro me liberou no dia, eu posso vender no mesmo dia.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas isso é comum? É a pergunta que fiz.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – É comum, porque os clientes ficam sabendo... Vamos supor: liberaram os carros hoje...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É comum, então?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – É comum.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, vamos achar muitas notas fiscais de entrada e de saída com a mesma data?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – É muito possível que sim.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Qual o percentual que o senhor acredita que exista?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Cinco por cento delas.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Cinco por cento?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – É.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, em 95%, não vão coincidir as datas?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não, porque, se eu vendesse todos os carros no mesmo dia, seria ótimo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, 5% o senhor acredita que é o limite máximo de notas fiscais coincidentes?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Isso. Se chegar a 5%.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Agora, faço a última pergunta, antes do nosso Relator: seria possível o fornecimento de relação de todos os veículos comercializados, de seus compradores e de quem foi adquirido nos últimos cinco anos? Seria possível nos encaminhar isso?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – A empresa tem três anos e pouco, mas posso fornecer, em 24 horas, para a senhora.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Nem precisa ser tão rápido. Se o senhor pudesse mandar para nós...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – De um ano, tenho aqui, se a senhora precisar; eu já trouxe.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Está bom. Seria interessante que a equipe técnica pudesse analisar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – É claro. Eu posso...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Da minha parte, Senador, estou satisfeita. Obrigada.

O SR. RELATOR (Takayama) – Penso que o volume de perguntas feitas já nos ajuda ter uma equação de toda a situação.

Só queria deixar aqui a minha palavra de agradecimento aos senhores pela presença e lembrar toda sociedade, a comissão aqui presente, o Sr. Arnaut, o representante da Ideal e os de demais empresas seguradoras e sindicatos aqui presentes, os representantes de classe, que temos que lutar para acabar com a contravenção. Podemos criar um monstro, e, depois, não teremos como combatê-lo. Estamos vendo o resultado, Senador Romeu Tuma, o Rio de Janeiro como vitrine de até onde pode chegar o crime organizado.

É preciso que todos nós e os proprietários de lojas de salvados ou de desmanche entendamos que,

quanto mais a nossa sociedade continuar caminhando para a famosa Lei de Gerson – todo mundo querendo levar vantagem –, toda a sociedade estará perdendo. Cada um de nós, como pais, como homens públicos, precisa ter a consciência de que somos responsáveis pela criação de uma sociedade estável e segura no futuro. É função de todos nós lutar para que isso ocorra. Devemos levar isso até as últimas consequências, Deputado Cabo Júlio e demais companheiros.

Que esta CPML leve avante uma resposta para a sua cidade, porque acredito que essa é a nossa função!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Júlio.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O Sr. Arnaut emitiu uma opinião. Respeitamos as opiniões. Democracia é isto: a gente confronta as opiniões para chegar ao bem comum.

Queria saber a opinião do senhor. O senhor vende um veículo, e aí seu funcionário – como é o caso aqui – indicou o local onde a chamada CTV, onde o suposto comprador faria a vistoria. Do ponto de vista legal, não há nenhuma ilegalidade. Qual a opinião do senhor: O senhor está no ramo há quantos anos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Estou nesse ramo há uns oito anos.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Na sua opinião, o senhor acha isso imoral?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Imoral não. Indicar algum cliente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Participar de empresa de vistoria vendendo veículo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Participar acho ilegal.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ilegal?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Eu não poderia participar de uma sociedade do Inmetro, porque mexo com veículos sinistrados. Discordo da opinião do colega, mas eu não participaria.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas, sendo amigo há quinze anos do Sr. Alex – quanto àqueles veículos indicados pelos vendedores; o cara vai lá com o cartão dizendo que é da Ideal –, o senhor não acha que o rigor da fiscalização seria menor?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não. O número de laudos da Ideal que são feitos na CTV é tão mínimo, que...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O que o senhor chama de mínimo?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – É muito pouco. Dos cem carros que vendo, acredito que eles não fazem mais que dez ou quinze laudos por mês da Ideal.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Desses dez, quantos voltam?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Aí eles é que devem ter o controle.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor não sabe? Não tem idéia? O cara não fala “ó, Ciro, você voltou aqui e mandou eu ir lá, e o cara mandou bomba no meu laudo”?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – V. Ex^a veja: muito próximo dali, também tem na Vila Guilherme a Linces...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É amigo do senhor também?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Conheço também.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Qual outro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Tem a Cata.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É amigo do senhor também?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não. Já não conheço. Antigamente eu conhecia o Marcos.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Sr. Presidente, tenho uma última questão a apresentar.

Vamos repetir para o senhor o que temos falado para todas as autoridades, os cidadãos que estão colaborando. Há aqui promotores, vereadores. Já houve Deputados que foram lesados. Quanto ao Deputado do Mato Grosso, fiquei até impressionada com esse processo dele.

O senhor atribui o circuito do crime que se dá nessa área a quê? O senhor poderia dizer para nós? Se não puder dizer, pelo menos responda como podemos cortar a veia disso.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Uma classificação ideal da própria perca total (sic), do pequeno e médio monta, podendo arrumar, iria diminuir a venda informal do salvado. O que seria diminuir a venda informal do salvado? A origem para quem está vendendo. Os senhores perguntam se posso oferecer os nomes dos compradores e os veículos dos últimos... Eu tenho e acredito também que o Arnaut deve ter.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Arnaut disse que tem um fichário com fotografia do veículo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Tenho aqui fotografia, CIC e RG. O senhor quer ver um processo que tenho aqui, para ter uma idéia de como é? Isto é um estoque. Deixe-me pegar. Tenho o meu número de controle. Todo carro tem uma fixa desta. Está escrito aqui: FU 1073. Este carro foi adquirido da AGF. Está aqui a nota fiscal de venda. É um Marea. Tenho a nota

fiscal, uma declaração de responsabilidade do comprador, dizendo que se propõe a comunicar ao Detran de imediato que comprou esse carro e que o conserto dele com peças é de responsabilidade dele. Está aqui a ficha de venda, uma outra ficha de controle interno, o CIC e a RG da pessoa, o comprovante de endereço em nome da pessoa, para que, havendo qualquer problema futuro, possa ser localizada. Também está aqui a nota fiscal de saída da AGF, que é a minha entrada. O documento está em nome da Ideal; está preenchido atrás no nome da Ideal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Todos os carros?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Todos os carros, sem exceção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia nos mandar cópia de dois ou três documentos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – É claro. Posso mandar sim. Está vendo? Aqui tenho fichas com a documentação, com a ocorrência que diz como o carro estava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso é a ocorrência policial?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – É a ocorrência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o boletim?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Isso. A visto-ria, como disse o Arnaut, que diz onde está avariado e onde não está.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa vitória é da companhia de seguros?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não. Esse processo... Essa vitória... Eu faço o meu procedimento normal e acompanho quando tem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A companhia de seguro não vem?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Vem também.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Há o laudo da companhia de seguro? Nessa documentação, há o laudo da companhia de seguro?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Este daqui é de furto. Na remoção, vem o laudo da vitória; aqui não tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é o laudo de furto? Se o carro foi furtado, não tem avaria.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Muitas vezes, tem.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Às vezes, na recuperação...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – A maioria tem. É muito difícil recuperar um carro intacto. Quando se recupera intacto, devolve-se para o segurado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas aí eles vendem como sucata?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Ou o depenam, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – É. Temos aqui a forma como é pago.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O senhor pode mandar cópia desse documento?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Manda a de uns dois ou três documentos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – É claro. Mando sim. De todos, como os senhores pediram para mim. De todos, desde quando abrimos a empresa. Se precisarem de fotos de todos, eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Mande só a relação e três ou quatro procedimentos desse.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Mas, se preciso for, eu faço questão. Se precisarem de mim, estarei à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora não vai visitar Guarulhos?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Vou visitar Guarulhos. Onde fica a Arnaut?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Arnaut fica...

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Faço questão que vá.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Nesses casos, o senhor poderia trazer um documento de um sinistrado que não seja de furto.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Vou trazer.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Os delegados estão requisitados para me acompanhar, viu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Por favor, que os senhores nos visitem! Os senhores passarão pelo aeroporto de Cumbica, mas estou na Dutra, na ponte de Guarulhos. Quem compra o nosso carro vê escrito o nome Ideal Batidos. A pessoa que compra está ciente de que está entrando na loja para comprar um carro sinistrado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A diferença de preço é muito grande? No Fantástico, mostravam um preço absurdo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Tem uma boa vantagem. Posso mostrar ao senhor? O senhor tem mais cinco minutos para me atender?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É claro.

O SR. RELATOR (Takayama) – Vi um carro batido, todo acabado, custando R\$70 mil.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Aí vou mostrar para os senhores que o Fantástico fez uma matéria totalmente deturpada. Tenho aqui o carro... A matéria

foi de um Citroën Xantia. Não foi isso? Ele disse que eu pedia R\$18,8 mil no carro e que o carro era de ano 2000. O carro é de ano 2002, custou trinta e quatro mil, seiscentos e doze, quando paguei.

O SR. RELATOR (Takayama) – Pagou R\$34 mil?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sinistrado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Sinistrado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O novo quanto vale?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – É Trinta e quatro mil, na tabela Fipe, o preço de mercado hoje.

O SR. RELATOR (Takayama) – O carro batido?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Não, o carro inteiro. A companhia me vendeu por R\$10,3 mil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a base de preço.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Isso. É um preço sugerido, eu poderia vender o carro até R\$14 mil. E ele me colocou que o carro valia R\$22 mil. Eu pediria R\$18,8 mil, e o carro de tabela era R\$22 mil, o que não corresponde à verdade.

O SR. RELATOR (Takayama) – Vi numa loja de salvados um carros que estava custando R\$78 mil. O preço estava no vidro do carro. Pode custar tanto assim? Como é que o camarada vai aproveitar, vai arrumar e vender? Acho que não consegue. É estranho isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas tem recuperação.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Esse carro tem recuperação. Falaram que não tem recuperação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esta aqui é uma batida na traseira só.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Foi o da matéria do Fantástico. A pessoa que comprar esse carro tem uma margem de 50% para poder arrumar o carro, porque, se o carro vale R\$34 mil e se eu posso vender esse carro até R\$14 mil; ele tem R\$20 mil para poder arrumar o carro.

O SR. RELATOR (Takayama) – Mas vi carro custando R\$78 mil e acho que, para recuperá-lo, seriam gastos outros R\$50 mil.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Esse é o carro da matéria do Fantástico. Será que o Fantástico vai voltar novamente e dizer que ele errou e que a minha empresa estava sendo corretíssima na venda?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O que a gente sugere é o seguinte: todos os que vieram aqui depor reclamaram, mas houve o mérito da denúncia. As pessoas têm meios legais de recorrer à reparação judicial. Infelizmente, essa não é uma tarefa nossa. Podemos conversar, podemos intermediar, mas essa não é nossa tarefa.

De qualquer jeito, qualquer cidadão pode se sentir lesado. Precisamos voltar a acreditar nas leis do País. Esse é o primeiro passo para sermos civilizados.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Concordo.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – E, se as leis não forem boas, a gente que se organize e se mobilize suficientemente para melhorar as leis. Mas a gente começa a ser cidadão quando começa a cumprir lei.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – É que até então há os cinqüentas funcionários, e, até ser reparado isso aí, cinqüenta famílias estão desempregadas.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Mas acho que o senhor tem o legítimo direito, no âmbito da CPMI, de reivindicar, de fazer a sua exposição. Todos fizeram, todos se sentiram lesados, mas não é esse o âmbito em que a gente possa ajudar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Está bom.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Se a investigação ajudar a aprimorar todo o sistema, a normatização, por meio das leis que nos competem, buscando a não sobreposição de muitos órgãos, se a gente puder... Essa é uma tarefa. Dissemos isso desde o início, desde a primeira reunião. Temos uma tarefa propositiva aqui. Não se trata apenas de “pendurar” pessoas não, é uma questão muito mais séria. Precisamos aprimorar legislação. Mas esse é um circuito sério, grave, e, até prova em contrário, temos que investigar. É a colaboração de todos que vai facilitar.

De qualquer jeito, agradeço.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quando V. Ex^a disse “pendurar”, não quis empregar a forma literal, não é?

O SR. LUIZ ANTÔNIO TONON – Estou à disposição para o que for preciso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quería agradecer aos Srs. delegados. E qualquer coisa que possam nos ajudar... Estejam à vontade, se precisarem sair. Fico agradecido. Quero agradecer ao Godofredo também por ter permitido que os senhores ficassem aqui.

Chamo o último depoente de hoje, membro do Ministério Público, o Dr. Edson Batista.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – De início, gostaria de cumprimentar pelos trabalhos realizados nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o Presidente, Senador Romeu Tuma; o Relator, Deputado Takayama; e a Deputada Mariângela Duarte.

Na qualidade de 22º Promotor de Justiça, na cidade de Santos, atuando na área de defesa do consumidor, eu gostaria de me colocar à disposição desta Comissão para prestar os esclarecimentos que forem

pertinentes e que, sem dúvida nenhuma, venham a ajudar nessa questão hoje debatida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Edson, aqui já foi dito que há vários casos de lesão ao patrimônio particular de alguns cidadãos nessa área de sinistrados, de desmanches. V. Ex^a, como Promotor da Vara de Defesa do Consumidor, tem recebido muitas queixas a respeito desse assunto? Quais as providências que estão sendo tomadas para se recuperar o que foi perdido pelo cidadão?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Também queria acrescentar na mesma pergunta o seguinte: como é que o senhor vê esse circuito? O que podemos aprimorar para cortar esse circuito criminal? O que o senhor, que está lidando ali com a defesa do cidadão – estávamos lá fora discutindo a seriedade da lesão ao cidadão –, pode sugerir para que possamos facilitar o trabalho daqueles que defendem o cidadão e o do próprio cidadão? Obrigada.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Pois não.

Em verdade, essa nossa investigação já conta aí com pouco mais de quatro anos. Isso nos veio por uma consumidora de Santos que relatou que havia sido vítima de uma restrição imposta pela seguradora – no caso, a primeira a ser denunciada foi a Seguradora Itaú. Ela disse que a Seguradora Itaú estava restringindo o direito dela, consumidora, de levar o seu veículo sinistrado a uma oficina de sua preferência, obrigando essa consumidora a encaminhar esse veículo para uma oficina credenciada pela seguradora.

A partir daí, então, preocupados com a questão da liberdade de escolha, garantida pelo subsistema constitucional, chamado Código de Defesa do Consumidor, é que, então, iniciamos um procedimento investigatório de inquérito civil.

Para a nossa surpresa, ao iniciarmos essa investigação, foram ouvidos os donos das reparadoras, e aí, então, começou a chegar uma série de denúncias de outros consumidores frente a outras seguradoras. De sorte que nós, então, acabamos abrindo uma série de inquéritos civis – hoje, acredito, na totalidade de doze ou onze – contra as maiores seguradoras do nosso País. Todas elas, sem dúvida nenhuma, impõem ao segurado, condicionam o segurado, a escolha da reparadora em que deverá ser efetuado o conserto do veículo.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – E todas essas oficinas reparadoras que são impostas – e há muitas queixas dessas – corroboram com o que o senhor está dizendo? Elas são todas legais? São bem constituídas? Todas estão legalizadas na condição de oficina mecânica legalizada?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Pois não.

Com essa denúncia, com essa ocorrência reiterada, nós, então, fomos ter com os donos, fomos pesquisar as oficinas reparadoras em Santos. Ouvimos, então,...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As credenciadas?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Não, não. Todas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma pesquisa geral.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – A nossa intenção era ouvir dessas reparadoras se existia ou não formação de cartel na Baixada Santista imposta pelas seguradoras. E, para nossa surpresa, quase que na totalidade, essas empresas reparadoras vieram aos autos e disseram: “Realmente, sofremos essa restrição. Os nossos clientes, a nossa clientela está esvaziando e hoje quem sobrevive são apenas as reparadoras credenciadas. Nós, seguradoras, que não aceitamos ou que fomos excluídas desse convênio, estamos, hoje, morrendo”. De fato, no Brasil são milhares ...

O SR. RELATOR (Takayama) – Repetindo com clareza, há cartel da parte das credenciadas?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu não diria cartel. Se eu pudesse direcionar a pergunta a V. S^a, eu diria que, provavelmente, é um problema econômico; as seguradoras teriam interesse em pagar um preço menor, que elas mesmas fixariam. Tenho ouvido – não posso ainda comprovar, porque é uma parte da investigação – que essas reparadoras seriam obrigadas a comprar no desmanche peças mais baratas, ainda que novas, o que facilitaria o furto e o roubo de veículos para o envio ao desmanche. O senhor acha que essa característica tem alguma coisa a ver?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Exato, Sr. Presidente. Na realidade, de tudo que foi tratado aqui, hoje, em particular, percebi que ficamos apenas nos elos finais dessa cadeia. O que estou querendo, neste momento, é trazer isso um pouco antes, o início do elo.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – À lesão ao consumidor.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – À lesão ao consumidor, que é particularmente aquilo que me interessa.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Que é o mais amplo.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – E é a minha defesa. É para isso que estou investido pelo Ministério Público.

Então, perceberemos, de início, essa restrição imposta no mercado reparador. O que isso gera? Isso gera a falência dessas empresas. Consequentemente,

sobrevivem apenas empresas reparadoras que mantêm convênio com as seguradoras. Só que manter hoje convênio com seguradora significa estar submetido às regras por ela imposta. E quais são essas regras: preço, mão-de-obra e, sobretudo – e aí quem sabe vamos chegar mais ao final –, a aceitação de peças não originais, peças de procedências duvidosas, o que chamamos de tiradinhas. Também obrigam....

O SR. RELATOR (Takayama) – Genéricas?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Obrigam essas pessoas, esses comerciantes – comerciantes que reputamos como sendo de bem –, a terem que buscar nesse mercado paralelo peças, para poderem sobreviver, para terem uma margem de lucro mínima.

Então, não só eles buscam essas peças no mercado paralelo, como também as próprias seguradoras encaminham essas peças de procedência duvidosa, fomentando, portanto, todo esse crime que vemos hoje.

Acredito que o nascedouro de tudo isso seja essa imposição feita pelas empresas seguradoras no mercado de reparo de veículos.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Isso, de cara, já fere toda a legislação do direito do consumidor.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Fere não só o direito do consumidor, no que diz respeito à liberdade de escolha, como também o art. 21 do Código de Defesa do Consumidor, que garante ao consumidor o direito de, na prestação de um serviço, quando haja necessidade de reposição de peças, obter peças originais, peças novas, que mantenham as mesmas características do fabricante.

O SR. RELATOR (Takayama) – Mas não existe um órgão mediador entre as oficinas seguradoras ou as reparadoras para mediar o preço? Se não está havendo isso, cria-se um impasse capaz de fechar a empresa. Estamos lutando para gerar empregos.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Gostaria apenas de perguntar para o Presidente do Sindicato: qual o número de empresas que já fecharam no Brasil? (Pausa.)

Foram 15 mil empresas fechadas em sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São oficinas credenciadas?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Não, em geral.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – No Estado de São Paulo, não no Brasil, porque 15 mil...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em quantos anos, doutor?

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Sete anos.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo que sei, as companhias seguradoras às vezes pediam três orçamentos, para que o inspetor, diante dos orçamentos, tomasse uma decisão. Então, não está mais acontecendo isso?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Não existe isso. Hoje, o que existe é – e essa prática ainda é contínua: o senhor, segurado, vai levar o seu veículo na oficina da sua preferência, vai entrar em contato com a seguradora, a seguradora vai exigir que o senhor retire o seu veículo daquele local porque ele não é um estabelecimento não credenciado, porque ele não tem condições técnicas para efetuar o reparo. A alegação vazia é simplesmente essa. Caso o senhor insista em ter o seu veículo consertado naquele estabelecimento, com o perdão da expressão, o senhor vai sofrer uma canseira, porque o vistoriador não irá até o local, a discussão do preço e dos valores será tremenda. Assim, o senhor terá muitos aborrecimentos se enfrentar a seguradora. Por isso, muitos consumidores optam por efetivamente retirar o veículo daquele local para levá-lo para a credenciada. Fazem isso porque necessitam do veículo, porque não querem ter dores de cabeça. Basta o sinistro que já é algo que causa incômodo, transtornos. Os consumidores são levados, são induzidos a encaminhar o veículo para uma oficina que é ditada pelas seguradoras.

O SR. RELATOR (Takayama) – Dr. Edson, as informações que traz hoje talvez se juntem com as informações daqueles que vamos ouvir amanhã. Não sei se vamos convocá-lo novamente, não sei se haverá disponibilidade da sua parte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas há um detalhe. Como vamos fazer uma audiência em Santos...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Vamos fazer em Santos pelo número de casos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Contaremos com a presença de V. S^a. Podemos chamar os representantes de algumas oficinas.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Com prazer.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – É importante até que os Vereadores possam fazer sugestões. Há a Comissão Especial de Vereadores. Quem puder sugerir que o faça, para que possamos ter algo mais objetivo, com a ajuda de pessoas que têm conhecimento da situação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu peço a todos que se dirijam à Deputada para que S. Ex^a possa requerer a audiência pública e relacionar aqueles

que devem ser ouvidos nessa audiência. V. Ex^a pode se encarregar disso.

Penso que o Deputado Júlio quer falar.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Quero só citar dados estatísticos dessa nossa investigação. Hoje cerca de dez ou doze seguradoras estão sendo investigadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os processos não tiveram conclusão ainda?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Alguns desses processos ainda estão em fase de inquérito. Em alguns deles, as seguradoras se dispõem a aceitar o nosso termo de compromisso, aceitando, portanto, não colocar nenhum tipo de imposição. Outras negam esse tipo de prática...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quais são as que negam?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Porto Seguro, Unibanco, Real, Sul América. Já há ações civis públicas em andamento na Justiça com relação a todas essas seguradoras. Nessas ações civis públicas, pedimos liminarmente à Justiça que as empresas seguradoras deixassem de restringir o consumidor com relação ao direito de escolha. Essas liminares foram concedidas em Santos. Algumas poucas tiveram um efeito suspensivo dado pelo Tribunal, e outras foram mantidas na integralidade.

Portanto, hoje o mercado santista, de certa forma, está amparado por liminares confirmadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que impedem as seguradoras de condicionar o mercado. Contudo, na prática, até isso está sendo violado. Por quê? Porque, por outros mecanismos, as seguradoras conseguem inibir o direito do consumidor, por exemplo oferecendo *plus*, como carros reservas ou um desconto de franquia superior àquele estipulado no mercado, o que faz com que o consumidor opte por essas oficinas credenciadas.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Para ter menos dores de cabeça e mais facilidades.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Na realidade, toda essa problemática está inserta no art. 170 da Constituição Federal, que trata da ordem econômica. Assim, agregado ao problema do direito do consumidor, está também o problema da livre concorrência, dominação de mercado, enfim, toda essa questão envolvendo...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Doutor, a título de ilustração, quero dizer que sou empresário do ramo de transportes e não consigo mudar de seguradora. Para que o senhor tenha uma idéia, pagamos uma quantia muito alta de seguro por mês das nossas cargas, e há dois ou três anos que estou tentando

mudar de seguradora e não consigo. Parece que há um complô entre elas. Quando quero sair da minha seguradora – não é da corretora –, a outra não aceita fazer o seguro da minha carga.

O SR. RELATOR (Takayama) – Pensei que V. Ex^a era cabo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sou cabo, Deputado e empresário. Mas, nessa área, acontece isso. Digo isso para que as pessoas entendam que há toda uma dinâmica e que a gente precisa conversar e discutir sobre o ponto de vista da legalidade – no caso, o senhor é especialista nessa área. Em tese, o consumidor é lesado.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Ele é lesado de várias formas. Buscam-se, de forma incessante, meios para condicionar o consumidor a procurar apenas e tão-somente as oficinas credenciadas. Isso representa a falência, o fechamento de muitas...

O SR. RELATOR (Takayama) – São em torno de trezentas credenciadas no País, segundo tenho informações. É muito pouco, e não se vai ter como atender a toda a demanda, vai ter que terceirizar. Terceirizando, as outras oficinas vão receber menos ainda. Tem idéia de qual é o preço da mão-de-obra/hora que eles pagam na credenciada?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Não tenho conhecimento. O Presidente certamente deve saber.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Recebi um telefonema agora sobre o problema do fechamento de oficinas em que me disseram que o universo de veículos segurados no País é de 25% do total da frota. Não tenho como confirmar... Vinte e cinco por cento não podem manter mais de 150 mil oficinas que existem, segundo se informa, no País. São 25% de carros segurados que procurariam as oficinas credenciadas. E os 75% de carros não segurados? Procuram qualquer oficina. Então, o que estão querendo perguntar é se essa não seria uma das razões de fechamento, porque o mundo dos segurados é muito pequeno diante do universo de veículos que circulam pelo País. O senhor concorda com isso?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Não tenho condições de responder essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor teria alguma coisa a acrescentar?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Fiz um resumo de tudo que vem acontecendo nesses quatro anos de investigação. Se V. Ex^a me permitir, gostaria de ler esse breve resumo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois, o senhor poderia deixá-lo com a gente?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Perfeito.

A nossa sinopse reside no seguinte: as seguradoras não respeitam o direito do segurado de escolher livremente a oficina reparadora de sua preferência. As seguradoras recusam-se a efetuar a vistoria na oficina reparadora e exigem que o veículo seja removido para outra oficina, a dita credenciada. A vítima, denominada terceiro, também só pode realizar os reparos nas oficinas, nos estabelecimentos credenciados. As seguradoras impõem ao reparador o preço da mão-de-obra, as condições de pagamento, além de fornecerem peças automotivas não originais ou usadas, essas do mercado paralelo, essas que são alimentadas pelo crime.

As seguradoras alegam problemas operacionais com a reparadora escolhida pelo segurado como forma de retirar o veículo daquele local. No caso de insistência do consumidor, o seu nome e o CPF são incluídos numa lista negra de segurados, o que acarretará a não renovação do contrato de seguro ou a majoração do prêmio. Isso também foi apurado, também está nos autos. As propostas de renovação de seguro passam a não mais ser aceitas por motivo de ordem técnica e risco agravado por alta sinistralidade.

Temos um caso nos autos em que houve o indeferimento da renovação do seguro justamente sob a alegação de risco agravado. Foi o caso de um consumidor que fez uso do seguro apenas uma vez durante o ano no valor de R\$242,00. Feito isso, a empresa alegou, para não renovar o seguro, que ele tinha alto índice de sinistralidade.

Enfim, basicamente, são essas as colocações que tínhamos a fazer. E acho sim...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia deixar com o Relator a sinopse.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Acho que essa questão da criminalidade está diretamente envolvida... Essa questão de furto de veículos, de roubo de veículos encomendados, sem dúvida nenhuma, serve para alimentar esse mercado odioso de reparação de peças, justamente porque a imposição dessa peça mais barata é feita por parte das seguradoras, diretamente ou de forma coativa, por meio dos reparadores credenciados. Os reparadores credenciados, penso eu – posso estar enganado –, não estão felizes com essa situação, mas são obrigados a fazê-lo porque...

O SR. RELATOR (Takayama) – As próprias credenciadas não estão...

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Acredito que não. Não sei se estou certo ou não quanto à minha colocação, mas elas são obrigadas a aceitar as regras impostas pelas seguradoras, senão vão sofrer a mesma sorte que as demais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero fazer só uma pergunta: e as distribuidoras, as revendedoras

de veículos, que recebem das montadoras? Elas também têm as oficinas. Elas estão cortadas?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Essas também, igualmente, são cortadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As oficiais de revenda são cortadas?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Igualmente. Não há distinção em relação a isso.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Deixe-me perguntar uma coisa ao senhor sobre essa questão das oficinas. Segundo informações que obtivemos – isso já chegou a mim –, sabemos que existe também um cartel de oficinas. Ou seja, como eles foram engolindo as pequenas, segundo dados que temos, 15 mil oficinas em sete anos foram fechadas no Estado de São Paulo. Calculem isso no Brasil todo! Vou repetir este dado: quinze mil e sessenta e cinco oficinas foram fechadas em sete anos, fazendo com que 65 mil pessoas ficassem desempregadas. É isso? Muito bem.

Segundo consta, existe, por exemplo, um grande que tem ramificações pela nossa região. O senhor notou, nas suas investigações, esse sub-cartel?

Eles espantaram as pequenas. Então, o caminho ficou restrito para a atuação das oficinas reparadoras. O que pergunto ao senhor é o seguinte: o senhor notou, na sua investigação... Esse é o primeiro depoimento concreto que obtivemos, que mostra o circuito do crime, a infração da lei. Não fica falando que não existe lei, já diz onde há infração à lei.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Deputada, está tudo documentado nos autos.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – É uma coisa de que já sabíamos pela realidade, pelos depoimentos, pelos casos documentados que chegam à CPMI.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – São inúmeros volumes de processos, onde se revela tal prática. Eu, particularmente, não tenho dúvida nenhuma acerca desse procedimento maléfico imposto pelas seguradoras.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – E há consequências em todos os níveis.

O senhor notou se existe um certo domínio dentro dessa área de oficinas também, das que são credenciadas?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Evidentemente, elas acabam estabelecendo uma parceria com as seguradoras. De qualquer sorte, elas acabam tendo um filão do mercado. Ainda que sujeitas a preços impostos, a peças impostas, elas, sem dúvida nenhuma, acabam se fechando.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Vou mais longe. Recebi um senhor – não vou dar o nome todo – cujo sobrenome é Santo. Ele também já tem uma oficina com o seu filho, estabelecida na Avenida Ana Costa, em Santos. E assim vai. O senhor não conseguiu detectar esse tipo de procedimento? Entende? Descobrimos uma pessoa cujo filho já está operando com uma outra; deve haver outras. Já temos isso documentado.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – E praticam...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputada, ele tem uma oficina e aí abriu uma filial para o filho?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Esse é o que eu sei. Esse documento eu o vi. Calcule os outros. A do filho foi aberto em Santos; por isso que sei. Ele é de São Paulo. Não lembro o primeiro nome dele. Lembro-me do sobrenome Santo. E até brincamos que, de santo, ele não tem nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há legalidade. Para formar o cartel, como essas oficinas tem o privilégio...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Entendeu? Já virou dinastia. Já localizamos uma em Santos, na Avenida Ana Costa. Dessa eu soube, porque está localizada na minha região. Esse é um fato importante.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Temos reconhecimento sim.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Eu queria apenas concluir, Sr. Promotor, parabenizando a atuação do Ministério Público. Quero repetir isso. O Ministério Público tem sido neste País uma garantia da salvaguarda dos direitos de cidadania. Quando falham todas as trincheiras, o Ministério Público está ali. Penso que é um momento que temos que tornar público esse reconhecimento.

Vamos lutar – sou do Partido dos Trabalhadores e estou dizendo isso – intensamente para que a independência do Ministério Público continue e para que, inclusive, haja provimento de orçamento suficiente para a sua independência, porque, quando se corta o orçamento, corta-se a independência.

Querida parabenizá-lo. Recebemos muitas denúncias. E o senhor, que está investigando – já há processo formado, em fase de julgamento, com a obtenção de liminares –, veio comprovar aquilo que temos recebido como denúncia.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que foi infringido um rol de leis. Quero reiterar que há lei suficiente para romper o crime no Brasil. Se elas merecem aperfeiçoamento, essa é outra questão. Mas ficou claro que o Código do Consumidor está sendo ferido, que está

havendo coação. Vamos ter que acionar a Secretaria do Direito Econômico...

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Já foi acionada. Já há um procedimento correndo lá. Posso citar.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Calcule o nosso trabalho! Há coação, formação de cartel...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com apresentação de V. S^a?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Sim. Vou fornecer o número.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Quero agradecê-lo e parabenizar o Ministério Público da nossa região.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Secretaria de Direito Econômico, junto ao Cade, Processo Administrativo 08012008224/98-38.

Se V. Ex^a me permitir, Sr. Presidente, quero fazer mais uma conclusão final, para ficar bem claro isso.

É evidente que a nossa preocupação com a criminalidade é tremenda. Na realidade, também essa matéria divulgada pelo Fantástico teve nascedouro a partir das nossas investigações. Fomos ouvidos pelo Fantástico nessa oportunidade. O Fantástico veio até o nosso gabinete saber exatamente o que estava acontecendo. Fornecemos subsídios, portanto, ao Fantástico para que encetasse essa investigação.

Eu, como Promotor de Defesa do Consumidor, gostaria que não fosse esquecido o foco principal da investigação, o nascedouro disso tudo. E o nascedouro é a restrição imposta no mercado reparador no que diz respeito à liberdade de escolha do consumidor em escolher a oficina reparadora de sua preferência. Isso gera todo esse circuito do crime.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vou dar um exemplo aqui, Senador, daquilo que o Dr. Edson acabou de falar.

Está aqui um documento interno da Porto Seguro. Diz assim: “Nice, recebi retorno da Rosa das Chaves Corretora, que me informou que a seguradora vai manter o veículo na frota Vento mesmo...” Esse é um reparador.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Que não é credenciado.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Continuo: “... pois alega que o proprietário é amigo dela. A corretora está ciente de que não aceitaremos nenhum seguro dela mais na companhia em suas respectivas renovações (ela tem mais seguros aqui)”.

Depois, numa outra parte do documento, está escrito: “Adriana, esse é mais um dos casos que temos que ligar para o corretor e alertá-lo que será libera-

do, mas o segurado será bloqueado. Após, responda para Nice”.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – É a chamada lista negra.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É um absurdo uma coisa dessas.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Detalhe: alegam-se problemas operacionais.

Posso falar até de uma maneira absolutamente imparcial, porque conheço essa oficina. É uma das oficinas de mais alto conceito não em Santos, mas no Brasil. Detém um maior conceito no Brasil. Então, haver problemas operacionais de uma oficina de ponta reconhecida no Brasil é brincadeira.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Um moço desse teria que ir para cadeia; essa é a grande realidade.

Queria fazer uma última indagação ao Dr. Edson. O senhor está na Comarca de Santos, nessa área, há quatro anos. Não é isso?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Não. Estou investigando essa questão há quatro anos, mas já estou lá há um pouco mais...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Nesses quatro anos, dentro dessa área de defesa do consumidor, o senhor certamente ajuizou várias demandas, algumas como instrumento de liminar, outras como ação ordinária, onde foi julgado o mérito. Como foi recurso de liminar, pode ser que tenha acontecido em muitas que o senhor entrou. Percentualmente – é claro que não exatamente –, em quantas dessas ações a Justiça entendeu que o direito do consumidor tinha sido lesado. Qual o número aproximado?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Hoje, liminarmente, não tenho dúvidas em afirmar que em 100% dos casos a Justiça vem reconhecendo que o direito do consumidor está sendo lesado.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Deixa-me fazer uma pergunta ao senhor, Promotor, que tem dado uma colaboração. A gente poderia obter cópia desses documentos ainda na fase do inquérito?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Estão à disposição.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Então, o senhor poderia nos remeter? Não precisa mandá-los para Brasília; pode mandá-los para o meu gabinete, que a gente os leva.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – É uma documentação extensa e bastante volumosa. São vários volumes, vários autos, em face de várias empresas.

O SR. RELATOR (Takayama) – Tem até a conclusão da Secretaria do Direito Econômico.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Dr. Edson, queria que o senhor repetisse. O senhor está dizendo que, liminarmente, em 100% dos casos, a Justiça está entendendo que o direito do consumidor está sendo lesado, ou seja, as companhias de seguro, nesse caso, estão lesando o direito do consumidor em todas as ações?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – O nosso pedido é muito simples, muito singelo. O nosso pedido à Justiça é que as empresas seguradoras se abstenham de restringir o direito de livre escolha do segurado, só isso. Isso é cristalino. Não há nenhum juiz em sã consciência que vá indeferir...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele pode exigir mais de um orçamento.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Não, não existe. Também não há esse tipo de colocação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É difícil. De repente, pega numa oficina... Falo do caso do meu próprio irmão, que levou dois orçamentos para a companhia de seguro. Uma pediu R\$5 mil para consertar um amassado na capota – disse que tinha que trocar a capota –, e a outra disse que faria por R\$800,00 e que ficaria perfeito.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Há alguma coisa de errado aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tinha nada de relação com a companhia de seguro.

O SR. RELATOR (Takayama) – Tenho aqui o laudo final da Secretaria do Direito Econômico.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – O importante também, Deputados e Senadores, é que a gente tem que tomar tento, tomar noção, lembrar que a colocação dessas peças provenientes desse mercado odioso – portanto, sem procedência – nos nossos veículos gera uma insegurança tremenda. Tivemos problemas com direção de veículos, tivemos problemas com *airbags*, tivemos problemas de segurança sérios, porque o veículo está desfigurado, está com um componente não original, uma peça duvidosa. Nós corremos risco de vida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí quase caminhamos para as revendedoras, que são praticamente as únicas que trabalham com peças originais.

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Então, é o que digo. Corremos dois riscos. O primeiro é o de sairmos daqui e sermos assaltados, porque o assaltante precisa da peça para abastecer esse mercado. Esse é o primeiro risco. O segundo risco é o de termos em nosso carro a colocação de tais peças, que nos geram insegurança no que diz respeito à dirigibilidade.

O SR. RELATOR (Takayama) – Promotor, o senhor nos pode passar a sinopse?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É só o resumo que ele fez.

O SR. RELATOR (Takayama) – Não sei se seria conveniente ler. Melhor não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos analisar. Temos que analisar por inteiro. Não dá para ler agora. Isso pode ficar aqui?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Um outro dado, Sr. Presidente, em relação à procedência dessas peças, já temos, no Instituto de Criminalística, o IC, também em trâmite pela Polícia Fazendária, um trabalho já realizado de comprovação dessas peças que estavam próximas de serem comercializadas e que foram apreendidas pela Polícia. Essas peças já foram periciadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a Delegacia Especializada em Crimes Fazendários?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E qual é a outra?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Não, aí o exame foi feito pelo IC. Então, em todas essas peças apreendidas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas por diligência da Polícia Fazendária?

O SR. EDSON CORRÊA BATISTA – Diligência da Polícia Fazendária, em São Paulo, na Capital.

Não apresentam as mesmas características, que é a peça padrão do confronto. Enfim, várias peças impostas pelas seguradoras foram apreendidas, foram periciadas, e foi constatado efetivamente que se tratava de peças de mercado paralelo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o que digo: o grande risco disso é estimular a prática do roubo de veículos para desmanche e compra de peças. Também a oficina tem que se cuidar, porque ela se envolve no crime, é a receptadora. É um risco muito grande para ela, que tem que denunciar mesmo.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O que acho mais grave é que vimos aqui um verdadeiro rol de criminalidade. E quem é que aguenta o preço das seguradoras? Hoje, está-se pagando um preço altíssimo para fazer o seguro do seu carro.

Um dia desses, eu estava em Santos, andando normalmente – eu não estava infringindo nenhuma lei –, e um carro saiu da garagem e abalroou o meu. Desisti, porque ela ia ainda me cobrar a franquia, que não cobriria. Eu tive que arcar com o custo causado pelo fato de o outro sair da garagem e me atropelar.

Não é possível ter tanta falta de cidadania! O seguro de um carro... Se analisarmos a parcela paga por um carro usado, de quatro ou cinco anos – que a

grande maioria da população brasileira não pode ter, e não estou falando de sucata não –, comprado em revendedora, verificamos que fica mais do que 10% do valor do carro; fica em 10%, 20%, 30% do valor do carro. Estamos falando de gente que ganha muito dinheiro no circuito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles fazem o cálculo sobre a incidência de roubo.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – E ainda favorecer a incidência criminosa? É realmente um negócio... Sobre isso sim é que se devia cassar alvará.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado Cabo Júlio, há mais alguma pergunta? Deputada, quer fazer mais perguntas?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Promotor, Dr. Edson, queria lhe agradecer pela presença e pela espontaneidade de ter vindo aqui colaborar conosco. Tenho a certeza de que vai continuar a nos ajudar, principalmente se houver audiência em Santos. Gostaria muito de contar com a presença de V. S^a. Agradeço-lhe pela espontaneidade e pelo cuidado que o senhor tem tido no cumprimento da sua missão.

Não havendo nada mais a ser tratado, convoco os Srs. membros desta Comissão para a próxima reunião, que será realizada amanhã, dia 16, às 9 horas, neste plenário, cedido pelo Presidente da Casa.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Sr. Presidente, não falto, faço todo o sacrifício, elimino as minhas outras agendas para cumprir a responsabilidade de uma CPMI tão fundamental. Ninguém acreditava que iríamos levar essa investigação com o máximo de rigor e seriedade, e estamos aqui. Eu e o Senador viemos no mesmo avião hoje. Pegamos o avião às 6h51min. O senhor chegou antes de nós ainda.

Amanhã, vou começar a coroar numa luta de vinte anos. Estou levando uma Universidade Federal da área de Saúde Pública, a Unifesp, para a Baixada Santista e para o litoral. Só há duas Universidades Federais no Estado de São Paulo, e, amanhã, às 10 horas, haverá o começo do coroamento de uma luta de vinte anos desta Deputada. Portanto, não posso faltar de jeito nenhum. Acredito que todos entenderão a minha ausência aqui; penso que ela é bem justificável. Lamento, porque queria permanecer aqui. Mas o evento será às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós é que lamentamos a sua ausência e lamentamos não poder estar com V. Ex^a num ato tão importante para o País.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Muito obrigada.

E quero reiterar o convite. O nosso Vereador já vai fazer um pronunciamento à Câmara de Santos, na próxima sessão, para que a CPMI possa ser recebida na Câmara de Santos. Vamos enviar um ofício, que é um histórico belíssimo, para que possamos sediar lá a nossa CPMI.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quería agradecer muito a presença de todos e dizer que V. Ex^a vai fazer muita falta amanhã, Deputada Mariângela. Mas achamos isso importante mesmo, pois a juventude precisa de boas escolas. A área de saúde está defasada. Espero que a Universidade tenha sucesso e que eles reconheçam o seu esforço, premiando-a não só espiritualmente, mas com a beleza do seu ato. Como professora, provavelmente vai dar aula lá.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Vou dar aula lá. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço aos Srs. Deputados que aqui compareceram, aos auxiliares da Comissão e a todos.

(Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 50 minutos.)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2003-CN,
“DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES
COMETIDAS POR EMPRESAS DE SEGUROS,
REVENDEDORES DE AUTOMÓVEIS,
RECUPERADORAS DE VEÍCULOS
E OFICINAS DE DESMANCHE DE AUTOMÓVEIS,
EM RELAÇÃO AOS VEÍCULOS “SALVADOS”,
CONFORME DENÚNCIA DO PROGRAMA
FANTÁSTICO, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO”**

Ata da 6ª Reunião Realizada em 16-4-2004

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, às nove horas e trinta minutos no Plenário Tiradentes, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda a presença dos Deputados Mariângela Duarte, Takayama, Robson Tuma e Cabo Júlio, reúne-se Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 12, de 2003-CN, “**destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recupe-**

radoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão”. A Presidência informa que presente reunião tem por finalidade houver as exposições dos senhores: Doutor Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, (Leiloeiro Oficial), Alex Pereira de Almeida (CTV) Roberto Schildel (preso de Santo André) José Claro dos Santos (preso Zé Gaúcho) Jean Francisco Iotti (preso de Jundiaí). A Presidência comunica ao Plenário a presença de uma comitiva de São Bernardo do Campo, Doutor Luis Geraldo Lanfredi (Juiz Corregedor da Polícia Judiciária de São Bernardo do Campo), Doutora Sandra Regina Marques (Juíza Titular da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo), Doutor Nelson dos Santos Pereira Jr. (Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo), Doutor Renato Davanzo (Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo), 2º Tenente Coronel/PM Denílson Alysson Correa, Comandante da Força Tática do 6º BPM/M DE São Bernardo do Campo, foi requerido que seja solicitada a Rede Record de Televisão cópia da fita com a prisão do Zé Gaúcho; solicitar também a CTV, que envie à Comissão cópia de documentação sobre seus registros, e para constar eu, Francisco Naurides Barros, Secretário, da CPMI lavrei a presente ata que será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom dia, senhores. Hoje, 16 de abril, no plenário da Assembléia Legislativa de São Paulo, gentilmente cedido pelo Sr. Presidente o Salão Tiradentes, declaro aberta a 6ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 12, de 2003 – CN, destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguro, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos salvados, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão.

A presente reunião destina-se à audiência pública cuja pauta encontra-se distribuída aos Srs. Parlamentares.

Quería agradecer e anunciar a presença do Dr. Luiz Geraldo Lanfredi, Juiz Corregedor da Polícia Judiciária da cidade de São Bernardo do Campo, da Dr^a Sandra Regina Marques, Juíza Titular da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo, Dr. Nelson dos Santos Pereira Júnior, Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, Dr. Renato Davanzo, Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo, que estão acompanhados pelo 2º Tenente da PM Denilson Ailson Corrêa,

Comandante da Força Tática do 6º Batalhão de Polícia Militar de São Bernardo do Campo.

Eles vêm a esta Casa para colaborar com os membros da CPMI e com a sociedade brasileira para que possamos levantar todo o esquema que envolve desde furto e roubo de veículos até os desmanches, além dos carros clonados por meio de veículos sinistrados ou considerados como de perda total, veículos que são provavelmente comprados por algumas empresas em leilões, com o objetivo único de ficarem com a sua documentação e seus chassis para poderem utilizá-los em veículos roubados.

Queria agradecer profundamente a sensibilidade do Judiciário de São Bernardo do Campo, dos Srs. Promotores e do oficial operacional que realmente chegou a uma quadrilha que teremos, infelizmente – não sei se é prazer ou desprazer –, de ouvir aqui, mas que provavelmente colaborará com a CPMI no esclarecimento da atividade criminosa da qual faz parte.

Pergunto se algum dos senhores desejava usar da palavra. (Pausa)

Já ontem tivemos aqui a oportunidade de ouvir o Dr. Edson, o Juiz de Defesa do Consumidor da cidade de Santos, que aqui esteve e expôs algumas preocupações sobre o relacionamento das companhias de seguro e as oficinas credenciadas, obrigando, segundo depoimento do promotor, que já abriu doze processos, a que o segurado procure uma oficina determinada. Há uma suspeita de que isso provoque uma procura de peças mais baratas no mercado paralelo e, provavelmente, mercado criminoso.

Então, será uma evolução se, devagarzinho, conseguirmos montar o mosaico de toda essa trama que tanto prejudica a sociedade.

Ficam aqui os agradecimentos registrados em pauta, que, sem dúvida, constarão do relatório do nosso Relator, que é o Deputado Takayama, que está trabalhando intensamente.

Quantas denúncias V. Exª já recebeu? Ontem V. Exª nos informou que está tonto com o número de denúncia que tem recebido. Está assustado, não é?

O SR. RELATOR (Takayama) – Bastante trabalho, mas será um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas creio que vale a pena. A sociedade acreditando e denunciando colabora muito não só com o Poder Legislativo, que tem poder relativo para investigar e apurar, vai até o final do relatório, mas principalmente a parte das investigações policiais. E o Ministério Público tem um papel importante ao receber os relatórios das CPIs. O Poder Judiciário tem de ter materialidade de prova para colocar o bandido na cadeia. Senão, é difícil. Tudo tem de ser perfeito.

Às vezes, eu brigo, pois não é para dizer que há dicotomia entre a autoridade policial e o membro do Ministério Público. Eles têm de somar, senão o juiz não pode condenar. O juiz fica perdido, porque o que não está nos autos não está no mundo. Então, num inquérito que não seja bem-elaborado, dificilmente a denúncia pode ser feita ou a Justiça pode condenar. Confissão apenas não vale a pena. Na Escola de Polícia, havia um professor que dizia que confissão é a prostituta das provas, porque o sujeito pode mudá-la na hora em que quiser e não tem quem consiga forçá-lo a confirmar ou não uma confissão feita na Polícia. Ele pode acusar a Polícia, como no caso do bandido do Rio de Janeiro, que disse que a Polícia o forçou a assumir a responsabilidade pelo crime. Segundo a Polícia – e eu prefiro acreditar na Polícia –, ele foi acompanhado por um advogado. Então, fica tudo difícil. Deviam ter chamado um Promotor também, porque aí a materialidade ficava mais consistente.

Agora, estou recebendo a informação de que o leiloeiro, Sr. José Eduardo Sodré Santoro, está fora de São Paulo, mas mandou seu irmão, sócio e leiloeiro oficial também, Luís Fernando de Abreu Sodré Santoro.

Eu gostaria que o senhor tomasse assento, por favor. (Pausa.)

O Dr. Ênio Bianco, que é o primeiro depoente de hoje, pediu para depor em Brasília. Falou ele ontem sobre problema de segurança e, depois, disse que estaria comprometido hoje pela manhã, mas concordamos que ele deponha em Brasília, porque ele tem alguns documentos importantes, num pedido ao Conselho Nacional de Controle de Preços. Tem um processo grande lá, baseado em denúncias que ele provocou sobre esse relacionamento entre companhias de seguro e oficinas recuperadoras. Então, considero ser importante para nós que ele possa depor, mesmo que ele ontem tenha entregado ao Relator o material que ele encaminhou ao órgão federal.

O senhor é?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO
– Luís Fernando Sodré Santoro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é leiloeiro oficial?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO
– Sou leiloeiro oficial e também sou Presidente do Sindicato dos Leiloeiros e Presidente da Associação Brasileira de Leiloeiros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Melhor ainda.

Sei que a empresa Santoro é a maior empresa leiloeira de São Paulo.

O senhor tem conhecimento por que foi convidado a depor?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Tenho. Sobre a...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia fazer uma pequena exposição não só da sua atividade, mas como são feitos os leilões de carros fornecidos pelas seguradoras, com perda total? Como é feita essa operação?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Na verdade, comercializamos, por meio de leilão, diariamente, uma quantidade bem grande de carros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o número? Falaram em trezentos carros por dia.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Às vezes, mas a média é de uns duzentos carros por dia. Esses carros são oriundos de financiamento, de renovação de frotas de empresa e de seguros, aproximadamente um terço para cada um. Então, de seguradoras, são leiloados uns cem carros por dia, no meu escritório.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Originários de perda total de acidentes?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– De perda total, de recuperação de roubo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De recuperação de roubo também?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– De recuperação de roubo também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já indenizado o segurado...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Já indenizou e, sendo encontrado o carro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passa à propriedade da companhia de seguro.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Exato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais algum detalhe com que o senhor poderia nos ajudar? Como é feita essa operação? Ontem, mostraram aqui algumas notas fiscais do leiloeiro para o adquirente, em que está assim: motor raspado.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Na verdade, isso é algo até que eu trouxe aqui, sobre o que eu queria fazer um comentário. Está um pouco fora da pauta, mas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É importante.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – O Decreto nº 1.305, de 09 de novembro de 1994 regulamenta a Lei nº 8.722, de 27 de outubro de 1993, que torna obrigatória a baixa de veículos vendidos como sucata e dá outras providências.

Basicamente aqui é o seguinte – e coloca a posição do leiloeiro também. Os carros considerados sucata têm de ter o seu chassi recortado e recolhido ao órgão de trânsito. Isso é algo que penso estar errado porque...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Até a Polícia pediu que se modifique esse artigo da lei, porque se retira assim o registro de identidade do carro.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Isso é o que eu digo. Quando recebo um carro sucata para ser vendido, ele não tem mais o chassi. Ele foi recortado. Então, a minha nota de venda...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ali diz “motor raspado”.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– É, mas eu não estou...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A expressão é diferente de “recortado”.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Mas eu digo “recortado” porque, quando eu vendo um carro, vamos supor que eu vendi um Golf 98, motor recortado, como sucata. Na minha nota de venda não tem o número do chassi. Então, a pessoa que compra – vamos supor que seja um desmanche de carros que compre – fica com uma nota de venda de um Golf 98...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Estado...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Noventa e oito. Só, mais nada. Então, na verdade é o seguinte: esse desmanche pode comprar duzentos Gols roubados, cortar os chassis e dizer que é aquele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A informação que foi dada aqui ontem é de que vem a nota do leiloeiro. Então, como ela não discrimina nada, ele pode vender 50, 100, 200 veículos com aquela nota...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Quando é sucata.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando é sucata, que é o desmanche. O grande desespero é que se mistura com o roubo de carros para desmanche, porque a sucata serve de base só.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– É. Eu tenho auxiliado muito a Polícia porque todos os carros que eu vendo, todos os carros que entram no meu pátio são fotografados. Então, volta e meia um delegado me pede para eu identificar determinado carro, e eu vou lá. O carro que eu vendi era vermelho e o que está apresentado é verde. Então, muitas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem um arquivo?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Eu tenho um arquivo. De todos os carros que foram

vendidos, eu tenho arquivadas as fotos deles. Então, é uma colaboração muito boa para a Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando o carro sai da seguradora e vai para leilão o senhor não tem relação comercial com a seguradora, não compra nada.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Não. O leiloeiro é o fiel mandatário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Apenas recebe a comissão. Porque ontem disse que o seguro passa para a companhia de seguro a propriedade do veículo assim que indenizado. Então, ele passa o recibo, o certificado de propriedade. Aí, ele não mais registra para ninguém. Vai a nota fiscal da oficina que compra do senhor para o adquirente do carro “recuperado”, para depois...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Espera aí, eu não entendi. O segurado, quando vende, vende para a seguradora. A seguradora, quando vende, mesmo por intermédio do leilão, extrai uma nota fiscal da seguradora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, não existe registro no Detran da comercialização.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Tem, porque... O senhor está falando de sucata ou de qualquer veículo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sucata ou qualquer veículo. Eu queria esclarecer...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – A sucata obrigatoriamente tem, porque a seguradora tem de dar baixa, tem de recortar o chassi e dar baixa no trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O chassi é enviado ou fica na...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – É enviado ao trânsito. Eu inclusive corto o chassi para a seguradora e encaminho a ela para que ela possa dar baixa no carro. Só a partir daí é que é vendido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A documentação tinha uma portaria do diretor – que foi cassada – onde era obrigatório manter os registros do veículo. Foi suspensa porque, no certificado, está: “veículo recuperado”. Então, a alegação das empresas ontem aqui é que eles entraram com...

Bom dia, Deputado Cabo Júlio, que é da Comissão também.

O Ministério Público entrou com uma representação contra o delegado por ele não ter poder de legislar, porque ele exigia, o Dr. Leigo, do Detran, que constasse do certificado: “veículo recuperado”.

As empresas também entraram e o juiz concedeu a liminar, em razão da perda de valor muito grande se isso constasse, porque o cidadão de bem não

iria comprar um carro assim. Ele compra na ilusão de que é um carro não recuperado; usado, mas em condições perfeitas.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Mas o carro comprado através de leilão, que vinha da seguradora, todo ele, antes de o comprador conseguir regularizar no trânsito, passar para o nome dele, tem de passar por uma vistoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A vistoria é feita por quem?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Por alguns órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa é credenciada pelo Inmetro?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E como funciona? É perfeito?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Nunca tive em uma. Mas já vi o documento vindo por uma, inclusive tem a fotografia do carro, a placa, o estado em que se encontra. Fui informado de que até por uma lâmpada queimada ele não passa pela vistoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma das denúncias da TV Globo fala da vinculação da empresa Ideal com um desses vistoriadores autorizados pelo Inmetro. Desmentiu que tenha qualquer sociedade e que foi uma forma, um argumento, não é Cabo Júlio, de vendedor? Mas confirmou que é amigo do dono da oficina há mais de 17 anos. Então, tem uma relação muito forte. E cobram R\$80,00. Então, estão vendendo o papel. Uma vistoria perfeita não pode ser feita por R\$80,00.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É como no estelionato. A gente se baseia no preço, não é doutor? Oitenta reais por uma vistoria de um veículo acidentado é... Não estou dizendo que é barato ou caro. Não estou entrando no mérito do preço. Não sei como é que o sujeito tem que sair, que se deslocar. Sucata não dá para transportar.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Mas ele só faz a vistoria quando tiver condições de uso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para fazer a segurança do veículo?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Para fazer a transferência do veículo, ele só consegue fazer se houver condições de uso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o certificado de segurança do veículo?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não, o certificado de propriedade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a perícia é para dizer que o carro...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Está em perfeito estado.

O SR. RELATOR (Takayama) – Gostaria de fazer uma pergunta também, Senador Romeu Tuma.

É sobre o leiloeiro. Ele tem o poder de dizer que o carro é recuperável ou irrecuperável, certo?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não sei se ele teria essa condição.

O SR. RELATOR (Takayama) – O Decreto nº

1.305 diz:

“Para efeito de aplicação deste decreto consideram-se irrecuperáveis todos os veículos...

(...)

§ 3º A baixa de que trata o parágrafo anterior será requerida:

(...)

d) pelo leiloeiro, quando o veículo for alienado por seu intermédio.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Na verdade, pode estar na lei, mas não é algo para ser praticado. Para dar baixa, eu precisaria dos documentos. Se o comitente – no caso, a seguradora – não me fornecer os documentos, não vou conseguir dar baixar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela não é obrigada a fornecer os documentos? Ou o senhor fala a respeito do processo...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Como sou mandatário...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...o processo de perda total?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Do processo de perda total, sou o fiel mandatário, o leiloeiro. Na verdade, sigo a orientação que a seguradora me dá. Quando me dá o carro já como sucata, ela me orienta para recortar o chassi e dar a ela. Ela dá baixa, porque recolhe multas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A responsabilidade é dela?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– A responsabilidade é dela.

O SR. RELATOR (Takayama) – Senador Romeu Tuma, a seguradora também tem condições. A letra “d” diz: “pelo leiloeiro quando o veículo for alienado por seu intermédio”. Há uma certa...

Tenho uma pergunta, Dr. Luís Santoro. Pelo bom senso, pelo parâmetro da razoabilidade, o leiloeiro sabe quando o carro não tem mais condições. Não poderia ser feito? Aí vem a indignação da Deputada

Mariângela, ontem, no sentido de que, às vezes, não contribuimos com o todo, cada um cumprindo seu papel, seu trabalho. Creio que, se o leiloeiro tivesse um pouco de boa vontade, pelo caráter, pela sensibilidade, pelo parâmetro da razoabilidade, poderia dar baixa nos veículos, Dr. Santoro.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Mas ele dá baixa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele explicou aqui que manda para a companhia de seguro, que é a responsável pela certidão de óbito.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não consigo ir ao Trânsito e dar baixa em um carro se não estou de posse da documentação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não é a pessoa competente.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não, não sou. Além do mais eu acho, nesse caso em particular, que está mais interessante vender-se o carro identificando o próprio chassi do que recortá-lo e vendê-lo anônimo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os delegados do DV-Car pediram que deixe o número para controlar.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – O órgão de trânsito tem que ter o poder de não deixar mais esse carro ser licenciado. Mas creio que, ao se cortar, está-se colaborando muito com o roubo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os delegados ontem... Não sei se o Ministério Público tem a mesma visão, mas a autoridade policial pediu para modificar a lei no sentido de manter permanentemente o registro do veículo.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– O desmanche é uma atividade econômica até interessante. O primeiro leilão que fiz na minha vida foi há 25 anos, para a Cosesp, companhia de seguros do Estado, e o resultado foi muito bom. Interessei-me muito por isso. Então, fui aos Estados Unidos, visitei uns 20, 30 desmanches por lá e achei muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A maior clientela do senhor é de desmanche.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não, não é de desmanche. Há de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou perguntando, não estou afirmando!

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Só estou dizendo isso, porque fui lá e deparei, há 25 anos, com uma página inteira amarela de partes usadas, cujo título era: “170 acres de Chevrolet”, um especialista em Chevrolet, e fui lá visitar. Ele tinha 50 telex, à época, era isso, 200 linhas telefônicas, exportava peças para o mundo inteiro, com garantia. Impres-

sionou-me muito aquilo, uma atividade que, puxa, era uma coisa fabulosa!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Atividade de comércio paralelo de peças usadas é....

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Peças usadas, é isso!

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Cabo Júlio, Deputado Federal.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr. Luís Fernando.

A primeira pergunta que faço é a seguinte: um veículo pegou fogo, e esse veículo não tem a menor condição de ser recuperado. Quem determina se esse veículo será leiloado como sucata ou como um carro sinistrado, um carro a ser recuperado? É a seguradora ou o leiloeiro?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Sempre a seguradora, mas nunca se vendeu um carro queimado como um carro sem ser recuperado, como sucata.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – No caso, quando o senhor faz esse leilão, nunca, por exemplo, qualquer carro que estiver lá, no dia do leilão, é recuperável?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Queimado?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, em qualquer situação. Deixe-me refazer a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havia, ontem, uma fotografia clara disso aí.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Já tivemos a fotografia de um carro aqui que, legalmente, era impossível de ser recuperado, e aquele carro foi leiloado. A pessoa comprou aquele carro num leilão, não sei em qual, e comprou um outro carro, talvez peças não-legais, e montou aquele carro. A minha pergunta é: na hora de leiloar, quem determina a forma do leilão? Porque existe o leilão da sucata, que é a chamada perda total, ou seja, aquele carro que não tem como recuperar. Se a seguradora entendeu que fica muito mais caro pagar para recuperar do que pagar um novo carro ao cidadão, então declara perda total e não compensa recuperar. Quem determina, o leiloeiro ou a seguradora, a forma como vai ser leiloado esse veículo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como o senhor recebe da companhia de seguro? O carro, para o senhor decidir se é sucata ou não, já vem especificado.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não, já vem decidido.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vem decidido pela seguradora?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Pela seguradora, porque a personalidade jurídica do leiloeiro é fiel mandatário do comitente. Então, o que me determina, faço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor só faz a intermediação?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Faço a venda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Recebe o carro com uma nota fiscal, não?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é nota fiscal, porque só recebe uma declaração.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Recebo o carro, vendo o carro, emito uma nota de venda minha.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Do senhor?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Minha. De venda, não é nota fiscal. E a seguradora emite uma nota fiscal.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, me deixe fazer uma segunda pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A nota de venda não paga o imposto, o ICMS.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– A nota de venda, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor paga sobre a comissão o ISS?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Só pago sobre a comissão. Quem paga o ICMS é a seguradora.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, a próxima pergunta: essa nota de venda do senhor é tirada no dia em que o carro é vendido no leilão?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Não, é retirada no dia em que recebo o pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há um sinal.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Há um sinal de x por cento no momento?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Há.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Porque detectamos, ontem, aqui, um intervalo entre a nota da seguradora, a nota do leiloeiro e o registro do livro de entrada daquele cidadão que é o chamado “recuperador”, e ninguém nos conseguiu explicar. De quem é a culpa desse intervalo? É do leiloeiro? A culpa é da seguradora? A culpa é do dono da empresa de recuperação? O senhor emite a nota quando recebe da se-

guradora ou quando recebe da pessoa que comprou? A pessoa dá um sinal...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – A pessoa dá um sinal, mas não recebe nota.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E só entrega o carro depois de...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, o carro fica lá no leilão.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – O carro fica lá no leilão, guardado.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quando ele paga, o senhor emite?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Ele paga, eu emito a nota de venda, e, com essa nota de venda, com uma via dessas, ele pode até retirar o veículo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ele retira o veículo?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Isso.

Agora, esse intervalo é o prazo da minha prestação de contas para a seguradora. Eu vou pagar...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Qual é esse intervalo?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Olha, a lei estabelece de dez dias úteis. Com cada seguradora acertamos um...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desculpe, essa é do leiloeiro para a seguradora?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Do leiloeiro para a seguradora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E do leiloeiro para o adquirente?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Como assim?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem prazo também de registro no livro da entrada? Porque eles têm que registrar...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Tem, a empresa tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...segundo os livros exigidos pela...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Em tese, ele tem que registrar quando o veículo entra na empresa dele.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Na hora em que entra.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, deixe-me voltar à pergunta.

Vamos tentar voltar ao mecanismo, porque a CPMI tem duas finalidades. A primeira é entendermos o mecanismo legal que existe hoje e reparar esse mecanismo legal, porque o crime se aproveita das brechas

da lei, o crime se aproveita das vírgulas em locais errados. Além de fazer essa apuração, puxar essa linha – e aí já tivemos aqui o cidadão da recuperadora, que fala que o problema é da seguradora; aí, certamente, quando vier o representante da seguradora, ele dirá que o problema é o leiloeiro; quando for o leiloeiro, ele dirá que não, a nota é a seguradora –, depois teremos que destrinchar todos esses depoimentos, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É verdade.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E ver quem é quem nessa história, porque alguma parte desse ciclo está errada, porque o que eu vi ontem aqui é uma coisa absurda, um veículo que a seguradora entendeu que não tinha condições de recuperar, porque ficava mais caro, é vendido para um cara...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só para dar a idéia, nos Estados Unidos eles amassam. O carro fica como se fosse prensado já para poder jogar como sucata.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O carro não tinha a mínima condição de ser recuperado.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Não sempre, Senador. V. Ex^a me desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou dizendo o que vimos aqui...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Sim, naquele carro em particular.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Entendo que o trabalho do senhor é o trabalho de venda comissionada...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então não é o geral, é esse carro em especial.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Esse carro, certo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Entendo que o leiloeiro talvez seja, em tese, um dos menos culpados. Ele recebe a venda, e o seu papel é vender e ganhar sua comissão sobre a venda. Até aí, tudo bem.

Minha preocupação é que vi uma nota aqui ontem, por exemplo, dizendo o seguinte: “veículo Gol, branco”. Como o senhor tira uma nota de um veículo sinistrado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Motor raspado.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quer dizer, o senhor leiloou um veículo x. Como o senhor discrimina esse veículo na sua nota?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Se ele é sucata, não tenho o chassi para escrever.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Isso. E se ele não é sucata?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Se não é sucata, tem o chassi dele.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor discrimina: veículo tal, chassi tal, placa tal.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Veículo tal, chassi tal, placa tal. Exatamente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E as condições? O senhor discrimina a condição em que ele foi vendido?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não, as condições não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, se ele estiver com um amassadinho ou então destruído, na nota não tem diferenciação?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Quando ele é destruído, ele é sucata, aí não tem descrição.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, quando ele não é sucata.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Quando não é sucata, vem completo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vamos dividir em duas situações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer, os danos do veículo não são descritos?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não, não são descritos.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não são descritos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nenhum laudo acompanha?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Também não. Então, já temos um problema aí que tem a ver com...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Eu nem poderia ter – o senhor me desculpe, mas eu nem poderia dizer isso porque...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí é mais uma orientação para nós.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É, porque queremos tampar esse...

O SR. LUIZ FERNANDO – Certo. Se eu fornecer dados... Vamos supor: se eu fizesse um laudo do carro – é uma coisa que custaria, eu não poderia fazer –, mesmo que eu fizesse um laudo do carro e entregasse para o comprador, que falhasse alguma coisa, vamos dizer, esquece tudo: o câmbio não estava funcionando, responsabilidade do leiloeiro, que não explicou que o câmbio não estava funcionando. Então, vendo o carro no estado em que se encontra.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Do jeito que se encontra.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Inclusive consta na minha nota que está sendo vendido no estado em que se encontra.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O veículo como se encontra, já comprei carro dele.

Deixe-me fazer outra pergunta: nessa nota aqui... Porque na realidade o senhor passa a ser o responsável pela venda, certo? O senhor fez o leilão, o senhor é o responsável. Quem compra, compra do leiloeiro.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não, quem compra, compra da seguradora.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Da seguradora, via leiloeiro.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Via leiloeiro, como mandatário da seguradora.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tudo bem. Então deixe-me fazer uma pergunta: o comprador busca essa documentação na seguradora ou no leilão?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– No leilão.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, o senhor é co-responsável. Se ele busca no leilão...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não, é uma facilidade que dou para a seguradora.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor dá para a seguradora?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– E para o comprador, porque, como faço leilão diariamente, é muito mais fácil, a operação seria uma coisa muito complicada. Vamos supor: para o valor às vezes de um carro de R\$5.000, que é mais ou menos a média de venda de um carro, se ele tivesse que cumprir todas as formalidades... Ele lê o anúncio no jornal, ele vai no depósito do leiloeiro e examina o carro, depois ele vai no dia do leilão, depois ele vai no escritório do leiloeiro pagar, depois ele vai retirar, depois vai buscar a documentação. São muitas operações para um valor muito pequeno. Então, o que fiz? Concentrei tudo num lugar só.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Facilitação.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Lá no meu pátio, hoje, tenho o meu escritório, o pátio. Então, a pessoa chega lá, compra o carro, vistoria e retira os documentos. Algumas seguradoras, há um tempo, até queriam entregar elas próprias o documento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor já fala como Presidente do Sindicato?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Posso falar.

Então, eu disse que também prestava esse serviço, o que seria uma facilidade maior para eu conquistar o cliente. Então, ele me entrega o documento e, quando presto conta para ele, presto contas da relação dos

compradores todos, com nomes, endereços e tudo. Ele preenche um certificado, reconhece a firma, manda para mim e faço essa entrega para ele.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixe-me entender: na nota do senhor, que é a nota da prestação de serviço de leiloeiro, o senhor registra o veículo tal, chassi tal, no estado em que se encontra.

Quanto à nota que vem da seguradora, como o senhor tem essa facilidade, então o cidadão pega essa nota da seguradora na estrutura que o senhor montou. Então, essa nota que vem da seguradora acompanha a nota do senhor?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Não, entrego a nota primeiro. Depois que presto contas, que a seguradora emite o certificado, ela manda. Por isso, esse intervalo...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas manda lá para o leilão e ele pega no leilão, por essa facilidade que o senhor criou?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Pega no leilão, mas alguns dias depois.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E essa nota que vem da seguradora ela discrimina, por exemplo, a avaria do veículo?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Não, ela discrimina apenas que é sinistrado.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Só sinistrado?

Essa é uma sugestão para o nosso Relator, porque aí está um grande perigo. Imaginem que um veículo sinistrado, como acontece muito, e o senhor pode retificar ou ratificar isso, um veículo zero que viaja na cegonha e, às vezes, há um acidente com a cegonha. Muitas vezes, a própria concessionária leiloa esse veículo com uma pequena avaria. Já vi leilão de veículo com o teto amassado, porque caiu algo em cima dele. Então, esse veículo, ou um outro veículo semelhante, que, digamos, uma carreta tenha caído em cima dele, na nota fiscal da seguradora, não vai haver diferenciação?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Não. Acredito que não.

Mas é como digo, disponho de fotos de todos os carros. Qualquer dúvida...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele tem um controle. Antes de o senhor chegar...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas esse controle que o senhor tem é um controle que a lei determina ou o senhor faz para a sua segurança?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Não, é um controle meu, para a minha segurança.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, uma outra pessoa, numa atividade semelhante, pode não fazê-lo, porque não existe uma obrigação legal.

A primeira sugestão para o nosso Relator é que tem que haver uma diferenciação. Não é possível que um veículo que tenha um amassado no teto e outro veículo que esteja destruído... Posso pegar a nota fiscal de um e de outro e dizer: olha, para este aqui, que está com o teto amassado, vou comprar um teto e recuperá-lo; agora, este outro, não, eu vou roubar um carro igual, vou pegar esta documentação e vou colocar em cima.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tem que pôr um outro em cima.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então é a primeira sugestão que fazemos ao nosso Relator.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Eu gostaria de fazer um comentário...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixa só eu concluir em um segundo.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Pois não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor entende a minha preocupação? A minha preocupação é no sentido de tampar alguns buracos, porque o crime se aproveita desses buracos. Sabemos que há pessoas que vão até o leilão e não estão interessadas no estado em que está o carro, mas na documentação do carro. Isso é uma realidade. Ele pega essa documentação do carro...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele até descreveu aqui a possibilidade de a nota dele ser usada para duzentos carros.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Mas só por causa desse decreto. Se não houvesse esse decreto, não haveria essa possibilidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor se refere ao 1.305?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – O 1.305.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O 1305, de 9 de novembro de 1994.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Que obriga a cortar o chassi, que os delegados pediram para não cortar.

O SR. RELATOR (Takayama) – Mais uma pergunta, porque acabei pegando o assunto pelo meio. V. S^a leiloa duzentos carros por dia. Em São Paulo ou em todo Brasil, V. S^a é Presidente da Associação Brasileira dos Leiloeiros, há alguma estatística de quantos carros são leiloados no Brasil?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Não. Global, não. Tenho só do meu escritório.

O SR. RELATOR (Takayama) – Quer dizer, só do seu escritório são duzentos por dia.

Quantos leiloeiros existem em São Paulo?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Deve existir perto de uns trezentos.

O SR. RELATOR (Takayama) – Trezentos Leiloeiros! E só o senhor leiloa duzentos?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Mas espera um pouquinho...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Trezentos leiloeiros oficiais.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Deixe-me fazer um comentário de uns dados que me foram fornecidos pela Junta Comercial do ano de 2002. No ano de 2002, realizaram um único leilão durante o ano, oitenta leiloeiros. Quer dizer, há trezentos, mas não existe mercado para tanto. Dois leilões por ano, parece-me que foram feitos só por quarenta leiloeiros.

Então, quem atua nesse ramo são seis, sete, oito, no máximo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com mais intensidade. São autorizados, mas não tem mercado.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– São autorizados, mas não têm condições de...

O SR. RELATOR (Takayama) – Mas V. S^a então não tem uma estatística, dados de quantos veículos são leiloados por dia?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO –

Acredito que, talvez, exagerando um pouco, uns 500.

O SR. RELATOR (Takayama) – Isso em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Fernando, os clientes do senhor são repetitivos?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Isso mudou um pouco, e até faço um comentário interessante, porque foi uma pesquisa que fiz há oito anos. Vi que no meu pátio tinha gente de fora, que vinha de outros lugares, DE fora de São Paulo, numa média de 8%. Eu analisava, principalmente, que o interior de São Paulo tem uma força econômica muito grande, e por que ele só participava com 8% na compra dos carros? Então, contratamos uma empresa que fez uma pesquisa e que me deu um resultado muito interessante, baseada no que informei, de que a operação era muito cara, pois eu tinha o escritório em um lugar e pátio no outro. Então ela me falou que, para eu conseguir atrair gente de São Paulo, eu teria que concentrar num único lugar e que esse lugar não podia ser dentro de São Paulo, mas fora, porque as pessoas do interior têm medo de vir a São Paulo. Por exemplo, alguém de Paulínia pode ver o anúncio, mas tem medo de se perder, de ser assaltado, de não ter onde parar. Há uma

série de receios que fazem com que ele não entre em São Paulo. Então, ela me deu duas opções, para eu entrar ou na rodovia Anhanguera ou na Dutra. Fiquei na Dutra. Que fosse na Anhanguera antes do retorno do pico do Jaraguá, ou na Dutra antes do retorno de Guarulhos, para facilitar. Isso foi interessante, porque os nossos clientes pularam de 8% para mais de 30%, inclusive de outros Estados.

Gostaria de comentar, porque é uma coisa interessante: dar uma informação muito grande para o carro não funciona. Tenho muitos problemas e posso até dizer que devo ter tido por ano umas 200 ações contra mim absurdas, principalmente do Estado do Rio Grande do Sul. A pessoa vem aqui, compra um carro e leva para lá. Quando chega lá, ele move uma ação contra mim no juizado de pequenas causas, dizendo que o carro tinha uma avaria que não tinha, ou coisa parecida, e pede sempre uma indenização de R\$600,00, porque ele faz a conta: é mais caro eu me defender do que deixar correr à revelia. Pelo contrário, vou me defender em todas. Às vezes, me custa R\$2.000,00, R\$3.000,00, R\$4.000,00 para me defender em causas de R\$500,00 ou de R\$600,00.

Esse juizado de pequenas causas é interessante, mas como o cliente pode abrir o processo tanto no meu domicílio quanto no dele, ele abre no dele para prejudicar o leiloeiro. Então, a partir dessas informações que a gente dá, de que o carro está assim ou qualquer uma outra, ele entra com uma ação reclamando de que não está assim. Às vezes, ele compra um carro por R\$3.000,00 e pede R\$20.000,00 de indenização. São coisas absurdas! Dessas 200 ações, ganhamos todas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os juízes têm boa visão das coisas.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Assim como os promotores.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– É verdade.

O SR. RELATOR (Takayama) – Aproveitando a boa vontade de V. S^a e crendo no mesmo parâmetro da razoabilidade e do bom senso e no espírito de contribuição por uma sociedade mais justa, Dr. Santoro, talvez acarrete um prejuízo nos seus lucros, mas gostaria de saber quais seriam alguns conselhos ou sugestões que V. S^a poderia nos dar para fecharmos essas brechas que a legislação acaba permitindo e que vai fomentar a contravenção, o crime organizado e esses desmanches irregulares.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– A maior de todas é essa que citei desse recorte de

chassi. Estive com o Dr. Bittencourt, no Deic, conversando com ele por diversas vezes sobre isso, e acho que essa preocupação é a maior que temos, porque me sinto também constrangido de dar uma nota sem identificar aquilo que estou dando. São inúmeras as vezes em que a delegacia me pede para orientar.

É interessante que recebi, há pouco tempo, de Minas, se não me engano, uma solicitação de quantos carros haviam sido comprados pelo fulano de tal, com o CPF tal. Então, no meu computador, tenho os dados de cinco, seis ou sete anos atrás. Sou um armazenador de dados muito interessante, para tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os seus clientes na maioria compram por atacado?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO
– Não, sempre um por um.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas compram vários carros durante o leilão?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO
– Às vezes, sim. Hoje em dia, como isso popularizou muito...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pessoa física é difícil?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO
– Não, há pessoa física em grande quantidade. Vêm senhoras com criança. É uma oportunidade, o carro é mais barato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Principalmente carro recuperado, sucateado.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO
– Acho que tudo, porque, mesmo o carro do banco que foi recuperado por...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Roubo.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO
– ... falta de financiamento também é vendido abaixo do valor de mercado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esses são veículos inteiros?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO
– São inteiros, mas são vendidos abaixo do valor de mercado, o que é um fator até interessante. A título de sugestão, devo dizer que, muitas vezes, o financiado que não pagou sabe que o carro está em busca e apreensão, sabe que vão tomar o carro dele. Então, ele, com raiva do banco, comete toda sorte de infrações. Há casos de trinta mil de multa, e o banco paga. Acho isso injusto, porque o financiado comete a infração e ainda coloca em risco a vida da população ao cometê-las.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A lei obriga pôr em dia todos os débitos para a transferência.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO
– É, mas acho que quem paga deveria escrever na

dívida ativa contra o infrator, porque, na verdade, o banco nunca perde. O banco repassa o que tem que pagar para a taxa de juros daquele que paga em dia. Quer dizer, ele aumenta a taxa de juros com todas as infrações.

O SR. RELATOR (Takayama) – É a chamada taxa de risco, é isso?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO
– Acredito que deva ser.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não sei se aqui em São Paulo isso ocorre – a regra deve ser igual –, mas o veículo é leiloadado com todas as pendências?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO
– Não, é leiloadado sem pendência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A transferência é obrigatória.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A transferência, sim. Quando o veículo vai a leilão, por exemplo, se tenho um veículo que custa dez mil e tem trinta mil de multa, o banco tem que pagar os trinta mil de multa?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO
– Infelizmente, o banco paga os trinta mil; deixa em dia; passa o carro para o nome do banco e vende sem dívida nenhuma.

O SR. RELATOR (Takayama) – Nesse caso do Júlio, no exemplo anterior que ele cita...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O Banco do Brasil só ganha.

O SR. RELATOR (Takayama) – ...vi um veículo, em uma das investigações feitas com a nossa equipe, estivemos em uma loja e vimos um veículo sendo vendido por R\$ 78 mil. É claro que esse veículo foi comprado num leilão. As lojas de salvados aproveitam os leilões, compram e revendem os carros. Como pode um veículo, Senador Romeu Tuma, ser vendido por esse valor, mesmo sendo importado? Isso piora a situação, porque, diante da possibilidade de o comprador ser um dono de uma oficina que quer aproveitar o carro, as peças que irá comprar também serão peças importadas. Então, seria praticamente inviável, pelos processos legais, comprar um veículo como esse.

V. S^a, que lida diariamente com esse tipo de veículos, dentro da conceituação do parâmetro da razoabilidade, tem noção de que isso ocorre? Qual seria a saída? Pelos meios legais, ninguém com bom senso pagaria R\$ 78 mil por um veículo naquele estado.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO
– Nesse caso particular, não sei, mas volto a insistir: se o chassi não for recortado, o desmanche compra um carro e, ao emitir a nota, alega que está vendendo um capô dianteiro, um pára-choque de um certo veículo e coloca o chassi do carro. Acho que seria uma forma de se amarrar esse processo, porque, volto a dizer, o des-

manche é uma atividade muito boa, tanto para o dono do desmanche quanto para o público em geral, que pode ter acesso a uma peça mais barata. Para carros importados inviabilizados por batidas, não há condição, mas há outros que, havendo peça barata à venda, com um preço inferior ao custo de uma concessionária, seria possível consertar o carro, porque, numa batida que envolve só lataria, tudo pode ser trocado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ontem, estive aqui o Sr. Raduan Arnold, dono de uma revendedora, a Ideal, que nos disse que o seu negócio é realizado direto com a seguradora, que lhe passa direto. O Sr. Arnold disse que mais de 80% de sua aquisição é feita por meio de leilão.

E esse carro, o senhor viu lá, não?

O SR. RELATOR (Takayama) – Vi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor deve ter grandes clientes, que são revendedores de veículos sinistrados ou com perda total. O senhor tem o controle desses clientes e os veículos que vende para eles?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Tenho. Se o senhor disser: quero fulano de tal e quantos carros comprou, eu lhe dou a relação total, com preço, dia de compra e tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor lembra se tem cliente em Santo André?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Devo ter muitos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque Santo André, São Bernardo.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Caminhões entram também?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Entram também.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Eu estava checando uma informação ali com um amigo, e ele me disse o seguinte: muitas vezes, existe leilão em que as pendências correm por conta do comprador.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Existiu isso um tempo atrás, mas parece que depois foi regulamentado, e hoje os bancos e as seguradoras só podem vender com o carro já em nome delas.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O que o senhor chama de tempo atrás? Quanto tempo isso?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Talvez um ano.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Um ano. De um ano para cá não existe mais isso?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não existe nenhum leilão?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que é exigência legal hoje, por causa da cobrança...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixe-me fazer outra pergunta: o senhor não acha que, por conta das seguradoras, há muitos carros declarados, e aí o senhor, com sua experiência de leiloar todo tipo de carro em todo tipo de condições, não acha que, por conta das seguradoras, há um interesse muito grande da perda total, ou é o contrário?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Não sei. Não posso lhe dizer se há interesse. Até acho engraçado o seguinte: uma vez eu conversei com o diretor de uma seguradora e ele falou que estava muito preocupado com o número de roubos dos carros. Eu falei: “Mas qual é o número de roubo ideal?” Ele falou: “Como roubo ideal? Não há roubo ideal”. Eu falei: “Deve ter, porque, se ninguém roubasse carro, ninguém ia fazer seguro”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso é como companhia aérea: tem o número ideal de passageiros para não ter prejuízo.

O SR. RELATOR (Takayama) – Sem dúvida nenhuma. Se ninguém roubasse, ninguém segurava. Então, deve existir um número ideal.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É a história do bandido bom e do bandido ruim. Por incrível que pareça, no Rio de Janeiro – que não é o meu Estado, sou Deputado por Minas Gerais –, houve uma guerra entre duas quadrilhas na Rocinha, e os moradores estão lamentando que, segundo eles, morreu o bandido bom. Como se existisse bandido bom. O Dudu e o Lulu, um é o bandido bom e o outro é o bandido ruim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ontem, eles estavam gritando: “Vai chegar a sua hora, Dudu”. Todo o povo ali, acompanhando o enterro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Todo o povo, porque o Dudu é o bandido, na visão deles, ruim. O bandido bom é o que morreu, o Lulu, como se existisse isso.

Entendo que a perda total é muito subjetiva. O senhor não acha?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Acho o seguinte: por experiência, tenho visto, muitas vezes, vai até do interesse da seguradora com relação ao seu cliente. Às vezes, o cara tem um carro importado, dá até uma recuperação, mas o cliente diz: eu não

quero esse carro. Muitas vezes, ela tem o prejuízo, ela indeniza no valor do carro inteiro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas tem uma legislação que regula o que é perda total.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Eu não sei bem qual é o percentual: se é 50%, 60% ou 70%.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tenho aqui uma circular da Susep, que diz o seguinte: “art. 16. Será caracterizada indenização integral” – que é perda total – “quando os prejuízos resultantes de um mesmo sinistro atingirem ou ultrapassarem a quantia apurada a partir da aplicação de percentual previamente determinado sobre o valor contratado”. “O percentual de que trata o **caput** deverá ser fixado nas condições contratuais e não poderá ser superior a 75%.”

Então, existe uma regra. O que temos que deixar claro nas nossas sugestões, Sr. Presidente, é que tem muita gente comprando carro com perda total, em que tecnicamente não compensaria essa compra. Então, é lógico, evidente, notório, que a pessoa tem que ter muita vontade de ter prejuízo para comprar um carro de 30 mil, que talvez ele compre por 15 mil e tenha que gastar mais 30 mil para recuperar. É notório que ele vai buscar... Se ele comprar peças legais, ficará muito mais caro. Se ele fizer a recuperação integral, ficará muito mais caro, até porque o carro será sempre um carro recuperado. Quem conhece de carro e comprar vai falar. Pela pintura, o cara conhece o carro.

Então, é notório que ele tem duas coisas: ou ele vai mandar roubar um carro igual e vai aproveitar aquela documentação e vai trepar um carro em cima do outro, vai esquentar; ou então ele vai fazer um dublê ou sabe lá Deus o quê.

Então, temos que ter um mecanismo de tampar essa porta, porque, pelo amor de Deus, a coisa é muito escandalosa!

Não estou colocando aqui que é seguradora, o leiloeiro, não. Não é isso. O bandido da história, nessa situação, é quem compra o carro e faz isso.

Vimos aqui um depoimento ontem, naquela denúncia, em que o cara fala “Você quer o carro como? De que cor? De que jeito? Daqui a 15 minutos, já te damos uma resposta”. “Qual o preço desse carro?” “Olha, ele é R\$30 mil, mas você o compra aqui por R\$5 mil.” É um absurdo!

Então, se o senhor pudesse nos mandar, por escrito até, algumas sugestões de modificação de procedimento seria bom. O senhor tem essa experiência tremenda, porque, muitas vezes, o senhor está leiloando o carro e tem de leiloar; o senhor ganha pela prestação de serviço. Quem está comprando vai desmanchar? Porque, muitas vezes, o carro vendido em

leilão é muito mais caro do que lá fora. Muitas vezes, ocorre isso. Eu sei, porque trabalhei no ramo e, muitas vezes, começa aquela disputa com essa popularização em leilão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem precisa da documentação...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Com a popularização do leilão hoje o cidadão comum, a pessoa física, compra. Antigamente, havia um, dois ou três grupos isolados que eram recuperadores. Hoje, não. Hoje, há muitas pessoas físicas que vão lá e compram. O cara tem o sentimento: “Vou ao leilão porque é mais barato”. Muitas vezes, não é.

Então, nós gostaríamos se o senhor pudesse nos enviar depois, por escrito – com a sua experiência –, algumas sugestões para tentar quebrar esse ciclo, seja de forma administrativa, Susep, Fenaseg, seja pela legislação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu sugiro também que a Comissão faça uma visita para acompanhar um leilão e ter a noção exata de como ele se processa. Concorde, Cabo Júlio?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Concorde. E, quando estiver lá, comprarei um carro também, não é?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Eu gostaria também de fazer uma observação quanto a isso. Nesse caso em que o carro vale trinta e é vendido por cinco, me parece receptação direta. No leilão, já é um pouco mais difícil, porque existe uma série de registros. Há cerca de oito, dez anos, as seguradoras mandavam para a Polícia a relação de todos os compradores. Não sei se isso ainda é feito. Mas tenho certeza de que há uns dez anos era feito isso.

Vejo também a quantidade de carros que não vêm pelas seguradoras, nem por leilão. É muito comum vermos isso no Estado de São Paulo. Compram-se veículos batidos. O de particular é muito melhor porque ninguém sabe o que é. E a frota segurada é pequena. A grande maioria de venda de carros sinistrados é feita por particulares.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles citaram aqui, o da Ideal, que ele compra direto. Há três companhias de seguros que vendem e não passam pelo leilão.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Essa é uma tendência que está acabando, a implantação de seguros... Até volto atrás, há 25 anos, quando fiz o meu primeiro leilão, eu tive grande sucesso. Fui aos Estados Unidos, visitei diversos desmanches, vi como se fazia. Lá também tem leilão de carros. Procurei as companhias de seguro na época. Lembro-me de que fui até a Avenida São João e conversei com o diretor

jurídico de uma companhia de seguro e expliquei o que pretendia fazer. Ele falou “Nossa, é muito interessante. Eu acho que isso será um trabalho muito bom para as seguradoras. Volte na semana que vem, pois vou conversar com o diretor da seguradora”. Voltei na semana seguinte, ele me recebeu no corredor, bateu no meu ombro e falou: “Esse negócio, você esquece, porque ele não vai dar certo, não”. Então me desestimulou por total.

Eu tenho batalhado nesses anos todos. Hoje, são muito poucas as seguradoras que vendem diretamente. Então, a tendência é acabar. Acho que todos vão vender por intermédio de leilão. O leilão tem uma transparência, é uma venda pública; então, traz mais vantagens do que uma venda direta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está sob fiscalização permanente.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Sem dúvida. Permanente.

O SR. RELATOR (Takayama) – Eu teria uma última pergunta, retornando ao caráter da razoabilidade. Em quantos veículos a sua empresa deu baixa durante o seu período de trabalho em leilão, como leiloeiro?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Eu, particularmente, não dou baixa. A seguradora é que dá baixa. Eu recorto o chassi para ela...

O SR. RELATOR (Takayama) – Mais uma vez, volto a dizer. V. S^a nunca percebeu que havia alguns veículos que não tinham condições, que deveriam receber baixa? V. S^a não deu nenhuma baixa durante todo o seu período?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Não. Nunca percebi isso.

O SR. RELATOR (Takayama) – Quer dizer que essa regulamentação do Decreto nº 1.305 nunca foi cumprida, quando o leiloeiro poderia fazê-lo?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Infelizmente, o leiloeiro não poderia fazê-lo.

O SR. RELATOR (Takayama) – Pode. Está aqui na legislação.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – A lei diz, mas não tenho elementos para fazer isso. Não tenho os documentos do carro. Não sou pessoa hábil para ir ao departamento de trânsito fazer isso. Embora exista na lei, não posso fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – O leiloeiro se baseia não é na nota, mas no documento que encaminha o carro para leilão.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – É uma incompreensão!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem que respeitar...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Qual é a figura do leiloeiro? O leiloeiro não é um intermediário, ele é um mandatário. Eu ajo em nome da companhia. Todos os atos que faço são porque a companhia determinou que assim eu fizesse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não há co-responsabilidade sobre...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não, nenhuma.

O SR. RELATOR (Takayama) – É, porque o § 3º do art. 1º desse decreto-lei diz que a baixa poderia ser feita pelo leiloeiro, pelo próprio proprietário, pela autoridade policial no caso de veículo abandonado, e pela seguradora. Quer dizer, ninguém está cumprindo isso.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não, as seguradoras cumprem. Agora, duvido que algum particular como proprietário tenha feito isso, isso eu duvido.

O SR. RELATOR (Takayama) – É claro, não é interesse dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem sabe?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Nem sei, mas não acredito que fizesse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ignora.

O SR. RELATOR (Takayama) – Creio que estamos avançando bastante nesse sentido. Acredito que temos bastantes subsídios para, através do Congresso Nacional, já brevemente tentarmos tapar essas brechas na lei para poder inclusive favorecer o trabalho dos policiais.

Recebi, ontem, de um dos policiais que está presente aqui, a possibilidade de colocarmos selos holográficos em várias peças. Quando o leiloeiro, por exemplo, ou a seguradora, constatarem que o carro não tem condições ou foi dado como perda total, teria que colocar o número do chassi do veículo em lugares secretos – como era feito antigamente, ou seja, deveria voltar essa prática – e também colocar selos holográficos em diversas partes do veículo. Isso já dificultaria a prática da ilegalidade.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Volto a insistir: acho que, se na nota da venda – porque estamos falando sempre do desmanche que vende a peça usada – dissesse de que carro é aquela peça, isso estaria de certa forma amarrado, ele não poderia ter nas notas fiscais dele duas peças do mesmo veículo, iguais. Acho que isso era uma forma de conseguir amarrar o processo de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De venda de peças no mercado paralelo.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– ... de venda de peças usadas.

O SR. RELATOR (Takayama) – Pelo menos teria a origem da peça.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– E tem um outro detalhe também que o Deputado tinha acabado de falar para mim sobre os 25% ou 75% de custo para vender o carro. É muito interessante levarmos em consideração isso, porque, se mando um carro para uma revenda autorizada, ele custa x; se vendo um carro para uma revenda não autorizada, com peças novas, mas do mercado paralelo, ele custa infinitamente menos. Então, esse percentual é muito relativo. Posso dizer isso porque houve um caso que aconteceu com minha filha, que bateu num motoqueiro desses, um **motoboy**, e ela falou: “Não, o senhor não se preocupe, eu pago”. Até nem era culpa dela, mas ela assumiu o compromisso de pagar e a empresa, que era uma empresa até grande, uma multinacional, mandou para uma revenda autorizada. Vou falar de valores da época: foi 55 mil cruzeiros da época esse conserto do carro.

Quando recebi aquele orçamento, falei: “Não é possível!” Falei com ela: “Olha, eu me comprometi a pagar, vou pagar, mas você me permite que eu te forneça as peças?” Então não houve segredo nenhum. Estava relacionado no orçamento: peça Honda x nº tal, fui na Barão de Limeira, comprei a peça no mercado paralelo, nova, não usada, e gastei cinco mil. Tanto é que, quando levei a peça para ele e levei a nota, ele falou: “Não, olha, quero que você entenda que não pretendemos ganhar nada nisso”. Falei: “Claro que não, estou entendendo, só estou te mostrando que a peça no mercado paralelo custa infinitamente menos”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dez por cento.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– E ele falou: “Nem se preocupe agora com a mão-de-obra, que eu mesmo faço”. Ele ficou envergonhado de ver aquilo que apresentei para ele. Então, existem no mercado paralelo peças novas num valor muito abaixo do valor de mercado. Isso não é aqui no Brasil, é no mundo inteiro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor me disse agora há pouco que quando o veículo vai a leilão ele não pode ir, pela regra atual, com pendência, não é isso? Ele vai sem nenhuma pendência, não é?

Entreí no *site* do senhor ali, Sodré Santoro, leiloeiro oficial. Estou com o lote 40, lote 38 e lote 154. No

lote 154: “Veículo Mercedes-Benz...” Está aqui a foto de como se encontra o veículo. Está lá: “documento 2004 sem plaqueta, regularização pelo comprador, sem cardã, sem chave, qualquer divergência será de responsabilidade do comprador. Prazo de 40 dias úteis após entrega. Se o cliente não transferir o documento, vai bloqueá-lo”.

Há outro aqui, lote 38: “Veículo Mercedes-Benz, sem chave, sem tacógrafo. Se houver necessidade de remarcação, responsabilidade e encargo do comprador. Documentos transferidos no nome da cia. deverão ser entregues em 15 dias úteis. Eventuais débitos, multas e IPVA, inclusive de 2003” – ano passado – “e 2004 será de responsabilidade do comprador”.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Isso é IPVA. Não é multa.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sim, mas o senhor não disse que é vendido sem pendência?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Mas, veja bem, só há esse problema quando vira o ano até o fim do último pagamento de IPVA.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas a legislação permite isso?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não venceu, ainda, a última parcela.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Relativo a 2003 venceu.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Pode ser.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A legislação permite vender veículo nessa situação?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não sei isso em particular... Deve ter sido fornecido... Todos esses dados não sou eu quem cria; é o comitente que estabelece.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sim, mas, a minha pergunta é a seguinte: o veículo pode ser vendido num leilão com pendências, inclusive de anos anteriores? V. S^a havia me dito que de um ano para cá – foi a pergunta que fiz, porque até há algum tempo, eu via carro ser leiloadado com pendência de multa, de IPVA, de tudo – não pode mais, porque pelo novo – até o nosso Presidente disse – ajuste da legislação, o carro, quando leiloadado, não pode ter nenhum tipo de impedimento, inclusive...

Agora, uma coisa me chamou a atenção: como é que o veículo está em nome da seguradora, foi transferido para a seguradora e tem pendência de IPVA do ano anterior? Será que a seguradora está conseguindo transferir o veículo sem pagar multa?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não sei dizer.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sr. Presidente, está aqui no *site*, é porque aqui, na hora de imprimir...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode pôr nesse aí...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Pode. Dê-me esse microfone sem fio, por favor. Acho que a seguradora está conseguindo uma ginástica.

Aqui está melhor, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está perfeito.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixe-me pegar um exemplo.

Estou no *site* de V. S^a, porque quero entender se a seguradora está conseguindo transferir o veículo. Ela não tem que transferir para o nome dela? Tem que transferir para o nome dela, não é? Como é que ela consegue transferir para o nome dela e mandar o veículo para um leilão com pendências de IPVA do ano anterior? Entendo, e sou neófito no assunto, que o veículo tem de ser... Vou dar um exemplo: há uma aqui que está com pendência de IPVA do ano anterior. Deixe-me procurá-lo aqui.

Achei: Lote 38, 16 de abril, Presidente Dutra, caminhões, tal e tal, batido.

Sr. Presidente, olhe a situação deste veículo batido. “Observação: sem chave, sem tacógrafo, chassi danificado. Se houver necessidade de remarcação, responsabilidade e encargos pelo comprador. Documentos transferidos em nome da cia”. Então, houve uma transferência para a companhia, para quê? Para que a companhia possa mandar o veículo para leilão, o.k.? “Deverão ser entregues em até quinze dias úteis. Eventuais débitos de multa e IPVAs, inclusive 2003” – estamos em abril de 2004 – “será de responsabilidade do comprador”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que eventuais?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Porque pode ter.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Porque às vezes o carro vem de outro Estado e não figura no cadastro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, pode não figurar a multa, porque, muitas vezes, a multa demora a cair. Agora, o IPVA... Eu tenho um carro cuja placa é de São Paulo. Eu queria transferi-lo em janeiro, quando venceu a primeira parcela do IPVA. Eu, para transferi-lo para lá, tenho de pagar todo o IPVA aqui, para depois transferi-lo para lá. Então, eu não consigo. Agora, será que a seguradora consegue transferir um carro sem pagar eventuais débitos de multa e IPVA anteriores?

Cadê o chefe do DETRAN?

Vamos levantar esta placa: “Bravo, BTB”. Vamos levantar essa placa e, até o final da reunião, vamos checar.

V. S^a está entendendo? V. S^a não é responsável por isso. A responsabilidade é vender do jeito que ele chegou, não é isso? Mas, isso me chamou a atenção. Vou até imprimir novamente aqui para pedir a alguns dos delegados que chequem isso para nós. Aliás, há alguém da Assembléia que mexe com computador para imprimir todos para nós aqui?

Vai passar para o telão? Então passe aí para tentarmos destrinchar. Vou imprimir todos aqui. Deixe-me ver se consigo passar ali. Pode sentar ali, doutor.

Sr. Presidente, por acaso, chequei a informação e achei isso meio complicado. Se a legislação diz que não tem pendência, ele não poderia ter isso. Liguei para uma pessoa em Belo Horizonte. Porque muitas vezes ele diz: “Olha, tem um veículo que está com pendência”. E é uma legislação federal, não é uma legislação local.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Exato.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E quando o senhor me informou que o veículo, para ir para lá, não pode ter pendência, fiquei preocupado. Mas como isso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Santoro, pode haver nesta preocupação de provável multa ou IPVA o desconhecimento de que não tenha sido pago ou pago, por isso é que faz preventivamente?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Isso é verdade porque, às vezes...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode haver a prevenção de que numa transferência, às vezes, tem-se tudo aquilo que o Detran ou a prefeitura acompanha, mas, se o veículo é de outro lugar, isso demora cinco ou seis meses.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, Presidente, é o contrário. Débito de IPVA, não, porque hoje com a placa do Renavan, o que acontece?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O IPVA tem que acompanhar o veículo.

O SR. JOSÉ SANTORO – Dei um exemplo meu: tenho um carro em São Paulo. Em janeiro, venceu a primeira parcela do IPVA. Então, tecnicamente, eu teria que pagar a primeira parcela para o meu carro estar em dia e eu transferi-lo para Belo Horizonte. Só que na transferência de um Estado para outro tem que se quitar o débito a vencer; essa é uma regra dos Detrans. Por exemplo: como eu tinha pago a primeira parcela, para eu transferir o meu de um Estado para outro, em janeiro, eu tinha que pagar a parcela a ven-

cer de fevereiro e de março. Então, pode acontecer que haja eventuais débitos de multa. Por exemplo: na minha empresa, tem um caminhão que chegou uma multa oito meses depois, vou recorrer e vou ganhar, porque tenho trinta dias. De multa pode ter, mas de IPVA não tem. A seguradora, pelo processo legal, jamais conseguiria transferir para o nome dela. Ela deu um PT. Então, ela pegou o veículo em nome do cidadão que era o segurado, fez a transferência para ela e, para que essa transferência aconteça, não pode ter nenhum débito, seja de multa, seja de IPVA, e, a partir daí, ela coloca em leilão sem pendência.

Então, não consigo entender como um carro pode ser transferido tendo pendências anteriores, inclusive de IPVA.

Vamos pedir a ajuda de alguém que possa impedir aqueles cinco exemplos para darmos uma checada.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Eu tenho, por exemplo, um banco por onde vendo os carros, e ele quer que cite em todos os carros que forem vendidos: motor e câmbio não testados. Ele comprou, é de financiamento, ele retomou, não sabe o financiado como é que utilizou. Para se eximir de qualquer responsabilidade, ele consta lá, em todos os carros dele, ele quer que conste isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é que é a responsabilidade fiscal.

É esse aqui que o senhor viu, é praticamente a cabine só.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Está marcado o leilão?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Promotor, o senhor quer dar uma olhadinha? Tem mais uma cabine aqui.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Dezesseis é hoje? O leilão é de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hoje é dia 16, é de hoje.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Mandaram uma informação de que há uma permissão de uma portaria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma portaria permitindo?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – É a Portaria nº 840/98, do Detran, que permite a transferência para seguradora com pendências.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Para a seguradora?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Para a seguradora, isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, vamos tirar essa portaria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Portaria nº 840/98.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vamos falar de onde estava, por favor. Alguns dos senhores têm essa portaria?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Transferência para a seguradora com pendências. E da seguradora para o adquirente?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Se essa portaria estiver escrita do jeito que foi passado aqui: para seguradora...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para a seguradora é sempre com pendência...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Um momento, se essa portaria foi escrita...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...quero saber é para o comprador final.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sr. Presidente, temos que saber quem assinou essa portaria e trazê-lo aqui. Essa portaria só beneficia a seguradora, porque, se houver uma vírgula de pendência, o cidadão comum não transfere. Então, vamos checar se essa portaria de 1998 ainda está em vigor. Quero pedir aos delegados que façam a checagem, por favor, se essa portaria ainda está em vigor, se possível com a cópia desse documento. Porque ela é só para seguradora, Sr. Presidente. Se essa portaria estiver escrita do jeito que está aqui, perdoe-me – V. Ex^a sabe do amor que tenho por ser policial –, mas é uma vergonha. Se estiver escrita assim, é claro que é uma portaria direcionada para a seguradora. Então, teremos de ver quem assinou isso aqui. Vou continuar checando ali.

O SR. RELATOR (Takayama) – Deputado, qual é a portaria?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É a Portaria nº 840/98, Detran, São Paulo. (Pausa.)

O SR. RELATOR (Takayama) – Enquanto estamos no intervalo, as pessoas estão nos assistindo pela TV Senado e pela TV Câmara. Não sei se poderia ser colocado em pauta o número para denúncias. Qualquer pessoa que se sentiu lesada e gostaria de ter uma solução, o telefone para denúncia gratuita da CPMI dos Carros Salvados é: 0800-612211. (Pausa.)

Enquanto são feitos os levantamentos, peço mais uma informação. As seguradoras, quando indenizam os segurados, descontam todas as multas e o IPVA. Não está havendo um critério duplo? Se estão descontando, não estão repassando isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É preciso ver a outra ponta, que é o comprador final. A seguradora põe em dia para transferir para o comprador final.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – (Fora do microfone.) Sr. Presidente, na hora de pagar o servi-

ço, se tem pendência, essa pendência é descontada. Eu desconto e vendo, transfiro sem pagar. E aí o que acontece? Quem compra, compra com pendência. Mas, espera aí: essa pendência daquele segurado não foi descontada dele?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Sabe o que ocorre, posso até explicar um pouco isso. Muitas vezes, o carro, quando sofre um acidente, ele fica à disposição da Justiça durante muito tempo. Então, talvez nesse período em que ele não pôde ser vendido, tenha havido encargos de IPVA. Talvez seja isso. Há casos que demoram, ficam mais de um ano. Tenho carros que ficaram lá durante cinco ou seis anos.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O problema é: como se consegue transferir? Como uma portaria permite isso? O cidadão comum não consegue. Se tiver uma multa, não consegue transferir. Se tiver uma taxa de licenciamento sem pagar ou o seguro obrigatório, ele não consegue. (Pausa.)

Deixe-me fazer outra pergunta. Já pedi e os delegados ali estão checando eventuais impedimentos, em nome de quem. Deixe-me fazer outra pergunta: uma vez que documentos em nome da cia, a companhia transfere ou preenche o recibo em nome da seguradora? O senhor sabe responder.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Como é?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O veículo, o CRV está em nome da seguradora, e não só o documento anterior, com o recibo preenchido em nome da seguradora. A transferência efetivamente é feita.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Em nome da seguradora?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Em nome da seguradora.

Eu gostaria de pedir que se conseguisse também a cópia do CRV desses cinco veículos para nós chearmos isso. Há caminhões ali, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor trabalha com muitos caminhões?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Cinco por cento mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os caminhões chegam muito arrebitados?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– De todo o tipo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas quando é recuperado de inadimplência...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Não, recuperado de inadimplência é sempre inteiro, dificilmente vem sinistrado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Inaudível. Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– De recuperado de inadimplente, não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Inaudível. Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Acho que equivale, os dois equivalem um ao outro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Olha os três aqui. (Pausa.)

Está pedindo socorro aí, rapaz? (Pausa.)

Deputado Júlio, não quer que a gente convoque outro depoente? E pediria a gentileza de o senhor ficar aqui um pouquinho, porque aí a gente ganharia tempo.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Pois não. Sem dúvida. E eu até, nesse meio tempo, ligo para o escritório para saber exatamente sobre esses carros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele vai ver no escritório os detalhes sobre esse carro e, enquanto isso, chamamos o novo depoente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor podia, inclusive, checar esse que está incendiado. Tem um caminhão que está incendiado, não é? Porque entendendo que o caminhão incendiado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fornece uma cópia para ele buscar os dados.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Estão no site dele.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– São esses três aqui?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Esses cinco, há cinco caminhões lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem mais dois, ele tem três aqui.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, mas estão no próprio site dele. E só tirar “caminhões batidos” que vão sair lá. Já saiu lá, Sr. Presidente, se V. Ex^a quiser mostrar. Sr. Presidente, se V. Ex^a quiser mostrar, já estão na tela.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A 840? Vamos descer.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Esse primeiro, vamos ver: “Lote 38, Mercedez Benz”.

Sr. Presidente, olhe o estado deste veículo: “Caminhão batido. Ano de fabricação: 2003...” Tal, tal. “Observação: Sem chave, sem tacógrafo, chassi danificado. Se houver necessidade de remarcação, responsabilidade e encargos pelo comprador”. Isto que me chamou a atenção: “Documentos transferidos em nome da cia”. Então, houve uma transferência do segurado para a seguradora. “Deverão ser entregues em até quinze dias úteis. Eventuais débitos de multas e IPVAs, inclusive 2003” – que é o ano passado – “será”

– deveria ser: serão, não é? – “de responsabilidade do comprador”.

Sr. Presidente, o que me chamou a atenção aqui é esse 2003. Aqui em cima diz: “Documentos transferidos em nome da cia.” Então houve uma transferência do segurado. Aquele dono do caminhão que fez o seguro recebeu certamente a indenização e, nessa indenização, se há alguma pendência de multa, de IPVA, é descontada. E, aí, foi feita uma transferência do segurado para a seguradora, conforme o Dr. Luís Fernando disse: “Não, todos os documentos estão em nome da seguradora”. O.k.?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Desculpa, mas eu acho que foi um excesso de zelo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Excesso de zelo.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Porque o ano de fabricação é 2003.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas nós vamos checar ali. Já pedi para pegar a ficha dos caminhões. Estão checando se há alguma pendência.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Se fosse de 2002, poderia ser, mas de 2003.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tudo bem. De responsabilidade do comprador.

Mas, ainda que fosse de 2002, não poderia ser.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Não, não. Mas o ano 2003, ...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, vamos lá.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – ...quando ele comprou deve ter pago o IPVA.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deve. Para a legislação...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Para licenciar.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – ...o que acontece? Vamos chegar isso. É só a gente chegar. Nós vamos pegar ali e, se for, a gente fica no excesso de zelo.

Agora, estou com a Portaria nº 840. Eu quero entender se há, por parte do órgão, alguma facilidade para a seguradora que o cidadão comum não tem. É isso que eu quero entender.

Processo...Clica aqui, por favor...Não, não, naquela foto ali. Volta aí. Clica aí. Olha a situação do carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, eu estou na dúvida se há ou não número de chassi. Se houver, como é que transferiram para a seguradora?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, o número do chassi está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está aí, não é?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tem que ver se o chassi foi avariado. O caso, ali, é monobloco, não é isso?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Pode ser.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É monobloco, não é?

Será que para esse veículo cabe recuperação? Certamente, não é?

Sr. Presidente, eu estou lendo a portaria e confesso a V. Ex^a que eu estou meio escandalizado. Vamos lá: “Portaria nº 840, de 25 e agosto de 1998”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está em vigência.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Está em vigência. Aqui, Orlando Miranda Ferreira, Delegado de Polícia do Detran.

O que me chamou a atenção foi o art. 2º, **caput**:

Na hipótese de o cadastro do veículo conter restrição impeditiva à circulação [débitos, porventura, impedimentos...] e respectiva transferência decorrente de acidente de trânsito [que é o caso deste], conforme preconiza o art. 1º da Resolução Contran de novembro de 1998, será procedido ao respectivo desbloqueio temporário, sem a exigência do laudo de inspeção de segurança do veículo, apenas tão-somente para efetivação da transação.

Parágrafo único. Efetivada a transferência de propriedade, contendo a razão social da empresa seguradora, o bloqueio deverá ser novamente inserido, ficando vinculada a circulação do veículo ao atendimento das regras estabelecidas nos art. 9º e 10º da Resolução Contran...

O que quer dizer isso? Se o veículo tem pendência, por essa portaria, retira-se a impossibilidade de transferir, transfere-se para a seguradora e, depois que já estiver em nome da seguradora, o que se faz? Voltam as pendências.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – É o seguinte: a seguradora não poderia vender nenhum salvo seu se não fizesse o conserto dele, se não fosse essa portaria. Se o carro bateu, ela teria que consertar para poder vender, porque teria que passar pela inspeção veicular.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tudo bem, a inspeção. E a pendência financeira?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Deputado fala da questão fiscal.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Estou falando da questão fiscal. Não tem como recuperar. Mas e a questão de pendência financeira – IPVA, multa –, como é que se faz? Isso tudo é impeditivo à transferência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É impedimento legal que não pode ser quebrado por uma portaria.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Impedimento legal. Isso aqui é uma portaria que atende só seguradora. Depois que foi transferido, voltam as pendências. Então, certamente, pode sim. Por essa portaria, eu posso leiloar um carro com pendência de IPVA. Agora, a quem interessa essa portaria? À seguradora.

Então, Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso aqui, em Brasília, já foi feito o questionamento e vamos ...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas, como é uma portaria, Presidente, há necessidade de o Detran de São Paulo nos explicar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas vamos tomar providências para isso.

O SR. RELATOR (Takayama) – Seria bom até olhar as outras portarias...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, está em vigor. Se não foi revogada está em vigor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esta está em vigor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Aí é bom demais, não é Sr. Presidente? O cidadão comum não transfere; a seguradora transfere. Infelizmente, é a “Lei de Gérson”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos providenciar um contato com o Diretor do Detran, ainda hoje, para sabermos realmente o que acontece.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como ele depôs e isso não foi apresentado durante o depoimento dele – o Deputado descobriu só agora –, já entramos em contato com ele.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – No intervalo ligaremos para ele.

O senhor entendeu? Só explicar para o senhor...

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Entendi a parte fiscal, mas a outra parte..

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tudo bem! Mas a parte fiscal, IPVA, multa, é a parte fiscal, moral, ética, ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que se discute aqui é a pendência, porque, quando o senhor fez a sua exposição, disse que não se poderia transferir com pendência.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E pode.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E, como surgiu a pendência no próprio *site*, surgiu a dúvida de como aparece a pendência.

Então, está inserida nessa portaria essa autorização.

Depois o senhor poderia verificar lá por que foram colocados e o que isso quer dizer, para termos mais clareza. Não é suspeita de nada, não.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Hoje mesmo, antes de ir embora...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, Takayama, ...

O SR. RELATOR (Takayama) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... enquanto ele espera as respostas, já poderíamos chamar o outro depoente, se o Cabo Júlio concordar.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sim, Senhor. Claro, Presidente, o senhor é o meu patrão.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já estou providenciando a ligação para o Detran.

Gostaria de convidar o Sr. – onde está o Naurides? – Alex Pereira de Almeida, citado ontem durante os depoimentos, de uma empresa que faz vistoria nos veículos recuperados.

Por favor.

(Intervenção fora do microfone)

Bom dia, o senhor podia se identificar, por favor.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Eu me chamo Alex Pereira de Almeida. Fui convocado a esta CPI para representar o CTV, organismo de inspeção credenciado pelo Inmetro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual o nome da sua empresa?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – CTV – Centro de Tecnologia Veicular.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É sua, o senhor é o proprietário?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – É minha, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde fica?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Fica em Guarulhos, na rua Maria Cândida Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem ligação de amizade com o proprietário da Ideal Veículos?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Com o Luís Tonon.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com o Luís Tonon, porque na notícia veicula pela IstoÉ, o Luís Tonon teria sociedade com o senhor.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia explicar qual a sua participação? O senhor trouxe o contrato?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a atividade e em que o senhor é credenciado pelo Inmetro? E quais foram as condições exigidas pelo Inmetro para que o senhor fosse credenciado?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Bom, na verdade, o CTV tem por escopo a inspeção de segurança veicular. Não tem nada a ver com vistoria, que é um termo que é arrolado equivocadamente.

O SR. RELATOR (Takayama) – A denúncia feita pelo jornal dizendo que Ciro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seria bom se ele explicasse preliminarmente como é a atividade, como é que se consegue o credenciamento.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Pois não. Vou começar pela atividade.

Como eu ia dizendo, a CTV tem por escopo a inspeção veicular, que é diferente da vistoria do automóvel. Por que a diferença?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela é mais completa.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – É mais completa no que concerne à segurança do automóvel. A vistoria aludida pela Resolução nº 5 do Contran – trata-se daquela vistoria a que o Cabo Júlio se referiu, dizendo que há Estados que não a cumprem – é aquela vistoria em que, quando há a transferência, o proprietário é obrigado a apresentar o carro no Detran, onde são checados os agregados, a parte da regularidade do motor...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso ocorre sempre com o carro recuperado?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Ocorre com qualquer automóvel, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com qualquer veículo. Aquilo que eles chamam de inspeção veicular não tem nada a ver com isso?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Nada a ver com isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É diferente. Essa é a vistoria de transferência.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Essa é a vistoria de transferência.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Em tese, todos teriam que participar dela, não é?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É um elemento de segurança do veículo, não é?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Exatamente. Foi isso que V. Ex^a disse ontem.

Mas o meu trabalho não guarda relação com esse tipo de vistoria. Trata-se da inspeção veicular de segurança. Quando um veículo sofre um acidente – não necessariamente de seguradoras, mas também de particulares –, deveria constar (Inaudível); não consta por uma falha do órgão público.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem período e ano de fabricação que é obrigatória essa vistoria?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não, Excelência. Tudo isso vai ficar bem esclarecido quando acabar a discussão sobre a inspeção anual obrigatória. Esse é o tema que está em pauta no momento. Acho que tudo isso que está acontecendo vai ser esclarecido.

Vou tentar explicar como funciona a inspeção veicular. O veículo sofre um acidente de trânsito e fica com o gravame estabelecido pela Resolução nº 25 do Contran, aquele gravame de média ou grande monta. A pessoa que compra o carro, seja em loja especializada em vender automóveis batidos, seja em leilão, é obrigada a passar num organismo de inspeção credenciado pelo Inmetro. Se constatada a regularidade da segurança do veículo, é fornecido um certificado, que se chama CSV – Certificado de Segurança Veicular, que deverá ser apresentado ao órgão de trânsito juntamente com os demais documentos elencados pelo próprio CTB, para que seja efetivada a transferência em nome do atual proprietário.

Esse é o escopo de um organismo de inspeção credenciado pelo Inmetro

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vocês verificam o chassi também?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Verificamos o chassi. Temos a obrigação de colher um decalque do chassi.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Existe essa obrigação?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Temos essa obrigação.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quantos veículos V. S^a inspeciona por dia?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Atualmente, uma faixa de quinze veículos.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Dá uma média de quatrocentos por mês. Se o mês tivesse trinta dias úteis seriam quatrocentos e cinquenta veículos.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – É mais ou menos isso. Mas o senhor há de...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E, desses, nos últimos trinta dias, de 16 de março até 16 de abril,

em quantos veículos foram detectadas irregularidades quando V. S^a verificou o decalque do chassi?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Decalque do chassi?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sim. Quantos veículos irregulares?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Quantos veículos foram reprovados na inspeção?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sim, nos últimos trinta dias.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Por falta de segurança? Um minutinho, por favor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Pois não.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Posso falar sobre o mês de março?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Pode.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – No mês de março, os veículos inspecionados salvados, recuperados de sinistro, 23% deles foram reprovados.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor pode nos dar a cópia disso?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Posso, sem problema. Os veículos transformados, vou explicar depois ao senhor o que são.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Gás, não é?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não, esses são transformados. O senhor tem uma empresa de transportes e sabe que, quando o senhor coloca uma carroceria, é obrigado a fazer uma inspeção, mesmo num caminhão zero quilômetro. Então, desses veículos transformados...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Está sabendo da minha vida, hein?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – O senhor falou em público. Desculpa.

...treze por cento. E os veículos convertidos a gás, que têm necessidade também de passar pela inspeção, 28% deles em março. Posso complementar os itens que mais reprovam, se o senhor quiser saber.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Desses últimos trinta dias, o senhor tem uma ficha veicular. Poderia nos enviar uma cópia disso, por favor, só dos últimos trinta dias?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Cópia dos processos?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, sintetizados. Carro x, nos últimos trinta dias. Seriam 300 ou 400, no máximo.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não tem problema. A única coisa que peço ao senhor é que – e vamos chegar nisto –, dentro do processo de conferenciamento, a lei prevê a confidencialidade, até

porque lá dentro terá documento pessoal da pessoa que encaminhou o veículo. Então, se ficar consignado em ata que...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, vamos fazer o seguinte: vamos providenciar um requerimento e vamos...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Eu trouxe um processo para o senhor ver.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não tem problema. Para a gente lhe dar uma garantia legal, vamos fazer um requerimento formal dessa documentação.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Sem problema.

O SR. RELATOR (Takayama) – Queria também fazer uma intervenção. O que tem gerado toda essa situação e estarmos fazendo esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Alex, só para tentar rever parte do que foi passado na reportagem: “Quem nos revela os detalhes é Ciro, vendedor da Ideal Veículos, aquela empresa de São Paulo que, segundo ele, basta levar o carro reformado com peças roubadas para fazer uma vistoria num órgão credenciado a um custo de R\$80,00...” No caso, a empresa citada era a CTV. Aí o repórter pergunta: “Esse laudo não demora muito, não?” E o Ciro responde: “Na hora você arruma o carro, você leva o carro”. “Arruma, mas o cara sempre implica com alguma coisa – pergunta o repórter, para provocar. É R\$80,00, diz Ciro, aqui, em Guarulhos. Inclusive, a firma é nossa também, entendeu? E o patrão da firma é quem faz o laudo”. Ontem, já foi contestada essa informação.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Eu não estava presente ontem, Excelência.

O SR. RELATOR (Takayama) – Foi contestada a informação pelo proprietário da Ideal. “A firma que, segundo o vendedor, faz o laudo policial para legalizar o carro roubado é a CTV, em Guarulhos, Grande São Paulo, que consta no *site* do Immetro como órgão credenciado para vistorias e tem como responsável” –foi a razão que provocou a vinda do senhor – “Alex Pereira de Almeida”.

Em outra conversa, foi perguntado ao vendedor Ciro, da Ideal Veículos, sobre esse tema, vistoria, e ele disse: “Estou preocupado com o documento, o DUT lá”. “Não vai ter nada escrito”, provoca o repórter. “Não, vai sair Ideal” – Ideal é o nome da empresa –, “Ideal é uma loja”. “Mas não diz que foi perda total?” “Não, não, senão ninguém comprava”.

Quer dizer, está havendo aqui uma certa...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Excelência, não compartilho disso, não sou sócio da Ideal, estou falando isso sob as penas da lei, e tampouco a Ideal é minha sócia ou o Luiz Antônio sócio do CTV

ou eu sócio da Ideal. Não sei porque motivo ele falou isso, deve esclarecer isso hoje. Realmente, a inspeção do carro convertido para gás custa R\$80,00 em função do ajuste feito com o Immetro. Não posso alterar o valor, majorar; posso vir para menos, mas nunca para mais. E o carro sinistrado, o automóvel de passeio, é R\$100,00 a inspeção, mas o carro convertido para gás é R\$80,00, o que eu acho até....

O SR. RELATOR (Takayama) – Quantos funcionários V. S^a tem na empresa CTV?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Tenho dois engenheiros e três técnicos, todos inscritos no Crea.

O SR. RELATOR (Takayama) – Não há a possibilidade de simplesmente dar o papel escrito, sem ver? Todos são vistoriados?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – De forma alguma, Excelência, é tudo rastreado. Existe um procedimento de rastreabilidade.

O SR. RELATOR (Takayama) – Que razão o senhor acha que levou esse rapaz, esse vendedor a dar esse tipo de informação? Simplesmente para poder vender?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não sei, acho que ele pode ter sido iludido. Agora, como o senhor divulgou que foi uma matéria, na verdade não foi escrita, foi numa emissora de TV...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas é a fala dele.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – É a fala dele, sim. Nem sei se é...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Pode até ser editada, mas isso aqui está bem claro o que ele falou. O senhor vai processar o Ciro, porque ele disse assim...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Eu já processei essa emissora de TV e ela foi condenada.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E o Ciro?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – O Ciro, eu não sei, porque ele...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Porque ele fala aqui: “Basta levar o carro reformado com as peças” – eu até grifei aqui – “roubadas para fazer uma vistoria no órgão credenciado ao custo de R\$ 80,00”.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não sei de onde ele tirou isso, Excelência.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A afirmação dele é de que ...

O SR. RELATOR (Takayama) – Dá a entender que há uma facilidade.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – ...lá na empresa do senhor, CTV, em Guarulhos... Essa aqui é a

transcrição da reportagem. O senhor conhece bem a reportagem.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Conheço.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então. Ele está dizendo que, lá na CTV – por isso a minha pergunta se o senhor vai processar o Ciro também –, o senhor faz a vistoria do carro reformado com peça roubada. Dou para o senhor ver.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Eu vi.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Daí a minha pergunta: o senhor vai processar o Ciro?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – O Ciro, não sei se tem patrimônio para pagar a condenação.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas ele disse isso. Ele disse que o senhor faz...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – É, não sei. Agora, a Rede Globo...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tudo bem! Ele afirma aqui categoricamente que não há problema. Inclusive ele fala mais, ele fala... E, ontem, foi perguntado a outro depoente, a outro convidado, e ele disse: “Não, eu sou amigo do Sr. Alex Pereira há quinze anos, não há ilegalidade, ele não tem amizade com ninguém. Muito pelo contrário”. O que ele quis dizer, e entendeu, é que, não, ele fez isso para vender, mas ele disse categoricamente que lá não teria problema. E aí vamos ouvir dele: não teria problema por quê? Porque, desses 23%, quantos desses carros saíram – o senhor tem esta informação – da Ideal Veículos?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não tenho, porque o nosso... Mas eu posso procurar. Nesses processos que o senhor está pedindo...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ele está dizendo o seguinte: se comprou aqui, manda lá, somos donos...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não, não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ele disse isso aqui.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Ele disse, Excelência, mas não é...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É o patrão que faz o laudo, ele disse. O que gerou a reportagem foi, o que gerou inclusive o inquérito policial foi essa afirmação dele, em tese, de cometimento de crime. Ele disse: Não, pode ir lá, porque nós somos donos da empresa lá – ele falou isso ontem –, somos donos também e lá não tem problema. Aqui: “Afirma que, segundo o vendedor, faz o laudo pericial para legalizar” – e ele fala – “peça roubada”. O senhor atente bastante a essa... Eu até risquei e coloquei. Foi um dos meus questionamentos à própria Polícia. O inquérito ainda

não está pronto, e vamos querer a conclusão, mas ele disse que lá faz laudo com peça roubada.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Se o senhor me permitir explicar.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Claro.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Vou ter que voltar a dizer que o CTV não tem aí o escopo de verificar se o carro está com peça roubada ou não. Tenho que ver a condição de segurança dele.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quantos itens de segurança tem esse laudo? Por alto?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – São vários. Mais de 30 itens. Mais que isso.

O SR. RELATOR (Takayama) – Leva quanto tempo para fazer cada laudo?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Aproximadamente 40 a 45 minutos.

O SR. RELATOR (Takayama) – E normalmente existe uma fila, quer dizer...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não, com essa quantidade de inspeção não tem, porque são quatro para atender.

O SR. RELATOR (Takayama) – E os relatórios são remetidos ao Inmetro automaticamente?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – São. Inclusive o Inmetro está hoje lá na inspeção, porque a fiscalização... São duas auditorias por ano...

O SR. RELATOR (Takayama) – Nós vamos chamar o Inmetro também, porque essa facilidade aqui e, muitas vezes, vamos dizer, esse excesso de amizade entre empresas e...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não, mas o senhor vai verificar... Vou explicar isso para o senhor.

O SR. RELATOR (Takayama) – O Sr. Ciro não tem nenhuma vinculação com a tua empresa?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Com a minha?

O SR. RELATOR (Takayama) – É.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – De forma alguma.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor conhece ele?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Conheço.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É amigo do senhor?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não, senhor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Relação comercial?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Com o Ciro?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Nenhuma.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas ele...

O SR. RELATOR (Takayama) – Ele é funcionário do amigo dele...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas ele indica: “Vai lá!”. Porque quem escolhe a empresa de inspeção do veicular? É jurisdicionado ou não?

Por exemplo, eu compro um carro que foi transformado a gás. Então, eu tenho que passar lá na inspeção veicular para ser homologado. Não é assim que funciona? Eu posso ir a qualquer empresa credenciada pelo Inmetro?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Qualquer uma.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Qualquer uma. Então, o Ciro mandou. O Ciro está fazendo propaganda para o senhor então: “Pode ir lá!”

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Pode ser que seja.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vamos questionar isso.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Até porque teve uma época em que eu ...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Só que a propaganda que ele está fazendo é ao contrário. Ele fez uma péssima propaganda.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – É, não sei por que, não há razão disso. Teve uma época em que estávamos até distribuindo panfleto na porta de leilão. Aquele caderno “Leilão”, a gente pagava pela publicidade numa época. E em revistas, nós fizemos. Para quê? Para divulgar. Não vejo nenhum mal nisso. Até por que é o único de Guarulhos.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O.k.!

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Qual foi a pergunta do senhor?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A pergunta era quantos itens, o senhor respondeu.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Com peça roubada, o senhor havia me dito.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não fui quem disse, quem disse foi ele.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – O senhor me lembrou agora.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Estou lendo o que ele disse.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Eu me perdi agora. Posso dar uma lida?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Claro!

Dê-me aqui, vou ler para o senhor.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Já me lembrei.

Acontece o seguinte: o CTV não tem o poder de fiscalização.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tem o poder de inspeção.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – O poder de inspeção na questão veicular. Se a polícia não tem meios de saber se aquele paralamá é fruto de um automóvel furtado, quanto menos nós.

O SR. RELATOR (Takayama) – E na questão da tecnologia para remarcar o veículo, vocês não têm....

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não, não trabalhamos com isso.

O SR. RELATOR (Takayama) – Sim, mas vocês não têm nenhuma idéia se está remarcado ou não? Isso não faz parte?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não, tiro o decalque do chassi, ponho no processo, guardo...

O SR. RELATOR (Takayama) – Se tiver pontos de solda ali próximos, ou coisa parecida, também não...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não faço a verificação.

Inclusive, como não tenho poder de fiscalização, se o carro chegar com licenciamento vencido, para nós é indiferente. Tem que ter o certificado ou então o documento fiscal de onde ele comprou. Também anexo ao processo o RG, a habilitação, o carro é fotografado. O senhor já deve ter visto um CSV como funciona.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixe-me fazer uma outra pergunta para o senhor. Hoje, todo carro salvo, recuperado, quando é transferido, tem que passar pela inspeção veicular?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Carro salvo, recuperado?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O carro recuperado, comprado em leilão. Comprei um carro no leilão, ele tem que passar pela inspeção veicular?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Mas o que ocorre, Excelência...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Todos eles?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Todos, sem exceção, não só de seguradora. Está havendo um pequeno embaraço aí. Se o senhor passar – já fiz este teste, só que não guardei esse registro – em rodovias e observar o pátio da Polícia Rodoviária vê carros ali que estão numa situação deplorável, muitas vezes até abandonado pelo proprietário, porque a taxa de estada, de guincho é demais, é muito alta e, para retirar um automóvel dali, é bastante burocrático. Só a seguradora que consegue.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Por quê?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Na verdade, porque ela tem um pessoal por trás para poder diligenciar. O particular, ele... Porque é muito burocrático.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A seguradora é privilegiada ou é porque ela usa de mais mecanismos?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Ela usa de mais mecanismos. Ela tem o pessoal para fazer isso.

Mas, se o senhor pegar esses automóveis que estão em condições deploráveis no pátio e verificar a sua placa, o senhor vai ver que ele está em circulação. Vai ver que constam em circulação.

Falo Polícia Rodoviária, mas pode ser de prefeitura; aqui em São Paulo, o DSV, qualquer pátio delegado pelo órgão público. Então, veja que o problema não é só automóvel de seguradora.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A minha pergunta foi a seguinte: então, esse tipo de veículo passa por uma inspeção veicular?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Mas todos eles devem passar, o veículo acidentado...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E inspeção veicular substitui aquela vistoria?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não, senhor, são independentes.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – São independentes, não substitui. Para ser transferido, ele obrigatoriamente, mesmo com a inspeção veicular, tem que passar pelo pátio do Detran para ser vistoriado?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Exatamente. E, se, por exemplo, um táxi, que é um serviço que depende de concessão da Municipalidade, tem que fazer também a vistoria pela Prefeitura. Se for ambulância, no Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde etc.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, não substitui.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Em hipótese alguma?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Em hipótese nenhuma.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O.k.! Na verdade, entendi que, na questão da inspeção veicular, o senhor inspeciona...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Eu trouxe um processo para o senhor verificar como é que funciona. Se quiser...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quero. Item de segurança, não é?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Item de segurança. E trouxe também cópia do inquérito até onde eu tenho...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A inspeção veicular pode ser feita com veículo com pendência? Quando o cidadão vai...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Pode. Como lhe disse, não temos... Aliás, nem temos como consultar isso. Aliás, nem ninguém do povo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não apresentam documento. Posso pegar um carro roubado e levar para fazer inspeção veicular?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não vou ter como saber.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Posso, então.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não vou ter como saber.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Meu Relator, sugestão para V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Takayama) – Pois não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Posso pegar um carro roubado e fazer inspeção dele. Apesar de que não tem por que, em tese. Até eu esquentá-lo, não é?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Agora, veja bem: se eu tiver certeza de que o carro é roubado, obviamente vou tomar as providências.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Como é que o senhor vai ter certeza, se o senhor não tem que ver a documentação?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – A documentação, tenho que ter, o certificado ou o documento fiscal. Agora, se chegar lá um carro sem chassi, vou desconfiar que é roubado e vou chamar a polícia.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas o senhor verifica o chassi?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – O chassi, o decalque, o número, tenho que ver o número. Se chego lá e não tem no campo fisicamente, tenho que desconfiar.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, deixe-me fazer uma pergunta: o senhor tem que tirar o decalque, o.k.?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Se eu mostrar isso o senhor vai entender.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ah! Claro. Certificado. O.k.!

Isso veio da Ideal.?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Isso veio da Ideal, antes da matéria do Fantástico. Esse é o procedimento que é adotado antes da veiculação da matéria. (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Habilitação do proprietário ou do condutor?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Do proprietário ou do condutor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E se o proprietário não for o condutor, quem fica lá? Então, o proprietário é que tem que levar para a inspeção veicular?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não, o condutor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O condutor. Então, essa acompanha a do condutor?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Sim, porque não teria como ser diferente. E a empresa, teria que ir o dono? É o condutor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Esse veículo foi reprovado?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Esse veículo foi reprovado. Foi reprovado por causa desses itens. O decalque do chassi que lhe falei que vem no relatório de inspeção.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Esse veículo é um veículo remarcado ou não?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Pelo que consta aqui, não, Excelência. Por causa desses itens, ele foi reprovado.

V. Ex^a havia me perguntado os itens que são checados. São todos estes, todo este **check list**.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Para que o cidadão entenda que a checagem é de muitos itens.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Bastante.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Este item aqui, identificação.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – A identificação é justamente o decalque do chassi, que o senhor verificou.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O número do chassi, conforme documentação apresentada.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Exatamente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, o senhor tem que tirar para o senhor confrontar.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Eu confronto o decalque com a documentação apresentada.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O.k.! Nos últimos – vou deixar uma pesquisa para o senhor informar para a CPI – seis meses, quantos dos veículos inspecionados foram reprovados no item 2?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Posso lhe falar agora?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Pode, por favor. Por problema de chassi, que é a nossa maior preocupação.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Acho que isso nunca ocorreu.

Tem problema de suspensão, freio, freio de mão, chassi.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, quero falar o seguinte: já que há um item nº 2 chamado identificação, o senhor tem aqui: Número de chassi conforme documentação.

Sr. Presidente, estou aqui com um **check list** dos itens que são verificados e aqui tem um item chamado identificação. Tem uma sublegenda: A, aprovado; R, reprovado; e NA, não aplicável. E um dos itens é exatamente o foco central da nossa CPMI, que é a identificação.

No primeiro item: Número do chassi conforme documentação apresentada, porque o inspecionador, o técnico, pega o documento, tira o decalque e confronta. Não é isso?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Exatamente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, isso não é um item de segurança, mas de identificação.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – De identificação previsto na norma.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, tem a primeira: Número de chassi conforme documentação apresentada; e o item seguinte: Gravação de difícil leitura ou inexistente.

A minha pergunta ao nosso nobre companheiro é: nos últimos seis meses, quantos veículos foram reprovados nesse item 2, identificação?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Nenhum, senhor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Nenhum?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Nenhum. Porque, dificilmente, uma pessoa iria com o documento e o carro ostentando outro número que não o do documento.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Outro número, não, mas ele pode ter uma gravação de difícil leitura ou inexistente, que é o segundo item.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Sim, mas não ocorreu.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Em seis meses?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Interessante.

O senhor tem essa empresa há quanto tempo?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Desde 1998.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Noventa e oito. Então, vamos pular um ano, 99. Nesse ano, a legislação era a mesma, o senhor já fazia o mesmo serviço.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Sim.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Já constava esse item 2, identificação?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Já.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Nos últimos cinco anos, quantos veículos foram reprovados nesse nº 2, item 2, gravação de difícil leitura?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Vou ter que verificar.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Por favor, o senhor nos informe formalmente isso.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Pois não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quantos veículos foram reprovados na questão de identificação.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Anota para mim, Daniela, por favor.

O SR. RELATOR (Takayama) – Só uma última pergunta ao Sr. Alex. A sua empresa foi credenciada em 99 pelo Inmetro. Só dessa forma funcionou ou a empresa exerce alguma outra atividade?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Só essa.

O SR. RELATOR (Takayama) – Foi criada só para isso? Qual foi o critério que fez com que sua empresa fosse credenciada pelo Inmetro?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Na época, era o ISO Guia 39, que tinha diversos requisitos. Agora, é uma portaria conjunta Detran, ou melhor, Denatran, Departamento Nacional de Trânsito, e o Inmetro. Disponível dela aqui, se S. Ex^a...

O SR. RELATOR (Takayama) – Mas qual foi o critério de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem a cópia da...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Da Portaria? Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Poderia nos ceder?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Sim, eu trouxe para o senhor.

O SR. RELATOR (Takayama) – É só para nossa informação, só para ver como seria na questão do Inmetro a maneira como são credenciadas as empresas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor responde, por favor, e, depois...

O SR. RELATOR (Takayama) – De que maneira, o senhor conseguiu essa autorização do Inmetro para

ser uma empresa credenciada, sei lá como é o nome da empresa que se dá.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – É todo um processo, tem que ter um processo de...

O SR. RELATOR (Takayama) – Não há concurso, apenas...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Não, isso é uma tendência mundial. Na verdade, falam credenciamento, mas é certificação. Então, tem toda uma política de qualidade...

O SR. RELATOR (Takayama) – Você faz a solicitação, e o Inmetro...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – ...tem todos os procedimentos, eles auditam toda a parte documental também, a instalação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem exigência de equipamentos?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Tem, hoje tem.

Mas a Portaria...

O SR. RELATOR (Takayama) – Existem outras empresas tentando credenciamento e não conseguiram, quer dizer, há uma concorrência para conseguir esse credenciamento? Vamos dizer, há uma...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tem uma Portaria conjunta nº 1, de 26 de novembro de 2002.

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – É essa daí que eu ia fornecer agora.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Aqui, para lhe ajudar. Portaria Conjunta nº 1, de 26 de novembro de 2002, Departamento Nacional de Trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele vai nos fornecer cópia, mas o nosso Relator aqui... É Denatran e Inmetro, não é?

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Esses são os critérios, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vinte e seis de novembro de 2002. Critérios para o credenciamento de organismos de inspeção. Aqui já é para qualquer cidadão de qualquer empresa que queira...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Desde que preencha os requisitos, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode continuar.

O SR. RELATOR (Takayama) – Não, seria somente essa pergunta. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais alguma pergunta? Então, depois de atender à solicitação do Deputado...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Os processos do mês de março que ele pediu, foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está dispensado, agradecemos sua presença. Se o

senhor puder ficar um pouquinho, porque o Ciro vai ser ouvido, se tiver alguma dúvida...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Pois não, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...se precisar de um confronto de alegações...

O SR. ALEX PEREIRA DE ALMEIDA – Obrigado pela oportunidade.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vou ficar aguardando aquela informação do período dos últimos 60 meses.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele vai providenciar.

Vou tentar explicar a origem da Portaria, que me foi dada por um delegado do Detran agora, porque o Diretor não se encontra presente. E eles vão fornecer uma outra Portaria que regulamenta algumas coisas referentes a essa 574, de 2003. Estão providenciando a retirada.

Então, a explicação que me foi dada é que essa Portaria se refere à indenização por acidentes ou sinistros. O que acontecia? Para proteger o proprietário indenizado. Porque, na medida em que não houvesse a transferência para a companhia de seguro a responsabilidade, principalmente os carros roubados, porque é feito um registro nos bancos de dados do Detran de carros roubados que estão ainda nas mãos de bandidos. Então, a companhia de seguro indeniza e comunica ao Detran. Não há transferência, porque o carro não é visível ainda. Então, eles fazem o registro para a responsabilidade de contagem de pontos para cassação da carta, suspensão, as punições que existem e também qualquer outra responsabilidade por acidente praticado pelo veículo. Então, eles fazem o registro sem tirar do Cepol a queixa do roubo, o proprietário ou a vítima. Então, é um registro apenas para isentar de responsabilidade, a partir da data da queixa do furto ou do roubo, o cidadão proprietário do veículo.

Esta aqui se refere à indenização de sinistro ou acidente quando o carro é visível e o sujeito recebe e não tem mais a propriedade do carro, que passa para a companhia de seguro. Na transferência, é obrigatório o pagamento de todas as exigências...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, vou provar para... Estou com uma informação aqui, que eu chequei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, estou falando que a informação que me foi dada, mas caiu a linha e não completou...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Depois eu vou só contraditar, não a V. Ex^a, mas a informação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. A mim, não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Claro! V. Ex^a é o nosso baluarte aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou procurando esclarecer o que me foi passado.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas estou com um documento na minha mão aqui, dois até, que mostram que essa informação não é verdadeira, Sr. Presidente.

Vamos lá! Esse veículo que apareceu aqui. Rodovia Presidente Dutra, tal, tal, tal. Estão aqui os dados do veículo. Estou aqui com os dados do veículo: “Veículo de aluguel, Mercedes-Benz...

O SR. RELATOR (Takayama) – É o mesmo que apareceu aqui na tela?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É um dos, é um dos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está para ser leiloadado?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Aqui, olha. Proprietário: Unibanco/AIG Seguros. Então, foi feita a transferência do segurado para a seguradora.

Vamos lá! 2003, que foi o ano passado. Detran, multa: nada consta; DER: nada consta; restrições, bloqueio de furto: nada consta; restrição administrativa: veículo sinistrado; IPVA, valor devido: R\$2.877,14.

O SR. RELATOR (Takayama) – Que ano?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – 2003.

Valor devido: R\$2.877,14. Isso é um carro.

Outro veículo. Veículo na cor azul, Mercedes-Benz, caminhão, placa CPI-8314. Aí vem constando veículo sinistrado. IPVA devido: R\$994,59. Dos cinco, três não tinham pendências de IPVA. Os outros dois tinham, Sr. Presidente.

Então, devemos, respeitosamente, contraditar a informação do Detran. Se esse veículo aqui fosse de particular... Não consigo entender, Sr. Presidente, porque, na hora de indenizar o prêmio, esse débito aqui, ele é descontado. Ele é descontado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque aqui tem... Bom, aqui fala sobre o processo de indenização na Portaria,...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Procedido pela companhia seguradora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... que é o §1º.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Art. 1º.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O §2º diz assim:

§2º. O processo de transferência obedecerá às regras estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, nas respectivas resoluções do Conselho Nacional de Trânsito e as determinadas em portarias administrativas desse Departamento.

Art.2º À hipótese de o cadastro do veículos conter restrições impeditivas à circulação e respectiva transferência decorrentes de acidente de trânsito, conforme preconiza o art. 1º da Resolução Contran nº 11, de 1998, será procedido ao respectivo desbloqueio temporário sem exigência do laudo de inspeção de segurança do veículo, apenas e tão-somente pela efetivação da transação [da transferência, devia ser] do segurado indenizado para a companhia de seguro.

E a companhia teria que imediatamente recolher os débitos.

O SR. RELATOR (Takayama) – Mas aí parece que está dizendo que é só para acidente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, é só questão de inspeção do veículo.

O SR. RELATOR (Takayama) – Júlio, é só para acidentes.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tudo bem! Não tem nem como pegar um carro daquele lá e fazer a sua inspeção veicular – ele é sinistrado. O meu questionamento aqui, Sr. Presidente, não é esse, porque é notório um carro daquele estar destruído. É a questão de débito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Mas ele informou que o débito é obrigatório.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quero até provocar, aqui, o Ministério Público. Isso é um grande absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que nós temos que ver é que a Portaria, segundo o Delegado, obriga o pagamento do débito de imediato. A transferência só será feita mediante o pagamento dos débitos. É preciso saber se estão transferindo sem o pagamento, porque é aí que está a falha.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Está aqui nas minhas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Talvez não estivesse na Portaria, estivesse no procedimento. Agora, vamos esperar a 574 para ver se houve alguma correção.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Essa Portaria, talvez, claro, muito certamente não com esse fim, ou não sei, mas essa Portaria está tão somente beneficiando seguradora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu acho que o segurado também. O segurado, saindo da responsabilidade....

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas ele foi cobrado, Sr. Presidente. Ele foi cobrado porque é descontado no prêmio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah bom! É preciso ver se ele é descontado

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ele é descontado do prêmio, se tem débito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, aí, o Detran diz que tem pagar – que a transferência não será feita sem o pagamento dos débitos. É preciso que depois haja a inspeção.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Só isenta da inspeção.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Isenta da inspeção. Mas o que está acontecendo é que, aqui, aplicaram a hermenêutica tão-somente interpretando que o débito, aí, não teria que ser pago. E quem perde com isso? O próprio Fisco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o seguro, que pagou por uma coisa...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas ele não, Sr. Presidente, porque ele já pagou de qualquer jeito, já foi descontado dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele também, porque ele pagou e não repassaram. É que nem o Fundo de Garantia.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ele já recebeu o prêmio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É como o Fundo de Garantia. Apropriação indébita.

Mas isso aí é um ponto que terá que evoluir no esclarecimento. Se precisarmos convocar alguém o faremos.

Quero chamar o Sr. Ciro Delia Júnior que, ontem, foi citado como um dos vendedores da Ideal Veículos, pela TV Globo.

Por favor, o senhor pode tomar assento.

Por favor, o nome do senhor.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Ciro Delia Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe por que foi convidado aqui?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Sei. Pela reportagem do Fantástico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia descrever o que realmente aconteceu, porque aqui nós assistimos e foi...

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Eu não me lembro muito bem da data.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A data não importa. O Deputado leu todo o diálogo do senhor com o repórter. O senhor sabia que estava sendo gravado?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, não sabia em hipótese alguma que estava sendo gravado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo. O senhor pode descrever. Depois, o Deputado vai lhe

repetir o diálogo. Só pediria cuidado para o senhor manter a verdade.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Ah, sim, com certeza. Esta é a minha segunda oportunidade que estou tendo de falar a verdade.

Tinha oito vendedores e estavam todos ocupados, eu fui atender.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o papel do senhor na empresa?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Vendedor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vendedor. Não é gerente, nada disso?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Iria ser promovido agora.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Era bom. Então, eu fui atendê-los. Eles se interessaram por um carro, e lá o preço é fixado no vidro do veículo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor lembra qual era o veículo?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Acho que era um Xantia, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um francês?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – É um Peugeot, não é? E se interessaram pelo carro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem um cartaz que se coloca no pára-brisa?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Isso, é uma identificação do veículo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o preço também?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Isso, uma identificação do veículo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor lembra o preço do veículo?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Se não me falha a memória, era R\$18.800,00. Se não me falha a memória.

Eles se interessaram pelo carro e ficaram conversando comigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha avaria o carro?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Tinha avaria. Era avariado, carro avariado, mas nada que não desse para ser recuperado.

O SR. RELATOR (Takayama) – Posso tentar aclarar o diálogo dele?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós depois repetimos. Eu só estou pedindo para ele dar a sequência do fato para, depois, V. Ex^{as} perguntarem.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Aí, eu atendi normalmente e eles foram embora; depois, ficaram fazendo

do contato comigo pelo celular, porque no meu cartão eu ponho o meu celular também, porque, às vezes, os telefones estão com muita ligação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode ficar calmo aí...

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Obrigado. Eles ligavam toda hora para o meu celular; toda hora ele ligava para o meu celular, o repórter. Eu estava até já falando pra ele: eu acho que é melhor você comprar um carro zero. Mas eu não quis ser indelicado. Então, não falei nada e continuei com a negociação. Foi discutido o preço; ele mandou uma oferta. Essa oferta foi aceita por nosso diretor. Eu liguei para ele. Ele imediatamente falou que o carro era dele. Depois, ele me ligou dizendo para mim (sic) passar o número da conta da empresa para ele depositar. Só que, no dia que ele me ligou, ele fez de tudo para mim (sic) ir até o carro dele. Disse que estava com o pé machucado, se eu podia ir até o carro dele. Eu disse: “Não, ao carro não posso ir, porque você... Vou fazer o quê dentro do teu carro?” Aí ele fez, fez, que eu fui, fui até a janela do carro e ele me fez entrar dentro do carro para mim (sic) passar o número da conta que ele ia depositar por Uberlândia. E nisso ele ficou mantendo contato comigo, mantendo contato comigo, mas não concretizou nada, não...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor lembra do diálogo?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Ele perguntava da inspeção veicular e eu dizia que a inspeção era feita se o carro estivesse em perfeitas condições. Isso eu frisei várias vezes pra ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia, Deputado, ler a transcrição do diálogo, por favor, para ver se o senhor confirma isso aqui.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Presidente, eu vou tentar ler aqui a transcrição do diálogo, e o senhor vai me informar se esse diálogo existiu ou não: “Esse laudo não demora muito, não?” Aí o senhor responde: “Na hora. Você arrumou o carro, você leva o carro lá”. O.k.!. Até aí... “Arrumo. Mas o cara sempre implica com alguma coisa”. Aí o senhor responde: “Não é assim, não. É R\$80 aqui em Guarulhos, inclusive a firma é nossa também. Entendeu? É do patrão a firma que faz laudo”.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, não é do patrão.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Isto aqui é uma transcrição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Botaram a sua voz.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não. Isso...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas o senhor falou isso?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Eu falei isso no intuito de...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor mentiu?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, é verdade?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – É verdade.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, a firma é do patrão do senhor?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, o senhor mentiu?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, não é que eu menti. Eu deixei... Eu queria deixar a venda mais fácil. Foi aí onde que (sic) eu errei.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, o senhor contou uma mentira pra vender? É isso?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – É. O vendedor é meio mentiroso nessa parte, né?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, vamos continuar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Argumento de vendedor.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – O argumento é todo de vendedor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O que o senhor disse aqui que a firma é do patrão do senhor...

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, o senhor disse: “A firma é nossa também, entendeu? É do patrão a firma que faz laudo”.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Eu disse, mas é o que eu estou alegando para o senhor: foi um sistema de vendas. Só. Mais nada.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Isso. Então, a firma não é do patrão do senhor?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não. Não tem nada a ver.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, vamos continuar: “A firma que, segundo...” – o senhor – “...faz o laudo pericial para legalizar o carro roubado é a CTV, em Guarulhos, Grande São Paulo. Ela consta do site do Inmetro como órgão credenciado para vistoria e tem como responsável o Sr. Alex Pereira de Almeida”.

O senhor conhece o Sr. Alex?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Conheço de vista.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – De vista?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não tenho nenhum vínculo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor manda muito carro lá para a CTV?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele frequenta muito a revenda?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Eu não vejo, porque lá são três entradas. Então, é difícil a gente encontrar com... Às vezes, nem com os patrões a gente encontra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não vê a circulação das pessoas?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não dá pra ver, não dá pra ver.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, vamos continuar: “Quem nos revela os detalhes é Ciro...”

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fica na cabine do guarda ali?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – É, fica vistoriando.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – “...vendedor da Ideal Veículos, aquela empresa de São Paulo que vimos no começo da reportagem. Segundo ele” – segundo o senhor –, “basta levar o carro reformado com as peças roubadas para fazer uma vistoria num órgão credenciado a um custo de R\$80,00”. É assim que funciona?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Se o senhor ver (sic) direito, em cima o Ricardo está falando, não tá?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sim.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Parece que ele juntou tudo, porque eu não falei de peça roubada.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor não falou, não?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, ele me perguntou se podia pôr peças compradas, se eu conhecia alguém. Eu falei: “Não, não conheço ninguém que vende peças”.

Se o senhor ler em cima, eu estive lendo...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vi, vi, vi, vi. Vamos continuar: Fim. Outra conversa. “Perguntamos novamente ao vendedor Ciro, da Ideal Veículos, sobre o esquema de vistoria. Fantástico: ‘Estou preocupado com o documento, o DUT lá. Não vai ter nada escrito?’ Aí o senhor fala: ‘Não. Vai sair: ideal’”. O senhor falou isso?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, realmente, porque o comprador do salvado é a Ideal, comprado da seguradora, certo? Então, ele vem em nome da Ideal, certo?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Isso é verdade, o que o senhor falou, essa parte é verdadeira?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Isso é tudo verdadeiro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vamos lá! Aí ela fala: “Ideal é uma loja!” Aí o senhor fala: “Uma loja”.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Poxa! Ele tá dentro de uma loja e não vai saber que é uma loja? Isso daí...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não sei.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não é?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – “Mas aqui diz que foi perda total.” Aí o senhor fala: “Não, não, senão ninguém comprava aqui”. “A maioria desses carros aqui nego compra para quê?” Aí, o senhor fala: “Tudo para revender”.

Essa parte do diálogo é verdade, isso aconteceu?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Tudo que está aí, doutor...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tudo?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não. Tudo, menos...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Eu quero entender, porque o senhor fez uma afirmação de que essa empresa de inspeção não inspeciona nada.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, inspeciona sim.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor está dizendo que não.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Inclusive, falei...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Espera aí um minutinho. O senhor está dizendo aqui que não inspeciona nada, porque é do patrão do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor espera o Deputado completar e responde com tranquilidade.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor está dizendo o seguinte: que não inspeciona nada. O senhor disse para o moço lá que essa firma de inspeção é do mesmo patrão.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, não é.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas o senhor disse isso.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Eu disse isso...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, a inspeção não é séria?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, é séria. É lógico que é séria.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, o senhor falou que não era séria para vender?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, não falei que não era séria.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas o senhor está dizendo aqui que não tem problema!

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, não tem problema desde que... Ele pôs que não tem problema, mas eu falei para ele: desde que o carro esteja em ordem. Tinha a questão de segurança da vida dele.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas ele perguntou assim, está aqui, transcrição literal: “Mas o cara sempre implica com alguma coisa”. Aí, o que o senhor respondeu? “Não, não é assim, não. Aqui, em Guarulhos, a firma é nossa também, e é do patrão a firma que faz laudo”.

Então, o que o senhor disse aqui? O senhor disse que a mesma empresa que vende, o dono da empresa que vende é o mesmo dono da empresa que faz laudo. Então, ele não podia se preocupar porque ele não ia implicar com nada. É isso que o senhor queria dizer?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, não foi bem isso que eu quis dizer. Eu quis facilitar só a venda, mais nada.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, o senhor facilitou a venda dizendo que a inspeção do Sr. Alex Pereira de Almeida não é séria?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, não falei nada disso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas o senhor disse que não tem problema, o dono é o mesmo...

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não tem problema...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – ...não vai implicar com nada.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Dá licença? Não tem problema desde que – ele não pôs isto aí – ele arrume o carro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Está aqui.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Ele não vai levar o carro num guincho e fazer o laudo de inspeção. Ele teria que arrumar o carro para depois levar para fazer o laudo. Isso ele não pôs. Ele pôs só o que ele...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Está aqui sim: “Arruma”. Aqui: “Na hora. Você arrumou o carro, você leva o carro lá”. Está aqui.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Sim, arrumou o carro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Arrumou o carro.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Então, arrumou o carro e levou lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a indução a que o senhor levou o comprador dá quase certeza de que nunca houve problema na inspeção veicular dos carros saídos na Ideal para lá, depois de recuperados. Então, a forma da recuperação pouco importa para a companhia da inspeção, porque ela passa

o visto de qualquer jeito, a origem sendo da Ideal. Essa foi a indução a que o comprador foi levado.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Certo, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E deve sempre acontecer isso, porque senão o senhor não teria segurança na colocação, mesmo com a argumentação de dinheiro.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – É lógico. Inclusive quem me perguntou qual era o mais próximo foi o outro rapaz que estava com ele.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas não só tem uma em Guarulhos? De inspeção?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Ele perguntou qual era a mais próxima.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Só tem uma.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Sim.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, não é a mais próxima, é a única.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Na cidade tem mais de uma?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Espera um pouco. Ele me perguntou qual que era a mais próxima. Mais próxima seria a CTV. Existe a Lins, a Setra, a...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Em Guarulhos?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, em São Paulo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ah! Em Guarulhos só tem essa?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Só tem a Setra.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, está bom. O veículo que o senhor estava negociando é um Citroen, ano 2000, valor de R\$ 18.800,00, não é isso? Aqui consta que, na tabela de usados, o veículo dessa marca, ano 2000, inteiro e funcionando vale em torno de R\$ 22.000,00. Nós vimos a foto desse carro ontem ali. O senhor, com a experiência que o senhor tem, acreditaria que esse suposto comprador gastaria quanto para recuperar esse carro? Quantos anos o senhor tem nesse mercado? O senhor trabalha há quanto tempo nessa área?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Nove anos. Tive loja de som. Trabalho com carro há muito tempo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor acha que gastaria quanto para recuperar esse carro? Ele está batido na frente, do lado, atrás. Nós vimos a foto dele ontem, aqui.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não tenho idéia.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mais ou menos?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Uma faixa de R\$ 5.000,00?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Cinco mil reais recuperariam o carro? Não sei, é isso?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – É mais ou menos isso que seria.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, R\$ 18.800,00 mais R\$ 5.000,00, R\$ 23.000,00. A tabela do carro é R\$ 22.000,00. Então, se ele comprasse a peça legalmente, certamente sairia muito mais caro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas nunca compensaria, até porque a desvalorização de um carro recuperado...

Contamos com a presença do Deputado Robson Tuma, que também é da CPI.

Mas acho que a sua colocação tem uma razão de ser, porque ninguém é estúpido de comprar um carro e pôr o dinheiro em cima para ficar do preço de mercado. A desvalorização é clara. Quem vai comprar um carro recuperado nunca vai querer pagar o preço de um carro normal de mercado.

Então, qual é a razão dessa imposição de preço? É mais pelo documento ou é pelo veículo?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Olha, eu acho que é pelo veículo, porque pelo documento nunca é. Nunca soube de nada lá na empresa que levasse a isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pela sua experiência, o senhor atende a muitos clientes...

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E esse é um cliente esporádico que estava fazendo uma investigação, um repórter. Agora, os que entram lá se preocupam com a nota fiscal que vem da companhia de seguro, querem saber como está o chassi e tal?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Lógico! Eles se preocupam com tudo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque, se pegarem esse carro, colocarem uma carroceria nova sobre o chassi, sobre tudo, aproveitando esse documento para outro veículo, como clonado, e passar a ter existência legal, o senhor acha que ele valeria mais?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não sei dizer, doutor. Nunca peguei nenhum caso desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou falando com alguém experiente para dar uma ajuda aqui.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não. Eu fui até ingênuo em algumas respostas para ele, de tanto ele me encher. Não quis ser – como é que eu posso dizer? – rude com ele, mas foi...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor vende muito carro sinistrado?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Na faixa de oito, nove, dez por mês.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês são boqueiros, não é?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Como assim?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá se chama boqueiro também? Cara que vende carro usado?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é especializado na venda de veículos sinistrados e salvados?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Sinistrados e salvados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Só.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem veículo normal não?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E recebem sempre das companhias de seguro?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Só das companhias de seguro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Direto das companhias de seguro, não vêm como leilão?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quantos carros o senhor acha que entram por mês?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Ah! Não tenho base.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais ou menos, uma média?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – O senhor diz entrar dentro da empresa?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É, que compram das companhias de seguro.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não tenho acesso a isso, né, doutor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São cem, cento e pouco?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não sei. Não vou dizer porque aí vou estar mentindo. Não sei realmente quantos entram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem alguma filial, algum outro depósito?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Nós? Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É tudo nessa loja?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Tudo na Ideal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem depósito fora?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixe eu fazer uma pergunta para o senhor, para ver se é possível. Eu

compro esse carro de R\$18.800,00 e vou a um cidadão que vende carro ali na zona leste de São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá tem muita boca de venda de carro, na zona leste. Na Paes de Barros, na região ali.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Está aqui o cidadão na Rio das Pedras, zona leste. Vou lá e compro aquelas peças que esse carro que está avariado... Parece que é lataria. Qual era a avaria desse veículo? Era lataria e motor?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Lataria. Não, motor, acho que não chegou a afetar muito, não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Só lataria: frente, lateral e traseira. Tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desculpe. E a seguradora deu PT, perda total?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Como assim? Como sucata?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perda total, não sucata. Pagou indenização para o segurado?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Pagou indenização para o segurado, né?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por inteiro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deu perda total.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Deu perca (sic) total.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Esse veículo não tem 75%, segundo o nosso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Susep, não é? Portaria da Susep.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Esse veículo não tem 75% avariado não, tem?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Setenta e cinco por cento do veículo?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É, esse veículo, em si, ele tem o percentual de 25%, no máximo, avariado, não é?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Acho que a traseira, o teto...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A lateral e a frente.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Acho que o teto também está avariado, se não me engano.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É, porque, geralmente, quando bate o teto, quebra ou entorta a coluna e eles dão...

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, depende da batida, né?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixa eu fazer uma pergunta para o senhor, e o senhor vai me dizer se é possível ou não. Eu compro esse car-

ro por R\$18.800,00. O valor dele é R\$22.000,00, ou é R\$32.000,00, o valor de mercado, o senhor sabe? Parece que alguém me disse que há uma divergência quanto ao valor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em relação ao ano.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ano 2000. Ele vale R\$34.000,00, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O proprietário da Ideal informou que não era 2000, era 2002. O valor era acima do...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Do que estava constando aqui. Vamos ver se é possível, e aí o senhor vai nos ajudar dando uma sugestão de como resolver isso. Compro esse carro por R\$18.800,00. Vou ao Jorge, João ou Manoel e encomendo um carro idêntico. Pego as peças e as passo para o carro que comprei lá, onde muitas vezes compram carro incendiado. Há uma foto aí com um carro incendiado. Carro incendiado afeta a lata – que é irrecuperável quando incendiada –, a parte elétrica, o motor, tudo. Então, o cara quer comprar é o documento. Compro um carro nessa situação com o senhor e, depois, compro um carro idêntico. Pego essas peças e coloco nesse documento que comprei. Com a sua experiência, como detectar isso?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Geralmente, quando o carro é queimado, ele é dado como sucata, não é?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas há um carro aí que é queimado, mas não é sucata, não.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Mas não é nosso, é?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, não, não. Só quero que o senhor nos ajude com seus nove anos de experiência e nos dê sugestões de como detectar isso.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Todo carro queimado geralmente queima o motor, queima tudo. Se ele é parcialmente queimado... Se é inteiro queimado, ele queima tudo. A própria seguradora dá baixa nesse carro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Há um aí que não foi. O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Relator, deseja fazer alguma pergunta?

O SR. RELATOR (Takayama) – Sr. Presidente, como dizem, “peguei o bonde andando”. Acredito que, pela reportagem, V. S^a é um bom vendedor, mas pode comprometer a sua relação com o proprietário da Ideal Veículos.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Inclusive, queria pedir desculpas a eles. Foi feita uma coisa inapensável (sic)...

O SR. RELATOR (Takayama) – Foi a tentativa de vender.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Foi a tentativa de vender. Hoje as coisas estão tão difícil (sic). Argumentos de vendas que foram ditos sem pensar mesmo. Realmente foi sem pensar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O grande problema, que pode ter usado como argumento, mas deve ter um sinal anterior que lhe facilitaria esse argumento, que não deve nunca ter tido nenhuma consequência nos laudos solicitados pela Ideal a essa companhia. Então, dava uma confiança maior.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Sim. O que quis passar para ele foi isso. Não foi uma facilitação de laudo ou de Inmetro. Não foi nada.

O SR. RELATOR (Takayama) – V. S^a é um pai de família?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Pai de família.

O SR. RELATOR (Takayama) – Sabe V. S^a que, quanto mais alimentarmos esse monstro chamado contravenção, mais poderemos ser enrolados por ele. O exemplo clássico do Rio de Janeiro mostra claramente que, se todos nós, sem olharmos questões político-partidárias e interesses pessoais, não começarmos a lutar por isso, teremos dificuldades no futuro. Aliás, hoje já temos dificuldades, e vamos deixar como legado, como herança para nossas gerações futuras, um País ingovernável. Acabamos dando força ao *premier* francês De Gaulle, que disse que o Brasil é um País que não pode ser levado a sério.

V. S^a, como pai, deve saber que, se o seu diálogo fosse verdadeiro, estaríamos contribuindo claramente para o crime organizado e que precisamos batalhar, com todos os nossos esforços, com todos os setores da sociedade, para que isso seja combatido com todas as nossas forças, mesmo que venha a custar vidas, para que as gerações futuras não tenham que conviver com essa situação. Sabe V. S^a disso?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Com certeza.

O SR. RELATOR (Takayama) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Ciro, se o senhor quiser nos esclarecer alguma e não o faça por temor de perder o emprego ou por qualquer circunstância de ameaça futura, esta CPI pode fazer uma reunião secreta para que o senhor possa nos dar algum dado que seja importante – como diz o Deputado – na cessação dessa atividade criminosa.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor quiser, dar-lhe-emos todas as garantias de que precisar.

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor quer que faça uma reunião secreta para nos relatar fatos que possam colaborar com a apuração e com a diminuição do crime?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Eu gostaria.

Quero deixar uma coisa bem clara. Depois dessa reportagem... Tenho uma filha diabética juvenil. Ela, vendo essa reportagem, tive que ligar para um médico para... Se tivesse uma pessoa cardíaca, alguma coisa, morreria na hora, porque...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem algum fato grave que poderia nos revelar, mas que, por receio, não quer fazê-lo publicamente?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Não, não tenho. É como disse ao senhor, eu só interpretei mal as coisas, mais nada. Não tenho vínculo com ninguém. Sou um cara pacato.

O SR. RELATOR (Takayama) – Só queria vender?

O SR. CIRO DELIA JÚNIOR – Só queria vender e pagar minhas contas. Só. Mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais alguma pergunta?

O SR. RELATOR (Takayama) – De minha parte, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Sr. Alex está aí ainda? Para dispensar os dois. Não precisa haver acareação, ele se desdisse aqui. Então, estão dispensados os dois.

O senhor, por favor, não se esqueça de mandar a documentação requerida pelo Deputado, o mais urgente possível.

Qualquer coisa, Sr. Ciro, o senhor poderá ligar para a CPI que a Secretaria tomará as providências necessárias.

Teremos um intervalo de uma hora para que possamos fazer um lanche enquanto aguardamos a chegada dos presos.

(Intervalo.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos reabrir nossos trabalhos primeiro informando que a autoridade do Detran, Dr. Gilson, mandou, para atender à solicitação do Deputado Cabo Júlio, as razões da expedição da Portaria nº 840 e nos enviou a nova Portaria, de nº 574, de 2003. Então, ficarão aqui à disposição do Relator, serão analisadas e, caso ocorra qualquer outra dúvida, voltaremos a consultá-lo.

Nós estamos aqui com – o senhor confirma para mim – Jean Francisco Iotti?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Identidade, você sabe de cor?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – 30472521-3.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Vinte e três anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF, você lembra?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – 27822408.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Solteiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Endereço?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Rua Florianópolis, nº 536, Vila Progresso, Jundiaí, São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Gerente Administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde você exerceu essa atividade de gerente?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Cerâmica Anhangüera Jundiaí Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você gerencia clonagem de carro?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente em algum grau de parte envolvida no caso a que você responde?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você se compromete, perante o art. 203 do Código de Processo Penal, a dizer a verdade, somente a verdade?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exatamente, claro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, por favor, assine para nós aqui o termo de compromisso. (Pausa)

Você quer fazer uma exposição preliminar dos fatos que o envolveram no crime que você responde perante a Justiça de Jundiaí?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, tudo já foi citado no meu depoimento, na fase de... no meu procedimento no fórum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você foi preso em flagrante?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi depois de instaurado o inquérito?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quanto depois do crime você foi preso?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Duas semanas mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi latrocínio?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Então, esse latrocínio na realidade não cabe a mim, entendeu? A minha intenção era receptor um veículo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você estava recebendo o veículo, ou estava tentando...

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – A minha intenção era receptor o veículo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por quê? O motorista era da quadrilha?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, não, eu ia receptor um veículo cujo eu ia retirar peças para...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você ia interceptar...

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ia furtar o veículo.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, furtar não. Eu ia receptor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ia comprar o veículo roubado.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Eu ia comprar ele...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ele roubado.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem mais alguma coisa que você queira falar?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não. No momento, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o seu envolvimento em furto de veículos, clonagem de veículos?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, clonagens não. O que eu fiz...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desmanche...

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, desmanche também não. Eu comprei alguns veículos. Então, eu comprava um veículo batido, que era sinistrado, nas condições de ser recuperado, comprava as peças em desmanches e montava esse veículo e comercializava ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você comprava em leilão ou direto de seguradoras?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Em leilões.

O SR. RELATOR (Takayama) – Posso perguntar como aconteceu esse crime? Houve uma morte quando você estava receptorando o veículo?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exatamente. O que eu tinha, já expus...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Repete para a Comissão.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Já está nos autos. Isso já foi citado perante o juiz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você se recusa a repetir?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – É lógico, já foi citado, tudo esclarecido perante o meritíssimo juiz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunta sobre o furto de veículo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vamos lá! Primeiro é preciso esclarecer que você está depondo na CPMI, e o nosso poder é de juízo.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Certo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A segunda coisa é: quantos processos você tem de receptação?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Quantos processos?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exatamente, eu não sei dizer.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não sabe? Seis, sete?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Menos.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Cinco?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, creio que dois ou três...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Por receptação?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – ...mais ou menos. Por receptação.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Receptação de quê, de veículo furtado?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – De veículo... é, veículo furtado.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, deixem-me explicar o caso dele, em que essa vítima morreu. É o seguinte: ele estava dirigindo o carro, levando outra pessoa, que é um dos autores do latrocínio; ele estava dirigindo o carro que participou do crime de latrocínio em que a pessoa foi morta. Então, ele teve participação por essa ação, não é isso? Mas, vamos lá, quero entender o seguinte: você compra o carro sinistrado recuperável do leilão, legal. Você comprava em seu nome como pessoa física ou pessoa jurídica?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Física.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Comprava o carro e levava para onde? Você tem um local, uma oficina?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, eu fazia com várias oficinas.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Depois, você comprava as peças de um carro semelhante e mon-

tava o carro junto com aquele carro sinistrado legal e vendia o carro depois de recuperado. É isso?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exato.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tá, e essas peças que você comprava para montar esse carro era de forma legal ou ilegal?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Eu comprava em desmanches diversos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essas peças foram fornecidas com alguma nota, algum documento?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Sim, quando eu comprava eu exigia a nota fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tinha a documentação de compra das peças?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Tinha. Na maioria das vezes eu adquiria a nota fiscal.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vamos entender então. Vamos dar um exemplo do último carro que você comprou num leilão. Qual foi?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Último carro? Foi uma BMW.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – BMW, que ano?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – 1997.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Qual série? Três ou série cinco?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Três.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Série três. Você comprou no leilão por quanto?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Acho que dezenove mil reais.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Qual é o valor dela de mercado? Trinta e dois?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Trinta mil.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Qual era a avaria?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – A avaria era uma pequena batida na frente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Uma pequena batida na frente. Atingiu o motor?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Só lata?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Só lata.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Aí você comprou essas peças em que local?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Comprei em diversas lojas em São Paulo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Todas com nota fiscal?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exato.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vamos lá! Vamos pegar, já que você lembra de dois dos seus

processos pelo art. 180. Esse processo foi de peça que você comprou?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não. Esse processo estou sendo acusado agora.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Estes dois do art. 180, receptação?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exatamente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, mas receptação de quê? Receptar é comprar algo abaixo do preço de mercado que, em tese, leve você a entender que é de procedência duvidosa.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exatamente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E esses dois processos são referentes a qual carro que você comprou?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Um foi um veículo que um rapaz ofereceu – está montando ele para mim – me entregar ele pronto.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Como é que é? Você estava montando o quê? Qual você comprou no leilão?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não era leilão; era particular.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O cara ofereceu o que para você?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Eu comprei o veículo, um rapaz ofereceu – estava montando ele – entregar ele pronto para mim.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O veículo era furtado?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Eu não sabia. Não sei até hoje.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Você não sabia. E o segundo?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – O segundo a que estou respondendo? A minha receptação?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não é carro. É um processo que tive. Eu tinha uma casa dos meus avós onde eu guardei uma mercadoria para um indivíduo e isso aí...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Que mercadoria era?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Ah! Era vidro de carro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Era vidro de carro? E esse vidro era de carro desmontado?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, era mercadoria nova.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era produto roubado?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Aí que vim a saber que era produto roubado.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Há quanto tempo você trabalha nesse ramo?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – De veículos?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Pouco tempo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O que você chama de pouco tempo?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Há dois anos.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Dois anos. Antes, você trabalhava com o quê?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Eu sempre trabalhei. Trabalho até...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Antes, você trabalhava com o quê?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Trabalhei sempre nessa empresa – seis anos – de indústria de cerâmica, como gerente administrativo. Aí adquiri, juntei um capital e foi aonde (sic) eu comprei um veículo. Desse veículo, comprei um veículo num leilão, reformei ele, vendi...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quantos veículos o senhor já comprou em leilões?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Ah! Exatamente, não me recordo. Mais ou menos, dez.

O SR. RELATOR (Takayama) – Uns trinta?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Uns dez, quinze, mais ou menos.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixe-me fazer uma pergunta para o senhor, então. Se eu comprar um veículo num leilão, compensa montar ou recuperar esse carro comprando peça legalizada?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Compensa.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Compensa?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Depende do veículo, depende da compra. Compensa.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O grande problema, Senador, é que, infelizmente, não há número em peça. A maioria é de veículos comprados e essas peças de reposição são de veículos...

O SR. RELATOR (Takayama) – Uma das sugestões do Delegado do Deic é exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do leilão.

O SR. RELATOR (Takayama) – Não. Colocar, pelo menos em algumas peças-chave, uma identificação com o mesmo número do chassi.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor transfere esses carros, depois de prontos, para o seu nome?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exatamente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, esses dez carros foram transferidos para o seu nome?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Foi.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E o senhor levava os carros ao Detran para fazer vistoria?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Levava.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor levou os dez?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Muitas vezes...

Agora, esse recentemente que foi, não levei.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não levou por quê?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Porque um rapaz ofereceu um serviço que...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Qual rapaz?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Um rapaz da cidade de Jundiáí que mexia...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Qual é o nome do rapaz?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não me recordo o nome. Não citei o nome dele.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ele era des-pachante?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, não era.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Era policial?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Era o quê?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Era um terceiro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas ele era o quê? Apareceu do nada?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não sei o sistema que ele fazia, da documentação...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Qual é o sistema que ele fazia?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor quer se recusar a fornecer os dados? O senhor sabe quem ele é, pelo menos o endereço, o local?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, não tenho.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O que ele disse ao senhor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor assinou um termo para falar a verdade.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exatamente. Eu comprava a vistoria dele e dava entrada por meios normais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Comprava a vistoria?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer, o senhor não levava o carro à empresa para fazer a vistoria de segurança do veículo recuperado.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, não.

O SR. RELATOR (Takayama) – Então, deve ser muito...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já dava...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Você comprava não era a inspeção, era a vistoria, não é?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – A vistoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a vistoria de segurança do veículo, depois de recuperado?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Ele fornecia tudo (sic) essa documentação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele já dava tudo pronto?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – ...e eu entrava com meios normais...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era falsa ou era de alguma empresa?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não sei dizer se era falsa ou se era...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Um cara aparecendo do nada falou: “Você está precisando transferir algum veículo? Eu vi na minha bola de cristal que você está precisando e estou te oferecendo o serviço...”

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, não.

O SR. RELATOR (Takayama) – É fácil esclarecer esse ponto. Se o camarada era da vistoria, era da empresa que faz vistoria em Jundiáí.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, não. Não é inspeção. Não podemos confundir inspeção com vistoria. Mas ele está falando de vistoria do Detran, transferência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está falando dos dois.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O cara dava tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Inspetoria também.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O cara dava tudo: inspeção e vistoria?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exatamente. Ele dava a documentação que eu precisava para estar...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E aí o senhor não levava o carro até o Detran?

O SR. RELATOR (Takayama) – O senhor não tem o nome dele?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, eu fiz... Exatamente só esses veículos que eu não fiz...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não sabe endereço algum nem tem indício de localização?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não tenho.

O SR. RELATOR (Takayama) – Como o senhor conheceu essa pessoa se não sabia o endereço nem o nome dele?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Através de leilões.

O SR. RELATOR (Takayama) – Como o senhor o chamava?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Foi o leilão que indicou esse moço?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Isso. Através de leilões, acabei conhecendo ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No leilão ou alguém...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Alguém indicou esse moço?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, através de uns leilões, eu acabei conhecendo ele.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas como? Explique isso. Como através de leilão?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Fui a um leilão, vi ele, conheci ele através de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alguém o apresentou?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exatamente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E aí, o senhor o conheceu...

O SR. RELATOR (Takayama) – Creio que ele está com medo de dar nomes, talvez.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Eu já me reservei. Não falei, não citei, não sei onde ele mora, não sei o nome completo.

O SR. RELATOR (Takayama) – V. S^a está sob juramento e comprometeu-se a dizer a verdade.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Trazer a verdade não, porque eu não tenho informações dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo bem! Não precisa dar o nome completo. Basta o apelido.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não tenho informações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não precisa citar o nome completo. O senhor pode dizer o prenome ou o apelido.

O SR. RELATOR (Takayama) – Quando o senhor precisava fazer a vistoria, não sabia o nome dele?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quero saber como é que se acha esse moço. Por exemplo, tenho um carro, mas não quero levá-lo para a vistoria. Então, quero comprar – o senhor usou esse verbo – a vistoria dele. Como o senhor fazia para conversar com ele?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Como eu fazia?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Exatamente.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Eu conheci ele através de leilões e...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E o quê?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – E marcava algum ponto com ele e levava isso aí para ele.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Aí, depois, como ele contatava o senhor? Como o senhor marcava com ele?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Como eu marcava?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Eu ia pessoalmente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Até onde?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – A um local onde eu marcava com ele.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Qual é o local?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Ah! Vários locais.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, fale-me um. Vamos anotar os vários.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Vários locais...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor está mentindo.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Postos de gasolina, em Jundiá.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, o senhor não encontrava com ele assim. O senhor não tem o telefone dele?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não tinha... Tinha, depois esse telefone foi mudado, eu não...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Qual o nome dele?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – João.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – João. Ele é despachante?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não sei, como já citei. Não sei se era.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ele falava o quê? Ele se aproximou do senhor e lhe disse: “Eu vou transferir o seu carro”. Aí o senhor não perguntou quem ele era, como era.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, ele não transferia nenhum veículo. Eu transferia em despachantes, em meios normais.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sim, ele não transferia, mas ele trazia para o senhor a vistoria. O se-

nhor tirava o decalque, entregava para ele, ele pegava a folha de transferência e batia: "vistoriado".

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, um veículo eu fiz assim.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor encontrou com ele do nada?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – É, foi, através do...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cite um dos postos de Jundiaí em que o senhor o encontrou?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Avenida 14 de Dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi na 14 de Dezembro? Há só um posto nessa Avenida, em Jundiaí?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – É.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vou dizer uma coisa para o senhor: nós vamos achar esse moço. Vamos achar esse moço, porque o senhor está nos subestimando. Ninguém é bobo. Claro que ninguém estala os dedos, olha numa bola de cristal e, de repente, o cara aparece. O senhor está cometendo mais um crime. O senhor está protegendo um ato criminoso. Isso vai ser ótimo. Vamos pegar as notas taquigráficas...

O SR. RELATOR (Takayama) – Percebe-se nitidamente que ele não está colaborando.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tenho aqui a ficha do senhor. Isso é ótimo! Existe hoje a lei de delação. O senhor está fazendo o contrário. O senhor está dando a um moço o codinome de João, mas até duvido que seja João.

O senhor disse que isso aconteceu com um carro, e esse último carro era o BMW? Isso aconteceu com o BMW?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, com o Honda Civic.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Com esse Honda Civic?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exato.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Esse do crime?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, esse que eu tenho, ele. Tinha comprado, adquirido ele.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor o transferiu para o seu nome?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Transferi para o meu nome.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tudo bem! Então, não está difícil, não. Nós vamos pegá-lo.

Requeiro, Sr. Presidente, toda a ficha de transferência desse último veículo, para saber quem o vistoriou.

O senhor está afirmando que esse veículo não foi ao Detran para ser vistoriado, é isso que o senhor está afirmando?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Esse último veículo, sim.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, não foi ao Detran. O senhor está afirmando isso?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi da mesma forma que os outros. Ele lhe trouxe todos os documentos necessários. O senhor não sabe a origem.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exatamente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ele está afirmando que esse veículo não foi até o Detran ser vistoriado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi de origem legal.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, não foi de jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi de origem legal.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, vamos pegar a ficha de transferência e checar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor era conhecedor de que ele estava fabricando o documento ou de que conseguiu o documento legal de forma irregular.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não sei o sistema que ele fazia.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Qual era a placa do veículo?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está nos autos?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Está nos autos.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Está no nome do senhor?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O veículo desse caso o senhor chegou a transferir?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Transferi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, está no seu nome?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não está.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor já o havia vendido?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Doutor, por favor, peça ao nosso companheiro que cheque junto ao Detran.

Quando ocorreu isso?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não recordo a data certa.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quanto tempo aproximado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor já está preso há quanto tempo?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Estou preso há um ano e dois meses.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais três meses, então, um ano e cinco meses.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas o carro pode ter sido transferido para outro.

Sugiro checar no Detran, nesse período de que ele nos falou, quais os carros que estiveram no nome dele. Esse Honda é um...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Honda Civic.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Pegar a ficha de transferência para descobrir quem foi o vistoriador que assinou a vistoria do carro sem que ele tenha ido ao Detran.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O prontuário do carro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Entendeu? É fácil achar. Será ótimo para o senhor, que está contribuindo, ao dizer que não se lembra disso, que caiu do céu, para que isso volte a acontecer. Isso é ótimo para o seu processo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Diga-me uma coisa: o senhor foi ameaçado antes de vir para cá? Foi-lhe recomendada alguma coisa?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Hoje?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antes de o senhor vir aqui, ameaçaram-no, pediram-lhe que fizesse silêncio, que não revelasse nada? Houve alguma conversa que o preocupou?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você quer uma reunião secreta? Nós podemos dar ao senhor toda a garantia que queira para nos ajudar a buscar os responsáveis.

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Também não.

O SR. RELATOR (Takayama) – Ele está dizendo que a falta de colaboração é voluntária mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Consciente, a interesse da defesa.

O SR. RELATOR (Takayama) – É uma pena, moço!

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sr. Presidente, de minha parte, dou-me por satisfeito. Basta saber que um carro desses, que certamente tinha peças oriundas de outro veículo furtado, foi “vistoriado”. Qual a finalidade da vistoria? Verificar chassi e fazer os testes no carro para ver se é adulterado ou não. O carro foi transferido no Detran sem a devida verifica-

ção. O carro não foi no Detran, ele disse. Então, já dá para puxar uma linha.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há o perigo do certificado de inspeção veicular que pode pôr em risco a vida de uma pessoa se realmente a recuperação não foi correta, com peças de segunda linha que podem oferecer risco de vida. Para mim, é tentativa de homicídio.

O SR. RELATOR (Takayama) – É o que está acontecendo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Presidente, ele está declarando que tanto a vistoria no Detran quanto a inspeção veicular foram fraudulentas.

Assim, pegaremos qual foi e, no dia em que estivermos ouvindo o diretor do Inmetro, solicitaremos, com base no depoimento dele, que a licença para essa empresa que não sei qual é seja cassada baseado na afirmação dele de que foram fraudulentas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Diga-me uma coisa: você comprou em leilão o carro?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sempre em leilão? Onde era o leilão?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Na Anhangüera, em leilões da Porto Seguro, leilões da Sodré Santoro, em vários leilões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Você foi em vários leilões?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Vários leilões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quando você recebia era com nota de compra?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Nota de compra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E essa documentação deve estar no prontuário do veículo?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Ah! Com certeza. Não sei qual é o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Alguém tem mais alguma pergunta?

O SR. RELATOR (Takayama) – Eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Satisfeito, eu não estou.

O SR. RELATOR (Takayama) – Estou satisfeito porque ele não está colaborando mesmo e estamos perdendo tempo com ele.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vamos pegar a afirmação dele e puxar o novelo ao contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como ele já está preso, não se pode nem dizer que está mentindo.

Poderíamos até te ajudar junto ao Ministério Público se você quisesse colaborar para facilitar a tua vida.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor já está condenado?

O SR. JEAN FRANCISCO IOTTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, ele está preso preventivamente.

O SR. RELATOR (Takayama) – Nitidamente, ele está protegendo nomes, e isso é ruim para ele.

Quando digo satisfeito é porque não adianta inquirir um moço que não está a fim de colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É perder tempo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vamos pegar esse veículo que ele disse e vamos puxar ali.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeito.

Você ficou algemado aqui a pedido da segurança para não pôr em risco a tua vida, porque normalmente colocamos a pessoa sem algemas, mas como você pode oferecer risco a si mesmo continua algemado.

Podem conduzi-lo. (Pausa)

Não adianta ficar tentando sugar o que não tem mais caldo. Ele já veio instruído para acobertar; nem no processo revelou. Vamos pedir uma cópia do processo e também os prontuários dos veículos e verificar esse posto de gasolina para saber se reconhecem com quem ele se encontrou. Mas isso é grupo.

O SR. RELATOR (Takayama) – Quatorze de dezembro, não é?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Senador, se o senhor pudesse me fornecer o nome e o CPF dele, posso levantar se eventualmente comprou algum carro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ele diz que comprou um carro na Santoro.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO

– Por isso é que estou falando. Eu posso levantar se comprou e quantos comprou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Faremos oficialmente para o senhor, fornecendo o nome, o CPF e o RG dele e, assim, o senhor colaborará conosco para sabermos onde ele comprou, se realmente comprou, se foi para o nome dele ou se não foi.

Pedirei ao Secretário para providenciar o ofício para o senhor.

O leiloeiro Santoro ofereceu-se para fazer o levantamento. Ele disse que comprou um dos carros no Santoro. Então, nesses leilões que ele citou, devemos pedir a relação dos carros. Pelo CPF, ele consegue levantar.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Na realidade, Senador, tudo indica que a coisa começa a partir do momento em que ele compra e tem a documentação.

Parece-me que o Detran pode ser o nosso maior aliado para identificarmos isso, mas o que ele disse é que houve a convivência de alguém, e a primeira providência é descobrir qual foi a empresa de inspeção veicular fraudulenta e pedirmos para que se casse essa licença. A segunda é que, infelizmente, algum vistoriador participou desse esquema. Lamentamos muito, mas tem gente do Detran envolvida.

O SR. RELATOR (Takayama) – Há indícios, Cabo Júlio, de que pessoas dentro dos Detrans estão colaborando para que esses documentos não sejam... Como nós não temos nenhuma, vamos dizer, denúncia formal, apenas ouvimos, então, de repente, vamos investigar, porque há indícios de que esteja havendo uma convivência dos Detrans.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos ouvir os dois juntos ou...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não. Um de cada vez. O Zé Gaúcho primeiro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estamos aguardando a chegada do preso José Claro dos Santos, vulgo Zé Gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você prefere que ele fique algemado, segurança? (Pausa)

Não oferece risco, então pode tirar a algema, assim facilita.

Confio que você não vai tentar nada aqui. Assim fica mais confortável para você.

Boa Tarde.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu nome por favor?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – José Claro dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não tem identidade, o número, nada?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – De cabeça assim, não tenho, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem possui nenhum documento?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, está...

O SR. RELATOR (Takayama) – Fale perto do microfone, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fale no microfone. Sua idade?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Quarenta e um.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF também, você não lembra?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, não lembro de cabeça, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Sou separado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desquitado?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso, é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Endereço residencial?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Eu moro na estrada do Cabuçu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem número?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – É 1.460.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cidade?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Guarulhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Mecânico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde exerce atualmente? É em São Bernardo?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – É, eu estava trabalhando em São Bernardo, sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você trabalha em alguma empresa regular, ou trabalhava por conta própria?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – É por conta própria. Era uma oficina que nós tínhamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem parentesco com alguém envolvido no processo que você responde?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você se compromete a falar a verdade, conforme preceitua...

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você assinaria este compromisso de falar a verdade somente a verdade?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, por favor. Pode ficar aí, ele leva para o senhor. A caneta está aqui. (Pausa)

Esperamos que você colabore com a CPI. Ela tem o objetivo de buscar a verdade do que está acontecendo nessa área de desmanche, de roubo de veículos, vinculação com empresas de seguros, tudo isso que vem acontecendo ultimamente e que foi denunciado pela TV Globo.

Então, se você pudesse nos dar um esclarecimento do seu envolvimento, dos processos a que responde e de qual a sua participação em operações de furto ou roubo de veículos, de mercadorias, agradeceríamos, a princípio, até que se possam fazer perguntas mais aprofundadas.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – O que posso declarar para o senhor é que até esta minha convocação para a CPI, não sei se é necessária, porque eu não tinha loja, não tinha desmanche. Eu tinha uma oficina com quase 30 funcionários e aconteceu de ter um caminhão lá dentro com problema.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O caminhão tinha?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Problema de remarcação de chassi. O caminhão se encontrava com ordem de serviço, era uma empresa, não era galpão fechado. Eu arrumava serviço, trabalhava para a Bradesco, nós tinha (sic) caminhão lá dentro, serviço de particulares, carro de passeio, e fomos presos através de uma denúncia para a Polícia Militar. Chegou lá e foi verificado que existia um caminhão roubado lá dentro, que era produto de furto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só o caminhão ou havia outra coisa?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Só um caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não havia mais nada?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não havia mais nada, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem outros veículos, nada?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, o que tinha era tudo com procedência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E por que o caminhão estava lá?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Estava lá para personalizar chassi. Entrou, foi feito orçamento...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que é personalizar chassi?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – É pintar no padrão de firma, porque normalmente firma já pinta ele todo para padronizar contra roubo, essas coisas, dificultar mais o roubo de caminhão. Entrou para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele tinha adulteração do número de chassi?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso, adulteração de chassi. Inclusive, estão acusando que foi feito lá, mas não...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem era o proprietário? O proprietário que levou para você?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Sou eu. O proprietário da firma sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, do caminhão.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Do caminhão, não é o proprietário. A pessoa dizia ser dona do caminhão. No entanto, depois....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E levou para você?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso. Aí, no entanto, foi depois levantado pela Polícia que o caminhão tinha problema de queixa de furto. Tinha sido roubado naquela manhã, num outro lugar.

Então, eu não vendo peça, nada. Eu comprava peça usada ou nova para reformar os carros, trabalhava para companhia de seguro, trabalhava para...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde você comprava lote?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Comprava peça... quem comprava, quem era o comprador certo é o Antonio. Então, fazia-se o orçamento, onde era mais em conta, era mais barato, comprava-se (sic) as peças.

O SR. RELATOR (Takayama) – Era um desmanche isso?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Tanto faz desmanche ou, então, casa de peça nova também, depende. Quando era companhia de seguro, comprava-se tudo novo; quando era particular, se o freguês autorizasse comprar usado, para se tornar mais barato o serviço, era comprado; senão, era novo. Então, não tenho assim muito o que prestar... ajudar muito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você responde só a esse processo?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Só a esse aqui, agora, atualmente só, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em Itaquaquecetuba não aconteceu nada?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca? Não respondeu processo, nada?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Nunca, não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E na 3ª DV-Car também não tem nenhum processo?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No Departamento de Crimes Contra o Patrimônio?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Furto, roubo de veículos?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só tem esse?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Só tem esse aí, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem mais alguma coisa, quer acrescentar alguma coisa?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Takayama) – Estamos tentando buscar informações para entender o procedimento. Você tem alguma idéia? Você tem oficina, tinha oficina?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Oficina de reforma.

O SR. RELATOR (Takayama) – Essa prática que levou você a ser preso é feita com uma cetra frequência, compra veículos que sabe que são de origem duvidosa?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não.

O SR. RELATOR (Takayama) – A razão que o levou a ser preso foi exatamente essa, comprar um carro roubado?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, eu não compreí, eu não adquirei ele. Estava para fazer conserto.

O SR. RELATOR (Takayama) – Não foi você mesmo que roubou o carro?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, não senhor. Porque você vê que era uma empresa que tinha quase 30 funcionários dentro da firma.

O SR. RELATOR (Takayama) – A sua empresa?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – É. Eu jamais poderia acreditar em todo mundo. Tem 18 funcionários, mulher grávida, a menina que trabalha no escritório está presa. Então, eu jamais poderia fazer uma coisa com as pessoas e, também desse jeito, arriscar um patrimônio que eu estava conseguindo aos poucos pagar.

O SR. RELATOR (Takayama) – Você não sabia que o carro era roubado?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não sabia, não, senhor. Não era do meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Takayama) – Mas você sabe, você que anda no meio – apenas para nos ajudar na informação – de pessoas, outras empresas, de oficinas semelhantes a sua, menores, de maior porte, que compram veículos de origem duvidosa e...

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Aí, a gente sabe os comentários.

O SR. RELATOR (Takayama) – Esse veículo foi comprado onde? Desculpe-me, estava distraído na hora em que foi perguntado. Onde foi comprado esse veículo?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Esse veículo, não sei onde foi comprado, senhor. Sei que a queixa de roubo, de furto, não sei, parece que é em Guarulhos, para aqueles lados lá.

O SR. RELATOR (Takayama) – E a oficina estava arrumando esse carro?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Estava arrumando lá, mas chegou com documento, tudo certinho da firma lá. Tinha ordem de serviço, foi feita ordem de serviço e tudo.

O SR. RELATOR (Takayama) – Você não tem idéia de que oficinas outras pratiquem, vamos dizer...

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – A gente vê falar, comentários, mas assim certo mesmo, não, porque a gente nem se envolve muito.

O SR. RELATOR (Takayama) – Não foi o seu caso, mas alguns, por terem ouvido outros falarem, acabam tentando caminhar por esse caminho mais fácil, de lucro mais rápido.

Deputado Cabo Júlio.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor está sendo acusado de corrupção também.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Estou.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Foi?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Foi. Só que esse dinheiro que chegou na firma... As meninas estavam na rua, uma estava grávida e tinha ido ao médico e a Solange foi junto com ela. E tinha ido buscar esse dinheiro, que era dia 20 que era dia do vale, inclusive, que estava atrasado o pagamento.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não tem uma gravação da TV Record?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Tem uma gravação.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O que a gravação da TV Record fala?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Aí eu não sei explicar, porque eu não vi.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor tentou corromper os policiais?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, vamos começar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor se comprometeu a falar somente a verdade.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não queremos prejudicá-lo, mas não fuja da verdade.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Certo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quem é Marcelo?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Marcelo? Que sobrenome que é, senhor?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixe-me achar o sobrenome dele. É um que assinou as notas promissórias.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – É empregado meu.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Que nota promissória? Quanto ganha esse Marcelo?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, aí vou explicar para o senhor: essa firma que estávamos comprando, eu estava comprando no nome dele, porque eu estava com o nome sujo na época. Então, estava sendo feita...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sujo por quê?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Problema no...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – SPC?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – SPC, essas coisas assim.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O que não impede que o senhor tenha uma empresa no seu nome.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Eu não sabia. Aí, então... (inaudível) ...inclusive ele nem assinou essas promissórias, porque não foi feita. Inclusive, foi feita a firma em meu nome, porque foi feito outro sistema de pagamento.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor está dizendo que não colocou a empresa no nome do senhor somente por causa do SPC?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – É, não, eu estava comprando no nome dele por causa disso, mas, a firma, foi feito o contrato em meu nome....

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ele assinou a promissória?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Isso aqui é quando o senhor foi ouvido perante a Exm^a. Sr^a Juíza. Ela pergunta assim: “Por que o Marcelo ia assinar notas promissórias a favor da sua empresa, a Revel...” Não é isso?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso, é.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – “...de mais de R\$120 mil?” aí o senhor respondeu: “Nós estávamos

fazendo um negócio. Ele estava assinando como se fosse pagar, mas quem ia pagar era eu” – o senhor.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso, justamente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – “Mas por que ele assinar, se o senhor não estava comprando?” O senhor fala: “Porque eu pedi para ele. Nós vivemos num país livre. Nós íamos pagar”.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Aí vem a pergunta que eu fiz ao senhor agora: “Por que o senhor não assinou as notas promissórias?” O senhor respondeu: “Porque, nesse dia, eu não estava na firma, estava viajando”.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Certo. Não, porque... tudo bem o que o senhor está falando. Eu falei isso para a juíza lá, mas a realidade que está...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, o senhor mentiu para a juíza?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, não menti nem para a juíza nem para o senhor. É uma questão de transferência de palavras.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Transferência de palavras? Explique-me isso.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Eu falei para ela que estava comprando a firma. Comprei a firma, não podia colocá-la no meu nome. Expliquei a situação para ela, e que eu ia comprar a firma, mas, infelizmente, tudo que se fala para a juíza, ela é uma pessoa que ironiza o que está falando com a gente também. Acho que as pessoas devem... todo mundo deve ter respeito. A maioria das palavras que eu falava, ela ironizava e acabei...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas o seu advogado não estava lá junto, na audição?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Estava presente.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Estava presente?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Estava.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, não há como...

O SR. RELATOR (Takayama) – Eu não vou ironizar, não, mas...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Certamente, ele...

O SR. RELATOR (Takayama) – ...Júlio, é impressionante a quantia de pessoas que chegam aqui e dizem que são inocentes.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Pois é.

O SR. RELATOR (Takayama) – Não estou falando nada a respeito de V. S^a, mas ninguém deve nada e, no entanto, a corrupção continua, o crime continua

e nós precisamos encontrar esses elos, que possam nos ajudar a...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vamos lá! Aí o senhor disse, para nós, da CPMI, que o senhor mandou o seu... Ele era funileiro?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Quem?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quem assinou, o Marcelo?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Era auxiliar de mecânico.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor mandou ele assinar as promissórias. O senhor ia comprar a empresa no nome dele, porque o seu nome estava no SPC.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E o senhor disse, em juízo, que era porque “o senhor não estava lá, estava viajando”.

“Quem é Paulo? Quando comprou do Paulo?” O senhor responde: “Isso, inclusive ele não assinou, porque não foi realizado o negócio”.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – “Qual a sua relação com ele para assinar isso?” Assinar a promissória, não é isso?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor disse: “Era funcionário”.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Foi perguntado: “Qual funileiro vai assinar notas promissórias num valor de R\$120 mil?” E aí?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Porque eu estava comprando a firma no nome dele, não é, senhor?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Aí, não foi realizado. Inclusive foi feito o contrato no meu nome, tudo direitinho. Eu assinei o contrato. Tem o contrato, acho que tem o contrato...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ele aceitou que o senhor comprasse a empresa no nome dele.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Aceitou.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Por quê?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Porque eu pedi para ele

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Ele é muito amigo do senhor?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, vamos continuar aqui. Lá, quando o senhor estava... Esse dinheiro, foi quanto apreendido lá?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Dezoito mil reais.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Em dinheiro?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Em dinheiro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quantos funcionários o senhor tinha?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Eu tinha... Agora, acho que tinha 22, eu acho. Não tenho certeza.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E qual era a média de salário dos seus funcionários?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Lá era em torno de oitocentos, mil reais, mil e duzentos. Os profissionais...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Oitocentos, mil reais. Esse dinheiro era para pagar o pessoal?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Era para pagar o vale. Era o dia do vale.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Dia do vale. E quanto era o valor total do vale?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Eu não tenho idéia. Era mais ou menos 40% do valor...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quarenta por cento? Isso equivalia a quanto na época?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Uns 800...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Oitocentos vezes trinta... Eram trinta funcionários?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, vinte e dois.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Dezessete mil e seiscentos.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso. É.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Dezessete mil e seiscentos. Quarenta por cento são mais ou menos sete mil reais, o.k.?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Certo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor tinha dezoito.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, o dinheiro não era para comprar os policiais?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não. Não era.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, vamos melhorar a memória do senhor.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Tinha mais coisas para pagar lá também, não era só isso, tinha dinheiro de pagamento.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Na Record, na gravação – o senhor sabe que toda essa transação foi filmada?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Certo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Certo? O senhor conhece essa fita?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não vi.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor não viu?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não presenciiei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por isso que eu digo: não minta, porque está comprovada...

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Tá, eu não vi. A fita eu não vi...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, mas eu digo: não minta, porque está gravada. Estou te alertando, inclusive.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, vamos lá! Nessa fita, se não me engano da Record, está gravada toda a transação, onde o senhor teria oferecido cinquenta mil reais para os policiais... Está gravado. Quem vai inventar uma fita? O senhor acha que alguém obrigou o senhor a falar aquilo perante a Record? O senhor nem sabia que estava sendo gravado, sabia?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não sabia. Então, tem uma fita em que o senhor está tentando subornar os policiais. Aí, na fita, nesse suborno – inclusive conversamos com o seu condutor –, o senhor diz o seguinte, e aí vamos começar a puxar essa linha. O senhor diz que isso é comum, que o pessoal do Deic e o pessoal, se não me engano, da 6ª Delegacia, o senhor dava um dinheiro para eles. Como é isso? Como está na fita? O senhor quer que eu coloque na fita para o senhor ouvir?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Quero ver a fita.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Cadê a fita? Sumiu a fita? (Pausa.)

Não foi apresentada? Então, vamos solicitar à Rede Record...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Rádio.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Rádio e TV Record. Vamos solicitar essa fita, que inclusive deveria fazer parte do processo. Está certo?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Certo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Inclusive, pode o senhor se defender, porque de repente não tem nada...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi ao ar? Sabe se foi ao ar?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Se foi ao ar, ela se tornou...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Na época da prisão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na época da prisão.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E apareceu a tentativa de corrupção na fita? (Pausa.)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Foi mostrada.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, era de domínio público.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não lembra de ter essa conversa?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, não tive essa conversa, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se foi exibida vai piorar a sua situação.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não tem problema. Eu quero que seja cobrado.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Até porque, nós já vamos... São duas coisas, Sr. Presidente, que eu quero requerer a V. Ex^a. Primeiro, a cópia dessa fita da Rede Record, uma vez que ela foi veiculada. Segundo, se nessa fita consta essa palavra dele de que policiais do Deic e da 6^ª Delegacia tinham o costume de visitá-lo, não é? E que a Corregedoria da Polícia imediatamente abra uma apuração para que, se porventura houver algum bandido no meio da nossa Polícia, nós o retiremos. Se há uma profissão que não tem meio termo é a nossa.

E, se tiver a fita, vai contraditar o que o senhor falou, o senhor sabe que isso vai ser extremamente prejudicial para o senhor?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Com certeza.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tem essa certeza?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Tenho.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor já está condenado?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Está aguardando condenação.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Estou aguardando.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Já tem previsão de julgamento?

O SR. RELATOR (Takayama) – V. S^a nunca recebeu nenhuma ameaça pelos corredores de alguém que pediu que não...

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Takayama) – Porque, no outro caso aqui, havia uma certa predisposição de colaborar conosco e, de repente, no caminho para cá, algu-

ma coisa ocorreu de contrário, porque ele começou a negar tudo.

Então, estamos um pouco preocupados com a situação porque desse jeito não vamos conseguir todas as informações.

No caso anterior, Cabo Júlio, houve... Ele estava predisposto a colaborar totalmente conosco e, de repente, houve essa mudança. Não sei se é o caso do gaúcho Zé Claro, mas no caso...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Zé Gaúcho?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O seu apelido é Zé Gaúcho?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – O vulgo é Zé Gaúcho.

O SR. RELATOR (Takayama) – Parece que parentes começam a dizer: não fale.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vamos lá! Eu vou ler para o senhor aqui o depoimento do condutor que lhe prendeu: “Denílson Alison Correa, RE: tal, filho de tal, endereço tal, sabendo ler e escrever. Trabalhava na 5^a C do 6^º BPM, nesta cidade, recebeu uma informação do Copom sobre denúncia de existência de um desmanche de caminhões localizado na Rua José Fornari nº 1. 622”. É o endereço da empresa do senhor?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso mesmo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A denúncia foi que lá era um local de desmanche. Uma oficina chamada Ravel. É a empresa do senhor?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Até agora, o.k.! “Que já havia recebido denúncias semelhantes anteriormente e resolveu se deslocar para o local com uma equipe maior a fim de não dar chance de que pessoas, porventura, se furtassem do flagrante”. (...) “Que chegaram ao local por volta do meio-dia. Inicialmente, apenas fizeram o cerco. Em seguida, visualizaram o interior da oficina e notaram um grupo de pessoas mexendo em um caminhão Scania de cor branca”. O senhor é o dono da empresa, não é?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Certo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E esse caminhão era de quem?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Esse caminhão, assim de cabeça não sei o nome, mas tem a ordem de serviço dele.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E para que era o serviço dele?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Era personalização de chassi.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E o senhor sabia que essa caminhão também tinha sido roubado?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, não tinha conhecimento.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não tinha conhecimento?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quando esse carro entrou lá na sua oficina, o senhor tem o livro de registro?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Tenho.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E esse caminhão estava registrado?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não é o livro de registro, é a ordem de serviço. É aberta uma ordem de serviço.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas o senhor tem que ter um livro de registro.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não tenho.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas o senhor sabe que tinha que ter?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não sabia.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Onde o senhor registrava? Na ordem de serviço tinha uma cópia do documento desse Scania?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – A cópia do documento e...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Dessa Scania roubada estava lá?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Dados do chassi e de quem deixa. Os dados pessoais da pessoa também.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vou voltar à pergunta. Desse carro, em si, que havia sido roubado no mesmo dia, tinha cópia do documento lá?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Tinha.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tinha?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Do que estava lá.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Desse que foi furtado?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – O caminhão que estava lá estava com adulteração do chassi. Quando entrou na firma, estava adulterado o chassi, o que foi descoberto pelos policiais, placa trocada e tudo. Não estava com placa de caminhão roubado. O documento estava presente no caminhão.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vamos continuar. O senhor faz remarcação de chassi lá?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor tinha pinos lá? Foram apreendidos pinos?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, vamos ver se tem uma foto aqui. Tem uma foto aqui com um martelo...

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não vi os pinos lá.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor não os viu. Vamos achar aqui.

Isto aqui é da empresa do senhor?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Esta foto não é dentro da empresa do senhor?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Os pinos, não. A foto talvez até seja... (inaudível)

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, os policiais devem ter levado os pinos e colocado lá para incriminar o senhor?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não sei, não estou falando isso para o senhor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Isso aqui não foi apreendido no dia?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Lá, o que nós tinha (sic) lá era pino de ferramenta. Não era esses pinos aí. Eram uns pinos grandes que tem lá.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Esses pinos são de remarcação de chassi?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – É. Não conheço.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor não conhece?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Conheço pino que é remarcado, é peça, essas coisas, que é para marcar, quando tira peça do lugar e marca, eu conheço.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Esse aqui é pino de número?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não sei, não dá para ver, não dá para distinguir.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não dá para distinguir.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Pinos para estampa. Isso aqui está no processo do senhor.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – É, eu não sabia.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, alguém levou isso para dentro da empresa?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Eu não sabia. Estou tendo conhecimento agora disso aqui.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Alguém levou isso para dentro da empresa?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, não estou falando isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas foi apreendido dentro da empresa do senhor?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – É o que o senhor está falando.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não sou eu. É o inquérito que está falando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se esse carro estava lá, tinha um proprietário.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem era?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Está na ordem de serviço os dados (sic).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas quem era?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não conheço a pessoa. Lá era uma firma de rotatividade de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qualquer um entra lá e...

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, era serviço normal. E não era eu que atendia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A ordem de serviço está apreendida nos autos?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Existia ordem de serviço?

Você não pode mentir, rapaz.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Mas não estou mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não adianta nem dar voz de prisão para você porque você já está preso.

Esses pinos aqui você não usou?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não usei, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhece essas fotografias? Esse local?

O SR. RELATOR (Takayama) – Conhece essa foto?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, não conheço, não, senhor

O SR. RELATOR (Takayama) – Está ruim de memória, hein? Essa aqui também não?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, não conheço, não, senhor.

O SR. RELATOR (Takayama) – Nem a frente da loja conhece?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, este aqui eu não conheço, não, senhor.

O SR. RELATOR (Takayama) – Não conhece também?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não.

O SR. RELATOR (Takayama) – Também não?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não.

O SR. RELATOR (Takayama) – Está meio escura a foto.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não conheço, não, senhor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Nada?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, não conheço, não, senhor.

O SR. RELATOR (Takayama) – E os caminhões, não?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Também não.

O SR. RELATOR (Takayama) – Também não?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não.

O SR. RELATOR (Takayama) – Creio que estamos falando com outra pessoa.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Há quanto tempo o senhor tinha comprado essa empresa?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Comprei fazia acho cinco meses ou seis meses.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Três meses atrás a Polícia esteve lá?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Esteve, sim, senhor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Encontrou o quê, lá?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Tinha um caminhão lá rastreado lá dentro da firma.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Caminhão o quê?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Com rastreador, com produto de roubo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – De roubo?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – De roubo ou de furto, não sei.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Dentro da empresa do senhor?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Dentro da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Também alguém pôs lá para consertar?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Estava lá, tinha a ordem de serviço. E não foi apresentada a ordem de serviço na delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ali, o senhor não foi preso?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas a empresa era do senhor?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – A empresa era minha.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, o senhor era o responsável.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E encontraram um caminhão roubado lá?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você trabalhava para quadrilheiros ou você era o receptor?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, não receptava, não, senhor; nem trabalhava para quadrilheiro, não, senhor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Está bom. Deixe-me só pegar aqui, porque, como ele não está condenado ainda, é ótimo esse tipo de informação. Depois de condenado, já não adianta.

Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Este aqui você não conhece, não! Itaquaquecetuba você não sabe de nada?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, não, senhor.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Vamos lá! “Assim, logo José Claro dos Santos disse que era proprietário da oficina, o qual tomou a iniciativa de oferecer propina no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil), para não autuá-los em flagrante. Dessa forma, deu conversa propositadamente a ele, que contactou pelo telefone sua secretária Solange Mota Fernandes e Ana Maria dos Matos Bittencourt...”

Eram suas secretárias?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Trabalhavam na firma.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Coincidência, não é?

“...e as orientou da seguinte forma: os pés de bota...”

Pé de bota são os PMs?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, não tenho esse vulgar, porque não conheço esse vulgar, essa palavra.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – “...estão aqui, encontraram a carreta e querem dinheiro. Então, vá até a oficina localizada na rua José Bonifácio...”

Que oficina é essa na rua José Bonifácio?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não conheço, desconheço.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Desconhece, não é?

“...e, sem mencionar o nome ou número de localização em Guarulhos, apanhem o dinheiro e tragam aqui. As negociações foram gravadas em filmadora VHS, em vídeo e áudio, a partir do momento da chegada das duas secretárias à oficina. As secretárias chegaram à oficina com a quantia de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), e José... (...) ...o restante ele poderia fornecer no dia seguinte”

Foi gravado em VHS.

“Mas, como os policiais não concordaram, eles ofereceram pagar em cheque, como foi, de fato, feito. Que, a todo momento, as secretárias deixavam claro que sabiam que o dinheiro seria para pagar os policiais para livrar seus patrões do flagrante”.

Não adiante nem ler o resto.

Deixe-me só fazer uma pergunta: esse restante, R\$32.000,00 (trinta e dois mil reais), em cheque, conforme li nos autos, o senhor disse que era cheque de cliente?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Era cheque que estava na empresa, porque foi pago o aluguel, foi (sic) parcelados os aluguéis que estavam atrasados já do outro, porque, desde que estava lá, foi feito um acerto...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quanto você devia de aluguel atrasado?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Tinha quarenta e poucos mil, que não eram nem meu, já eram do outro que estava lá.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Você assumiu isso quando comprou a empresa?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – É. Isso. Aí esse cheque foi para lá, foi pago e foi resgatado esse cheque de volta, estava lá na empresa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Disse que você tentou entregar os policiais para não haver flagrante?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, não tentei entregar para eles. Não entreguei. Estava no escritório da firma esse cheque aí.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Só havia esses dois cheques?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, são dez cheques de R\$3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Dez cheques de R\$3.800,00 (três mil e oitocentos reais)? Parcelados?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Uma propina parcelada?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não é propina, o senhor que está falando. Está pondo as palavras na minha boca.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, são os autos que estão falando. Não sou eu que estou falando, não!

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Isso aí, se você requisitar a dona do prédio, ela vai confirmar a negociação que foi feita.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, quer dizer que vamos ter que pegar a fita, analisar a fita e vamos requerê-la, para saber dessa história.

Deixe-me fazer outra pergunta: depois que fosse feito o serviço nesse caminhão Scania, o serviço era de que mesmo? Pintar o chassi?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Ia ser personalizado, personalização do chassi...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Só isso o serviço? Na ordem de serviço consta isso?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois de remarcado?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não fomos nós quem remarcamos, senhor. Chegou assim lá.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Chegou remarcado?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Chegou assim.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E os pinos também apareceram lá?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Estava lá (sic).

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Estavam lá?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Está falando que estava.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, foi o senhor que falou. Estavam lá?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estavam dentro do caminhão ou estavam na oficina?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, está falando que estava lá. Eu não tinha esses pinos em meu poder.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Mas, e o outro caminhão furtado lá há três meses estava lá para fazer qual serviço na ordem de serviço?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Estava amassado o teto inteirinho dele, do lado direito, lado esquerdo dele, estava amassado o teto inteiro dele, porque abaixaram o teto dele, e iam fazer o serviço.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – No dia em que a Polícia chegou o senhor não estava lá? Esses três meses atrás?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não estava.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E havia alguém lá?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Tinha. Estava a firma funcionando. De responsável estava o Antônio...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – E quem foi preso?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Foi preso o Antônio, daí foi mostrada a ordem de serviço, explicado, e localizado quem deixou aquele caminhão lá.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quem deixou lá o caminhão.

Então, se eu chegar com um veículo roubado e deixar lá na oficina, e o senhor falar assim: “Ó, muda isso ou aquilo para mim...”

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Se o senhor falar que é roubado, não vai entrar na empresa. Se o senhor falar que é roubado, com certeza, não vai entrar.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não vai entrar, não é? Claro!

Mas, e se eu não falar?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Se o senhor não falar, vou abrir uma ordem de serviço normal, vou pegar os documentos do caminhão e tudo...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor sabe que funciona é assim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não pediu a documentação de propriedade?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Olha, sempre olha todos os documentos. É tudo olhado. Olhados os documentos, tirados os dados e tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E não identifica a pessoa com....

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – É identificada a pessoa que deixa. É pegado o documento da pessoa e colocado tudo na ordem de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer, o próprio proprietário do caminhão é que levou para o senhor.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não, o proprietário ou o motorista ou a pessoa que está com o caminhão que... É tirado (sic) os dados da pessoa que deixou...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor não acha muita coincidência? Há três meses encontraram na empresa do senhor um caminhão furtado; três me-

ses depois, o senhor é preso em flagrante – o senhor foi preso em flagrante...

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Infelizmente aconteceu isso, estou pagando por um erro que não fiz.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor não acha muita coincidência? Será que todo mundo que roubava carro resolveu fazer serviço na oficina do senhor?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Foi encontrado um veículo lá. Não, como o senhor está falando, todo mundo...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Um agora e um três meses depois.

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Então, foi encontrado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em Itaquaquecetuba tinha mais, não tinha?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Mas não sou dono de Itaquaquecetuba, não trabalhei lá, não era meu lá.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Está certo! Vamos pedir a Deus que a Justiça faça justiça, não é isso que o senhor quer?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Eu peço, eu peço que ela faça.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, certamente terá isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não vai colaborar com mais nada?

O SR. JOSÉ CLARO DOS SANTOS – Não tenho nada para colaborar, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, ele pode ir.

Obrigado, segurança. (Pausa.)

Eu pediria que fosse conduzido o preso Roberto Schilder. (Pausa.)

Posso pedir para tirar a algema? O senhor vai manter a tranquilidade? (Pausa.)

Pode tirar.

O senhor poderia, por favor, dizer o seu nome?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Roberto Schilder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe o número da identidade, só para conferir aqui?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Nº 5.601.124.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Cinquenta e três anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O CPF, o senhor sabe de cor?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Nº 710.675.828-00.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo.

Estado civil?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Endereço residencial?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Rua das Orquídeas, 369, apartamento 13, bloco 2.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bairro?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Vila Marques, São Bernardo do Campo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito, obrigado.

Profissão?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Orçamentista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De conserto de veículos?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Isso, orçamentista de veículos sinistrados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde exerce atividade hoje?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Senhor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor exercia em São Bernardo do Campo mesmo?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Em São Bernardo mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na oficina do...

O SR. ROBERTO SCHILDER – Na Oficina Revel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do Zé Gaúcho?

O SR. ROBERTO SCHILDER – A oficina tinha o nome de Recuperadora de Veículos PTF Ltda. O Revel é nome fantasia, da PTF.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor se compromete a falar a verdade, de acordo com o Código de Processo Penal?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia assinar o compromisso de dizer só a verdade? Aqui está a caneta. (Pausa.)

O senhor sabe o motivo da sua prisão, pode descrever o que ocorreu e alguns detalhes que possam colaborar com a CPMI?

O senhor esteja tranquilo e espero que o senhor colabore revelando toda a verdade, todos os fatos e circunstâncias em que ocorreu a sua prisão.

O SR. ROBERTO SCHILDER – No dia 20 de janeiro, logo de manhã, a cozinheira, assim que eu cheguei na oficina, em torno de oito horas...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Fazia muitos anos que o senhor trabalhava com o Zé Gaúcho?

O SR. ROBERTO SCHILDER – O Zé Gaúcho está há pouco tempo; são seis, sete meses mais ou menos.

Com o Sr. Paulo de Tarso Ferranti, três anos e meio.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Era o proprietário anterior?

O SR. ROBERTO SCHILDER – O proprietário anterior.

Nesse dia 20, então, eu estava na oficina, a cozinheira veio me pedir para ir ao sacolão, ao açougue e ao supermercado comprar as coisas para a cozinha, para fazer a refeição do dia. Eu saí, fui até o mercado. Retornei em torno de umas dez ou dez e meia, mais ou menos, entreguei os mantimentos para ela e, logo em seguida, me pediram para ir buscar peças para um Golf que ia ser entregue no dia. Então, fui buscar cola de vidro, para colar a tampa traseira de um cliente. Depois, fui buscar a fechadura e a trava elétrica, chegando próximo ao meio dia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor foi comprar?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Eu fui comprar as peças.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Numa loja comum?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Numa loja de vidro, não é? A cola. Retornei, entreguei para o montador. Depois, fui buscar as fechaduras e a trava elétrica.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E o carro estava lá?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Estava lá. Um Golf vermelho.

Retornando, eu via que tinha um caminhão lá dentro, mas não sabia que era derivado de furto ou o que estava acontecendo. Eu sei que estava lá, e eu fui para almoçar, porque era hora do meu almoço, e foi quando eu fui abordado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor não almoçava na oficina?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Eu almoçava na oficina.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A oficina oferecia almoço para todos os funcionários?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quantos eram?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Em torno de uns vinte, vinte e cinco. Às vezes, tinha clientes junto, que almoçavam também. Então, faziam em torno de vinte e cinco refeições lá.

Então, eu estava me dirigindo ao refeitório quando me abordaram.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Abordaram.

O SR. ROBERTO SCHILDER – Eu estava fora do prédio já, próximo à cozinha. Aí é que eu fui saber que o caminhão era derivado de furto.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Houve outras ocorrências anteriores no mesmo sentido?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Teve uma em agosto, mas só que também a gente ficou sabendo depois, também. O cliente deixou o caminhão lá, já estava dentro da oficina, e estava com avarias. Estava fazendo o orçamento quando a Polícia chegou e disse que era derivado de furto. Até o momento, não sabia de nada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E não houve prisão?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não, nós fomos depor na Polícia, na delegacia.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi flagrante, não?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não. A Polícia entrou e falou que era derivado de furto. Então, como eu disse: aí fui depor que nós não sabia (sic), porque como era para fazer o orçamento do caminhão, que o cliente tinha acabado de deixar lá, né? Então, eu não sabia também que era derivado de furto. Depois que eu fiquei sabendo que era...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor sabe se o Zé Gaúcho tinha conhecimento da origem do caminhão, nos dois casos?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não sei, porque, na época, o Seu Zé não estava no local. Quem recebeu o caminhão, eu também não sei, porque...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas ele já era proprietário da oficina?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Já era proprietário.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor quer acrescentar alguma coisa?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Acrescentar o quê?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O que o senhor achar conveniente para explicar a situação.

O senhor está preso ainda?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Estou preso ainda.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ainda não conseguiu nenhum **habeas corpus**? Tinha alguma coisa ou não com o fato? Sua vinculação com o Zé Gaúcho?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não, não tem vinculação. Inclusive a gente está até com os pagamento atrasado (sic). Novembro, dezembro, está tudo atrasado. Eu não sei se aquele dinheiro que estava lá,

possivelmente era para o pagamento do pessoal, que estava tudo em atraso ainda.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Segundo ele disse, ou o senhor tem certeza?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não, segundo ele disse.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O dinheiro já estava lá?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Foi a Solange que levou?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Eu fiquei sabendo depois, porque eu usei o carro da Sr^a Ana Maria para buscar as peças. Quando cheguei, devolvi o carro para ela, e elas saíram, porque tinha um médico, não é?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ela é funcionária?

O SR. ROBERTO SCHILDER – É funcionária.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ela e a...

O SR. ROBERTO SCHILDER – A Solange e a Ana Maria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Elas duas que trouxeram o dinheiro?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Fiquei sabendo depois que foram elas que trouxeram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas no dia da prisão?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perto da hora, depois da prisão, o senhor sabe?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não, elas chegaram na parte da tarde. Não vi qual o horário que elas chegaram, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas era depois da ocorrência policial?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Depois da ocorrência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O dinheiro chegou depois de iniciada a ocorrência policial?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não estava lá antes disso?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor disse que, na última batida, de três meses antes, o senhor não estava lá não, né? Nessa anterior, não nessa em que o senhor foi preso. O senhor sabe, porque trabalha lá, que três meses atrás a polícia já havia encontrado um carro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estava lá, sim. Inclusive foi conduzido à delegacia e prestou depoimento.

O SR. ROBERTO SCHILDER – Foi em agosto. Em agosto, eu fui até a delegacia fazer o depoimento porque não sabia o que estava acontecendo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A qual delegacia o senhor foi?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Na 6^a DP de São Bernardo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor foi depor lá a respeito dessa primeira apreensão de caminhões?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O.k! O senhor está preso há quanto tempo?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Desde o dia 20 de janeiro de 2004.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, fevereiro, março, abril. O senhor está preso há três meses. Então, o senhor está indignado, porque está preso sem dever nada, não é isso?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Isso é verdade.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Essa foto, esse material ficava próximo do caminhão ou longe do caminhão? Em que parte da oficina ficavam essas peças? Isso é uma bancada? O senhor trabalhava há quatro anos, em que parte da oficina? Isso ficava na parte de cima, na parte de baixo, no lado direito? Isso é uma bancada, não é?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Nunca vi essa, não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor nunca viu esta bancada?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Esta redonda aqui?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É.

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não, nunca vi isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor nunca viu isso?

Então, vamos lá! Me dá aqui de volta.

O que está em cima dessa bancada?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Eu, sem o óculos, não dá para ver (sic).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Empréstimo para ele este aqui. Isso é comprado no camelô e serve para todo mundo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Antes do senhor responder, vou adiantar uma coisa para o senhor. O senhor sabe que está preso hoje acusado de participar de um grande esquema de roubo e de adulteração de veículo. O senhor sabe que acusação é essa?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Estou sabendo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Como o senhor disse, o senhor trabalha há quatro anos e nunca foi preso.

O SR. ROBERTO SCHILDER – Nunca fui.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor sabe que é uma acusação grave, não sabe? Só por estar há 90 dias fora de casa, preso... O senhor está preso onde?

O SR. ROBERTO SCHILDER – No Dacar.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É ruim estar preso, não é?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Isso é verdade.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, o que quero dizer para o senhor é o seguinte: o senhor está preso, pelo que está nos dizendo, injustamente. O senhor trabalhava lá e não sabia que isso existia, não é?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Isso.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor sabe que tem duas situações: a primeira é o que está sendo provado. A Justiça e a investigação estão provando que realmente o carro era roubado, que há três meses, na oficina em que o senhor trabalhava, não era a primeira vez que acontecia isso, porque teve um fato semelhante, de chassi adulterado. As acusações são graves e, se não tivessem consistência, o senhor não estaria preso até hoje, o senhor certamente estaria solto. Todos que foram presos no dia estão presos até hoje?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Estão.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, é porque a acusação é muito grave. A Justiça não iria deixar tantas pessoas presas se não tivesse consistência na acusação. O senhor tem qual idade?

O SR. ROBERTO SCHILDER – 53 anos.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor tem filhos?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Tenho.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Casados?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não, solteiros.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor é casado e tem três filhos?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Dois filhos.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Imagina como eles devem estar se sentindo! Talvez em situação pior que a do senhor. O senhor está preso porque está preso. Mas o senhor está tendo uma oportunidade ímpar. Se o senhor ficar dizendo que não sabe, a opinião jurídica está formada e, certamente, tem tudo, não digo que sim, para ser condenado. O senhor tem a consciência de que, se não tivesse condição de ser condenado, não estaria

preso até hoje? Entende a gravidade do que estou falando? Sim ou não?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Sim.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sim. E o senhor tem uma oportunidade. Qual a oportunidade? Estão aqui presentes promotores que participaram dessa apuração. Você tem talvez a única oportunidade de sua vida, porque, se o senhor for condenado, essa situação se agrava. O senhor vai para o presídio, o senhor deixa de ser réu primário, e o senhor, com a idade que tem, acho que a sua vida toma um caminho de destruição grande. O senhor está tendo uma oportunidade ímpar. Qual? O senhor falar a verdade, que não está falando – e, se não quiser falar, não é problema meu, é seu. O senhor que arcará com as consequências na Justiça. O senhor tem a oportunidade, pode fazer isso pública ou secretamente, de dizer a verdade. Existe hoje uma lei, está aqui, a Lei de Delação, em que o senhor poderá ser beneficiado com a diminuição de sua pena em até 2/3 quando o senhor fala a verdade ou contribui para que a verdade apareça. Então, o senhor está tendo uma oportunidade ímpar de guardar a sua vida, a sua liberdade.

Vou fazer uma pergunta, vou perguntar uma vez só: o senhor quer contar a verdade e se beneficiar do que a lei lhe permite?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Eu já falei a verdade.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, é isso. Não tenho mais perguntas, Sr. Presidente. Penso que ele jogou fora a sua oportunidade. Problema dele.

Então, essa bancada, o senhor não sabe, né?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Nunca vi.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Então, está bom. Da minha parte, encerrei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nosso Relator?

O SR. RELATOR (Takayama) – Às perguntas feitas, não satisfazem as respostas, mas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está aqui o Sr. Antoniel Bisto dos Santos. Ele é seu advogado?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é, por favor? O senhor tem alguma coisa a contestar?

O SR. ANTONIEL BISTO DOS SANTOS – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está bom. Ele pode ser conduzido, pouca informação trouxe.

O senhor chegou a ver alguém tentando corromper os policiais? O Zé Gaúcho? Alguém comentou alguma coisa ao seu redor na hora da prisão?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não, não ouvi nada, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não ouviu falar? Aquele dinheiro que serviria para poder...

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não, não foi comentado, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...esquematizar uma possível... evitar uma prisão em flagrante?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não, não foi comentado, não. Inclusive, quando chegamos ali onde tava a maioria do pessoal, que tava... (Inaudível) ...fui abordado no fundo. Deitamos no chão; depois, voltamos, fomos para o meio da oficina. Depois, a gente fomos (sic) mais para a frente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Zé Gaúcho ficou com os policiais?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Ficou com os policiais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês estavam mais longe?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Mais longe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não chegou a ouvir...

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não, inclusive o Seu Zé Gaúcho foi para o escritório na parte superior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com os policiais?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Com os policiais. Então, não sei o que foi abordado lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não comentaram nada? Nem ele comentou?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não comentaram, nem ele comentou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E está junto com ele, preso na mesma cela?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não, não. Estamos em pavilhão separado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não têm contato?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não recebeu nenhuma recomendação, nenhuma ameaça?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não, não recebi nenhuma ameaça, nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só um minuto.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor trabalha há quanto tempo lá?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Três anos e meio.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Quantas vezes a polícia esteve lá dando batida?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Com essa de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De agosto.

O SR. ROBERTO SCHILDER – De agosto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa de janeiro.

O SR. ROBERTO SCHILDER – Essa de janeiro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Cuidado para o senhor não falar mentira, hein? Essa que o senhor foi preso.

O SR. ROBERTO SCHILDER – Isso, essa de janeiro. Em dezembro, teve uma batida lá que não acharam nada.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não acharam nada?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não acharam nada. Depois, quando assaltaram a Iveco, eles foram lá também procurar se tinha alguma coisa lá. Não acharam nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que é perseguição?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tinha gente lá quando a Polícia chegou?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Trabalhando?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É.

O SR. ROBERTO SCHILDER – Tinha.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Qual foi o dia em que a Polícia deu uma batida lá e todo mundo correu?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Correu?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – É. Fugiu. Vou retornar a pergunta: qual foi o dia em que houve uma batida pela Polícia Militar e todo mundo saiu por trás. O senhor estava lá?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor soube disso? O senhor soube disso?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Veja... Fiquei sabendo que teve à noite.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – À noite?

O SR. ROBERTO SCHILDER – À noite.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor ficou sabendo que teve à noite o quê?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não, que a Polícia teve lá, mas só que eles não falaram o que que tinha lá.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Falaram o quê?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não, falaram...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Qual foi a vez que teve uma batida lá e que todo mundo correu?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa da noite, o senhor estava?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E soube que houve uma...

O SR. ROBERTO SCHILDER – Soube que tive-ram (sic) policiais lá, mas não comentaram nada se teve alguma coisa...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Teve uma batida à tarde que todo mundo correu?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Eu estou sabendo só a da noite.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Da noite, não tinha ninguém lá?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Na noite, não, porque o funcionário, dez para as seis, já fecha a oficina.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Essa da tarde, o senhor não se lembra, da Polícia Militar?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Teve... No outro dia, depois é que ficamos sabendo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não. Estou falando dessa da tarde...

O SR. ROBERTO SCHILDER – Da tarde, não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Um dia, à tarde, era cinco e meia da tarde, que a PM chegou pela frente e o pessoal fugiu por trás, o senhor não estava lá dentro?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor não estava entre os que fugiram?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não. À tarde, nunca teve...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Nunca teve batida?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só essas que o senhor descreveu?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São quatro.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – O senhor sabe que, se o senhor mentir e saber-se que é verdade, o senhor estará se prejudicando?

O SR. ROBERTO SCHILDER – O que eu sei é essa de agosto, a que teve uma batida lá que não acharam nada...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Essa ninguém correu?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não. Os funcionários estavam tudo lá dentro, entraram e...

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Isso. A outra em que foi apreendido o caminhão, três meses atrás.

O SR. ROBERTO SCHILDER – Essa de agora, dia 20 de agosto, e teve uma quando a Iveco foi assaltada e eles foram lá verificar se tinha alguma coisa.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não tinha nada?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não tinha nada.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Essa ninguém correu?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não. Não tinha nada.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A que o povo correu o senhor não se lembra?

O SR. ROBERTO SCHILDER – Não. Essa do povo correr, não estou sabendo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor... (Pausa.) Acabou-se. Tem alguma coisa aí?

O SR. RELATOR (Takayama) – Não, a gente percebe que não há interesse em colaboração, mesmo tendo oportunidade de ter a sua pena reduzida. Segundo ele informa, é um homem de família, correto. Não sei por que desse procedimento. Então, só estamos tomando horário nosso e dos outros aqui, porque informações corretas, pelo jeito... Não sei se houve uma orientação prévia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas as autoridades que estão investigando vão aprofundar. O doutor sabe do caso de Itaquaquacetuba e o presidente do inquérito vai...

O SR. RELATOR (Takayama) – Ainda temos outros casos. Não aqui, mas a equipe do Dr. Naurides e do Dr. Luna estão investigando. Acredito que teremos todos os subsídios. Já sabemos como é o procedimento, o ciclo, o trabalho na assessoria do Senador, do Dr. Naurides. Com essas informações, estamos já coletando praticamente todos os dados. Apenas estamos trazendo a público, às autoridades dos diversos Estados, coletando informações. Estamos recebendo outras agora.

Deixamos o telefone livre e gratuito 0800-612211 para que a população participe das denúncias, porque é uma questão de tempo. Cremos que podemos trazer uma grande contribuição para a sociedade. Estamos vivendo um momento em que todos devem participar para que cheguemos, se não ao ideal, pelo menos próximo dele. Acre-

dito que quem tem um alvo pode até não chegar a ele, mas vai chegar muito mais perto do que se não tivesse nenhum. É esse o sentimento. Tenho certeza de que a sociedade estará colaborando, como estamos todos nós, Ministério Público, juízes, advogados, donos de empresa, seguradoras, sindicatos e as autoridades políticas, de forma geral, como V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, que tem sido uma figura, um exemplo para toda a sociedade no sentido de buscar as soluções para aquilo que está errado. Muito obrigado.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Só queria dar aqui a minha parcela de contribuição e dizer para a sociedade que, infelizmente, talvez o maior motivador do crescimento do crime é o sentimento de impunidade, o sentimento de que o crime compensa. Tenho certeza de que muitos dos que foram presos pensavam assim, e hoje não pensam mais.

Lembro que, em 1999, participamos da CPI do Narcotráfico, em que muitos diziam: é mais uma CPI, isso não vai dar em nada, não era, Senador? E passou o Brasil a limpo. Na época, começamos a investigar Fernandinho Beira-Mar, quando ele não era nem tão conhecido assim, e descobrimos o que descobrimos, prendemos tantas pessoas, cassamos Deputados, tanto estaduais como federais, que participavam disso. Enfim, foi a nossa parcela de contribuição.

Esta CPMI também tem a finalidade de dar a sua parcela de contribuição, seja legislativa, uma vez que V. Ex^a tem a responsabilidade de propor – eu já quero sugerir a V. Ex^a que não espere o fim da CPI, para que possamos conversar, com o Presidente e com os demais membros, para que essas propostas legislativas possam, já na semana que vem, ser implementadas, a fim de que, nesse intervalo, a brecha da lei, em algumas dessas situações, e o nosso Presidente possa vir conversar com o Presidente do Senado e da Câmara, para que possamos votar em regime de urgência.

Enfim, também na parte de investigação, estamos puxando uma linha. Pode ser que essa linha esbarre em muitas pessoas e em muitos grupos organizados que depuseram aqui, ou não. Agradecemos a participação do Ministério Público e do Judiciário, da Polícia Civil, dos nossos companheiros, dos Sindicatos, enfim, dos depoentes, dos leiloeiros e dos empresários do ramo.

Acredito que interessa a todo mundo passar o Brasil a limpo. Não interessa para quem é bandido. E

sabemos que existe bandido em qualquer área deste País, não é, Presidente? Mas, creio que a nossa participação está aí. Agradeço a V. Ex^a pelo convite/intimação para que eu viesse participar. Estou aqui à disposição de V. Ex^a. Eu, que sou mineiro, venho de vez em quando a São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor precisa trazer um tutuzinho para nós.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Um tutuzinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um tutu alimentar. (Risos.)

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – A literalidade das palavras está sendo um perigo hoje, não?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É preciso explicar. V. Ex^a não ouviu a Deputada falando ontem que não iria trazer ninguém para pendurar aqui? Já tomei um susto.

Meu pai dizia, com muita sabedoria, que a coisa mais barata no mundo é ser honesto, não tem de pagar nada para ninguém. Nem para Deus.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – V. Ex^a sabe que, eu, como policial que sou, e como Deputado que estou, tenho uma coleção de carro de polícia, e volto daqui com mais um carro para a minha coleção. Gostaria de agradecer ao Deic por esta...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se V. Ex^a anuncia isso na televisão, daqui a pouco, recebe uns dez.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, eu quero. Tenho uma coleção de carro. Tenho carro canadense, porque faço uma pós-graduação nessa área, e vou colecionando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Faço um agradecimento especial ao Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia, que nos cedeu o recinto e toda a infra-estrutura de apoio, para que pudéssemos realizar ontem e hoje essas audiências da CPMI; ao Dr. Milton Rodrigues Monte Mor, Chefe da assessoria policial da Assembléia, que está aqui nos dando guarida; aos outros delegados que estão com outros inquéritos e que também têm nos assessorado para que algo de bom possamos levar à Relatoria.

Agradeço aos Srs. Juízes que se dispuseram a vir à CPI, hoje, com toda a tranquilidade nos informando sobre todo o andamento dos processos; e aos Srs. Promotores, que, com muita a firmeza, permaneceram todo o tempo ao nosso lado nos dando subsídios, principalmente para podermos dar continuidade às audiências; e ao Tenente Alison – estou procurando o rapaz com a lâmpada –, que foi o condutor do flagrante dos dois que aqui depuseram. Agradeço a permanência.

Vamos aborrecê-los mais um pouco, Srs. Promotores, para verificar a evolução do caso, que deve ter outras vinculações.

Agradeço também à Polícia Militar, que nos deu toda a segurança e tranqüilidade aqui; às jovens bonitas, hoje, uniformizadas da Polícia Civil. Os colegas estão cem por cento conosco; e às televisões, à nossa, do Senado, da Assembléia e mais àquelas que se dispuseram a dar cobertura; aos depoentes, empresários que colaboraram com a CPI, tentando esclarecer, realmente, as operações que são feitas com carros sinistrados, e às companhias de seguro, como é o procedimento, e mais aos delegados que depuseram ontem, o Dr. Godofredo e Dr. Wilson, que deram, praticamente, uma aula sobre a composição da busca dos elementos necessários às investigações sobre clonagem de carros, desmanches, relação de companhia de seguro com as revendedoras de carros sinistrados, ou não.

Com isso tudo, acho que a CPMI dá um bom passo inicial para conseguir fechar algumas brechas que a lei tem e que são sugestões dos depoentes.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Senador, antes dos senhor encerrar eu queria mostrar ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, pode chegar, doutor.

Eu queria aproveitar para agradecer também a todos os funcionários da Assembléia, o coordenador das gravações, do rádio, que fazem funcionar estes microfones com tanta tranqüilidade, sem nenhuma falha. Também àquela que servia café, não posso esquecer-lá, pois ela não falhou.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Senador, em referência àquele carro que estava no meu site, que dizia que eventuais dívidas de IPVA ficariam por conta do comprador, de 2003 e 2004, estou juntando que não há débito nenhum.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixe eu confirmar isso aqui. É o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi erro de digitação?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Não, é como eu falei, um excesso de zelo, mesmo.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Deixe eu explicar aqui que o senhor vai entender. O que aconteceu? O carro, quando foi pago, o delegado puxou e mostrou que o carro tinha dívidas. Depois, o senhor nos trouxe, dizendo que o seguinte: foi paga a dívida do carro, só que ainda não foi dado baixa na dívida dele, não é isso?

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o Tesouro, a Fazenda, que ainda não comunicou.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Tem até um nome que usamos..

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Baixa?

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Não, lapso temporal. Mas que fique de alerta que esse é o procedimento correto.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – (Inaudível. Intervenção fora do microfone.)

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Certo. O senhor colocou com toda a correção ali. E o que nós queremos é isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui não é excesso de zelo, é responsabilidade de informar certo.

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – Não, mas a própria seguradora tem um excesso de zelo de dizer que, se porventura tiver... mesmo sabendo que não tem.

O SR. CABO JÚLIO (PSC – MG) – Se porventura tiver, ela não pode ter, não é

O SR. LUÍS FERNANDO SODRÉ SANTORO – É verdade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, dou por encerrada esta reunião, novamente agradecendo a Deus por estarmos aqui podendo trabalhar.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 17 minutos.)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2003-CN
“DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES
COMETIDAS POR EMPRESAS DE SEGUROS,
REVENDEDORES DE AUTOMÓVEIS,
RECUPERADORAS DE VEÍCULOS
E OFICINAS DE DESMANCHE DE AUTOMÓVEIS,
EM RELAÇÃO AOS VEÍCULOS “SALVADOS”,
CONFORME DENÚNCIA DO PROGRAMA
FANTÁSTICO, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO”.**

Ata da 8ª Reunião Realizada em 20-5-2004

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quatro, às quatorze horas e trinta minutos na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sob Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda as presenças dos Deputados Mariângela Duarte e Takayama, reúne-se Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 12, de 2003-CN, “destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veícu-

los e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão”.

A Presidência informa que presente reunião destina-se as oitivas das seguintes pessoas: DR. MARCOS ANDRÉ CHUT – DIRETOR DE REGISTRO DE VEÍCULOS – DETRAN; DR. RAFIK LOUZADA – DIRETOR DA DIVISÃO DE ROUBOS E FURTOS; DR. ALFREDO CARLOS LOBO – DIRETOR DE QUALIDADE DO INMETRO e DR^a. ELIZABETH CAVALCANTI – COORDENADORA GERAL DE CREDENCIAMENTO DO INMETRO, inicialmente foi dada a palavra ao Dr. Marcos Chut que fez uma exposição sobre a atuação do Detran no Rio de Janeiro, o mesmo foi questionada pelos parlamentares presentes, a seguir foi ouvido Dr. Rafik Louzada que também demonstrou a atuação do DEIC e suas especializadas no que concerne ao roubo e furtos de veículos no Estado do Rio de Janeiro dando prosseguimento foram ouvidos os representantes do INMETRO Doutores Alfredo Carlos Lobo e Elizabeth Cavalcanti que fizeram exposições sobre o desenvolvimento do INMETRO no Estado do Rio de Janeiro, também presente o Deputado Estadual Edmo Fialho, do Rio de Janeiro, a Presidência informa que no de amanhã, 21 sexta-feira a Comissão realizará uma diligência nesta Cidade e não havendo nada mais a tratar e para constar eu, Francisco Naurides Barros, Secretário, da CPMI lavrei a presente ata que será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Boa tarde, senhores.

Preliminarmente, quero agradecer ao presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro a gentileza de permitir a utilização das instalações da assembléia para permitir a realização da nona reunião da comissão parlamentar mista de inquérito criada através do Requerimento nº12, de 2003, Congresso Nacional, destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguro, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche em relação aos veículos salvados, conforme denúncia do programa Fantástico da **Rede Globo de Televisão**.

A presente reunião destina-se à audiência pública cuja pauta encontra-se distribuída aos senhores parlamentares.

Passo, primeiramente, a palavra ao Sr. Deputado Takayama, relator da comissão, para saber se tem algo a declarar perante os presentes preliminarmente.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Boa tarde a todos os presentes. Gostaria de agradecer ao presidente da comissão e também ao presidente desta Casa por nos acolher hoje aqui para mais esta etapa de investigações e audiências para formarmos a nossa avaliação e elaborarmos projeto de lei, se necessário, para fecharmos brechas que, ao longo do tempo, foram abertas em virtude da dinâmica do mundo em que vivemos.

Na reunião de hoje promoveremos mais algumas acareações, faremos perguntas a pessoas que foram convidadas para nos darem informações que poderão enriquecer a nossa relatoria e, conseqüentemente, o trabalho desta CPI.

Gostaria de citar aqui, para a abertura, a palavra do Diretor de Registro de Veículos do Detran, Dr. Marcos André Chut e, posteriormente, na seqüência, o Dr. Rafik Louzada, Diretor da Divisão de Roubos e Furtos. Agradecemos essas ilustres presenças que, com certeza, enriquecerão bastante a nossa base de dados para que possamos chegar a uma resposta à população quanto ao assunto.

Posteriormente ouviremos o Sr. Armínio da Silva Santana Ruas, proprietário da Auto Frontin e, na seqüência, o Sr. Alfredo Carlos Lobo, Diretor de Qualidade do Inmetro – ele está se deslocando para cá segundo informações que recebi. Queremos agradecer também à Dr^a Elizabeth Cavalcanti, Coordenadora-Geral de Credenciamento do Inmetro. São pessoas que nos darão subsídios para que possamos chegar às nossas conclusões, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a presença do Dr. Marcos André Chut, Diretor de Registro de Veículos do Detran, que foi encaminhado pelo presidente do Detran, Dr. Hugo Leal, que se viu impossibilitado de comparecer a esta reunião. Peço ao Dr. Marcos André Chut que colabore conosco, explicando, se possível, o funcionamento do Detran, principalmente no que diz respeito aos carros sinistrados, carros com perda total e outros fatos que o senhor ache interessantes não só do ponto de vista da investigação, que poderá ser feita pela CPI, como também da alteração da legislação que possamos colaborar para o melhor andamento do trabalho dos senhores.

Passo a palavra ao Sr. Marcos André Chut para que nos apresente aquilo que entender conveniente.

Este aqui é o número para quem tiver alguma denúncia relativa a qualquer problema com seguradora, qualquer problema que diga respeito a perda de veículos ou oficina recuperadora ou venda ilegal de veículos.

São bem vindas as colaborações que nos chegarem por este número gratuito: 0 800 612211.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Exmo. Sr. Senador Romeu Tuma, muito digno Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Exmo. Sr. Relator, Deputado Takayama, senhoras e senhores presentes, boa tarde a todos.

Inicialmente, gostaria de agradecer a oportunidade de comparecer a esta CPI para prestar esclarecimentos. Vou-me permitir fazer um histórico rápido da minha passagem e do meu conhecimento. Essa não é a primeira vez que fui convidado a assumir o Departamento de Trânsito, mais especificamente, o Departamento de Registro de Veículos.

Há cerca de dez anos, houve uma intervenção no Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro em razão da morte do diretor, que foi assassinado, e dos desmandos que havia naquele departamento. À época, foi solicitada a presença de sete promotores de justiça do Estado e um deles fui eu, ocasião em que tive oportunidade de assumir a Diretoria de Registros e, então, começar uma luta que só agora está encontrando eco na sociedade por intermédio da instalação desta CPI, que é a luta contra o crime organizado no que diz respeito a veículos e, mais propriamente, no que diz respeito a veículos ditos “salvados”, pagos por meio de indenização de seguros.

Ainda em caráter preliminar, Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria de esclarecer alguns dados para que aquelas pessoas que, hoje, estarão analisando a situação possam entender o Estado do Rio de Janeiro. Temos cadastrado, hoje, na nossa base, cerca de três milhões e meio de veículos, sendo certo que 60% dessa frota não constam dos cadastros do Detran. Vale dizer, cerca de 60% da frota de veículos do Estado do Rio de Janeiro está em situação irregular, em dissonância com as disposições do Código Brasileiro de Trânsito. E esse índice alarmante tem como causa principal e digo isso porque esse fato vai ter uma profunda correlação com o que vamos debater hoje, que são veículos salvados.

A grande razão dessa ausência de registro e licenciamento de veículos do Estado do Rio de Janeiro é que é o único Estado da Federação que exige vistoria anual para o licenciamento dos veículos. Apesar de constar no Código de Trânsito artigo expresso no sentido de que todas as unidades federativas deveriam realizar vistorias tanto de gases quanto de ruídos, nenhum Estado da Federação está apto a fazer essas vistorias, salvo o nosso Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa vistoria é física? É presencial?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O veículo vem ao local ou vocês designam alguém para ir a...

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Não. Temos, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desculpe estar perguntando, mas isso é importante, porque diz respeito ao Código Nacional...

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Isso também era feito, no passado, nos outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse tipo de vistoria não. O Detran de São Paulo tem a vistoria, mas normalmente...

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – A vistoria dos demais Estados da Federação é feita somente quando é o caso de transferência de propriedade de veículos ou quando é o caso de transferência de jurisdição, ou seja, se vou transferir meu carro de uma cidade para outra...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De uma cidade para outra. Aí tem que trazer o prontuário.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Perfeitamente. No Rio de Janeiro, há uma situação **sui generis** em que todas as pessoas são obrigadas, por força de lei estadual...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Portaria ou resolução?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – ...em portaria do Diretor do Detran, a comparecer a um dos 40 postos de vistoria espalhados...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É lei ou portaria?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Portaria. Não tenho de cabeça aqui.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – É portaria, mas tem 40 pontos, ou seja, não concentra em um lugar só.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – São 40 pontos distribuídos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para facilitar.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – ...para facilitar a vida do cidadão, distribuídos ao longo do Estado em região metropolitana, no interior, onde o indivíduo agenda, por meio do tele-atendimento, leva o seu carro à vistoria e, na hora, recebe o documento de licenciamento. O que está ocorrendo e por que esse número alarmante de 60% da frota estar irregular?

É que o Código de Trânsito, no art. 131, § 2º, exige, para licenciamento dos veículos, que eles estejam quites com tributos – IPVA –, multas e débitos com re-

lação ao meio ambiente. Diversos veículos têm multas em seus cadastros, que são efetivadas por diversos órgãos autuadores, como Município, Denit, DER – o Detran não multa, funciona apenas como um banco de dados –, Polícia Rodoviária Federal, enfim, vários órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem um banco de dados onde são gravadas essas informações.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Exatamente, o Detran funciona como um banco de dados e cobra as multas no licenciamento do veículo, autorizado também por força do artigo do Código de Trânsito.

Então, esses órgãos autuadores têm convênios com o Detran, que recebe percentual desse pagamento de multas pela cobrança no licenciamento. Em função desse fato, da necessidade de pagar os impostos, 60% dos veículos não conseguem fazer o licenciamento. E isso tem aberto a porta para o crime, não só o que vamos falar agora, como outros como o de não levar o carro ao licenciamento.

Estou instaurando uma sindicância no âmbito do Departamento de Trânsito, tendo em vista que há quadrilhas funcionando ao redor do Detran para que o carro não seja levado à vistoria. Nesse caso, ele não paga a multa e também não se checam os equipamentos de segurança, que é o escopo principal dessa vistoria para se garantir o direito do cidadão e o principal, aquele esculpido na Constituição, que é o direito à vida.

Feitas essas considerações em síntese e em caráter preliminar, e agora entrando mais especificamente no nosso tema, gostaria de dizer que no nosso País existe uma inflação legislativa. Desde 1993, cataloguei uma série de legislações a respeito do tema “salvados ou desmanche”. Essas leis estaduais e federais vão sendo interligadas por portarias, por resoluções do Contran, por portarias **interna corporis** da Secretaria de Segurança, e assim por diante, causando, muitas vezes, uma certa confusão.

Tentarei fazer um histórico rápido das leis existentes sobre esse assunto. A Lei Federal nº 8.722, de 1993, torna obrigatória a baixa de veículos vendidos como sucata...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desculpe-me interrompê-lo, mas vamos dar assento à Deputada que faz parte da Comissão.

Tem V. S^a a palavra.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Boa-tarde, Deputada Mariângela, Vice-Presidente da Comissão, é um prazer muito grande falar na presença de V. Ex^a e tentar esclarecer à Comissão o que ocorre no Rio de Janeiro com relação a veículos salvados e desmanche.

Então, após a Lei Federal nº 8.722, vem o Decreto Federal nº 1.305, de 1994, que regulamenta a Lei nº 8.722 e atribui legitimidade às seguradoras que tenham efetuado indenização e aos leiloeiros, quando os veículos forem alienados por seu intermédio para requererem junto ao órgão de trânsito a baixa dos veículos como condição para os mesmos serem alienados como sucata.

Gostaria de fazer um parêntese aqui. Na medida em que for me lembrando, vou colocando as questões, porque o assunto é complexo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria de saber se tem leilão para a venda dessa sucata, desse veículo; se há realização de leilões aqui, no Rio de Janeiro.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Perfeito. Eu estava tentando dar uma seqüência legislativa, para poder explicar, depois, na prática, o que acontece. Eu só queria abrir um parêntese, para dizer a V. Ex^{as} que esta é uma das principais causas de circulação de peças provenientes de ilícito, no meu modo de entender, no País inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dos desmanches?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Exatamente. Por quê? Porque essa baixa, que deveria ser solicitada por aqueles órgãos que vão fazer o leilão ou pelas seguradoras, quando pagam a indenização... Na realidade, deveria desmontar-se o veículo, cortar o chassi e levá-lo ao desmanche, o que não é feito. Estando esses veículos muitas vezes em estado precário, as peças são vendidas, e não se tem nenhum controle sobre a venda delas. O que ocorre é que não se pode dar cabo, chegar ao fim desse expediente, porque a legislação exige, para que se dê a baixa do veículo nos cadastros, o pagamento das multas e das taxas referentes ao serviço de baixa.

Ora, muitos desse carros que são indenizados perdem o seu valor de mercado, na realidade, são vendidos como peças. E o valor das multas, das taxas e dos impostos existentes sobre eles, muitas vezes, ultrapassa o valor deles próprios. Isso se torna um dificultador para que possamos dar-lhes baixa e proceder como manda a legislação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esses seriam carros, em tese, legais, que são vendidos e desmanchados?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há referência aos que são roubados e posteriormente desmachados?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Não. Estou falando só dos veículos...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Não querendo interrompê-lo, mas a legislação não permite que o carro saia da batida ou do pátio e vá para qualquer lugar, sem nota ou discriminação, sem qualquer coisa, inclusive, qualquer venda. Estou correta?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Sim. A legislação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sem o histórico do destino.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Veja bem, isso seria o ideal. Vou chegar lá, porque a legislação é um pouco complicada. Então, posteriormente, vem a resolução... Vieram duas resoluções do Contran, que disciplinaram essa matéria: as de nº 11 e 25. A Resolução nº 11 torna obrigatória a baixa dos veículos irrecuperáveis, definitivamente desmontados, sinistrados, com laudo de perda total ou vendido ou leiloado como sucata.

Aqui, vamos encontrar, no meu modo de entender, uma preocupação que tenho há 10 anos. Entendo, Sr. Presidente – e com isso me debato contra as seguradoras; não é nada pessoal –, que elas indenizem como perda total veículos que, na realidade, não são perda total. Então, fica uma terminologia econômica no sentido de perda total, que deveria levar o veículo a receber baixa e ser prensado posteriormente, para evitar que voltasse ao mercado. Mas o que faz a seguradora? Ela indeniza como perda total, às vezes, um veículo com um mínimo arranhão, recebe-o de volta e o leiloa. Vou explicar como isso funciona, na prática, aqui no Estado do Rio de Janeiro. Então, essa dicotomia entre o que é perda total e o que é considerado perda total pela legislação tem levado a uma série de confusões e desmandos em nosso País e, principalmente, ao comércio clandestino de veículos e tem impossibilitado que nós, dos Departamentos Estaduais de Trânsito, tenhamos controle sobre essa frota.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Só para adiantar, Dr. Marcos, já houve audiência, em São Paulo e também em Brasília, com diretores de Detran, como o Dr. Leigo, de São Paulo, e recebemos a mesma queixa que V. S^a apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **(Fora do microfone. Inaudível.)**

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Com riqueza de detalhes. É interessante: são alguns aspectos que realmente não tínhamos e obtivemos por meio da audiência dos outros diretores. Mas já temos, agora, esses subsídios e gostaríamos que V. S^a continuasse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Chut, nós ouvimos um preso, que estava com um carro de perda total. Então, perguntei a ele, porque a origem era **(Fora do microfone. Inaudível.)**, por que eles fizeram aquela... Falei: “O que tinha o carro para perda total?”

Ele falou: “Um arranhãozinho na frente”.

E ele recebeu toda a documentação do veículo, inclusive a fiscalização do Inmetro, sem levar o carro.

Então, é um comércio que traz uma angústia muito grande, porque, como o senhor diz, o importante é o direito à vida. Quer dizer, se o Inmetro dá certificado de que a vistoria foi feita nas partes de segurança do veículo, considero tentativa de homicídio se amanhã qualquer coisa for identificada.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – É verdade.

Voltando ao tema, Sr. Presidente, a Resolução nº 11 torna obrigatória a baixa de veículos desmontados, considerados irrecuperáveis. A Resolução nº 25 torna obrigatória, por ocasião do acidente de trânsito, a inserção em Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito (Boat) da informação de que esse acidente teria sido de pequena, média ou grande monta ou perda total.

Vejam bem: essa atribuição, segundo essa Resolução do Contran, seria das Polícias Militares, no momento do acidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É feito no local do acidente.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Feito no local.

Ora, Sr. Presidente, não há condição alguma – levei essa questão para a última reunião do Detran e do Denatran – de um Policial Militar na rua saber se aquele veículo tem ou não condições de voltar a circular, porque ele vai fazer uma inspeção a olho nu, superficial. Ele não tem condição de saber **sponte propria**, sem algum dado objetivo, se aquele veículo acidentado tem condições de voltar a circular; se os amortecedores foram afetados, se parte do motor foi afetada, se somente um arranhão na porta foi feito.

Então, na realidade, na qualidade de Diretor, há um ano e cinco meses, nesse meu retorno ao Departamento de Trânsito, não me recorde de ter recebido nenhum caso de preenchimento de Boat em que o Policial Militar afirmaria se há perda total, se há acidente de pequena monta ou grande monta.

Tudo isso que estou falando para V. Ex^a e para os Deputados, Relator e Vice-Presidente, levei ao Denatran, com algumas sugestões para que mudássemos a legislação. O Denatran parece sensível ao

caso, mas ainda não chegando ao âmago de atingir esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual seria a idéia?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – A minha idéia era acabar com esse critério econômico. A minha idéia é: se a seguradora pagou o prêmio total, dar baixa nesse carro. E aí dependeríamos de uma legislação para que esse carro fosse prensado e saísse dos cadastros do Detran.

No entanto, o que os Detrans estão levando como proposta – e que o Denatran parece que vai levar para o Contran – seria tão-somente critérios objetivos, que seriam fornecidos pelas montadoras, que poderiam ser preenchidos pelo policial. Então haveria, vamos supor, um Brat, e nesse Brat o policial marcaria um “x”. E haveria critérios de avaliação fornecidos por uma montadora...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelas próprias montadoras, o que tem que ser identificado como perda total...

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Isso. E em um critério percentual, até 30%. Cada peça quebrada vai valer um percentual e, a partir daí, se chegarmos a um percentual “x”, a ser considerado pelos legisladores como perda total, é que se poderia dar a baixa nesse caso.

Essa mesma legislação do Contran diz que esses veículos indenizados devem ser bloqueados no cadastro. E, para a retirada desse bloqueio do cadastro, é necessário um Certificado de Segurança Veicular (CSV), emitido por instituições técnicas que deveriam ser credenciadas pelo Inmetro e pelo Denatran.

No Estado do Rio de Janeiro, por força da Resolução nº 264/99, determina-se a remessa, pela Polícia Militar e pela Polícia Civil, ao Denatran desse Brat e do registro de acidente, no prazo de 48 horas, para que se proceda a esse bloqueio.

Neste ponto abro um parêntese para dizer o que é feito no Rio de Janeiro antes de dar prosseguimento às legislações estaduais. Aqui no Rio de Janeiro – já encontrei esse quadro montado –, temos uma resolução disciplinada pela Secretaria de Segurança e por portaria do Presidente do Detran à época, exigindo o seguinte: “Paga a indenização pela Seguradora e o veículo é bloqueado no sistema”. Vai constar lá um bloqueio e, para que ele possa voltar a circular, ou seja, para que a Seguradora possa vender em leilão – e esses leilões existem no Estado do Rio de Janeiro – esse veículo tem que ser submetido a uma vistoria feita por inspeção particular credenciada pelo IMETRO. Só após a juntada desse laudo e a juntada dos outros documentos correspondentes, o carro poderá

ser novamente licenciado no Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro.

O que eu tenho sentido aqui?

Como no Estado do Rio de Janeiro há necessidade de uma vistoria para o licenciamento anual, abriram-se as portas do crime, na medida em que as Seguradoras, por intermédio de recuperadoras e leiloeiros, vendem os veículos para particulares sem o laudo de vistoria. Esses particulares levam o veículo que estaria na nossa base para outra base, outro Estado da Federação, onde é transferida a propriedade sem fazer vistoria ou checar o cadastro do veículo.

Foi esse o caso divulgado pela reportagem do Fantástico e que estava acontecendo amiúde no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há inquérito a respeito, doutor?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Encaminhei o assunto ao Dr. Rafik Louzada, meu queridíssimo companheiro nessa luta contra o crime organizado no roubo de veículos há muitos anos. O Dr. Rafik certamente vai dar maiores explicações técnicas. Mas há sim inquérito instaurado sobre o assunto.

Esta é a mecânica. Um Estado não pode estabelecer bloqueio no cadastro de outro Estado, ou seja, eu não tenho como bloquear um veículo que venha para cá de outro Estado, a não ser que ele esteja na minha base estadual.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Renavan não faz esse trabalho?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Não. O Renavan apenas coordena. Os Detrans têm o poder de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Renavan é um sistema?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Exatamente. O Sistema Renavan deveria ter um controle maior sobre esse sistema. Mas o que vimos – e não gosto de adjetivar desta forma – é que há falhas no sistema, no meu modo de entender. É preciso que as autoridades abram os olhos para o que estava acontecendo com o próprio sistema Renavan. Sr. Presidente, o senhor deve ter lido nos jornais no ano passado que apuramos a entrada de veículos numa rota que vinha de Miami, entrava pelo Mercosul e licenciava os veículos no Estado do Rio de Janeiro. Chequei. Os veículos estavam sendo pré-cadastrados na base nacional de forma absolutamente irregular, de forma criminosa. E eu não pude chegar ao fim dessa investigação. Como atualmente eu não estou nas funções de membro do Ministério Público – estou em funções meramente administrativas, como Diretor do órgão – encaminhei as informações a quem de direito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia orientar e mostrar as diretrizes para levar ao fim.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Eu poderia encaminhar ao senhor o que foi apurado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu queria saber sobre o que faltou na sua investigação para a conclusão.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Veja bem, encaminhei os dados ao órgão do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havia contrabando, então?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Havia contrabando. Encaminhei à Polícia também. Foram abertos vários inquéritos na oportunidade. E o Delegado Rafik sabe disso. Nas diligências apuratórias que tentei fazer em comum acordo com o Ministério Público, lamentavelmente, a Justiça do Estado do Rio de Janeiro entendeu – e eu tinha comprovação por buscas e apreensões autorizadas por autoridades judiciais; e eu tinha a comprovação da participação de despachantes, de funcionários, de um sem número de pessoas em prática criminosa – que o Ministério Público não pode participar de diligência investigatória – **data venia**, peço vênias a todos aqui presentes que discordarem da minha opinião, pois essa não é uma opinião unânime; é a minha singela opinião. Por força disso, anulou-se toda investigação que estava sendo levada a efeito por mim e por meus colegas do Ministério Público. Gostaria de dizer, apenas abrindo um parêntese, que tenho o maior respeito pela autoridade policial. Tenho a maior admiração, o Delegado Rafik sabe disso, mas hoje a situação do Rio de Janeiro é peculiar em relação ao resto do País. Os senhores estão vendo o que está acontecendo em relação às favelas, aos assassinatos, aos veículos e já não há condições de afastar o ministério público das investigações. É preciso que as autoridades dêem as mãos para que se chegue a um lugar comum, sem com isso querer diminuir a função da autoridade policial, porque ela é fundamental para colaborar com o ministério público.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu, como delegado de polícia por 50 anos, trabalhei praticamente mais de 35 na linha de frente. Nunca me afastei do ministério público porque creio que a somatória do trabalho conjunto dá uma outra visão ao juiz que vai apreciar os fatos. Se há dicotomia entre a investigação policial e a busca da forma de fazer uma denúncia correta, cai num vazio. Lutamos muito contra essa falta de entrosamento. Essa parte de investigação ou não é um problema de se trabalhar junto porque o ministério público é o dono da ação penal e pode intervir a

qualquer instante na investigação ao requisitar prova. O delegado não pode achar que o ministério público não vai dar palpite aqui ou ali. Não é isso. Às vezes, na polícia federal, tínhamos o costume: se o caso era grave, requisitava-se a presença de um membro do ministério público para acompanhar e, ao final, a denúncia está pronta.

Então, são pontos que... desculpe, não tem nada a ver aqui, mas é importante para que não aconteça o que aconteceu com o senhor.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Deixe-me colocar uma questão. Primeiro, estou gostando muito do seu depoimento. O senhor é Diretor de Registros de Veículos do Detran? É isso?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Exatamente. Sou promotor de justiça e fui...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Ah! Então o senhor não está lícitado aqui. Ah! Muito bem.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Estou sim. Sou membro do Ministério Público e atualmente...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Muito bem. Era a pergunta que ia fazer. Deixe-me expor para o senhor uma coisa. O senhor é a comprovação mais eficaz... Depois quero só que a assessoria do Senado ou da Câmara me passe o nome porque estou seguindo a lista que recebi.

O senhor é a comprovação mais eficaz desta colocação que faz o Senador Romeu Tuma, nosso Presidente. À medida que pudermos ter uma articulação entre os órgãos responsáveis, dentre eles o ministério público é indispensável no procedimento de qualquer processo criminal, só temos a ganhar.

O que observamos no Detran de São Paulo, depois de exaustivas audiências públicas em Brasília? Observamos aquilo que depois o senhor vai colocar: cada um no seu canto, sem nenhuma interação dos órgãos e sem nenhuma... todo mundo se acomoda diante da enormidade do desafio e da precariedade de recursos humanos e materiais como sói acontecer há muito tempo nas repartições policiais.

Quero dar um pequeno exemplo para ver a importância da sua fala. Sou representante de São Paulo, como Senador. Nosso Relator é de outro Estado, do Paraná. Sou representante de Santos e do litoral. Muito bem. Já temos 12 inquéritos para a primeira ação julgada na justiça pelo trabalho do ministério público nesta questão. Nossa cidade está muito avançada e o depoimento do promotor público da cidade na Assembléia Legislativa de São Paulo foi impressionante. Já temos 12 processos, todos na justiça e a primeira sentença de acolhimento do processo tão bem encaminhado está a questão. E é um trabalho

conjunto: promotoria e vocês, a polícia. Queria citar somente isso para que não desanimemos diante das dificuldades.

Gostaria de elogiá-lo porque estou gostando muito do seu depoimento e já solicitar três coisas: que o seu resumo tenha uma cópia para a Comissão. É importante sempre termos aquilo que é lido na Comissão para não tergiversarmos, para que não mudemos.

Segundo, é importante que o senhor nos diga ao final do seu depoimento. Por exemplo, já sabemos que há lacuna na lei. Vai sair uma proposição de Senado e Câmara com força. É importante depois manter contato sobre as lacunas na legislação. Todos estão legislando por portaria e resolução, porque há lacunas na legislação que não se atualizam.

Terceiro, é importante que o senhor diga isso aqui por exemplo. O senhor falou do que é feito no Rio de Janeiro, que sai dali, que sai daqui. Se precisarmos ter uma conversa com as secretarias de justiça dos Estados, dos principais Estados, vamos ter também. É papel do Congresso Nacional esse tipo de trabalho com todos os órgãos.

Por último, queria solicitar ao nosso Relator que S. Ex^a também pudesse fazer sugestões sobre articulações dos órgãos responsáveis. É muito importante, pois percebemos que não há articulação alguma. Isso é o que mais ou menos eu queria ouvir. Agradeço tanto ao Relator como ao nosso Presidente essa intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O depoimento do nosso promotor tem uma importância e um valor inestimável, porque ele não está se baseando em procedimentos administrativos. Ele está se baseando em trabalho de campo, e as informações brotaram de investigações e de buscas de identificação da quadrilha. Provavelmente, o Dr. Rafik nos dará a complementação de alguns dados desse trabalho interligado, que mostra a sua importância pelo resultado que nos traz.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Sr. Presidente, gostaria de dizer que acompanho o seu trabalho desde Delegado há muitos anos e tenho uma profunda admiração pelo seu trabalho como Delegado de Polícia e como Deputado.

Gostaria de dizer à Deputada Vice-Presidente que esse é o meu sonho. O crime hoje é organizado, e as polícias e nós sociedade não somos organizados. Estamos absolutamente desorganizados, cada um procurando apenas defender os seus privilégios, quando na verdade temos que unir forças, Ministério Público, Congresso Nacional, Polícia Civil, Polícia

Militar, para chegarmos a um denominador comum e diminuirmos os índices da violência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando entendermos que não há privilégios e, sim, obrigações, a coisa vai funcionar diferente.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Exatamente.

Sr. Presidente, existe no Rio de Janeiro a Lei Estadual nº 1.116, de janeiro de 1987, que institui a exigência de registro na Polícia Civil para funcionamento no Estado do Rio de oficinas de desmonte de veículo, de comércio de sucata de veículos e de ferro velho. No seu art. 6º, determina que tais estabelecimentos encaminhem para as repartições policiais o rol dos veículos desmontados, indicando o número da placa, do motor e do chassi, bem como a qualificação completa do proprietário.

A Lei Estadual nº 2.416, de 1995, instituiu a obrigatoriedade de nota fiscal de entrada de mercadoria a ser emitida em todas as operações de compra efetivada por desmonte – ferro velho.

E o Código de Trânsito, de 1997, estabelece a obrigatoriedade dos estabelecimentos que executem reforma ou recuperação de veículos usados ou não de possuírem livros de registro de seu movimento de entrada e de saída de veículos e de uso de placas de experiência.

Em relação aos desmontes, os fatos ficavam até 2003 a encargo da Polícia Civil, que deveria fazer essa checagem junto a essas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De placas de experiência?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Não, desmanche de veículos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Usavam placas de experiência, para retirar o veículo de um lado para outro?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Não, a nota fiscal, quando é sucata, descreve.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela descreve.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Muito bem. Isso era encargo da Polícia Civil. Entretanto, recentemente, foi editada a Lei Estadual nº 4.231, de 2003, disciplinando, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o funcionamento de estabelecimentos comerciais de desmonte. Ora, essa legislação passou algumas atribuições para o Departamento de Trânsito sem, contudo, haver uma regulamentação necessária para isso. E isso está causando uma situação de impasse porque o que antes o Dr. Rafik poderia fazer hoje seria o Departamento de Trânsito e este não habilitado a fazer porque a legislação não foi regulamentada.

Estamos hoje vivendo uma situação de latência, um limbo, no Estado do Rio de Janeiro e eu temo que se não houver uma modificação, no meu modo de entender, que deveria haver no País inteiro em relação à legislação de desmanche, corre-se o risco de aumentar ainda mais o número de peças de carros de veículos roubados.

Em matéria de resolução, vigora no Estado do Rio de Janeiro a Resolução nº 246, de 3 de maio de 1999, alterada pela Resolução nº 418 de 2001, que dispõem sobre a ampliação do sistema estadual de controle de roubos e furtos de veículos automotores e terrestres que definem procedimentos a serem adotados pela polícia civil, polícia militar e Detran. No caso do Detran, determina o art. 15 a inserção pelo órgão no cadastro dos veículos transferidos para a seguradora em decorrência de indenizações a observação: veículo impedido de circular até que seja realizada a vistoria de aprovação.

Voltando para a prática, quando uma seguradora paga o prêmio, seguro total a um segurado este veículo por força desta resolução estadual, consta ou deveria constar, espero que conste, nos nossos cadastros essa observação “veículo impedido de circular” até que se submeta àquela vistoria dos órgãos...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP)

– Que é o que o senhor sugere lá em cima.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hoje é o Inmetro.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Hoje é o Inmetro. A minha sugestão, veja bem, é...

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Dr. Marcos.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Pois não.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Nós sabemos que, vamos dizer, na frota nacional, não qual é o índice aqui, talvez não deva ser diferente, temos em torno de 25% dos carros segurados.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Trinta por cento dos carros são segurados.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Mais ou menos esse percentual. Então, eu pergunto: esses outros 70% que não têm seguro, a questão do crime atinge também esses veículos não segurados? Essa equação que estou tentando entender, pois há veículos que não são segurados e são 70%.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Certo.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Quero ver para que não cometamos injustiça nessa área. Eu queria só ter esses dados aqui porque estou fazendo toda uma avaliação e fico feliz em estar recebendo

toda essa informação técnica. Fomos bastante enriquecidos em São Paulo com o **(Fora do microfone. Inaudível.)** e os demais diretores. Acredito que vou fazer bacharelado.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP)

– Só uma questão. Seria importante ele terminar...

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Só um momentinho, Doutora, estou com a palavra! Deixe-me concluir. Então eu só queria que V. S^a respondesse isso e depois tem mais algumas perguntas. O Detran, depois das denúncias que fez e as investigações que cabem a ela e se tem também, vamos dizer, os dados de controle sobre as lojas dos salvados no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nosso Relator está perguntando se da universalidade dos veículos tem 30% segurados, 70% não. Se o índice de furto e roubo de veículos é o mesmo para os segurados e não segurados. É isso?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Veja bem, esse dado, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque a universalidade ninguém... A não ser que a quadrilha tenha algum acordo com alguém de seguros. Isso já seria furto, não é?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Esse dado específico, não tenho.

O SR. (Orador não identificado) – Posso dar uma ajuda para o meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Claro.

O SR. (Orador não identificado) – O percentual é o mesmo. No crime tanto faz se segurado ou não; o percentual é o mesmo. Não entendi, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O índice de furtos é o mesmo tanto faz ser segurado ou não porque o bandido em tese não sabe qual tem seguro.

O SR. (Orador não identificado) – Exato.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Retornando, Sr. Presidente, para terminar em relação à legislação, vou passar a oferecer minhas sugestões e responder as indagações que estiverem a meu alcance.

No Estado do Rio de Janeiro ainda vigora a Portaria do Presidente do Detran 2715, de 2001, alterada pela Lei nº 2.798, de 2002, estabelecendo os procedimentos a serem adotados nos casos de veículos automotores sinistrados, roubados ou furtados, avariados, decorrentes do pagamento de indenização por parte das seguradoras. Essa última, estabelece procedimentos a serem adotados pelo Detran na fiscalização dos estabelecimentos que executam reforma, recuperação, desmanche, compra e venda em leilões de veículos, em consonância com o Decreto Federal nº 1.305, de 1994.

Então, na prática, o Detran, através da Corregedoria, que tem à frente Coronel Fogaça – essa foi uma das indagações de V. Ex^a –, vinha fazendo inspeções nos leiloeiros e nessas empresas de recuperação, buscando, em conjunto com a Polícia Civil, constatada irregularidades, o fechamento dessas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Houve algum índice alto de problemas nessas fiscalizações, inspeções feitas?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Houve... Vou lhe dar o dado mais concreto de um ano e meio pra cá, período em que assumi a diretoria. Algumas diligências foram feitas nesse sentido e, em vários pátios, foram constatadas situações de irregularidade com os veículos que estavam sendo desmontados ou que iriam ser submetidos a leilão. Irregularidades essas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A origem deles?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Diversas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Companhia de seguro ou não?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Ou não. Estavam ali para desmonte. A grande maioria que estava em leiloeiro já era pra venda...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Venda. No Estado?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – É. Começamos a notar que vários desses veículos ostentavam a placa do Rio de Janeiro, mas já possuíam documento de São Paulo. Por quê? Como a porta do Rio de Janeiro encontrava-se fechada por uma legislação que exigia que se passasse o veículo para o nome da seguradora, porque isso deve funcionar como um cartório, registrando ato a ato quem é o proprietário do veículo. Como as pessoas não querem pagar o tributo de passar para o nome do proprietário anterior...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que passaria a pertencer à companhia de seguro. Quando ela indeniza, passa a ser dela.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Exatamente. E cada transferência dessa implica pagamento de taxas. Como as pessoas não querem pagar essas taxas, furtam-se de fazer transferindo os carros em outra unidade da Federação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As próprias companhias de seguro?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – As próprias companhias de seguro.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Quanto custa hoje uma transferência de um veículo de uma pessoa para outra? É apenas para minha avaliação.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Mais ou menos na faixa de R\$60,00, tirando-se multas e IPVA.

Esse é o custo de transferência de propriedade de um particular para outro no Estado do Rio de Janeiro. Essa é a taxa cobrada pelo Detran.

Então, havia, e isso está constatado, o Dr. Rafik vai poder estabelecer critérios mais específicos das investigações. Tudo foi comunicado à Delegacia de Roubos e Furtos, em alguns casos aos meus colegas do Ministério Público, para que se demandassem as investigações.

Para finalizar o depoimento, gostaria de sugerir que, em relação a veículos salvados, só vai se resolver no País esse problema em definitivo, acabando com qualquer tipo de caixa dois das empresas seguradoras, quando se estabelecer uma legislação que acabe com esse critério econômico, que diz que o veículo está apto a circular e se paga o prêmio total. Ou seja, a seguradora diz que é perda total, não obstante, por meio de um laudo técnico, coloca o veículo à venda na praça. O veículo ou é considerado como perda total e não pode mais circular, ou ele não é perda total. Nesse último caso, ele teria uma perda de média ou pequena monta. A partir daí, com um laudo oficial, poder-se-ia admitir que ele voltasse a circular. Então, a minha primeira sugestão é que se estabeleça uma nova legislação, no sentido de que se acabe como esse “critério econômico”. Se a seguradora pagar ou entender, no seu boletim de seguro, que o caso é de perda total, esse veículo tem que ser prensado, dado baixo em todos os cadastros de departamento de trânsito dos Estados.

A segunda sugestão...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP)

– E ainda assim eles podem tirar peças. Talvez só preservem o chassi. Veja bem como isso é complicado: tem que ter termo de compromisso, tem que ter alguém que radiografe o carro, assine um termo de compromisso; qualquer que seja a entidade pública ou privada que a partir dali vá lidar com ele.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – A idéia que nós temos, daquilo que já colhemos, Senador, seria que em vez de dar baixa no número do veículo esse número estivesse em um cadastro em que o número do veículo não perdesse a identidade mesmo depois de alguns anos, 10, 15 anos. Aliás, sou Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e temos um projeto ali que versa sobre isso só que de cinco anos; quem sabe nós pudéssemos aprimorar aquilo. Eu até tenho um pensamento, Senador Romeu Tuma, de criar um conselho nacional de diretores de Detran de que alguns Deputados possam fazer parte, policiais, seguradoras, as empresas de oficina e lataria com representações para que deste conselho tirássemos uma equação que possa estar sendo atualizada já que o

mundo é tão dinâmico e sempre procuram brechas na legislação. Nesse caso fica a pergunta e também para acrescentar à avaliação do Dr. Marcos, a respeito de não darmos baixa no veículo, manter no cadastro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se me permite, o que o delegado do Detran de São Paulo diz é que o número do chassi não deve desaparecer, tem que ser mantido. Parece que eles cortam o chassi e põem o número que querem; parece-me que há a obrigação de cortar o chassi quando há perda total. Ele propôs que não se fizesse isso. Ainda a baixa eu acho que é correta.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Seria um cadastro de baixa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Haveria outro cadastro no qual alguém possa procurar e ficaria sabendo que tal o carro já teve perda total, não existe mais. E o número do chassi não deve ser cortado, nem apagado para que não haja possibilidade de se fazer nova carroceria e se aproveitar a documentação e o número do chassi. Aliás, eu vou propor que depois, se os senhores membros da Comissão concordarem, convidemos todos os diretores de Detrans para uma mesa redonda, para conversar, discutir e se inteirar aqui e encontrar uma nota geral para isso.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Quem sabe um conselho permanente?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Como um trabalho da CPI...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como um trabalho da CPI, uma reunião da CPI...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Pensei exatamente o mesmo que V. Ex^a. Saí de um seminário em Brasília com todos os diretores de Detrans, inclusive seus auxiliares, para que nós possamos chegar mais facilmente a uma norma geral que não dependa das regulamentações dos órgãos ou das leis estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E porque são vocês que vão dar luz para nós. Cada Estado tem a sua portaria, sua resolução. Quando se transfere o carro daqui do Rio para São Paulo é tudo diferente; então tem que ter uma interligação, um canal permanente *on line*.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Eu gostaria de dizer ao senhor que essa minha sugestão no sentido de dar baixa tem que vir consubstanciada na legislação com possibilidade de se pensar esse veículo, fazer sua destruição total. Nesse caso, destrói-se o chassi como é feito nos EUA.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há uma tese que a Volvo pratica: o carro PT, que eles chamam de perda total, vai para a montadora, que cuida do

desaparecimento do veículo. As montadoras podem receber esses carros e fazer sucata deles, com o reaproveitamento do que for possível dentro de uma atividade mais séria e mais coordenada. Não sei se isso é viável.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – É a Volvo do Paraná.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Temos que pensar sobre isso. Agora em relação à baixa de veículos, seja ela de que forma for...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que aconteceu lá em São Paulo... O diretor do Detran nos disse que fez uma portaria obrigando a constar no documento a perda total.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Constar a denominação “salvado”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso. O Ministério Público, com razão...

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – O Ministério Público entendeu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...porque ele não é legislador. Mas também o Ministério Público não é desfavorável, apenas temos de fazer uma legislação para que possa aplicar.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É porque dizem que perde o valor do veículo. Se alguém for comprar um carro e perceber que está escrito que foi sinistrado, não irá querer.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – No caso – conheço bem o **(Fora do microfone. Inaudível.)** de São Paulo. Foi eu quem levou a ele algumas questões que estavam ocorrendo e hoje estou levando também outras...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é muito bom. Há um bom entrosamento...

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – É uma pessoa muito educada, uma pessoa muito sensível aos problemas. O Dr. **(Fora do microfone. Inaudível.)**, no afã de querer resolver o problema, estabeleceu a denominação “salvados” mediante uma portaria ou um ato interno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O duro é quando ele diz assim: “Quando a solução está entre o bom senso e a raiva, ficar com a raiva é duro”. Não dá certo. (Risos.)

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – É verdade. Então o que o Ministério Público de São Paulo entendeu – a meu ver, corretamente – foi que, por força do art. 22, X, da Constituição, só quem pode legislar sobre trânsito é a União. Então, haveria uma eiva de inconstitucionalidade no ato praticado pelo diretor do

Detran, que, a meu ver, deve ser objeto de deliberação de nossas casas legislativas.

Minha segunda sugestão é que, nos casos de baixa de veículos sinistrados – não apenas nos sinistrados, mas na baixa em geral –, se pense na possibilidade de permitir a baixa sem o pagamento das taxas e dos débitos correspondentes. Esses débitos e essas taxas seriam cobrados, no meu modo de entender, mediante a dívida ativa da União ou a dívida ativa dos Estados ou dos Municípios. Não devia exigir-se essa quitação no licenciamento do veículo porque isso impede a baixa e faz permanecer vivos nos cadastros veículos irregulares, permitindo o uso dessas informações, porque informática é uma coisa que não dominamos e os técnicos conseguem mexer no sistema e abrir as portas para colocação de veículos fraudulentos.

Essas são as minhas duas sugestões básicas, sem contar a terceira, que é uma unificação, encontrarmos uma forma de unificar entre os Poderes estabelecidos no país, como o Ministério Público, a Polícia Civil; o Ministério Público investigando junto com a Polícia Civil, o Congresso Nacional por meio das CPIs, as Assembléias e assim por diante, para que nós, de forma conjunta, possamos combater o crime que, há muito tempo, está organizado. Se não fizermos isso, como fez a Itália na operação “Mãos Limpas”, nós corremos o risco de sofrer num barco... Não quero ver esse filme e não quero que meus filhos e meus netos o vejam.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, que eu tinha a fazer, em síntese. Estou apto a responder a qualquer indagação que estiver a meu alcance.

Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Ainda tenho algumas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Sr. Marcos, queremos agradecer a V. S^a. Realmente estamos sendo enriquecidos com a orientação de V. S^a, que tem experiência.

Há algumas, por exemplo, relativas à nossa CPMI. Queria perguntar se caberia ao Detran fazer essas investigações depois de todas essas denúncias.

Houve, na ocasião, algumas denúncias de que policiais, dentro do Detran, estavam envolvidos. Não sei se isso foi levando avante ou se não procediam. Também queria saber se existe hoje um controle das lojas de “salvados” e de “desmanche”, porque há uma diferença muito grande na avaliação do leigo, não do leigo lá, porque eles conhecem muito, mas do leigo em si. Eles têm uma diferença muito grande nesse sentido.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Peço V. Ex^a que formule, uma a uma, as perguntas. Vou tentar respondê-las.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Primeira pergunta: o Detran fez as investigações depois ou não caberia a ele aqui no Rio?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Quando há uma irregularidade de qualquer natureza – vou responder pelos meus atos praticados desde que assumi a Diretoria, há um ano e meio; não sei como era feito antes –, toda vez que me deparo com uma situação de irregularidade e que vislumbro a possibilidade de participação de funcionários do Detran, tenho o costume de abrir uma sindicância interna para apurar essa parte que diz respeito à participação ou não de funcionários do Detran. Quando vislumbro que há indício de prática criminosa, tenho por hábito entrar em contato ou com o Dr. Rafik Louzada ou com o delegado da área correspondente para comunicar o fato ou o fazia através da minha instituição, o Ministério Público.

Então, hoje há um trabalho conjunto feito pelo Departamento de Trânsito, mais propriamente pela Corregedoria do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro, com a Polícia Civil e em casos isolados se procura o Ministério Público diretamente para comunicar o fato, e o Ministério Público requisitará a abertura de inquérito policial, dando seqüência às investigações.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Só para minha avaliação. Há um ano e meio V. S^a não recebe no Detran nenhuma baixa de veículo com perda total. Foi isso que entendi?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Desde que houve essa reportagem no Fantástico, o serviço ficou suspenso, aguardando a modificação prometida pelo Denatran, para que a matéria fosse regulamentada e nós pudéssemos dar cabo dos processos que ainda estão no Departamento de Trânsito em andamento. Então, há cerca de um ano que não tenho conhecimento de que se tenha conseguido legalizar veículos salvados no Estado do Rio de Janeiro por descumprimento dessas legislações, dessas portarias que acabei de relatar a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Há uma estatística ou um número das lojas de salvados e de desmanche no Estado?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Eu não tenho. Talvez possa lhe fornecer esses dados a Corregedoria do Departamento de Trânsito ou a própria Polícia Civil, através do nosso delegado, Dr. Rafik.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Última pergunta, para podermos fazer toda uma avaliação. Sei que não compete a V. S^a, mas, por estar na área,

V. S^a sabe quantos carros são leiloados por dia aqui no Rio ou no Estado, esses dados como perda total pelos leiloeiros?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Não tenho esse número de quantos carros, mas posso oficiar aos leiloeiros ou às empresas de leilão...

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Em São Paulo temos, pela média que fizemos, em torno de oitocentos carros por dia leiloados. É um dado...

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Aqui a média é de seiscentos por semana, pelos quatro leiloeiros. Três, aliás, pois um acabou.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Seiscentos carros por semana aqui no Rio? Em São Paulo esse número é bem maior, pois são oitocentos por dia.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – A frota de lá é maior que o dobro da daqui.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Deixe-me só fazer uma intervenção. Estou exercendo a Presidência enquanto o Presidente da Comissão, Senador Romeu Tuma – o Relator é quem tem mesmo que fazer o maior número de perguntas – ele está atendendo toda a imprensa. Aproveitando um gancho nas questões muito objetivas do nosso Relator, essenciais ao nosso relatório, quero dizer que dados complementares às questões que o Relator esteja formulando deveriam ser remetidos para a Presidência e a Relatoria da Comissão, porque precisamos fazer um trabalho arrazoado, sério, bem fundamentado. Esta é uma questão seriíssima no Brasil. Por que pedi a palavra? Porque, ao contrário do que o senhor acaba de nos relatar a respeito do Rio de Janeiro, no *site* da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, quando a Rede Globo, no programa Fantástico, levou sua primeira denúncia – ela fez várias –, ela alertou os órgãos policiais de São Paulo e a estatística apontada no *site* é de diminuição de 15% de roubos de peças de carros, etc. Houve algo auspicioso. Parece que estavam todos adormecidos, sem saber o que fazer, e a denúncia de um órgão de concessão pública de comunicação acabou agilizando as estatísticas da Secretaria de Segurança Pública.

Isso é muito importante. Talvez seja bom os senhores acessarem o *site* e darem uma olhada, porque eles têm tabelas e uma série de dados técnicos que já anexamos ao trabalho do Relator, para que vejamos a eficácia ou não do processo. Mas cabia aqui a referência.

Em São Paulo, ocorreu exatamente o contrário: a partir da denúncia e da constituição da CPI, estão correndo atrás da bola. Pelo menos o que aparece de dados, estatísticas e gráficos é bem fundamentado no

site da Secretaria de Segurança Pública. Era apenas isso o que eu queria nesse momento.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – V. S^a tem uma idéia de quantas lojas de salvados existem na grande Rio, no Estado?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Também não tenho esse controle. Eu, particularmente, não tenho.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Quem poderia nos fornecer? Seria só a prefeitura? Seria o Município.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Até novembro passado, eram 600 oficinas.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – De salvados ou de desmanche?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Não, de desmanche e de venda de peças.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Seiscentas de venda de peças?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Venda de peças usadas.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Só no Rio, doutor?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – No Estado todo.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – No Estado do Rio.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – E não é possível ter uma idéia do número de salvados? Esse é um fato novo, vem de alguns para cá.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Salvados são seguradoras e recuperadoras.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – São lojas particulares. A Auto Frontin e aquela de São Paulo, a Ideal, são lojas que só vendem carros sinistrados. Então, eu quero saber para termos uma idéia. Estamos elaborando toda uma avaliação para chegar a um denominador comum.

Acredito que são essas as perguntas. Então, o Detran não fiscaliza a autenticidade dos documentos dos veículos leiloados também no Rio de Janeiro?

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – O Detran verifica. Quando nos chega essa documentação, verificamos se a numeração é correta, se há indícios de falsidade do documento ou não. Caso haja, aí sim remetemos à Polícia Civil para a apuração do crime de falsidade ideológica ou material. A parte de polícia é feita pela Polícia Civil.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – O Detran de São Paulo tinha aproximadamente 3 mil lojas de desmanche, que é diferente da de salvado, conseguiu reduzir para 300 e agora talvez tenha em torno de 400. Houve ações sobre os desmanches?

O diretor do Deic disse: “Com relação a lojas de salvados, realmente não temos condição de entrar. É uma loja comum como as outras, que compra dos leilões. Mas nos desmanches, sim, fizemos uma ação forte e incisiva”. E conseguiram diminuir de 3 mil para aproximadamente 300, mas, em todo o Estado, deve estar por volta de 600.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Deputado, aqui no Rio de Janeiro houve um trabalho muito profícuo da Polícia Civil e da Corregedoria do Detran, na administração passada – e estava havendo até o ano passado –, de fiscalização dessas lojas de desmanche.

Eu não participei dessas diligências, mas era sempre informado pelo delegado Rafik ou por nosso corregedor. A atuação foi muito profícua e havia pelo menos uma esperança muito grande de que os índices de criminalidade nesse sentido baixassem. Não tenho os dados estatísticos, mas talvez o delegado Rafik possa nos enriquecer com eles para se sabermos se houve ou não diminuição de roubos e furtos, porque o índice, quando assumimos, era muito alto.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Eu gostaria de fazer umas questões ao senhor.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Sr. Presidente, de minha parte, estou satisfeito. Agradeço ao Dr. Marcos André Chut.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Estarei sempre à disposição.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – O senhor já expôs a sua parte? (Pausa.)

Então, é importantíssimo que comecemos o mais rápido possível.

De início, eu quero fazer uma questão que nos interessa. Os senhores têm algum conhecimento, alguma relação, algum saber sobre o número de oficinas cadastradas e registradas pela seguradora? O senhor tem algum conhecimento nesse trânsito entre seguradoras e oficinas cadastradas por elas? Tem recebido denúncias?

Por que estou fazendo essa pergunta? Porque, vindo para cá, do aeroporto, soubemos que a Delegacia de Defraudações do Rio de Janeiro deu praticamente uma vitória a um pleito de consumidores. Quer dizer, o cidadão já tem o carro arrebitado, passa por todos os percalços, etc.. Agora eles reconheceram isso como um processo criminoso.

Então, talvez, fosse interessante uma articulação do Detran do Rio de Janeiro com a Delegacia de Defraudações. Creio que é importante.

Por exemplo, estamos sabendo pelo trajeto. Não estou entrando em detalhes, porque não tenho dados concretos sobre isso. Vamos solicitar esses dados oficialmente à delegacia, mas é importante saber como

os órgãos da Polícia Civil funcionam; se têm interação, se não têm, porque isso repercute no seu trabalho.

Um fato positivo no Detran do Rio de Janeiro: trabalhar junto com o Ministério Público. Isso, para mim, é absolutamente positivo e inusitado. No Estado de São Paulo não ocorre isso.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Srª Presidente, vou-me permitir abrir um parêntese para relatar a V. Exª e a todos os presentes que, hoje, estive no Ministério Público. Ao redor dos veículos, há uma série de irregularidades. E constatei, nesta semana, que o Brasil inteiro está sendo vítima de um novo crime, que é a realização de “vistoria em trânsito”. Ou seja, o veículo está no Rio de Janeiro, mas os outros Estados da Federação estão emitindo falsamente laudos de vistoria desses veículos. O número já chega a mais de 10 mil veículos, com a participação de mais de 30 despachantes – funcionários do Detran, provavelmente; funcionários do departamento de trânsito e despachantes de outros Estados.

Todos os Detrans já foram por mim alertados, na última reunião, e, hoje, levei o assunto ao Ministério Público. Vamos trabalhar em conjunto, em breve, coordenando uma operação com o Ministério Público e, se Deus quiser, com o Delegado Rafik, para tentarmos combater esse crime.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Calculem, atingindo 10 mil veículos! É preciso dizer mais o quê?!

Aqui, temos diversas legislações já em vigor sendo brutalmente infringidas e no circuito do crime. Ou seja, desde a legislação que faremos – e sai com força, porque é uma Comissão Mista de Inquérito, portanto, Senado e Câmara.

Creio que o senhor já foi suficientemente, exageradamente paciente.

Queremos agradecer ao nosso promotor. Acho admirável, é um exemplo que vamos registrar desse trabalho conjunto, porque sabemos que será muito eficaz.

Em Santos, a promotoria não teve esse apoio da Polícia Civil e já está apresentando resultados excelentes de todo o litoral de São Paulo, o que não é pouca coisa.

Quero passar a palavra ao Dr. Rafik Louzada, que é o Diretor da divisão de Roubos e Furtos da Polícia Civil.

Seria bom até, para que pudéssemos objetivar a nossa reunião – porque há diversas pessoas para a oitiva –, que escutássemos e anotássemos o que temos para perguntar para haver mais objetividade apenas.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Só um aparte, Ex^a. A senhora ainda vai precisar da minha presença aqui?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Acredito que não. Só temos a agradecer. Creio que o senhor já cumpriu o seu papel.

Antes da sua retirada, eu queria dizer que é importante que V. S^a mantenha contato conosco, com os dados que aqui estão sendo colocados. Mas como soubemos de tudo no trajeto do aeroporto para cá, não dá para consubstanciarmos os fatos como uma questão formal. Mas seria muito importante que pudesse colaborar.

O Presidente está reassumindo, e creio que S. Ex^a poderá liberá-lo. Na minha opinião e na do Relator, sim.

Muito obrigada pela colaboração.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – De nada. Eu agradeço e estou à disposição dos senhores para qualquer esclarecimento, para ajudar na CPI, porque ajudando a CPI estou ajudando meu País.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Leve o nosso abraço ao Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor pudesse aguardar, quem sabe numa hora, uma soma de informações. Não quero atrapalhar, porque o senhor deve ter muito trabalho. Se precisar ir, nós vamos manter contato sempre, mas se tiver mais um pouquinho de tempo...

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Se o senhor entender necessário, eu posso permanecer, mas deixo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu acharia bom.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora, não acho que o senhor tenha que atrapalhar sua atividade. Mas se puder ficar, inclusive para... o doutor já afixou algumas informações, que sabe o senhor some algumas, também. (Pausa.)

Rafik, não é?

O SR. RAFIK LOUZADA – É, Rafik.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dois patriícios juntos, três, aqui, são fogo. Pois não, por favor.

O SR. RAFIK LOUZADA – Bom, meu nome é Rafik Louzada, sou diretor da Divisão de Roubos e Furtos de Autos da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

Na estrutura da Polícia Civil foi criada essa divisão para centralizar todas as informações sobre delitos envolvendo veículos no Estado do Rio de Janeiro. Então, nós temos o Sistema de Roubos e Furtos de Autos do

Estado do Rio de Janeiro, que é uma das sessões da minha divisão, e para lá convergem todas as comunicações de roubos, furtos, estelionatos, apropriações indébitas, como também a recuperação de veículos após esses delitos.

Não é privativo da DRFA a investigação dos crimes – roubos e furtos. O único crime que é privativo nosso é a clonagem, a adulteração do sinal identificador dos veículos – um artigo novo, 311, do Código Penal.

Então, temos, em outras delegacias, correndo procedimentos investigatórios, mas para nós vem a cópia para o Serviço de Inteligência formar o nosso banco, que felizmente tem melhorado bastante.

A delegacia trabalha quase sempre em conjunto com a Corregedoria do Detran. O Coronel Fogaça é o Corregedor do Detran e já estivemos juntos em 99, quando fui diretor da divisão e ele, corregedor. Ele retornou, agora, à Corregedoria e eu retornei, também, à DRFA. O nosso trabalho tem dado bons resultados.

Agora mesmo, quando eu vim embora, havia seis pessoas para serem autuadas na delegacia, levadas pela Corregedoria do Detran, que estavam tentando, na linguagem popular, “esquentar” veículos roubados em outro Estado num determinado posto de vistoria do Detran.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O posto era oficial?

O SR. RAFIK LOUZADA – O Detran tem postos só oficiais. Não há terceirização disso. Eles contratam as pessoas, normalmente universitários, para fazer as vistorias, supervisionados por funcionários de carreira do Detran.

Então, essas vistorias são agendadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se conseguiram é porque tem agente público envolvido, não é?

O SR. RAFIK LOUZADA – Quase sempre. O Dr. Marcos não falou, aliás, falou **en passant**, mas toda irregularidade administrativa ou criminal dentro do Detran é objeto de sindicância, vai à Corregedoria do Detran e, ao mesmo tempo, vai à delegacia para apuração criminal. Nesse caso, nós aceitamos que fossem todos para nós, canalizados para nós, para a Divisão de Roubos e Furtos de Autos, para a gente ter como saber fazer o nosso cadastro, daquelas pessoas que têm desvio de conduta.

Uma coisa que o Dr. Marcos anunciou, citou até com algum pesar: nós tivemos uma reunião para fazer uma investigação conjunta sobre esses veículos da rota de Miami.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há quanto tempo foi isso, doutor? Desculpe-me.

O SR. RAFIK LOUZADA – Foi no ano passado. Em junho do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer que é recente, então? Nossa, eu pensei que o contrabando de veículos tinha acabado.

O SR. RAFIK LOUZADA – Não. Eles nos trouxeram, relatados, problemas sérios em Friburgo, Rio Bonito e Itaboraí.

Então, nós fizemos uma reunião com o Secretário de Segurança.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe se em outros Estados também tem?

O SR. RAFIK LOUZADA – Têm, têm envolvimento em outros Estados.

Então, nós fizemos uma primeira reunião, preliminar, e o Ministério Público detonou a investigação. A Justiça, então, não reconhecendo a atribuição, fez a anulação, mas não perdeu aqueles dados, ouviu, doutor? Aqueles dados que tivemos, de Friburgo, foram encaminhados para a Justiça Federal. Hoje, é um inquérito na Polícia Federal em Campos. Inclusive recuperamos, recentemente, uma motocicleta, uma Ninja-1000, que fazia parte da relação, e o Delegado, pessoalmente, veio buscá-la, por determinação do Juiz de Direito da Justiça Federal de Campos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Corre em Campos o DPF?

O SR. RAFIK LOUZADA – Em Campos.

Então, trabalhamos, até novembro, na fiscalização administrativa de oficinas, lojas de venda de peças e desmanche, até que o advento da nova Lei revogou a Lei nº 1.116, que nos dava privacidade, e o Detran agora tem essa atribuição. Portanto, estamos em conversação para sabermos como faremos isso, se eu vou ficar, ou ajudar, ou sair, porque o Deputado que apresentou o projeto de lei, que foi aprovado, nos procurou para nos dizer que não está vendo uma maneira de funcionar, como está, de novembro para cá. Ou seja, nem eu vou, nem o Detran vai. E as pessoas tem que ter uma autorização da autoridade, anteriormente policial, agora do Detran, para funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A prefeitura não tem fiscalização?

O SR. RAFIK LOUZADA – Documento a parte da prefeitura, a parte administrativa. Mas pela natureza do comércio, que são peças usadas e podem ter origem duvidosa, então, entra aí o Detran e a Polícia Civil com atribuições também administrativas. Para se ter uma idéia, uma oficina que vende peças, ou um desmanche, necessita, além dos documentos da prefeitura, de mais doze documentos, de exigência só nossa: Detran e Polícia Civil. Tem que ter registro de entrada, de saída, a procedência daquela peça, a nota

fiscal do arremate do leilão, então, essa fiscalização tem sido eficiente.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Só para retomarmos com bastante cuidado. Essa legislação, no âmbito estadual, favoreceu um maior controle, uma maior fiscalização e o resultado o senhor já considera positivo?

O SR. RAFIK LOUZADA – Ainda pode melhorar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo que ele disse aqui ainda está confusa. Não se sabe quem é a autoridade competente.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Mas ele deu lado positivo também. Por isso perguntei, para entender melhor. O senhor poderia nos explicar?

O SR. RAFIK LOUZADA – De maio de 2003 a novembro, eu tenho a relação de 82 estabelecimentos entre desmanches, oficinas e ferros-velhos fechados por irregularidade administrativa e alguns por irregularidade criminal em que as pessoas respondem criminalmente.

Então, essa lacuna, de novembro para cá, estamos até com o próprio Deputado, Detran e Polícia Civil, para achar um denominador comum para melhorar a fiscalização. Ou seja, ao invés de paralisar melhorar a que já tínhamos.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Isso é muito importante, porque está ligado ao que falamos nas audiências públicas anteriores. Hoje existe, bem ou mal, uma legislação cujo resultado aponta para uma maior interação entre Detran e Polícia Civil para se otimizar a fiscalização. É isso?

O SR. RAFIK LOUZADA – Certo.

Nos outros Estados, parece-me, que o Detran é um órgão da Polícia Civil. Aqui é diferente. Já pertenceu ao Gabinete Civil, ao Gabinete Militar, hoje está novamente na Secretaria de Segurança, muito bem estruturado por sinal, e a nosso entendimento é perfeito é tranquilo. Trata-se de arestas, que vamos aparando. Da última vez em que nos reunimos, o Dr. Marcos estava presente, a opinião do Diretor de Divisão de Roubos e Furtos de Autos do Rio de Janeiro é que esse problema envolvendo veículos será resolvido da melhor maneira possível, desde que todos os interessados sentem-se à mesa.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – É isso.

O SR. RAFIK LOUZADA – Então, não podemos ter vaidades institucionais, não pode a Polícia Civil evitar o MP e vice-versa, não pode o Judiciário não nos atender naquilo que nós fundamentamos. E isso, quando acontece, quem lucra são os que estão fora da

lei. São as seguradoras, as recuperadoras, todos têm que se sentar, leiloeiros, enfim, cada um tem alguma coisa útil para fornecer para o outro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é feita aqui a fiscalização de recuperadoras e de seguradoras?

O SR. RAFIK LOUZADA – No ano passado, quando o Secretário Garotinho assumiu, ele me trouxe de volta à DRFA, onde eu já havia trabalhado, em 1999, e me disse: “eu quero que você feche todas as recuperadoras que têm atividade no Estado do Rio”. Obviamente, ponderei com ele que a firma, legalmente constituída, para ser desconstituída, dependia de fato grave, da concordância do Ministério Público para pedir essa desconstituição e a sentença judicial.

Então, não era mais ou menos por aí.

Depois de quase dois meses de conversa, cheguei a perceber que o secretário tinha recebido várias informações envolvendo firmas recuperadoras de veículos, seguradoras e policiais. Como ele não é do ramo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas interligados.

O SR. RAFIK LOUZADA – É. Como ele não é um profissional do ramo de polícia, tentei separar as coisas para que ele visse que é água, óleo, azeite, não dá para misturar tudo aí. E a desconfiança que tinha de gente das seguradoras, das recuperadoras e da Polícia Civil praticando desvios de conduta. Pode trabalhar todo mundo junto, desde que de acordo com a lei.

Então, usamos muito aqui, durante a fala do Dr. Marcos, a palavra “perda total”. Fui a um congresso em São Paulo, em outubro, e a Fenaseg estava propondo trocar esse termo “perda total”. Quando é perda total, é lixo, é tirar a placa, o documento e o chassi e dá baixa no Detran. As seguradoras tinham como sinônimo de “perda total” aquele carro que foi totalmente indenizado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era econômico.

O SR. RAFIK LOUZADA – Exatamente.

Uma vez, conversando em uma reunião, eu e o Dr. Marcos, ele defende essa tese de compactar o veículo; falei que nem todo que é totalmente indenizado, porque recuperei o carro da Cláudia Raia, uma Mercedes do ano, seis dias depois de roubado, e ela já tinha recebido. Então, seria compactar. Nem tanto ao céu, nem tanto ao inferno.

Mas a “perda total” é sucata, e eles agora vão passar a chamar “indenização total”. Aquele veículo que foi indenizado total, a seguradora não tem interesse de ficar com ele. O que ela faz? Vende para firmas que, por contrato ou não, absorvem todos os veículos recuperados. Por quê? Porque a seguradora não tem

estrutura nem quer ter de anunciar em jornal e televisão, ficar mostrando carro para vender um a um.

Determinadas firmas, e essa citada anteriormente é uma delas, Auto Frontin, eles compram todo o veículo salvo e faz a venda, essa firma, e não a seguradora. Sentamos e conversamos sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando a seguradora indeniza e vende para essa Frontin, como o Dr. Marcos falou, ela passa para ela a propriedade e depois passa a venda para a loja que faz a venda dos salvados?

O SR. RAFIK LOUZADA – Não. Creio que fica. Para fazer a transferência, é necessário aquela vistoria no Detran. Então, até que o carro esteja em condições de dirigibilidade, parece-me que fica em aberto. Esse deve ser um problema mais fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas depois vai para lá, evita uma etapa para não ter...

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Só um aparte, Ex^a. É exatamente esse o problema que venho relatando. Quando a seguradora indeniza, há um bloqueio no sistema, o carro passa para o nome dela e ela repassa a uma dessas empresas que vai vender o veículo, como a Frontin, como o Delegado estava falando. Só que esse repasse é feito apenas contabilmente entre elas. Para efeito de Detran...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – À margem dos registros oficiais. Está claro aí.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Exatamente. Então, para efeito de Detran, consta o nome da seguradora, só. E quando essa empresa vende o carro para terceiro, esse terceiro vai tentar legalizar em nome dele. É esse o problema. Há uma elisão fiscal...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A parte fiscal está fora, é só a parte econômica.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Só a parte econômica.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Só um detalhe: isso ocorre – hoje vamos ouvir também – no processo dos leilões. Quando vai para leilão da seguradora, não tem nenhum documento oficial. E a lei é muito clara na sua exigência, porque senão tem burla ao Fisco, no mínimo.

O SR. RAFIK LOUZADA – Costumamos fazer alguma diligências, não só nas recuperadoras como também nos leilões, acompanhados de representantes da Fazenda. Tivemos uma reunião no Detran com o próprio Secretário da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando há o leilão, é chamado alguém da Receita para acompanhar?

O SR. RAFIK LOUZADA – Sim. Eles têm fiscalização, têm a nossa e têm a da Corregedoria do DeTRAN. O leiloeiro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é obrigado a comunicar?

O SR. RAFIK LOUZADA – Ele é obrigado a comunicar a data. E tem agora um leiloeiro – talvez seja o maior do Rio – que, além de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como ele se chama?

O SR. RAFIK LOUZADA – Acir Leiloeiro. Além de comunicar a data, ele grava em fita todo o leilão, identifica, como determina a legislação, todo veículo vendido, para quem vendeu, com identidade, xerox da identidade de quem comprou e manda tudo para mim. Eu tenho isso em arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como ele se chama?

O SR. RAFIK LOUZADA – Acir Leiloeiro. Acho que é o maior de veículos aqui do Rio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É para vermos o sistema que ele usa e a diferença...

O SR. RAFIK LOUZADA – Não, hoje, há leilão até pela Internet. Tem um leiloeiro que faz pela internet.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em São Paulo, nós ouvimos o maior leiloeiro, Santoro, e ele faz pela internet – caminhões e tudo...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Por exemplo, eu queria entrar nesse mesmo viés, rapidamente. Não sei como é no Estado do Rio – precisávamos ter uma investigação da legislação daqui –, mas a legislação tributária estadual em outros Estados foi clara – lei estadual fiscal, para não haver evasão de divisas e perda do Fisco – ao impor a incidência do ICMS nas saídas promovidas pela seguradora. Ainda com relação a recolhimento do ICMS e à própria resolução que o determina, é necessário destacar que não só foi imposta a referida incidência, como também deverá o contribuinte responsável por essa operação emitir os documentos fiscais hábeis para acobertar as operações com os salvados que promoveram. Ou seja, o senhor está me dando aqui um dado que a gente não obteve quando fez a inquirição em São Paulo. Quer dizer, o senhor está como diretor...

O SR. RAFIK LOUZADA – Roubos e furtos de autos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...de veículos.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Da divisão de roubos e furtos...

O SR. RAFIK LOUZADA – De autos apenas.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – ...da Polícia Civil, nos dizendo que existe, tanto do

Fisco como do órgão de fiscalização policial um controle dos leilões no Rio de Janeiro?

O SR. RAFIK LOUZADA – Sim, senhora.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – No Estado do Rio?

O SR. RAFIK LOUZADA – Sim, senhora. Evidentemente, pode ocorrer algum desvio? Pode ocorrer, mas não só essas autoridades que a senhora citou. Temos uma delegacia de polícia fazendária também, que faz a fiscalização também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eu acho que a estrutura é pequena.

O SR. RAFIK LOUZADA – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É muito pequena e não consegue controlar...

O SR. RAFIK LOUZADA – Não posso falar sobre essa parte de Fazenda, porque não sou da secretaria, mas a delegacia fazendária tem um efetivo menor do que o meu – o meu é de quase 250 – e dá para fazer essa fiscalização, porque, ao trabalhar e fazer a minha fiscalização, já encontrei viaturas deles fazendo fiscalização nesses estabelecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quantas oficinas foram fechadas, ou...?

O SR. RAFIK LOUZADA – 82

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Oficinas, não, perdão, lojas de desmanche.

O SR. RAFIK LOUZADA – Olha, quando o secretário assumiu, tínhamos trabalhando como recuperadoras de veículos 26 firmas. Baixaram para 16 e, em novembro, num entendimento meu pessoal, para efeito de duas atribuições que penso que são para funcionário público – investigação e serviço de despachante –, foram lacradas 13 recuperadoras que ainda funcionavam no Rio de Janeiro. Foi até instaurado um inquérito para apurar isso, até que veio uma resolução do secretário regulamentando a entrega de veículos recuperados para as seguradoras por meio dessas firmas que hoje não são mais chamadas recuperadoras e, sim, reintegradoras. E fizemos, no âmbito da divisão, uma ordem de serviço interna em que exigimos vários documentos para que uma pessoa represente a seguradora. Então, hoje, parece que temos cadastrados 20, incluindo aí as de São Paulo, que se cadastraram aqui, e eles são obrigados a me dar o contrato social, certidão negativa de todos os sócios, relação de empregados, também com as certidões negativas – no máximo, de 5 –, para que possam representar as reintegradoras e receber carro de seguradora. Além disso, há de ter um contrato de prestação de serviço entre a seguradora e a reintegradora. Isso é novo. Está começando a ser aceito agora. As firmas de São Paulo reagiram muito desfavoravelmente – as firmas de lá –,

mas já entenderam, já estão se cadastrando aqui para receber veículos...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP)

– Gostaria de saber o seguinte. O senhor conseguiu lacrar o número de treze...

O SR. RAFIK LOUZADA – Só havia treze aqui no Rio.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP)

– É? E elas obtêm com facilidade liminares na Justiça para serem deslacradas sem cumprir esse ritual, essa via-crúcis? Só para ter uma noção do que o senhor conhece.

O SR. RAFIK LOUZADA – Felizmente, das sete ações que foram impetradas na vara de Fazenda, nenhuma liminar foi concedida. Nenhum juiz concedeu liminar.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP)

– Está bem. Interessantíssimo esse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Rafik, com sua licença, eu gostaria de anunciar a presença do Deputado Edno Fonseca, juiz aposentado, cuja presença agradeço, está prestigiando esta Comissão.

Dr. Rafik, o senhor fez referência a vários procedimentos. Seria muito difícil separar os mais consistentes para que pudéssemos analisar o tipo de ação, o **modus operandi**? O senhor nos poderia mandar algumas cópias desses procedimentos? Seria inconveniente para o senhor?

O SR. RAFIK LOUZADA – Eu não trouxe muitas cópias, mas tenho a resolução do secretário, tenho essa legislação nova que passa para o Detran a fiscalização dos desmanches...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP)

– Deixem-me reforçar isso...

O SR. RAFIK LOUZADA – Tem a minha ordem de serviço, exigindo documentos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não só o seu modo operacional, mas o **modus operandi** das quadrilhas, a interligação com seguradoras, recuperadoras, desmanches. Dois ou três casos...

O SR. RAFIK LOUZADA – Sobre isso, foram instaurados recentemente três inquéritos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se puder mandar a cópia, ficaremos agradecidos ao senhor.

O SR. RAFIK LOUZADA – Já remetemos à Justiça, sem retorno, passou pela central de inquéritos, houve denúncia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E esse caso vou pedir para Campos cópia do inquérito. Tem um delegado federal que nos acompanha, vou pedir para ele uma cópia...

O SR. RAFIK LOUZADA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para mim foi surpresa o contrabando de veículos. O senhor não se surpreendeu com isso?

O SR. RAFIK LOUZADA – O cadastramento anterior...

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Essa, para mim, foi inédita, porque o que eu imaginava à época era que os veículos saíam daqui – vendidos aqui – para o exterior, mas o que eu constatei foi que os veículos eram roubados em Miami e, através de rotas, vinham, pelo Mercosul, para dentro do País, e eram regularizados aqui dentro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na época em que eu estava na Polícia Federal, acontecia o seguinte. Roubavam na Europa, principalmente Mercedes, e, de Portugal, mandavam para o Brasil, onde eram legalizados. Com as importações abertas, porém, achei que não havia mais contrabando, pois o sujeito poderia comprar... Mas é carro roubado, então, vem com um terço do valor provavelmente. Tem que haver uma estrutura bem montada de transporte e tudo, já tem entrada no País, teve haver uma rede bem montada de colaboração...

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – O nome da cidade é Iquique, no Peru. Uma das entradas é por ali. A outra é o próprio Mercosul – Paraguai, Uruguai e Argentina –, por onde os carros entram no País em função de a legislação do Renavam permitir operações... Quer dizer “um queijo suíço”: entravam nos departamentos de trânsito e conseguiam precadastrar esses carros de forma ilícita.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado.

O SR. RAFIK LOUZADA – Tivemos, aqui no Rio, a sugestão da Fenaseg encaminhada ao Subsecretário-Geral de Segurança Pública, Dr. Marcelo Itagiba, para se criar um depósito único para os veículos furtados e também a proposta de estudar o estabelecimento de um desmanche legal – seriam o Estado e as seguradoras montando uma empresa mista para fazer o desmanche: só dali poderiam sair peças para revenda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não seria mais correto devolver ou negociar com as montadoras e elas exercerem essa atividade?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – É, porque senão vai-se criar uma empresa mista aí, que vai dar outro trabalho...

O SR. RAFIK LOUZADA – Isso aqui foi sugestão da Fenaseg e está na Jurídica para estudar. Estou só dizendo, a título de ilustração, da preocupação que há nesse serviço hoje, não só em São Paulo como no Rio Também. Trata-se da possibilidade de arrochar ainda mais para evitar esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Falsa comunicação de furto e roubo, há muitas?

O SR. RAFIK LOUZADA – Muitas. Aqui no Rio, calculamos que 30% das comunicações são “tombo” no seguro.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Trinta por cento como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É fraude do seguro.

O SR. RAFIK LOUZADA – Trinta por cento dos registros são fraudulentos, e a gente tem que provar para poder fazer o inquérito. Tenho alguns inquéritos instaurados e o carro que foi fotografado entrando na Bolívia dia tal, às 10h30min, e a queixa de roubo, aqui, é às 10h15min. Então, temos vários inquéritos instaurados sobre isso e as modalidades de fraude contra as seguradoras e, também, contra as revendedoras não são poucas, pois se tira o carro alienado, passa-o para um certificado de registro sem a restrição de alienação e o vende para o incauto, de quem a financeira vai tomar o carro, visto que ainda o bem ainda é dela. Se um bem não é pago, ele volta para quem o financiou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Algumas companhias de seguro têm uma área de investigação privada...

O SR. RAFIK LOUZADA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles comunicam à polícia quando identificam qualquer tipo de delito na certeza ou não de ter que indenizar...

O SR. RAFIK LOUZADA – A maioria das seguradoras, sim; outras preferem resolver de outra maneira, que não sei qual é. Normalmente, quando percebem a possibilidade de fraude, principalmente as grandes, evitam o pagamento e apresentam o relatório que aquele investigador particular fez para ela, geralmente fora do Estado – aqui não tem sido feito – e fazemos o inquérito para tentar comprovar aquela suspeita. Algumas até se comprovam realmente.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Há um pouco de preocupação no sentido da criação do desmanche legal, pois se abriria a porta para as peças usadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dizem que foi a Fenaseg que propôs.

O SR. RAFIK LOUZADA – Isso é proposta para ser estudada junto com as montadoras, em uma espécie de parceria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São estudos para...

O SR. RAFIK LOUZADA – Já tenho, preliminarmente, o conhecimento de pessoas que vão dar o voto contrário. O problema é que 70% desses carros

recuperados não são segurados. Uma outra coisa que aumenta a estatística no Rio de Janeiro é que o furto de veículos para desmanche caiu 80%. Hoje, rouba-se não o automóvel, mas a pessoa que está dentro do veículo, que é depenada: roubam-se celulares, cordões, relógios e abandona-se o carro.

E há um bairro da cidade que estamos investigando em que o índice de recuperação dos carros é de 70%, mas os carros estão sempre depenados. Nesse caso, temos que investigar as oficinas e as revendas de peças usadas.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Dr. Rafik, só para contribuir. Qual é a sua idéia sobre esse depósito central? Seria estadual e todos os veículos...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Ele dá a idéia mista

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É uma sugestão, e pedimos cópia, se for possível fornecê-la, de como a Fenaseg propôs. Gostaríamos de ver a proposta.

O SR. RAFIK LOUZADA – Estamos tentando criar uma lei, ou melhor, apresentar um anteprojeto de lei ao Sr. Secretário para terceirizar os depósitos. E por quê? Porque os carros que são recuperados e ficam nas delegacias, como não há pátio interno, ficam do lado de fora, o que faz com que se danifiquem e sejam até depenados. E sendo ou não policial, o débito é dele, pois foi ele que tirou. E, às vezes, nem é.

Então, estamos tentando uma legislação como a que já existe no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e, parece-me, também em São Paulo, de terceirizar esse depósito mediante licitação que, previamente, diremos as exigências que o depósito precisa ter, incluindo reboques, equipamentos de segurança, a fim de que possamos depositar os veículos.

Na minha delegacia, por exemplo, tenho veículo no meu cadastro que foi remetido para lá há 17 anos e não foi reclamado. Obviamente, ele não existe mais. Não há mais esse veículo.

Então, vamos fazer isso, aproveitando a legislação que o Código de Trânsito permite, que liberado o veículo, o dono notificado, não vier buscar no prazo de 90 dias, vai ser leiloado como é em São Paulo.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Não sabemos da viabilidade e da possibilidade, no avanço que a CPMI está tendo, Dr. Rafik Louzada, de criarmos alguns mecanismos como, por exemplo, a sugestão de remarcar, já saindo da fábrica, da montadora, 20 a 25 peças do veículo com o mesmo número do chassi. E a idéia mais interessante é marcar o chassi em alto relevo e não em baixo relevo. Evidentemente, temos que convidar os donos das montadoras ou os engenheiros para sabermos se há condições técnicas e científicas

para fazer isso. Mas seria a solução, pois diminuiria drasticamente o número de casos.

A participação do depósito de desmanche oficializado é uma saída estratégica muito boa. Uma das saídas que estávamos procurando, Senador Presidente...

O SR. RAFIK LOUZADA – Economicamente não deve ser viável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É muito difícil, porque pensamos em capital. Tem o Estado, o País inteiro, no Norte e no Nordeste não tem condições. A legislação é federal.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Mas ajudaria muito o alvará de funcionamento de lojas de desmanche.

O SR. RAFIK LOUZADA – Isso já tem. Há o alvará da Prefeitura e assentimento, que era dado pela Polícia Civil e agora será dado pelo órgão do Detran, para que ela funcione especificamente com peças. Além daqueles documentos que a Prefeitura exige, no caso de quem vai trabalhar com peça, é exigido muito mais. O livro de entrada e de saída, notas fiscais de entrada e de saída...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Mesmo assim elas funcionam e se instalam.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ao receber a comunicação de que há produto roubado, que a ilegalidade, a Prefeitura cassa o alvará. A Prefeitura tem essa obrigação.

O SR. RAFIK LOUZADA – É uma das penalidades.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Por isso, entrei nessa questão do alvará. Temos notado nas capitais em que a CPI tem trabalhado a falta de sintonia entre os órgãos. Se sou um delgado – permita-me dizer isso hipoteticamente –, um diretor de registro de veículos ou um diretor da divisão de roubos e furtos, embora autoridade do Estado, posso ter o meu trabalho facilitado, ter um domínio maior do meu trabalho, se ele for feito junto com as prefeituras do Estado. Os alvarás têm que ser fiscalizados no seu processo. Não é apenas conceder e está tudo bem. O que acontece normalmente é isto: a Prefeitura concede um alvará para determinado serviço e, na verdade, ali opera outro serviço. Sempre foi assim. Subloca-se, subloca-se, e é o que acontece.

O que estamos querendo? Estamos fazendo um trabalho de formigas. Com a experiência do Senador Presidente, com o empenho do Relator e com os poucos que sempre trabalham, estamos querendo dizer aos órgãos públicos o seguinte: às vezes, falta legislação? Sim, falta. Sempre faltará. Mas, com a legislação que há, com os órgãos que já existem, se imperarmos

a nossa ação, se nos integrarmos e não nos conflitarmos e entendermos que o processo de alvarás e de controle pode ser feito num trabalho de amostragem, começaremos a “levantar a lebre”. Com a legislação que há, podemos atuar muito bem. Já tivemos depoimento de promotoria pública comprovando isso e ganhando processos na Justiça.

Segundo, precisamos nos interar. O Senador teve a mesma idéia que eu tive: a CPI, dentre outros procedimentos, fazer um seminário em Brasília com os diversos Detrans, a Polícia Civil, todos que estão encarregados dos órgãos públicos. Porém, é preciso que uma cidade como o Rio de Janeiro, São Paulo, uma cidade pólo da Baixada Fluminense, da Baixada Santista, temos que ter interação entre os órgãos. Facilitaria o trabalho se tivesse interação com a Prefeitura, com o pessoal do Fisco estadual. E essas operações têm que ser incertas, quer dizer, devem ser feitas por amostragem para começar a espantar aqueles que se utilizam disso como artifício do crime. Se não cortar o circuito do crime, não tem jeito. É o operador público dos diversos órgãos que vai cortar o circuito do crime, e não a legislação, infelizmente. Obrigada.

O SR. RAFIK LOUZADA – Nós temos o órgão de segurança chamado Condest, no Rio, Espírito Santo, São Paulo e Minas. Está sempre havendo reuniões do Secretário de Segurança e dos órgãos da segurança, por serem mais ou menos parecidos. As legislações federais, V. Ex^a sabe, são para o Brasil inteiro, e esses quatro Estados têm condições mais ou menos parecidas. Então, temos – como no Nordeste deve haver também – troca de informações.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Isso é importante.

O SR. RAFIK LOUZADA – Essas fronteiras... O Rio, principalmente... Só há três Estados, então, temos de fazer contato com eles, de trabalhar em conjunto, de investigar aqui, para ajudá-los, e vice-versa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço ao Dr. Marcos e ao Dr. Rafik* a gentileza da presença, as informações que nos forneceram e peço que, dentro do possível, envie-nos alguns dados que são importantes.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Reforço que precisamos de dados que ilustrem o sucesso ou o fracasso das operações, inclusive do rol que V. S^a tem. Aos dois solicitamos os documentos.

O SR. RAFIK LOUZADA – E vou mandar, também, a estatística dos últimos cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Rafik e Dr. Marcos, suponhamos que V. S^{as} tenham repentinamente uma operação de vulto e precisem buscar apoio da CPMI, pelo poder judicante que esta tem: chamem-

nos em qualquer dia, em qualquer hora, que vemos o que é preciso fazer, requisitamos quebra de sigilo, o que for possível, para ajudá-los na investigação.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP)

– Agora, quero que fique registrada uma coisa absolutamente surpreendente: a Polícia Civil trabalhando com a assessoria da Promotoria Pública, ao mesmo tempo, de forma integrada. Isso é extraordinário. O resultado vai aparecer mais à frente. Um ano e meio, mas isso é extraordinário.

O SR. RAFIK LOUZADA – Isso é um avanço em nosso Estado, e não é só entre a Polícia Civil e o Detran: estamos quebrando um gelo de algum tempo entre autoridades policiais e o Ministério Público, até porque um depende do outro. Estamos todos do mesmo lado.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP)

– Isso é interessante.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Eu quero, na minha avaliação, parabenizar o Governador e o Secretário de Segurança. Não sei se essa ação partiu... Nós sabemos das imensas dificuldades que o Rio tem com relação ao crime organizado. Eu acredito, Dr. Rafik e Dr. Marcos, que o Rio de Janeiro pode oferecer ao resto do País alguns exemplos nesse sentido. E há a sugestão de criarmos, quem sabe, um Conselho permanente de diretores dos Detrans...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP)

– Podemos fazer um seminário nacional em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seria o Contran...

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Obrigado, Dr. Rafik.

O SR. MARCOS ANDRÉ CHUT – Como última observação, Sr. Presidente, só gostaria de deixar registrado que, ao assumir o Departamento de Trânsito e verificar aquele índice que disse no início, ou seja, que 60% dos veículos estão irregulares, fiz uma proposta ao Presidente do Detran, que a levou ao Governador, que a adotou como proposta de Governo, que é o recadastramento de toda a frota de veículos do Estado do Rio de Janeiro. Essa é uma proposta oriunda da minha lavra, da minha diretoria, que foi adotada como proposta de Governo.

Eu propus uma série de atos para esse recadastramento, entre eles, o da fiscalização, e estou, atualmente, coordenando, em conjunto com o Detran, com as Polícias Municipal, Estadual e Militar e o próprio Detran, operações, na rua, de fiscalização diuturna de veículos automotores, para combater não só aqueles que não estão legalizados, como uma quantidade enorme de motoristas que estão trafegando sem condições

de dirigir, alcoolizados, aumentando as estatísticas de acidentes de veículos.

Então, essa é uma operação inédita no Estado do Rio de Janeiro, que foi alvo de observações na imprensa e de aceitação da opinião pública. Só queria deixar registrado que o Rio de Janeiro começa a dar as mãos no combate ao crime.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Parabéns pelo objetivo. Leve nosso abraço e agradecimento à Governadora e ao Secretário, por permitirem que V. S^{as} aqui comparecessem.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP)

– Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado por tudo e boa sorte. Obrigado pela atenção. (Pausa.)

Para dar continuidade, já estamos com um pouco de atraso, preliminarmente quero informar que o Sr. Armínio da Silva Santana Bastos Ruas, proprietário da Auto Frontin, que estava convidado a aqui comparecer para prestar depoimentos, nos oficiou que, em virtude de estado de saúde e tendo que se deslocar para São Paulo, deixava de atender ao convite, em uma carta respeitosa.

O nosso Secretário falou ontem com a Dr^a Kátia Alonso, advogada da empresa, que se comprometeu a trazê-lo a esta comissão. Faremos outro convite e, no terceiro, se não atender, provavelmente terá que ser conduzido coercitivamente.

Falei, há pouco, com o Dr. Rafik – que tem um inquérito aberto e em andamento a respeito da notícia veiculada pela televisão Globo –, que vai nos mandar peças sobre a investigação. Ele disse, inclusive, que fez vistoria em mais de 400 veículos que a loja possuía. Então, nesse caso, vamos, na próxima reunião, convidá-lo novamente, e espero que ele atenda. (Pausa.)

Pergunto se aqui se encontra o Dr. Alfredo Carlos Lobo e a Dr^a Elizabeth Cavalcanti. (Pausa.)

Então, faremos junto para facilitar.

A senhora esteve comigo em Brasília?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe por que o convite foi expedido?

Um fato que me causou espécie foi um preso que estava com um carro salvo. Ele foi preso pela polícia em São Paulo e, no seu depoimento, informou-nos que o carro tinha poucas marcas na frente do veículo – e, portanto, não era um carro sinistrado – e que o comprou em leilão como sinistrado. Em segundo lugar, ele recebeu de uma pessoa, a qual não quis identificar – estamos procurando identificá-la –, todos os documentos do veículo, inclusive o da análise do Inmetro de um credenciado.

Então, a nossa dúvida – a Deputada requereu ao nosso Relator – é saber como o Inmetro credencia, terceiriza essa fiscalização, porque ela faz a fiscalização dos elementos de segurança do veículo, e isso põe em risco o cidadão, se esse certificado for vendido por terceiros. Uma das empresas que comercializa com os salvados passava tudo por uma empresa terceirizada, não é isso?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E diz que não é proprietário, mas amigo da pessoa. Então, há um conluio que me faz pedir ao senhor que identifique como é feita essa concessão e que tipo de fiscalização o Inmetro faz nessas oficinas.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Pois não.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – O Senador, muito bem, apresentou a primeira pergunta que eu iria fazer. A pergunta torna a exposição mais objetiva. Vou aduzir agora a seguinte questão: quantos postos o Inmetro tem no País? Conheço o número de postos no Rio de Janeiro, por exemplo.

O senhor pode, em seu depoimento, esclarecer...

Vocês terceirizam o serviço. No entanto, vocês têm postos do Inmetro. Tenho aqui a lei, que diz ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Doutora, todo o respeito, no sentido de colaboração.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Para fundamentar minha questão, vou dar uma introdução. E gostaria que isto ficasse registrado. Art. 5º da Legislação que regula o Inmetro: “O Inmetro é o órgão (Não é “pode ser” ou “deva ser”)... Art. 5º da Legislação inteira do Inmetro: “O Inmetro é o órgão...” É em duas partes: quantos postos há e como funcionam. No tempo há uma ação mais positiva ou mais negativa em relação aos postos? O que falta?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Fiscalizar.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Se a ação é fiscalizar, como fica a fiscalização? Peguei o que o Senador fez. E aí pergunto: nesse tempo já que o Inmetro é o que determina a lei, os senhores perceberam, já aprenderam, já encaminharam, já tomaram alguma atitude no âmbito da fiscalização, quando suspeitaram se em quanto a um carro havia adulteração, quando havia suspeita ou qualquer coisa? Gostaria que o senhor me relatasse isso.

Obrigada.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Acho que faria a pergunta junto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixa... Depois o senhor... Depois do questionamento do Relator, com as respostas, o senhor teria mais substância.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – A Mariângela faz todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas aí o senhor replica. Vai haver dúvidas quando o Dr. Alfredo fizer exposição. E a Drª Elizabeth, se quiser acrescentar, se o senhor permitir que ela use da palavra, nós ganharemos tempo.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Sem dúvida.

Boa tarde, em nome da direção do Inmetro, gostaríamos de agradecer a oportunidade que nos foi dada para esclarecer um pouco das nossas atividades. Parte das perguntas, eu vou remetê-las à Drª Elizabeth, por conta de serem atividades de responsabilidade direta dela. Mas eu gostaria de, em primeiro lugar, mostrar em que contexto o Inmetro participa do Programa de Segurança Veicular. O Inmetro é uma autarquia federal e tem três atividades básicas. Uma delas é propiciar confiabilidade metrológica. O Inmetro tem os padrões nacionais e dissemina as unidades de medida. Em resumo, o trabalho significa ter a preocupação de fazer com que o metro no Brasil seja o metro igual a outro em qualquer parte do mundo. Executamos também a atividade de regulamentação e a atividade de avaliação na conformidade, para prover confiança de que produtos e serviços que impactam a saúde, a segurança e o meio ambiente atendem a normas e regulamentos, com o seguinte detalhe: o Inmetro é um órgão regulamentador em caráter supletivo. Nós só regulamentamos em áreas onde não há um regulamentador oficial. Onde existe um regulamentador oficial a regulamentação e a fiscalização competem a essa entidade, cabendo ao Inmetro, eventualmente, propiciar um serviço: a certificação e a creditação de laboratórios e organismos para fazer esse trabalho.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – O senhor acha que com isso que o senhor está dizendo vocês cumprem a lei. É isso o que o senhor está dizendo?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Com certeza, cumprimos a lei. Mas gostaria de lhe dar um pouco mais de detalhe. Então, nesse trabalho de prover confiança de que um produto ou serviço é feito de acordo com uma norma, quando é voluntário, ou um regulamento, quando é compulsório, fazemos também a acreditação de organismos para fazer a certificação, para fazer a inspeção, a acreditação de laboratórios e assim por diante. O Inmetro é o órgão acreditador oficial do Estado brasileiro. É órgão credenciador oficial do Estado brasileiro. Qualquer país moderno possui essas três coisas porque é fundamental para uma inserção competitiva do país em mercados internacionais. Para se ter uma idéia, o único país da América Latina que tem

sua estrutura de credenciamento reconhecida internacionalmente é o Brasil. Os credenciamentos feitos no Brasil são reconhecidos internacionalmente. Significa dizer que, pelo menos uma vez por ano, passamos por auditorias de organismos internacionais, como acabamos de passar há 30 dias. A coordenadoria da Dr^a Elizabeth passou por uma auditoria internacional para ver se cumprimos a legislação internacional, as normas e a legislação brasileira.

Nessa atividade de acreditação, como de certificação de produtos e de serviços, como é o caso de inspeção na área veicular, além de seguirmos a legislação internacional, seguimos a legislação nacional e as resoluções do Conmetro. O Inmetro não tem autonomia para atuar nessas áreas. Existe um foro maior, que é o Conmetro – Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Mundial, do qual fazem parte 9 ministros, Federação Nacional da Indústria, entidades de defesa do consumidor, entidades brasileiras de normalização, que estabelecem as políticas, as diretrizes, as resoluções baseadas nas quais temos de trabalhar.

Agora, o aspecto interessante que eu gostaria de destacar é como o Inmetro entra nesse programa de segurança veicular.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse que é importante para nós. Conheço muito ... Já visitei, sei a qualidade do trabalho, mas como o número é enorme, acho que vocês têm que credenciar mais do que gostariam. Essa é a grande preocupação: como o documento circula sem que o veículo seja fiscalizado.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Diante da sua afirmação, já digo o seguinte: como o senhor vê a enormidade desse circuito do crime. Ou o senhor não tem conhecimento disso? Não lhe afeta essa realidade? Porque o que temos é que os números são avassaladores. Segundo dados hoje aqui fornecidos pelo promotor responsável pelo Detran, dez mil veículos estão num circuito absoluto de crime. Quer dizer, o senhor, que é o órgão credenciador e – que bom! Compete-nos parabenizá-lo – reconhecido como o cumpridor dos acordos, das leis internacionais e nacionais, o único na América Latina, como se explica, estando num circuito bem central o Inmetro, esse circuito do crime que é avassalador no País. Já fica aí esse processo, porque é assustador, diante da sua afirmação.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Dr. Alfredo Lobo, não estamos questionando a grandeza e a qualidade do trabalho do Inmetro como agência reguladora. Ainda precisamos avançar, o assunto está em pauta no Congresso para uma avaliação das agências reguladoras. Mas a nossa se prende exatamente

a essa terceirização. Quais são os critérios? Houve uma espécie de anuviamento, algo no ar que gerou uma parceria, uma revendedora de veículo meio ligada com... uma parceria, se pode haver, participação societária com essa empresa... como é? OIC, não é? Organismo de Inspeção... em segurança veicular. Então é nesse sentido apenas. Todos reconhecemos o trabalho grandioso que a Inmetro vem realizando. Só que nessa terceirização... Digo que também não deve ser fácil. Segundo levantamentos que estamos fazendo hoje, são em torno de 60 mil veículos leiloados por mês, Dr^a Mariângela. É algo assustador. Só em São Paulo são dois mil veículos leiloados. Eu estava ouvindo agora também o diretor do Detran dizer que são 600, 700 só no Rio de Janeiro. Então, imaginem o somatório em todo o Brasil, em todos os Estados.

É claro que o Inmetro não terá mecanismos para vistoriar todos. Por isso, está havendo essa terceirização. Queria saber a questão dos critérios, dos instrumentos que o Inmetro tem, se são repassados, se eles terão que comprar. Gostaríamos de saber tudo sobre isso, porque nos ajudará a destrinchar onde está o elo que leva toda essa situação ao crime.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Desculpe-me por ter despendido esses cinco minutos tentando mostrar em que contexto o Inmetro trabalha, mas considero importante saber como o Inmetro entra nesse programa de segurança veicular.

Existe um dispositivo legal no Código Brasileiro de Trânsito, art. 106, que reza que os veículos sinistrados ou os veículos que tiveram modificações nas suas características originais que implicam segurança devem, preliminarmente ao registro, passar por uma inspeção no organismo credenciado pelo órgão metroológico brasileiro. A lei estabelece exatamente isto: os veículos sinistrados ou os veículos que tiveram as suas características originais alteradas, afetando aspecto de segurança, para efeito de registro, devem ser submetidas a uma inspeção de segurança no organismo credenciado pela autoridade metroológica brasileira.

A autoridade metroológica brasileira é o Inmetro. Quando o Denatran regulamentou essa lei, nos deu a competência de fazer o credenciamento. Então, era importante entender, antes de falar do processo de credenciamento, o que é o credenciamento. À luz das práticas internacionais e da legislação brasileira, credenciamento é reconhecer competências. Ou seja, ao credenciar o organismo de inspeção, estamos reconhecendo que ele é competente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa é a nossa preocupação. A oficina normalmente é um posto de fiscalização

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – De inspeção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando se credencia essa oficina, o critério é rigorosamente estudado pelo Inmetro?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para saber se a pessoa tem competência e equipamentos necessários.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Pessoal, instalações. A Dr^a Elizabeth vai falar rapidamente sobre isso. Pessoal, instalações, documentação, situação jurídico-fiscal, tudo isso é analisado e comparado não só com a legislação internacional, como com a legislação nacional.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que é boa.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Senador, um aspecto importante é que o credenciamento é reconhecimento de competência, e não temos poder de fiscalização. Essa não é uma atividade que nos enseja fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vejamos se entendi bem. Quem pode credenciar pode cassar. Se pode cassar, pode fiscalizar?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Lógico.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Um minuto. Creio que facilitará muito se o senhor me disser...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem credencia pode tirar o credenciamento.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – E nós tiramos. Ela pode nos relatar alguns processos. Esse poder de polícia administrativa em relação ao credenciado, não temos. Mas fazemos auditorias. Ela vai relatar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas podem chamar a Polícia se houver alguma irregularidade grave?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Podemos. E toda vez que o fazemos, eles vão à Justiça e cassam a nossa ação punitiva por meio de liminar.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Um minuto. Eu gostaria de fazer alguns acréscimos. Gostaria de perguntar à Dr^a Elizabeth e ao senhor, para ser mais objetiva, se a Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, está em vigor, mesmo com o novo Código de Trânsito?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Está.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Então, eu gostaria de ler rapidamente, para que conste, o seguinte:

Art. 3º

O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, da Indústria, do Comércio e do Turismo, criado pela Lei nº 5.966, de 1973, é competente para (...)

Agora estou tratando da competência do Inmetro, porque, do contrário, iremos perder horas para saber qual é a competência. Portanto, vou à lei, que diz o seguinte:

Elaborar e expedir regulamentos técnicos nas áreas que lhe forem determinadas pelo Conmetro (...)

Exercer, com exclusividade, o poder de polícia administrativa (...)

Acabo de ouvir o senhor dizer que “não pode exercer o poder de Polícia Administrativa”. Peço a sua atenção. Não estou falando de oitiva, mas estou lendo o corpo da lei, e V. S^a acabou de dizer que não pode exercer a polícia administrativa.

Exercer, com exclusividade, o poder de polícia administrativa na área de metrologia legal.

Exercer o poder de polícia administrativa na área de avaliação da conformidade, em relação aos produtos por ele regulamentados ou por competência que lhe seja delegada.

Art. 4º

O Inmetro poderá delegar a execução das atividades de sua competência:

Parágrafo Único:

No que se às atribuições relacionadas com a metrologia legal e a certificação compulsória da conformidade, dotadas de poder de polícia administrativa, a delegação ficará restrita a entidades públicas que reúnam os atributos necessários para esse cometimento.

Por último:

Art. 6º

É assegurado ao agente público...

Vejam bem, com exclusividade, ele tem o poder de polícia e pode, também, somente para atividades de órgãos públicos. E termina dizendo: “É assegurado ao agente público fiscalizador acesso à empresa” – isso é poder de polícia – “sob fiscalização, a qual se obriga a prestar para tanto as informações necessárias, desde que com o objetivo de verificação do controle metrológico e da qualidade de produtos, bem assim o ingresso nos locais de armazenamento, transporte...”.

Hoje votamos no Congresso Nacional 90 vetos. Viemos ao Rio de Janeiro; vamos ao Paraná, fomos a São Paulo. Tem problema, precisamos adequar um pouco a realidade da enormidade do crime à realidade da lei, que me dá que o Inmetro é um órgão básico, essencial, muitas vezes exclusivo na competência para cortar esse circuito do crime. Então, eu gostaria, por favor, que os dois mandem por escrito depois os

elogios que devemos ao Imetro. Que ótimo, faremos em tempo hábil.

Mas precisei usar a lei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é interessante a competência de V. Ex^a em trazer a legislação e, assim, permitir que a explicação fique mais clara, que os senhores poderão trazer a Deputada, ao Relator e à Comissão.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Da legislação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre a legislação que lhe dá poder de polícia administrativo.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Mas, S. Ex^a, com todo respeito, conforme foi lido, o poder de polícia administrativo é restrito à atividade de controle metrológico, ou seja, balanças, taxímetros, bombas de gasolina. Todos os instrumentos de medir que interferem nas relações de consumo são regulamentados e fiscalizados pelo Inmetro e, na certificação ou avaliação da conformidade de produtos, nos campos onde o Inmetro atua como regulamentador com delegação de alguma entidade outra, como o Conmetro ou a agência reguladora. Por exemplo, preservativo masculino, a agência reguladora é a Anvisa, que estabelece os requisitos técnicos a serem atendidos pelo preservativo. Só que ela delega ao Inmetro a criação de um programa de avaliação da conformidade...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A qualidade.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – ...que é a qualidade. Nestes casos, existem hoje 54 produtos no Brasil. São produtos que têm grande impacto na saúde, na segurança, no meio ambiente, e o Inmetro, ou porque não tem o regulamentador, ou porque tem e ele foi delegado ao Inmetro, que o Inmetro pode então fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não está incluído veicular?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Não está, porque existe um organismo, um fórum regulamentador, que é o Contran, um fórum regulamentador, que é o Contran...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que delegou ao Inmetro.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – ... que delegou ao Inmetro somente o credenciamento de organismos de inspeção. Nós não podemos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor acha que a legislação tem que ser mais abrangente?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Com certeza. A lei teria que ser mudada para nós dar essa in-

cumbência, se é que o Legislativo entende que deva dar-nos.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Posso dizer que já tenho uma visão diferente. Acho que a legislação em vigor dá ao Inmetro mais do que ele está fazendo. Se o senhor me responder como se encontram os postos do Inmetro no Brasil, talvez eu avance nisso. Não tem postos do Inmetro?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Tem.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – No Rio de Janeiro, não tem treze postos do Inmetro, Dr^a Elizabete?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – São credenciados. São organismos de inspeção credenciados pelo Inmetro. Não são do Inmetro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vinculados diretamente ao Inmetro? O que a Deputada pergunta...

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Não, não. Não têm vinculação.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Tercerizados por vocês?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agentes públicos?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Não são agentes públicos. São empresas...

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Gostaria de explicar isso, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – A lei nos permite delegar as atividades sobre as quais temos poder de polícia administrativa, que são exatamente a regulamentação e fiscalização na área metrológica e na área de qualidade de produtos que estão ligados à saúde, segurança e meio ambiente. Fazemos de forma tercerizada através dos empenhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa fiscalização veicular não tem relação com o meio ambiente?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Desculpe-me, não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A fiscalização veicular não tem relação como o meio ambiente?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Temos um outro programa, aí sim, que junto com o Ibama...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque esse que diz “salvados os sinistrados”, é só sob o aspecto dos produtos de segurança que estão no veículo?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Perfeito. Temos uma outra atuação em conjunto com o Ibama na

área de emissão veicular. Temos um outro programa que é diferente desse de segurança veicular.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP)

– Sim. Inmetro é segurança de meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse aí ainda não foi regulamentado?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só tem a exigência sem regulamentação.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – A fiscalização é feita no Brasil inteiro. Nós temos 27 organismos estaduais, organismos públicos que são os Ipems, órgão estadual ligado administrativamente ao Estado e tecnicamente ao Inmetro. Conforme a ilustre Deputada falou, a lei nos permite, nos faculta delegar a atividade de fiscalização ao Ipem. Nós fiscalizamos no ano passado 55 milhões de itens por este Brasil ou fora. Não teria o Inmetro, como órgão federal, braços para estar presente em todo o Brasil; alguns fiscais no Brasil vão de barco a vários locais. Nós fiscalizamos no ano passado 55 milhões de itens por meio dos Ipems. Nos campos em que estamos cobertos pela lei, eu me permito dizer, a atuação fiscalizadora do Inmetro, que é exercida por meio do Ipem, é muito bem conduzida a ponto de o índice de **(Fora do microfone. Inaudível.)** ser batido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como o senhor veria a possibilidade de uma fiscalização rigorosa do Inmetro com relação aos veículos sinistrados, salvados ou modificados na sua estrutura?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – No nosso entendimento, eu sou engenheiro, não sou advogado, no entendimento do Inmetro hoje nós só podemos fazer o credenciamento. Esse credenciamento – vou pedir à Dr^a Elizabeth Cavalcanti para dizer depois – é totalmente acompanhado, nós olhamos toda a documentação, a situação jurídica e fiscal, fazemos a auditoria periódica...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço à Dr^a Elizabeth Cavalcanti que posteriormente nos mande a relação de todas as empresas credenciadas sobre veículos.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Estão no nosso site.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eu gostaria que ela me enviasse, seria mais simpático para mim.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Outra preocupação que temos é sobre interpretação. A Inmetro pode terceirizar para a entidade privada e não para empresa particular. Não é isso?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP)

– Não! Eu queria uma explicação. Aqui está claro, vou

ler novamente esta parte que julgo da máxima importância. No que se refere às atribuições relacionadas com a metrologia legal e a certificação compulsória da conformidade dotados do poder de polícia e administrativa, a delegação ficará restrita a entidades públicas – é clara a letra da lei – que reúna os atributos necessários para este cometimento.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Quer dizer que já está havendo uma irregularidade, ao terceirizar para uma empresa privada.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Não, ilustre deputado, desculpe. Não.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Explique isso. A Dr^a Elizabeth Cavalcanti angustiada porque não consegue falar. Ele vai deixar a Dr^a Elizabeth explicar; eu acho importante isso e peço que o senhor nos explique. Há uma contradição aqui; ele apontou uma contradição naquilo que eu estava lendo. Há exclusividade na letra da lei para organismos públicos na atribuição, repito, de metrologia legal e certificação compulsória da conformidade. E restringe a concessão pública. Queria entender isso.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Eu gostaria primeiro de fazer uma observação. A Lei 5.966 é complementada pela Lei 9.933, que faz uma modificação especificamente nesse artigo, abrindo possibilidade do credenciamento a entidades públicas ou privadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi revogada essa lei?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Não, não foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela acrescenta?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Ela acrescenta, ela complementa, mas particularmente altera esse sentido.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Espera um pouco, Dr^a Elizabeth Cavalcanti. Isso não pode existir porque senão nós vamos entrar com uma Adin imediatamente! Se a lei anterior dá exclusividade a entidade pública, a lei posterior não pode abrir para a iniciativa privada. Aqui é muito claro. Há um conflito legal em que cabe uma Adin imediatamente. A senhora está falando... Por favor, registre aí, nosso querido Relator, porque aí ha uma questão muito séria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa lei foi aprovada pelo Congresso.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Trata-se da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999. Se quiserem, posso ler o artigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito, aceitamos sim.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Senador, um aspecto importante...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos com calma. Não é nada de acusação; estamos esperando...

Dr^a Elisabete, nossa tentativa aqui é só buscar o mecanismo para fechar as porteiças que estão permitindo a contravenção. Então, é uma colaboração, é um diálogo; não é uma acusação, porque nós, Deputados, estamos juntando todos os subsídios para poder exatamente estancar as falhas e precisamos da colaboração do Inmetro, que permite, por essa brecha, um credenciamento. Foi o que ficou no ar nas últimas audiências, foi o que provocou a solicitação da presença do Inmetro, exatamente para tentar fechar isso, porque se começa a credenciar essas OICs – Organismo de Inspeção Veicular – para empresa particular e algumas delas deram a entender que têm participação societária com revendedores de veículos usados, já com problemas. Essa fiscalização acaba se tornando suspeita, mesmo porque essas OICs entram no Detran com documento do Inmetro. Então é isso que queremos ver se há uma colaboração, para que possamos encontrar uma saída.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – É isso que queremos entender. E mais, qualquer processo de concessão – aqui me parece ser só pública – exatamente nas atribuições mais essenciais. Agora fomos alertadas pela senhora sobre a nova lei. Vamos ver essa contradição na lei, uma dá como exclusividade e a outra abre.

Pergunto à senhora muito objetivamente – para fazer a concessão, já que é um órgão público, tem que ter critérios: os senhores têm esses critérios de concessões para nos entregar por escrito?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Na realidade, não tratamos isso como uma concessão. O art. 106 diz que o Inmetro entra nessa atividade como órgão credenciador dos organismos de inspeção. Portanto, não é o Inmetro que tem de fazer e ele concede isso.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Quem é, então?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Esse é um ponto claro... A lei de Trânsito diz que o Inmetro, para esse caso, vai atuar como organismo credenciando esses organismos que vão fazer a inspeção.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Só um minuto. Pelo amor de Deus! Parece que eu não estou conseguindo entender as coisas. Se o órgão... Já tem uma contradição na lei, que acho muito grave e compete a nós apurar. Muito bem, mas se ele é o órgão credenciador – a senhora está repetindo isso

várias vezes –, quais são os critérios para que ele seja o órgão credenciador?

Nós estamos solicitando, por escrito, esses critérios para saber da vigência deles.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Pois não. Nós podemos fornecê-los...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr^a Elizabeth Cavalcanti, vamos ver se entendi. O Código de Trânsito é que determina que vocês sejam um órgão credenciador.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Art. 106.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Código de Trânsito.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Há especificidade de o Inmetro atuar no programa de segurança veicular como credenciador de organismo de inspeção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse credenciamento... A Deputada quer saber quais são os critérios estabelecidos pelo Inmetro, não é pelo Código de Trânsito.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Não. Eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o Inmetro tem o elenco de exigências para credenciar, como é que não tem o poder de fiscalizar essas empresas?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Eu gostaria de continuar e mostrar a sequência...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque a concessão... A senhora está separando o credenciamento da concessão. Não é concedida a atividade inerente ao Inmetro. Ela é credenciada para exercer uma atividade e o Inmetro determina as normas gerais.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Eu queria insistir, Senador. A lei nos dá o poder de polícia administrativa restrita ao controle Inmetrológico e a questão... Ela não nos dá poder de polícia administrativa na questão do credenciamento, que é uma atitude voluntária, segue regras, mas não temos o poder de polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que estou dizendo ao senhor não é para o senhor se defender de uma colocação que estou fazendo. Eu acho é estranho não ter esse poder. Não é que o senhor não esteja exercendo porque não quer, mas estou perguntando porque não tem. Se tem credenciamento, tem todas essas regras estabelecidas, porque não pode fiscalizar se elas estão sendo bem aplicadas ou não? Não entendo porque a lei não permitiu que isso acontecesse. Não estou pondo em dúvida que a ação de vocês tem limitações legais. O que queremos saber é porque a lei obstrui um trabalho que já dá metade para vocês e deixa no ar a outra metade. Não há nenhuma acusação.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Tenho uma interpretação. É porque essa atividade de credenciamento é voluntária, segue práticas internacionais, e me parece que a legislação respeitou isso. Vou me permitir dar uma sugestão aos senhores. Se se quer ter uma atuação mais de polícia administrativa nos organismos de inspeção, temos que mudar essa figura do credenciamento, até sob risco, Excelência, de termos problemas nos nossos reconhecimentos internacionais. Para obter esses reconhecimentos internacionais, temos que nos alinhar rigorosamente às práticas internacionais. Se as transgredirmos, um direito nosso, isso afetará o reconhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **(Fora do microfone. Inaudível.)**

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Com certeza. O poder policialesco nessa atividade não é previsto nas práticas internacionais. Teríamos que mudar essa figura.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Vamos deixá-la falar para ver se consigo compreender.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Esse processo de credenciamento é formal, ou seja, as regras, os critérios, os procedimentos, a sistemática, tudo é conhecido e pública e público. Existem todas as etapas desse processo, que é voluntário. Uma instituição pede voluntariamente esse credenciamento. Quem torna, digamos assim, obrigatória essa atividade é o órgão regulador. Por exemplo: o Código de Trânsito, ao exigir que a instituição que faz a inspeção seja credenciada pelo Inmetro, tornou o credenciamento compulsório para essa atividade. Ou seja, se um organismo de inspeção não for credenciado, ele não pode executar essa inspeção de segurança veicular. Estamos falando da inspeção de segurança relacionada às alterações...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixa eu ver se entendi aquilo que o doutor falou e que a senhora está completando. O Inmetro tem o poder de polícia administrativo de credenciamento. As irregularidades praticadas pelo credenciado são questão de polícia.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – É questão de o Inmetro tirar o credenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas se há prática do crime ou...

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Aí temos que denunciar à Polícia.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Só podemos fazer uma coisa: abrir um processo administrativo e aí...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E aí comunicar à Polícia...

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Houve uma punição. Não podemos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por exemplo: se alguém de uma credenciada dessas vender um certificado... É o inverso: a Polícia comunica a vocês para cassarem o credenciamento.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Aí cassamos o credenciamento e remetemos à Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há casos desses?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Sim. Há casos específicos no Nordeste...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Poderia nos mandar alguns casos como é feito...

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Há oito processos administrativos que resultaram – não sei exato o número – em algo em torno de vinte suspensões temporárias e no cancelamento de um credenciamento. Isso por motivos vários, desde por não atender aos critérios até por ação sem ética.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desculpe-me interromper, mas é importante sabermos para ver os fatos que levaram à cassação do credenciamento, as fraudes, se é que foram praticadas, e quem é o responsável, pois vocês estão limitados à cassação. Pode abrir uma sindicância para justificar a suspensão, para que ele não peça uma indenização, porque quem é credenciado investiu em equipamento. Se ela simplesmente for fechada...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, estou extremamente preocupada. Resumo em duas questões. Temos um universo criminoso avassalador neste País, que faculta rasgar o Código do Consumidor, que faculta o comércio ilegal de peças de veículos roubados, que faculta o roubo com mortes, assassinatos e tudo. Diante disso, vejo um órgão cuja lei dá a vocês a capacidade de polícia administrativa. Na melhor das hipóteses, apontaram-nos falhas legais: lei que contradita outra, etc. Fica algo meio nebuloso.

Vou inverter a pergunta, senão vamos ficar aqui com um Inmetro excelente, na concepção dos senhores, e desesperados diante da situação. Vou inverter a questão, diante desse circuito em que a Justiça, pelo Brasil afora, está dando ganho de causa nas primeiras questões. É público e notório para Deus e todos que o Inmetro está no centro, não é o único, dessa questão com atribuições de polícia administrativa, com uma certa nebulosa nessa questão de ser público ou privado, para quem se concede. E ainda não me responderam se há postos ou não.

Tudo bem, nós que ainda não demos tempo. Fique tranquila, Dr^a Elisabeth, pois creio que vocês são colaboradores. Mas saio daqui – externarei isso depois

– extremamente preocupada. Como é que vocês vêm um órgão público com essa atribuição, com base na lei que citei, que é anterior? Qual é a colaboração que o Inmetro pode nos dar?

Creio que se não invertermos isso vamos ficar por muito tempo sem que eu consiga entender qual é a sensibilidade do Inmetro em relação a esse circuito perversamente criminoso, porque se cometem assassinatos e as pessoas são lesadas por todos os meios.

Escutamos depoimentos de promotores que nos disseram que a pessoa é lesada porque não tem escolha da oficina que vai consertar o seu veículo. Já tem o trauma do seu estrago, fica sem o carro, não tem a escolha da oficina, e depois está sujeito, pelo comércio ilegal de peças usadas, a ter um carro com peças usadas, fajutas, e sofrer um acidente, talvez com morte.

Então, eu queria saber como o Inmetro se situa nisso. Qual é a colaboração que o Inmetro está dando para cortar esse circuito criminoso? Que tranquilidade o Inmetro dá à sociedade brasileira?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputada, eu entendi bem a preocupação deles, porque a definição do poder de polícia é sobre determinado tipo de atividade. A fiscalização veicular veio como apêndice na atividade definida quando o Inmetro foi criado, porque não havia outro órgão para fazer. Então, há até uma pergunta: revendedores de veículos são credenciados para fazer esse tipo de inspeção veicular?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Um dos critérios que se leva em consideração é que não ele não pode ser revendedor nem ferro-velho. Inclusive rastreamos o cidadão proprietário para ver se não têm outras empresas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se a distribuidora for a fiscalizadora, vai dar tudo com certificado garantido.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Ela não pode ter um laranja como sói acontecer no Brasil?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Sim. E certamente nessa área acontece.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – A pessoa coloca lá um genro à frente da empresa e atua como revendedor. O senhor nunca encontrou isso?

A SRA. ALFREDO CARLOS LOBO – Comprovadamente não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, eu digo que há a suspeita, o levantamento e a caça ao credenciamento. A senhora já tem casos desses e poderia nos enviar, para sabermos quais são os motivos e rastreamos se houve ou não responsabilidade.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – A Dr^a Elisabeth disse que isso é formalizado. Vocês trouxeram essa formalização?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Eu tenho os documentos (**Fora do microfone. Inaudível.**)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a senhora pode nos enviar, por favor. Há uma pessoa que fica em Brasília, não é? Então, faça-me a gentileza de enviar à CPI, para que eu encaminhe à Deputada.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Excelência, por favor, quando falei que está no *site* não foi no sentido de... Foi no sentido de demonstrar que temos preocupação de dar transparência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu digo até publicamente que não sei abrir *site*, por isso que prefiro por escrito. Eu ainda estou na escola de quando se escreve com a caneta ou com a máquina de escrever

Concedo a palavra ao nosso Relator.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – A razão de estarmos aqui, Dr. Lobo, Dr^a Elisabeth é exatamente porque temos essa responsabilidade de buscar soluções, de ajudar a diminuir o crime. Isso não é só para a Inmetro, mas para todos que aqui estão; e, com certeza, estão aqui para participar na busca dessa solução.

Tenho algumas perguntas. Uma delas, por exemplo: a respeito desses postos do Inmetro. Eles têm estatísticas? Se existem irregularidades, qual é o número de irregularidades por mês nesses 80 postos do País? É isso?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Cento e cinquenta e cinco.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Cento e cinquenta e cinco.

Quantas irregularidades, mensalmente, estatisticamente, elas apresentam? Existe alguma estatística nesse sentido Dr. Lobo?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Veja bem, na medida em que ele faz uma expressão e rejeita ou não, ele automaticamente faz esse levantamento. Ele não nos envia isso periodicamente.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Nesse caso, o Inmetro não teria que ter a estatística de quantos veículos foram rejeitados? Pelo menos para que se tivesse uma idéia! Acho que está sendo meio falho nesse sentido.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Vamos melhorar um pouquinho. O que ele está perguntando é o seguinte: como o senhor, que faz formalmente atribuição da competência original e delegada, fiscaliza aquele rol formal, se ele está, por exemplo, lidando com coisas que pode haver, como peças de

veículos adulteradas? Isso não entra nos critérios para se fiscalizar se essa atribuição está correta ou não?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Se o senhor me permite, eu gostaria de continuar. Como é esse processo de credenciamento? Isso talvez esclareça algumas coisas. É um processo formal, os critérios estão estabelecidos, todos os requisitos têm que ser atendidos por essa instalação, uma instalação fixa, e fazemos auditorias periódicas. Existe um contrato de credenciamento formal com regulamento...

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Inspeções periódicas.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Auditorias.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Tem cópias das auditorias para enviarmos à CPI?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Temos. Mas, para cada um, fazemos auditoria periódica anual. Poderia ser escolhido...

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Para cada um desses 155 postos?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Para cada um dos postos. Isso faz parte do processo formal...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – São quantos postos?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Cento e cinquenta e cinco.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Ah, então, tinha.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – De novo, eu gostaria de reiterar: não são postos do Inmetro, são postos de organismos de inspeção credenciados para essa atividade. Esse credenciamento do Inmetro é para que ele verifique a segurança do veículo; um veículo que teve alguma característica modificada ou que foi resultado de um sinistro de média monta.

Então, esses critérios de credenciamento são definidos, são claros. Vão desde a questão de uma instituição legalmente constituída. Portanto, ao se solicitar o credenciamento, deve-se mostrar o estatuto legal, o registro disso.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Um exemplo: uma empresa, uma OIC, esse organismo de inspeção, como a senhora disse, ela cobra de cada veículo R\$80,00 – não sei se esse é o preço certo, se há uma tabela fixa.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – É o preço máximo.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Em São Paulo, estão cobrando R\$80,00. Não sei quanto é aqui, no Rio. Bom, o Inmetro fica com uma parcela desse valor?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Sim.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Sim. É uma porcentagem. É interessante, então, para o Inmetro manter esses postos.

É um “abacaxi”, vamos dizer, para o Inmetro ter esses postos, porque, de repente, eles não são de interesse do Inmetro. Se se está cobrando uma taxa, é claro que há interesse. Mas é preciso também haver uma fiscalização.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Quem contabiliza o que os senhores ganham por isso?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Eu gostaria de continuar o processo, talvez eu pudesse esclarecer.

Uma vez credenciado, fazemos auditorias periódicas, que são estabelecidas contratualmente; e auditorias extraordinárias, caso haja uma denúncia, uma modificação que conheçamos ou mesmo algum indício de que as coisas não estão correndo da forma como deveriam. Ou seja, ele não está tendo uma atitude ou um desempenho técnico do ponto de vista que originou o credenciamento. Então, há uma supervisão.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Estamos pedindo cópia que comprove isso, além do que já estou solicitando aqui, de público, que o Inmetro nos envie qual é o lucro que obtém, porque não pode tapear o Fisco. Qual é o lucro mensal que obtém. Eu queria pedir de 2000 para cá. Que o Inmetro enviasse à CPI qual é o seu rendimento auferido com a transferência desses 156 postos.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Pois não.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Quero ver a parte contábil disso.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – OK. Nós temos um sistema de receita, de controle orçamentário.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – V. Ex^a me permite uma correção?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Pois não.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – O Inmetro, na verdade, tem um repasse de 10% para fazer face às despesas que tem, de mandar auditor, as despesas administrativas, etc, etc. Nós em absoluto auferimos lucro com essa atividade, o que nós fazemos...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Não, não. Não estou falando de auferir lucro. Estou dizendo que à medida que tem 150 e tantos postos e parcela dessa terceirização reverte ao Inmetro, nós não podemos ficar só com a fala, por mais que tenhamos respeito. Esta é uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional. Tudo que a senhora falar está gravado, vai entrar no relatório e eu preci-

so... na medida em que a senhora vai falando, eu vou solicitando os documentos.

Acabamos de solicitar documentos que exemplifiquem essa auditoria, que foi o termo usado pela senhora, dos postos credenciados, vamos dizer assim.

Segundo, eu estou solicitando, mediante a confirmação de que parcela do que eles auferem vai para o Inmetro, que o Congresso Nacional possa ter controle do que entra na contabilidade do órgão público chamado Inmetro. Mais claro é impossível, apenas isso. Cada coisa dita.

Às vezes, nós parecemos muito duros, mas não é. É porque, senão, nosso trabalho fica inviabilizado, apenas isso.

Qualquer firmeza na indagação, fica aqui, de público, o meu pedido de desculpas, porque, **a priori**, todo mundo é correto e legal, até que o trânsito em julgado nos prove o contrário.

Então, a senhora fique tranqüila, porque o rigor é pela função da CPMI, é inerente à função da CPMI.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Certo. Excelência, eu compreendo perfeitamente isso porque nós somos auditores e trabalhamos com dados e fatos. Então, nós temos sempre os registros de comprovação.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Quando houve essa denúncia clara de que aquela empresa GVT, de São Paulo, estava facilitando, vamos dizer, pela fala da empresa Ideal Veículos, agora não me lembro qual, houve uma fiscalização sobre aquela empresa, porque parece que não houve nenhuma ação sobre isso. Eu acho que deveria haver, porque aí põe em jogo, em risco, o nome do Inmetro, que tem um nome a zelar, pela sua qualidade e também pela confiança que já conquistou da população, ao longo desse tempo. Não houve nenhuma ação sobre isso.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Eu gostaria só de resgatar, me perdoe, se houve a indicação do organismo que fazia esse tipo de desvio.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Não, foi claro. Foi a mídia nacional, foi no programa do Fantástico.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – O nome do organismo de inspeção que fazia ...

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Teve, a GVT. Na ocasião, chamamos o diretor ou proprietário.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – O organismo de inspeção (**Fora do microfone. Inaudível.**)

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Exato. A OIC, foi claro. Houve a citação da GVT, tanto é que nós os convidamos para prestar esclarecimento sobre como funciona essa OIC.

A partir daí, estamos convidando, porque queremos buscar o elo, onde estão as falhas e é nessa

razão, é nessa função, é nessa situação que nós estamos ouvindo o Inmetro, também, porque as falhas já estamos vendo, elas existem. Agora, queremos fazer isso em conjunto com a própria diretoria.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Só um minuto: o nome da empresa é CTV.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – CTV, perdão, perdão, CTV, de Guarulhos. O proprietário é Alex Pereira de Almeida, CTV.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Eu tenho que resgatar isso.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Então, vejam bem: a gente tem razão. Vieram um pouco desprovidos de documentos. Quer dizer, nós estamos sendo um pouco severos, porque, em primeiro lugar, havia uma suspeição pública de que uma CPI Mista, deste porte, que lida com os maiores bancos, que estão atrás das seguradoras, não funcionasse. Está funcionando sistematicamente, ainda que com os mesmos responsáveis. Ora, o que diz o Relator da Comissão – é preciso tomar muito cuidado. Houve uma denúncia pública em um dos programas de maior audiência da TV, que atinge a milhões de telespectadores, o Relator traz formalmente essa questão...

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Inclusive colocou em dúvida a qualidade do Inmetro...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – E vocês não tem nada sobre aquela denúncia, feita em outubro de 2003? É ruim, é ruim, é muito ruim isso.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Concluo, Dr^a Mariângela, pergunto qual a sugestão que o Inmetro poderá dar para aperfeiçoar a legislação relativa a essa inspeção da chamada segurança? O que pode ser feito? Por exemplo, o Inmetro não quer mais se envolver com isso, quer sair da área, de repente seja uma saída. Do jeito que está é facial, está lá, terceiriza-se a empresa, faz a vistoria, vem os 10% para o Inmetro não tem com o que se preocupar, porque não tem relatório, não diz o número de infrações nem o de irregularidades, desse jeito, eu terceiro.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Sequer temos cópia de quais critérios, nem auditoria, nem nada. O depoimento está muito fraco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa inspeção anual não relata isso?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Relata. Nós temos os relatórios, temos todos esses registros. Não os trouxemos para cá porque são 155 unidades, portanto, temos um relatório para cada unidade.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – SP) – Onde fica a sede?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Todos esses documentos estão aqui, em Rio Comprido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Proporia ao Relator para que marcássemos uma audiência para fazermos uma visita para vermos como funciona.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Caso V. Ex^{as} queiram ir lá amanhã, poderão encontrar todos esses documentos, todos os relatórios de auditoria, todos os dados estão lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Apenas para saber como funciona.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Vou dar-lhes um dado que considero importante: essa inspeção é feita em um equipamento instalado e tem um relatório dessa inspeção. Então, o organismo de inspeção, ao emitir o certificado está fazendo baseado em um relatório emitido pelo equipamento. Portanto, existe o registro dessa inspeção. O que S. Ex^a perguntou é se temos uma sistemática de receber quantas falhas nesse ou naquele equipamento.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – A empresa tem que dar um relatório, porque ela está prestando serviço.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Ela tem o relatório de inspeção registrado.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Eu vou fazer uma pergunta absolutamente objetiva, que, no âmbito de uma CPI se ela não for atendida eu não entendo mais nada! Só me restará sair daqui para solicitar uma auditoria no Inmetro.

Vocês têm atribuições de acordo com o que eu li aqui, ficou publicamente divulgado, terceirizam isso – eu tenho dúvidas se podiam fazê-lo da forma como fazem. A Dr^a alega, com razão, que há uma lei que revoga o dispositivo de exclusividade da anterior. Muito bem. A minha pergunta é absolutamente objetiva. Eu gostaria de solicitar ao Inmetro se o Inmetro faz a concessão para que eles façam o quê? Que eles tenham aquela polícia administrativa, são eles que vão exercer para certificação. Vamos ver se o Presidente e o Relator concorda comigo? Eu gostaria que os senhores nos enviasse dos últimos cinco anos, desses 155 postos, o credenciamento que eles fizeram. É simples. Aqui ninguém precisa desconfiar de nada. Estou requerendo publicamente à CPMI, Senado e Câmara, dos desmanches e dos salvados, que o Inmetro, que terceiriza, que peça às suas 155 terceirizadas que nos envie a relação de certificação dos últimos cinco anos. Pode mandar em disquete.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A inspeção se faz nos equipamentos, não é isso?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Com os equipamentos. Existem umas estações...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês vão acompanhando o veículo, que vai entrar todo dia e toda hora. Você faz do equipamento.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – A auditoria do Inmetro é feita na instalação desse organismo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do equipamento.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora, quando o credenciado percebe que o veículo não está em condições, ele deve registrar isso em algum lugar.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – É registrado, lógico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí eles comunicam o Inmetro sobre essas irregularidades, o porquê não deram o certificado de uso do veículo?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Veja bem, Senador. Cada organismo desse recebe, em média, 30, 50 veículos para fazer a inspeção por dia. Muitas vezes é um item de segurança que não foi atendido; ele rejeita e esse proprietário vai, corrige o item de segurança e volta lá.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Mas não é isso que ele está perguntando; mas, o Inmetro é comunicado?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Era isso o que eu ia dizer. Essa é a dinâmica do organismo de inspeção. Todos esses resultados são registrados lá. O que ela faz é, nas auditorias periódicas, acompanhar se ele tem esse registro.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Então faz. Estou correta. Precisamos de relatórios da auditoria para comprovar isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essas empresas credenciadas são contribuintes do ISS municipal; elas têm que ter um registro da movimentação – não é isso? – de todos os veículos que são atendidos. Deve ter o número do motor, do chassi; expedem nota fiscal. Então, há possibilidade de se saber todos os veículos que foram fiscalizados dentro da própria credenciada.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Até acho que o Inmetro deveria cobrar uma porcentagem um pouco maior da OIC para já poder gerenciar esses dados todos.

Existe uma estatística, por exemplo, em todo País, essas OICs fiscalizaram tantos mil veículos; desses, tantos por cento foram aprovados e tantos rejeitados. Isso tem, certo?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Tem, porque eles têm o registro da máquina.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Mas vocês não têm agora para fornecer neste instante?

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Agora, não, mas podemos requisitar.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Vamos precisar disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Até para entender bem.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Vamos dar um exemplo aqui, Senador Presidente. Um carro com chassi adulterado, eles não vão fazer nada. Não está comunicando; simplesmente vão rejeitar, mas não estão colaborando no sentido de diminuir os casos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A legislação pode obrigar o credenciado a comunicar à autoridade. Seria uma obrigação natural...

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Ajudaria a diminuir bastante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...comunicar à autoridade competente quando suspeitar de algum veículo, porque não é problema dele.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Esse é o aspecto importante. Esse organismo de inspeção, perante a lei, faz uma verificação da preservação das condições de segurança do veículo. É esse o papel dele. Ele não tem poder nem condições para saber se a peça é roubada. Ele não tem condições para isso.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Mas dá para saber quando o chassi está com...

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Ele registra, tira e bota isso...

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Isso que eu queria saber.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Aí, uma pergunta que foi feita há pouco sobre a posição do Inmetro. A lei é muito boa. Ela precisa ser exercida. Por exemplo, a questão dos boletins de ocorrência, classificação como pequena, grande, isso não vem sendo exercido; a autorização prévia para fazer autorização de característica veicular também não vem sendo exercida...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O diretor do Detran fez algumas críticas a esse boletim, que o guarda de trânsito não tem a capacidade de informar se é de pequena, média ou grande monta. Mas o sistema...

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – A lei faculta ao proprietário 30 dias para apelar e recorrer, e provar que não foi de grande monta.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Para o proprietário é até bom dar como perda total o carro, porque ele pega um novo.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Mas a seguradora também.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Para a seguradora também interessa.

Pergunto se teria uma contribuição a nos oferecer.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – A grande contribuição é fazer cumprir a lei.

Foi feita a pergunta de como o Inmetro vê a sua participação. Nós participamos desse programa porque a lei nos impõe isso.

Farei um depoimento pessoal: esse programa demanda, pelo menos, 50% do meu sangue, suor e lágrima na direção desse instituto. Temos uma parcela muito pequena de responsabilidade quanto a ele, mas nos dá uma tremenda dor de cabeça. O aspecto importante é que o Inmetro aí não é o regulamentador e, conseqüentemente, não é o fiscalizador. Não tem poder de polícia administrativa no programa e...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deveria ser criado um órgão especial para que isso fosse...

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – E a creditação é uma atividade...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Teria de regulamentar a inspeção veicular e incluir essa...

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Eu acho que sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...do instituto.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – E já lhes adianto...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso tem mais de dez anos e, até hoje, não se regulamentou.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – ...em relação à posição do Inmetro. Por exemplo, está sendo regulamentada a ITV, e o Inmetro está agradecendo bastante a Deus por estar fora disso, para que V. Ex^{as} tenham idéia da nossa posição em relação a esse programa. Estamos bastante satisfeitos por estarmos fora disso, porque se trata de um campo minado, lamentavelmente.

A Deputada me perguntou se isso não nos preocupa. Preocupa muito, como dirigente público, como cidadão, e também já fui vítima disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Creio que a atividade do Inmetro é para aqueles itens de consumo, defesa do cidadão. Agora, essa inspeção veicular é séria, porque põe em risco...

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – É um abacaxi para o Inmetro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...a vida do cidadão se for mal fornecida, mal orientada.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Gostaria de acrescentar uma observação: de qualquer forma, é evidente que esse programa ainda merece alguns ajustes e melhorias, mas já houve uma evolução muito grande. Com a Portaria nº 48/98 do Denatran, foi exigido que essa atividade fosse feita numa instalação fixa, que gera esse registro. Já fizemos várias alterações no modelo do certificado de segurança veicular. A última exigência é a realização de uma foto do veículo no local da inspeção, com a identificação do organismo. Enfim, temos trabalhado nisso.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Nesse sentido.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – No próprio certificado de segurança veicular, é feito um detalhe...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, porque a foto é feita na inspeção.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Durante a inspeção.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Durante a inspeção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os danos são fotografados...

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Na realidade, essa foto não pretende substituir o relatório. Ela quer mostrar que o veículo esteve naquela estação naquela data.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

A SRA. ELIZABETH CAVALCANTI – Agora, não é só o certificado. Esse certificado é um documento que o proprietário do veículo leva à autoridade de trânsito para, então, fazer o licenciamento do veículo ou registrar a modificação ou a alteração. Mas existe toda uma documentação, registros que estão vinculados a esse número de certificado, a uma nota fiscal e que mostram a inspeção realizada e os resultados dessa inspeção. Esses documentos e esse registro estão à nossa disposição no organismo que está credenciado, a qualquer tempo.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Quero agradecer, Senador Presidente, à Dr^a Elizabeth, ao Dr. Alfredo Lobo por estarem aqui nos ajudando. Essa maneira incisiva se explica por estarmos sendo cobrados, também, pela sociedade. Nós temos de fazer o nosso trabalho, porque a sociedade está cobrando isso. O problema é grave. Pelas estatísticas, em torno de 60 mil veículos por mês são leiloados, e é mais ou menos essa a estatística de carros roubados no País. Quer dizer: alguma coisa tem de ser feita, e temos de fechar os elos.

Esperamos, Dr. Alfredo, a contribuição do Inmetro. Sabemos das suas virtudes e dos elogios que o

Inmetro tem recebido no País, mas, nessa área, precisamos evoluir um pouco mais e já percebemos que essa situação é um abacaxi que está na mão do Inmetro, diante do volume dos problemas que existem e do problema moderno do veículo acidentado.

Muito obrigado ao Dr. Lobo e à Dr^a Elizabeth.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Alfredo e Dr^a Elizabeth, gostaria que ficasse claro que o objetivo da CPI não é verificar a atividade do Inmetro, mas saber como o Inmetro pode, por meio de sua competência e dentro das possibilidades de modificação da legislação, no que podemos auxiliar, impedir a facilidade com que o crime organizado continua a praticar o roubo de veículos, a comercialização de salvados, bem como as falhas das companhias de seguro. Tudo isso tem um esquema muito forte, com mortes e quadrilhas organizadas. Esse é o ponto que a CPI quer ver o crime e como podemos impedir a continuidade que eles têm tido, nessa facilidade de poder comercializar veículos, comprar documentos. O próprio diretor do Detran hoje disse que havia uma série de funcionários – agentes públicos – que estavam sendo indiciados por facilitar, colaborar com o crime organizado.

Agradeço e, se puderem atender as solicitações, ficaríamos agradecidos.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Atendemos com todo o prazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se precisar, abro um e-mail lá, com toda a facilidade – com ajuda de minha secretária.

Muito obrigado por terem comparecido e atendido o nosso pedido.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a presença de todos. Queria agradecer novamente ao nosso presidente, Jorge Picciani, que nos cedeu o recinto para realizarmos esta audiência pública – espero, na segunda-feira, encontrá-lo novamente na audiência da CPMI da Loterj, que tanta angústia, tanta aflição tem trazido para a sociedade brasileira. Vamos participar um pouquinho lá para, pelo menos, ouvir o caso Waldomiro tão debatido hoje no País.

Obrigado.

Dou por encerrada a reunião.

Agradeço ainda a imprensa, que colaborou conosco.

(Levanta-se a reunião às 17h40min.)

(falha na gravação.)

Ele foi até a firma. E a advogada que o conduziu até lá com o Dr. Lula, estava lá, ontem, esperando, porque ela é a advogada dele.

Penso que o problema da diabetes, o sistema nervoso deve ter alterado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alguém tinha falado comigo. E o senhor tinha me avisado.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Mas seria importante que o senhor nos reportasse tanto a lei estadual quanto a normatização que o senhor fez, pois considere interessante para podermos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esses iluminados...

O SR. RAFIK LOUZADA – É a parte que tira de nós a atribuição de dar um assentimento para o funcionamento. Passou para o Detran. Desde 1987, a Lei nº 1.116...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os desmanches estão vinculados ao Detran.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – E a venda de peças também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o desmanche também é venda de peças.

O SR. RAFIK LOUZADA – Quando vi a legislação, pensei: isso partiu de tal deputado, um deputado estadual daqui que tem muito vínculo com ferros-velhos, já foi dono de ferro-velho e até de desmanches.

Mas não foi, quem fez foi outro Deputado, o Dr. Marcos, que hoje é o Secretário de Desenvolvimento da Baixada, uma pessoa do PMDB.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Olha.

O SR. RAFIK LOUZADA – Então ele veio aqui e disse: não colou a minha lei. Ao que respondi que não sabia. Fui contra. Quando veio aqui para que eu opinasse disse que não tinha razão de ser até pelo vício de origem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu vi que o Diretor de Trânsito disse que ficou...

O SR. RAFIK LOUZADA – O dia que foi publicado no Diário Oficial, o Dr. Marcos ligou para mim e disse: Rafik, preciso conversar com você. Eu, então, disse que dava uma passada lá, pois o gabinete do Secretário era lá e eu ia mesmo ao gabinete do Secretário. Ele então perguntou: por que você quer sair desse negócio da fiscalização? Eu respondi: Eu vou lhe responder perguntando. Por que você quer fiscalizar? Para mim, você está fazendo um grande favor. Eu ponho 12 viaturas nisso e são 12 carros que eu tenho para trabalhar em outra coisa. Só que eu não tenho ninguém, ele disse. Eu disse: eu tenho. Trabalham nisso 20 viaturas, que indo daqui para Nova Iguaçu em uma diligência, vão passar fazendo isso. Há um setor de fiscalização. Ele disse: eu tenho três homens e não tenho viaturas.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Três homens e nenhuma viatura.

O SR. RAFIK LOUZADA – Aí é problema do Diretor do Detran.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – E como é que a lei vai ficar? Mas em compensação, essa resolução que o senhor... De um lado, Senador, e o Relator também já recebeu...

O SR. RAFIK LOUZADA – A resolução do Secretário dispõe sobre o procedimento de restituição de veículos automotores terrestres no âmbito da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Em linhas gerais, a parte que interessa desta resolução é a seguinte: quando um veículo é recuperado, em qualquer Estado, bom ou mau, podre, batido, para passar para a seguradora que já indenizou, quando é o caso, pois quando é particular é direto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá em São Paulo também. Eles falaram que têm que assumir a responsabilidade da propriedade. Pagou, é dele.

O SR. RAFIK LOUZADA – Exato. Então, o que estava acontecendo era o seguinte: cheguei aqui em maio e no princípio de junho, quando ainda estava na outra sede, veio uma pessoa receber um carro. Eu passei no setor de entrega e vi que conhecia aquela pessoa de algum lugar. E fui lá, comecei a conversar e descobri que era um policial que eu havia autuado por roubo de carro. Fui, então, saber por que estava ali. Ele disse que estava com uma procuração. Concordei, fiquei com a procuração e fui falar com o Secretário. O Secretário quando entrou queria fechar todas as recuperadoras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor me contou.

O SR. RAFIK LOUZADA – Então, o que aconteceu? Decidimos regulamentar todas as entregas. E o art. 4º fala só nisto: em qualquer caso, se o veículo apreendido pertencer à empresa seguradora, a sua restituição somente poderá ser efetuada à pessoa que tenha com ela vínculo empregatício e autorizada, devidamente comprovados, ou, excepcionalmente, é pessoa jurídica reintegradora devidamente cadastrada. Aí entra a novidade: entre os documentos que se pedem para entregar um carro, o inciso VI – e há cinco incisos na resolução – vem assim: certidão da Divisão de Roubos e Furtos de Automóveis de cadastramento de empresa reintegradora. Então, a essa resolução eu acrescentei uma ordem de serviço, onde regulamenta para a certidão de cadastramento... Para a reintegradora ser cadastrada para prestação de serviços precisa instrumento público da prestação da seguradora

para eles. E esse instrumento tem que ter validade de um ano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela trouxe a legislação.

O SR. RAFIK LOUZADA – A ligação é meritória. O meu substituto foi promovido a Delegado de Segunda.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Fazem auditoria em alguns...

O SR. RAFIK LOUZADA – Então, além desses documentos, têm que apresentar cópia autenticada do contrato social registrado na Junta Comercial, CNPJ, Secretaria Municipal de Fazenda, autorização para emissão de notas fiscais e alvará. Apresentar cópia de documento de identidade, cartão de pessoa física, título de eleitor, certidões negativas de distribuidores criminais das comarcas em que residiu nos últimos cinco anos. Isso para todos os sócios da reintegradora.

Inciso IV – Cadastrar os funcionários autorizados a representá-la perante a instituição policial civil, no máximo de cinco funcionários, que deverão apresentar os mesmos documentos elencados acima. Isso origina esta certidão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E está funcionando?

O SR. RAFIK LOUZADA – Está. **(Fora do microfone. Inaudível.)** do Rio. Muitas do Rio não tinham condições de se cadastrar, por ter antecedente criminal, faltar documento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que pode dar certo a certidão de diretores de Detran? Acho que têm que ir os delegados de roubo e furto de veículos junto.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Estamos com a idéia, que ainda tem uma parte complementar, de fazer um seminário nacional em Brasília com o fruto do trabalho da CPI...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um dia apenas. Reunindo todas as resoluções, portarias, para encontrarmos uma unidade, uma interligação entre os Estados.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Até porque depois é publicada uma legislação federal que impede as legislações estaduais.

O SR. RAFIK LOUZADA – Estou deixando estas cópias para V. Ex^{as} levarem. Salientei as coisas que interessam, mas vou fazer o roteiro que V. Ex^a me pediu ontem. E, independente disso, mandarei para V. Ex^a cópia de toda a legislação pertinente, inclusive desta.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Muito bem.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Só queria saber o endereço.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Não vamos abrir mão de V. S^a estar conosco para, antes de apresentarmos o projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós vamos fazer uma reunião entre os diretores de Detran e os delegados responsáveis. Aquele de São Paulo viu...

O SR. RAFIK LOUZADA – Eu estive com ele. Aqui, a única diferença é aquela que salientei: o Detran em outros Estados é um órgão da Polícia Civil e aqui não é. Os Detrans nos 26 Estados são órgãos da Polícia Civil; aqui, não é, está vinculado diretamente ao gabinete do Secretário de Segurança, o que é melhor, pois já foi vinculado ao Gabinete Civil, ao Gabinete Militar, à Secretaria de Finanças, no Governo Brizola. O Detran migrou por vários órgãos e, hoje, está na Secretaria de Segurança. É o órgão que mais arrecada depois do ICMS. A vistoria anual custa R\$60,00, mas tem as multas que o motorista é obrigado a pagar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se formos ao Detran, veremos quantos veículos estão em circulação e quantos se submetem à vistoria. Eles fazem na loja ou vende na hora da vistoria sem o proprietário do veículo ir lá. É uma corrupção quase que institucionalizada. A pessoa dá R\$10,00 a R\$20,00...

O SR. RAFIK LOUZADA – Senador, no Governo Garotinho, foi colocado como diretor do Detran...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Diz-se que tem 60% de veículos ilegais.

O SR. RAFIK LOUZADA – ...foi diretor do Detran um ex-Deputado. Ele colocou a seguinte norma: os vistoriadores dos 40 postos de vistoria no Estado serão universitários, mas não estudantes de Direito, porque podem querer dar opinião jurídica, fiscalizados por funcionários capacitados do Detran. Esse contrato universitário é temporário, evitando o conhecimento que leva a pessoa a fazer 20 vistorias com um despa-chante. A vistoria realmente mede a emissão de gases, verifica os freios, tudo. É difícil o carro sair de lá com um extintor vencido, pois não sai. Tem que comprar um novo, senão a vistoria não é comprovada.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Melhora as condições de segurança nas estradas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A segurança do proprietário e do cidadão que anda nas ruas.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Melhora tudo: a emissão de gases na atmosfera.

O SR. RAFIK LOUZADA – No início, a reação foi muito maior do que agora. Agora, a única reação que tem não é à vistoria, é à exigência de quitar débitos para fazer a vistoria. Três liminares já foram cassadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não quer pagar multa.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Uma outra situação que estou percebendo e da qual temos que ver a viabilidade técnica é convidar alguns engenheiros das montadoras para ver se é possível inverter essa situação de baixo relevo para alto. Isso exige toda uma tecnologia. Não sei se podemos convidá-los para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só nós três estamos...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Quem estava trabalhando. Nós deliberamos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que decidirmos fazer os outros aceitam.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – É mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Temos de dar velocidade.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Delibera e passa para os outros.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Vou fazer uma consulta técnica à montadora: se há, hoje, equipamentos técnicos que permitam fazer a marcação de chassis em alto relevo e na linguagem como está sendo agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual seria a diferença do baixo para o alto relevo?

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Dificultaria a adulteração.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – **(Fora do microfone. Inaudível.)** do Diretor do Detran de São Paulo.

O SR. ALFREDO CARLOS LOBO – Dificultaria a remarcação.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Deixe-me perguntar uma coisa a V. Ex^a, Senador. Gostaria de pedir algo a V. Ex^a, com que penso que ele concorda. Agora estamos entrando na reta final; ainda teremos uma audiência pública, de acordo com o nosso querido e experiente Secretário, no Paraná e em Belo Horizonte. A minha idéia é a seguinte: não seria bom terminarmos o semestre, sem ter, pelo menos, um primeiro *round* com as seguradoras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto às seguradoras, temos que intimar o Presidente, técnicos e a Fenaseg.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – É a Fenaseg.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Não é a Susep, porque ela é um órgão do Estado. É interessante: seguro privado?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a Susep. Ela tem de estar lá. Então, vamos fazer **(Fora do microfone. Inaudível.)**

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Também.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – A Susep não está cumprindo seu papel de mediar a situação.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Não está.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou chamar logo a Susep, para que diga qual é a competência de cada companhia de seguro. A responsabilidade é da Susep, que tem de fiscalizar. Ela é o órgão fiscalizador da ação das companhias.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Público?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela é o agente público.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – E não está cumprindo sua função.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se V. Ex^{as} concordarem, nós a chamaremos.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Nós não podemos demorar muito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sede é em Brasília. Eles podem mandar-nos a lista de quem, nas companhias de seguro, é responsável por seguro de automóveis. É o que vai interessar.

O SR. RAFIK LOUZADA – As maiores carteiras são Bradesco e Itaú; em terceiro, está a Sul América.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Inclusive, as seguradoras pequenas vinculadas a eles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há nomes de pequenas seguradoras que nunca tinha visto.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Na minha terra **(Fora do microfone. Inaudível.)** Porto Seguro, Bradesco...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Porto Seguro é grande.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – A Real também.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – A Real cresceu, ainda bem.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – E as pequenas funcionam muito ligadas a eles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São corretoras deles. Elas passam a ser corretoras.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Outra situação, Presidente Romeu Tuma, é também a questão do Inmetro. Eu soube, por meio da assessoria, que eles ficavam, ironicamente, fazendo uma espécie de deboche do nosso trabalho.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Todo o tempo.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Não trouxeram documentação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem?

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – O pessoal do Inmetro.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Não queriam vir depor.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Quando eles viravam o rosto para o lado do outro, faziam aquele ar de deboche.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – De desprezo.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Acho que eles não trouxeram documento nenhum, não queriam depor mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na hora em que eles aprontarem e não mandarem os documentos, nós os intimaremos a levar. Eles têm que apresentar lá.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Senão, pedimos uma auditoria no Inmetro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles têm que explicar cada documento.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Estamos tentando ser educados (**Fora do microfone. Inaudível.**), e eles (**Fora do microfone. Inaudível.**)

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Prefiro mandar fazer uma auditoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está pronto? Então, manda.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Eu externei isso ontem: se não nos respeitarem – eu o percebi –, pediremos uma auditoria.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Da outra vez, Presidente Romeu Tuma, quando todos estavam presentes, “vou mandar, vou mandar”, numa certa ironia. Se não mandar, vai preso. Então, acho que eles não estão levando a sério.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A CPMI não pode nada? Ela tem poder relativo: pode prender, investigar.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Exatamente, requisitar.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – (**Fora do microfone. Inaudível.**) investigativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quebrar sigilo, pode tudo. Imaginem pegar o Itaú, o Bradesco e quebrar o sigilo da companhia de seguros deles. Será um problema.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Quem falou que eles tinham caixa dois?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi o Diretor do Detran.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – O Diretor do Detran, o Garotinho também falou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso está gravado.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Isso é muito importante.

O SR. RAFIK LOUZADA – Essas empresas maiores, Sul América, Itaú e Bradesco, somente agora acertaram em atender a minha ordem de serviço, para credenciar as empresas, porque então eram avulsos que faziam...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – É aí que está o nó.

O SR. RAFIK LOUZADA – Agora, não. Só recebe aqui funcionário vinculado ou empresa que tenha contrato no cartório, registrado, da seguradora com a reintegradora.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – E o Fisco prendendo, não fazia nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor vai nos dar uma cópia disso?

O SR. RAFIK LOUZADA – Vou, independentemente de mandar depois, completo. Tenho aqui também os três inquéritos que originaram as estatísticas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso eu queria.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Ele mostrou o processo para nós.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou pedindo para ligar para Campos para ver esse trabalho.

O SR. RAFIK LOUZADA – Aquele que o meu dileto amigo falou ontem, o início é esse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aquele que ele falou...

O SR. RAFIK LOUZADA – O que começou em Friburgo e que agora está em Campos.

Esse aqui desceu, porque joguei tudo para a Justiça Federal, já que passou para a esfera federal.

E aqui ficou só uma parte, que fala sobre suborno, envolvendo despachantes. Está aqui a assinatura do Garotinho mandando...

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Onde é que eles conseguem...

O SR. RAFIK LOUZADA – Através das informações daquele promotor, Hugo Leal fez ao Secretário, e o Secretário mandou para mim depois, para eu apurar. Começou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ensejou a interdição administrativa de diversas recuperadoras...

O SR. RAFIK LOUZADA – De todas. Eram 13. No Rio eram 13.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu lhe dou depois. Só quero ver se acho...

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Podemos tirar cópia depois.

O SR. RAFIK LOUZADA – Independentemente disso, depois vou pedir ao Secretário. Vou fazer uma coletânea. Tenho aqui uma relação, que não vou juntar porque é muito simples, em que consta o registro e a fila que foi interdita. Prefiro fazer depois...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um pequeno histórico.

O SR. RAFIK LOUZADA – Exatamente.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – E mandar na seqüência.

O SR. RAFIK LOUZADA – Eu tiro a xerox do registro da ocorrência, que tem um breve relato. Vai ficar grande, pois são 82, mas eu mando tudo por sedex.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está acabando, sim.

A senhora vai para Santos hoje ainda?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Vou para Santos, pois tenho um compromisso. Vai ser inaugurada a 3ª Vara de Família e Sucessões.

O SR. RAFIK LOUZADA – O carro importado, antes de chegar aqui, antes de ser licenciado, tem que fazer um pré-registro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um pré-registro na fronteira, não é?

O SR. RAFIK LOUZADA – Um pré-cadastramento, porque foi esse negocinho que infernizou aqui, porque há muito pré-cadastramento falso.

O SR. RELATOR (Hidekazu Takayama) – Começa por aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O cara compra na fronteira...

O SR. RAFIK LOUZADA – Então, eles entram... Eles fizeram 23 veículos, e eu só recuperei até agora um: uma moto Kawasaki 1000, que já está lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse que foi para a Federal?

O SR. RAFIK LOUZADA – Juiz Federal Elmo Gomes de Souza. Friburgo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, ele está dormindo em algum lugar?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (Bloco/PT-SP) – Não. Friburgo tem problema mesmo. Já é cena nacional.

O SR. RAFIK LOUZADA – Não, está andando, porque tirou de lá, mandou para o juiz de Campos. O delegado de Campos está fazendo o inquérito, designado...

(Interrupção da gravação.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2003-CN
“DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES
COMETIDAS POR EMPRESAS DE SEGUROS,
REVENDEDORES DE AUTOMÓVEIS,
RECUPERADORAS DE VEÍCULOS E OFICINAS
DE DESMANCHE DE AUTOMÓVEIS,
EM RELAÇÃO AOS VEÍCULOS “SALVADOS”,
CONFORME DENÚNCIA DO PROGRAMA
FANTÁSTICO, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO”

Ata da 9ª Reunião Realizada em 8-6-2004

Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às dezessete horas na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho Anexo 02 do Senado Federal, sob Presidência do Senador Romeu Tuma, e a com as presenças do Senador Marcos Guerra e dos Deputados Mariângela Duarte, Mussa Demes, Robério Nunes, Hidekazu Takayama, Pastor Reinaldo Santos, Giacobbo, Isaias Silvestre e Robson Tuma, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 12, de 2003-CN, “destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão”. A Presidência informa que a presente reunião destina-se as oitivas dos senhores: Doutor Eder Segura e Doutor Levy Emanuel Magno, Promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Estado de São Paulo. A Presidência foi presidida pela Deputada Mariângela Duarte em razão do Senador Romeu Tuma ter quer comparecer ao Plenário por motivo de votações de Medidas Provisórias. Às dezessete horas e cinquenta minutos a Deputada Mariângela passa a Presidência ao Deputado Mussa Demes, reassumindo a mesma às dezoito horas e quinze minutos. Os depoentes informaram que só em Santos já conseguiram impetrar doze ações na Justiça, tendo conseguido êxito, até o momento em três. Foi sugerido ainda que a CPMI, solicite a Comissão de Relações Exteriores, tanto da Câmara como do Senado se existe alguma regulamentação em Tratados entre Paraguai/Brasil, sobre a entrada e saída de carros nos dois Pais, caso positivo que envie para a Comissão. Os senhores expositores foram inqueridos por todos os Parlamentares presentes. E não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e para constar eu, Francisco Naurides Barros, Secretário, da CPMI lavrei a presente ata que será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havendo número regimental, declaro aberto os nossos trabalhos.

Gostaria de salientar o brilhante trabalho que o Gaeco tem desenvolvido nos últimos anos, na busca de esclarecer as ações do crime organizado, principalmente naquele que diz respeito à lavagem de dinheiro e aos crimes de colarinho branco.

Temos uma grande aflição nesse aspecto das denúncias que chegam sobre o problema dos salvados, dos veículos que são usados, a documentação para a clonagem de outros veículos e tantas e tantas outros fatos que ocorreram agora nessa semana. Na sexta-feira, tive notícia de um membro do Ministério Público e mais a Polícia esclarecendo uma grande quadrilha que pegaram em São Paulo e em Campinas. Depois, vou consultar os senhores promotores se o colega poderia também nos atender, para dar um esclarecimento de como é a operacionalidade. Ele pegou centenas de veículos, inclusive desviados para leilões sem documentação, sem nada que indicasse acidente ou perda total, qualquer coisa nesse sentido. Eram veículos – lembro-me agora – de Itaboa da Serra, um pátio de um PM, que locava esse pátio e vendia 20% dos veículos apreendidos. Os veículos apreendidos o proprietário ia procurar e estava vendido. E agora apareceu, na última matéria, motocicletas.

Então, foi um trabalho excelente, mas com um prejuízo muito grande para vários cidadãos. Eles até calcularam que seriam 20% vendidos pelos próprios policiais.

Trata-se de um fato sério e bastante grave, que acho que a CPMI não pode deixar de verificar.

Queria passar a Presidência a V. Ex^a e pedir licença, porque estão sendo votadas as medidas provisórias e eu tenho que continuar lá como 1º Secretário e agradecer. Creio que os senhores poderiam sentar aqui, porque ficaria mais fácil para poder ... Por favor, podem ocupar os lugares. Os senhores podem sentar ali.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Dando prosseguimento, agradecemos a presença do nosso Presidente, que está aqui do lado votando. Quando puder, retorna à Comissão.

Chega também mais um Deputado, para nossa oitiva.

Sem mais delongas, penso que estamos todos muito empenhados em ouvir na IX Reunião Plenária desta Comissão o Dr. Eder Segura, pela ordem, e após o Dr. Levy Emanuel Magno.

Seria interessante que os senhores dispusessem de um tempo necessário para exporem com calma os pontos que os senhores irão apresentar, mas também

um tempo hábil, para que possamos abrir aos Deputados da Comissão os questionamentos.

Queremos mais uma vez reiterar, em nome da Vice-Presidência e da Presidência em exercício desta CPMI, portanto da Câmara e do Senado, os nossos agradecimentos aos promotores, à promotoria pública de São Paulo, que nos enviam os dois promotores, cujos depoimentos reputamos essenciais no âmbito da nossa Comissão.

Então, passo a palavra ao Dr. Eder Segura.

O SR. RELATOR (Takayama) – Antes de passar a palavra, Dr^a Mariângela, só queria aproveitar a oportunidade de saudar o Dr. Eder Segura e o Dr. Levy Emanuel Magno.

Acredito que a presença desses promotores públicos, do Grupo Gaeco, vão enriquecer sobremaneira o trabalho que estamos desenvolvendo. Essa visão de conjunto, essa necessidade de trabalharmos em conjunto e esse entrelaçamento são importantes para desenvolvermos alguns dados que ainda estão anuviados dentro desse nosso processo de CPMI.

Esta semana, Dr^a Mariângela, eu recebi uma pessoa, quase em lágrimas, que praticamente perdeu todo o seu patrimônio. Ela nos comunicava as dificuldades da empresa de transporte que possuía, que teve seus caminhões roubados ao longo do tempo. Foi comunicado pelas autoridades que alguns deles estavam na Colômbia, mas não estavam. Com o tempo, peças foram encontradas em alguns desmanches, locais que prefiro omitir neste momento para podermos levar a fundo essas investigações. E percebemos que nessa situação se entrelaçam roubo de cargas e de caminhões, crime organizado, tráfico de drogas e desmanches. Então, é muito importante a presença dos promotores que compõem a Gaeco, para que possamos, então, incluir e acrescentar os subsídios necessários para a relatoria da CPMI.

Agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Concedo a palavra ao Dr. Eder Segura.

O SR. EDER SEGURA – Sr^a Presidente, Sr. Senador, é uma satisfação para os promotores de São Paulo estarmos aqui, nesta oportunidade, para falar um pouco do trabalho que estamos fazendo ou tentando fazer em São Paulo, diante das dificuldades. Agradeço aos Srs. Parlamentares e rendo nossas homenagens e agradecimentos, em nome do Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Dr. Rodrigo César Rebello Pinho, tanto à Mesa quanto ao Senado e à Câmara dos Deputados.

Estamos aqui para, objetivamente, apresentar a V. Ex^{as} aspectos úteis do trabalho, uma visão que

temos ao longo do tempo, desde aproximadamente 1995, quando a Gaeco passou a existir.

Esse é um grupo de atuação especial de combate ao crime organizado, formado, inicialmente, no Ministério Público de São Paulo. Depois a idéia se expandiu para os Ministérios Públicos dos outros Estados e também para o Ministério Público Federal, que já tem uma atuação um pouco diferenciada, em razão da competência federal.

O nosso grupo vem, ao longo dos anos, atuando em diversas frentes. E essa frente específica de cargas, seguros de veículos e, principalmente, desmanches, que foi o início do problema, tem chamado muito a atenção até pela relevância disso em uma cidade. Acredito que o exemplo de São Paulo é o mais adequado, em razão do tamanho da cidade e de seus problemas.

A cidade de São Paulo, em razão de sua grandiosidade, sempre teve muitos desmanches, as chamadas lojas de comércio de peças e coisas do gênero. E o criminoso ou receptor, destinatário do “furtador” e do “roubador” de carros – mais de veículos do que de caminhões –, tem se utilizado desses estabelecimentos para basicamente diluir todo o trabalho. Então, o Gaeco, essa atividade do Ministério Público, iniciou-se no combate aos desmanches, depois fomos parar em fraude de seguros. Na verdade, enfrentamos duas grandes vertentes: uma delas é a questão do desmanche e a receptação de peças e de veículos; a outra é a questão da fraude em seguros, que também surge de forma muito substancial e curiosa. São duas grandes áreas de atuação dentro de uma temática.

Iniciamos por denúncias anônimas. Esse era um assunto que estava às claras. Avenidas como a Ricardo Jafet ou a Rio das Pedras, em São Paulo, eram repletas de desmanches. Fomos verificando nesses locais, por meio de algumas informações e denúncias, a venda de peças produtos de crime. Então, surgiu um dos grandes problemas. Inicialmente, em operações realizadas, tivemos apoio, ora da Polícia Militar, ora da Polícia Civil, porque não era possível somente um ou dois promotores fazerem o trabalho; nós tínhamos que ir ao local. Algumas vezes, conseguimos flagrantes, outras vezes, fizemos apenas busca e apreensão nos endereços, a partir de denúncias com consistência, não denúncias aleatórias, sem qualquer levantamento.

Uma das características do nosso grupo é receber muita denúncia anônima, muita informação que vem sem se saber a origem. Então, sempre nos preocupamos em tratar de uma forma cautelosa, para não sairmos por aí “enfiando os pés pelas mãos” – a palavra exata é essa – e começarmos a averiguar aquilo que não teria nenhuma razão. Então, fazemos um levantamento prévio. E conseguimos, nesses levantamen-

tos prévios, encontrar locais em que havia venda de peças basicamente roubadas. Daí, conseguimos, ou através de mandado de busca, ou através de prisão em flagrante, junto com a Polícia, adentrar esses locais. Isso gerou para nós uma curiosa peculiaridade. Por exemplo, enquanto se atuava em uma avenida, como na de Rio das Pedras, na zona leste da capital paulista, enquanto se fazia um desmanche ali ou se efetuava uma prisão, todos aqueles das imediações fechavam. Curiosamente, era quase uma semana de feriado na avenida. Não sei por quê – são coisas que não sei dizer da onde surgem!

Também, curiosamente, o roubo e furto de veículos nas imediações ou nos bairros adjacentes, naquelas semanas subsequentes, caía praticamente a zero. Isso é uma prova, para nós, da interligação dos fatos. Mas, tudo bem! Isso não é novidade. Não estou dizendo nada novo que não esteja nos jornais, que não venha de longa data. A novidade é que, na verdade, os especialistas dessa área criminosa procuraram sair da área central da cidade e buscar, no caso de São Paulo, as áreas da periferia. E, hoje, uma coisa que não se encontra – ou dificilmente se encontra – em São Paulo é um desmanche em que se esteja vendendo uma peça, produto de roubo ou de furto. Esses veículos, normalmente, são cortados em regiões de periferia de mata ou lugares de difícil acesso, e as peças vêm de uma forma bem diluída. Fica muito difícil de se encontrar. E aí nós nos deparamos com um problema que acho que interessa sobremaneira a V. Ex^{as}, pelo poder que V. Ex^{as} têm de nos ajudar e de ajudarem a todos, no que se refere ao combate do problema: quando entramos em um desmanche, podemos caracterizar que existe uma receptação, precisamos encontrar ali peças de veículos que sejam produtos de um veículo ou furtado, ou roubado, enfim, produto de um ilícito. Só que a maioria das peças dos veículos não são identificadas pelas montadoras, não há número. Essa não-identificação leva a um problema. Quando se tem a identificação da peça, pode-se chegar, teoricamente, ao veículo; e se se chegar ao veículo e se aquele veículo constar como produto de roubo ou de furto, pronto! Aquela peça foi encontrada. Se o camarada não provar a origem da peça, já tenho como lhe dar um flagrante de receptação, porque o tipo penal permite. Ele está guardando, ele a tem de depósito naquele instante, naquele momento. Conseguimos, em vários casos, esse sucesso.

Reputamos que há uma grande criminalidade organizada. Não posso afirmar: “é a máfia dos desmanches”. Não posso utilizar esse termo. Posso dizer que são grupos de pessoas – até então, pelo que identificamos – que, localizadamente, atuam na prática des-

ses crimes. Mas, é lógico, eles se estruturam, eles se organizam, porque são uma porta de entrada do roubo e do furtador, e uma porta de saída para essas peças. Só que eles, hoje, se aperfeiçoam e, além de não cortarem um carro dentro do desmanche, porque pode dar um flagrante, eles se aproveitam do fato de que muitos modelos de veículos, por muitas montadoras, têm poucas peças que permitem identificação. Exemplo: módulos de injeção eletrônica, módulos de comando de injeção eletrônica que são encontrados em grande quantidade e não dá para se saber de que carro é, porque não há numeração.

Então, na verdade, as montadoras não têm obrigatoriedade de numerar muitas peças dos veículos, não há obrigatoriedade legal. Aí, acho – opinião particular do profissional de campo – que um trabalho legislativo, nesse sentido, seria interessante, para que as montadoras tivessem a obrigação de numerar muito mais peças, porque, nesse caso, se encarece o trabalho do marginal. Ele terá que sumir com muito mais peças.

O SR. RELATOR (Takayama) – Dr. Éder, só para seu governo, a CPMI já dispõe desses dados, e uma das sugestões é exatamente que a fábrica, pelo menos – temos que ver a questão da viabilidade técnica, uma empresa que tem que gerar lucro. Então, sabe-se que todas essas dificuldades até que isso não provoque um impacto econômico, mas a sugestão é que pelo menos de 25 a 35 peças, sendo marcadas, já dificultarão sobremaneira. Essa é uma das conclusões que já estaremos apresentando no relatório, a pedido de todos os Parlamentares que compõem esta CPI.

O SR. EDER SEGURA – Obrigado. Isso é uma constatação de campo que tivemos por V. Ex^a há duas semanas, num desmanche que tivemos no Município da Grande São Paulo, em que encontramos caminhões, peças de vários veículos e não encontramos a numeração. Não deu para saber se era produto de roubo ou furto porque não achamos número.

O SR. RELATOR (Takayama) – Inclusive esses dados que V. S^a traz enriquecem o nosso trabalho e confirmam essa nossa preocupação.

O SR. EDER SEGURA – Perfeito.

O SR. RELATOR (Takayama) – Com certeza, estamos no caminho certo. Muito obrigado.

O SR. EDER SEGURA – Apenas complementando, segundo dados que obtivemos por meio também de estatísticas de seguradoras e de levantamentos, nós temos, na Capital e Grande São Paulo, só ali, mais ou menos em torno de uns 800 desmanches, aproximadamente, entre, vamos dizer, mais oficializados e não oficializados. Isso tudo é aproximado, não é um dado exato, mas veja que é muito grande, é um problema muito grande.

O desmanche, tecnicamente, não é proibido. Não há uma vedação, ele é um comércio. A vedação é ele estar vendendo uma peça produto de roubo, ou de furto, ou de outro aspecto.

Essa situação nos leva a verificar a grandiosidade do problema. O problema não é localizado em áreas ou setores, ele é espalhado. O problema é espalhado pela cidade e pelo interior do Estado, muito. Inclusive, agora, recentemente, temos essa notícia do trabalho feito em relação a Campinas e, agora, recentemente, no Taboão da Serra, também outros colegas nossos, Promotores, acompanhando policiais, até policiais da Corregedoria, foi encontrado desmanche em que o próprio policial era dono do desmanche e vendia, quer dizer, é um problema grave.

Infelizmente, encontramos policiais no meio da história, vários casos, e aí fica aquele problema: nós temos que ir com outros policiais que não os da região, para poder conseguir fazer o trabalho.

Então, na verdade, nós temos essa necessidade não só do mecanismo de localização do problema, mecanismo legal para poder processar, porque, senão, não dá prova, mas temos um outro problema, porque a pena prevista para o receptador, mesmo na forma qualificada, hoje, é uma pena mínima de três anos, Excelência, e essa pena mínima de três anos, para o caso de desmanche – porque se não for desmanche a pena mínima é de um ano -, leva, normalmente, os juízes de Direito a relaxar as prisões em flagrante, ou a conceder liberdade provisória a muitos desses criminosos, porque, se condenados, terão direito, inclusive por primariedade, a penas em regime prisional aberto. Então, nós não conseguimos manter pessoas presas por muito tempo em razão da questão do Direito Penal nesse ponto. O art. 180, a nosso ver, mereceria um debate melhor, para dar uma aprimorada nesse aspecto.

O SR. GIÁCOBO (PPS – PR) – Deputada Mariângela.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Pois não, Deputado Giacobbo.

O SR. GIÁCOBO (PPS – PR) – Fui informado agora, nobre Relator, de que está havendo votação nominal.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Na Câmara?

O SR. GIÁCOBO (PPS – PR) – Na Câmara. Eu gostaria muito de ouvi-los. Paramos ou voltamos?

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Não, nós podemos nos revezar, porque se a votação é nominal, sempre há um tempo.

Eu sugeriria que os dois iriam e, depois, iríamos mais dois, mas alguém vai ter que ficar aqui. Eu é que fico numa situação difícil.

Em todo caso, agradecemos a V. Ex^a. Acredito que esse seja o melhor sistema: se alguns puderem, rapidamente, votar.

O SR. GIÁCOBO (PPS – PR) – E a Senhora paralisaria agora, por enquanto?

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Um dos Deputados assume aqui e eu poderia ir.

O SR. RELATOR (Takayama) – Não, acho que não paralisaria, porque ficaria gravado. O que nos importa, aqui, são os dados.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Não, só um pouquinho. Deixem-me presidir, porque, senão, fazemos uma confusão com o tempo curto.

Eu considero o seguinte: é importante que a gente possa fazer, rapidamente, como fizemos de outra vez, um revezamento. Vão primeiros os Deputados, depois voltamos nós, há tempo para isso. É fundamental aproveitar a presença dos dois que para cá vieram e não é só ouvi-los, eu tenho questões. Eu calculo que o Relator tenha, os Deputados têm questões, inclusive porque eles estão dando para nós encaminhamentos. O Relator disse muito bem que já estamos chegando a algumas conclusões muito semelhantes.

Então, eu sugeriria o seguinte, sem mais delongas: se pudéssemos ir continuando, os Deputados poderiam ir votar, está ficando gravado, e nós voltaríamos imediatamente para que nos revezássemos e continuássemos o depoimento.

O que V. Ex^a sugere?

O SR. GIÁCOBO (PPS – PR) – Quanto à questão de questionamento não teria problema algum em voltarmos para questionar os nossos convidados. Agora, *a posteriori*, peço as fitas gravadas para, em cima dos depoimentos, vermos o que poderíamos fazer em termos de perguntas.

Não me oponho. Assim fica bom.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Então, ficamos assim. Aliás, eu preciso que alguns Deputados permaneçam aqui.

Continuando.

O senhor estava dizendo – vou colocar rapidamente – que o art. 180 do Código Penal, que teria que sofrer uma alteração – aliás, um Código absolutamente defasado – porque, segundo o seu depoimento, os Promotores não conseguem manter presos. De um a três anos eles já têm, automaticamente, o sistema de prisão aberta, vamos dizer assim.

O SR. EDER SEGURA – Normalmente os Tribunais e os juízes, em casos em que não há violência ou grave ameaça e o receptor não pratica crime com

violência ou grave ameaça, ele recebe algo que veio de um roubo, etc, mas ele não fez nada a ninguém para cometer aquele crime, então, esse tipo de delito é tratado de uma forma mais branda. Normalmente põe em liberdade o réu primário e, em razão dessa primariedade, uma pena mínima de três anos, que é a forma mais grave da receptação qualificada, que seria o desmanche, mesmo em fundo de quintal, uma pena mínima, de três anos, para quem é primário é a que ele vai receber, e, para essa pena mínima, ele tem direito ao regime aberto, ou seja, o cidadão não fica preso. Isso é fato. Inicialmente, teríamos que trabalhar com penas de quatro anos e um dia acima, para que não houvesse problema.

Hoje, constatamos que o desmanche oficialmente, os chamados desmanches de comércio de peças, principalmente na cidade de São Paulo e nas grandes capitais, sofre um cuidado por parte dos criminosos até em mascarar, muitos são honestos – não estou dizendo que todos são, não é isso –, como também muitos policiais fazem um excelente trabalho. Nós trabalhamos com o pessoal do DEIC, da Polícia Militar, enfim, vários policiais que nos ajudam nesse trabalho. Mas, infelizmente, acontece essa situação a exemplo do que aconteceu em Taboão da Serra, em que V. Ex^a encontra um policial militar vendendo peças apreendidas.

Essa quantidade de estabelecimentos, hoje, está sofrendo uma alteração e nós vamos encontrar a fuga ou a transferência do corte de veículos para áreas mais ermas, mais afastadas das cidades o que também demonstra uma atuação organizada. Por quê? Eles conseguem furtar ou roubar rapidamente um veículo no centro da cidade de São Paulo, levá-lo a quilômetros de distância no intervalo de uma hora e pouco, fazer o corte e as peças desse veículo estarem todas diluídas em vários lugares para a venda ou desaparecem em questão de horas. Eles se organizam. Há os que pegam, os que levam, os que cortam, os que devolvem, os que distribuem. Além, do problema de notas de veículos adquiridos em leilão. Nós precisaríamos ter um pouco mais, isso na nossa opinião – estou dando a opinião de trabalho de promotoria visando acusar o camaráda que eu estou prendendo –. A questão dos veículos ou chassis que vêm salvados de leilão não terem um certo controle sobre isso, acaba sendo uma coisa complicada. Vejam: “Eu recolhi isso em leilão”. Ele tem uma nota fiscal. Quando a gente consegue descobrir que a nota é fria ou aqueles dados são adulterados, muito bem. Mas quando não conseguimos a coisa fica muito difícil. Então, os leilões nos parecem – aí prefiro não entrar diretamente nesse aspecto – uma forma de facilitar muito se preencher o desmanche, inclusive

com coisas roubadas, maquiando-as, como se fossem oriundas de um leilão.

Então, essa matéria, na verdade, ela tem pouca disciplina normativa. Isso, para nós, é um grande problema. Como também é um grande problema de o documento do veículo; ele tem o número do chassi, mas em razão do que constatamos diariamente desses trabalhos, verificamos que, na verdade, o documento do carro poderia – uma sugestão – sofrer futuramente modificações para virar uma certidão do veículo, com maior número de peças possível o identificando. Isso logicamente é algo mais complexo. Não se pensaria nisso num primeiro momento. Na verdade, facilita-se esse problema em razão da ausência de meios de identificação do veículo, sejam eles anotações, registros, etc. ou coisa do gênero. Essa é uma vertente do trabalho que realizamos. E estamos hoje no Gaeco – Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, em São Paulo, buscando condições e informações – o grande problema. Encontramos muito isso.

Vejam. Vamos falar uma coisa que é séria. O cidadão, por saber que o veículo, hoje, o carro novo, é carro, em São Paulo e no Brasil inteiro, na hora em que ele precisa trocar uma peça, se for numa autorizada, é muito caro, o povo, o cidadão comum vai procurar o desmanche porque é uma atividade comercial que pode existir e lhe fornece uma peça semelhante por um preço muito mais baixo. Então, aí, temos uma discrepância entre o preço que vem da montadora e o preço da peça semelhante, que é idêntica, que serve no carro, que não é da montadora e sai muito mais barato. Na verdade, existe um incentivo para o cidadão nesse sentido. E o cidadão acaba às vezes comprando uma peça que não tem nada de roubo, mas ali no meio está sendo feito o trabalho do criminoso aproveitando essa situação. É um segmento que merece uma atenção muito grande na fiscalização em razão dessa situação descontrolada, que nós notamos no momento que queremos prender o camarada e que não conseguimos encontrar elementos. “Tudo bem, mas prova que isso daqui é roubado; comprei isso de um outro, comprei de um leilão; ou esse é um carro cortado mas não é produto de roubo”. E você olha a peça e procura, e procura, e não tem o número, e não tem como achar. Isso nem a perícia consegue descobrir porque não tem. Isso quando eles não raspam; às vezes usam até laser para cortar os quadros de chassi e tudo o mais, e acaba ficando a coisa complicada.

Fora esse aspecto, vem o problema dos dublês de veículos, que é uma outra situação. Aliás, de um carro novo que saiu da loja pode-se tranquilamente fazer-se um dublê, porque para fazer o dublê copia-se a placa de um carro e coloco em um carro bom; não mexo no

chassis do veículo, não faço nada. Deixo esse carro rodando com dublê. Eu mesmo fui vítima disso. Meu carro teve a placa clonada e só foi descoberto por acaso porque o camarada com o carro de placa igual ao meu foi preso numa blitz. Fui avisado pela Polícia que tinha um carro apreendido no Detran de São Paulo que tinha a chapa do meu carro. Fui lá, pus o meu carro do lado, e estava lá a mesma placa, igual. E o outro carro não tinha o chassi adulterado; nada. Só que as placas estavam trocadas.

Há muita placa dobrada rodando em São Paulo e no Brasil inteiro, o que não tem nada a ver com o veículo. Esse é um outro problema, que não posso dizer para V. Ex^{as} como resolver de imediato, mas é uma outra vertente que vem há muito tempo, que é a duplicação de placas. Na verdade, as pessoas usam para várias coisas; uns, simplesmente para se desviar das multas; outros, porque, na verdade, é bandido mesmo. Ele pega um carro bom, ele nunca vai pegar um carro produto de roubo. Ele pega uma placa boa. Ele tem acesso à informação de que a placa é boa; então ele usa aquele dado, faz uma igual e põe.

Isso, segundo alguns levantamentos – não estou acusando ninguém, porque isso demanda uma investigação localizada, caso a caso – teria, por vezes, alguma relação com empresas credenciadas pelos Detrans dos Estados na fabricação de placas e na remessa dessas placas. E aí é um segmento que não podemos acusar. Precisariamos investigar caso a caso. É um outro problema que surge.

Até gostaria que o colega Levy pudesse dar um início – não sei se V. Ex^{as} se incomodam; ele também algumas coisas para falar a respeito desse segmento antes de entrarmos em outro.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Nesse intervalo, eu iria votar e o Deputado Jacobo poderia fazer o favor de assumir interinamente, porque eu voto e volto bem rápido.

O senhor já votou?

O SR. RELATOR (Takayama) – Estou em observação e não estou votando.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Ah, então, está bom. V. Ex^a poderia, por favor, assumir a Presidência, para que eu possa ir votar e retornar?

O SR. RELATOR (Takayama) – Pois não, se é o desejo de V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Peço licença, e creio que é muito natural. Agora, penso que o Relator está querendo aproveitar esse primeiro passo da intervenção de V. S^a para entrar com algumas questões pertinentes à fala do primeiro promotor. É isso?

O SR. RELATOR (Takayama) – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Então, passo a Presidência e concedo a palavra ao Relator. Obrigada. Volto rápido.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Takayama)

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Nobre promotor, Dr. Eder Segura, temos informações de que o Gaeco tem atuado com eficácia em vários casos. O seu início foi exatamente em relação aos desmanches?

O SR. EDER SEGURA – Não, seu início foi em várias coisas...

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Em várias frentes.

O SR. EDER SEGURA – ...máfia de fiscais de rua e outras situações mais localizadas em São Paulo, não apenas desmanche. Desmanche, na verdade, foi um paralelo, em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Quer dizer, faz parte.

O SR. EDER SEGURA – Faz parte, um dos segmentos.

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Acaba confirmando minha tese de que praticamente todo crime organizado tem várias frentes. Tenho percebido que alguns setores, do roubo de cargas de caminhões, do desmanche de caminhões e também do desmanche de automóveis estão ligados. Com isso também se liga a questão do tráfico de drogas. Sou Deputado por um Estado que faz fronteira com um dos países em que há um número maior de denúncias, que é o Paraguai. Alguns Municípios fazem divisa e sobre eles tenho o “mando político”. Com isso, percebo as dificuldades, mas parece-me que a prática, hoje, de roubar veículos no Brasil para mandar para outros países já está em desuso. O grosso da situação hoje realmente são os desmanches.

Apenas para nós, Parlamentares, termos algumas informações, gostaria de saber de onde vêm os recursos do Gaeco? Como o Gaeco tem-se mantido?

O SR. EDER SEGURA – O Gaeco é um grupo de promotores designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Apenas promotores participam?

O SR. EDER SEGURA – São promotores de justiça, e dispomos de muito poucos recursos. São promotores designados.

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Quase voluntários.

O SR. EDER SEGURA – Hoje, estamos trabalhando em 3 – até há pouco, éramos 4 – no Gaeco em São Paulo. É que o Ministério Público de São Paulo criou grupos também pelo interior do Estado. Então, ficamos

na capital e na Grande São Paulo. O nosso trabalho é feito por promotores, que se utilizam normalmente do auxílio da polícia, civil ou militar, para fazer o trabalho de campo. E os nossos recursos normalmente são os do orçamento do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Praticamente voluntário.

O SR. EDER SEGURA – Muito pouca coisa.

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Eu pensei que participassem do Gaeco alguns policiais civis...

O SR. EDER SEGURA – Quando pedimos para que nos acompanhem. Usamos, então, nossas prerrogativas legais de solicitar o apoio da polícia, e alguns poucos policiais trabalham conosco – 2 ou 3 por dia – e nos ajudam. Às vezes, nos ajudam a fotografar um local, etc., mas é um recurso pequeno para o tamanho do trabalho. O Procurador-Geral designa até como mais uma atividade de ministério público.

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Dr. Eder, V. Ex^a sabe que, evidentemente, uma CPI tem cunho político. Nós somos políticos. Cada um dos Deputados tem suas bases partidárias, suas ideologias, sua visão doutrinária sobre as questões. No entanto, esse assunto não interessa politicamente. Interessa, sim, a busca de uma solução para a sociedade, e percebemos que o Gaeco pode ser profundamente útil para esta CPI. Gostaríamos de saber como é a relação do Gaeco com as demais CPIs. O Gaeco poderá nos ajudar?

O SR. EDER SEGURA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Podemos fazer essa parceria?

O SR. EDER SEGURA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Não haverá dificuldades, vamos dizer, dentro do critério ou do Estatuto do Gaeco?

O SR. EDER SEGURA – Nós somos promotores de justiça e só seguimos os dispositivos legais. Não há problema algum. Inclusive, para nós é importante poder colaborar e tirar aquela idéia de que o promotor fica sempre escondido atrás da mesa, esperando o papelzinho para assinar. Não. Nós vamos atrás do problema, e nossa grande característica é a mobilidade de campo: sair da mesa, ir até o local ver o problema e investigar a coisa. Para esse tipo de coisa, precisamos trocar informações. Então, estamos perfeitamente abertos e queremos colaborar com todas as comissões e os Srs. Congressistas, sempre que necessário.

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Com certeza, Dr. Eder. Nós vamos precisar e acho que essa parceria é muito importante. Preocupa-nos também a questão do critérios do Gaeco. De repente, não vamos entrar porque não nos interessa... Vamos supor um caso a

ser investigado: ela é aleatória, então. Vindo a denúncia, o Gaeco...

O SR. EDER SEGURA – A forma do tratamento da questão segue, na verdade, um critério objetivo para que nós não possamos nos meter em coisas que não teriam nada a ver. Nós buscamos informações e situações que podem ou não ser crime organizado ou que podem ter a ver com o crime organizado.

Nós tratamos de três formas. Se a informação chegou e, visivelmente, indica que pode haver uma organização criminosa, vamos atuar. Se a informação chegou e nada indica que tem a ver com uma organização criminosa, transferimos o caso aos promotores criminais ordinários – temos 120 promotores no foro central, não podemos subtrair delas essa atribuição. E se houver dúvida? Na dúvida, nós atuamos.

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Nós avançamos um pouquinho nessa questão também, Dr. Eder, porque para nós fica enuviada essa situação das seguradoras, dos leilões. Na audiência pública que tivemos em São Paulo, percebemos que os leilões são legais, como V. Ex^a mesmo disse, mas é também nesse meio que a contravenção busca as brechas da legislação. A nossa contribuição, como parlamentar, é exatamente fechar essas brechas.

A contribuição que V. Ex^a nos deu aqui fortalece a conclusão que tiramos na audiência pública em São Paulo. Acredito que esse número de ações que está acontecendo nos fará ainda voltar a São Paulo. Uma das preocupações nossas, exatamente, é conversar com as montadoras, para saber de algumas possibilidades. Por exemplo, algo que poderia ajudar muito seria a mudança na forma de se marcar o chassi: se, em vez de marcá-lo em baixo relevo, nós o marcássemos em alto relevo, 80 a 90% das ocorrências seriam evitadas. Evidentemente, porém, isso depende também das possibilidades técnicas das montadoras.

Fico feliz com a participação de V. Ex^a e aproveito para dizer que o Gaeco tem um disque-denúncia. Se os demais presentes quiserem anotar o número... É o 0-800-662211. Temos recebido diversas denúncias através desse número. Mais uma vez gostaria de colocar à disposição de V. Ex^a este número: é 0-800-662211.

O SR. EDER SEGURA – Excelência, uma das coisas que pleiteamos e esperamos conseguir no futuro é montar um disque-denúncia para o Ministério Público. O Ministério Público recebe todo tipo de denúncia que V. Ex^a possa imaginar – como V. Ex^{as} recebem também. Gostaria de aproveitar a oportunidade para informar que denúncias poderão nos ser remetidas – a maioria tem sido encaminhada por carta ou por ofício.

Caso algum parlamentar queira encaminhar alguma denúncia para o nosso conhecimento, pode

fazê-lo por meio de ofício ou carta, encaminhando as denúncias em anexo. Nós fazemos o registro dessas denúncias, cadastramos os nomes e as incluímos em um banco de dados. Fazemos isso, inclusive, para verificar nomes de pessoas que já possam ter sido ali cadastradas como possíveis presos, denunciados e tudo mais. Tudo isso já está informatizado e nós temos condições de atender... Até agradeceria a V. Ex^{as} se mandassem informações para nós. É aquilo que ocorre ali em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Temos uma pilha de denúncias que, sobrepostas, dariam duas vezes o volume de uma lista telefônica do Brasil...

O SR. EDER SEGURA – O nosso telefone também está à disposição de V. Ex^{as}: 30177786. O DDD é o 011, de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Agradeço-lhe, Dr. Eder.

Agora iremos ouvir também o seu colega, o Dr. Levy Emanuel Magno. Antes de fazê-lo, no entanto, queria dizer o seguinte.

Após a confrontação dos dados que temos, percebemos, também em São Paulo, que o Dr. Bittencourt, do Deic, tem feito um trabalho extraordinário. Dos 1300 ou 1400 desmanches que havia, ele conseguiu fechar uma grande parte deles – diminuiu para uns trezentos, mas já aumentou, segundo estou vendo para cerca de 800. Quer dizer,...

O SR. EDER SEGURA – Eles vão migrando.

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Vão para o interior, fecham na capital, como V. Ex^a...

O SR. EDER SEGURA – À Grande São Paulo é mais difícil de se ter acesso, a região é mais humilde, há áreas de mata, onde se é possível esconder um corte de carro tranquilamente, há galpões isolados, é diferente. Temos um trabalho diretamente com o Dr. Bittencourt, do Deic.

O SR. PRESIDENTE (Takayama). – Fiquei impressionado com o nível técnico do trabalho. Aliás, estamos tentando promover também, para informação dos demais membros da CPMI, por minha sugestão, no Rio de Janeiro, um seminário, chamando todos os diretores de Detrans, pessoas que conheçam a fundo a área. Percebemos que, em cada Estado, o Detran tem uma forma de atuação. Por exemplo, o Detran do Rio nem está ligado à Secretaria de Segurança, mas diretamente ao Palácio do Governador. Então, existem algumas divergências em formas de atuação. Acredito que, com isso, com as informações técnicas que o DEIC poderá oferecer à Delegacia de Furtos e Roubos de outros Estados, teremos uma melhora do trabalho. O Rio de Janeiro, por exemplo, tem uma prática diferente dos demais Estados, pois as vistorias do carro são

obrigatórias anualmente no Detran de cada Município, o que não ocorre nos demais Estados, que apenas dão os laudos por meio dessas organizações credenciadas pelo Inmetro. Isso tem sido uma válvula de fuga e também uma forma de acabar dificultando.

Então, são coisas que podemos fazer e gostaríamos que V. Ex^a participasse desse seminário. A idéia é buscarmos um conselho nacional constante, junto com o Renavan, para que pudesse manter uma constante investigação, porque o grande problema é a fiscalização dos setores. Esse é o grande pomo da discórdia, o tendão de aquiles de toda essa situação.

O SR. EDER SEGURA – O acompanhamento tem que ser constante, porque a coisa não termina, apenas muda de fachada.

O SR. PRESIDENTE (Takayama). – Estou dizendo isso, porque percebo que o Dr. Bittencourt, do Deic, há dois anos, conseguiu diminuir para um pouco mais de 300 das 1.300, mas o número já sobe para 600 ou 700. Quer dizer, fecham em um lugar e abrem em outro.

O SR. EDER SEGURA – Inclusive, os que estão funcionando, se formos lá agora, não terão problema algum. Lá, não se vai encontrar nada.

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – São verdadeiros shoppings centers.

O SR. EDER SEGURA – E muitos vão encontrar os que estão tentando tocar.

O SR. PRESIDENTE (Takayama) – Outra situação que percebemos é que, no início, muitos não tinham o divisor entre o que é uma loja de desmanche e uma loja de carros salvados. Inclusive, uma das críticas com a qual o Dr. Bittencourt ficou muito aborrecido é que denunciaram que ele não estava indo às lojas de carros salvados. Ele disse: “Não posso ir lá, é uma loja normal, tem todo o direito”. Nos desmanches, sim. Foi aí que pudemos entender a diferença entre o desmanche e a loja de carros salvados. Tudo isso nos acrescenta.

Quero agradecer, Dr. Eder, pela presidência, segundo orientação da Dr^a Mariângela, podemos ouvir um pouco nosso companheiro. Muito obrigado, Dr. Eder.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Mussa Demes)

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Takayama, Deputado Dr. Eder. Com a palavra o Dr. Levy Emanuel Magno

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Rendo as homenagens do Ministério Público de São Paulo, na pessoa do Procurador-Geral, aos componentes da Mesa, aos demais presentes, em nome do Dr. Rodrigo Pinho, Procurador-Geral.

Eu teria pouca coisa a acrescentar em relação ao Dr. Eder, até para que possamos abrir a oportuni-

dade para perguntas. Mas existem dois pontos que foram abordados que quero reforçar, dada a sua importância.

Nós temos apenas estas duas situações – isto é imprescindível: a situação dos salvados e a situação dos desmanches exatamente porque não temos um controle das peças. O dia em que tivermos controle de uma grande parte das peças de dentro de um veículo, com certeza, iremos reduzir os índices de roubo e de furto em qualquer localidade, porque não haverá interesse de qualquer pessoa de furtar, roubar em um farol, enfim, colocar em risco a vida do transeunte, daquele que está andando com seu automóvel, se ele não tiver a finalidade de dar naquele carro. Na semana passada, estivemos na cidade de Suzano. Um Promotor, um mês anterior, detectou, por denúncia anônima, que lá estavam sendo cortados caminhões Volvo. Pois bem, o Promotor foi até o local – aliás, sozinho, arriscadamente, não nos pediu apoio –, do desmanche, em Suzano, e detectou cinco caminhões Volvo sendo cortados. Naquele instante, deu voz de prisão, veja a importância da atuação nesse caso. Foi sozinho, depois chegou ao local, acionou as autoridades, que entraram com ele: cinco caminhões sendo cortados. A prisão em flagrante ali, no momento. Dois policiais tomaram conta do dono do desmanche. O Promotor, então: o senhor está preso; aguarde que vamos ver as peças, enfim, encaminhar ao distrito por flagrante. Quando o Promotor volta, onde está o dono do desmanche? Tinha ido embora. Ali, na frente, dois policiais, segurando o dono do desmanche, e ele escapou. Em razão desse fato, foram presos os funcionários, foi feito o flagrante, e esse Promotor passou a ser ameaçado de morte.

Em razão disso, fizemos uma nova operação no local. Chegamos e encontramos mais um caminhão Volvo, por incrível que pareça, um mês depois. Encontramos o Volvo, só que, agora, com um problema: o dono já não estava lá, estava foragido, porque foi pedida a prisão preventiva dele; o Volvo, ali, sendo cortado, mas todos os pontos em que podíamos detectar a origem ilícita daquele caminhão não conseguimos detectar.

Enfim, na segunda operação, não pudemos fazer nenhuma prisão em flagrante. Essa é a importância da informação no motor, em diversas peças – V. Ex^a falou em 35 peças –, que inviabiliza, por completo, a indústria do roubo e do furto nas grandes cidades.

Outra questão que passamos – V. Ex^a diz que tem reduzido bastante, e, lá em São Paulo, especificamente, temos enfrentado problemas – são as fraudes praticadas contra seguradoras. Carros são roubados e levados para a cidade que V. Ex^a mencionou, no Paraguai. E lá há um problema que não conseguimos resolver até o presente instante. O cidadão é proprietário

de um automóvel, faz o seguro e resolve, por qualquer razão, praticar a fraude. Então, ou ele ou alguém leva esse carro para o Paraguai – o mecanismo é sempre o mesmo – e dá a notícia de que foi roubado ou furtado. Naquele país, é feito um documento no cartório.

O cartório, sem ver o veículo, faz um documento que serve, no Detran do Paraguai, para transferir o veículo para outro nome. Sem que o bem seja visto, observado, faz-se um documento. Evidentemente, o carro é transferido dentro do Paraguai, e ninguém o encontra mais; depois, detecta-se essa fraude por parte do proprietário: mais um grande problema que temos encontrado.

Os Promotores que lidam com essas questões não conseguem acreditar que aquele documento apresentado pela seguradora é verdadeiro. E nós constatamos, até por meio de filmagens, que os carros passam a fronteira; que não há, na realidade, nenhuma intenção da seguradora de cometer esse tipo de fraude. A seguradora tem problema em 1% dos sinistros apontados.

Então, essa é uma questão extremamente relevante. Nós tentamos, mas não conseguimos recursos para ir até o Paraguai, para verificar *in locu* de que maneira esses contratos são feitos, o que também ajudaria a evitar esse tipo de fraude.

No mais, acredito que o colega Eder explorou bastante o tema. Não vou ser repetitivo, até para economizar tempo e poder abrir a palavra, para que V. Ex^{as} formulem perguntas. Estamos inteiramente à disposição.

O SR. RELATOR (Takayama) – Como os demais Deputados estão votando no plenário, quero aproveitar para fazer uma pergunta. Só queria pedir alguns dados a mais. Eu vi, na revista **Veja**, edição de São Paulo do mês de novembro do ano passado, que esse grupo, Gaeco, estima que o PCC reúna cerca de seis mil integrantes, atuando no tráfico de drogas, seqüestros relâmpagos, assaltos a bancos e roubos de carga, entre outros.

Pergunto: a Gaeco teria alguns, vamos dizer, dados concretos, de lá para cá, de denúncia do envolvimento dessa facção, como também roubo de veículos? Ou ainda não poderíamos fazer essa afirmação? E também na questão do desmanche. Porque creio que tudo é uma forma de lavar dinheiro, e não haveria uma forma melhor do que os próprios desmanches.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Excelência, hoje, todos os processos dos principais líderes do PCC somos nós que subscrevemos, e acompanhamos as audiências. Todos estão centralizados no Gaeco. Então, do Marcola, do Geleirão, de todos que V. Ex^a ouviu falar, quem assina as denúncias, quem acompanha as

audiências é o Gaeco de São Paulo. E nós observamos não essa ligação ainda. Estamos observando a ligação deles na área do tráfico e na área do seqüestro, de extorsão mediante seqüestro. E obviamente por roubo também. Mas, na área de desmanche, salvo melhor juízo, não detectamos isso.

O SR. RELATOR (Takayama) – Eu agradeço ao Dr. Eder e também ao Dr. Levy e devolvo a palavra ao Sr. Presidente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Eu também teria, Deputado Takayama, algumas indagações a fazer.

Ouvi com muita atenção a exposição do Dr. Levy e gostaria de fazer algumas indagações a ele, porque fiquei um pouco curioso a respeito do que ele aqui já manifestou. Em relação ao controle das peças, como é que poderíamos fazer esse controle, Dr. Levy, na sua opinião?

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Primeiro, o maior número de peças do veículo deve ser identificado. Para que se tenha uma idéia, qual é aquela perua importada? Não é Dakota... É Hilux? Não...

O SR. RELATOR (Takayama) – Pajero?

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – É a Pajero. A Pajero tem dois pontos de identificação. Então, já chegamos à situação em que, se a pessoa tirar a porta, não consigo identificar; se tirar o banco, não consigo identificar. Ela pode desmontar o carro inteirinho. Então ele pode, vejam... E aí entra aquela questão dos salvados, e vou pegar um gancho apenas para V. Ex^a entender.

Fizemos uma operação na cidade de Guarulhos e detectamos o seguinte, em relação aos salvados: fomos em uma determinada empresa que vendia carros salvados – as seguradoras vendem para uma determinada empresa e ela expõe no pátio. Quando você olhava o carro, você olhava para o carro e falava: “Espere um pouquinho. Esse carro, acabou o carro”. O carro completamente... Todo retorcido. Do carro não se aproveitava nada. E o valor do carro: R\$19 mil. Eu falei: “Não...”

O SR. RELATOR (Takayama) – Eu vi um de R\$78 mil!

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Nós olhámos aquilo, e eu... Fizemos a busca e apreensão lá dentro. E nós olhámos aquilo, e o dono dizia o seguinte: “Mas as pessoas vêem e pagam!” Então, vejam: ninguém é bobo, evidentemente. Mas quem compra aquele carro? Ninguém quer aproveitar o carro. Então, ele quer aproveitar o documento. Então, aquele carro tem um documento bom, um documento idôneo. Então, a pessoa leva aquele documento e, evidentemente,

fomenta o roubo ou furto de um carro idêntico. E, aí, você monta em cima. Essa foi a chave.

Então, aqui também a título de sugestão, todo carro que sofrer perda total tem que constar no documento do veículo, tem que constar que ele foi objeto de perda total, porque você consegue fazer o controle através da documentação. Quem vai comprar aquele carro? Porque... Imaginemos que qualquer um que esteja aqui presente queira comprar um carro usado. Como é que o senhor sabe que ele foi fruto de montagem? Não sabe. O senhor recebe o documento, uma pessoa transferiu para o senhor, o senhor não tem condições. Na hora em que vier marcado “fruto de perda total”, ele vai ser comercializado. O valor vai ser reduzido, mas vamos evitar que essas empresas fomentem a prática de roubo e de furto.

O SR. RELATOR (Takayama) – Sr. Presidente, permita-me. Tenho alguns dados a acrescentar para alguns companheiros aqui.

Estou também cozinhando o tempo, porque estou querendo que alguém venha aqui para eu poder votar, Sr. Presidente, senão, ficarei em falta lá no Plenário.

Enquanto nenhum outro companheiro retorna da votação, eu gostaria de dizer o seguinte: percebemos essa situação e também queremos sugerir até às lojas de desmanche que, se o veículo não tiver identidade, ele terá que ser compactado e vendido realmente como ferro velho; e, se for vendido como peça, de repente, poderíamos criar um selo holográfico. E há uma terceira sugestão: montarmos um desmanche ou um pátio oficial, em uma parceria entre Estado e empresas particulares. Cada um comprará o seu lote, mas deverá feita uma total remarcação ou uma identidade com jato de areia ou qualquer coisa semelhante, como é feito no vidro, nas peças do carro, e só poderia ser comercializado nos desmanches através desses veículos, vamos dizer, com o selo holográfico ou qualquer identificação oficial através de um desmanche oficial. Só poderá o desmanche particular vender, se tiver passado pela desmanche oficial. Essa seria uma maneira de dificultar. Outra situação é, além de marcar os veículos no chassi, como V. Ex^a estava falando, voltar a práticas do passado. As montadoras eram obrigadas – aliás, não sei se eram obrigadas – a marcar o veículo em quatro ou cinco lugares que eram chamados de “locais secretos”. Isso dificultaria.

Creio que nessa troca de informações, pudemos avançar. E quero, desde já, agradecer, Sr. Presidente...

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Se me permitirem, quero dizer que trouxemos uma fita, a qual estamos entregando ao Presidente, onde fizemos um desmanche na cidade de Santo André. Uma Dakota

cortada só pôde ser detectada como produto de furto pelo Manual. O Manual tinha identificação. Pelo Manual nós conseguimos fazer a prisão em flagrante. Prendemos treze pessoas dentro do desmanche com arma de fogo. Quem assistir a esse vídeo vai ver que só de motores há mais ou menos 80 motores de carros, a Dakota cortada, um Silverado cortado. Então, por aqui, talvez se tenha idéia de que identificando as peças é possível reduzir ao mínimo o problema de roubo e furto de veículos de forma geral. Eu a passo às mãos de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mussa Demes) – Muito obrigado, Dr. Levi. Chego à conclusão de que não temos ainda nenhum mecanismo legal de efetivamente estabelecer o controle dessas peças. Fica a sugestão – e evidentemente nós estamos necessitando disso – para o Relator para que, dentro de suas atribuições e com a criatividade que sabemos que S. Ex^a tem, com a colaboração do Ministério Público, para possamos aperfeiçoar o sistema de forma a que, quem sabe, tenhamos um controle sobre essas peças, controle fundamental para evitar que essas fraudes continuem acontecendo.

Tenho ainda duas indagações para os Srs. Promotores. Primeira: trata-se de uma matéria que tem sendo muito discutida pela sociedade, pelo País inteiro. É sobre a função do Ministério Público em relação às investigações. Há hoje um questionamento muito grande sobre se o Ministério Público pode ou não adotar função policial nessas investigações. Há, a propósito, projeto de lei tramitando no Congresso – e nós sabemos disso – que visa a impedir que isso aconteça. Gostaria de ouvir os dois a respeito do assunto – ou um só, se quiser se fazer representar.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – É uma questão polêmica. O Supremo Tribunal Federal está para julgar uma questão, salvo engano, do Maranhão, onde a investigação foi feita pelo Ministério Público e foi questionada a legitimidade do Ministério Público para fazer a investigação. Devo destacar algo que é bem claro para nós: o Ministério Público...

O SR. RELATOR (Takayama) – Quero agradecer a paciência. Como já está terminando, eu gostaria de pedir ao Deputado que ocupe o meu lugar para eu ir também. V. Ex^a demorou bastante.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – É fácil explicar, Deputado. Eu costumo ser muito séria no que eu faço. E hoje se está instalando a Comissão... Acho um...um Colega me exigir que explique isso, mas vou explicar. Fui votar no plenário. Estavam, ao mesmo tempo, sendo chamados no plenário 14, lá no fim, no Anexo 3, porque se instalou hoje uma Comissão para um dos projetos que o Brasil mais necessita: inovação

tecnológica. E eu que sou pontual, tão pontual que cheguei antes do Relator, fui para lá na hora aprazada. Só não havia Deputado nenhum na hora aprazada. Vim para cá. Fui a primeira ou a segunda, a primeira a chegar. Ora, não tenho que dar explicação. Demorou porque fui votar em urna a Presidência, a Vice-Presidência e a Segunda Vice-Presidência da uma Comissão que se instalou. Passei no plenário para ver quando vai haver outra votação. Nisso já andei um quilometro e meio. Apenas isso. Não parei para absolutamente mais nada, nem para ir ao banheiro. É ruim essa interrupção, mas temos de cumprir múltiplos deveres. Só a imprensa acha que não temos dever nenhum. Os dois já expuseram suas opiniões? Então eu queria entrar com algumas questões se for possível. Faço as questões e respondem em bloco? Seria melhor? Ou espera responder primeiro para o senhor? Bom, como o senhor ficou no castigo, não há problema. Vamos responder primeiro as questões formuladas aqui e depois gostaria de formular as minhas.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Essa questão da legitimidade do Ministério Público para investigar, como eu já disse, está em julgamento no Supremo Tribunal Federal. O Pleno do Supremo vai avaliar se o Ministério Público pode ou não.

Em São Paulo, temos uma questão muito clara para nós: não queremos – e aqui que fique bem claro – substituir, e nem podemos, e nem temos a capacidade, e nem estudo para substituir a autoridade policial. Preparados para investigação são evidentemente aqueles talhados para isso e prestaram concurso para tanto. São as autoridades policiais, os investigadores, enfim. Em determinadas situações, no entanto, é imprescindível, nobres Deputados aqui presentes, a intervenção do Ministério Público. Pergunto a V.Ex^a: como faríamos uma investigação de um crime de tortura praticado por policiais? Quem vai investigar esse tipo de crime? Quem vai investigar, por exemplo, o crime organizado cujas malhas se entranham em diversas instituições? Quem será que vai trabalhar essa questão?

Não estou dizendo que o Ministério Público está acima do bem nem do mal; muito pelo contrário, somos falhos como qualquer outra autoridade. A questão é que não queremos com exclusividade a investigação nem tampouco substituir a polícia. O ideal hoje, e isso deve ser fomentado a todo instante, é o trabalho da parceria. O Ministério Público recebe o material colhido pela polícia. É o titular da ação penal. Creio que nada mais razoável que o Ministério Público possa, de alguma maneira, nortear o que ele precisa para fomentar uma ação penal. Em São Paulo, temos exemplos claros, trabalhamos com o Dr. Bittencourt. Quando vamos fazer as nossas operações, contamos com a

ajuda da polícia porque o Ministério Público não tem essa estrutura. Em determinados casos, no entanto, repito, acredito que deveria ser dada legitimidade ao MP para fazer a investigação.

O SR. EDER SEGURA – Apenas complementando o que o colega disse, V.Ex^{as} poderiam nos ajudar muito nesse aspecto para uma melhor regulamentação ou uma reforma necessária na parte de investigação do Código de Processo Penal. Isso é muito importante para termos os instrumentos de atuação junto com a polícia. Isso nos ajudaria bastante.

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – Fiz a indagação exatamente para saber se estamos ou não diante de um **vacatio legis** em relação a essa matéria porque, se o Ministério Público entende que pode e tem esse procedimento no Maranhão, podemos estar necessitando justamente de legislação sobre esse assunto.

Lembro-me muito bem de que, nos Estados Unidos, esse direito do Ministério Público não é sequer discutido; pelo contrário, eles tomam a iniciativa. Nem chamam a polícia para acompanhar. Tomam logo a iniciativa...

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Que também é um cargo político nos Estados Unidos. É outra questão.

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – Agora, precisamos saber se temos competência para isso. Se não houver competência, se a lei não autorizar, devemos simplesmente legitimar isso através de um projeto de lei nesta Casa. Esse é o nosso pensamento.

Com a permissão da Dr^a Mariângela, a Presidente, gostaria de fazer minha última indagação.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Com todo direito. Só temos a agradecer a V.Ex^a. A titularidade da ação penal compete ao Ministério Público.

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – A titularidade da ação; não da investigação. Quando o processo chega ao Ministério Público, então ele...

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Só queria saber o que ele estava dizendo.

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – Ouvi do Dr. Levy também que há absoluta necessidade, em determinados casos, de se ir até o Paraguai. Temos convênios com o governo paraguaio para fazermos isso? Ou isso implicaria também num problema de soberania?

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Temos algumas questões que... Só queríamos detectar, na realidade,...

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – Nós não podemos chegar no Paraguai pura e simplesmente e arrancar o carro de lá e trazer.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Não arrancar o carro, mas verificar aqueles procedimentos, Depu-

tado, em que, se o senhor é proprietário de um veículo, o senhor quer fraudar o seguro, o senhor leva o carro para o lado de lá, para o Paraguai, e depois o senhor diz que foi furtado ou foi roubado. Aí se observa que foi feito um documento que não corresponde à notícia que o senhor trouxe para a seguradora, um documento feito no Paraguai entre duas pessoas, transferindo um carro. Esse documento no Paraguai, atenção: 1) a pessoa que fez a transferência não viu o carro fisicamente; 2) esse documento é válido no Detran do Paraguai para fazer a transferência do veículo. No nosso modo de entender, isso é gravíssimo, porque, se esse documento legitima, basta levar o carro para lá, pois o restante eles fazem. Sei que é complicado. Em razão de alguns promotores até questionarem essa documentação, até hoje não tivemos condição de avaliar a maneira como essa documentação é feita lá. Isso tem fomentado um pouco a fraude contra seguradoras.

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – Eu vejo isso como um problema muito sério. Porque envolve o princípio da soberania também. Acho que se devia até fazer um trabalho no sentido de se estabelecer um convênio entre os Governos brasileiro e paraguaio para permitir que os nossos funcionários, que os nossos procuradores, que os nossos promotores pudessem ir ao Paraguai para, com base nesse convênio, legitimar a sua ação naquele país também.

Seria interessante. É só isso. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Muito obrigada ao senhor.

É claro que a situação em que vivemos no Congresso sempre – é sempre assim – nos dificulta uma intervenção mais categorizada. Para fazermos uma intervenção categorizada, o ideal seria que ficássemos antes, durante e depois dos depoimentos, mas nesta Casa nossa ação é múltipla mesmo, e nós, literalmente, corremos para todos os lados.

Mas queria dizer algumas coisas para os senhores. Todos os depoentes, sejam eles representantes de Detrans ou não, sempre apontam falhas na legislação. Venho de Santos, uma região muito séria tanto de roubo de carga, como de desmanche, como de salvados, até porque somos porto. Ali existem todos os tipos de problemas. A geofísica de Santos e da região da Baixada Santista não deveria permitir roubo de carga, que ocorre devido ao grande número de caminhões que vão para o maior porto da América Latina. Então, é fácil entender o que há de trânsito de carga, o que há de contêiner não fiscalizado. É uma imensidão. Quando chega o período de safra, há seis mil caminhões/dia. No entanto, um promotor de Santos, da área da cidadania dos direitos difusos, conseguiu a primeira ação da Justiça.

Estamos tratando aqui de um circuito de crimes em que a impunidade é tão grave que ficamos até assustados. Todas as reclamações apontam para a legislação. Esse promotor, com o que há de legislação, avançou. Ele foi um dos depoentes na CPI da Assembleia Legislativa de São Paulo. Foi impressionante o depoimento desse promotor. Sozinho, ele está com doze ações na Justiça e já ganhou na primeira instância três ações – e muito bem fundamentadas.

Vou dizer com clareza o que sinto dessas rodadas, dessas negociações. Aqueles que estão nesse circuito têm a certeza da impunidade. Estamos querendo quebrar esse circuito da impunidade. E acho que a coisa não se resume na questão da legislação. Com o que temos de legislação, se os órgãos públicos atuassem se forma integrada – vou repetir o que estou falando desde o início –, de forma que os Detrans se comunicassem com os Demutrans, com todos os órgãos, com as prefeituras, com aqueles que atuam na ponta da criminalidade e pedissem à prefeitura para ver os alvarás, fizessem o controle por alvarás, o fechamento, a ameaça, conseguiríamos espremer essa situação.

Bom, essa foi a primeira observação que queria fazer.

A segunda é a seguinte

V. Ex^{as}, como o Ministério Público, pertencem a uma instituição que, parece, restou como último baluarte de defesa da cidadania.

Fui Deputada Estadual por São Paulo por oito anos e trabalho muito com o Ministério Público, que não está isento, muito pelo contrário. Ultimamente, o Ministério Público não anda procedendo bem exatamente em meu Estado, por “n” coisas que nós, que somos do ambiente político – estou nova aqui, mas tenho 16 anos de mandatos consecutivos –, já sabemos que o negócio não anda bem pelo lado exatamente de São Paulo, que está partidarizado demais.

Essa é a minha opinião tranqüila. Digo isso porque trabalho com o Dr. Wallace Paiva Martins Júnior, que qualifica o meu mandato. No meu mandato, os melhores projetos de lei passaram pelo crivo do Dr. Wallace, que foi meu aluno.

Faço esse relato para dar um exemplo, porque trabalho com uma infinidade de promotores públicos que qualificam, como nenhum outro segmento, meus mandatos.

Por isso faço essa afirmação com tranqüilidade; mas também temos um promotor que, pelo julgamento matou a mulher, infelizmente – hoje uma rádio divulgava onde ele estava no Brasil.

É lamentável verificar que nenhuma instituição humana pode estar além do controle social. Inclusive o Ministério Público terá, sim, de passar por um contro-

le social. E digo com clareza que não tenho nenhuma discordância, não votaria jamais uma lei de mordação. Não tenho essa visão e acredito que, graças a Deus, a população brasileira tem ainda uma instituição chamada Ministério Público, assim como temos, na Polícia, gente muito séria. Agora, para que a Polícia continue gente muito séria, é preciso que ela mesma extirpe a sua banda podre, e a Polícia está muito morosa em fazer isso. Ela não extirpar a sua banda podre é ruim. Os políticos, os mais criticados, vira e mexe, vêm aqui e, em sessões até rápidas, fazem cassações de mandatos.

Considero que os senhores do Gaeco, desta CPI – caindo agora aqui –, são grandes colaboradores. Não há razão sequer de fazermos questões aos senhores, porque os senhores são colaboradores de uma linha de investigação que nos qualificará, já que não somos técnicos de investigação.

Então, faço a primeira pergunta; mas, antes, gostaria de agradecer as sugestões de alteração de legislação, algo fundamental. Entre nós, essa idéia está clara e temos debatido que teremos de vir com a alteração de legislação.

Estive recentemente no Paraguai, a trabalho da Comissão de Turismo, e sei que haverá uma briga, porque o turismo quer liberação geral. Quanto à Argentina, não, ela não aceita carteira de Deputado, nada. A Argentina só aceita a Carteira de Identidade antiga, nem a carteira de Deputado é aceita na sua fronteira. O Paraguai aceita tudo. Em Foz do Iguaçu,...

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – Tive a mesma experiência, Deputada. Quando relator da reforma tributária, há cinco anos, viajei para a Argentina com mais quatro Deputados Federais e levei comigo a carteira da Ordem dos Advogados do Brasil, que aqui tem o mesmo valor legal da Carteira de Identidade. Pois bem, para que eu pudesse entrar naquele país, foi a maior dificuldade. Foi preciso que um representante da Embaixada brasileira se responsabilizasse por mim. E para sair do país? Eu estava sozinho. Nesse momento, sim, tive a maior dificuldade e quase perdi o avião, porque eles só aceitam a carteira do Instituto Félix Pacheco. Na Argentina, há um retrocesso impressionante.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – É impressionante, ainda mais porque verificaram que se tratava de um grupo de Deputados que portavam passaporte diplomático e estavam na companhia do Prefeito da cidade, do homem do turismo daquela região, mesmo assim, os parlamentares que não levaram, não entraram. A Argentina é rigorosa, e, do outro lado, o Paraguai aceita tudo.

Como, às vezes, não há tempo hábil, gostaria de sugerir que fossem verificados os pontos duros da questão. Quando sento para ouvir o depoimento de um diretor do Detran do Rio de Janeiro oriundo do Ministério Público. E ele, está gravado, diz assim: “As seguradoras têm caixa dois”. O diretor do Detran. Quem foi ao Rio de Janeiro, assistir ao depoimento, escutou. Só que estamos lidando com seguradoras que são ligadas aos maiores bancos do País. O senhor calcule, com tudo o que vocês têm dito, essa tragédia do peso da impunidade sobre o cidadão brasileiro. Nós, que estamos aqui recolhendo depoimento de milhões de brasileiros que chegam de todos os cantos a esta Casa por muitos anos antes da CPMI, sabemos a tragédia que é para uma pessoa que tem seu carro sinistrado, todos os malefícios a que essa pessoa é condenada, como se ela fosse a culpada, e não a lesada. Então, qualquer medida neste País que nos ajudar a cortar o circuito da impunidade, para quem quer que seja, é absolutamente ideal. Vamos ter que persegui-la. Esse é o primeiro ponto.

Este é momento para sugerir, até porque o Supremo está para votar sobre a capacidade ou não de o Ministério Público atuar na área de investigação criminal. Sugeriria que, no caso do Paraguai, pudéssemos aprovar, no âmbito da CPMI, uma ação rápida. Que saísse um ofício nosso, com este questionamento, e já indicasse a Comissão de Relações Exteriores da Câmara e do Senado, imediatamente. A CPMI precisa ir cortando. Enquanto não se chega o relatório e ao final, baseada na questão formulada pelo Deputado Mussa Demes, com longa experiência, já deveríamos aprovar aqui que saísse um ofício do âmbito de Deputados e Senadores que compõem a comissão, enviado imediatamente à Comissão de Relações Exteriores do Senado e da Câmara respectivamente, para que providenciem as autoridades competentes dos dois países a imediata regulação dessa entrada ou saída. Do contrário, estaremos aqui enxugando gelo. Lá está um foco terrível. Então, eu queria já sugerir isso aí.

As questões são as seguintes. Gostaria de saber se é do conhecimento dos dois promotores do Gaeco a existência de procedimentos instaurados contra seguradoras nos seguintes órgãos ou instituições: Ministério Público de São Paulo, Ministério Público de Santos, Ministério Público Federal, Ministério Público Criminal em São Paulo. Há processos no fórum da Barra Funda, inclusive sobre diversas seguradoras. Eu conheço um sobre a Porto Seguro. Gostaria de saber se os senhores têm conhecimento, se agem sobre estas questões. Ou isso fica apenas no âmbito do Judiciário?

Ainda, na Polícia Civil do Estado de São Paulo e na Polícia Fazendária. Já fizemos investigação e sa-

bemos que tudo isso tem procedimentos que dizem respeito à Investigação. O que precisamos provar? Nós queremos chegar ao final e dizer assim: “Há um circuito de crime organizado aqui. Estamos lidando com gente muito poderosa”.

Aí concluo minha intervenção dizendo que a se acreditar nos dados da Secretaria Pública do Estado de São Paulo, que aqui represento, com a denúncia de um programa fantasma, foi uma seqüência de programas, em outubro do ano passado, eles já apontaram uma queda de mais de 15% nesse tipo de crime. Então, diante desse quadro de impunidade, diante das dificuldades, da não interação de todos os órgãos públicos, o promotor deveria requisitar também quem está sendo fraudado. Quer dizer, é a secretaria, a polícia fazendária, a fiscalização fazendária, o ICMS. Em todo esse circuito, deveria trabalhar uma equipe, um grupo de trabalho. Sabe-se que, quando se forma um grupo de trabalho junto com o Ministério Público, os resultados são fantásticos. Então, gostaria de saber se os senhores têm algum conhecimento e o que os senhores podem dizer a respeito desse questionamento.

Obrigada.

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Temos só conhecimento de uma investigação feita por uma das promotoras que atuam no fórum da Barra Funda, Fórum Ministro Mário Guimarães, em São Paulo. Ela está entre os 120 promotores, exatamente pautados, Deputada, naquele documento do Paraguai. Essa promotora detectou um caso em que ela denunciou o réu por fraude contra seguros. E o réu, segundo ela, provou – eu não vi os autos, mas ela tem contato conosco permanente – o réu prova, dentro da ação penal ao juiz, que aquele documento apresentado pela seguradora como sendo que o carro teria sido levado para lá, prova que aquele documento é falso. Aí ela denunciou o réu e ela mesma como promotora pediu a absolvição do réu. A partir daquele caso específico dela, e conversando com os outros promotores, os 120 lá da Barra Funda, eles concluíram que aquele não era um caso teoricamente isolado. Então ela, o **sponte propria**, instaurou um procedimento administrativo criminal e está procedendo a essa investigação para apurar se realmente a seguradora tem essa prática.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Na hora em que a promotora investigou o único caso comprovou fraude no documento da própria seguradora. Eu pediria aos senhores o seguinte: dentro do Gaeco, os senhores conseguem formar, já que isso aí está virando uma enormidade, um grupo de trabalho com alguns promotores, como o caso dos senhores, que estão mais familiarizados com esse circuito para termos um resultado melhor não na investigação mas

no procedimento judicial? Para que nós combatamos a impunidade? Seria possível tirarmos isso como consequência desta oitiva hoje aqui na Comissão?

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Só um complemento daquela informação: nesse caso específico dela, ela está levantando vários casos, nós estamos participando com ela. Esses dados que vão apresentar a v. Ex^a... Veja bem, eu não fui fazer a auditoria na empresa, mas as empresas seguradoras apresentaram alguns dados – que talvez necessitem de auditoria melhor – de que, de qualquer maneira, todos os sinistros são mais ou menos semelhantes; de 100% dos sinistros, 10% são auditados e em 1% se recusam o pagamento. Eu diria que 99% dos sinistros em uma seguradora, pelo menos essa foi a documentação apresentada, 99% são pagos; 1% dos sinistros solicitados são retidos por fraude, e nesse caso a seguradora tem a sua motivação. Esse é o dado que nós tínhamos juntamente com essa informação. Tudo está em fase pedi investigação, deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Entendi agora.

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – Doutora, a senhora poderia me dar um minuto para fazer um aparte?

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Deixe-me concluir. Se dos 99 laudos de sinistros as seguradoras apenas liberam um...

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Não, não. Pagam 99 e retêm 1% por fraude. Nesse caso, o prejudicado vai pelas vias judiciais, ou não vai brigar, enfim....

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Apenas isso. Pois não, Deputado.

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – Se não estou enganado, o que o doutor Levi acabou de informar é que não foram as seguradoras, mas as autoridades do Paraguai que fraudaram o documento. A seguradora se baseou num documento fornecido pelas autoridades do Paraguai. Foi o Detran que legitimou um documento que tinha conteúdo falso. Foi isso que eu entendi. Não é verdade?

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Exatamente, Deputado.

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – Não foi seguradora que participou...

O SR. LEVY EMANUEL MAGNO – Não, não. A fraude foi praticada em São Paulo. A denúncia do furto do veículo foi em São Paulo. Então a seguradora, quando tem aquela desconfiança, ela faz a apuração interna dela e apura que aquilo foi fraudado. Então ela faz uma juntada de documentos necessários e formula uma representação que vai gerar inquérito policial.

Aquele documento vai para as mãos do promotor que pode, olhando aquilo, acreditar ou não naquele documento do Paraguai. Em um desses casos específicos aqui relatados, a promotora denunciou, e depois o réu prova, segundo ela, eu não vi os autos, que aquele documento não seria verdadeiro. Mas a seguradora diz que não tem interesse de fraudar porque afirma que paga 99% dos seus sinistros e que retém 1% em razão de fraude. E se ela, a seguradora, está errada, está errada com base em um documento que não é do Brasil, é do Paraguai. Exatamente na linha que V. Ex^a falou.

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – O maior interessado em que seja esclarecido é realmente a própria seguradora, e com maior razão ainda há a necessidade de tomarmos a providência que V. Ex^a sugeriu.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Que é mais rápida.

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – Fazer esse convênio rapidamente.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Tenho convicção de que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Governo terão de ouvir uma deliberação da Comissão de Relações Exteriores do Senado e da Câmara. Não dá para não ouvir.

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – A outra indagação, Sr. Presidente, é endereçada diretamente a V. Ex^a. Não pude comparecer à audiência no Rio de Janeiro com o diretor do Detran. Foi o diretor do Detran que disse que todas as seguradoras, ou algumas seguradoras, têm Caixa 3?

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Não, ele disse... Está no relatório, eu, o Presidente, Senador Romeu Tuma, e o Relator, até ficamos assim... Repetiu... É um promotor, diretor do Detran, depoente. Ficou no relatório, já está no relatório.

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – Ele forneceu alguma prova nesse sentido, ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Ele só... Acho que agora o senhor terá de pegar todo o relatório. Ele ficou prestando depoimento mais de uma hora e meia.

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – Se ele tem alguma prova que sustente a afirmação dele, tudo bem. Se não, eu tomaria a declaração dele como leviana, irresponsável até, porque ele está colocando em cheque a situação de empresas que estão sendo objeto de investigação, mas não a esse nível. Enquanto não tivermos uma demonstração clara, concreta, não poderemos dizer que as seguradoras têm Caixa 2, porque Caixa 2 deve existir no Brasil todo e não apenas nas seguradoras, mas em muitos outros tipos de empresas também. Então, achei que... Na verdade, eu não

estive lá. Se eu tivesse estado lá, eu teria feito esse questionamento naquela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Tudo bem. Acho que nós membros da Comissão não podemos, **a priori**, ser acusadores das seguradoras nem, muito menos, defensores delas, porque se um deputado, dentro desta Comissão, se mostrar defensor fica um negócio extremamente complicado. Então, não tenho aqui nenhum papel; estou relatando. Cheguei antes, permaneci durante e fui das últimas a sair. Isso foi colocado. O senhor estava no Rio de Janeiro, lá, e sabe disso. Gente que está aqui estava no Rio de Janeiro. Ele colocou isso com clareza. Eu comentei isso inclusive com o Senador e com o Relator porque nós mesmos ficamos espantados, e não é a única vez. Eu não acho que era o caso de ficarmos indagando dele se a seguradora... na defesa de seguradora De modo nenhum concordo com V. Ex^a, de achar que era papel de Deputado sair na defesa de seguradora; muito pelo contrário, não saio na defesa de ninguém.

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – Não era sair na defesa de ninguém. Eu sempre me pautei dentro da lei, como advogado que já fui. Acho que se alguém faz uma declaração dessa, uma afirmação dessa, alguém que tem a responsabilidade de ser o chefe de uma repartição importante, como é Detran, para fazer essa afirmação, tem de ter alguma prova que demonstre realmente sua convicção de que há sonegação, de que há Caixa 2 nas empresas que ele está mencionando.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Eu acho, Deputado, que isso está resolvido, porque ele ficou prestando depoimento tão longo, tão minucioso, não sei se o relator vai conseguir, mas o senhor peça a fita gravada que o senhor terá toda a audiência...

O SR. MUSSA DEMES (PFL – PI) – Eu gostaria de ouvir sim.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Inclusive dos depoimentos que ouvi agora um dos mais sérios, esse foi um dos mais técnicos, com maior número de dados. Foi até engraçado porque foi no dia em que o Imetro tinha que ir depor que não tinha um único documento. Então foi um negócio até constrangedor, mas é isso.

O Deputado Pastor Reinaldo deseja fazer alguma questão?(Pausa.)

Agradecemos muitíssimo aos dois promotores do Gaeco, Dr. Eder Seguro e Dr. Levy Manuel Magno. Agradecemos, na pessoa de V. Ex^{as} a Promotoria do Estado de São e a Procuradoria de Justiça e reiteramos que, para os Deputados da Comissão, seria extremamente importante que o Ministério Público, primeiro, pudesse dirigir uma ação que integrasse os órgãos

públicos. Se a gente apontar, e nos apontem sempre, aquilo que possamos realizar em termos de corte da impunidade no Brasil. Hoje o que mais desanima mais a juventude, leva mais a juventude para a criminalidade é que, infelizmente, a grande maioria do exemplo vem de cima. É de cima que vem o exemplo. Não é a educação de valores – sou uma educadora – que permaneça. Não há base para educação de valores quando quem tem dinheiro come crime neste País. Não é concebível isso. E para ter dinheiro, qualquer expediente é válido. É esse o circuito que estamos vivendo. Acho que V. S^{as} podem contribuir grandemente para que realizemos. E quero reiterar o alerta do Deputado Mussa Demes, que é muito oportuno, no sentido de que nós, integrantes da Comissão, para que ela tenha credibilidade, podemos ter ênfase, podemos ser categóricos, mas devemos ter absoluta isenção no relacionamento com qualquer dos órgãos, instituições, equipamentos sociais, seja lá o que for, que vier prestar depoimento no âmbito desta CPMI. Sabemos que esta CPMI, graças a Deus, não tem tido holofote, e é por isso que ela está trabalhando direitinho e com calma, com muita tranquilidade.

Agradecemos e esperamos poder continuar nossa investigação com a colaboração de todos que possam realmente cortar esse circuito, que, pelos depoimentos prestados e pelos documentos de que dispomos, é muito grave.

Convocamos a todos para uma próxima reunião no dia 15, no mesmo horário.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h43min)

**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS
DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2003-CN,
“DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADES
COMETIDAS POR EMPRESAS DE SEGUROS,
REVENDEDORES DE AUTOMÓVEIS,
RECUPERADORAS DE VEÍCULOS E OFICINAS
DE DESMANCHE DE AUTOMÓVEIS,
EM RELAÇÃO AOS VEÍCULOS “SALVADOS”,
CONFORME DENÚNCIA DO PROGRAMA
FANTÁSTICO, DA REDE GLOBO DE TELEVISÃO”**

Ata da 10ª Reunião Realizada em 28-6-2004

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e quatro, às dez horas e quatorze minutos no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda com as presenças do Senador Marcos Guerra e dos Deputados Mariângela Duarte, Hidekazu Takayama e Max Rosenmann, reúne-se a Comissão Parlamentar

Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 12, de 2003-CN, “destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão”. A Presidência agradece o apoio do Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa, por conceder o espaço físico para a realização da audiência pública bem como o apoio logístico. A seguir foi feita a apresentação dos demais parlamentares presentes, sendo concedida à palavra inicialmente ao Relator que explanou sobre os trabalhos da Comissão até a presente data. Usou da palavra a Deputada Mariângela Duarte, que teceu comentários relacionados aos trabalhos em outros Estados da Federação. Também usaram da palavra o Senador Marcos Guerra e o Deputado Max Rosenmann. A Presidência informa que a presente reunião destina-se a as oitivas das seguintes pessoas: Dr. Cícero Pereira da Silva – Coordenador de Veículos – Detran; Wilson Bill – Tesoureiro do Sindirepa; Dr. Luiz Fernando Ferreira de Lazari – Secretário de Segurança Pública, Dr. Luiz Odair Favareto – Presidente da Banseg (Leiloeiro); Magnus Camiski; Rui Cichella – Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Jeferson Marques da Silva – Empresa Radar Turismo. A Presidência convida a fazer a sua exposição do Dr. Cícero Pereira da Silva, em razão de ter agenda a cumprir junto ao Governador do Paraná, o Senador Romeu Tuma, passa a Presidência dos trabalhos para a Deputada Mariângela Duarte, e por ter outros compromissos agendados o Secretário de Segurança Pública Dr. Luiz Fernando Ferreira de Lazari, solicita a inversão da pauta, sendo concedida sua solicitação e havendo a interrupção da exposição do Dr. Cícero, que deverá ocorrer logo a seguir. O senhor Secretário de Segurança forneceu para a Comissão cópia de uma resolução baixada por si bem como uma minuta de um projeto de Lei para estudo da Comissão solicitando ainda que o mesmo seja enviado aos demais Municípios do Brasil. Terminada a exposição do Secretário de Segurança o mesmo foi questionado pelos demais parlamentares presentes. A seguir, foi reiniciado o depoimento do Dr. Cícero tendo o mesmo fornecido documentos pertinentes ao Detran do Paraná para estudo da Relatoria da CPMI, Dando continuidade aos trabalhos, a Presidência concede a palavra ao Dr. Wilson Bill para sua exposição, tendo o mesmo feito por meio magnético e fornecido farto material a respeito do SINDIREPA. Os trabalhos foram interrompidos às treze horas e dez minutos, e reabertos às quinze horas e vinte e cinco minutos. A presente reunião continuou Presidida pelo

Senador Romeu Tuma que convidou os Diretores da Fabrica de Caminhões Volvo Dr. Evolner Truci Sidney e Celso Castro Niewcglowsk, localizada no Paraná para que fizessem uma exposição sobre o funcionamento de Veículos recuperados pela Empresa, que expressaram ainda como a Volvo controla seus veículos sinistrados, mostrando que esse exemplo deveria ser utilizado pelas demais montadoras de Veículos do País, convidando, na oportunidade os senhores Parlamentares para uma visita à aquela empresa. Em continuidade foi ouvido o Dr. Luiz Favareto leiloeiro em Curitiba que explanou como funciona os leilões naquele Estado convidando os senhores Parlamentares para uma visita na empresa que representa. A reunião foi Presidida pelo Senador Marcos Guerra, que convidou o Deputado Max Rosenmann para funcionar como Relator ad-hoc. Foi lido pelo senhor Presidente correspondência enviada pelo senhor Jéferson Marques da Silva da empresa Radar Turismo informando não poder comparecer na presente reunião. E não havendo nada mais a tratar, encerra-se a reunião e para constar eu, Francisco Naurides Barros, Secretário, da CPMI lavrei a presente ata que será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Declaro aberta a 11ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 12, de 2003 – CN, “destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguro, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos ‘salvados’, conforme denúncia do Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Presidente da Assembléia, Deputado Hermas Brandão, que gentilmente cedeu o plenário desta Assembléia para que realizássemos a 11ª Reunião da CPMI do Desmanche; e também ao Deputado Bradock, que nos recebeu, e colaborou bastante com a CPMI do Banestado, que se desenvolve no Congresso Nacional. Aliás, S. Exª poderá, sem dúvida nenhuma, colaborar também com esta CPMI, Deputada Mariângela Duarte, porque fez parte do grupo-tarefa, quando delegado de Polícia, que investigou o processo de desmanche, roubo e furto de carros. Estávamos conversando a respeito disso e penso que seria de bastante utilidade se S. Exª pudesse nos informar sobre o que apurou o grupo-tarefa do qual participou. Então, nossos agradecimentos ao Presidente e ao Deputado Bradock.

A presente reunião destina-se à oitiva do Dr. Cícero Pereira da Silva, Coordenador de Veículos – Detran; do Dr. Wilson Bill, Tesoureiro do Sindirepa; do Dr. Luiz

Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Segurança Pública; do Dr. Luiz Odair Favareto, Presidente do Banseg, leiloeiro; de Magnus Kaminski; de Rui Cichella, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga; e de Jéferson Marques da Silva, da Empresa Radar de Turismo.

Preliminarmente, eu queria agradecer a presença do Deputado Hidekazu Takayama, ilustre Relator da Comissão; da Deputada Mariângela Duarte, que deixou compromissos na sua cidade, Santos, que representa pelo Estado de São Paulo na Câmara dos Deputados, para aqui comparecer em honra do trabalho que vem desenvolvendo junto a esta CPMI; e do Senador Marcos Guerra, do Espírito Santo, que acompanha a Comissão e que se destaca pelo seu trabalho no combate à criminalidade, principalmente no seu Estado, trazendo suas luzes a esta CPMI, para que possamos realmente fazer um trabalho sério.

Eu queria chamar a atenção das senhoras e dos senhores para o trabalho que vem sendo desenvolvido pela imprensa depois da instalação da CPMI. Hoje, tivemos a oportunidade de ver um caderno especial da Folha Invest, falando sobre os sistemas de seguro e aqueles que têm mais queixas apresentadas aos institutos de defesa do consumidor, dando um índice de preocupações com respeito a esses seguros. A matéria diz que a maior fonte de litígio de seguros são os automóveis.

Aqui, estamos nos batendo para melhorar o relacionamento entre as companhias de seguro, os segurados e também as oficinas que compõem a rede de confiança das companhias de seguro para o atendimento perfeito ao cidadão que tem seu carro sinistrado, com perda total ou apenas com alguns danos.

Sei que algumas anotações são importantes no que diz respeito às comunicações da Federação Nacional das Empresas de Seguro. E também a necessidade, que se sente e que a CPMI já vinha tentando construir, de mudança na legislação.

Nós fizemos aqui uma proposta, a que a Deputada foi prontamente favorável, assim como o nosso Relator, de um simpósio com os diretores de trânsito, mais o Contran, o Denatran e outros órgãos que regulamentam o sistema de funcionamento da circulação de veículos e mais a parte documental.

Esperamos, se for possível, antes do recesso – e não se sabe ainda se haverá ou não recesso parlamentar –, fazermos essa reunião tão importante para se definirem realmente as angústias dos segurados e principalmente dos diretores.

A Deputada Mariângela tem uma expressão muito clara. A única desculpa que existe é que a legislação não ajuda a autoridade competente. O que é ruim,

porque, se a legislação não ajuda, se o administrador não pode aplicar o que ele acha correto, quem é prejudicado? Só o cidadão de bem.

Então, um dos objetivos da CPMI é mudar a legislação, aprimorá-la e regulamentá-la com mais força a fim de que obrigue os cidadãos a cumprirem as suas obrigações contratuais.

Passo a palavra ao nosso Relator, para dar rápidas pinceladas sobre o que já foi feito e sobre a importância desta reunião aqui em Curitiba.

O SR. RELATOR (Takayama) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma, Presidente da nossa CPMI, uma Comissão bicameral, do Senado e da Câmara.

Quero agradecer à Deputada Mariângela Duarte, Vice-Presidente, que tem sido uma companheira aguerrida na luta pela regulamentação, para fecharmos essas brechas na legislação, se houver, e trazermos uma resposta à sociedade no sentido da diminuição do número de veículos roubados, e, assim, contribuirmos com a nossa sociedade.

Fico feliz também em ter a presença do Senador pelo Estado do Espírito Santo, Marcos Guerra.

Também o Deputado Max Rosenmann, que nos deu a certeza de que estaria aqui – creio que S. Ex^a está a caminho –, tem ajudado muito para que possamos levar avante esta CPMI.

Tivemos, paralelamente, a iniciativa de criarmos esta CPI. Tentamos realizá-la na Câmara, e V. Ex^a, no Senado. Então, em comum acordo, fizemos esta CPI Mista, que se originou das denúncias e divergências entre os sindicatos – Sindirepa, Abrive – com relação às seguradoras. Começaram a surgir inúmeras denúncias de irregularidades que vinham acontecendo no País. Do desdobramento de tudo isso, o que nos entristece são os milhares de inocentes que acabam perdendo a vida para fomentar o crime organizado, fomentar a contravenção, que encontra, em algum momento nessa cadeia, brechas na legislação, formas de burlar a legislação e praticar os crimes.

Diante disso, esta CPMI foi criada – este é um breve relatório que estou apresentando para os presentes que ainda não têm ciência do que está acontecendo – e estivemos fazendo diversas diligências e audiências, como as que realizamos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nessas diligências, constatamos inúmeras irregularidades. Tentamos falar com alguns presos envolvidos nesses desmanches, nessa prática, mas, evidentemente, não houve muita contribuição.

Queremos também agradecer, Senador Romeu Tuma, a colaboração da Polícia Federal, que tem, paralelamente, feito um trabalho extraordinária nos ajudando nessas diligências. Agradeço à Comissão do Senado,

ao Sr. Naurides, que tem nos ajudado sobremaneira na organização destas audiências públicas.

No Rio de Janeiro e em São Paulo, conseguimos avançar muito. Percebemos, com a ajuda dos Diretores do Detran, de homens como o Dr. Bittencout, que é Delegado do Deic, e do Diretor Marcos, do Detran do Rio de Janeiro, divergências, diferentes formas de atuação, e percebemos que algumas brechas têm fomentado e permitido que a criminalidade continue atuando com tanta eloquência.

A razão de virmos ao Paraná esta semana é que recebemos algumas denúncias, inclusive de um dos depoentes de hoje, o Sr. Magnus Kaminski, ou talvez o Sr. Vantropa, e houve também um pedido do Deputado Max Rosenmann para que ouvíssemos representantes do Sindicato das Empresas de Transportes, que tem tido inúmeros veículos roubados, e, com isso, buscar uma solução.

Um dos depoentes de hoje é o Dr. Wilson Bill, que é um dos tesoureiros do Sindirepa Nacional e vai apresentar, dentro de sua ótica, as dificuldades que o setor vem enfrentando.

Com essas audiências, acreditamos que poderemos chegar a um denominador comum para que sociedade tenha uma melhor ação, um melhor resultado. A função do Parlamentar é exatamente tentar fechar as brechas da legislação.

Avançamos bastante quando houve sugestões para que se faça um simpósio, uma reunião, com todos os diretores de Detrans, delegados de polícia e outras entidades envolvidas. Poderemos, a partir daí, sair com um Conselho Nacional e, assim, unificar as ações dos Detrans.

Creio que, com isso, teremos subsídios suficientes para tentarmos, na nossa ação como parlamentares, fechar essas brechas. Temos visto ações exemplares do Secretário de Segurança Pública, Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, e também por parte de Marcelo Almeida e de Cícero Pereira, que têm feito um trabalho brilhante à frente dos Detrans. Acreditamos que a presença dessas ilustres pessoas nos ajudará a fechar o nosso relatório, que deverá trazer conclusões e respostas à sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra à Deputada Mariângela. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Marcos Guerra.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Bom dia a todos. Quero, de modo especial, cumprimentar o Deputado Hermas Brandão pela delicadeza de nos ceder o espaço histórico da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Quero cumprimentar todos os membros desta Comissão aqui presentes, começando pelo nosso querido Presidente, Senador Romeu Tuma, e pelo Relator, Takayama, em cujo Estado estamos – o que é uma maneira de homenagear o trabalho que S. Ex^a tem feito nesta Comissão. Em grande parte, esta Comissão existe pela insistência de S. Ex^a.

Quero cumprimentar o Colega Deputado Max Rosenmann e, também, o Senador Marcos Guerra. S. Ex^a veio do Espírito Santo, assim como vim de São Paulo – mais precisamente do litoral, Santos. Já fizemos um périplo. Em Brasília, houve diversos depoimentos; depois, em São Paulo, na Assembléia Legislativa, colhemos depoimentos por dois dias, e também no Rio de Janeiro. Agora, estamos no Paraná.

Percebemos algumas coisas. Nossa CPMI não está sob os holofotes, e isso parece nos ajudar a fazer um trabalho mais discreto, mas mais constante e eficaz.

Gostaria também de colocar que notei que, em grande parte dos depoimentos, há uma transferência de responsabilidade para os Parlamentares. Sempre se alega, sobretudo os chefes de Detrans de diversos Estados, que há falhas na legislação.

Como Senadores e Deputados, portanto, como Parlamentares representantes do Congresso Nacional, não podemos impunemente ouvir isso sem tomar decisões. Em função disso, vai-se afunilando na Comissão a certeza de um aprimoramento da legislação em vigor, uma maior eficácia dessa legislação na horizontal e na vertical.

Notamos também que o que ocorre muitas vezes é uma falta de integração entre os diversos órgãos públicos da cadeia logística desse setor. Isso porque, por exemplo, na minha cidade, Santos, a ação destemida de um promotor de justiça, atuando junto com a Câmara Municipal, que tem uma comissão especial sobre o mesmo assunto, já abriu mais de doze inquéritos, já com três sentenças favoráveis aos processos.

Começa a se inverter na cidade de Santos o panorama que vitimizava uma série de pessoas, exatamente por causa de uma ação conjunta da polícia, da Câmara Municipal e de um promotor público destemido, cuja ação tem sido exemplar no Brasil.

Ora, esses não precisaram alegar que há falhas na lei. Com o que havia, agiram, e agiram com eficácia.

Penso que é esse ponto que temos constatado, não é, Senador?

Mesmo assim, a Comissão já deliberou em realizar, primeiramente, um seminário ou um simpósio, em Brasília, com os chefes de Detrans – vários deles já foram ouvidos e gostaram da sugestão –, para darmos uma eficácia maior a essa ação dos órgãos pú-

blicos e, com isso, também ampararmos uma melhor legislação, acabando com os vácuos que impedem os órgãos de interagir no combate ao crime.

Não me quero estender, porque temos pessoas para serem ouvidas, que são objeto da audiência aqui em Curitiba, no Paraná. Mas também percebemos o seguinte, e é importante que se diga isto de público: à medida que fomos atuando e que a seqüência do programa Fantástico, da Rede Globo, do Rio de Janeiro, foi ao ar, já constatamos, de acordo com o *site* da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, uma diminuição entre 15 e 17% nas modalidades de crime nessa área. Já é efeito de um trabalho persistente que se realiza.

Gostaria também de agradecer ao Dr. Jaber, que conheço muito bem, porque atuou com eficácia no Porto de Santos – foi Superintendente de Santos –, a colaboração da Polícia Federal, bem como, nos diversos Estados, a colaboração da Polícia Civil, cujos delegados de polícia realmente têm-nos acompanhado e participado ativamente dos nossos trabalhos. E, de maneira muito particular, agradecer às diversas entidades das oficinas autônomas, sem cuja colaboração grande parte dos documentos incriminadores não teriam chegado às nossas mãos. Então, há uma rede de pessoas muito interessadas; e outras, nem tanto.

Concluo a minha fala, fazendo uma síntese: percebi com clareza que os órgãos públicos não atuam de forma a interagir. Isso tem sido responsável por uma ação ineficaz. Há lacunas na lei, e já assumimos publicamente o compromisso de corrigi-las. Há também uma ação das seguradoras, que ainda não foram ouvidas, mas o serão e, portanto, terão amplo direito de defesa. Mas vai ficando claro, nos diversos depoimentos, que há um cerceamento do direito do consumidor que acaba favorecendo todo um circuito do crime, porque o cidadão que já teve seu carro sinistrado e que, em última instância, é o objeto para o qual trabalhamos, o ser humano, se vê completamente privado do seu direito de consumidor, porque sequer, com um carro sinistrado, pode escolher uma oficina da sua confiança. Essa situação é tão grave que já se fecharam dezesseis mil oficinas independentes no Brasil, para os senhores terem uma idéia do tamanho da questão em que estamos trabalhando.

Por último, Senador, queria dizer que, sob a batuta segura de V. Ex^a, temos realizado um trabalho persistente, calmo, tranquilo, sem muitos holofotes, volto a repetir, o que favorece a ação dos Parlamentares, o que não é fácil em ano eleitoral.

Queria agradecer, mais uma vez, à população, ao Poder Legislativo e às diversas forças representativas institucionais que aqui se encontram e àqueles

que se interessam em colaborar. É importante dizer que a Comissão está aberta a colaborações. Podem enviar, tanto para Senado, para o Presidente desta Comissão, o Senador Romeu Tuma, como para o Relator, os documentos e as queixas. Há Deputados Estaduais lesados, no País, que nos enviaram farta documentação.

Espero que possamos ter hoje um dia profícuo e que possamos avançar, porque estamos próximos da apresentação do relatório, pelo menos de um pré-relatório, agora em julho. Não sabemos se teremos recesso, mas prepararemos logo um simpósio dos Detrans em Brasília.

Muito obrigada, Senador.

Obrigada a todos que se encontram presentes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antes de passar a palavra ao Senador Marcos Guerra, quero pedir um favor à imprensa televisada, se puderem dar uma olhadinha aqui, para divulgarem o disque-denúncia.

Aqueles que desejarem fazer qualquer tipo de denúncia, aproveitando a presença da Comissão em Curitiba, poderão ligar para o 0800-612211. Teremos um grande prazer em apurar a denúncia que nos for encaminhada, principalmente aqui no Paraná, ou, posteriormente, se souberem alguma coisa. A ligação é gratuita.

Passo a palavra ao Senador Marcos Guerra para que dê a sua mensagem.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Romeu Tuma, Presidente desta Comissão, o Deputado Takayama, Relator desta Comissão, a Deputada Mariângela Duarte e o Deputado Max Rosenmann.

Sou um Senador do Estado do Espírito Santo, onde também temos esse tipo de problema. Infelizmente, o nosso Estado não está livre dos problemas que esta CPMI vem apurando.

Considero muito importante o trabalho desta CPMI, até porque, das pessoas que foram convocadas para estar aqui hoje, algumas terão a oportunidade de se justificar e mostrar caminhos para os nossos trabalhos, e outras terão a oportunidade de melhorar a sua participação no mercado, que é o caso do Sindicato das Indústrias de Reparação de Veículos.

Este trabalho será importante porque continuará a dar subsídio para esta Comissão melhorar a legislação, que, infelizmente, tem falhas que vêm prejudicando a população brasileira, os segurados e as pequenas empresas que prestam serviços às seguradoras. Aí eu chamo a atenção: não só as pequenas, mas também as empresas concessionárias, as chamadas empre-

sas autorizadas. Infelizmente, hoje, as seguradoras trabalham unidas fazendo uma espécie de cartel das oficinas para atender aos sinistros que ocorrem com os segurados. Infelizmente, aí perdem os segurados. Acredito que, ao término desta Comissão, teremos condições de levar um rico trabalho para os nossos arquivos.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Passamos a palavra agora ao Deputado Max Rosenmann, agradecendo ao Senador.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Minha saudação a todos os presentes. A vinda desta Comissão Parlamentar Mista, que é formada por Senadores e Deputados, a Curitiba é muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Nobre Deputado, apenas um minuto. O Senador Romeu Tuma fez um insistente apelo aos canais de TV presentes para que divulguem no ar o número do disque-denúncia, para que as pessoas do Paraná, de Santa Catarina e todas aquelas que puderem nos ver, se tiverem qualquer denúncia a fazer, utilizem esse número. Trata-se de uma ligação gratuita. Pedimos aos canais de televisão que ponham no ar esse número, que tem sido de muita eficácia por onde andamos. É o 0800-612211.

Agradeço ao Deputado Max Rosenmann.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – A vinda desta CPMI a Curitiba é muito importante, porque o nosso Relator, Deputado Takayama, é do Paraná e está fazendo um grande trabalho. Esse é um assunto que se tornou de conhecimento nacional. Ou seja, carros batidos, dados como inservíveis, dados como perda total, de repente, num leilão de carros destruídos, são vendidos praticamente a preço de mercado ou muito próximo do valor de um carro sem ser batido.

Quando o milagre é muito grande, isso demonstra que há irregularidades muito graves. Atrás desses roubos de automóvel, dessas clonagens, existem muitos assassinatos. Muitas pessoas de bem foram assassinadas para poderem ter seus carros roubados, porque quando alguém sai atrás de um carro para clonar tem que trazer o carro da mesma cor, do mesmo ano e da mesma marca. As agressões, assim, acabam sendo de tal ordem que até o número de assassinatos acaba sendo grande.

O que está faltando é uma legislação melhor, e daqui para frente a nossa Comissão saberá orientar o Poder Legislativo na elaboração de leis que impeçam essa prática.

Em relação ao que já ocorreu, estamos fazendo levantamentos, vendo quem são os compradores, as oficinas que habitualmente fazem isso e vamos cobrar

também punição para aqueles que daqui para trás cometeram esses crimes.

Temos na Comissão a Deputada Mariângela Duarte, que, como Vice-Presidente, vem fazendo um trabalho muito forte em São Paulo; o nosso Senador Romeu Tuma, que é uma força nas questões de segurança, um verdadeiro catedrático e professor e, como Senador, está impondo um ritmo positivo a esta Comissão; e estamos hoje também acompanhados aqui do Senador do Espírito Santo Marcos Guerra, que veio trazer a sua colaboração, o seu prestígio, a sua inteligência a este encontro; e temos também, do Paraná, o Deputado Giacobbo, que representa o este do Paraná. S. Ex^a não está presente, mas em Brasília também tem participado ativamente.

Tanto eu, como Takayama e Giacobbo, aqui do Paraná, estamos prontos para atender a qualquer situação, porque queremos, se possível ainda nos próximos dias, encerrar esta CPI, até porque estamos entrando em ano eleitoral e não gostaríamos de levar isso muito adiante. Portanto, estamos quase montando o relatório final.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – E teremos o seminário em Brasília.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Teremos o seminário agora, mas isso tudo será explicado. O mais importante é isto: estamos à disposição, com muita coragem, destemidos, e temos certeza de que, aqui do Paraná, na presença do Secretário Delazari, do próprio Governo do Estado, teremos toda a colaboração, do próprio Governador, que tem demonstrado uma grande preocupação com as questões de segurança. E isso tudo vai nos ajudar a banir do nosso meio esse tipo de prática. Coloco-me à disposição de todos. E vamos em frente com a nossa reunião.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Muito obrigada. Ouvida a Mesa que compõe os trabalhos desta audiência pública, começaremos agora a parte mais substancial das oitivas.

Convido o Dr. Cícero Pereira da Silva, Coordenador de Veículos do Detran, para que tomasse o seu assento e pudesse imediatamente começar o seu depoimento.

Antecipadamente, agradecemos a V. S^a por comparecer e colaborar com os trabalhos da Comissão.

Antes, porém, concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Takayama) – Queria apenas trazer uma rápida explicação, Deputada Mariângela. Estivemos no Detran, conversando com o Dr. Marcelo Almeida, e ele sugeriu que viesse o Dr. Cícero Pereira da Silva, que, pelo seu cabedal, pela sua experiência, pelos anos dedicados ao Detran, poderia nos dar

muitos subsídios para tentarmos fechar essas brechas na legislação. Essa é a razão de estarmos com o Dr. Cícero e não com o Dr. Marcelo Almeida.

Queremos agradecer ao Presidente do Detran, Dr. Marcelo Almeida, por indicar o Dr. Cícero.

Quero também informar que nenhuma das pessoas que aqui estão foram convocadas e, sim, convidadas a trazer a sua contribuição.

Quero agradecer, Dr. Cícero, pela sua boa vontade em deixar o seu trabalho para nos ajudar a formar todo um contexto e encontrar subsídios para elaborarmos uma legislação mais segura, mais moderna e, assim, fecharmos essas brechas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Gostaria de pedir ao Dr. Cícero que qualquer documento apresentado, se possível, nos encaminhasse, ou ao Relator da Comissão, porque é de substancial importância, pois nem sempre é possível anotar sem que desviemos a nossa atenção.

Obrigada.

O SR. RELATOR (Takayama) – Perdoe-me mais esta interferência. Esperamos que o Dr. Cícero possa nos trazer os problemas que temos aqui no Paraná – sabemos que não são poucos – para que possamos, na objetividade, captá-los, porque, como disseram a Deputada Mariângela, o Senador Romeu Tuma, já estivemos em outros Estados, ouvindo dos Diretores dos Detrans os problemas dos outros Estados. Acreditamos que, com a experiência que o Dr. Cícero possui, acrescentará substancialmente às informações que necessitamos.

Quero também agradecer o Deputado Max que, durante a semana, me ajudou muito na indicação do Presidente do Sindicato das Empresas. Graças a Deus, estamos encontrando na equipe já, vamos dizer, nesta reta final, a cooperação necessária para que possamos trazer todas as informações que virão com certeza enriquecer o nosso relatório.

Muito obrigado, Dr. Cícero.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Eu queria dizer que, lamentavelmente, eu acabei esquecendo de incluir a participação nesta reunião em Curitiba de um diretor da Volvo, que pudesse vir aqui trazer a contribuição dessa montadora de caminhões. A Volvo, para conhecimento de todos, é a única fabricante ou montadora que não deixa os veículos de sua marca serem leiloados e vendidos no mercado paralelo. Quando um caminhão Volvo é destruído por um acidente, imediatamente a fábrica procura o proprietário e adquire o veículo. Por quê? Porque a Volvo, ela mesma, desmonta o caminhão, retira as peças que são ligadas à área de segurança do veículo e as elimina; recupe-

ra as demais peças, e vende na sua cadeia de lojas peças recuperadas, não permitindo a venda de peças paralelas e que assaltantes e pessoas que cometem o crime que estamos combatendo façam a utilização de seus caminhões. Essa é uma contribuição social e de segurança que a firma Volvo faz ao País.

É uma pena. Vou levá-los a Brasília. Eu poderia tê-los trazido hoje, aqui. Mas, houve um esquecimento de minha parte, pois eu estava acamado, com problema de saúde, e acabei não o convidando.

Mas é importante citar que, em Curitiba, a Volvo não permite que os seus veículos sejam vendidos e desmanchados.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – O senhor tem dado uma colaboração nesse sentido, pois não sabíamos – eu, pelo menos, não sabia desse dado e fiquei impressionada, já em Brasília. Eu queria sugerir, creio que já podemos deliberar, se todos concordarem, pois já estamos aqui, mais ou menos, concordes com isso, que poderíamos levar as empresas em uma audiência da nossa CPI, com destaque para a Volvo, que poderia disseminar e socializar essa sua experiência, que em grande parte já aliviaria o nosso problema.

É bom frisar que a CPI está muito interessada não só em apurar os crimes, mas, efetivamente, em cortar o circuito lógico do crime, corrigir a legislação e apontar para o futuro imediato, no sentido de que não mais tenhamos esse transtorno.

Sem mais delongas, passo a palavra ao Dr. Cícero, por favor.

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Bom dia a todos. Bom dia aos Exm^{os} Srs. Secretários de Estado presentes e à Mesa. Vou relatar o procedimento adotado pelo próprio órgão, hoje, aqui, no Estado do Paraná, referente aos veículos envolvidos em acidentes de grande/média monta.

Hoje, no Paraná, quando esses veículos se envolvem em acidentes de grande/média monta nas rodovias estaduais e no Município, através da própria PM ele faz o acesso ao cadastro de veículo do Detran e procede ao bloqueio desses veículos.

Quando o acidente ocorre em uma rodovia federal, ou fora do Estado, essa informação vem para o Detran através de ofício e o Detran procede ao bloqueio do cadastro desses veículos. Esses veículos ficam bloqueados e impedidos de circulação e, conseqüentemente, impedida a transferência de sua propriedade. Posteriormente, encaminhamos ao proprietário constante do cadastro do veículo a informação referente a esse bloqueio. Então, encaminhamos essa correspondência, no caso de acidente de média monta, informando o procedimento que tem de ser adotado para que ele

possa voltar a circular. E, no acidente de grande monta, informamos que o veículo será baixado, mediante uma resolução da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná. Conseqüentemente, recebemos alguns mandados de segurança, em algumas comarcas do Estado, para que esses veículos voltassem a circular. Nesses casos específicos, esses carros voltaram à circulação.

O SR. RELATOR (Takayama) – Posso interromper seu pronunciamento?

Quer dizer que, quando um veículo é dado como sinistrado de média monta também tem que passar pelo Detran? É feita uma vistoria para liberar, para saber se pode voltar a circular. É isso?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Não. Quando ele faz uma média monta, ele é passado para um organismo credenciado pelo Inmetro. São as OICs.

O SR. RELATOR (Takayama) – E quando é de grande monta realmente tem que ser baixado no Detran para que não volte a circular. Não é isso?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Isso é o que comunicamos ao proprietário, e deixamos o cadastro suspenso devido às sentenças que temos recebido – até trouxe algumas – para que veículo volte a circular. As pessoas recuperaram o veículo; ou, às vezes, o acidente foi constatado pelo policial como de grande monta, quando, na realidade, não é de grande monta. Então, o critério da monta do acidente ficou descaracterizado.

O SR. RELATOR (Takayama) – No Rio de Janeiro, o Diretor do Detran disse que há mais de um ano e meio não recebe um pedido para que o veículo seja baixado. E, mesmo sendo baixado – e estamos de comum acordo, conforme conclusão da Comissão –, o número não deveria desaparecer. A identidade do veículo deveria prosseguir por cinco, dez anos, para que, mesmo sendo dada perda total do veículo, haja uma espécie de arquivo morto. Mas que o número do veículo não seja baixado, porque o que está acontecendo hoje é a prática da reutilização desse número de veículos que tiveram perda total.

Pergunto-lhe, Cícero, se haveria uma maneira de os Detrans entrarem em comum acordo para que, por meio do Renavan, houvesse esse cadastro de arquivo morto. Você participaria desse pensamento para que, por exemplo, um veículo com perda total pudesse ter seu número mantido sem poder ser reutilizado em outro veículo?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Uma vez baixado esse veículo, fica no cadastro nacional essa informação. Na realidade, ele não retorna à circulação. O que acontece, hoje, é uma circulação em cima de outro veículo.

O SR. RELATOR (Takayama) – Vou dar um exemplo clássico. Um dos secretários ou diretores do Palácio Iguaçu teve perda total de seu veículo, portanto, baixado sem possibilidade de reaproveitamento. Esse secretário disse-me o seguinte: um mês depois de ter recebido a indenização – o veículo foi dado como perda total, aqui no Paraná –, ele recebeu um telefonema de um senhor perguntando se poderia ceder uma cópia das chaves, porque o veículo estava em circulação. Ele se surpreendeu com o fato porque já tinha sido dada a perda total do veículo. Pergunto-lhe: se o veículo foi baixado, como é que pode estar circulando a ponto de a pessoa pedir uma cópia das chaves?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Nesse caso, não houve a baixa. A baixa é feita na base nacional do Renavan. Não é possível fazer mais nenhum registro desse veículo.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Mas como é que ele escapou? Sabemos que o senhor está expondo uma norma. Mas o Deputado Takayama relatou, expôs um caso ocorrido com uma autoridade. Precisamos, inclusive, das autoridades dos Detrans do Brasil todo para detectar, entre a norma e o procedimento, qual é o vão de escape. O que o senhor constata, trabalhando constantemente com isso, por onde a coisa escapole?

Quer dizer, há uma notificação, um registro. Não pode circular sem cumprir essa notificação. O senhor tem alguma estatística, algum número? O que o senhor responde especificamente sobre este caso em que o carro estava circulando a ponto de ser pedida uma segunda chave?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Não conheço o caso, mas acredito que não houve a comunicação da baixa desse veículo. Conseqüentemente, o cadastro ficou em aberto e ele voltou a circular como se tivesse sido recuperado.

O SR. RELATOR (Takayama) – Vem uma pergunta para minha avaliação. Estou muito feliz com a sua contribuição. Quero perguntar o seguinte: então, o veículo quando é dado perda total parece que está encontrando uma brecha: veículo perda total recuperável e veículo perda total irre recuperável. É isso? Quer dizer, quando for irre recuperável, eles dão baixa.

Mas, aí vem uma estão subjetiva, Mariângela, porque a pessoa que faz a avaliação normalmente é o policial militar, que não é um técnico, um *expert* no assunto. Jamais ele poderá ter a capacidade de dar uma avaliação de perda total, recuperável e irre recuperável. Isso tem que ser feito através de um laudo de um engenheiro.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Um laudo técnico?

O SR. RELATOR (Takayama) – É, um laudo técnico. Quer dizer, então os Detrans também não teriam essa...

Creio que aí já está uma brecha, Mariângela, para que nenhum veículo seja dado como irre recuperável, e isso acaba fomentando exatamente esse elo do crime.

Acredito que é aí que precisamos de uma informação de V. S^a para que possamos fechar essa brecha. Já que, mesmo dado como perda total, ele pode ser reaproveitado, acredito que alguma coisa pode ser feita nesse sentido exatamente para que os veículos não voltem à circulação, que sejam apenas compactados e tidos como sucata.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Deixe-me só colocar aqui uma coisa. Está havendo um apelo da Mesa no sentido de que possamos ouvir o seu depoimento como um todo, para depois a gente questionar, até porque o Secretário de Segurança Pública do Paraná, que é o segundo depoente, tem outros compromissos. Portanto, precisamos ter cuidado para não perder o depoimento do Secretário, porque me parece que é o primeiro Estado em que o próprio Secretário comparece, o que é auspicioso e elogiável.

Então, concedo a palavra ao Dr. Cícero.

O SR. RELATOR (Takayama) – Então, faço uma sugestão: se poderia o Dr. Cícero permitir uma inversão de pauta para que o Secretário pudesse ser ouvido antes.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Acho que o Dr. Cícero não se incomodaria, dado que em nenhum Estado conseguimos a presença do próprio Secretário. Como uma forma de homenagear o Estado do Paraná, que nos traz o próprio Secretário – portanto, leva muito a sério o trabalho da CPI –, nós solicitaríamos a extrema gentileza de V. S^a no sentido de que pudéssemos dar a vez ao Secretário e, em seguida, o senhor continuaria, sem interrupções, para que fizéssemos as questões só ao final. Está bem, Dr. Cícero?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Sem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Muito obrigada.

O SR. RELATOR (Takayama) – Muito obrigado, Dr. Cícero.

Queria também fazer uma sugestão: que o Dr. Cícero pudesse nos ceder o seu relatório para fazermos já uma cópia, porque isso já poderia ser avançado. Se V. S^a puder contribuir nesse sentido, isso já vai adiantar o trabalho.

Agradecemos sobremaneira, Dr. Cícero, essa interrupção.

E queria também dizer, Dr^a Mariângela, da minha satisfação de ver que o Dr. Luiz Fernando Delazari tem feito um trabalho extraordinário. Esta semana mesmo uma grande quadrilha foi desbaratada, inclusive com a prisão de policiais militares e civis, numa ação exemplar. Também o Governador do Estado tem sido um forte lutador no combate ao crime organizado e, muitas vezes, às pessoas que se inserem na chamada “banda podre” da polícia.

Muito obrigado ao Sr. Luiz Fernando Delazari, que está presente, que prestará uma contribuição extremamente preciosa ao nosso relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Agradecendo as palavras, quero registrar novamente que é o primeiro Estado em que o próprio Secretário de Segurança Pública comparece para colaborar com os trabalhos desta CPI Mista, do Senado e da Câmara.

Queria chamar, então, para dar o seu depoimento e as suas explicações, o Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, a quem agradeço por comparecer a esta CPMI. Peço a S. S^a, inclusive, que leve esse agradecimento também ao Governador do Paraná, e com esta notificação, de que é o primeiro Secretário que comparece em pessoa, auxiliando de forma inestimável os trabalhos da CPMI.

Então, com a palavra, o Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Bom dia a todos, ao Deputado Takayama, que, gentilmente, ao contrário do que foi dito agora, cede espaço à Secretaria de Segurança Pública para poder colocar a política deste Estado no combate a esse tipo de crime.

Bom dia, Deputada Mariângela Duarte, Senador Marcos Guerra, do Espírito Santo, Estado com o qual tenho um relacionamento pessoal muito grande, onde tenho muitos amigos. Bom dia, Deputado Max Rosenmann, já é a segunda vez em que nos encontramos em solenidades, em reuniões de trabalho significativas.

Quero fazer uma homenagem, também, ao Senador Romeu Tuma, que se fazia presente até há pouco no plenário.

Eu agradeço, Deputado Takayama, porque acho que o que nós temos feito aqui, no Estado do Paraná, em termos de política de segurança pública para combater a este específico tipo de crime, de roubo e furto de veículos, talvez possa, de fato, servir como uma colaboração ao cenário nacional para sistematizar definitivamente uma forma de atuação não só no âmbito

legislativo, mas também no âmbito administrativo e até mesmo no policial no combate a esse crime.

Aqui no Paraná, desde que assumimos a Secretaria, temos uma preocupação muito grande com índices de criminalidade. Havia uma desorganização muito grande no que se referia à sistematização desses índices. A nossa primeira preocupação foi, então, criar um sistema organizado, confiável, honesto, sério de divulgação de índices de criminalidade. Um governo sério, um governo honesto, um governo que se preza não deve ter medo da divulgação dos índices de criminalidade.

Por conta disso, criamos um departamento dentro da Polícia Civil, da Polícia Militar, e agora estamos, inclusive em parceria com a Universidade Federal, tentando sistematizar, normatizar isso de forma séria, de forma adequada. Os índices que nós temos obtido são índices confiáveis, são índices que nos dão credibilidade, que nos demonstram a seriedade do trabalho e revelam que a maior dificuldade da polícia no Estado do Paraná é combater o furto e o roubo de veículos. São dois crimes que, apesar de muito esforço, de muito empenho, inclusive administrativo, não só policial, nós ainda, no Estado do Paraná, temos dificuldade de diminuir.

Só para que vocês tenham uma idéia – são dados recentes –, em maio agora de 2004, nós tivemos 429 veículos furtados e 253 veículos roubados, só em Curitiba e região metropolitana. Isso dá um total de 682.

A polícia tem trabalhado, tem feito esforços muito grandes por meio da Delegacia de Furtos de Veículos, e nós temos um alto índice de recuperação desses veículos furtados – chega próximo a 70%. Isso por conta de um trabalho sistemático que vem sendo realizado há mais de um ano, quase um ano e meio. É um trabalho que se revela também nos números. Do ano passado para cá, nós tivemos um acréscimo nas fiscalizações a estabelecimentos conhecidos como desmanche. Não podemos chamar de desmanche, porque desmanche já é um crime, mas são estabelecimentos que trabalham com peças de veículos usados, ou de veículos abalroados. Em 2002, tivemos 880 estabelecimentos vistoriados. Em 2003, esse número cresceu para 1200 estabelecimentos, e, até agora, em 2004, nós estamos com 460 estabelecimentos já vistoriados. Devemos, portanto, ultrapassar a marca de 2003.

São grandes operações, grandes blitzes que envolvem a Polícia Militar, a Polícia Civil e, normalmente, também chamamos o Instituto de Criminalística e a Receita Estadual para delas fazerem parte. O objetivo é identificar estabelecimentos que se prestam para desmanche. E, quando identificados, imediatamente são autuados e presos em flagrante os proprietários. Ano

passado, nós fechamos 35 estabelecimentos. Neste ano, já fechamos quase 15 estabelecimentos.

Então, há um combate muito grande aos estabelecimentos que se prestam a desmanche aqui, no Estado do Paraná, feito de forma sistemática, determinada pela Secretaria de Segurança Pública. Na Secretaria, nós exigimos que as operações sejam feitas de forma integrada entre a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Por um outro lado, tínhamos conhecimento de que existia uma modalidade – essa, inclusive, que estava sendo debatida agora com o Cícero – de utilização dos documentos, dos números do chassi e, muitas vezes, das placas dos veículos que tinham danos de grande monta. Por conta disso, a Secretaria de Segurança Pública, no dia 3 de novembro de 2003, depois de um prévio estudo e, inclusive, de contatos com o próprio Detran, baixou uma resolução determinando que, identificado o veículo considerado irrecuperável, portanto com danos de grande monta, imediatamente a sua propriedade não poderia mais ser transferida e ele seria baixado. Há, portanto, uma determinação da Secretaria.

Confesso que enfrentamos, Deputado Takayama, algumas dificuldades administrativas em algumas forças, que foram extremamente contrárias a essa resolução, porque ela tem como pretensão alcançar o objetivo de acabar com os veículos salvados. E digo pretensão porque ela depende ainda do ser humano e, quando ela depende do ser humano, ela pode ser falível.

Desse caso que o senhor levantou, até não tenho conhecimento, apesar de ser, parece-me, de um colega, mas não sei se ele aconteceu antes da resolução ou depois dela; mas, se aconteceu depois da resolução, ele aconteceu por falha humana, não tenho dúvida disso. Falha ou qualquer outra intenção, porque o processo hoje é automático, e a nossa preocupação é esse questionamento que os Deputados fizeram agora com relação a quem deve definir se é um veículo com danos de grande monta ou não. Notoriamente, sabemos que o policial militar não é o mais habilitado para identificar se o veículo sofreu um acidente de grande monta ou não.

Eu, como Secretário de Segurança Pública, e gestor, portanto, da política de segurança pública, na verdade, não tenho muita preocupação. Acho que a preocupação minha como chefe de polícia é coibir o crime. Alguns excessos, alguns erros, alguns equívocos podem ser corrigidos. Agora, entendo que o policial militar experiente, que trabalha na linha de frente, no dia-a-dia, ele tem condição técnica, num primeiro momento, numa condição preliminar, de julgar se aquele veículo tem um dano de grande monta ou não. Se, eventualmente, houver uma discordância em relação

a isso, seja ela do proprietário ou da seguradora, abrimos, posteriormente a essa portaria, a possibilidade de que seja impetrado um recurso administrativo à própria autoridade do Detran para que ela julgue se, de fato, o dano ao veículo pode ser considerado de grande monta ou não – portanto, se o veículo é irrecuperável ou não. Ele poderia, então, ser analisado numa segunda instância, eu diria assim.

Agora a minha preocupação, a preocupação da Secretaria é, de fato, coibir esse mecanismo de utilização de documentos para, na verdade, fomentar o roubo e o furto de veículos. Então, eu realmente não estou preocupado com a política das seguradoras nem tampouco se o dano ao veículo é de grande monta ou não, estou preocupado em coibir o crime. Essa portaria vem, portanto, com essa pretensão.

Claro que, dentro de um processo democrático, a possibilidade do recurso e até mesmo, eventualmente, a possibilidade de se socorrer do Poder Judiciário é absolutamente legítima, e quanto a isso não temos nenhum apontamento. Só que, de fato, esse trabalho administrativo precisa ser realizado, não tenho dúvida disso. Por isso, essa medida administrativa.

Esses assuntos foram tratados pessoalmente por mim e por meus assessores junto inclusive à Diretoria do Detran. Aqui, no Estado do Paraná, diferente de alguns outros Estados, o Detran é uma autarquia vinculada à Secretaria de Segurança, e, por isso, a portaria tem força de ato administrativo perfeito, e está valendo.

É claro que devemos ter alguns problemas, até porque é um processo histórico aqui, no Estado do Paraná – o Deputado sabe bem disso, assim como o Deputado Max Rosenmann. Tivemos muitos problemas, inclusive envolvendo a cúpula da Polícia Civil, no passado, e a própria Secretaria de Segurança Pública, problemas relacionados a esse crime, e por isso esse crime tem um alto – não só por isso, mas também por isso – índice, revelado recentemente nessas estatísticas.

Aqui tivemos, durante a CPI do Narcotráfico, o conhecimento do envolvimento da cúpula da Polícia Civil e até de integrantes da própria Secretaria de Segurança Pública com famosos e notórios ladrões, bandidos, criminosos da área de roubo e furto de veículos. Cito, como exemplos típicos disso, Paulo Mandeli, foragido da Justiça até hoje, e o Caboclinho. Ambos estão sendo processados, em conjunto com autoridades da Polícia Civil aqui do Estado do Paraná, exatamente pelo envolvimento com esse tipo de crime.

O SR. RELATOR (Takayama) – O Caboclinho está preso?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI

– Está preso, está preso por homicídio.

O SR. RELATOR (Takayama) – Não pelo furto?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não pelo furto, e sim pelo envolvimento em desmanches.

O SR. RELATOR (Takayama) – E o caso do Paulo Mandeli?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI

– O Paulo Mandeli está foragido ainda. Tem feito inclusive esforços pessoais no sentido de realizar diligências para a sua localização, existem vários indicativos, na verdade até imaginamos que isso é uma forma de manter essa situação, de despistar a polícia. Temos informações, que são obtidas pelo Serviço de Inteligência, o CI-SESP, da Secretaria de Segurança, dando conta de que ele estaria, enfim, próximo de Curitiba, longe de Curitiba, morando em Miami. Realmente, há uma dificuldade muito grande, mas a polícia tem, por determinação minha, principalmente o serviço de inteligência, concentrado esforços na sua captura.

O SR. RELATOR (Takayama) – Tivemos a informação, Sr. Secretário, no Rio de Janeiro, de que uma quadrilha está introduzindo veículos roubados em Miami pelo porto de Vitória. E, já por causa desses brechas, estão legalizando os veículos. Agora, V. S^a nos informa que possivelmente o Mandeli pode estar na região de Miami.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – É verdade, existe essa informação, sim. Não só o Mandeli, mas inclusive alguns delegados de polícia aqui do Estado do Paraná – estamos investigando essa informação – também teriam residência em Miami. Então, há um indicativo. É possível que isso esteja acontecendo. Não duvido não, até porque o montante econômico que envolvia essa atividade aqui no Estado do Paraná era muito grande. Posso dizer a V. Ex^a, Deputado, que eu, como Promotor de Justiça, investiguei uma das maiores quadrilhas de roubo de camionete aqui de Curitiba, e, coincidentemente, o chefe dessa quadrilha, um policial civil – não posso chamar isso de policial –, mas um integrante dessa quadrilha que ocupava uma função de policial civil, chamado Samir Skandar, também teve envolvimento com o Paulo Mandeli e com o Caboclinho, eram intimamente ligados. Parece-me que, no vácuo da prisão do Caboclinho e da fuga do Paulo Mandeli, sobrou exatamente esse nicho da criminalidade e o Samir Skandar, um ano, um ano e meio depois, já capitaneava todo esse comércio, todo esse nicho da criminalidade. Tive a oportunidade de monitorá-lo durante três meses. Eles praticavam de três a quatro roubos de camionete por dia aqui no Estado do Paraná. Tinham dois canais de desovas desses veículos: um

deles – muito forte –, era com um proprietário de um desmanche de Florianópolis, chamado Almeida, que chegou a ser preso pela polícia do Estado do Paraná; ele era um dos que recebia a maior parte desses veículos. E o outro caminho que eles tomavam era o país vizinho, o Paraguai.

Essa quadrilha que recentemente foi desmantelada – aliás, mais de uma quadrilha que recentemente foi desmantelada – na região de fronteira, de Guaíra e Foz do Iguaçu – na qual tivemos 40 prisões, com o envolvimento de sete policiais, dois ou três militares e quatro ou cinco policiais civis...

O SR. RELATOR (Takayama) – Foi essa semana passada?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI

– Foi quinta-feira, a grande operação. A investigação tem sete meses, temos mais de 50 fitas gravadas e ela, enfim, acabou com essa grande operação, tivemos alguns foragidos. Mas ela revelou um dado estardaloso: um dos maiores bandidos, talvez, dessa região de fronteira tem o apelido de Luiz – mas o nome dele, se não estou equivocado, é Wanderley – e é um policial civil, que foi preso. Ele chegava a passar dez veículos por dia na região de Guaíra para o país vizinho, o Paraguai.

Era um grande esquema. Veículos que vinham de Mato Grosso – de preferência, camionetes –, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nessa grande quantidade.

O SR. RELATOR (Takayama) – Como Deputado mais votado na cidade de Guaíra, acabo até tendo residência ali, e percebi que em regiões fronteiriças a dificuldade é enorme, Sr. Secretário. Pergunto a V. S^a: se fizéssemos uma legislação – sem nenhuma desconfiança, nenhuma crítica – estabelecendo que delegados de fronteiras não pudessem permanecer mais de um ano, já diante do volume de pressão psicológica que eles sofrem por parte das quadrilhas, não seria interessante, Sr. Secretário?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI

– Fundamental, Deputado. Inclusive isso tem total consonância com o que estamos fazendo aqui no Estado do Paraná. Estamos estabelecendo um rodízio não só de delegados, porque, na verdade, na maioria dos casos, o delegado não tem muita responsabilidade. Na verdade, são, de fato, os operadores da máquina policial, que são os investigadores, os escrivões, que gerenciam isso. Em um caso ou outro, há o envolvimento de delegado de polícia, mas, na maioria dos casos, realmente são os policiais, inclusive policiais militares. Então, acho que é extremamente salutar. É a política que estamos adotando aqui no Estado do Paraná.

O SR. RELATOR (Takayama) – Na minha convivência na região fronteira, percebi que muitos delegados e policiais recebem ameaça, porque é a rota do tráfico, e não é só de carro não – e aí é que a coisa piora –, de drogas: “Olha, se você não permitir, vamos matar sua família”. Quer dizer, a pessoa acaba se tornando...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Refém.

O SR. RELATOR (Takayama) – ...refém de uma situação. Então, de repente, até para proteger o bom policial, talvez pudéssemos estabelecer, através de uma legislação estadual ou federal, que um delegado não poderia permanecer num posto de fronteira por período superior a um ano, a fim de que houvesse um rodízio constante. Acho que isso contribuiria bastante para evitar essa onda avassaladora de crimes nas regiões fronteiriças.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Eu não tenho dúvidas. Inclusive, o senhor demonstra ser, de fato, um conhecedor da problemática dessa região. E, sem querer dispersar, mas só para reforçar e, talvez, contar com o apoio da própria CPI, nós sabemos, todo mundo sabe, é público e notório, dos problemas da região de fronteira, dos problemas que envolvem a criminalidade na região de fronteira, principalmente no Estado do Paraná, Foz do Iguaçu e Guaíra, mais recentemente, mas principalmente Foz do Iguaçu, que sempre foi manchete, nos grandes veículos de circulação, de criminalidade.

Temos um projeto, Deputado, que foi apresentado ao Ministério da Justiça recentemente que tem a pretensão de criar um policiamento específico para a região de fronteira.

O SR. RELATOR (Takayama) – Beleza!

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Então, na verdade, ocuparíamos quatro espaços específicos para o trabalho de crimes, única e exclusivamente, de fronteira, que são: contrabando, tráfico de drogas, tráfico de armas, que, sabemos, é uma via de mão dupla, muitas vezes vai e vem, e roubo e furto de veículos.

Então, seria, eu diria, um agrupamento policial, inclusive envolvendo o Exército, a Marinha, a Aeronáutica, a Polícia Federal, as Receitas Estadual e Federal, para trabalhar especificamente com os crimes de fronteira. Não haveria, portanto, outro trabalho.

O SR. RELATOR (Takayama) – Penso que poderia ser inserido também o tráfico humano, porque, segundo o Relatório da ONU a que tive acesso recentemente, Foz do Iguaçu faz parte da rota do tráfico até de menores, que são levados para a Argentina, vou até dizer o nome, Rosario, aquelas regiões, e de lá para cá

também, para irem para países estrangeiros, como, se não me engano, a Espanha, e mais alguns países que agora não me vêm à mente – parece-me que Holanda e Alemanha. São moças que, muitas vezes, acabam sendo vítimas da prostituição – inclusive tem uma CPI na Câmara sobre isso – e da violência sexual.

Então, acho que poderia ser incluído também o tráfico de pessoas humanas. Alguém me perguntou se existem ligações entre essas quadrilhas. Com certeza, existem, porque, inclusive, existe a questão da lavagem de dinheiro das drogas e dos carros roubados que acaba fomentando o crime.

Esta semana, estive lá na região de Guaíra, Sr. Secretário – perdoe-me estas intervenções...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Sim, claro.

O SR. RELATOR (Takayama) – ...mas penso que podemos contribuir com essas informações –, e soube que muitos veículos são roubados na região, como em Palotina, onde um menino foi assassinado friamente. Ele trabalhava com o veículo de um outro senhor e, para roubar o veículo, simplesmente jogaram, desovaram o menino ali na Cidade de Palotina. A família estava extremamente desesperada, o menino foi encontrado morto, e o veículo, segundo a Polícia Federal, estava no Paraguai. E parece que existe um forte envolvimento com venda de drogas na região, inclusive dois policiais foram mortos em Iporã, na porta de um bar, e o dono do bar, esta semana, também foi assassinado. Então, percebemos que existe uma ação criminosa violenta na região.

Mas queremos parabenizar, porque também, já em seguida, houve uma resposta da Secretaria de Segurança Pública do Paraná.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Exatamente.

Esse projeto, que estamos denominando de Gefron, na verdade foi uma idéia que surgiu na reunião de Secretários de Segurança. A idéia é que estabeleçamos um critério ou um sistema único de policiamento na região de fronteira, desde o norte de Mato Grosso até a ponta mais ao sul do Rio Grande do Sul.

Em Mato Grosso, esse projeto já está funcionando, chama-se Gefron – e aqui, no Estado do Paraná, nós o estamos batizando com o mesmo nome também –, e temos tido resultados, inclusive, de recuperação econômica das próprias regiões que já estavam tomadas pelo tráfico de drogas e de armas e que, hoje, têm um respiro, uma oxigenação econômica.

Agora, com relação ao tráfico de drogas – só rapidamente, também –, nós, aqui no Paraná, já criamos um serviço – foi possível criar porque dependia de poucos recursos – específico para combater isso, em Foz

do Iguaçu. É um serviço chamado Nucria, Núcleo de Proteção à Criança Vítima de Crimes, principalmente de crimes sexuais, que vai trabalhar, única e exclusivamente, com tráfico humano na região de fronteira. Ele tem o núcleo em Curitiba e em Foz do Iguaçu.

Agora, eu quero dizer, também, Deputado, como sugestão – Deputado Max Rosenmann, que é um Deputado forte, que tem muito contato com o nosso interior também, assim como senhor – que eu apresentei uma idéia, inclusive já aprovada em algumas Câmaras de Vereadores do Estado do Paraná. Aqui, em Curitiba, onde seria muito importante, o projeto ainda está tramitando. Eu até pedi urgência, na oportunidade, mas não a consegui. É um projeto de lei que tem como objetivo criar um sistema administrativo para lutar contra o desmanche de veículos.

O problema muito sério hoje é que a polícia atua, realiza as batidas, muitas vezes prende o proprietário do estabelecimento em flagrante e, no dia seguinte, o estabelecimento está aberto, seja por familiares, seja por ele próprio que já conseguiu, enfim, o relaxamento da sua flagrância por algum mecanismo judicial.

O projeto tem como pretensão o seguinte:

Art. 1º Sem prejuízo de outros casos e penalidades já previstos na legislação em vigor, a Administração Municipal cassará o alvará e a licença de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços instalados no Município [seja ele, por exemplo, de Curitiba, seja de qualquer outro]:

I – cujos representantes legais, sócios ou gerentes tenham sido processados penalmente por adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício da atividade comercial ou industrial, autorizados pelo Município, coisa que deve saber ser produto de crime.

Portanto, a partir do momento em que se realiza uma atividade policial e se identifica um estabelecimento comercial do Município que se presta para comercializar produtos ilícitos, imediatamente a Administração deve – hoje ela pode – cassar a autorização para funcionamento comercial.

O que nós temos feito aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Se o senhor me permitir, parabenizando-o, nós vamos pedir que nos envie uma cópia de todos os documentos que esteja utilizando. Acho que já dá para tomarmos daqui. Essa foi uma questão amplamente discutida por nós. Após as oitivas seqüenciais, nós já tínhamos chegado a esta conclusão, de que era necessário fazer uma atuação junto às Prefeituras na não-liberação de alvarás, cassação de alvarás.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI

– Automática, não é? Cassação automática.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Esse projeto é de autoria do Executivo?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não. Eu apresentei como sugestão. Na Câmara de Vereadores de Maringá, inclusive, já foi aprovado o projeto e já está em vigor naquela cidade. Se não me engano, em outro Município também. Mas eu envie isso a todos os Municípios, por ofício. Inclusive, aqui em Curitiba, ele deve estar tramitando, deve estar na Comissão... Enfim, eu não sei. Eu pedi regime de urgência.

O que acontecia? Nós não tínhamos uma resposta do Poder Público. Quer dizer, o estabelecimento continuava funcionando. Todas as batidas, agora, instaurado o inquérito policial, eu tenho pedido cópia da portaria e tenho encaminhado, por ofício, aos Prefeitos para que eles, imediatamente, cassem o alvará. E, até em consonância com o que disse o próprio Deputado... Esse é o inciso I, mas o inciso II tem como objetivo – porque o projeto pode fazer isso – o seguinte:

II – cujos representantes legais, sócios ou gerentes no exercício de suas atividades comerciais, industriais ou de prestação de serviços, tenham sido processados penalmente por induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitar, ou impedir que alguém a abandone, bem como por manter por conta própria ou de terceiro casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fins libidinosos, haja ou não o intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente, ou ainda por tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente dos seus lucros ou fazendo-se sustentar no todo ou em parte por quem a exerça.

Exatamente para coibir o tráfico de drogas e a prostituição infantil, o que é outro problema também. A polícia realiza batida, prende, às vezes, o proprietário, que está favorecendo a prostituição, inclusive infantil...

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Deixe-me só entender uma coisa, Secretário, quer dizer que o projeto é mais amplo, é um projeto de lei para coibir os crimes de fronteira, é isso?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Mais amplo. Os de fronteira e os crimes de grande repercussão hoje. Ele tem ainda o inciso III, que prevê também a cassação do alvará daqueles estabelecimentos que comprovadamente comercializem combustíveis adulterados. Hoje o setor ...

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Ah! Então abrange a máfia do combustível também?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Também, porque o setor de combustíveis é res-

ponsável hoje por 30% da arrecadação do Estado do Paraná. Isso, da forma como temos conhecimento, da forma de adulteração e sonegação que existe.

Então, ele tem como objetivo isto: identificou que o estabelecimento é para desmanche, é para a prostituição ou faz adulteração de combustível, imediatamente é cassado o alvará. Aí vem aquele questionamento: Bom, mas, espera aí, estamos coibindo o direito à comercialização! Não! Estamos combatendo o crime.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Acho até, Secretário, que é muito interessante isso, porque vínhamos discutindo isso. Mas poderia até, talvez, acrescentar um artigo, já que ainda não é lei, no sentido de que, não cumprindo os Municípios essa determinação, ficariam impedidos do repasse de lei.

Acho que teríamos que estudar com o jurídico, mas, sendo uma lei estadual, atinge todos os Municípios. E, como a receita dos municípios é composta por uma transferência do Estado, talvez fosse muito interessante, porque senão a lei não vinga. Ele cassa um ou dois alvarás e o resto ele deixa que funcione. Vai depender da apresentação de uma radiografia do cumprimento da lei para que se processem as transferências de lei.

Penso que seria muito interessante podermos colaborar e solicitarmos uma cópia.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Deputado, quero inclusive adiantar ...

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Essa lei é municipal ou estadual, porque o senhor disse no começo que eram as Câmaras. Ela é estadual ou municipal?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – É municipal, a concessão do alvará é municipal. É regulada pelo Código de Posturas, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Aliás, é de autoria do prefeito.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – É imperialisticamente do prefeito. Por isso é que estou colocando isso. Aí há uma ligação direta, o prefeito depende de repasses estaduais.

Pergunto ao senhor: por que isso não foi encaminhado pelo próprio Executivo do Estado, que teria maior força? Quer dizer, se o projeto vem do Executivo, da sua Secretaria de Segurança Pública...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Foi isso que eu fiz, encaminhei por ofício, solicitando a aprovação. O projeto de lei é de minha autoria.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – É interessante isso. Muito bom!

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI

– Eu encaminhei para a Câmara. Fui recebido numa solenidade pública, com a presença de todos. Fui extremamente sabatinado, inclusive com assuntos de outra ordem, mas a idéia era levar esse projeto à frente.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Muito bem!

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Quero adiantar que há um problema que naturalmente vai surgir, o questionamento de que estaremos impedindo o exercício do comércio ou que estaríamos prejudicando o fomento ao trabalho. Então, para evitar que ocorram distorções e até pressões por parte até mesmo dos mecanismos públicos, a idéia é: realizada a batida, instaurado o processo ou o inquérito policial, feita a investigação, o processo é encaminhado ao Ministério Público; aí, então, com a denúncia do Ministério Público formalizada, seria automaticamente cassado, não dependeria da vontade do administrador, não dependeria da vontade do prefeito. Quer dizer, denunciado alguém por ter um desmanche ...

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Processo formado?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Processo instaurado, recebida a denúncia, automaticamente é cassado. O juízo comunicaria ao Poder Público que aquele estabelecimento não poderia mais exercer a sua atividade comercial.

É uma alternativa. Existem outras radicais, como, por exemplo, proibir até mesmo o comércio de peças de veículos usados, proibir o ferro-velho ou o desmanche. É uma alternativa mais radical.

Mas eu entendo, Deputada, Senador, Deputado Max Rosenmann, que alguma coisa precisa ser feita, porque esse tipo de criminalidade tem aumentado muito no nosso País e gera uma instabilidade muito grande.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – O senhor tem estatísticas do Estado do Paraná para nos fornecer?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Tenho. As mais recentes, tenho sim. Trouxe ...

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – O senhor nota uma diminuição, um incremento?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Noto que há uma dificuldade muito grande em se diminuir isso. Por exemplo, nos cinco primeiros meses de 2003, de janeiro a maio de 2003, tivemos 2.861 furtos e 1.018 roubos em Curitiba e região metropolitana. No mesmo período, em 2004, tivemos 2.259 furtos – diminuiu o número de furtos –, mas tivemos 1.398 roubos – aumentou o número de roubos. Dá um total

de 2.123. Vejam que foram 100 veículos a mais. Pelo menos, está mantida a média.

O que tivemos foi um aumento na recuperação, na mesma ordem, na escala de mais ou menos 100 veículos, melhor dizendo, e esses dados de que eu estava falando, de 2.022 para 2.123, são de recuperação. Então, tivemos, no mesmo período, 2.022 veículos recuperados; e, de janeiro de 2004 até maio, 2.123 veículos. Aumentamos a recuperação.

Os índices, somados o furto e o roubo, caíram, mas o número de roubos aumentou. Isso com todos os esforços e com todo o direcionamento administrativo que temos dado para combater isso. Vejam que é uma dificuldade muito grande. Até porque há uma interestadualização desse crime. Então, os veículos, por exemplo, do Estado do Paraná, a maioria deles é furtada e roubada aqui e levada para o Estado vizinho, Santa Catarina, ou para o país vizinho, o Paraguai.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Muito obrigada. É só para transferir a presidência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode continuar, por favor. Desculpe-me.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – É um prazer estar participando de uma CPI com o Senador Romeu Tuma, que é um defensor das causas da segurança pública.

Acho que a contribuição do Estado do Paraná, em termos de política de segurança pública para o combate ao roubo e furto de veículos e, principalmente, aos desmanches, resume-se nisso. Quer dizer, a intensidade, o direcionamento, a prioridade que se dá, no trabalho policial, ao combate desse crime é uma resolução que tem como pretensão acabar com os veículos salvados e com essa sistematização de utilização dos documentos, e talvez levarmos para todo o País a idéia de criarmos essa legislação municipal que automaticamente cassa o alvará de funcionamento desses estabelecimentos.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Só uma questão. Embora o alvará seja de atribuição exclusiva do Município, há a possibilidade de uma lei estadual. Vamos dizer, estaríamos regulamentando a questão do circuito do crime. Ainda que o alvará seja de atribuição municipal, para impedir o crime pode ser feita uma lei estadual, porque atingiria a todos os Municípios. Ou não?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Precisaríamos aprofundar essa discussão. Mas, talvez, no âmbito da tributação estadual, talvez o poder administrativo, o poder de polícia administrativo que têm a Secretaria da Fazenda e a Receita estadual possibilitassem, através de algum mecanismo, a suspensão do funcionamento daquela entidade, daquela

atividade. Agora, a cassação do alvará, entendo que, por uma distribuição de competência legislativa, ela de fato seja de atribuição do Município, da lei municipal. Isso cria, não há dúvida, Deputada, entendo aonde a senhora quer chegar, uma dificuldade, porque o prefeito, o Poder Legislativo municipal ou as Câmaras podem não adotar a idéia, por um motivo qualquer, e aí teríamos sempre uma lacuna em algum Município. No nosso Estado, por exemplo, são 399. De fato, sinto esse dificuldade...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Em São Paulo, são 645 Municípios.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Teria que ser um grande mutirão ou, eventualmente, até uma legislação federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um grupo-tarefa não ajudaria a resolver, constituído junto às equipes?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Acho que sim. Até pensando numa alternativa, Senador, de, eventualmente, estabelecer como critério de repasse de verbas federais para os Municípios a obrigação de os Municípios terem essa legislação. Não tendo, não cumprindo esse requisito, eu teria que analisar a constitucionalidade disso, mas talvez fosse uma forma de pressionar. Vejam bem, até de forma emblemática, porque não é possível que uma medida administrativa tão simples como essa não tenha o apoio das pessoas de bem.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Acho, Senador, uma medida muito interessante. Já solicitei uma cópia para nós. Mas seria interessante que tivéssemos o mais rápido possível um estudo jurídico que nos possibilitasse perceber o que pode ser feito no âmbito federal e estadual, porque se depender só dos Municípios vai ficar muito difícil. Eles vão querer gerar emprego e não vão cassar alvará de ninguém, nem vão permitir que a lei passe.

Temos que estudar uma legislação impeditiva da transferência de verbas federais e estaduais, não respeitada por causa do circuito do crime.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não quero fazer nenhuma apologia aqui, mas tenho a impressão de que, se essa idéia realmente tomasse corpo e fosse capitaneada pela CPI, nós estaríamos prestando um grande serviço à segurança pública.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – É uma idéia das mais fundamentais.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Secretário, eu queria lhe fazer uma pergunta.

Quando o senhor passou esses números, notou-se que houve uma melhora muito pequena. Vou fazer uma pergunta referente ao final do ano passa-

do. O senhor poderia relatar a esta Comissão em que estágio se encontram as investigações acerca dos fatos ocorridos em novembro de 2003 nas cidades de Araucária e Cambé, concernentes à apreensão de veículos roubados e desmantelamento de quadrilha e desmanche, conforme veiculou a imprensa paranaense naquela época.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Olha, Senador, infelizmente não estou preparado para isso, são questões específicas e eu, de fato, não sei o andamento. Posso me comprometer a lhe passar as informações, os relatórios, mas neste momento realmente não tenho informação precisa de como anda isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aproveitando a inteligente pergunta do Senador, gostaria de saber se existe algum setor especializado na Secretaria de Segurança com respeito à atividade criminosa na área de seguro, roubo de veículo, desmanche, se existe algo especializado, algum departamento especializado.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Temos uma delegacia especializada, a Delegacia de Furto e Roubo de Veículos, e é ela que atua intensamente, liderando essa proposta que temos para diminuir os índices de roubo e furto de veículos. Conta lá com um corpo, dentro dos nossos limites de recursos humanos, muito qualificado, com um delegado especialista na matéria. Os números que temos apresentado do trabalho policial são significativos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Luiz Fernando, o senhor poderia solicitar ao diretor da delegacia um relatório – resumido, claro – para o nosso Relator sobre as principais investigações e a que resultados chegaram, principalmente na área de desmanche, seguros, carros sinistrados, perda total, que ele pudesse nos..

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Antecipando-me, pedi a ele que me apresentasse de forma informal, não está constituído formalmente, mas um relatório do trabalho que vem sendo feito, inclusive com as listagem de todos os estabelecimentos que foram vistoriados, os que foram fechados. Tenho tudo aqui já em mãos e...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E os motivos, principalmente os motivos, porque os números às vezes não alteram muito os objetivos, mas os motivos por que foram fechados os desmanches, qual a atividade criminosa.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Preliminarmente, tenho aqui, mas depois eu encaminho de forma mais substancial, através de ofício. São

números positivos, o trabalho vem sendo feito com muito entusiasmo, porque há uma determinação nossa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cumprimento V. Ex^a e o seu delegado.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Obrigado.

O SR. RELATOR (Takayama) – Queria até dizer ao Senador Romeu que o Secretário da Segurança inclusive nos deu uma contribuição, já existe uma minuta de um projeto que pode coibir esses desmanches.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, Senador.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Estou satisfeito.

Uma outra pergunta: existe um outro trabalho de vocês como forma de prevenção em relação à baixa de veículos acidentados com perda total às lojas de veículos salvados? Há algum trabalho preventivo em cima disso para poder evitar que esse trabalho seja feito?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – O trabalho preventivo se completa no ciclo policial exatamente com as batidas que temos realizado, com as vistorias a esses estabelecimentos.

Vou lhe dizer o número. No ano passado foram vistoriados... O que fazemos de trabalho preventivo aqui é o seguinte: aqui em Curitiba, para concessão do alvará de funcionamento dos estabelecimentos que comercializam peças ou acessórios de veículos automotores, o Município exige a vistoria da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos da capital. Então, todo estabelecimento que vai abrir passa, preliminarmente, preventivamente, por uma vistoria da Delegacia. Inclusive até é cobrada essa vistoria por meio do Funresp. Os recursos são repassados ao Funresp. É um trabalho administrativo da polícia, mas é remunerado, até porque, eu diria, completa o ciclo do trabalho policial, mas não é a natureza do trabalho policial. É exatamente o trabalho preventivo.

E, posteriormente, há as vistorias e fiscalizações que são realizadas, Senador, que são semanais e em um grande número. Há uma determinação para que isso seja feito, porque é uma forma positiva de se coibir, primeiro, porque serve de exemplo. Sabemos que, nesse meio, muitas vezes os proprietários, os comerciantes – os criminosos, na verdade – se comunicam muito, e muito facilmente. Então, essas vistorias são feitas de forma sistemática para podermos dar uma resposta mais rápida.

O trabalho preventivo é esse. Quer dizer, o estabelecimento para abrir passa pelo crivo da Delegacia, pela aprovação da Delegacia; posteriormente, há as blitzes que realizamos de forma muito intensa.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – O.k.!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado Max Rosenmann, V. Ex^a tem alguma pergunta a fazer?

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Sr. Secretário, gostei muito das colocações feitas e penso que, mais uma vez, fica claro que há uma associação entre essas empresas de desmanche, não necessariamente todas, e o crime.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Sem dúvida.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Foi exatamente essa linha que o Governo do Paraná tomou como norte, como caminho, na tentativa de redução dos roubos e assaltos, tentando controlar as empresas de desmanche.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Exatamente, o objetivo era esse mesmo.

Deputado, na verdade, essas coisas são de conhecimento público. E o que nós, da Secretaria, temos visto, inclusive pelo Brasil afora, no contato com outros Secretários de Segurança, é que há um receio de se colocar a mão na ferida. Há um receio de se provocar isso, de se atacar de forma institucionalizada. Joga-se a responsabilidade para as polícias, divulgam-se índices e, na verdade, o gestor da polícia, o administrador tem receio de interferir nesse processo.

Nós, aqui, no Paraná, até por uma proposta de governo, não receamos. Por isso, a resolução, as determinações de que se faça o trabalho de fiscalização, enfim, de prisões, o trabalho policial. E, por isso, esse projeto de lei que tem por objetivo acabar com o fomento a esse comércio.

Dando essas demonstrações, a tendência é que, ao longo de tempo, esses índices venham a cair no Estado do Paraná. É um processo que existe há muito tempo. É um processo de corrompimento das instituições muito sério, mas que estamos brigando para derrubar.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Está o.k., muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Luiz Fernando, se me permitir, o senhor acha que esse período eleitoral traz um pouco de dificuldade para ver avançar o seu projeto?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não para mim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, para o senhor não. Digo dentro daqueles que vão decidir.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Senador, depende de como for encarado, porque hoje há um clamor muito grande, o senhor sabe muito bem

disso, porque é da área, por segurança pública. Penso que a ótica que a CPI tem que trazer, e está trazendo, é que de fato esse é um problema de segurança pública, porque não é só o roubo e o furto de veículos. Por trás disso há toda uma gama de outros crimes envolvendo essas atividades. Prova disso é que nessas quadrilhas que desmantelamos na região de fronteira, quando 40 pessoas foram presas, foram encontradas armas ilícitas de grosso calibre com essas pessoas, o que nos indica que há um tráfico de armas; foram encontradas drogas – 40 quilos de maconha na casa de um, 50 pés de haxixe na casa de outro. Quer dizer, há todo um envolvimento criminoso não só relacionado a furto e roubo de veículos.

Penso que, se a ótica que for dada é que isso é para o bem da segurança pública, hoje em dia, como nós temos um clamor muito grande, talvez até seja um *handicap*, um reforço para a discussão. O prefeito ou a Câmara de Vereadores que não apoiar esse projeto, por exemplo, estaria contra a segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Secretário, eu tive a oportunidade, pela gentileza do seu Governador, meu amigo Requião, de estar agora na cerimônia. E S. Ex^a me deu a oportunidade de dirigir algumas palavras para explicar o que a CPMI está fazendo aqui no Paraná. Eu disse mesmo isso que o senhor repetiu: é o capital. Roubo de carga e veículos, fraude, é o capital de outros crimes mais graves que trazem prejuízo – principalmente tráfico de drogas, tráfico de armas. Esse dinheiro circula no meio criminoso por um sistema único, que na CPMI dos Precatórios – o Senador Requião era Relator, à época, como Senador – foi descoberto, principalmente na área de fronteira.

Então, verifica-se que praticamente todo crime corre para o mesmo rio. Então, essas origens que são mais graves, onde o valor da prática do crime é grande, é que a gente tem que cortar, que é o capital. Acho que V. S^a tem razão. Queremos agradecer muito. O seu depoimento aqui foi valioso. E ficaremos aguardando o relatório do seu delegado de roubo de veículos.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – E, até complementando, Senador, quero dizer também que há um crime gravíssimo que poucas vezes é trazido nessa discussão, que é o crime da corrupção e do peculato, que está umbilicalmente ligado com o roubo e furto de veículos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o que mais influencia na apuração desses crimes. A grande dificuldade que a autoridade competente tem é desmontar a quadrilha de corrupção que dá o apoio e a segurança a esse tipo de delito.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Só para finalizar, quero dizer que a CPI aqui no Pa-

raná é muito bem-vinda. Realmente, temos o interesse de colaborar o máximo, até porque entendemos que, na ponta, nós é que estaremos sendo beneficiados, a segurança pública do Paraná é que vai estar sendo beneficiada. E elogiar a disposição dos senhores de estarem encarando esse problema, que é um problema gravíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queria agradecer a presença, a colaboração. E o senhor esteja à vontade.

O SR. RELATOR (Takayama) – Sr. Senador, sendo no meu Estado, eu também queria agradecer o Secretário de Segurança Pública por essa contribuição extraordinária, que acrescenta e enriquece sobremaneira o nosso relatório. Esperamos sucesso na continuidade do seu trabalho, que, já temos percebido, é com consistência e com muita seriedade.

Tenho recebido, Sr. Secretário, alguns gracejos, via telefone. Não chega a ser uma ameaça de morte, mas uma espécie de chantagem, de que vão proceder de alguma forma contra a minha família e contra a minha honra pessoal. Não tenho nenhuma preocupação com isso, mas sabemos que a ação é muito forte e esperamos que o crime seja combatido, sob o risco de, em não combatendo agora as suas raízes, esse monstro do crime cresça tanto que não tenhamos força, a sociedade organizada não tenha mais forças para coibi-lo.

Acho que a ação tem que ser enérgica agora para não deixarmos uma herança horrorosa, ruim, para as gerações futuras, como ocorre hoje com a Colômbia e até aqui no Brasil, nos grandes centros.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Eu que agradeço.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Eu tinha dito que não iria fazer uso da palavra, mas vou, rapidamente. A sua sugestão é de uma lei municipal. Essa lei municipal depende da vontade política dos vereadores ou do prefeito. Posso assumir um compromisso com os presentes aqui, com a Comissão de que vamos tentar colocar no relatório uma correspondência da Comissão, da CPI, para os cinco mil e setecentos, ou tantos municípios quanto nós tenhamos no País, pedindo, em nome da CPI, que seja feita uma lei em cada Município. Quer dizer, pelo menos aconselharíamos. Já que não podemos mandar a ordem, podemos sugerir. Como independe, qualquer partido político pode fazer disso uma proposta até partidária.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A própria CPMI poderá fazer, como sugestão até de...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Eu deixo uma cópia para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço, o secretário da Comissão apanhará a cópia.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não é um projeto perfeito, mas...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Eu poderia usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, Deputada.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Só queria repassar, sempre enfatizando para o povo do Paraná a importância de que, dos Estados percorridos, apenas aqui no Paraná compareceu o próprio Secretário de Segurança Pública, que – é uma grata surpresa – também é oriundo do Ministério Público.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Sim.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Portanto, que fique esse registro, porque é essencial a colaboração do próprio Secretário.

Eu quero só fazer um breve resumo, e fazer uma pergunta. O senhor nos colocou, com clareza, que há a necessidade de um projeto de lei, de criar um sistema administrativo para esses desmanches, esses salvados, todo esse circuito. E o senhor colocou que já há uma alteração na rotina do órgão de segurança pública e seus prepostos no sentido de que houve uma resolução de V. S^a no sentido de que se operacionalizasse o circuito de forma diferente. Portanto, nós também precisamos dessa resolução.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Deputada, eu já encaminhei uma cópia. Foi junto com o...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Certo.

Em segundo lugar, o senhor colocou que entregaram ao Ministério da Justiça e solicitou o nosso apoio – portanto, de Senadores e Deputados do Congresso Nacional, desta CPI Mista – um sistema de policiamento específico para crimes de fronteira.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Exatamente.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – E isso já se encontra com o Ministro da Justiça?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Já se encontra. Eu entreguei na segunda-feira da semana passada. Inclusive o Dr. Jaber – que é o Superintendente da Polícia Federal e se faz presente também aqui no plenário – tem conhecimento desta idéia, do gerenciamento de fronteira. É uma proposta que nós temos...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Muito importante.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI

– Ao que me consta, ele realmente apóia essa idéia, porque a Polícia Federal também tem dificuldade de normatizar esse trabalho.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) –

Então, dada a evidência de que o Paraná tem tríplice fronteira e que a questão dos carros roubados no Brasil, de que todo esse circuito passa célere por aqui, começa a haver uma inversão.

Eu quero, então, sugerir à Comissão que, assim que chegarmos a Brasília, tendo tempo, pelo menos os que estão presentes hoje aqui pudéssemos solicitar uma audiência da CPI com o Ministro da Justiça no sentido de encarecermos para que esse documento tenha realmente uma pronta e rápida resposta, o que auxiliaria todo o sistema de segurança pública do Estado do Paraná, bem como a ação muito importante da Polícia Federal, parabenizando também o Dr. Jaber.

E, em terceiro lugar, essa legislação impeditiva de alvará. Na medida em que tivermos uma cópia e pudermos contar com um estudo jurídico da assessoria do Senado e da Câmara na nossa CPI, talvez facilitasse o nosso entendimento. O que estamos querendo é vincular esse impedimento do alvará – que é municipal – às transferências de verbas federais e estaduais. Portanto, seria interessante que nós pudéssemos estudar uma fórmula jurídica para que não ficasse apenas a cargo dos Municípios a adoção dessa medida, mas que se tivesse uma legislação estadual e federal, já que se trata de transferência.

Quero, portanto, com essas três colocações, dizer ao senhor apenas o seguinte: a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, após as sequenciais denúncias do programa Fantástico e o início dos trabalhos da CPMI, já anuncia no seu *site* uma diminuição superior a 15% dos crimes nesse circuito. Pergunto ao senhor se tem alguma estatística – o senhor já nos forneceu o número de carros roubados, etc. –, alguma coisa a acrescentar sobre índices estatísticos, sobre procedimentos, sobre atitudes que o senhor possa ter observado. E o que falta ainda? No que o senhor acha que a Comissão aqui poderia ajudar, além do que eu já citei?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Talvez o que falta, definitivamente, para nós, aqui, no Estado do Paraná, conseguirmos diminuir os índices de criminalidade é, exatamente, que esse trabalho sistemático e prioritário seja realizado também nos outros Estados, porque a nossa dificuldade é que esse crime é interestadual. Muitos veículos roubados ou furtados em São Paulo vêm aqui para o Paraná. Muitos veículos roubados ou furtados aqui no Paraná

vão para Santa Catarina ou vão para o Rio Grande do Sul, e vice-versa.

Então, acho que, de fato, o grande papel – quem sou eu para dizer isto – da Comissão era levar essa discussão a todo o território nacional, ao âmbito nacional, porque sem a união dos esforços de todos os Estados no combate prioritário a esse crime, a dificuldade sempre existirá. Realmente, não vamos conseguir conduzir esse trabalho no intuito de reduzir os índices.

Eu acho que é isso.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A única coisa – o Jader sabe, nós já trabalhamos juntos – é que a grande dificuldade dos crimes de fronteira é que a operação não pode ser unilateral, tem que ser bilateral. Quer dizer, o país do lado de lá tem que ter uma responsabilidade correspondente. O senhor está aqui e sabe como é difícil. O senhor vai alcançar 5% a 10% do que ocorre, porque, se o lado de lá estimula...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Recebe, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Recebe e estimula. O argumento, à época, é algo que, tremendamente, amargurava, Deputada...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Talvez se trabalhássemos com a Comissão de Relações Exteriores...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, trabalhamos até com os Parlamentares de lá, recentemente, em reunião. Eles diziam assim: “Aqui, nós somos compradores de boa-fé; o ladrão está lá no Brasil, que traz o carro para cá”.

Então, não existe boa-fé onde se sabe que a origem é criminoso. Temos que cercar, impedir que isso se desenvolva com a facilidade que tem. É pressão política de Ministério de Relações Exteriores, que tem que estar conosco nessa luta, para forçar esse relacionamento e a certeza de que, do lado de lá...

Sei que, à época, o então Presidente modificou a legislação dos carros maus, mas isso pouco adianta, porque a sua declaração de que o carro tem boa origem já está valendo.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – E regulamentado.

Por conta disso, Senador, eu, inclusive, estou levando...

O SR. RELATOR (Takayama) – Permite-me um aparte?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Só um pouco. Estou levando o projeto Gerenciamento de Fronteira, o Gefron, às autoridades dos países

vizinhos. Estou marcando audiência com a autoridade máxima...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero uma cópia do seu processo com o Ministro da Justiça para estudarmos antes da audiência que vai ser solicitada.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Eu repasso uma cópia do projeto, o número do protocolo no Ministério da Justiça. E estou levando esse projeto ao conhecimento das autoridades policiais máximas do Paraguai e da Argentina, solicitando audiência desde segunda-feira da semana passada – acredito que não terei nenhuma dificuldade –, exatamente por causa disto: não adianta o nosso País investir na região de fronteira. Teremos quatro focos do projeto, um em Guaíra, outro é em Entre Rios, que fica entre Guaíra e Foz do Iguaçu, uma outra estação em Foz do Iguaçu, e uma última em Barracão, que é um Município que faz limite aqui embaixo.

Precisamos que o país vizinho também tenha esse tipo de política, não nos mesmos moldes – aí, claro, a definição administrativa é necessariamente deles –, mas que pelo menos compreendam que no Brasil estamos realizando esforços para combater essa criminalidade de fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos levar esse problema para a Comissão Mista do Mercosul, no Congresso Nacional.

O SR. RELATOR (Takayama) – Peço um aparte aqui, Sr. Presidente, aproveitando a presença do Secretário. Se é que há uma vontade de colaboração por parte das autoridades paraguaias, onde vai o grosso dessa relação do crime, perguntaria: não seria possível a Comissão fazer uma visita ao Ministério das Relações Exteriores e agendar um encontro da Comissão, junto com o Secretário de Segurança do Paraná, com o governo paraguaio?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Podemos fazer, porque tem uma comissão especial no Congresso do Paraguai contra o crime organizado. Poder-se-ia ir ao Congresso e, é claro, depois visitarmos as autoridades, o Ministro da Justiça. O Secretário poderia nos acompanhar, sem dúvida.

Quero agradecer a presença do senhor, senão não conseguiremos vencer todos até a Deputada poder retornar ao seu Estado.

O SR. RELATOR (Takayama) – Muito obrigado ao Sr. Secretário.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Eu que agradeço.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passo a palavra ao Dr. Cícero Ferreira, agradecendo a sua permanência e a inversão de nomes, em respeito à necessidade do Secretário de estar à frente de sua pasta. Por favor, Dr. Cícero.

O senhor pode fazer, primeiro, a exposição que achar interessante. Em seguida, passarei aos Parlamentares para questioná-lo em qualquer dúvida que tiverem.

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Retomando o que estávamos falando a respeito do procedimento adotado pelo Detran, uma outra situação é que o Detran coloca em seu *site* as informações dos veículos referentes aos acidentes, ou seja, se o acidente foi de grande ou de média monta. O Detran do Paraná disponibiliza essa informação para que as pessoas, na hora de adquirir o veículo, tomem conhecimento dela. Entretanto, isso só ocorre na base estadual. Não temos essa informação em nível nacional, mas os veículos cadastrados no Detran recebem essa informação.

Quanto à questão de veículo que se envolve em acidente de grande monta, como ainda não foi criado um critério específico para isso, quando o policial diz ser o acidente de grande monta sem sê-lo na realidade, no processo administrativo, devido a questões de mandado de segurança, revemos alguns casos mediante documentos da seguradora, das notas fiscais das peças utilizadas e notas fiscais da recuperação do veículo.

Quanto ao credenciamento dos organismos que fazem a fiscalização, os laudos de acidentes, ao Detran não compete sua fiscalização. Isso é de competência do Inmetro, que faz esse credenciamento e a inspeção. Compete aos órgãos de trânsito somente denunciá-los em caso de irregularidade.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Não há uma ação integrada?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Ele não é integrado. Quem credencia essas empresas é o Inmetro. Ao Detran não cabe mais esse gerenciamento. O que compete ao Detran é a denúncia das irregularidades apontadas por essas empresas.

O SR. RELATOR (Takayama) – Nós encontramos uma irregularidade – a Mariângela levantou a questão: o Inmetro não poderia terceirizar para empresas particulares e, até agora, o Inmetro não apresentou a justificativa para o fato de esses organismos de inspeção veicular estar fazendo essas inspeções. Segundo eles, há uma portaria que lhes permite fazê-las, mas até agora não nos apresentaram.

Existe essa portaria, ou não?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Existe uma portaria do Inmetro em conjunto com o Denatran, que credencia essas empresas.

O SR. RELATOR (Takayama) – Mas é irregular. Ela não pode gerenciar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto ao credenciamento dessas empresas, o senhor tem conhecimento se sofrem qualquer tipo de análise? Há alguma delas ligada a lojas que vendem carros salvados, carros passados por leiloeiros?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Temos conhecimento de que a inspeção é feita pelo próprio Inmetro, no local.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Falo das empresas credenciadas. Há alguma vinculada a algum tipo de revenda de veículos?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Aqui no Paraná, não tenho conhecimento de nenhuma empresa nesse sentido.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Eu gostaria de fazer uma pergunta diferente.

O senhor acredita que, se o Detran, que tem a responsabilidade de fiscalizar – a lei é clara nesse aspecto, e já li esse trecho para o Chefe do Detran no Rio de Janeiro –, tivesse uma ação integrada com o Inmetro, isso não tornaria o trabalho do Detran mais fácil e mais eficaz?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Sem sombra de dúvida. Os Detrans estão mais próximos para fazer a fiscalização. Acredito que a estrutura do Inmetro seja pequena e por isso não tem condições de fazer esse gerenciamento. Então, acho que os Estados teriam mais condições de fiscalizar isso de forma integrada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor analisa o certificado de inspeção veicular do sistema de segurança do veículo, porque é apenas isso que o Inmetro faz através das empresas credenciadas. Vem cópia desse documento na hora de emitir o certificado para que o veículo possa voltar a circular ou não?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Vem o documento original tirado na estação, com foto do veículo na própria estação, quando é feita a inspeção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A foto é anterior ao conserto ou posterior à inspeção?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – É posterior ao conserto, na hora da inspeção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antes, não é feito nenhum cadastro sobre a foto do acidente que ocorreu com o veículo, ou não existe isso?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Não. Nesse caso, não existe. Essa é a parte mais delicada dessa situação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para o Detran, seria interessante que viesse...

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Seria interessante. Na própria hora e no local do acidente teria que já vir acompanhado dessa foto para se poder avaliar essa situação, se ele realmente teria condição de voltar a circular ou não.

O SR. RELATOR (Takayama) – Uma pergunta a mais, Dr. Cícero: esses organismos de inspeção veicular são determinações do órgão federal – o Detran, portanto. O Detran local não teria condições, se o organismo não está apresentando inspeção a contento, de intervir e descredenciá-lo, ou não? Ele tem esse poder?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Não, não tem esse poder. O poder que tem o Detran é só a obrigação de fazer a denúncia ao próprio Inmetro dessa irregularidade.

O SR. RELATOR (Takayama) – É, está tudo errado. Acho que a coisa tem que ser mudada nesse sentido, então.

Muito obrigado, Dr. Cícero.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Cícero, qual é o procedimento adotado hoje para a baixa de veículos acidentados com perda total, seja segurado ou não? O Detran possui dados de controle desses veículos e sobre as lojas de salvados?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Hoje, no Paraná, todas as lojas de salvados seriam obrigadas a estar credenciadas junto ao Estado do Paraná, ao Detran. Hoje, nós temos somente 215 empresas registradas junto ao Detran do Paraná. Então, todas as empresas, quando vão fazer um cadastro junto ao Detran, sofrem um processo de fiscalização pela Delegacia Especializada de Furto de Veículos, e encaminha ao Detran toda a documentação, juntamente com o seu estoque inicial, com todas as peças, que são controladas pelo próprio órgão por meio magnético. Com essa informação, é feito um batimento junto ao cadastro de furtos de veículos, para se saber a origem dessas peças, se são originárias de furto ou de veículo sinistrado.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – O senhor acha suficiente isso? Tem dado bom resultado?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Para aquelas empresas que estão realmente cadastradas, sim. Mas temos hoje, por exemplo, 215 empresas. Nós sabemos que esse número deve ultrapassar mil empresas desse ramo no Estado do Paraná.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – O Detran do Paraná já procedeu a alguma investigação

que veio a detectar algum esquema de legalização de veículos montados em outro Estado?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Toda vez que chega denúncia ao Detran do Paraná, ela é apurada. Existe uma coordenadoria competente para isso, que faz o levantamento necessário e encaminha esses veículos para a perícia, para poder apurar a responsabilidade das pessoas envolvidas, se for o caso.

O SR. RELATOR (Takayama) – Se nós propuséssemos na legislação uma maior força ao Detran local sobre esses órgãos de inspeção veicular, seria interessante para o controle do Detran, ou acha que não vai mudar muita coisa?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Seria interessante se fosse a nível nacional, para que todos os órgãos de inspeção tenham um padrão único para essas atividades; senão, fechamos a porta aqui e eles vão para outro Estado e continua a mesma situação.

O SR. RELATOR (Takayama) – Com certeza, será a nível nacional. Mas o que estamos constatando é que há uma lacuna aqui: o Inmetro credencia, mas não tem condições de fiscalizar, e o grande problema hoje, Mariângela, é a falta de fiscalização. Essa é a grande realidade. E em todos os setores, não é só com relação a essa questão do Inmetro, que faz um trabalho extraordinário nas outras áreas, mas há uma lacuna, uma baita de uma brecha com relação a esses órgãos terceirizados, que, por serem privados, já estão errados. Pela legislação, o Inmetro não poderia terceirizar esses serviços para a iniciativa privada. Eles teriam que ser feitos por outro órgão governamental. Infelizmente, isso não está acontecendo. É um equívoco esse tipo de procedimento.

Vamos estudar a maneira mais viável, mas acredito que poderemos dar, nesse caso, uma maior força aos Detrans locais para que possam eles, em parceria, ter também o poder de descredenciar ou intervir de uma forma mais enérgica e mais direta com relação a esses organismos de inspeção veicular.

O senhor acha que isso seria interessante, ajudaria a coibir ou a diminuir essa relação? Porque o que percebemos em Estados como São Paulo é que esses órgãos de inspeção veicular estavam muitos deles com certo “parentesco” com essas lojas de salvados e “lojas” de desmanche.

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Sem sombra de dúvida. Aí teria que se fazer um cadastramento junto ao órgão, inclusive levando em conta quem são os proprietários dessas empresas, e, juntamente, fazer um batimento no próprio cadastro do Estado para saber se tem alguma ligação com o tipo de empresa de comércio de peças ou oficinas desse tipo, para que a gente possa fazer um cadastro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso seria pela Secretaria da Fazenda, não é?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Exatamente, a Secretaria da Fazenda tem todo o...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não tem uma ligação forte com a Secretaria da Fazenda e com o Departamento Especializado de Roubos de Veículos? O senhor tem um bom entrosamento?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Nós temos um cadastro todo informatizado a nível de furtos de veículos, e de peças também. Então, por exemplo, todos os veículos que são cadastrados junto ao Detran – das empresas de desmanche –, é feito um batimento no cadastro de furtos de veículos.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Eu poderia fazer ao senhor uma sugestão, assumindo aqui a Presidência? É uma coisa muito simples. O senhor se dispôs a vir depor com a gente, expor seus pontos de vista, e, como a gente vai de órgão em órgão, de Estado em Estado, vai percebendo que a não integração dos órgãos públicos é o maior entrave que temos. Pelo que o senhor já expôs, e pela vontade e determinação do Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, que é o chefe do setor de todos vocês, está havendo uma dissintonia tendo em vista as medidas que ele, saindo na frente, já tomou. A minha sugestão, portanto, é se o senhor não poderia se debruçar – tal como já fez o Secretário de Segurança Pública, que editou uma série de normas, propôs um projeto de lei, etc. – e fazer para nós uma proposição por escrito, dizendo em que sentido, em que direção poderia a ação do Detran em cima desses crimes ser otimizada, a partir da hora em que integrasse ações com que órgãos. Quer dizer, qual é o seu papel, por exemplo, com o Inmetro, qual o seu papel com a Secretaria Fazendária, porque isso implica evasão de receita de ICMS, quer dizer, qual a sua ação com estabelecimentos que estão visivelmente cometendo crime? O senhor poderia nos encaminhar isso posteriormente?

O SR. RELATOR (Takayama) – Permita-me, ainda, dentro de sua pergunta, Mariângela, acrescentar mais uma informação. Como não existe padrão unificado de procedimento, no Rio de Janeiro, por exemplo, as inspeções do Detran são anuais, o que faz com que muitos veículos do Rio coloquem placas do Estado de São Paulo, porque lá não existe essa exigência. No Paraná também, até onde sei, não existe a necessidade de fazer inspeção anual. Seria interessante que todos os Estados fizessem isso anualmente, dentro da pergunta da Mariângela, ou isso é inviável, é dificultoso, pela falta de contingentes, de mecanismos que possam fazer isso de uma forma mais abrangente?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Não. Respondendo à última pergunta, referente à inspeção realizada no Rio de Janeiro, ela só é feita em relação a gases e poluentes. Seria interessante que isso fosse estendido à questão da identificação do próprio veículo. Então, no Rio de Janeiro são feitas essas duas – gases e poluentes –, mas a identificação do veículo mais criteriosa, isso deveria ser feito anualmente, realmente, em todos os Detrans do Brasil. Referente à questão do relatório, a proposta, o Detran do Paraná, juntamente com a Secretaria de Segurança Pública e o Sindileilões, em 2002, encaminhou uma cópia ao Ministro Miguel Reale, e, inclusive, tal cópia foi passada, mas vamos fazer um novo relatório passando a proposição do Detran do Paraná e as sugestões necessárias para que possa...

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Por que eu pedi isso ao senhor? Eu repito: porque notei uma eficácia na ação do Secretário. Quer dizer, ele está perseguindo instrumentos legais, articulação com diversos órgãos, para poder ir cortando esse circuito criminoso. O que estamos pedindo ao senhor: nós vamos realizar um simpósio, um seminário em Brasília com os chefes de Detrans. Se o senhor pudesse, como resultado concreto desta audiência pública no Paraná, em que comparece um chefe, que é o Secretário, com pelo menos três propostas inovadoras, se o senhor pudesse nos apresentar sugestões concretas para tornar mais eficaz o trabalho do Detran, a partir de uma integração com os demais órgãos públicos, no sentido de que se beneficiem o Estado e o cidadão, talvez seria uma grande contribuição para o seminário que iremos realizar.

Parece-me que não está havendo, por parte do Detran, uma espécie de integração com os demais órgãos. Talvez, a partir desta audiência pública, numa reflexão mais demorada, o Detran do Paraná poderá dar uma grande contribuição. Insisto, porque o Secretário aqui veio, já tomou três medidas muito claras, está fazendo contatos internacionais para poder melhorar essa situação de roubo de veículos. Eu peço isso porque me parece que há uma necessidade de integração. O senhor levaria a seu chefe, vocês pensariam e dariam essa contribuição antes do próprio seminário em Brasília.

Muito obrigada.

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Eu queria apenas completar. Temos hoje integrado todo o cadastro de veículos baixado das empresas de desmanche, que fazem a prestação de contas de todos os seus estoques, as empresas credenciadas. Temos um sistema integrado com a própria Furtos de Veículo e com o próprio sistema de registro nacional. Faze-

mos o batimento dessas peças, como motor, caixa de câmbio, eixo, diferencial, é feito o batimento daquelas empresas realmente cadastradas.

As empresas que não estão cadastradas, a competência é da própria Polícia Civil e da Polícia Militar fazer a fiscalização dessas empresas.

Então, temos aquelas empresas realmente cadastradas. Todos os veículos oriundos de leilões realizados pelo próprio Detran, o Detran só vende para essas empresas que estão devidamente cadastradas, e é feito também o batimento dessas peças e a prestação de contas mensal dessas peças utilizadas.

O SR. RELATOR (Takayama) – A título de informação, antes de continuar com V. S^a, pergunto: o Dr. Luiz Odair Favareto, da Banseg, está presente? (Pausa.)

Não está presente.

Eu gostaria de solicitar, Sr^a Presidente, que haja então uma convocação. E, caso não compareça, que se declare a prisão desse senhor, que não deu nenhuma satisfação à Comissão. Hoje, talvez como convite, não. Mas, na próxima, exigir a presença, porque não há nenhuma carta justificando a sua ausência aqui na nossa Comissão.

O Sr. Rui Cichella, Presidente do Sindicato das Empresas, está presente? (Pausa.)

Mais tarde. O.k.!

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Eu pediria ao Deputado Takayama, nobre Relator desta Comissão, que uma decisão desse porte seja tomada pelo Presidente efetivo, e não por mim que o estou substituindo. Não sei sobre prisão, porque acho que não é o caso ainda, mas acho que se deve tomar uma medida realmente, não sei se ainda disciplinar, mas no sentido de que nós não vamos abrir mão da sua presença. Se aqui não veio, ele que vá a Brasília, então. Apenas aumentamos o trabalho do cidadão, que iria comparecer aqui e agora terá que comparecer a Brasília.

Acho que é uma deliberação para o Senador Romeu Tuma, pela longa experiência de presidir CPIs. Seria mais conveniente, até por respeito a sua autoridade, que S. Ex^a pudesse deliberar.

O SR. RELATOR (Takayama) – Em respeito também a toda a Mesa, Dr^a Mariângela. Não só o Senador Romeu Tuma. A Comissão tem essa prerrogativa, porque estamos buscando informações.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Não, Relator. Se eu não acolhesse o vosso pedido seria um desrespeito. Estou acolhendo-o. Estou apenas suspendendo temporariamente a decisão. Estou externando o meu ponto de vista, e fui além, porque coloquei com clareza. Acho que ele terá que comparecer a Brasília. Primeiro passo. Os demais atos disciplinares virão em

decorrência disso. Se aqui não pôde vir, vai ter que comparecer a Brasília. Não estamos brincando com isso. Estamos trabalhando no combate a uma sequência de crimes que têm lesado mais de 100 mil cidadãos neste País ao longo de cada ano. Não é possível, não é concebível. Então, não vamos abrir mão de nenhum depoimento.

O SR. RELATOR (Takayama) – Só para concluir, também com relação ao Dr. Cícero, uma informação final, e quero já me penitenciar por interromper V. Ex^a.

Dr. Cícero, há um pensamento desta Comissão de que talvez, para acabar com a questão desse crescente número de desmanches – já é uma contravenção só usar esse nome –, de oficinas e lojas que vendem peças de veículos usados, haveria a possibilidade – ou isto é praticamente inviável, queria uma opinião de V. S^a – de fazermos em cada Estado ou em cada cidade um pátio oficial, uma espécie de um desmanche oficial, em parceria com a iniciativa privada, porque não adianta fazer legislação que, na prática, seja inviável. Eu gostaria de saber a opinião de V. S^a se isso seria possível. Em sendo possível, quem sabe, normatizaríamos essa questão dos desmanches em nível nacional sob a forma de uma legislação.

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – O primeiro passo seria conhecer a quantidade de veículos que são vendidos para desmanche, porque não sabemos desses dados. Conhecemos apenas os números oficiais.

A SR^a PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – A quem compete conhecer?

O SR. RELATOR (Takayama) – Basta saber que há 1.500 oficinas de desmanche no Paraná, segundo o Secretário.

A SR^a PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – A quem compete conhecer? Como V. S^a interpreta isso?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Há uma falta de comunicação entre os próprios órgãos.

A SR^a PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Reiterando aquela consideração. Portanto, informo a V. S^a que o Congresso Nacional, representado por esta CPI, solicita ao Detran do Paraná, como estamos solicitando a cada Detran que vem colaborar conosco, que estabeleça um planejamento eficaz da sua ação. É preciso haver no Brasil um registro do que ocorre. Não há como fazer diagnóstico porque não existem registros. Pode ser feito um banco de dados pelo Detran do Paraná? O Detran do Paraná pode ou não tomar medidas de articulação com a Polícia Civil, com a Polícia Militar, com o órgão fazendário, etc.? É claro que pode. A quem compete a fiscalização?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Como falei no início, o Detran do Paraná já tem essa integração

com a Polícia Militar, que faz a intervenção de todos os veículos envolvidos em acidente. Estou falando em nível nacional. Os Detrans devem fazer esse batimento, esse cadastramento, porque, hoje, no Paraná, isso ocorre. Quando há o envolvimento de um veículo em acidente, nas rodovias estaduais...

(Interrupção na gravação.)

A SR^a PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Não pode aumentar esse raio? Será que a legislação... Estão legislando por portarias normativas, etc., mas, na verdade, a legislação federal dá ao Detran, sim, o poder de fiscalizar. Eu não trouxe hoje essa informação, mas já transmiti os dados ao chefe do Detran no Rio de Janeiro.

Acredito que isso ocorre aqui e vou reiterar o fato para a ata: por onde passo, continuo impressionada com essa desvinculação dos órgãos. Alguns dizem: “A fiscalização não é minha, é do outro”. O outro diz que só precisa comparecer para registrar o sinistro. Os órgãos públicos terceirizam, mas ninguém tem responsabilidade. Desculpe-me, mas essa situação é impressionante, e ocorre em todo lugar.

O SR. RELATOR (Takayama) – Cada um tira o corpo fora.

A SR^a PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – É impressionante. Onde está o banco de dados? Onde está a consulta na Internet? O que fará aquele cidadão comum que teve seu carro sinistrado e precisa saber o que está ocorrendo nesse circuito?

Farei um pedido a V. S^a, com toda a sinceridade. A presença do Secretário de Segurança Pública na Comissão foi muito importante. Até sinto, porque, se ele tivesse prestado depoimento antes, talvez pudéssemos fazer esse pedido ao Secretário. Vamos pedir, por ofício, ao Secretário.

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – (Inaudível. Intervenção fora do microfone.)

A SR^a PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Exatamente, vinculado ao Secretário. E o resto? Precisamos reunir, pelo menos, a Polícia Civil, o Detran e a Polícia Militar, para que a ação do Secretário, que está me parecendo mais ousada, possa ter eficácia, pois está muito isolada. Quer dizer, eu, pela legislação federal, tenho certeza de que o Detran tem responsabilidade na fiscalização. E, quando querem, normatizam e legislam o tempo todo. Então, vou insistir nisso. É o mesmo problema no Rio de Janeiro e em São Paulo, e ainda dizem que não há legislação. Já pegamos promotores públicos que ganham ação na Justiça com a legislação vigente. Nós já chegamos à conclusão de que vamos ter que aprimorar a legislação. Sem dúvida, a nossa parte assumimos. Mas não dá mais para o Detran dizer que não tem responsabilidade de fiscalização. Eu

não trouxe a legislação aqui, mas já o fiz no Rio de Janeiro, e não obtive resposta.

Pediria ao senhor, até pela ousadia de seu Secretário de Segurança Pública, que aqui veio e tomou três medidas impressionantes, que o senhor nos apresentasse, no mais breve tempo possível, uma possibilidade de o Detran voltar à lei, verificar se tem ou não responsabilidade de fiscalização – porque faremos o mesmo – e pudesse avançar numa proposta de integração com a Polícia Civil e com a Polícia Militar, no sentido de facilitar o trabalho.

Vimos ao Paraná porque aqui é séria a questão. Aqui há o escoadouro natural do Paraná. Aqui há o escoadouro natural de São Paulo e de Mato Grosso. Então, eu queria muito pedir isso. O órgão público pensa: “Terceirizou, é o outro o responsável”. Ele acredita que não é ele o responsável. É responsável, sim, para tornar mais eficaz a ação. Eu não quero que o senhor trabalhe apenas com as credenciadas. Quero exatamente ter alcance sobre as não credenciadas. Se já fiz perguntas à polícia e ela não me responde, que seja atribuição exclusiva dela, e ela joga a responsabilidade para o Detran.

Então, salvo engano – se nós estivermos enganados, o senhor nos desculpe –, esse circuito se repete em todos os Estados. Eu pediria muita ênfase. Creio que aí há um nó górdio que vamos ter de deslindar. Não é possível isso continuar assim.

O senhor viu o depoimento do Secretário de Segurança Pública. Ele está avançando. Ele está fazendo um trabalho do Ministério das Relações Exteriores. Ele está indo ao Ministro da Justiça, junto com a Polícia Federal. Acredito que o Detran está devendo aqui.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Sr^a Presidente, pela ordem. Gostaria de tecer um comentário sobre o que a nossa Presidente disse. Creio que o Detran é o principal parceiro da segurança pública neste caso. Queria até fazer uma solicitação ao Dr. Cícero. Volto ao assunto da seguradora. Se houve neste ano ou no ano passado algum leilão de algum carro que era, de fato, totalmente sucateado, sucata, gostaria que o senhor mandasse esses encaminhamentos para o Ministério Público para que pudéssemos saber o volume de sucatas vendidas como veículos, para que esta Comissão tenha uma noção do volume e se existe realmente esse delito.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Uma indagação foi-me sugerida pela platéia e é importante. Dos veículos baixados, quais são do Detran e quais são das seguradoras? O senhor tem condições de nos responder isso?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – No exercício de 2004, por exemplo, nós tivemos 3.886 veícu-

los baixados. Destes, tivemos um leilão neste ano de 1.900 veículos, que foi feito pelo próprio órgão.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Pelo próprio Detran?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Pelo próprio Detran.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Os leilões, então, são superiores aos das seguradoras? O senhor tem esse número?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Os leilões são superiores aos das seguradoras, sem sombra de dúvida. Por exemplo, no exercício de 2004, temos a previsão de 10 mil veículos a serem leiloados como sucata.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – 2004?

O SR. CÍCERO PEREIRA DA SILVA – Isso. Como sucata.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Sr^a Presidente, por favor, uma questão de ordem. Estou aqui quieto porque estou achando que é uma perda de tempo total. O relatório dele fala em 7.619 veículos bloqueados em 2003 e teve baixados 7.700, quer dizer, estou vendo pela administração dos números e pela forma como vocês conduzem a coisa que não existe problema nenhum no Brasil. Acho que vocês estão muito acomodados, estão parados, estão colaborando com nada, estão administrando a derrota com sabor de vitória.

Não reconhecem... (Inaudível) ... porque é um número até inferior ao número... (Inaudível). Sabe, esses dados de vocês não valem nada.

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – Eu agradeço a V. Ex^a, que é um Deputado atuante do Paraná.

Vamos encerrar o depoimento e eu pediria ao senhor e ao chefe do Detran do Paraná que nos encaminhassem não só os documentos que o senhor possuiu, mas sobretudo um plano de ação.

Primeiro, vão ter que nos provar que vocês não são responsáveis pela fiscalização. Não é essa a visão da Comissão. Eu estou cansada de repetir a legislação, mostrando que a fiscalização é do Detran. Certo? Cansei, já fiz isso em vários lugares, em São Paulo, no Rio de Janeiro.

Então, pediria ao senhor que, em primeiro lugar, nos encaminhasse – o senhor poderia anotar para não esquecer? – um plano integrado de ação. Ou melhor, que, em primeiro lugar, nos comprovasse que a fiscalização não é atribuição dos senhores, por documento escrito. Em segundo, um plano integrado de ação entre Detran e órgãos correlatos. Em terceiro lugar, que o senhor nos enviasse a possibilidade de um banco

de dados que pudesse conter como é a ação dos senhores em cima das não-credenciadas. Quer dizer, conhecimento e ação.

O senhor me deixou claro que não tem nem conhecimento, que não passam na sua realidade as não-credenciadas. Nós estamos um pouco preocupados com isso. É um circuito de crime contra a pessoa humana. Estamos aqui em um sistema de combate ao crime violento, violentíssimo, covarde, contra as pessoas humanas. Vamos ser inapeláveis com os órgãos públicos e com as seguradoras, com todos.

O depoimento do Inmetro no Rio de Janeiro foi chocante. Eles desconsideraram a CPI. Foi provocativa a situação. Não levaram um único documento, e vamos no encaixe deles. Eles têm cinquenta e seis, para o Paraná ficar sabendo, postos terceirizados e recebem 10% de tudo o que é auferido por esses postos e não sabem da existência, não sabem como é.

Então, pediria ao senhor, em respeito ao Sr. Secretário de Segurança que compareceu pessoalmente – foi o único Estado em que ocorreu isso –, que o Detran vai ficar nos devendo, devendo ao Congresso Nacional. Aqui estão Senadores e Deputados representando o Congresso Nacional, representando os Estados e a população. Estamos combatendo crimes violentíssimos contra a pessoa humana. Então, pediria ao senhor que, por favor, por documento, melhorasse a performance da sua contribuição. Muito obrigada.

Passamos imediatamente ao próximo colaborador, Dr. Wilson Bill, tesoureiro do Sindirepa.

Por favor, explique para os presentes o que é o Sindirepa.

O SR. RELATOR (Takayama) – Antes, porém, gostaria de agradecer ao Dr. Cícero, que veio no lugar do Secretário Marcelo Almeida, a sua presença nos dando algumas informações.

Dr. Wilson Bill, não é?

O depoimento do Dr. Wilson Bill, Sr^a Presidente, vai trazer à luz a questão dessa divergência que existe entre a questão das seguradoras e também com relação às oficinas reparadoras. Acredito que seja muito interessante para a nossa avaliação ver os elos e as consequências que essas divergências estão provocando, o que, quem sabe, poderá nos ajudar a trazer os subsídios finais para que possamos elaborar o nosso relatório.

Muito obrigado, Sr. Wilson.

O SR. WILSON BILL – Bom dia. Primeiramente, Sindirepa é Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos. É o sindicato que congrega e representa as oficinas independentes de reparação de veículos. Bem, espero poder colaborar.

A questão do nosso problema de relacionamento com as seguradoras vem-se agravando ano a ano. A oficina tem sérias dificuldades no relacionamento com as seguradoras. E o prejudicado maior nesse setor é o consumidor final.

Um segurado só vai ter certeza da eficiência da sua apólice e do seu atendimento na hora que ele sofre um acidente e tem que ser usado. Então, hoje, o consumidor tem um veículo que, muitas vezes, é o maior bem de consumo dele. Ele precisa disso para locomoção da família e para a própria subsistência de trabalho. Então, quando ele tem um acidente no carro, ele espera que o carro seja consertado com qualidade, com rapidez, com eficácia e com preço de mercado. Qualquer falha nesse sistema deprecia o bem desse segurado.

A relação que existe hoje entre as oficinas e seguradoras – pode-se ver pelo gráfico ali –, mais de 78% do relacionamento é ruim. Por que isso? Porque existe o credenciamento das oficinas, onde o segurado não tem o direito de escolher e levar o serviço na oficina que ele escolhe. A oficina, para ser credenciada, ela tem que se submeter e aceitar as colocações. Até eu peço, depois, para ser colocado todo esse material, eu tenho à disposição na pasta, para os senhores...

A SRA. PRESIDENTE (Mariângela Duarte) – E, olha, eu estou até pedindo à imprensa que restou presente que, por favor, não deixe de olhar esse gráfico. Qual é a relação entre as seguradoras e oficinas: ótimo, 0,5%; ruim, 78,1%. O negócio é realmente impressionante.

Continue, por favor.

O SR. WILSON BILL – Bem, começa pelas imposições de descontos abusivos para fornecimento de peças. Exemplo: a oficina tem 10% de desconto, ela tem que dar praticamente tudo isso, o que inviabiliza a emissão de nota fiscal, e o custo da nota não existe; no fornecimento de peça, sem nenhuma margem, ferindo a própria Constituição; na exigência de notas fiscais de origem de compras – a oficina muitas vezes tem que apresentar a nota de compra; a imposição de fornecimento de peças pelas seguradoras; a imposição de peças do mercado alternativo – aí que entra a palavrinha chave “MA”, que significa peças geralmente de desmanches, não só a peça do mercado de reposição independente, mas da reposição, sugerindo que, para se aumentar o lucro, a oficina busque peça do mercado alternativo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor quiser ficar de pé, pode levar o microfone, para facilitar.

O SR. WILSON BILL – É a questão dos contratos leoninos. Para execução, todos os contratos são com

foro para execução nas matrizes das seguradoras, inviabilizando qualquer processo de reclamação que a oficina possa ter. Ela terá que fazer dentro do próprio Estado da seguradora.

A franquia seria de responsabilidade das seguradoras, porém essa franquia é repassada para a oficina, inclusive com sugestão de descontos aos seus segurados.

Se a oficina não for credenciada, no caso de um atendimento num *call center*, que o segurado solicite atendimento na hora de um acidente, se ele forçar, insistir em levar a uma oficina não credenciada, nem o guincho que ele solicita é mandado, colocando a imposição de que ele pode fazer, mas sob toda responsabilidade dele.

Os riscos da operação: quando a oficina aceita a recepção de peças fornecidas pela seguradora, a recepção da mercadoria é por conta dela, a armazenagem é por conta da oficina, a conferência das peças, se estão certas, é responsabilizada por ele; a aplicação, o risco de quebra, peça de má qualidade, a demora na execução do serviço, o cliente impaciente, solicitando que o veículo seja recuperado, e muitas vezes não chegaram as peças até a oficina para consertar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dá licença um pouquinho. O que o senhor quer dizer com peça de má qualidade?

O SR. WILSON BILL – Peças que são impostas pelas seguradoras. Muitas vezes vem uma peça do mercado alternativo que não é de boa qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É genérica?

O SR. WILSON BILL – Genérica.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é do distribuidor, da montadora?

O SR. WILSON BILL – Não, existem peças...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não são peças originais?

O SR. WILSON BILL – Não, muitas vezes não são peças originais. São peças do mercado alternativo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alternativo que o senhor diz é de desmanche?

O SR. WILSON BILL – Pode ser de desmanche como também peças não-originais, fabricação de segunda linha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E as oficinas aceitam isso?

O SR. WILSON BILL – Se não aceitar, são descredenciadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas pode estar incorrendo num crime se alimentar o roubo, o furto de veículos, comprando peças. O senhor acredita nisso?

O SR. WILSON BILL – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É grave, então.

O SR. WILSON BILL – Inclusive, a situação, como coloquei anteriormente, a imposição vem de cima para baixo. A oficina, para ser credenciada e aceitar essa situação, é o que ela tem que conviver.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Existe alguma prova de que isso realmente ocorra, uma documentação ou algo que possa nos ajudar a comprovar materialmente a acusação que o senhor está fazendo?

O SR. WILSON BILL – Já foi colocado, inclusive fornecido material anteriormente, já está anexado inclusive no Cade e no SDE.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu digo aqui para a CPI. O senhor poderia nos mandar cópia do que mandou para eles?

O SR. WILSON BILL – Aqui, no momento... Vou juntar o que eu tiver e vou mandar. Tenho que juntar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço.

O SR. WILSON BILL – No momento, tenho vários documentos que foram colocados aí agora.

A questão do próprio... a situação que está se colocando do desmanche, em 1994, ao então Governador em exercício Mário Pereira, mandamos um ofício que está aí dentro da pasta, alertando para o estranho mercado que estava se instalando no Estado, numa determinada região, onde estava começando o desmanche. Em 1994, no Paraná.

A questão no mercado. O achatamento de mercado. As tabelas temporárias dos fabricantes e as do mercado de reparação foram achatadas. Com a orçamentação eletrônica, as oficinas foram obrigadas a investir em alta tecnologia, orçamentação eletrônica. As seguradoras exigem alta tecnologia, no entanto não remuneraram o capital investido pelas oficinas. Um exemplo: um serviço que antigamente era cobrado seis horas de uma seguradora, a R\$ 14,00 a hora, no momento ela está pagando praticamente o mesmo preço por quatro horas de serviço. Então, nessa defasagem é que se sugere que se busque mercado alternativo para tirar essa defasagem.

A diferença está no investimento de alta tecnologia, no pessoal, no treinamento, mas a remuneração não vem. Todo o investimento em tecnologia não está sendo remunerado. Os altos investimentos com equipamentos de alta tecnologia que vieram com a abertura nos anos noventa estão sendo absorvidos, em sua maior parte, com o capital de giro das empresas, que hoje estão com sérias dificuldades no mercado porque investiram e não estão remunerando o seu in-

vestimento, e praticamente não conseguem nem pagar o investimento.

Contratos assinados com seguradoras. Aqui, há um exemplo de uma mesma seguradora que em 1997 remunerava a R\$ 16,00 a hora e a R\$ 32,00 a hora do serviço de pintura perolizada; essa mesma seguradora, com o mesmo contrato, em 2002, baixou para R\$ 14,00 a hora e R\$ 29,00 a pintura.

O critério de credenciamento das seguradoras é bom enquanto a seguradora estiver levando vantagem. O *call center* não libera o atendimento se não for na oficina indicada, nem guincho manda para atendimento na oficina. Estão forçando a consultoria por meio do Cesvi-Mapfre, que é uma entidade criada para a segurança viária, só que ela é que faz o credenciamento e a avaliação das oficinas para o credenciamento pelas seguradoras.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – É terceirizada? Quem lhe atribui isso?

O SR. WILSON BILL – Ela é

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso é responsabilidade do Inmetro, a vistoria do trabalho da empresa recuperadora?

O SR. WILSON BILL – Não, o Cesvi-Mapfre é da Mapfre, hoje ligada à Vera Cruz aqui no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A companhia de seguro Vera Cruz?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Sim, mas por que ele tem essa atribuição? Quem lhe deu essa atribuição?

O SR. WILSON BILL – Em 1996, foi investida uma aliança de nove seguradoras, e mais a Cesvi-Mapfre que foi instalada em São Paulo. Montaram a estrutura para fazer pesquisa viária de segurança, e depois foi passado para fazer o credenciamento e o desenvolvimento do Cesvi-Sist, que seria uma tabela de orçamentação eletrônica.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que tipo de segurança é visto? Porque o Inmetro tem a responsabilidade do sistema de segurança...

O SR. WILSON BILL – Não, ela não está ligada ao Inmetro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o tipo de fiscalização de segurança que eles exercem? Qual é a credencial que eles têm das outras companhias para exercer essa fiscalização?

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Gostaria de perguntar também, Presidente.

É impressionante esse dado, e vou precisar de que o senhor nos apresente pormenorizadamente.

O SR. WILSON BILL – Está nesse CD.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Vou repetir e quero que fique registrada na fita da CPI para o nosso Relator.

Criaram esse órgão. Quem criou, quem lhe deu atribuições e com base em que diploma legal e em que norma legal?

O SR. WILSON BILL – É através das seguradoras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, é uma decisão empresarial, comercial. As companhias de seguro credenciaram alguém a fazer vistoria de segurança. Não entendi bem, porque os diretores do Detran explicam aqui sobre o problema do Inmetro no sistema de segurança dos veículos, a inspeção veicular. Não é essa que é feita?

O SR. WILSON BILL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa é a inspeção do preço cobrado pela oficina, se está correto ou não. É isso? Seria comercial?

O SR. WILSON BILL – Não. Ela não entra no detalhe. Foi um dos questionamentos que tivemos durante dois anos, tentando fazer um acerto com as seguradoras, para sensibilizá-las e colocar a dificuldade para trabalhar com o preço/remuneração.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há algum documento sobre a inspeção feita?

O SR. WILSON BILL – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o tipo de inspeção que é feita?

O SR. WILSON BILL – Seria interessante a Comissão fazer uma visita no Cesvi, para conhecer. Hoje, está sob o comando da Fenaseg.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo bem! Isso é uma parte posterior que eles vão ter que vir aqui explicar.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Precisamos dos documentos antes de ouvir a seguradora.

O SR. WILSON BILL – Certo. A questão da segurança viária que eles colocam, fazem uma pesquisa para fazer avaliação e determinar o prêmio de seguro. Eles fazem também o levantamento do acidente, para ver se procede, dentro do que foi descrito pelo consumidor. Fazem os comparativos e ensinam, fazem o treinamento dos peritos de como fazer avaliação do acidente; se aquele acidente não é uma montagem, se realmente procede. Eles fazem um treinamento em cima do acidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Seria uma fiscalização para o segurado?

O SR. WILSON BILL – Não, para a seguradora.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não, faz para a seguradora para saber se o segurado não fraudou

algum tipo... E se a oficina tem alguma responsabilidade na fraude?

O SR. WILSON BILL – Isso, ela faz um trabalho de investigação e treinamento para a qualificação dos peritos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Isso, comercialmente, seria correto?

O SR. WILSON BILL – Sim, ele vende para a seguradora esse serviço. E, inclusive, vende para as oficinas o treinamento dos profissionais, de peritos, de recepcionistas e orçamentistas.

A questão de um comparativo de aumentos. Nós tivemos – foi um trabalho que foi feito em Minas Gerais, num instituto de pesquisa – um comparativo de reajustes de 1994 a 2001. São aumentos, no setor de lataria e pintura, de 16,7% a 26,8%. No último item, material de pintura, tivemos um acúmulo até o período de 357%. Hoje, está passando dos 500% e a oficina está absorvendo esse...

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Só um momento. Pode também estar havendo o seguinte, o senhor me confirme se sim ou se não. Pode estar havendo esse trabalho com uma série de oficinas para que elas saiam do mercado, outras permaneçam e, aí, sim, o preço é pactuado de uma forma diferente. Estou correta?

O SR. WILSON BILL – É, não nessa linha. O que existe é uma deterioração do setor de reparação, que vem perdendo o seu poder de negociação. Um exemplo, sou empresário do setor de reparação há 35 anos. Tenho a minha empresa há 27 anos; já tive 35 funcionários e hoje estou com 10, porque não aceito compactuar, me expor e me sujeitar às imposições. Então, estou participando da lista negra das seguradoras, porque não aceito a imposição.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Existe realmente essa lista negra?

O SR. WILSON BILL – Existe.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor tem...

O SR. WILSON BILL – Não tenho provas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não são provas, não.

O SR. WILSON BILL – Já foi colocado isso, inclusive, em reuniões com seguradoras.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Uma pergunta: quando o senhor fala em empresas recuperadoras, eu queria esclarecer, porque o promotor de Santos deu um indicativo, se não me engano, não sei se entendi bem, que as distribuidoras de veículos são impedidas de serem contratadas pelas seguradoras para recuperar veículos?

O SR. WILSON BILL – Não entendi bem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tem as revendedoras de veículos, as autorizadas, principalmente as credenciadas para vender veículos. São as agências; elas têm as suas oficinas próprias.

O SR. WILSON BILL – Sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Elas são credenciadas pelas companhias de seguro para fazer recuperação de veículo ou não?

O SR. WILSON BILL – Algumas, sim. O que ocorre, um exemplo claro dessa situação...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há o impedimento de algumas?

O SR. WILSON BILL – Sim. Se não aceitar a colocação. Hoje, para dar um exemplo, uma oficina aqui em Curitiba, para ser mais exato, está pagando em torno de R\$16,00 a R\$18,00 a hora de serviço; para uma concessionária, paga em torno de R\$20,00, R\$21,00. Essa mesma concessionária recebe em torno de R\$52,00 a hora de um serviço de garantia, que está previsto somente a remuneração do custo, sem margem de lucro. Então, o que ela tem que fazer? Vender peças ou ganhar na comissão da venda do seguro para essa companhia. O relacionamento vai ter pela produtividade, porque o critério de credenciamento na concessionária é a produção da venda de seguros para as companhias.

O SR. RELATOR (Takayama) – Pela ordem. Estou recebendo aqui uma informação que tem alguém, que pode até depor, que foi proibido pela seguradora de fazer serviço na oficina do Sr. Wilson Bill. Isso é grave.

Outra coisa, para resumir, essa relação entre seguradora e oficinas tornou inviável às oficinas, em resumo.

O SR. WILSON BILL – Sim.

O SR. RELATOR (Takayama) – Quer dizer, o que eu penso aqui, Senador, é que, de repente, a nossa Comissão pode... A Susep não está servindo como mediadora nessa situação?

O SR. WILSON BILL – Não. Nunca atuou corretamente nesse setor.

O SR. RELATOR (Takayama) – Creio, Senador, que a Comissão até pode ajudar a intermediar essa situação entre seguradoras e oficinas para haver pelo menos uma política de preços correta para que pelo menos as oficinas não fechem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sabe, Dr. Wilson, a nossa preocupação é que não podemos intervir no aspecto comercial, o que seria incorreto da Comissão. Mas temos a grande preocupação com a acusação que o senhor fez, de obrigar a comprar peças de segunda mão, de áreas de desmanche. Isso, sim, é um crime que tem que ser apurado. E, se houver medidas que possam evitar que se alimente esse

comércio ilegal, temos que trabalhar para que isso realmente aconteça. Acredito que essa é a preocupação do nosso Relator.

O que é grave é que há a consciência, e o senhor afirma com segurança, de que o crime está sendo praticado diariamente.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Só para complementar. O Senador também quer falar. Eu tenho apenas uma questão. Se o senhor deixar bem claro para nós, penso que ajudará. Como é feito o credenciamento das oficinas pelas seguradoras?

O SR. WILSON BILL – Geralmente, é por indicação de um perito ou por amizade, ou poucas ainda estão, apesar de terem o credenciamento do Cesvi, na lista que o Cesvi divulga, nem todas são credenciadas pela seguradora. A maior parte é pelo relacionamento e por aceitar as imposições que são colocadas junto às seguradoras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por exemplo, sou um segurado e tenho o meu veículo avariado. Tenho uma oficina de confiança. Se eu levar esse carro lá, a companhia de seguro não aceita?

O SR. WILSON BILL – O senhor vai assinar um termo de responsabilidade, assumindo a responsabilidade pela qualidade do serviço. Se o senhor levar às oficinas indicadas, o senhor teria um carro reserva, um desconto na franquia e alguns outros benefícios que são cortados se levar o carro à sua oficina de confiança.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Isso consta em apólice?

O SR. WILSON BILL – Nunca vi até hoje, mas existe no comércio. É assim que funciona.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Eu queria fazer uma pergunta. O senhor disse que é empresário do setor. Conheço o trabalho do Sindirepa em vários Estados brasileiros. O senhor tem algum arquivo de denúncias de associados dos sindicatos, em que se relatam denúncias de práticas ilícitas de seguradoras? Existe algum arquivo, algum cadastro?

O SR. WILSON BILL – Existe um grande número de documentos...

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Aliás, eu gostaria de me antecipar e pedi-los para que sejam repassados para nós, a fim de servir de subsídios para os nossos trabalhos.

O SR. WILSON BILL – Isso é fácil. Esses documentos estão todos anexados na SDE e no Cade. Basta que os senhores solicitem lá...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos oficial ao Cade, solicitando.

O SR. WILSON BILL – Toda essa documentação, inclusive a maior parte dela...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como foi feito o encaminhamento, para a localização disso no Cade?

O SR. WILSON BILL – Eu vou passar, depois, o número do protocolo, do processo para os senhores.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Quero ressaltar que este foi o único depoente que trouxe um material fantástico, inclusive em CD-ROM. Temos de dizer isso. Enquanto o Inmetro foi depor no Rio de Janeiro sem um documento, sem uma resposta, sem nenhuma concisão, o que, infelizmente, verificamos também no Detran hoje, aqui, no Paraná, estamos tendo agora uma série de documentos sobre os quais nós debruçaremos.

Quero reiterar o que pede o Senador e no que insistem o Relator e o Presidente da Comissão: queremos o que o senhor tiver de dossiê, o que for possível, para que os peritos possam analisar, a fim de que nós possamos aproveitar. Repito: estamos querendo cortar o circuito de crimes violentos contra a pessoa humana. Não é só agressão às oficinas reparadoras e ao direito do consumidor. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu queria fazer um acréscimo. É algo grave. Eu me fixo nessa questão de peça usada e da inspeção veicular de sistema de segurança, porque um depoente, um ladrão preso, disse que recebeu a certidão de inspeção veicular sem levar o carro a lugar algum. Para mim, isso é tentativa de homicídio, porque, se o cidadão pega um veículo sem nenhum tipo de segurança, ele vai matar ou morrer num acidente. Então, essa situação é grave. Por isso, bato muito no aspecto de peças genéricas, se assim posso batizá-las. Pelo menos o remédio genérico sofre inspeção. Penso que a peça, não.

O SR. WILSON BILL – Vou fazer uma sugestão. Há o pessoal da Angis, cuja sede é São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Angis?

O SR. WILSON BILL – A Angis congrega todos os organismos de inspeção. Existem, como em tudo, pessoas do bem e do mal. Os organismos de inspeção estão distribuídos pelo Brasil inteiro, credenciados pelo Inmetro. Há empresários sérios e empresários que querem ganhar dinheiro. Então, essa questão de comercialização de certificado de CSV, sem inspeção, é uma prática nacional. Agora, quem tem mais detalhes e pode fornecer esse material para os senhores é a Angis, que vou pedir para fazer contato com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Penso que o Relator já anotou aqui. Continuará com a palavra...

A SRA. MARIANGELA DUARTE (PT – SP) – Eu quero só colocar, inclusive para não perder a oportuni-

dade, assim como o Governo Federal está colocando a público que vai alterar a legislação e as normas que regem os planos e seguradoras de saúde, vai ficar muito claro para mim que vamos ter de “entrar de sola” na renovação da legislação.

É impressionante. Elas estão inclusive usurpando funções do poder público, facilitando o circuito do crime. Não é concebível. Elas que credenciam, elas que normatizam, elas que regulam, elas que fiscalizam. É inconcebível!

E, nesse rol, desempregam pessoas, fazem um torniquete sobre as oficinas, criam um sistema de terror, rasgam o Código de Defesa do Consumidor. Isso fica para quando elas puderem falar, porque terão direito de defesa. Mas, quero deixar isso já registrado.

Pelo périplo que já fizemos, vai deixando claro que o Congresso Nacional, o Senado e a Câmara, com a força da CPI terá de elaborar uma nova lei sem brechas, sobre as seguradoras de veículos no Brasil – inclusive da mãe delas, que é a pública e que deveria ter um maior cuidado, a Susep. Acho que está claro que vamos ter de fazer uma alteração geral, uma faxina na legislação das seguradoras no Brasil.

O SR. RELATOR (Takayama) – Até penso, Dr^a Mariângela, que no dia em que vierem os representantes das seguradoras, deveriam estar juntos os representantes dos sindicatos. Se não puder ser via CPI, que seja numa audiência pública na Câmara ou no Senado, para que possamos ver essa situação, porque da forma como S. S^a apresenta, a coisa está agonizante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tenho a impressão de que as companhias de seguros que estão nos assistindo provavelmente já podem antecipar isso sem a sua preocupação.

Mas eu gostaria que o Senador concluísse, pois nós o estamos interrompendo.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Vou parabenizar o Senador Romeu Tuma pela preocupação, pois já citou aqui por duas ou três vezes, com as peças velhas. Isso realmente deixa qualquer cidadão muito preocupado. É uma denúncia muito grave, que preocupa muito, principalmente o segurado.

Mas eu gostaria de fazer uma pergunta. Já fui presidente de sindicatos patronais e acredito que, com um problema como esse, vocês já devem ter chamado as seguradoras para conversar.

O SR. WILSON BILL – Três anos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – E, quando o senhor as chamou para conversar, parece que o senhor disse que há uma discriminação com várias oficinas.

O senhor disse que já fez as reuniões há três anos e não fez mais.

O SR. WILSON BILL – Só colocando a situação. Houve um trabalho através da Abrive, a associação nacional dos reparadores. Nós tivemos durante dois anos e meio, quase três, nos reunindo com as principais seguradoras, tentando alinhar. Foi feito um acordo. Desse acordo, foram feitos cinco tópicos principais, que não são relevantes. Porém, os principais, que seriam desconto de peças, reajuste de mão de obra e fornecimento de peças, era proibido tocar no assunto. Não se tocava porque se alegava que estaríamos formando um cartel a partir do momento em que determinássemos valor.

Ora, nós estávamos...

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Mas existe o cartel da seguradora?

O SR. WILSON BILL – Sim, com certeza. Elas têm a força, o poder para fazer, elas têm a interligação. Se eu sou descredenciado por uma seguradora e sou mal visto, todas ficam sabendo. Existe a própria fofoca dos peritos, que fomentam, denigrem e mancham a imagem do reparador.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – E esse cartel continua funcionando até hoje?

O SR. WILSON BILL – Sim, com certeza.

O SR. RELATOR (Takayama) – Bill, esse material você pode me passar depois?

O SR. WILSON BILL – Tá. Tenho só que...

O SR. RELATOR (Takayama) – Permita-me fazer o papel de advogado do diabo nessa situação. O que as seguradoras estão informando é que o número de segurados é muito pequeno. E as outras pessoas, elas não buscam as oficinas? Eu gostaria de entender essa equação, porque as seguradoras alegam também – e eu já recebi esta informação – de que o número de segurados é bastante pequeno com relação ao número de veículos que vão para as oficinas. As outras pessoas, aquelas que não representam o segurado, não conseguem manter as oficinas? Estou fazendo esse papel para V. S^a responder.

O SR. WILSON BILL – Existe. Existe na seguradora em torno de 30% da frota é segurada; porém, temos um grande número, que podemos dizer que são quase 40 ou 50%, de veículos velhos, fora de circulação, que não têm. Então, o número de carros que têm, ainda, representação de seguro é grande. À própria oficina que está organizada, que tem estrutura, não interessa trabalhar e atender aquele carro que está caindo aos pedaços, que o consumidor não tem poder de aquisição.

Vai entrar com a inspeção veicular. Hoje, se fossem fazer uma inspeção anual, praticamente 70 a 80% dos carros seriam reprovados em algum item.

Então, muitos carros desses são inviáveis o conserto e a manutenção.

Agora, existem, as oficinas estão se especializando, um faz só lataria, a outra trabalha só com a parte mecânica. É preciso sair do nicho de mercado para sair da dependência da seguradora. Mas, por muito tempo, o grande cliente, o grande fomentador foi a seguradora. Nos últimos dez anos, o achatamento ocorre de tal maneira que está inviabilizando o setor.

Este é um CD, que está dentro da pasta, que foi feito numa oficina fictícia, simbólica, calculando-se, com o custo, um investimento baixo, de R\$150 mil, chegou para uma remuneração de 10%, R\$32,00. Já foi feito em 2002. O que a seguradora paga hoje, de R\$14,00 a R\$18,00, não remunera nem o investimento. Ela tira todo o desconto da comercialização da peça. Não deixa margem nem para pagar o imposto. Automaticamente, esta sugerindo e forçando que ela vá para o mercado alternativo. É uma imposição que vem de cima para baixo. É um absurdo, uma peça em que você tem 10%, 20% ou 30% de desconto, a seguradora querer reter totalmente o desconto ou te dar 5% ou 10%. A carga tributária chega a...

O SR. RELATOR (Takayama) – Os veículos segurados correspondem a quantos por cento da frota pública?

O SR. WILSON BILL – Em torno de 30%.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Mais uma pergunta, só para eu entender. O senhor disse que essas empresas que são credenciadas pelas seguradoras têm um preço especial. Como é que sobrevivem com um custo tão barato e um preço imposto pelas seguradoras? Está nas peças usadas?

O SR. WILSON BILL – Também.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Quer dizer que essas oficinas mecânicas podem ser parceiras, compram sucatas?

O SR. WILSON BILL – O que existe, na questão da comercialização, é: a oficina, quando se coloca num comparativo de desmanche, que a oficina desmancha carro – não dá para dizer que a oficina desmancha; a oficina desmonta, conserta e monta o carro. Oficina de desmanche é oficina clandestina e é bandido que está por trás disso. O que existe é uma falta de fiscalização. O que clamamos, e isto já foi feito – principalmente aqui, no Estado do Paraná, nós vimos brigando por isso, com prefeitura, com tudo –, é que se fiscalize o comércio como um todo. É injusto que a empresa formal, que paga imposto, que tem registro, vá competir no mercado com a clandestinidade, com a informalidade. Existem empresas de comércio de peças que estão identificadas como lojas, existe até o fornecimento de notas fiscais de comercialização,

que não cabe à oficina identificar se a nota é fria ou se é quente. Então, a oficina segura, quando compra uma peça usada. Como existem alguns desmanches que são credenciados pelo Detran e têm nota fiscal, adquire-se nessas lojas que têm uma nota fiscal de origem para se guardar.

Existe uma fiscalização, que não é tão rigorosa, através da Polícia Militar, que a própria oficina que estiver aplicando uma peça de origem duvidosa sem comprovação seria autuada, presa e teria cassado o seu alvará. Isso nós divulgamos. Então, o que se recomenda quando se vai comprar uma peça de desmanche, uma peça usada, é que se compre de um veículo baixado. Teoricamente, supõe-se que essa peça é de um veículo baixado, com origem no Detran. Agora, não podemos afirmar que realmente sejam todas dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É um risco muito grande para as oficinas. Se, amanhã, o veículo sofrer uma inspeção, uma perícia, isso poderá causar a prisão do proprietário da oficina por uso de peça irregular. Creio que as entidades que congregam essas oficinas têm que alertá-las de que é um risco muito grande. Não se pode aceitar a imposição para a prática de um crime.

O SR. WILSON BILL – Essa é a velha briga que vimos fazendo há muito tempo. Qualquer estabelecimento comercial que se monte, a finalidade é uma só, trabalhar e obter lucro com seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas isso é natural, é do comércio.

O SR. WILSON BILL – Só que, com o trabalho para a seguradora, isso não é prática. Não se consegue ter lucro. Então, só se tem lucro de outras maneiras, e é isso que estamos tentando combater.

Os sindicatos, de um modo geral, no Brasil inteiro, têm forçado essa divulgação, mas, infelizmente, cada cabeça é uma sentença. Então, quem não quer compactuar com isso sai do mercado e busca outra alternativa. Agora, com certeza, esse mercado é grande demais no País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixe-me fazer uma pergunta ao senhor só para aproveitar o seu conhecimento: os sindicatos de lojas de vendas de veículos usados se queixaram que a companhia de seguro não renova o seguro dos carros salvados, com pt, perda total, e recuperados. O senhor tem conhecimento disso? Qual seria o motivo, se todas as inspeções dão como garantia de que o carro foi recuperado e está em condições de circulação?

O SR. WILSON BILL – Faz parte da apresentação, está mais para a frente esse detalhe.

É um absurdo que se tenha, ou o consumidor tem perda total, e é até uma sugestão que se faz, a partir do momento que se fala perda total....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque há diferença entre salvo e perda total, que não é de semântica. É uma coisa.... Recuperado e....

O SR. WILSON BILL – A sugestão seria, para facilitar a identificação em fraudes, o carro que foi indenizado como perda total, o segurado recebeu a indenização, esse carro tem que ser baixado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria que o senhor olhasse para a televisão, porque o público ouve e também fica um pouco esclarecido sobre a realidade das coisas.

O SR. WILSON BILL – A sugestão que fazemos é que, a partir do momento que deu um acidente de grande monta, que foi retido o documento e que foi indenizado o segurado, esse veículo teria que ser comercializado somente como peça de desmanche, baixado e comercializadas as peças, sucateado. Então resolveria esse problema.

Num acidente de pequena ou média monta, esse veículo, com certeza, vai ser recuperado dentro da oficina. Vai voltar, há a inspeção veicular desse veículo depois do sinistro, e vai voltar a circular. O que se pode exigir junto com o Detran e com os organismos de inspeção é anexar as cópias de notas fiscais das peças substituídas. Também seria uma solução para esse problema.

Aqui há um dado, uma informação, de que, de 1990 a 2003, até agora, foram perdidos 1.678 postos de trabalho. Uma falta de sustentação para 6 milhões 712 mil pessoas. Só um número de curiosidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria que fosse um pouco mais rápido, porque...

O SR. WILSON BILL – Sim. Com toda essa situação, que não vou comentar, está-se incentivando o comércio da informalidade e a própria contratação de profissionais sem registros. Isto, inclusive, está numa cláusula dos contratos de seguradoras, que elas não se responsabilizam por eventuais causas trabalhistas ou algo nesse sentido, por causa de contratação de funcionários. Então, ela sabe que, para se trabalhar por um preço vil, muitas oficinas têm que subcontratar funcionários sem registros.

A questão que foi comentada há pouco. Ao conceder a perda total, indenizou o segurado, teria que ser feita a venda do veículo por meio só de peças. O veículo que foi adquirido por perda total, a maior parte das informações que temos, é que esse veículo, depois de recuperado, não é aceito para fazer uma nova apólice de seguro.

Aqui, é um comparativo que faço: um segurado, quando adquire uma apólice de seguro, compara-se a alguém que compra um pacote de viagem. A pessoa se sacrifica o ano inteiro; nas férias, ela quer fazer uma viagem; compra um pacote; compra um pacote de primeira classe, um voo internacional, belos passeios, acomodação de primeira, vai ter a sua viagem dos sonhos realizada. E, na hora que vai embarcar, pega um ônibus de excursão, a viagem internacional vai ser para o Paraguai, ela vai ser assaltada e o seu rico dinheirinho foi levado todo embora. Esse é um comparativo para dizer, a grosso modo, como funciona o nosso mercado.

A ação foi impetrada no SDE em 1996, e, em 1998, foi acolhida no Cade.

A questão dos assuntos discutidos: abuso do poder econômico, cartel; abuso com o direito do consumidor; fornecimento de peças para consertos; imposição de material de segunda linha; e recuperação de itens de segurança – onde se recuperam eixos, balança, toda essa parte mecânica que é cara.

O processo está emperrado, mas agora está começando a andar.

O que está no acordo que foi firmado durante dois anos e pouco, três assuntos: não se discutia valor de mão-de-obra, fornecimento de peças e desconto de peças. Essa prática é a normal e comum na América do Sul inteira, em reuniões que foram feitas. O poder de união das seguradoras, através da Mapfre, da Liberty e de uma seguradora local, que hoje no Brasil é a Vera Cruz, elas comandam esse verdadeiro cartel que existe.

O acordo que foi abordado teve alguns tópicos que foram firmados, porém faturamento, aceitar boleto bancário e cobrança bancária jamais é permitido. Quem faz isso é descredenciado imediatamente.

Este é o resultado que eu falei do serviço de uma concessionária. Garantia de R\$52,00 a hora, sem margem de lucratividade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Wilson, daria para o senhor resumir o que há de interesse na apuração de crime, de fraude, e tudo, para não ficarmos só no aspecto empresarial das oficinas, que é importante, é interessante...

O SR. WILSON BILL – O que existe, como já relatei, é a imposição, de cima para baixo, das seguradoras. A oficina não tem condições de reclamar por nada. Na hora em que ela vai reclamar, se não está bom, tem quem quer. A seguradora costuma dizer: “Se você não quer, eu tenho duzentas propostas querendo o credenciamento”. Só que não é a realidade. A estrutura que a oficina acreditou, montou, não está sendo remunerada, ela vai ter que ser credenciada e vai per-

der a remuneração, porque ela se preparou para um volume de serviço acordado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

Eu agradeço a sua exposição. O senhor acha que esses disquetes têm todas essas transparências que o senhor nos forneceu?

O SR. WILSON BILL – Têm todas essas transparências. Esta aqui é um resumo. Ela está bem mais detalhada, tem uma apresentação maior. Inclusive, tem todas as reportagens do Jornal Nacional, do Fantástico, reportagens. Podem ser, inclusive, tiradas informações de depoimentos que não são verdades.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

A SRA. MARIÂNGELA DUARTE (PT – SP) – Eu queria, primeiro, agradecer a inestimável colaboração que o senhor está dando a todos os brasileiros, porque são poucas as pessoas que têm...

O senhor é um empresário privado, poderia ficar na sua realidade, sem se importar com a dimensão da coisa pública. Então, há um contraste entre a posição que senhor assume e o que vemos de inoperância dos órgãos públicos, à exceção do Secretário de Segurança Pública que foi muito além da sua função no Paraná, louve-se, e que está inclusive fazendo um trabalho de relações exteriores. Chegou a esse ponto.

Então, eu pediria ao senhor, havendo um número para denúncias divulgado, que nos ajudasse, pelo seu destemor, a carrear pessoas que possam colaborar, também, com um depoimento, seja porque passaram pelo que o senhor passa, seja porque têm o seu conhecimento, também com qualquer documento que possa fundamentar a nossa ação, porque já estamos formando um juízo de valor, dado o nível de trabalho que a CPI já realizou.

Agora, é importante, cada vez mais, consubstanciar a nossa intervenção.

Quero agradecer ao senhor e dizer que o senhor é um exemplo e que precisamos encontrar outros no País. Esperamos que possa estimular outras pessoas a nos fornecerem documentos comprobatórios dessas assertivas que o senhor fez aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero agradecer e pedir ao senhor que encaminhe ao Relator qualquer outra informação que possa nos trazer.

Acredito que foi útil a sua exposição. E fica aqui o alerta para os seus companheiros dos riscos que correm ao continuar adquirindo peças de forma irregular, o que poderá ter uma consequência grave.

Penso que, a cada pressão que houver, é preciso denunciar à polícia, para evitar...

O SR. WILSON BILL – Com certeza.

Esse processo do Cade é fundamental, é rico de informação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nós vamos requerer, agora. Já mandei preparar o ofício para requerê-lo.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Eu queria fazer mais um uma perguntinha e também parabenizar o senhor pelas suas informações, que foram bastante úteis. Agora, o Sindirepa é um sindicato nacional?

O SR. WILSON BILL – São estaduais, mas...

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – A sigla é nacional?

O SR. WILSON BILL – É.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Vocês fazem reuniões periodicamente?

O SR. WILSON BILL – Sim.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Esses mesmos problemas que são enfrentados aqui no Paraná também são enfrentados por outros Estados?

O SR. WILSON BILL – Na América do Sul inteira. Fazemos reuniões pelo menos duas vezes por ano, inclusive anualmente com a Larepa, que é a instituição América Latina.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Nessas reuniões são feitas atas?

O SR. WILSON BILL – Deve ter. Não tenho lembrança.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Se tiver, gostaria que V. S^a as encaminhasse à Comissão para poder fazer parte de nossos materiais, para futuros subsídios. O.k.?

O SR. WILSON BILL – O.k.!

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Quero dar uma opinião final, porque acho muito importante a questão da lucratividade. Quem faz o seu investimento deve obter retorno naquilo que faz. Mas quero dizer que a finalidade desta CPI era descobrir a questão do crime, a questão da utilização da clonagem, o ladrão que rouba o carro e substitui a documentação pela de um outro carro, senão entraremos aqui em questões de lucratividade. Daqui a pouco, o bagrinho virá se queixar do bagrão, o ladrão virá se queixar que ganha pouco quando rouba o carro.

Acho que temos que centralizar o nosso pensamento na finalidade, que é justamente a questão da utilização dos documentos.

Achei uma barbaridade a participação do rapaz do Detran. Acho o Detran do Paraná formidável, gosto do Presidente Marcelo, mas ele mandou uma pessoa

que não sabe nada, não tem a menor malícia. Parece que ele nunca saiu da sala dele.

Então, estamos perdendo tempo com esse tipo de gente. São relatórios que não vão servir para nada, a não ser para o nosso conhecimento do relacionamento comercial entre as partes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sem dúvida nenhuma, os fatos que importam à CPMI, o Relator e a Comissão saberão extrair de tudo o que foi falado, do que foi lido e da documentação apresentada. Desde o primeiro dia foi dito – e o Relator concordou – que nós não interviríamos em nenhum procedimento que fosse comercial, porque não é papel da CPI. Há outros órgãos que podem intervir nesses procedimentos comerciais. O que buscamos realmente é o crime, e há fatores indiretos que colaboram com o crime.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – A Fenabrav, dos automóveis e concessionários, também estão se queixando das fábricas, que elas estão explorando os concessionários brasileiros. Então, daqui a pouco estaremos indo por um outro caminho, mas agradeço a sua perspicácia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Realmente, podemos fazer até uma audiência pública de outro tipo, uma comissão especial para discutir, como foi feito com as revendedoras, com as empresas credenciadas de vendas de produtos alimentícios, podemos fazer uma audiência pública sobre relacionamento comercial e o prejuízo que o cidadão tem. Aqui, vamos apurar realmente o crime.

O SR. RELATOR (Takayama) – Posso fazer uma proposição?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. RELATOR (Takayama) – Vamos almoçar?

Só queria perguntar ao Sr. Magnus Kaminski se nos permitiria fazer um intervalo agora e voltaríamos dentro de uma hora, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso, por favor.

O SR. RELATOR (Takayama) – O Dr. Wilson Bill parece que pediu que alguém desse uma palavra a ele na sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos seguir a seqüência depois do almoço e veremos. Tem gente que já está aqui há muito tempo e seria indelicado.

Quero agradecer a presença do Deputado Nelson Tureck, que aqui compareceu para nos prestigiar, agradecer a imprensa que fez essa cobertura e avisar que, daqui a 40 minutos, uma hora, estaremos no outro plenário, pois este aqui vai ser ocupado pela sessão

da Câmara do Paraná. Ocuparemos o plenarinho, que é aqui perto.

Agradeço a presença e suspendo temporariamente a sessão.

(Suspensa às 13 horas e 10 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 25 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Boa tarde, senhores.

Estamos reabrindo a 11ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 12, de 2003 – CN, “destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguro, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos ‘salvados’, conforme denúncia do Programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão.

Gostaria de saber se o Dr. Celso Castro e o Dr. Evalner, membros da direção da Volvo, vão depor, ou apenas um. Os dois.

Por gentileza, os senhores poderiam sentar aqui. Aguardem um minuto até que o nosso Relator termine a entrevista.

O Deputado Max Rosenmann poderia funcionar como Relator, para assim podermos adiantar os trabalhos? Quemalaria primeiro?

O SR. EVALNER TURCE SIDNEY – Evalner.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Poderia repetir o seu nome completo?

O SR. EVALNER TURCE SIDNEY – Evalner Turce Sidney.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é?

O SR. EVALNER TURCE SIDNEY – Gerente do Departamento de Soluções para Transporte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da Volvo?

O SR. EVALNER TURCE SIDNEY – Da Volvo do Brasil. E dentro do Departamento de Soluções, se me permite esclarecer, uma das áreas desse Departamento é a de seminovos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queria deixar claro aqui que, voluntariamente, a convite do Deputado Max Rosenmann, os senhores compareceram para colaborar com a CPMI do Desmanche. Foram convidados e espontaneamente estão prontos a nos ajudar. Isso para ficar bem claro que não há nenhuma vinculação com delito. O Deputado Max tem dado muitos exemplos de como os senhores têm procedido com carros salvados, perda total, de como a companhia tem agido, o que provavelmente pode servir de mote para um projeto de lei. Não é isso?

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – É verdade. É essa a idéia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um projeto de lei, que é uma proposta pela qual o Deputado Max tem lutado bastante.

Preliminarmente, queria agradecer a presença dos senhores e colocar a palavra à disposição.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Antes que o senhor iniciasse, gostaria que nos explicasse da forma mais didática possível para que as pessoas, principalmente os ouvintes da TV Senado, a população brasileira que terá oportunidade de ouvir esta sessão, tenham a oportunidade de entender exatamente a forma com que a fábrica Volvo dá solução aos caminhões que são batidos, que são dados como perdidos, com uma explicação muito elementar, por favor. Obrigado.

O SR. EVALNER TURCE SIDNEY – Boa tarde a todos. Gostaríamos de agradecer, em nome da Volvo do Brasil, a oportunidade de estarmos aqui, ao Deputado Max Rosenmann e a toda a Comissão.

A Volvo do Brasil possui um Departamento de Soluções para Transporte, no qual está o Departamento de Seminovos. A preocupação inicial da empresa era, logicamente, renegociar caminhões usados, fomentando a venda de veículos novos – hoje é uma necessidade de mercado que se captem veículos usados como forma de pagamento de veículo novo. Porém, com o tempo, fomos percebendo que havia uma necessidade muito maior de trabalharmos também em prol da sociedade, no que diz respeito à reciclagem do veículo seminovo e também, de certa forma, coibindo alguns tipos de abuso, que é o tema desta CPI.

A Volvo do Brasil hoje, em parceria com seguradoras, como a Bradesco, adquire todos os veículos sinistrados segurados por essa companhia. Estamos estendendo agora o que chamamos de Projeto Salvados a outros parceiros, como o caso do ABN/Real, Porto Seguro e Vera Cruz. Por meio desse acordo vamos receber todos os veículos sinistrados da marca Volvo. Esses veículos passam por uma perícia em nossos concessionários. Na hipótese de esse veículo ser recuperável, então procedemos a uma reforma em que todos os itens de segurança são substituídos no veículo, e a reforma é total. E esse veículo ganha uma grife, como chamamos no mercado, que é a marca Viking. Então, o veículo Viking Volvo é um veículo totalmente recuperado, com garantia de seis meses e atendimento em toda a nossa rede de concessionários.

Na hipótese desse veículo ser dado como não recuperável, então, nesse caso, o que fazemos é recolher esse veículo às nossas dependências – no caso, o Departamento DECS, que o Deputado Max Rosenmann deve ter ouvido falar a respeito do nosso

gerente de peças, o Dr. Luiz Carlos Pimenta. Então, o DECS é uma empresa coligada da Volvo do Brasil, onde recebemos o veículo sinistrado sem condições de recuperação. Esse veículo é totalmente desmontado e todas as suas peças – as reutilizáveis – são, no caso, remanufaturadas. E nós as vendemos através de nossa rede de concessionárias. E as demais peças são então devidamente encaminhadas para siderúrgicas ou para outros órgãos de reciclagem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está falando sobre as peças que compõem o veículo?

O SR. CELSO CASTRO – Sim. É importante lembrar que no nosso Projeto Salvados, as peças dos caminhões que dão perda total e que têm acidente considerado de grande monta, eles passam por um processo de baixa, registrada no Detran e todos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem a certidão de óbito.

O SR. CELSO CASTRO – Exatamente. Fazemos com que todos os componentes seriados sejam registrados. Aí, fazemos a recuperação e a venda através da nossa rede de concessionárias. Os itens de segurança, seja qual for...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Vendidos como reciclados?

O SR. CELSO CASTRO – Vendidos como reciclados, através da nossa rede de concessionárias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na embalagem, vem escrito “reciclado”? Eu comprei alguns produtos, nos Estados Unidos, e neles vem escrito “reciclado”.

O SR. CELSO CASTRO – O próprio símbolo dessa empresa é um símbolo de reciclagem. Chama-se DECS e tem o símbolo de reciclagem. Então, realmente, ele vai grifado com esse símbolo DECS, onde tem já a palavra de reciclagem ou o símbolo de reciclagem.

Quando pegamos um acidente de grande monta....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desculpe-me a intervenção, mas a peça reciclada tem garantia?

O SR. CELSO CASTRO – Da mesma forma que uma peça, um componente que seja comercializado, existe a garantia normal que é precedida através da nossa rede.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando os senhores fazem a recuperação do carro que não esteja totalmente sinistrado e irrecuperável, o Inmetro faz a fiscalização das peças de segurança ou a validade de vocês é confirmada pelo Inmetro.

O SR. CELSO CASTRO – Sim, todos os veículos que são passíveis de recuperação passam pela avaliação. E retiramos o certificado de segurança veicular, no Inmetro, e também fazemos a perícia no Detran da cidade onde ele se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desculpe-me a pergunta, mas é importante para que a sociedade saiba o cuidado e o zelo que a Volvo tem, para recolocar no mercado um carro que sofreu avarias.

O SR. CELSO CASTRO – Perfeitamente. Inclusive, os caminhões, por exemplo, considerados de perda total, passíveis de recuperação, cujos itens de segurança estejam realmente danificados, a Volvo, por ser uma empresa que preza muito a segurança, não faz essa recuperação. Ele passa daí para o processo de reciclagem, onde julgamos que o caminhão torna-se um caminhão irrecuperável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Celso, no início, tivemos conhecimento – e, talvez, o senhor possa nos explicar com clareza – sobre a diferença entre “perda total” e “salvado”, para esclarecer a população, porque, quando se fala em perda total, é porque não há mais recuperação. As companhias de seguro alegam que, quando indenizam, elas passam a ter a propriedade do veículo e revendem ou em um leilão, etc. Então, não é uma perda total no sentido semântico da palavra. Como é considerado pela Volvo “perda total” e “salvados”?

O SR. CELSO CASTRO – A perda total e o salvado são muito semelhantes em relação ao que pode ser feito. Se a batida afetar itens de segurança, principalmente, é considerado sempre “perda total”, porque se torna um caminhão que, já no boletim de ocorrência do acidente, ele é chamado de grande monta. E, em um veículo de grande monta, a própria lei diz que temos de baixá-lo, deixá-lo legalmente baixado e, aí, sim, passamos por processo de reciclagem dos componentes que são passíveis de recuperação, que são os componentes seriados, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele mantém a mesma documentação?

O SR. CELSO CASTRO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certidão de nascimento, tudo direitinho.

O SR. CELSO CASTRO – Exatamente. Tanto é que o veículo recuperado, temos um acordo, e tive oportunidade de ver V. Ex^a comentando na sua entrevista...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu estava errado? Tem correção?

O SR. CELSO CASTRO – Não, não. Está ótima. Inclusive, é só um comentário. A Companhia Bradesco, por exemplo, que tem esse acordo com a gente,

ela faz seguro dos caminhões que nós recuperamos, porque ele se torna uma grife, Viking.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A denúncia que houve, principalmente dos revendedores de veículos, não de zero quilômetro, mas de usados, foi que as companhias de seguro não fazem o seguro de carros recuperados em oficinas normais. Aqui deve ser um acordo diferenciado.

O SR. CELSO CASTRO – Sim, onde temos o seguro garantido dos caminhões que são recuperados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É estranho. Se a companhia de seguro promove o ressarcimento do débito, manda para uma oficina recuperar, revende e depois não faz o resseguro, é porque ela tem suspeita de que o veículo não tem condições de circular com garantia total. É isso que nos traz a dúvida.

Eu agradeço os esclarecimentos do senhor...

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Eu gostaria de fazer uma pergunta. O senhor disse que existe um convênio com a Seguradora Bradesco, com possibilidade de outras seguradoras. E os carros que não são segurados, quando vão para leilão, em casos assim, vocês comprem ou não têm interesse nenhum de...

O SR. CELSO CASTRO – Quando se trata de caminhões Volvo que se encontram fora de seguro e estão dentro da nossa rede de concessionários, nós procuramos sempre contatar esse cliente, esse proprietário, e tentar adquirir esse veículo como parte de pagamento, fazendo com que ele tenha um caminhão novo rodando, tão logo ele sinta... O custo dele é muito alto. É bom lembrar que, quando a gente recupera um caminhão, primeiramente, ele não pode ter sido considerado no BO um acidente de grande monta. Segundo lugar, nós conseguimos fazer a recuperação porque é direto de fábrica. Nós cortamos duas cadeias de rentabilidade no caso. Pegamos as peças ao custo, no caso. São custos de produção.

Nós também procuramos, quando esse caminhão está dentro da rede de concessionário, fazer com que o cliente o entregue para nós e não saia com ele de lá, e sim com um caminhão zero quilômetro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Celso, apenas aproveitando a pergunta, o senhor se referiu mais de uma vez ao boletim de ocorrência, grande monta, pequena monta. É decisão do policial que atende à ocorrência, ou é Distrito, depois de uma perícia?

O SR. CELSO CASTRO – Infelizmente, eu acredito que seja do policial. E muitas vezes acredito que ele não está preparado para dizer se um acidente é considerado de grande, média ou de pequena monta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que deveria haver uma perícia, principalmente pelos sistemas de segurança do veículo?

O SR. CELSO CASTRO – Eu acredito, com certeza, que uma perícia seria ideal para verificar se o acidente em que o caminhão está é considerado de grande monta. Principalmente do fabricante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hoje, em conversa, o rapaz, o policial, estava explicando que se tirarem os espelhos laterais, as maçanetas da porta e mais os relógios pode-se considerar perda total, principalmente carros de alto valor.

O SR. EVALNER TURCE SIDNEY – Exato. Hoje, se V. Ex^a me permite, na cabeça da sociedade está muito o custo da recuperação, enquanto nós, da Volvo, estamos muito mais preocupados com a segurança, porque o custo para nós não é um fator decisivo na avaliação de uma recuperação.

Como o Celso disse, nós eliminamos duas cadeias pelo menos de rentabilidade, que são comissões internas da fábrica e comissões da rede de concessionário. Então, a peça sai para nós a um preço muito mais competitivo para fazer uma recuperação.

Se você chega no mercado hoje com um veículo que teve danificada a cabine, isso significa muitas vezes o preço do caminhão, em um veículo mais antigo. Então, ele é irrecuperável.

Para nós, não. Nós temos a fábrica de cabines, conseguimos uma cabine a preço de custo. Temos condições de negociar internamente o valor de uma peça mais razoável. Com isso, conseguimos realizar uma recuperação.

Mais uma vez, o nosso foco está muito mais na qualidade, na segurança e também com olho no meio ambiente. O que está sendo feito, de que forma estamos fazendo de forma a contribuir efetivamente com isso.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Não ficou claro com relação à aquisição do carro, quando não é comprado da seguradora, se o veículo vai para aquela grife Viking também, ou se você só aproveita as peças dele.

O SR. CELSO CASTRO – Independente se havia seguradora ou não, a gente faz uma avaliação. Verifica o BO, o boletim de ocorrência, analisa os componentes e verifica se é um veículo - por técnicos especializados – passível de recuperação e a gente transforma em caminhão Viking, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês fazem a perícia?

O SR. CELSO CASTRO – Nós fazemos a perícia.

O SR. RELATOR (Takayama) – Eu queria agradecer ao Presidente, agradecer ao Dr. Celso e ao Dr.

Evalner por estarem presentes aqui, nos dando essa contribuição valiosa. O Deputado Max Rosenmann nos informava do procedimento que a Volvo tinha, da prática, da política que é praticada pela Volvo, e isso nos dá orgulho. Primeiro, porque a Volvo está aqui no Paraná. Mas não somente por isso. Eu acho que as presenças de V. S^{as}, Dr. Celso Castro e Dr. Evalner, possam servir, Senador Romeu Tuma, como um exemplo que podemos levar às outras montadoras, pelo menos aqui no Brasil.

Acredito que essa seja uma política vindo da própria Volvo da Suécia, porque sabemos que a Volvo sempre foi pioneira na segurança de veículo. Foi ela que iniciou a questão dos carros que são colocados para desmonte, para ver como reage o carro em alta velocidade e toda essa questão pioneira. Agora, também nos traz essa informação que nos deixa surpresos, até pasmos, diante hoje de uma sociedade que busca apenas o lucro em si.

Perguntaria ao Dr. Celso e ao Dr. Evalner se poderiam, de repente, numa outra convocação, ou convite, estarem conosco em Brasília, quando estaremos, Senador, convidando os demais diretores das outras montadoras. De repente, se todos puderem adotar essa prática, com certeza vai diminuir e muito a ação do crime organizado.

Eu queria agradecer ao Dr. Celso, acho que me dou por satisfeito com essas informações que, com certeza, enriquecem o nosso trabalho. Quando o Deputado Max trouxe a informação da prática da Volvo, para nós foi uma surpresa. Agora, o que nós não podemos é permitir que os bandidos continuem a agir dentro das chamadas brechas da legislação, porque isso está tendo, como desdobramento, a morte de muitos inocentes.

Queremos agradecer, e solicitar ao Presidente que formule um convite para que eles estejam conosco novamente, ainda que venha a dar um pouco de trabalho, mas seria uma contribuição segura para que nós, numa palavra com os diretores das demais montadoras, possamos buscar uma saída para a situação.

Há uma outra pergunta que eu gostaria de fazer, mas esta já é uma questão que depende de tecnologia e avanço científico: é possível, por exemplo hoje – e, se for possível, acabaria, praticamente, em 90, 95% a prática dos roubos e ação dos bandidos –, fazer a marcação dos chassis em alto relevo? Ou a tecnologia não permite tanto ainda?

O SR. EVALNER TURCE SIDNEY – Eu diria que, hoje, a marcação de chassi já é eletrônica. Na realidade, nós temos, hoje, uma marcação de chassi que se encontra na alma da longarina, e você pode detectá-la por meio de luz infravermelha, ou melhor, ultravioleta.

E essa marcação é inviolável. Então, um exame te revela claramente qual é aquele veículo e por meio da tecnologia que você já tem disponível junto aos órgãos competentes, você já tem toda a lista de componentes seriados incluídos naquele veículo originalmente.

Então, é fácil, hoje, conseguir identificar um veículo obra de furto ou coisa que o valha. E, mesmo a tecnologia do caminhão, a eletrônica embarcada, hoje ela já é inviolável da mesma forma. O veículo sai da fábrica com uma eletrônica como se fosse uma impressão digital dele. E você não pode trocar aquele módulo, a não ser que seja feito dentro do concessionário, onde o veículo recebe então uma nova identidade. Mas a troca pura e simples de componentes em mercado paralelo etc. pode levar, sim, a algum tipo de problema com as autoridades no momento em que você fizer uma vistoria nesse veículo mais apurada.

O SR. RELATOR (Takayama) – Desculpe a minha insistência, mas eu creio que, se nós conseguíssemos fazer a mudança do tipo demarcação... porque hoje aquela marcação em baixo relevo é facilmente modificada pelos criminosos. E é aí que está a falha que nós estamos percebendo. Agora, talvez, hoje, numa fábrica como a Volvo, o número de caminhões vendidos seja bem inferior ao número de automóveis. Existem empresas que fabricam milhares de automóveis, os chamados carros populares.

Uma segunda pergunta: além do número de marcação do chassi, Dr. Celso, Dr. Evalner, se, por exemplo, marcássemos no veículo o mesmo número do chassi, que ele fosse repassado para, vamos supor, entre 25 a 35 itens, inclusive os assentos, os painéis, é possível ser feito isso?

O SR. EVALNER TURCE SIDNEY – É como eu disse, Excelência, hoje o veículo sai da linha com uma ficha de montagem onde estão todos os números seriados de todos os componentes que fazem parte do veículo.

O SR. RELATOR (Takayama) – Nas peças também?

O SR. EVALNER TURCE SIDNEY – Exato. Se o senhor comprar um caminhão hoje e se dirigir para um concessionário, querendo substituir um determinado componente, esse concessionário vai abrir na tua frente o raio X do caminhão, com todos os **part numbers**, o número de série, o número da peça e o número de série da peça que foi originalmente montada na linha. Então, já não existe mais aquilo de micro-ficha, de catálogo de peça para você procurar um determinado componente. Você verá exatamente qual foi o componente montado no teu veículo.

O SR. RELATOR (Takayama) – Dr. Romeu Tuma, me dou por satisfeito, porque com isso já percebemos

que é possível, se houver boa vontade das demais montadoras, fazer essa marcação. Creio que, com isso, o veículo que for vendido em desmanches ou em lojas, vamos dizer, de peças usadas, pelo menos ele tenha a origem.

Creio que nunca é tarde para se iniciar uma prática que dificulte a ação dos bandidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queria perguntar, doutores, se há outras empresas que usam laser como marcação das peças de veículos. Se outras montadoras também têm o mesmo sistema.

O SR. EVALNER TURCE SIDNEY – Não sei se tem ou se não tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor desconhece?

O SR. EVALNER TURCE SIDNEY – Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É, porque realmente acho que a marcação de um número em alto ou baixo relevo é bem inferior à que é feita a laser, pois a laser é difícil uma remarcação feita pela marginalidade. Então, nos obriga a insistir que o chassi não deva mais ser cortado quando há perda total. Porque tem-se que cortar o chassi onde tem a numeração, o que desidentifica o veículo de uma vez por todas, porque a emenda do chassi pode ser feita tranquilamente em qualquer oficina, e a longarina ser alterada. E aí vem a clonagem e a dificuldade que se tem com o uso da documentação fria.

Então, acho que, insistindo na marcação a laser, é mais importante do que alto ou baixo relevo.

O SR. RELATOR (Takayama) – O Dr. Marcos está até sugerindo aqui se é possível – existe toda uma questão técnica e também de política da fábrica – para contribuir com a Comissão e com o País, enviar os detalhes, a forma técnica de como é feito isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Podemos fazer uma visita, se nos convidarem, para vermos **in loco** como é feito o sistema.

O SR. EVALNER TURCE SIDNEY – Queria aproveitar para agradecer realmente a oportunidade de estar aqui com V. Ex^{as} e poder falar um pouquinho do que estamos fazendo dentro da Volvo, e colocar não apenas o Departamento de Solução para Transporte, mas toda a estrutura da Volvo do Brasil à disposição desta CPI. E, no momento em que V. Ex^{as} julgarem mais adequado, vocês têm o cartão, basta ligar-nos e, no momento em que for mais conveniente, estaremos de portas abertas para recebê-los.

O SR. RELATOR (Takayama) – Eu, como um bom paranaense e um bom sueco, sinto-me orgulhoso. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passo a palavra ao Deputado Max Rosenmann.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Quero agradecer, Dr. Celso, realmente a presença de vocês, porque, quando o Pimenta, que é outro diretor que tive a oportunidade de conhecer, me transmitiu que vocês faziam essa modalidade de tratamento aos veículos tidos como sinistrados, é inacreditável até para nós – e para mim, num primeiro momento – que uma fábrica se interessasse, como vocês estão efetivamente se interessando, no sentido social, no sentido da segurança.

Então, quer dizer que a pessoa que é proprietária do veículo Volvo tem uma fábrica preocupada com sua segurança, com vários fatores que realmente inibem o roubo. Então, quem dirige um Volvo, quem tem um Volvo sabe, pelo menos, que um ladrão não vai procurar roubar um Volvo para clonar. Quer dizer, já é uma garantia, até para a segurança individual daquele que dirige, do proprietário.

Então, quero agradecer a presença de vocês, a espontaneidade das explicações e dizer, como o Deputado Takayama falou, que se vocês pudessem nos enviar essa explicação que nos deram sobre a marcação eletrônica, de tal forma que possamos transformar isso numa sugestão a todas as fábricas para que utilizem essa fórmula. De forma que, se, amanhã, um carro for roubado ou clonado, através de uma visão, pudesse ser descoberto o número original dele, provando que ele foi substituído, que ele foi roubado. Então, o carro teria uma marcação definitiva, mesmo que escondida por uma outra marcação em cima.

Então, é muito importante essa sua colaboração. Agradeço, e quero lembrar do que aconteceu comigo: fui comprar um carro Volvo, aqui em Curitiba, numa ocasião, um carro usado, ali na Marechal Floriano, numa das lojas especializadas em venda de Volvo, e até me interessei por um carro. Aí fui lá na Volvo, vocês puxaram pelo computador e me disseram que aquele carro tinha sofrido uma enchente em Santa Catarina. Então, quando alguém tem um Volvo, não só caminhão, mas automóvel, e incorre numa situação de um acidente maior, aquilo vai constar da vida do carro. Então, aquele carro, que o vendedor estava me vendendo como um carro em condições, talvez até tivesse condições, mas ele tinha sofrido uma agressão grande de uma enchente.

Então, isso mostra como a tecnologia usada para o lado do bem, e principalmente com esse sentido social que a Volvo dá, ela pode acarretar numa contribuição efetiva a uma CPI como esta. Todos nós estamos aqui para tentar achar o caminho da segurança e do bem-estar e, principalmente, a eliminação do crime nessas

atividades, o crime do roubo e do assassinato; enfim, queremos que todos se protejam.

Muito obrigado pela presença de vocês e, se for necessário, já antecipadamente também agradeço o fato de, se vocês forem convidados, estarem conosco lá em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não havendo quem queira mais questionar o Dr. Celso e o Dr. Evalner, queremos agradecer. Acho que valeu a pena a presença dos senhores, por idéia do Deputado Max, esclarecendo e orientando sobre a possibilidade de se melhorarem as garantias de que a marginalidade terá cada vez mais dificuldade em poder lesar o cidadão de bem.

Muito obrigado.

O SR. EVALNER TURCE SIDNEY – Obrigado, Senador Romeu Tuma.

O SR. RELATOR (Takayama) – Da minha parte também, gostaria que transmitisse um abraço à Diretoria, muito especialmente ao Dr. Carlos Murassute, nosso amigo na Volvo.

O SR. EVALNER TURCE SIDNEY – Será transmitido.

O SR. RELATOR (Takayama) – Dr. Romeu Tuma, tenho aqui uma carta do Ministério Público do Estado do Paraná colocando-se à disposição. Se V. Ex^a me permitir ler a carta aqui...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. RELATOR (Takayama) – O Procurador-Geral da Justiça, Dr. Milton de Macedo, direciona esta carta à Comissão, dizendo o seguinte:

Digníssimo Relator da CPML, Deputado Hidekazu Takayama,

Conforme contato mantido nesta data pela assessoria de gabinete, tenho a honra de encaminhar a V. Ex^a cópia da Resolução nº 1.081/04, designando membros do Ministério Público do Paraná para acompanharem os trabalhos realizados por essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional durante o período de instalação neste Estado.

Ao ensejo, apresento a V. Ex^a votos de relevado apreço e distinção.

Milton Riquelme de Macedo, Procurador-Geral da República.

Em anexo, está aqui a Resolução nº 1.081:

O Procurador-Geral da Justiça, no Estado do Paraná, no uso das suas atribuições, que lhe são conferidas por lei, resolve

Designar o Procurador da Justiça, Dr. Dartanhan Cadile Abilhoa e os Promotores de Justiça, Drs. Luiz Eduardo e Silveira de Albuquerque, Cláudia Rodrigues Martins, Cláudio Franco Félix, Mônica Liavore e Valder

Alexandre de Souza para acompanharem os trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, criada através do Requerimento nº 12/2003 – CN, destinada a apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de automóveis, recuperadores de veículos, oficinas de desmanche de automóvel em relação aos veículos “salvados”, conforme denúncia do programa Fantástico, da **Rede Globo de Televisão**, durante o período em que a referida Comissão estiver instalada neste Estado.

Curitiba, 26 de junho de 2004.

Quero aqui manifestar a minha alegria em saber que o Ministério Público está então nos dando total apoio no período em que estivermos aqui, no Paraná, e que isso seja extensivo quando nós tivermos que estar outras vezes aqui. Está certo, Dr. Romeu Tuma?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queremos agradecer ao Dr. Milton Riquelme de Macedo, Procurador-Geral de Justiça, aqui do Ministério Público do Paraná, da Procuradoria-Geral de Justiça.

Sem dúvida nenhuma, o acompanhamento do Ministério Público, junto com a Polícia Federal e a Polícia do Estado, só tende a, realmente, a nos ajudar a encontrarmos o caminho das pedras para diminuirmos esse tipo de crime que tanto tem prejudicado a sociedade.

Muito obrigado, Dr. Milton. Não sei se tem algum membro do Ministério Público aqui presente...

O SR. RELATOR (Takayama) – Está aqui o doutor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado, doutor. Espero que o senhor tenha bons dados para nós.

O SR. RELATOR (Takayama) – Aliás, foi riquíssima a contribuição do Ministério Público em outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Temos recebido um apoio muito grande.

O SR. RELATOR (Takayama) – Essa parceria tem sido gratificante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Queria agradecer a voluntariedade de V. Ex^a e comunicar aos telespectadores que a presença do Ministério Público é importantíssima nas apurações que se fazem necessárias, principalmente contra o crime organizado.

Chamaria agora o Dr. Magnus Kaminski, a quem peço desculpas, porque está acompanhando desde o início.

O SR. RELATOR (Takayama) – É advogado aqui em Curitiba, representa a Transportadora Vantroba, de Ponta Grossa. Ele tem dado a sua contribuição, com algumas denúncias, através de experiência própria,

em uma investigação, numa diligência que fomos fazer em Santa Catarina.

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Sr. Senadores, Sr. Deputados, em especial, Deputado Takayama, Relator desta CPI, como foi anunciado, sou advogado da empresa Transportadora Vantroba, portanto sou o representante vítima do assunto que está sendo tratado.

A empresa Transportadora Vantroba é uma empresa de médio porte, cuja matriz se encontra em Ponta Grossa, com filiais em Curitiba e Sorocaba, principalmente.

Trouxe ao conhecimento do Deputado Takayama alguns incidentes desagradáveis, quais sejam, roubos de caminhões dessa empresa. Por quê? Porque esses roubos são típicos das preocupações de toda e qualquer transportadora. Só gostaria que os senhores entendessem que estou falando do ramo específico de transportes com caminhões de porte. O mais típico deles é um roubo que houve em Andradina, a mão armada, e a polícia de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande, todas elas contatadas e informadas, passaram praticamente um ano sem nada conseguir levantar. Quando, de repente, numa tarde um oficial de polícia de Santa Catarina, Araranguá, telefona para a empresa e pergunta: “O caminhão de vocês, placa tal, foi roubado?” E aí fomos saber que a polícia de Araranguá, por uma denúncia anônima, chegou a uma oficina e lá encontrou um pedaço do chassi do caminhão. Como é que foi que eles chegaram a saber que aquele pedaço de chassi era da empresa? A polícia de lá, através da criminalística, notou que o terceiro eixo que estava preso a essa longarina, ele havia sido lixado; através de ácidos, conseguiram fazer exsurgir o número que ali havia sido impresso e souberam que esse número referia-se a um número de fabricação da empresa Cipla, em Caxias do Sul. Por sua vez, a empresa informou à polícia que aquele terceiro eixo havia sido dado à venda numa revendedora de tal lugar, e essa revendedora, vendo as suas notas fiscais, informou que a empresa Transportadora Vantroba comprou aquele terceiro eixo, dizendo que iria ser montado no caminhão de número tal.

Explico isso tudo somente para dizer que é possível, sim, levantar e formar-se um controle dos veículos que estão correndo pelo Brasil e das peças que são montadas nele. É possível, sim. Quando, então, descoberta qualquer peça, irá se descobrir em que veículo estava montada, e teremos uma solução para o assunto.

Inicialmente, falei que essa empresa teve seis veículos furtados ou roubados no ano passado. Desse seis, foram recuperadas partes de três caminhões.

Vejam, senhores, e aí começa o grande problema, o grande drama da vítima, porque, quando a polícia diz que encontrou um caminhão num desmanche, a esperança da vítima é de que retorne, venha a receber o caminhão de volta. Engano. Recebe de volta uma pequena parte, porque aqueles que fazem o desmanche são muito rápidos em mandar as peças para outros desmanches. No caso, em Curitiba, foram desmontados dois caminhões Scania, num Município vizinho, Araucária. Desses, foi preso o indivíduo, que se negou a dar informações na polícia, reservando-se a fazê-lo em juízo. Como o fórum estava em construção, passaram-se 83 dias sem ele ser ouvido, e o advogado, lógico, requereu a liberdade provisória, que recebeu. Portanto, a empresa perdeu os dois caminhões, não recebeu as partes e o homem não foi nem ouvido.

Num outro caso acontecido em Santos, o caminhão foi encontrado, o oficial da polícia levou o dono do desmanche, o mecânico, para a delegacia, e, lá, por incrível que pareça, não foi autuado como o homem do desmanche...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Indiciado.

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – ...indiciado como receptor, ele foi ouvido como testemunha. Por que estou lhes relatando isso? Estou lhes relatando isso porque temos duas situações, aliás, três: o roubo, a peça que se vai embora e a corrupção ou, então, a burocracia em demasia na polícia que propicia que as peças se vão e não se tenha mais condições de retornar.

Por exemplo, em Curitiba, um dos caminhões que foram roubados, localizou-se o indivíduo receptor numa praia. Levou-se ao conhecimento da delegacia especializada, que disse: “Só podemos prendê-lo com mandado de prisão na mão, se não é flagrante, só com mandado”. Na quinta-feira, enviaram à Corregedoria o pedido de prisão preventiva; esse pedido saiu da Corregedoria e teve que ir para a central de inquéritos, onde chegou somente na segunda-feira à tarde. Na terça-feira à noite da semana seguinte, quando foram ao local onde devia estar o indivíduo, ele não estava mais.

Então, todo o sistema de proteção dos direitos do cidadão que está trabalhando e que tem algo seu retirado por essa criminalidade muito bem organizada – sempre falamos em crime organizado; aumento um pouco: é crime muito bem organizado – tem que ser pensado no sentido de o cidadão receber de volta o que lhe é roubado, senão de nada vai adiantar. Isso porque, além de haver o crime do roubo, existe um outro crime, que é o de lesa-pátria. Toda vez que o sistema de transporte está exposto a esse tipo de perdas, é óbvio que os fretes vão crescer. E o custos

caem em cima de quem? Em cima de nós, cidadãos comuns.

Então, é um pedido que nós estamos aqui, agradecidos de nos serem dada essa condição, porque procurávamos há tempo já poder falar com quem nos pudesse ajudar. O que estiver ao nosso alcance, além do que já fornecemos ao Deputado Takayama, por favor, só basta um telefonema e estaremos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu queria aproveitar, Sr. Magnus... O senhor tem nome de arma boa, ouviu?

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Como?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem nome de arma boa: Magnus.

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Muito obrigado.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – É a grife.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É a grife.

Mas eu queria perguntar: os caminhões a que o senhor se referiu, foram seis?

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – No ano de 1993, foram seis caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Todos com carga ou sem carga?

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – A maior parte sem carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sem carga.

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – E, inclusive, com um fator interessante de ser notado: dos seis caminhões que foram roubados, só foram recuperadas, aliás, só deixaram de ser recuperadas duas carretas; as outras carretas ficaram no lugar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só levaram o cavalo?

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Só levaram o cavalo. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora, o senhor falou em roubo. Houve ameaça de arma?

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Ah, de arma. A maior parte deles, conforme...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estavam na estrada, ou estavam num depósito?

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Não, estrada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na estrada.

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – A maior parte dos caminhões foi roubada ao atravessarem as célebres lombadas. Porque, ao chegar numa lombada, o caminhão tem que diminuir a velocidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O buraco também ajuda, não é?

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – É, buraco também ajuda. Mas a lombada, impressionantemente é ela que tem a preferência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Facilita.

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Ali os indivíduos pulam na cabine do caminhão e, mão armada, param-no.

Aliás, uma coisa que eu gostaria também de deixar bastante claro. Ante esse número muito grande de roubo que está havendo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Principalmente carga, porque caminhão já diminuiu um pouco.

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – É mais na parte de caminhão. A parte de carga, a transportadora está acobertada por seguro. Porque o seguro é feito obrigatoriamente sobre a carga.

Agora, o caminhão, na maioria das vezes, a não ser que seja zero quilômetro e comprado à prestação, ele normalmente não está coberto por seguro. Por quê? Porque o preço do seguro chegou a um patamar tal que não é mais viável para as empresas. Empresas de certo porte, elas se vêem obrigadas a correrem o risco...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para garantir o próprio patrimônio.

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – ...porque se elas forem pagar o seguro, elas já podem fechar antes de começarem a trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora, o senhor fez referência a dois inquéritos: um no Paraná e um em Santos.

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Não, em verdade, são três inquéritos: um, no Paraná, que está correndo pelo Município de Araucária...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor teria os dados para a gente poder... Quem sabe o Ministério Público, também, pode nos ajudar para saber por que não prosseguiram com as necessárias investigações.

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Posso fornecer ao Ministério Público. Mas os dados já estão em mãos do Deputado Takayama.

O segundo é o inquérito do roubo de Andradina, que foi por São Paulo, que também está o inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe se está na Divisão de Roubos de Veículos, ou está em Andradina, ainda?

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Não. O senhor veja bem, o inquérito foi começado em Andradina...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou perguntando para a gente localizar e ver o que está acontecendo no inquérito.

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Está em mãos já do Deputado Takayama, esse aí também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Todos os dados?

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Todos os dados. Inclusive a continuidade dele agora, que foi em Araranguá, onde foi encontrada a peça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma das peças.

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Uma das peças. Um pedaço de trás do chassi do caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe se o receptor da peça contou onde adquiriu, quer dizer...

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Não, isso não. Ele já...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi ouvido?

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Foi ouvido. Mas já está na terceira ou quarta versão: uma vez é assim, outra vez é assado, outra vez é de outra forma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não diz onde ele adquiriu e de quem adquiriu?

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Uma vez ele disse que o caminhão foi trazido para ele; e ele cortou e adaptou mais um pedaço para que se fizesse o feixe de molas. Quer dizer, que transformou um caminhão de três eixos num truque seco. Outra vez, ele disse: "Não, essa peça veio de um caminhão não sei da onde". A verdade é, ao que tudo indica, que os desmanches de caminhões são todos interligados e um acoberta o outro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E os leiloeiros? O senhor tem conhecimento dos leiloeiros que vendem caminhões furtados, recuperados?

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Não tenho conhecimento. Tenho conhecimento de que existem algumas empresas, principalmente em Santa Catarina – no Paraná, não conheço nenhuma, mas em Santa Catarina –, que compram caminhões, reformam e vendem. Nessa eles compram também os roubados. Isso é de conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa é uma suspeita que a Comissão tem.

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – E o terceiro inquérito que está correndo é desse caminhão de Santos, onde o dono da oficina...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor já passou para o Takayama...

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – O de Santos é o único que eu não passei, mas posso passar imediatamente.

O SR. RELATOR (Takayama) – Muito obrigado.

PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos pegar os dados para passar, porque assim a gente já traz os inquéritos.

O SR. RELATOR (Takayama) – Quero agradecer o Dr. Kaminski, que nos deu uma contribuição muito grande em Santa Catarina. A Polícia já está fazendo as investigações. Conversamos com o delegado de Florianópolis, do Estado, e ele então – Dr. Kaminski, queria informar porque V. S^a não estava depois na reunião que tivemos com o Secretário, com o delegado do DEIC de Santa Catarina – já está fazendo as devidas apurações. O próximo passo, já conversamos com o Senador Romeu Tuma, quem sabe a próxima audiência será em Santa Catarina, já levando esses fatos, sugestão do próprio Senador e da Comissão.

Quero agradecer e aguardar então os demais documentos para que possamos levar a fundo essa questão, Sr. Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou pedir licença e passar a Presidência ao Senador Marcos e agradecer. Qualquer outro dado que o senhor consiga lembrar ou chegue ao seu conhecimento, como o senhor tem amizade com o Takayama, peço que passe imediatamente para ele. E vamos tentar correr atrás do porquê dessa dificuldade em recuperar as outras peças e o veículo, para diminuir um pouco o seu prejuízo.

O SR. RELATOR (Takayama) – Muito obrigado, Dr. Kaminski.

O SR. MAGNUS VICTOR KAMINSKI – Agradeço e permaneço à inteira disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra) – Bom, dando continuidade aos trabalhos, convido o Dr. Luiz Odaír Favareto, presidente da Banseg.

O SR. RELATOR (Takayama) – A Banseg é uma empresa de leilões que junta todos os carros das seguradoras, dos bancos, considerados perda total, e acredito que ele possa dar uma contribuição.

Queria, primeiramente, me penitenciar, Dr. Favareto, porque a não presença do senhor hoje pela manhã me fez entender que V. S^a tinha feito pouco caso. Depois, a Comissão nos informou que não havia localizado V. S^a. Então, estou fazendo esta penitência pessoal e pública, para que V. S^a entenda que não foi, de maneira nenhuma, uma tendência ou algo que fosse uma espécie de uma marcação pessoal.

O SR. LUIZ ODAÍR FAVARETO – Muito obrigado. Realmente, recebi somente agora, logo após o almoço, e, em seguida, me dirigi aqui.

O SR. RELATOR (Takayama) – A Comissão não conseguia localizar, porque o telefone que temos não dava resposta.

O SR. LUIZ ODAÍR FAVARETO – Eu entendi. Eu vi.

O SR. RELATOR (Takayama) – Gostaria de iniciar, Sr. Presidente, com algumas perguntas. Estamos juntando as peças desse círculo que promove o crime organizado. Acredito perfeitamente, assim como já estivemos conversando com o presidente da associação, do Sindicato dos Leiloeiros do País, Dr. Luiz Santoro, em Paulo, e encontramos boa vontade na contribuição, que encontraremos em V. S^a também o auxílio necessário para que possamos quebrar esse elo que faz com que o crime encontre tanta eloquência e facilidade em atuar no nosso País.

Temos inúmeras dificuldades. Acreditamos que V. S^a, como pai de família, que vai deixar para os filhos, netos e as gerações futuras, como legado, um país melhor.

Acreditamos que seguradoras, leiloeiros e todos nós, políticos, homens públicos, possamos contribuir para diminuir a ação do crime organizado, nem que isso venha a custar uma diminuição nos nossos lucros. Mas essa ganância pelo lucro, muitas vezes, acaba provocando esses desdobramentos ruins que, tenho certeza, não será bom para ninguém na sociedade brasileira, para um país que queremos construir pelos caminhos da lisura, e não termos a pecha de sermos, como foi dito pelo Primeiro-Ministro da França, um país que não pode ser levado a sério.

Acreditamos que esse quadro tem que mudar, estamos lutando para isso e esperamos a contribuição de V. S^a.

Tenho algumas indagações a fazer. Sei que V. S^a também foi apanhado de surpresa, de última hora, mas tenho certeza de que, com sua experiência, V. S^a poderá contribuir, como aconteceu com o Dr. Luiz Santoro, em São Paulo. Quantos carros hoje estão estocados no pátio da Banseg?

O SR. LUIZ ODAÍR FAVARETO – Veículos sinistrados são o nosso assunto. Veículos sinistrados, hoje, devo ter aproximadamente uns 800 veículos, com perda total.

O SR. RELATOR (Takayama) – São veículos que vêm de todos os bancos e seguradoras?

O SR. LUIZ ODAÍR FAVARETO – Não, eu trabalho, basicamente, com três seguradoras.

O SR. RELATOR (Takayama) – A empresa pertence às seguradoras ou é uma empresa particular que arremata?

O SR. LUIZ ODAÍR FAVARETO – Não, a empresa só organiza e guarda os veículos. A responsabilidade

é do leiloeiro, que sou eu. Sou um leiloeiro, sou uma pessoa física. Leiloeiro não pode ser pessoa jurídica. Então, veja bem, a Banseg só organiza o leilão, faz a parte do recolhimento e guarda.

O SR. RELATOR (Takayama) – O pátio pertence à Banseg?

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – À Banseg, que presta um serviço ao leiloeiro, vamos assim dizer. Tenho esses veículos lá, perda total, mas os veículos pertencem às seguradoras. Como eu falei, trabalho hoje basicamente para três seguradoras: a Itaú Seguros, a Porto Seguros e a Bradesco, agora iniciando também com a Hannover. Então, fazemos o trabalho de recolhimento, guarda e depois a venda através de leilão. Como acontece a venda? Talvez, não sei se já vou me adiantar, mas a venda só é efetuada após o Detran emitir o certificado em nome da seguradora. Antes disso, não podemos vender.

O SR. RELATOR (Takayama) – Quer dizer que todos os veículos têm o laudo de...

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – Têm o documento de posse, porque as seguradoras, acredito eu, já é uma parte técnica, mas acredito eu que, em convênio com o Detran, elas podem regularizar o documento em nome delas. A partir do momento em que é vendido para um terceiro, uma oficina, um recuperador, ele sim se obriga, depois, a fazer esse laudo e levar até o Detran para liberar esse veículo.

O SR. RELATOR (Takayama) – Qual é a frequência, na média semanal, de veículos vendidos por dia?

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – Não fazemos venda por dia, fazemos leilões quinzenais.

O SR. RELATOR (Takayama) – A pessoa vai hoje lá e só pode deixar, vamos dizer, o valor que quer pagar e, depois de quinze dias...

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – Não, é um leilão público oficial, aberto, lance aberto. Reunimos os veículos liberados, que são liberados dentro de 15 dias, aproximadamente, fazemos a divulgação no **Diário Oficial** e jornais de maior circulação, que seja garantida também a divulgação legal.

O SR. RELATOR (Takayama) – Quantos veículos são leiloados quinzenalmente?

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – Quinzenalmente, sinistrados, eu diria que uma média de 150.

O SR. RELATOR (Takayama) – O que dá uma média de dez carros por dia, mais ou menos. Todos esses veículos vendidos vão com certificado, com documento, ou alguns só com peças para desmanche?

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – Não. Hoje, estou falando em nível de Paraná. No Detran do Paraná – não sei se também pode ser em nível de Brasil – é

feita uma avaliação no boletim de ocorrência, no BO, como chamamos, onde é determinado se é pequena monta, média monta ou grande monta.

O SR. RELATOR (Takayama) – Quem é que faz essa avaliação? A própria seguradora?

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – Não, acho que é o agente que está fazendo o BO que vai determinar.

O SR. RELATOR (Takayama) – Que agente?

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – O agente que foi atender o acidente, registrar o acidente, porque todo veículo de seguradora é obrigado a fazer o boletim de ocorrência e alguém atende, normalmente um órgão oficial, para fazer esse BO.

O SR. RELATOR (Takayama) – No caso, um policial militar?

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – Um policial militar, acredito eu. Então, se é constatada uma perda total, grande monta, obrigatoriamente a seguradora não pode mais colocar esse veículo em circulação. Ela tem que cortar o chassi e as placas, entregar no Detran e efetuar a baixa do Renavam e número do chassi. Esse veículo acaba.

O SR. RELATOR (Takayama) – Está havendo essa baixa?

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – Está havendo, sim, senhor. Os de grande monta não se documenta mais. Isso, estou dizendo, no Detran do Paraná.

O SR. RELATOR (Takayama) – E o que é feito com esse documento? O carro vai para...

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – O carro vai a leilão como sucata, sem direito a documentação, só para o aproveitamento de peças.

O SR. RELATOR (Takayama) – Ali, naquele pátio, tem veículo dado como sucata também?

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – Tem, só que até que venha o laudo do Detran a gente não sabe, a gente fica aguardando. Vindo a grande monta, a própria seguradora é que faz a documentação daí. Eles têm o despachante próprio.

O SR. RELATOR (Takayama) – Ouvimos um dos diretores, o Dr. Cícero, e ele disse. Porque essa prática não ocorre, por exemplo, no Rio de Janeiro. Lá, faz um ano e meio que o diretor do Detran não recebe um documento das seguradoras dando perda total.

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – Não, aqui no Paraná não adianta vender que o Detran não faz.

O SR. RELATOR (Takayama) – Não faz, certo.

Uma última informação, todos os veículos leiloados são das seguradoras ali no pátio?

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – Seguradoras e bancos, eu trabalho para bancos, só que aí não são veículos sinistrados, são veículos retomados judicialmente.

O SR. RELATOR (Takayama) – Pois não.

Perguntaria, Dr. Favareto, a Comissão poderia fazer uma visita ao pátio da Banseg hoje à tarde, junto com V. S^a?

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – Na hora que quiserem. Estamos à disposição.

O SR. RELATOR (Takayama) – Estamos prevenindo uma visita ao pátio para dar uma olhada, mesmo que seja para reunir, levantar dados.

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – Eu não acredito que hoje vão conseguir, porque já estamos... um pouquinho tarde. Mas qualquer horário, amanhã...

O SR. RELATOR (Takayama) – Eu perguntaria ao senhor, como proprietário lá da área, quer dizer da área do banco, se poderíamos dar uma olhada.

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – Pode, com certeza.

O SR. RELATOR (Takayama) – Da minha parte, seria mais ou menos isso.

V. S^a poderia dar uma contribuição de que maneira poderíamos ajudar a fechar esse elo, esse círculo que permite que os carros, ao serem leiloados, acabem em mãos erradas? Recentemente, estive em São Paulo numa loja de salvados que readquire esses veículos das seguradoras, e vi um veículo, por exemplo, totalmente amassado – deve ter caído de uma cegonha, porque era carro novo mas totalmente batido –, sem a menor condição de reaproveitamento mesmo pelo melhor técnico, pelo chamado martelinho de ouro, mesmo porque se tivesse que comprar peças de um carro importado, eu acho que o veículo sairia mais caro que um carro novo. Esse carro estava sendo vendido a R\$79 mil, sem direito a pechincha pelo proprietário. Perguntaria: V. S^a, na sua avaliação – nós estamos aqui falando com pessoas amadurecidas e todos nós queremos contribuir, seguradoras, sindicatos, políticos, homens públicos, juízes, membros do Ministério Público, procuradores –, não acha que é um preço muito alto, porque ali parece que há veículos que estão batidos também e têm preços excessivamente altos para serem recuperados. Será que o que está provocando exatamente esse preço alto é o fato de pessoas mal-intencionadas, de uma maneira mais fácil, usarem meios escusos em vez de consertarem na forma de martelinho de ouro, recuperando e desamassando as peças? Porque comprar peças e importar peças para recuperar o veículo seria praticamente inviável. V. S^a teria uma contribuição a dar pela experiência que tem nessa área?

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – Veja bem, V. Ex^a, aqui no Paraná inclusive está havendo, talvez poucos saibam, a delegacia de furtos de veículos antecipadamente ao leilão faz uma visita aos pátios, aos

veículos liberados e os mais detonados, vamos assim dizer, coloca um selo de que ele está bloqueado e tira uma fotografia do veículo. Para quê? Assim que o cliente que comprou aquele veículo fizer a reforma, ele é obrigado a levar as notas das peças na delegacia senão ele não faz a documentação.

Então, veja bem, isso aqui, acredito eu, já é uma prática que inibe bastante o furto de peças, porque a pessoa vai ter que ter a nota; sem a nota não vai conseguir liberar esse veículo lá na delegacia. No Detran está liberado, mas na delegacia não.

É uma prática efetuada no Paraná que vem e está ajudando bastante por assim dizer, a combater o roubo de veículos. Creio que sim.

Uma outra coisa que acho bastante interessante é o que o pessoal da Volvo aqui nos disse de identificar todas as peças. Se tem um desmanche, um veículo baixado com a baixa do Detran, aquele veículo foi sinistrado, baixado, não existe mais Renavam; um pára-lama que estiver num desmanche tem que ter a identificação daquele carro. Com isso aí se vai inibir, porque se não tiver a marcação, é roubado.

Acredito que uma das melhores coisas, mais fáceis hoje, imediata, de se acabar ou pelo menos de se diminuir muito o roubo seria a identificação de todas as peças. Sem identificação não se vende. Penso que seria uma maneira bastante correta e fácil de se fazer.

O SR. RELATOR (Takayama) – Dou-me por satisfeito nesse sentido de fazer as indagações. E fica aqui, mais uma vez, com a minha preocupação.

Por isso, direciono a minha palavra a todos os presentes, à imprensa, aos representantes das seguradoras, dos bancos, das oficinas de lataria, pintura, enfim, a todas as pessoas da nossa sociedade, e ao Dr. Favareto, que é leiloeiro, precisamos lutar para que não permitamos o crescimento da contravenção, do crime organizado.

O crime organizado vai se tornando um monstro, e, quando alimentamos o crime, ele vai se tornando tão forte, tão grandioso, que depois ninguém terá forças para coibi-lo. Os seus tentáculos serão tão grandes que seremos envolvidos por eles. Temos visto o exemplo da Colômbia e no próprio Brasil, Rio e São Paulo. Acredito que essa não é missão do Deputado somente. Não é uma missão somente de V. S^a. Creio que é de todos nós.

O grande problema hoje não está no ruído dos maus, mas está na omissão, no silêncio dos bons. Quando tiramos o nosso corpo, achando que não é nossa responsabilidade, acabamos permitindo que os bandidos, o crime organizado, a contravenção, a corrupção cresçam.

Acredito que esta CPMI, pelo menos, está fazendo algo, porque nós, Parlamentares, não temos o poder de polícia, não é a nossa função. Mas percebemos que o grande problema hoje, Senador Marcos, é exatamente a falta de uma fiscalização. É exatamente aquela situação que a Deputada Mariângela disse, cada um diz: “Olha, não é minha área, não é minha responsabilidade”. Penso que todos nós temos que participar nesse processo, sejam as seguradoras, sejam os representantes, para que possamos diminuir a ação do crime organizado, sob o risco de quem sofrerá com isso serão os nossos filhos, os nossos netos, porque viveremos num país onde não conseguiremos respirar o ar puro da liberdade enquanto tivermos que conviver com essa situação.

Estamos encerrando, porque acredito que os demais convidados não poderão comparecer. O Dr. Marcos vai ler mais um documento. Mas eu convidaria a imprensa, os senhores presentes, para fazermos uma visitinha, Dr. Favareto, aos pátios da Banseg, e também a mais um lugar que tenho recebido informações e acredito que seria interessante.

Senador, tenho feito, da minha parte, um esforço sobre-humano. Não tenho tido dia, hora. Tenho recebido ameaças, não de morte, mas uma espécie de uma pressão psicológica, pessoas fazendo gracejos a membros da minha família e também mandando recado de que tentarão me prejudicar moralmente.

Não estou preocupado com isso. Creio que se isso custar o benefício da sociedade, estarei disposto a pagar o preço. Só acredito que, nessa situação, evidentemente existem jogos de interesses aqui envolvidos hoje. Pediria a cada companheiro que representa o seu segmento, seja da seguradora, seja das entidades de oficinas de lataria e pintura, que, de repente, se unam para podermos criar uma situação em que todos não sejam nem excessivamente beneficiados nem excessivamente prejudicados, porque quando um setor ganha muito, evidentemente alguém está perdendo nessa situação. E, nesse sistema capitalista em que vivemos, muitas vezes o capitalismo selvagem acaba prevalecendo contra uma sociedade que quase já não consegue mais sobreviver. Estamos vivendo dias extremamente difíceis no País, onde uma recessão, ainda que não queiramos admitir, porque o brasileiro é um forte, leva tudo na brincadeira, mas estamos sentindo na nossa própria pele as enormes dificuldades que a nossa sociedade brasileira está vivendo, com desemprego e com um País quase atado, onde o Presidente, mesmo tendo raízes populares, dá um salário de R\$260,00, e, quando um outro grupo briga por R\$15,00 a mais, torna-se quase de heróis por não terem conseguido.

Então, este é um País onde o salário mínimo mostra o retrato claro do erro e da falência desse modelo econômico que estamos vivendo.

Dr. Favareto, meu muito obrigado pela presença. Mais uma vez, me penitencio pelo fato de ter-me aborrecido por V. S^a não estar presente na parte da manhã. Mas queremos pedir que V. S^a nos ajude, assim como todos os setores aqui envolvidos e presentes, para que possamos levar a cabo a luta por uma sociedade melhor.

Da parte dos Parlamentares, quero informar aos presentes que estamos buscando, através desse levantamento que estamos fazendo, uma legislação que feche essas brechas. Entre elas, por exemplo, tentar fazer uma lei para que o chassi do veículo seja em alto relevo, o que já dificultará a ação do bandido. Segundo, que haja não a baixa do veículo, que o veículo não perca sua identidade, que desapareça o número quando é dado como perda total, que ele permaneça ativo, através talvez de um cadastro morto, mas que não desapareça pelos próximos dez anos. Uma outra legislação é, exatamente em parceria com as montadoras, marcar os veículos em diversas peças.

Assim, acreditamos que, com pequenos detalhes, consigamos pelo menos, se não acabar, fazermos a nossa parte, que é diminuir a ação do crime organizado, que redundaria exatamente em centenas de mortes de pessoas inocentes para que o crime infelizmente prevaleça neste País.

Muito obrigado pela presença. Obrigado, Sr. Senador.

O SR. LUIZ ODAIR FAVARETO – Eu também só quero agradecer a oportunidade, se estou dispensado. E dizer que estou à disposição, como estarei agora, para a visita. E a gente estará fazendo de tudo para que realmente acabe aí, ou, pelo menos, melhore essa parte de furtos e a venda de salvados. Estamos sempre à disposição. Como o senhor mesmo citou, este Brasil é para os meus filhos. Então, temos que cuidar dele. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra) – Com certeza. A Mesa agradece, Dr. Favareto, pela sua importante contribuição para esse processo. Muito obrigado.

O próximo convocado seria o Dr. Rui Cichella, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes e Cargas. Ele não foi localizado. Posteriormente, vamos ver a possibilidade de convocá-lo para prestar alguns esclarecimentos, ou até mesmo alguma contribuição para esta Comissão.

O último seria o Dr. Jéferson Marques da Silva, da empresa Radar Turismo. Ele mandou uma corres-

pondência, direcionada ao Presidente da Comissão, Senador Romeu Tuma, onde ele escreveu:

Honrado com o convite para exposição em audiência pública no plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a ser realizada no próximo 28 de junho, às 15 horas, sinto informar que, em virtude de compromissos profissionais anteriormente assumidos, todos de grande relevo, estarei impossibilitado de comparecer à referida audiência.

No entanto, cômico da grandeza de vossa missão parlamentar, na qualidade de cidadão coloco-me à disposição de V. Ex^a para futuro comparecimento, rogando apenas um agendamento prévio.

Jéferson Marques da Silva
Empresa Radar Turismo.

Queria aqui, em nome da Comissão, agradecer ao Presidente da Assembléia do Paraná, Deputado Hermas Brandão, pela excelente acolhida. E aqui estendo o agradecimento a todos os Deputados Estaduais aqui do Paraná.

Gostaria também de dizer que este trabalho tem sido feito em todo o território nacional. Estamos buscando subsídio para, num futuro próximo, diminuirmos essas ações que realmente colocam em risco não só o patrimônio das pessoas, mas as vidas de todos os cidadãos brasileiros.

Não havendo nada mais a ser tratado, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

O SR. RELATOR (Takayama) – A minha gratidão, também, Sr. Presidente, a todos os membros daqui da Casa, Deputado Hermas Brandão, e também ao Deputado Bradock e, também, a presença do Deputado Nelson Tureck e de todos aqueles que, de uma forma direta ou indireta, deram uma contribuição.

Eu tenho feito um esforço sobre-humano para que nós possamos levar a cabo esta missão, e acredito que as leis que já temos em mente para colocarmos via CPMI serão, se não suficientes, pelo menos fortes na ação para coibir o crime organizado.

Gostaria, também, que os companheiros, a imprensa, enfim, todos guardassem este número do Disque-Denúncia: 0800612211, e, através dele, fazerem as suas denúncias. As pessoas serão preservadas na sua identidade e, também, protegidas para que nós possamos fazer todo o levantamento, como foi feito com o Sr. Magnus Kaminski que, com coragem, fez a denúncia e nos levou no local. Com certeza, essas organizações que ele denunciou serão punidas exemplarmente, e não são somente essas empresas, outras estão sendo levantadas aqui, no Estado do Paraná, nas regiões das divisas e, também, em outros Estados.

O meu agradecimento a todos que colaboraram, de forma efetiva ou de forma indireta.

Muito obrigado, Senador, por ter vindo também lá do Espírito Santo. V. Ex^a já está aqui há três dias nos ajudando nas investigações.

Gostaria de fazer um agradecimento especial à Polícia Federal, que tem me acompanhado em todo o momento e, se algum cidadão quiser nos acompanhar, se a imprensa quiser nos acompanhar, vamos fazer algumas diligências para verificarmos, **in loco**, os desdobramentos que esses problemas estão dando.

Muito obrigado a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra) – Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 35 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	S/Partido	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Luis Pontes	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati

Vice-Presidente: Pedro Simon

Relator Geral: Senador Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2.Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2.Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PTB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Maurício Rands (PT-PE)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

** Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social*

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055
Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



EDIÇÃO DE HOJE: 390 PÁGINAS